



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

**De Santa Marinha de Gontinhães a  
Vila Praia de Âncora (1624-1924).  
Demografia, Sociedade e Família**

Maria Aurora Botão Pereira do Rego

Maria Aurora Botão Pereira do Rego

**De Santa Marinha de Gontinhães a  
Vila Praia de Âncora (1624-1924).  
Demografia, Sociedade e Família**

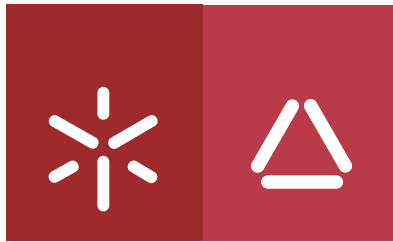
**Esta investigação foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através da concessão de uma bolsa de doutoramento (SFRH I BD I 41952I 2007), no âmbito do POPH - QREN - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.**

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Maria Aurora Botão Pereira do Rego

**De Santa Marinha de Gontinhães a  
Vila Praia de Âncora (1624-1924).  
Demografia, Sociedade e Família**

Tese de Doutoramento em História  
Especialidade de Demografia Histórica

Trabalho realizado sob a orientação da  
**Professora Doutora Carlota Santos**  
e coorientação da  
**Professora Doutora Maria Norberta Amorim**

Julho de 2012

## DECLARAÇÃO

Nome Maria Aurora Botão Pereira do Rego

Endereço electrónico: aurorarego@gmail.com

Título da Tese: De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família

Orientadoras: Professora Doutora Carlota Santos e Professora Doutora Maria Norberta Amorim

Ano de conclusão: 2012

Doutoramento em História

Especialidade:

Demografia Histórica

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

Este trabalho de investigação apresenta-se como um ato solidário para o qual muitas vontades se congregaram de forma a levar o barco a bom porto. Destacamos, desta forma, o contributo científico, criterioso e incentivador da Professora Doutora Carlota Santos, orientadora da presente tese. De igual forma, agradecemos toda a disponibilidade, assertividade e contributos prestados pela Professora Doutora Norberta Amorim, coorientadora. A ambas o meu muito obrigado, não só pelo estímulo contínuo na prossecução deste projeto mas, também, pelo apoio demonstrado.

Por muitas Instituições e por muitos Arquivos deambulamos. No Arquivo Distrital de Viana do Castelo e no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo não esqueceremos a amabilidade da Dr.<sup>a</sup> Olinda Pereira e da Dr.<sup>a</sup> Clotilde Amaral e a de todas as suas colaboradoras. Agradecemos no Arquivo Municipal de Caminha, à Dr.<sup>a</sup> Catarina Dias por todas as facilidades concedidas; no Arquivo Municipal de Viana do Castelo, ao Dr. Maranhão Peixoto; no Arquivo Distrital de Braga, ao Dr. Henrique Barreto Nunes e ao colega de estudos Eduardo Pires Oliveira. Passámos ainda pelos Arquivos Distritais e Bibliotecas do Porto, de Ponte de Lima, de Caminha, Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo, em todas elas nos sentimos em casa. Estamos gratos.

Em Vila Praia de Âncora contamos com o apoio inextinguível do Reverendo Pároco João Baptista e do Presidente da Freguesia de Vila Praia de Âncora, Dr. Manuel Marques, que nos facilitaram o acesso ao acervo sobre a paróquia.

A todos os Ancorenses, amigos e colegas de andanças que sempre nos incentivaram ao longo de todo este percurso. Ao grande amigo, Professor Doutor António Baptista Lopes, o nosso obrigado pelos seus experientes conselhos. Não poderemos deixar de agradecer ao nosso primeiro professor de História – Dr. Francisco Sampaio – que fez germinar em nós o amor pela área científica. Ao Dr. Félix Falcão, pela solidariedade, compreensão e incentivo na prossecução deste projeto.

O nosso obrigado a Daniel Freitas, técnico da equipa do Grupo de História das Populações do CITCEM, pela cooperação e apoio no tratamento informático de dados.

Enquanto Bolseira Fundação para a Ciência e Tecnologia, agradecemos o apoio financeiro prestado.

Finalmente, a toda a Família e Amigos a quem durante vários anos subtraímos muito tempo e atenção, agradecemos comovidamente a compreensão e apoio constante



## **Resumo**

A presente dissertação tem como principal objetivo estudar a evolução dos comportamentos demográficos da paróquia de Santa Marinha de Gontinhães ao longo de três séculos, numa perspetiva microanalítica, o que permitirá compreender a sua dinâmica populacional mediante os métodos próprios da Demografia Histórica.

Neste sentido, recorreremos à metodologia de reconstituição de paróquias, proposta por Norberta Amorim, organizando a informação proveniente dos registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, conducente à construção de uma base de dados demográfica, aberta ao cruzamento nominativo com outras fontes, como registos notariais, movimento de doentes, tabelas de preços de cereais, registos de passaportes, ordenanças, testamentos, publicações periódicas, entre outras. Este processo permitiu avançar para a compreensão das estruturas familiares e das práticas socioculturais.

Procurámos ainda comparar estes comportamentos com os que se verificaram no Alto Minho durante a mesma época contribuindo para o conhecimento mais aprofundado da demografia da região. Num contexto regional com grandes similitudes sociais, culturais e económicas entre subpopulações, decorrente da predominância de uma agricultura de subsistência e de um sistema de pequena propriedade fundiária, a mobilidade constituiu um fator-chave para o equilíbrio demográfico destas sociedades, determinando comportamentos específicos a nível da fecundidade e da nupcialidade.

Até ao início do segundo quartel do século XIX, a paróquia caracterizou-se por um crescimento populacional quase nulo, consequência da atuação de mecanismos autorreguladores de Antigo Regime. A partir desse momento, a fixação de uma comunidade marítima, maioritariamente oriunda de A Guarda (Galiza), impulsionou a pesca, atividade até então inexistente. Os marítimos, com padrões comportamentais diferenciados, onde sobressai a permanência de elevadas taxas de fecundidade, contribuíram de forma decisiva para a rutura das seculares dinâmicas demográficas e para o crescimento populacional. Simultaneamente, desenvolveram-se os banhos terapêuticos e outros setores económicos, que exerceram um forte poder de atratividade sobre a paróquia.

Nesta conjuntura, assistiu-se a uma deslocalização do antigo centro comunitário das cercanias da montanha em direção ao litoral e, simultaneamente, a paróquia viria a transformar-se na freguesia mais populosa do concelho, tendo sido criadas as condições para que a aldeia fosse elevada a Vila Praia de Âncora em 8 de julho de 1924.





## **Abstract**

The main aim of this dissertation is the study of the evolution of the demographic behaviors of the parish of Santa Marinha de Gontinhães throughout three centuries, through a micro-analytical perspective that will help understand its populational dynamics, using relevant methods of Historical Demography.

To achieve this we used the “reconstitution of parishes” methodology, proposed by Norberta Amorim, organizing information from the parochial records of births / baptisms, marriages and deaths conducive to the construction of a demographic database; open to the nominative cross referencing with other sources such as civil registers, movement of sick people, tables of prices of grains, registers of passports, testaments, wills and periodicals, amongst others. This process made it possible to advance the understanding of family structures and of socio-cultural practices.

We also looked at comparing these behaviors to those observed in the Alto Minho region in the same era, contributing to a greater depth of knowledge of the demography of the region. In a regional context, with great socio-cultural and economic similarities between subpopulations, resulting from a predominant system of agricultural subsistence and of small property land division, mobility became a key factor in the demographic balance of these societies and in determining specific behaviours at fertility and matrimonial levels.

Up until the beginning of the second quarter of the 20<sup>th</sup> century, the parish was characterized by an almost null population growth, as a consequence of self-regulating mechanisms belonging to the Old Regime. From this moment onwards, the settlement of a maritime community, originating mainly from A Guarda (Galicia), stimulated the fishing industry, a non-existent activity until then. The fishing community with its own differentiated behavior patterns, where continued high levels of fertility were evident, contributed decisively to the breakdown of demographic dynamics observed over centuries and to the growth of the population. Simultaneously, therapeutic baths and other types of economic activity were developed, contributing to the high level of attractiveness of the parish.

In this conjuncture, one witnessed the moving of the community’s city centre from the foothills towards the coast and, simultaneously, the parish would become the most populated settlement of the county and the conditions for the village to be elevated to Vila Praia de Âncora on the 8<sup>th</sup> of July 1924 had been met.



## Índice

|   |     |
|---|-----|
| Agradecimentos  | iii |
| Resumo  | v   |
| Abstract  | vii |
| Índice  | ix  |
| Abreviaturas  | xx  |
| 1. INTRODUÇÃO   | 21  |
| 2. APRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO  | 25  |
| 2.1. O meio e os recursos económicos  | 26  |
| 2.2. Aspetos históricos   | 33  |
| 3. METODOLOGIA E FONTES   | 39  |
| 3.1. Metodologia  | 39  |
| 3.2. Fontes   | 42  |
| 3.2.1. Fontes primárias   | 43  |
| 3.2.2. Fontes secundárias   | 45  |
| 4. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO  | 49  |
| 4.1. Aspetos globais da população   | 49  |
| 4.2. Relação de masculinidade global  | 59  |
| 5. NUPCIALIDADE   | 65  |
| 5.1. Movimento anual dos casamentos   | 68  |
| 5.2. Sazonalidade dos casamentos  | 70  |
| 5.3. Idade média ao primeiro casamento  | 78  |
| 5.4. Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento  | 85  |
| 5.5. Idades combinadas dos nubentes celibatários  | 87  |
| 5.6. Estado civil anterior dos nubentes e recasamento   | 89  |
| 5.7. Celibato Definitivo  | 94  |
| 5.8. Mobilidade marital   | 100 |
| 6. FECUNDIDADE  | 105 |
| 6.1. Movimento anual dos nascimentos  | 106 |
| 6.2. Sazonalidade dos nascimentos   | 109 |
| 6.3. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e idade média da mãe ao nascimento do último filho | 112 |
| 6.4. Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas   | 115 |

|  |     |
|--|-----|
| 6.5. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima e na idade média ao nascimento do último filho _____ | 118 |
| 6.6. Ausência de filhos segundo a idade ao casamento da mulher _____   | 121 |
| 6.7. Espaçamento dos nascimentos _____   | 122 |
| 6.7.1. Intervalo protogenésico _____   | 122 |
| 6.7.2. Intervalos intergenésicos _____   | 126 |
| 6.8. Número de filhos nascidos por união conjugal _____  | 130 |
| 6.9. Duração das uniões conjugais _____  | 133 |
| 6.10. Conceções pré-nupciais _____   | 134 |
| 6.11. Filiação natural _____   | 139 |
| 6.12. O abandono de crianças _____   | 152 |
| 7. MORTALIDADE _____   | 161 |
| 7.1. Movimento anual de óbitos e crises de mortalidade _____   | 161 |
| 7.1.1. Mortalidade de crise dos maiores e dos menores de 7 anos _____  | 165 |
| 7.2. Sazonalidade dos óbitos _____   | 191 |
| 7.3. Esperança de vida dos casados _____   | 196 |
| 8. MOBILIDADE GEOGRÁFICA _____   | 201 |
| 8.1. Enquadramento legal das migrações até ao início do século XX _____  | 203 |
| 8.2. Migrações de curta e de média distância _____   | 209 |
| 8.2.1. Local ao óbito e trajetos migratórios _____   | 210 |
| 8.2.2. Caracterização dos migrantes: idades, estado civil e profissões _____   | 219 |
| 8.3. Imigração procedente da Galiza _____  | 229 |
| 8.3.1. Famílias de galegos e locais de fixação _____   | 231 |
| 8.3.2. O contributo dos galegos no desenvolvimento da pesca _____  | 238 |
| 8.4. Migrações de longa distância _____  | 242 |
| 8.4.1. Movimento de saídas e portos de embarque _____  | 246 |
| 8.4.2. Emigração com passaporte individual e coletivo _____  | 252 |
| 8.4.3. Distribuição dos emigrantes por sexo, estado civil e idades _____   | 254 |
| 8.4.4. Atividade profissional dos emigrantes _____   | 261 |
| 8.4.5. Saber ler e escrever _____  | 266 |
| 8.4.6. Destinos de emigração, reemigração e retorno _____  | 271 |
| 9. SOCIEDADE E FAMÍLIA _____   | 283 |
| 9.1. O testamento e a caracterização da população testadora _____  | 284 |
| 9.1.2. Atitudes perante a morte _____  | 297 |

|  |     |
|--|-----|
| 9.1.3. Processos de transmissão da herança _____   | 305 |
| 9.1.3.1. A atribuição da herança em casais com mais de um filho _____                      | 308 |
| 9.1.3.2. Atribuição da herança em casais infecundos e indivíduos celibatários _____        | 316 |
| 9.2. Família e composição do agregado doméstico _____                                      | 319 |
| 9.2.1. População e sua distribuição espacial segundo os fogos recenseados em 1828<br>_____ | 319 |
| 9.2.2. Caracterização dos chefes de fogo _____   | 324 |
| 9.2.3. Estrutura dos agregados domésticos _____  | 328 |
| CONCLUSÕES _____   | 333 |
| 10. ANEXOS _____   | 339 |
| 11. FONTES E BIBLIOGRAFIA _____  | 370 |
| 11.1. FONTES MANUSCRITAS _____   | 370 |
| 11.2. FONTES IMPRESSAS _____   | 373 |
| 11.2.1. Estatística e Relatórios _____   | 373 |
| 11.2.2. Legislação _____   | 374 |
| 11.2.3. Imprensa _____   | 376 |
| 11.3. BIBLIOGRAFIA _____   | 377 |

## Índice de Tabelas

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 Manifesto do gado bovino no concelho de Caminha.....   | 31  |
| Tabela 2 Produção de milho nas paróquias do concelho de Caminha.....  | 32  |
| Tabela 3 Cômguas e derramas das freguesias do concelho de Caminha .....   | 37  |
| Tabela 4 Evolução comparada do número de habitantes nas freguesias do concelho de Caminha.....                            | 49  |
| Tabela 5 Evolução do número de fogos nas freguesias do concelho de Caminha .....  | 53  |
| Tabela 6 Comparativo da dimensão média dos fogos nas freguesias do concelho de Caminha.....                               | 55  |
| Tabela 7 Aspetos globais da população do concelho de Caminha e da paróquia de Gontinhães .....                            | 56  |
| Tabela 8 Relações de masculinidade globais em Gontinhães .....  | 62  |
| Tabela 9 Repartição da população de Gontinhães por género e estado civil .....  | 62  |
| Tabela 10 Sazonalidade dos casamentos por períodos.....   | 72  |
| Tabela 11 Idade média ao primeiro casamento (< de 50 anos) .....  | 79  |
| Tabela 12 Comparativo das idade médias ao primeiro casamento por períodos entre paróquias do Alto Minho (<50 anos).....   | 80  |
| Tabela 13 Idade média ao primeiro casamento (< de 50 anos) .....  | 81  |
| Tabela 14 Comparativo das idades médias ao primeiro casamento entre freguesias do Alto Minho .....                        | 82  |
| Tabela 15 Comparativo das idades médias ao primeiro casamento entre Gontinhães e paróquias da Galiza (< de 50 anos) ..... | 83  |
| Tabela 16 Comparativo das idades médias diferenciais ao primeiro casamento .....  | 84  |
| Tabela 17 Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento (%) .....   | 85  |
| Tabela 18 Repartição proporcional diferencial ao primeiro casamento 1830-1924.....  | 86  |
| Tabela 19 Idades combinadas dos nubentes celibatários (%).....  | 87  |
| Tabela 20 Diferença de idades entre os nubentes ao primeiro casamento (%) .....   | 88  |
| Tabela 21 Estado civil anterior dos nubentes .....  | 89  |
| Tabela 22 Estado civil combinado dos nubentes.....  | 90  |
| Tabela 23 Viuvez e ulterior casamento .....   | 91  |
| Tabela 24 Idade média dos viúvos a um novo casamento.....   | 92  |
| Tabela 25 Frequência do recasamento segundo a idade à viuvez .....  | 92  |
| Tabela 26 Comparativo do recasamento entre paróquias (%).....   | 93  |
| Tabela 27 Celibato definitivo .....   | 94  |
| Tabela 28 Celibato definitivo .....   | 96  |
| Tabela 29 Celibato definitivo diferencial .....   | 98  |
| Tabela 30 Comparativo do celibato definitivo entre paróquias.....   | 99  |
| Tabela 31 Casamentos endogâmicos e exogâmicos .....   | 100 |
| Tabela 32 Procedência geográfica dos nubentes .....   | 101 |
| Tabela 33 Sazonalidade dos nascimentos por períodos.....  | 109 |
| Tabela 34 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades (‰) e descendência teórica .....                             | 112 |
| Tabela 35 Idade média da mãe ao nascimento do último filho (famílias completas) ..  | 115 |

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 36 Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas (‰).....  | 116 |
| Tabela 37 Taxas de fecundidade legítima diferenciais por gerações femininas (‰) 1830-1895 .....                    | 117 |
| Tabela 38 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (‰) .....                                     | 118 |
| Tabela 39 Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento (famílias completas) ..... | 120 |
| Tabela 40 Ausência de filhos segundo a idade ao casamento 1700-1895.....   | 121 |
| Tabela 41 Intervalo protogenésico por grupos de idades e períodos.....   | 123 |
| Tabela 42 Comparativo do intervalo protogenésico entre comunidades 1830-1919 ..                                    | 125 |
| Tabela 43 Intervalo protogenésico médio .....  | 125 |
| Tabela 44 Intervalo protogenésico inferior a um ano (%) 1700-1919 .....  | 126 |
| Tabela 45 Primeiro intervalo intergenésico médio.....  | 127 |
| Tabela 46 Intervalos intergenésicos médios sucessivos (famílias numerosas) .....                                   | 128 |
| Tabela 47 Intervalos intergenésicos médios.....  | 129 |
| Tabela 48 Comparativo de intervalos intergenésicos médios 1830-1895 .....  | 129 |
| Tabela 49 Distribuição das famílias segundo o número de filhos.....  | 131 |
| Tabela 50 Comparativo da distribuição diferencial do número de filhos.....   | 132 |
| Tabela 51 Duração das uniões conjugais.....  | 133 |
| Tabela 52 Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses .....   | 135 |
| Tabela 53 Conceções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento.....                                       | 137 |
| Tabela 54 Comparativo das conceções pré-nupciais 1830-1923.....  | 138 |
| Tabela 55 Evolução percentual da filiação ilegítima.....   | 140 |
| Tabela 56 Naturalidade das mães de filhos ilegítimos .....   | 144 |
| Tabela 57 Estado civil das mães de filhos ilegítimos.....  | 144 |
| Tabela 58 Idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho conhecido .....                           | 145 |
| Tabela 59 Distribuição das mães de ilegítimos por grupos de idades .....   | 146 |
| Tabela 60 Ulterior casamento das mães solteiras .....  | 147 |
| Tabela 61 Profissões conhecidas das mães solteiras .....   | 147 |
| Tabela 62 Distribuição das mães de ilegítimos segundo o número de filhos.....                                      | 150 |
| Tabela 63 Comparativo da distribuição das mães de ilegítimos segundo o número de filhos .....                      | 150 |
| Tabela 64 Evolução percentual de expostos em Gontinhães.....   | 155 |
| Tabela 65 Evolução percentual de expostos e de ilegítimos .....  | 156 |
| Tabela 66 Relação de masculinidade de expostos e ilegítimos .....  | 158 |
| Tabela 67 Comparativo de expostos em Gontinhães e no concelho de Caminha .....                                     | 159 |
| Tabela 68 Mortalidade normal e mortalidade excecional dos maiores de 7 anos .....                                  | 166 |
| Tabela 69 Mortalidade normal e mortalidade excecional dos menores de 7 anos .....                                  | 167 |
| Tabela 70 Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos 1634 a 1699 ..                                | 167 |
| Tabela 71 Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos Século XVIII                                  | 168 |
| Tabela 72 Intensidade das crises de mortalidade dos maiores de 7 anos Século XIX .                                 | 172 |
| Tabela 73 Intensidade das crises de mortalidade dos menores de 7 anos .....  | 172 |
| Tabela 74 Intensidade das crises de mortalidade 1900-1924 .....  | 182 |
| Tabela 75 Patologias e óbitos por grupos de idade (1880-1905) .....  | 189 |

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 76 Sazonalidade dos óbitos dos maiores de 7 anos .....  | 192 |
| Tabela 77 Sazonalidade dos óbitos dos menores de 7 anos .....  | 195 |
| Tabela 78 Mortalidade geral e esperança de vida de indivíduos casados Gerações nascidas de 1660 a 1824 ..... | 197 |
| Tabela 79 Comparativo da esperança de vida entre paróquias.....  | 199 |
| Tabela 80 Local ao óbito 1624-1834.....  | 212 |
| Tabela 81 Rotas dos migrantes internos a partir de Vila Nova de Cerveira 1829-1840 .....                     | 214 |
| Tabela 82 Distribuição dos migrantes por grupos de idades e estado civil.....                                | 221 |
| Tabela 83 Famílias de origem galega.....   | 232 |
| Tabela 84 Embarcações de pesca em 1843 .....   | 239 |
| Tabela 85 Movimento de pescado no porto de Gontinhães.....   | 240 |
| Tabela 86 Comparativo do volume de pescado entre os vários portos costeiros do Minho (1886) .....            | 241 |
| Tabela 87 Comparativo de salários em réis.....   | 245 |
| Tabela 88 Portos de embarque.....  | 249 |
| Tabela 89 Emigração individual e coletiva 1836-1924.....   | 252 |
| Tabela 90 Portadores de passaportes coletivos 1836-1924 .....  | 253 |
| Tabela 91 Distribuição dos emigrantes por sexo.....  | 255 |
| Tabela 92 Estado civil e sexo dos emigrantes .....   | 256 |
| Tabela 93 Distribuição dos emigrantes por grupos de idades .....   | 259 |
| Tabela 94 Distribuição dos emigrantes por setores e atividades 1836-1924.....                                | 263 |
| Tabela 95 Emigrantes que sabiam escrever.....  | 268 |
| Tabela 96 Países de destino .....  | 271 |
| Tabela 97 Indicação de destino no Brasil.....  | 273 |
| Tabela 98 Reemigração 1836-1924.....   | 275 |
| Tabela 99 Movimento de testamentos, dotes e doações.....   | 285 |
| Tabela 100 Relação entre testamentos óbitos (>14 anos) .....   | 286 |
| Tabela 101 Distribuição de testadores por género e estado civil .....  | 287 |
| Tabela 102 Intervalo entre a data de realização do testamento e a data de óbito do testador 1831-1919 .....  | 288 |
| Tabela 103 Estado físico do testador no momento da redação do testamento .....                               | 289 |
| Tabela 104 Local de redação do testamento.....   | 290 |
| Tabela 105 Atividade profissional dos testadores por sexos 1831-1919 .....                                   | 291 |
| Tabela 106 Rendimento coletável dos testadores 1867-1907 .....   | 293 |
| Tabela 107 Distribuição dos testadores no espaço geográfico de Gontinhães.....                               | 296 |
| Tabela 108 Esmolas em género e numerário 1831-1919 .....   | 300 |
| Tabela 109 Ofícios solenes por testador.....   | 302 |
| Tabela 110 Número médio de missas pedidas por testador (por intenção própria e de familiares).....           | 302 |
| Tabela 111 Número de missas pedidas por testador segundo o género .....                                      | 303 |
| Tabela 112 Testadores, estado civil e descendência.....  | 307 |
| Tabela 113 Opções na transmissão da herança em famílias com mais de um filho.....                            | 309 |



|   |     |
|---|-----|
| Tabela 114 Herdeiros beneficiados com o terço dos testadores casados/viúvos com mais de um filho..... | 311 |
| Tabela 115 Estado civil dos herdeiros da totalidade do terço .....                                    | 312 |
| Tabela 116 Ordem da descendência beneficiada com o terço segundo o género.....                        | 313 |
| Tabela 117 Estado civil, género e residência dos filhos beneficiados com o terço.....                 | 314 |
| Tabela 118 Relação de parentesco entre testadores casados sem filhos e herdeiros....                  | 316 |
| Tabela 119 Relação entre testadores celibatários e herdeiros .....                                    | 316 |
| Tabela 120 Número de fogos por freguesia no concelho de Caminha 1828.....                             | 320 |
| Tabela 121 População de Gontinhães em 1828.....   | 321 |
| Tabela 122 População masculina por estado civil e grupos de idades .....                              | 321 |
| Tabela 123 Dimensão média dos fogos em várias paróquias da região do Minho .....                      | 322 |
| Tabela 124 Distribuição dos fogos e habitantes por lugares em Gontinhães .....                        | 323 |
| Tabela 125 Género e estado civil dos chefes dos agregados domésticos .....                            | 325 |
| Tabela 126 Distribuição das chefias de fogo por grupos de idade .....                                 | 326 |
| Tabela 127 Estrutura socioprofissional comparada dos chefes de fogo do sexo masculino.....            | 327 |
| Tabela 128 Distribuição comparada do número de gerações presentes em cada fogo.                       | 328 |
| Tabela 129 Estrutura interna dos agregados domésticos.....  | 330 |
| Tabela 130 Estrutura dos agregados domésticos complexos por região .....                              | 332 |

## Índice de Gráficos

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1 Evolução do número de habitantes de Gontinhães e do concelho de Caminha .....                                | 52  |
| Gráfico 2 Evolução do número de fogos em Gontinhães e no concelho de Caminha ...                                       | 54  |
| Gráfico 3 Movimento comparado de nascimentos e óbitos .....  | 57  |
| Gráfico 4 Saldo Fisiológico .....  | 58  |
| Gráfico 5 Movimento anual dos casamentos .....   | 68  |
| Gráfico 6 Sazonalidade dos casamentos por períodos .....   | 72  |
| Gráfico 7 Sazonalidade comparada dos casamentos .....  | 73  |
| Gráfico 8 Sazonalidade comparada dos casamentos .....  | 74  |
| Gráfico 9 Sazonalidade comparada dos casamentos entre paróquias de diferentes regiões .....                            | 75  |
| Gráfico 10 Sazonalidade diferencial dos casamentos 1830-1924 .....   | 76  |
| Gráfico 11 Distribuição semanal casamentos (1646-1699).....  | 77  |
| Gráfico 12 Distribuição semanal casamentos (1700-1799).....  | 77  |
| Gráfico 13 Distribuição semanal casamentos (1800-1899).....  | 77  |
| Gráfico 14 Distribuição semanal casamentos (1900-1924).....  | 77  |
| Gráfico 15 Idade média ao primeiro casamento (< de 50 anos).....   | 80  |
| Gráfico 16 Idade média ao primeiro casamento (< de 50 anos).....   | 82  |
| Gráfico 17 Celibato definitivo.....  | 95  |
| Gráfico 18 Celibato definitivo.....  | 96  |
| Gráfico 19 Movimento anual dos nascimentos .....   | 107 |
| Gráfico 20 Comparativo dos movimentos de nascimentos e casamentos .....  | 108 |
| Gráfico 21 Sazonalidade dos nascimentos por períodos .....   | 109 |
| Gráfico 22 Sazonalidade diferencial dos nascimentos 1830-1924.....   | 111 |
| Gráfico 23 Sazonalidade dos nascimentos de primogénitos e dos casamentos.....  | 111 |
| Gráfico 24 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades (‰).....   | 113 |
| Gráfico 25 Idade média da mãe ao nascimento do último filho.....   | 115 |
| Gráfico 26 Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas.....   | 116 |
| Gráfico 27 Taxas de fecundidade legítima diferenciais por gerações femininas (‰)<br>1830-1895 .....                    | 117 |
| Gráfico 28 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (‰) 1700-<br>1799 .....                          | 119 |
| Gráfico 29 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (‰) 1800-<br>1895 .....                          | 119 |
| Gráfico 30 Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao<br>casamento (famílias completas) ..... | 120 |
| Gráfico 31 Intervalo protogenésico (todas as idades) .....   | 124 |
| Gráfico 32 Evolução percentual da filiação ilegítima .....   | 140 |
| Gráfico 33 Evolução percentual de expostos e ilegítimos em Gontinhães .....  | 156 |
| Gráfico 34 Movimento anual dos óbitos dos maiores de 7 anos .....  | 164 |
| Gráfico 35 Movimento anual dos óbitos dos menores de 7 anos .....  | 165 |
| Gráfico 36 Produção de milho no concelho de Caminha (alqueires).....   | 174 |

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 37 Preço médio do milho no concelho de Caminha (1838-1924).....  | 177 |
| Gráfico 38 Distribuição anual de óbitos de menores de 7 anos (1906).....   | 182 |
| Gráfico 39 Distribuição anual de óbitos dos maiores de 7 anos (1918).....  | 184 |
| Gráfico 40 Distribuição anual de óbitos de menores de 7 anos (1918-1920).....  | 185 |
| Gráfico 41 Movimento de entrada de doentes no Hospital da Misericórdia de Caminha (1918) .....                       | 185 |
| Gráfico 42 Comparativo entre os movimentos de óbitos, de internamento e preço do milho.....                          | 186 |
| Gráfico 43 Movimento de internamento dos doentes no Hospital da Misericórdia de Caminha.....                         | 188 |
| Gráfico 44 Causas de internamento dos doentes no Hospital da Misericórdia de Caminha (1880-1905).....                | 191 |
| Gráfico 45 Sazonalidade dos óbitos dos maiores de 7 anos .....   | 192 |
| Gráfico 46 Distribuição anual de óbitos no Hospital da Misericórdia de Caminha 1880-1905 .....                       | 193 |
| Gráfico 47 Distribuição anual dos internamentos por patologia no Hospital da Misericórdia de Caminha 1880-1905 ..... | 194 |
| Gráfico 48 Sazonalidade dos óbitos dos menores de 7 anos .....   | 195 |
| Gráfico 49 Sazonalidade dos óbitos dos menores de 1 ano.....   | 195 |
| Gráfico 50 Esperança de vida de indivíduos casados.....  | 198 |
| Gráfico 51 Esperança de vida de indivíduos casados.....  | 198 |
| Gráfico 52 Distribuição anual de óbitos ocorridos fora da paróquia (por décadas).....                                | 210 |
| Gráfico 53 Distribuição sazonal dos óbitos ocorridos fora da paróquia (N) 1624-1834 .....                            | 219 |
| Gráfico 54 Movimento anual de saídas 1860-1924.....  | 247 |
| Gráfico 55 Movimento de saídas por períodos de 5 anos 1860-1924 .....  | 247 |
| Gráfico 56 Estado civil dos emigrantes masculinos por períodos.....  | 257 |
| Gráfico 57 Estado civil dos emigrantes femininos por décadas .....   | 258 |
| Gráfico 58 Distribuição por grupos de idades à primeira saída conhecida .....  | 259 |
| Gráfico 59 Distribuição dos emigrantes por setores de atividade .....  | 261 |
| Gráfico 60 Distribuição dos emigrantes da construção civil.....  | 265 |
| Gráfico 61 Sazonalidade à redação dos testamentos .....  | 287 |

## **Índice de Mapas**

|  |     |
|--|-----|
| Mapa 1 Distrito de Viana do Castelo.....   | 25  |
| Mapa 2 Concelho de Caminha.....  | 25  |
| Mapa 3 Relações de masculinidade nas freguesias do concelho de Caminha 1801..... | 60  |
| Mapa 4 Relações de masculinidade nas freguesias do concelho de Caminha.....      | 61  |
| Mapa 5 Local ao óbito e fluxos de deslocação.....                                | 212 |
| Mapa 6 Zona compreendida entre a estrada real, a linha da CP e o litoral.....    | 237 |
| Mapa 7 Distribuição da população de Gontinhães segundo as Ordenanças de 1828...  | 324 |

## **Índice de Anexos**

|  |     |
|--|-----|
| Anexo 1 Tombo dos limites de Santa Marinha de Gontinhães 10 de junho de 1539..                                   | 339 |
| Anexo 2 Inventário dos ornamentos e cálices da Igreja de Santa Marinha de Gontinhães<br>3 de agosto de 1625..... | 341 |
| Anexo 3 Responsáveis redatoriais de Santa Marinha de Gontinhães (1623-1924).....                                 | 342 |
| Anexo 4 Livros de registos paroquiais de Santa Marinha de Gontinhães.....  | 343 |
| Anexo 5 População do concelho de Caminha 1527-1532.....  | 343 |
| Anexo 6 População do concelho de Caminha 1706 e 1758.....  | 344 |
| Anexo 7 População do concelho de Caminha 1794.....   | 344 |
| Anexo 8 População do concelho de Caminha 1798.....   | 345 |
| Anexo 9 População do concelho de Caminha.....  | 345 |
| Anexo 10 População do concelho de Caminha 1849.....  | 346 |
| Anexo 11 Relação de masculinidade ao nascimento.....   | 346 |
| Anexo 12 Sazonalidade comparada dos casamentos entre freguesias do Alto Minho<br>Índices.....                    | 346 |
| Anexo 13 Sazonalidade comparada dos casamentos entre regiões Índices.....  | 346 |
| Anexo 14 Sazonalidade diferencial dos casamentos (1830-1924).....  | 347 |
| Anexo 15 Idade média dos homens ao primeiro casamento em anos de guerra (1704-<br>1714).....                     | 347 |
| Anexo 16 Distribuição sazonal de óbitos de adultos durante a crise de 1743-1744 ....                             | 347 |
| Anexo 17 Distribuição sazonal de óbitos de adultos durante a crise de 1833.....                                  | 348 |
| Anexo 18 Distribuição sazonal de óbitos de menores de 7 anos durante a crise de 1852<br>.....                    | 348 |
| Anexo 19.....  | 348 |
| Anexo 20 Distribuição sazonal de óbitos de maiores de 7 anos durante a crise de 1879<br>.....                    | 349 |
| Anexo 21 Distribuição sazonal de óbitos de menores de 7 anos durante a crise de 1879<br>.....                    | 349 |
| Anexo 22 Distribuição sazonal de óbitos durante a crise de 1895 (todas as idades) ...                            | 349 |
| Anexo 23 Distribuição sazonal de óbitos de menores de 7 anos durante a crise de 1895<br>.....                    | 350 |
| Anexo 24 Principais crises de mortalidade entre 1852 e 1920 por grupos de idade ....                             | 350 |
| Anexo 25 Local ao óbito (1624 a 1834).....   | 351 |

|   |     |
|---|-----|
| Anexo 26 Descendentes da primeira família galega .....  | 352 |
| Anexo 27 Descendentes de famílias de pai imigrante galego .....                                     | 353 |
| Anexo 28 Descendentes de famílias de mãe imigrante galega.....                                      | 354 |
| Anexo 29 Descendentes de famílias de mãe imigrante galega solteira.....                             | 354 |
| Anexo 30 Vendas de pescado nos portos de mar de Caminha e Viana do Castelo.....                     | 355 |
| Anexo 31 Gamela de A Guarda e Masseur de Gontinhães .....   | 355 |
| Anexo 32 Vendas de pescado de Gontinhães e Viana do Castelo (1885-1886).....                        | 355 |
| Anexo 33 Algumas cartas de chamada incluídas nos processos de passaporte.....                       | 356 |
| Anexo 34 Exemplos de cartas de recomendação, declarações, consentimento, guia de preparativos ..... | 362 |
| Anexo 35 Setores de atividade e profissões nos recenseamentos eleitorais.....                       | 366 |
| Anexo 36 Testadores por género, estado civil e idade média 1831-1919 .....                          | 367 |
| Anexo 37 Padres acompanhantes no cortejo fúnebre.....   | 367 |
| Anexo 38 Famílias com maior contribuição coletável - estratégias de reprodução social .....         | 368 |
| Anexo 39 Missas pedidas por devoção.....  | 369 |

## **Abreviaturas**

A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga

A.D.V.C. – Arquivo Distrital de Viana do Castelo

A.G.C.V.C. – Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

A.H.D.T.V. – Arquivo Histórico Diocesano de Tui-Vigo

A.J.F.V.P.A. – Arquivo da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora

A.M.C. – Arquivo Municipal de Caminha

A.M. P. – Arquivo Municipal do Porto

A.M.P.L. – Arquivo Municipal de Ponte de Lima

A.M.V.C. – Arquivo Municipal de Viana do Castelo

A.M.V.N.C. – Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira

A.P.V.P.A. – Arquivo Paroquial de Vila Praia de Âncora

## 1. INTRODUÇÃO

De duas áreas científicas - Demografia e a História – resultou a nova disciplina da Demografia Histórica. “Já não se trata mais do estudo restrito, limitado, das grandes figuras, dos heróis ou das camadas dominantes e donas do poder, das cabeças coroadas ou dos sangues enobrecidos. Foram, sobretudo, as massas silenciosas, dominadas a maior parte das vezes, não letradas, que a Demografia Histórica teve por objeto”. Foram estas massas anónimas que, ao longo de gerações, formaram e escoraram grande parte da atual comunidade de Santa Marinha de Gontinhães.

Santa Marinha de Gontinhães foi, até ao final da primeira metade do século XIX, uma paróquia de características rurais, sofrendo a partir de então uma crescente aceleração demográfica que culminará em 1924 com a sua elevação a vila - Vila Praia de Âncora -, transformando-se na freguesia mais populosa do concelho de Caminha.

Até ao presente estudo, a evolução demográfica de Gontinhães encontrava-se ainda por investigar. Como viveram, sobreviveram e evoluíram as famílias ao longo do tempo? Que atividades económicas prevaleceram ao longo do tempo? Que novos setores económicos surgiram ao longo do período e qual o seu peso no desenvolvimento da comunidade e da população? Existiriam comunidades do exterior que contribuíram para o crescimento demográfico de Gontinhães? Qual o papel da mobilidade na paróquia? Que práticas culturais e sociais subsistiram nos comportamentos das populações?

Visando dar resposta a estas e outras questões, os objetivos privilegiados da presente investigação são os seguintes: a análise da evolução demográfica e populacional de Gontinhães ao longo de três séculos (1624-1924) e a compreensão do papel desempenhado pelas suas estruturas económicas e sociais; o estudo de comportamentos diferenciados entre comunidades profissionais distintas; a observação dos movimentos migratórios e as suas consequências ao nível do crescimento demográfico das populações em estudo; a atratividade exercida pela freguesia na região do Alto Minho, com a emergência de novas atividades económicas durante o século XIX; a observação da sociedade e da família através das vivências e práticas socioculturais dos indivíduos.

Neste contexto, e no sentido de interpretar os ritmos e as dinâmicas demográficas desta população, iniciámos a nossa observação em 1624, data em que são

---

<sup>1</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza, “Introdução”, in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade - Evolução das Sociedades Pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 11.

conhecidos os primeiros registos paroquiais, prolongando-a até 1924, período amplo e passível de nos oferecer uma visão abrangente do percurso desta comunidade. A metodologia de reconstituição de paróquias respondeu às necessidades da presente investigação e foi considerada como a mais adequada às características gerais dos registos portugueses, perspetivando “uma nova História da Família, uma nova História Social, e, ao mesmo tempo o enriquecimento da História da População”<sup>2</sup>.

Esta aproximação demográfica das populações do passado implica o levantamento e cruzamento nominativo da informação proveniente dos registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos, permitindo análises transversais e longitudinais a um período de estudo de longa duração.

No caso de Gontinhães, tivemos a possibilidade de dispor de séries contínuas e completas de registos, que permitiram a construção de uma base de dados muito sólida e centrada na demografia. Deste modo, através da reconstituição da paróquia, daremos particular ênfase à demografia da comunidade na abordagem microanalítica das suas populações, privilegiando a informação extraída do levantamento de dados dos registos paroquiais.

Na primeira parte desta tese, abordaremos aspetos de enquadramento geral da paróquia e da evolução dos seus quantitativos populacionais. Posteriormente, procederemos ao estudo das variáveis microdemográficas (nupcialidade, fecundidade, mortalidade e mobilidade), responsáveis pelas alterações estruturais e pelos diferentes ritmos de crescimento verificados ao longo do tempo. Finalmente, utilizando a informação proveniente de fontes secundárias (testamentos, ordenanças, entre outras), mas sempre em cruzamento nominativo com a base de dados demográfica existente, procuraremos compreender, à luz da interação entre as diversas variáveis, a estrutura da família e sociedade desta população, através da análise das suas práticas socioculturais e do estudo dos agregados doméstico, com particular centralidade no século XIX.

Embora existam muitos e diversos estudos acerca dos comportamentos demográficos em populações históricas do Baixo Minho, na área do Alto Minho poucos foram produzidos<sup>3</sup>. Neste contexto, importa aprofundar a história da população de

---

<sup>2</sup> AMORIM, Maria Norberta, “Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos paroquiais”, in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX, 1, 1991, pp. 7-25.

<sup>3</sup> Para a região do Alto Minho existem os seguintes trabalhos resultantes de dissertações de mestrado apresentadas no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho - SANTOS, Carlota, *Santiago de Romarigães, Comunidade rural do Alto Minho. Sociedade e Demografia (1640-1872)*, 1999; SOLÉ, Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho. Sociedade e Demografia (1593-1850)*, 2001; LAGIDO, Emília, *Santa Maria de Âncora (1624-1910). População e Sociedade*, 2004, MACHADO, Maria Arminda Loureiro, *S. Miguel da Facha 1710-1989. Evolução Demográfica de uma Paróquia de Ponte de Lima*, 1995.



Gontinhães, valorizando o conhecimento da História Local e Regional deste espaço geográfico e administrativo.

A partir da análise comparativa entre indicadores de paróquias estudadas em períodos aproximados, em particular do Alto Minho e Baixo Minho, e mesmo da vizinha Galiza, procurar-se-á revelar atitudes e comportamentos convergentes ou, pelo contrário, práticas reveladoras de contextos económicos, sociais e culturais distintos.



## 2. APRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO

“O que caracteriza a província é a densa profusão de gente, de culturas e de atividades. Tudo o que é vivo fervilha e pulula em agitação constante, como uma colmeia”.

Mattoso, Daveau, Belo  
*Portugal – O sabor da Terra - Minho*

A paróquia de Santa Marinha de Gontinhães, com a área de 8,32 km<sup>2</sup>, encontra-se localizada no Alto Minho a 16 km da cidade de Viana do Castelo (Mapa 1), capital do distrito, e a 6 km da sede do concelho de Caminha, este com a área de 129,66 km<sup>2</sup>.

**Mapa 1**  
**Distrito de Viana do Castelo**



Fonte: INE.

**Mapa 2**  
**Concelho de Caminha**



Fonte: Câmara Municipal de Caminha.

A freguesia foi elevada a vila com o nome de Vila Praia de Âncora em 8 de julho de 1924, caracterizando-se até essa data por um perfil maioritariamente rural, embora com novas atividades que alavancaram a sua economia a partir do segundo quartel do século XIX.

Localizada em vale fértil rodeado pelas faldas da Serra d’Arga, tem como limites a oeste, o oceano Atlântico; a sul, o rio Âncora e a freguesia de Âncora; a leste, as freguesias de Riba d’Âncora, Vile e Azevedo; a norte, a freguesia de Moledo (Mapa 2).

O primeiro tombo dos limites de Gontinhães<sup>4</sup> remonta a 1539 (Anexo 1), elaborado conforme ordens das Constituições Diocesanas, com o objetivo de acautelar os bens das paróquias e evitar conflitos entre si<sup>5</sup>. Os atuais limites geográficos foram estabelecidos a partir de 1877 entre as várias Juntas de Paróquias vizinhas<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> A.D.B., *Registo Geral*, caixa 288 (12).

<sup>5</sup> GARCIA, Jose António Garcia y, “Constituição MXXXIX acerca de se fazerem inventários de todas as herdades das Igrejas”, in *Synodicom Hispanum*, vol. 2, Madrid, Católica BAC, 1982, p. 171.

<sup>6</sup> A.J.F.V.P.A, *Livros de Actas da Junta de Paróquia*, n.º 1, Sessão de 6 de março de 1877.

## 2.1. O meio e os recursos económicos

No que diz respeito ao século XVIII, existem variadas descrições sobre a abundância de recursos naturais da Província de Entre-Douro-e-Minho que revelam aspetos das características geográficas e económicas da região:

“Está cortada esta Província por diferentes rios (...) esta variedade de rios, em terreno tão pequeno, não só enobrece a dita Província com perto de duzentas pontes de pedra lavrada (...) mas causa nela uma grande fertilidade, para o que contribui muito o número excessivo de suas fontes, de que se diz comumente passarem de vinte e cinco mil.

Entre os géneros, que ali se criam, em prodigiosa quantidade, se contam, trigo, vinhos, gados, linhos e lãs (...) ao mesmo tempo são muito abundantes as suas terras de toda a sorte de caça, e muito povoados os rios dos mais saborosos peixes”<sup>7</sup>.

Relativamente à dieta alimentar dos minhotos, as descrições referem que os povos desta região suportavam bem o rigor das estações, a sede e a fome. O pão de milho e centeio, o caldo de feijão ou couves, o vinho verde, algumas vezes carne de porco, bacalhau ou sardinhas, constituíam a base da sua alimentação<sup>8</sup>, circunstância que facilitava a existência de uma densidade demográfica elevada e de excedentes populacionais.

O rio Âncora perfilou-se como um dos traços característicos de homogeneização da paisagem, culturas e gentes da Ribeira Âncora. A sua designação é atribuída à ancoragem das embarcações romanas durante a ocupação deste território, quando o seu curso era navegável. Outra explicação possível surge-nos por via lendária<sup>9</sup>, mais propriamente a partir do episódio referente à Rainha D. Urraca que, em castigo da prática de adultério, teria sido lançada ao rio amarrada a uma mó ou a uma âncora.

A fartura das produções agrícolas e a qualidade de vida dos habitantes da ribeira do rio Âncora foram igualmente apontadas:

“Cria bogas, escalos, e trutas de extraordinária grandeza (...) cujas pescarias são livres em todo o ano. É pobre de cabedais, mas utilíssimo aos moradores das terras por onde corre; porque se aproveitam das suas águas, não só para a cultura dos campos, donde lhes nasce o serem abundantíssimos de toda a casta de frutos, e gados que pastam nas suas ribeiras, mas

---

<sup>7</sup> LIMA, Luiz Caetano de, *Geografia Histórica de Portugal em que se descrevem as suas províncias, cidades, e Villas principaes, com as suas fortificaçoens, e Praças de guerra*, vol. 2, Lisboa, Academia Real, 1736, p. 3.

<sup>8</sup> “Cadastro da Província do Minho”, in SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1997, pp. 103-162.

<sup>9</sup> MASCARENHAS, Jozeph Freyre de Monterroyo, *Nottas ao Nobiliário do Conde Dom Pedro de Barcelos: e tambem as notas de João Baptista Lavanha, Chronista Mór do Reyno de Portugal e Mestre de Mathematica de El Rey D. Filipe 4º e Comendador de Fornellos na Ordem de Christo*, que imprimio em Roma por Estevão Paolinio, 1640, pp. 132-141.

também pela grande quantidade de moinhos, que há em toda a sua corrente, que terá duas léguas de comprido. É cortado por várias pontes de cantaria”<sup>10</sup>.

As Memórias Paroquiais de 1758<sup>11</sup> apresentam-se como uma fonte importante para a compreensão do enquadramento geográfico, socioeconómico e cultural das paróquias que formam o vale percorrido pelo rio Âncora. Todos os párocos corroboraram a abundância das pescarias que eram livres desde a nascente até à foz do rio, praticadas ocasionalmente pelos habitantes. Testemunhos de finais do século XIX informam-nos ainda da sobrevivência de práticas rudimentares de pesca:

“No dia 4 de dezembro de 1880 foi-me oferecida de presente (...) uma truta caçada no sítio da Enchão no rio Âncora, a qual tinha 41 cm de comprimento por 10 de largo (...). É a truta maior que na minha vida tinha visto do rio Âncora e a qual foi primeiramente ferida com fisga e depois caçada à mão”<sup>12</sup>.

Na costa litoral, o abade de Gontinhães indicou em 1758 as espécies mais correntes (congrós, ruivos, pescada, raia, lagosta, canēja, melga, rodovalho, corvina e muita sardinha), referindo que a sua comercialização era efetuada através da entrada de barcos galegos.

Do mar, aproveitava-se o sargaço para adubo das terras, bem como o sal cuja extração encontra-se documentada pela existência de salinas e de “camboas” (círculos escavados em grandes plataformas rochosas na costa, que serviam para captura de peixe miúdo, e para o depósito de água salgada e produção de sal). Embora a pesca, praticada no rio ou no mar, se apresentasse como uma atividade económica incipiente, assumia uma complementaridade não desprezível na economia da população.

Para além do rio de águas abundantes e potáveis, vários afluentes desciam das encostas da serra, irrigando os campos de cultivo encravados no vale, deixando para a posteridade a toponímia que lhes está associada, como podemos ver nos exemplos dos lugares da Presa, Lameira, Retorta, Rego d’Água, Fonte de Jana, Rio de Março, Marouco d’Água, Entre-os-Rios, Fonte do Espilro.

Deste modo, o reticulado e denso sistema hidrográfico e orográfico do Vale do Âncora permitiu a irrigação dos campos lavrados através de um sistema de regadio

---

<sup>10</sup> CARDOSO, Luís, *Diccionario Geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas...* vol. 1, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751, pp. 473-474.

<sup>11</sup> CAPELA, José Viriato, *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758 – Alto Minho. Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2005, pp. 109-146.

<sup>12</sup> GONÇALVES, Manuel José, *Apontamentos e Curiosidades. Descrição da freguesia de Ancora e apontamentos sobre outras da Ribeira Âncora*, arquivado particular da família, manuscrito não catalogado, 1886, fl. 71.

secular, composto por uma rede apertada de canais, presas e encanamentos de água que correram e percorreram todas as freguesias. Este sistema possibilitou durante séculos o abastecimento de água potável e a sobrevivência das culturas, favorecidas pela fecundação das chuvas, visto que é no Noroeste Português onde as precipitações são mais abundantes, acentuando-se nas montanhas mas não muito afastadas do mar<sup>13</sup>.

Aos anteriores fatores aliava-se a curta duração da estiagem que impedia as fontes e as ribeiras de secarem, garantia sempre o recurso a uma rega abundante e contribuía também para a “decomposição das rochas graníticas cujos detritos atapetavam as largas rechãs que entrecortavam as vertentes dos vales abertos pelos rios da região”<sup>14</sup>.

Os vários ribeiros e regatos que se juntaram ao rio Âncora permitiram a atividade de inúmeros moinhos e engenhos ao longo de todo o seu vale, alguns deles dispersos pela paisagem de Gontinhães.

Bem diferente da zona da Ribeira, a zona de Montanha adjacente e ao redor do rio Âncora – a Serra d’Arga - com uma altitude de cerca de 800m, apresentava características diferentes. Nesta área menos povoada, varrida por ventos áridos, com uma pluviosidade elevada e baixas temperaturas, as culturas rareavam e a população aglomerava-se em aldeias, rodeadas por vastos terrenos de pastagem e enormes extensões de penedia estéril.

Nas Memórias Paroquiais, estão assinalados os frutos da terra, colhidos em maior ou menor abundância, nas treze paróquias do Vale do Âncora. O milho, importado da América no início do século XVI e “encontrou na economia do Noroeste condições favoráveis para uma expansão extremamente rápida”<sup>15</sup>. Severim de Faria relatou que a sua introdução no Minho foi um grande benefício, “porque as searas são de regadio, nunca faltam; e fundindo muito, vem a ser o mantimento mais barato, com que o povo fica de todo abastado”<sup>16</sup>.

A introdução precoce do milho nesta região veio contribuir para suprir as necessidades das populações e, conseqüentemente, criar condições para o seu rápido crescimento demográfico, alterando em simultâneo a paisagem, a economia e a

---

<sup>13</sup> MEDEIROS, Carlos Alberto, *Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana. Uma Introdução*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 84.

<sup>14</sup> MATOSO, José, DAVEAU, Suzanne, BELO, Duarte, *Portugal – o Sabor da Terra. Minho*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 8-9.

<sup>15</sup> DAVEAU, Suzanne, *Portugal Geográfico*, 2ª edição, Lisboa, João Sá Costa, 1998, pp. 112-113.

<sup>16</sup> FARIA, Manuel Severim de, “Notícias de Portugal Offerecidas a El Rey N.S. Dom João o IV. Dos Remédios para a Falta da Gente”, Lisboa, Officina Crasbeeckiana, 1655, p. 20.

sociedade<sup>17</sup>. De facto, a implementação desta gramínea revelou-se, nas várias freguesias do Vale do Âncora, pela existência de várias espécies em 1758 – milho-alvo, milho miúdo, milho branco, milho grosso, milho - denotando uma evolução e expansão do cultivo do milho maiz, que foi substituindo as variantes menores em qualidade.

Em Gontinhães, o topónimo “lugar do Caniço”<sup>18</sup> existe desde o início da observação, o que permite comprovar a implementação e produção de milho desde tempos remotos. Esta introdução precoce do milho encontra-se comprovada pela sua produção maioritária relativamente aos demais cereais em todas as paróquias. O milho grosso convivia bem no sistema de minifúndio do Alto Minho, com toda a espécie de legumes, hortícolas, mais tarde com a batata e até com as ervas forrageiras para os gados<sup>19</sup>. Enquanto o milho grosso é o cereal mais abundante, o centeio é referido como uma produção pouco farta, o que não é de estranhar visto que para confeccionar a broa se utilizam habitualmente dez porções de milho para uma de centeio. O trigo, utilizado no fabrico do pão mais branco e mais fino por oposição ao pão escuro e mais popular, existia em pouca abundância, uma vez que era mais dispendioso e usado somente em dias de festa. A referência à existência de inúmeros moinhos, azenhas e engenhos, um pouco por todas as freguesias, traduz uma importante atividade de moagem, serração e tratamento do linho, indiciando a sua comercialização para outras comunidades.

“Apesar de todos os bloqueios, estas terras e estas gentes produziam o suficiente para si e, por cima de todas as contrariedades, ainda aprontavam excedentes que alimentavam alguma (para não dizer bastante) exportação para outras terras do reino e (esporadicamente) até para o estrangeiro”<sup>20</sup>.

O feijão era uma leguminosa que fazia parte da dieta alimentar, referida em muitas freguesias. A cevada, o mel e a cera encontravam-se somente mencionados em Gontinhães. De modo geral, a produção de vinho era indicada como pouco abundante e concentrava-se nas zonas baixas do Vale. As árvores de fruto constituíam uma importante fonte de riqueza para o Vale do Âncora, conhecendo-se a sua existência pelas escrituras notariais onde são minuciosamente detalhadas as espécies. Nesta medida, o sistema de minifúndio, alternando culturas de inverno e de primavera num

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4.ª edição, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962, pp. 115-122.

<sup>18</sup> Caniços ou espigueiros são estruturas em pedra de formato retangular, assentes sobre quatro “pernas” ou esteios onde se armazenava o milho em espiga. O topo e as paredes laterais são formados por esteios de pedra para conveniente arejamento do cereal. O telhado é encimado por cruz, benzendo o pão da terra.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Aurélio, “O Entre-Douro-e-Minho na Época Moderna. 1500.1820: Parâmetros de uma construção”, in *Minho, Traços de identidade*, Braga, Universidade do Minho, 2009, p. 380.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Aurélio, op. cit., p. 387.

sistema de agricultura intensiva, acautelava, em anos normais, a sobrevivência das populações.

A caça era referida em quase todas as freguesias, se bem que as lebres, os lobos, as raposas e as águias predominassem na Serra d'Arga. A pastorícia encontrava-se presente um pouco por todo o Vale, tornando-se frequente a criação livre de gado na zona de montanha onde “andam na serra todo o ano éguas e lá criam e de verão vacas e bois, que nela se sustentam e engordam”, embora “lobos e raposas façam muito dano nos gados de ovelhas e cabras que nela sobem todos os dias a pastar”<sup>21</sup>.

Este conjunto de fatores demonstra que estavam reunidas as condições naturais que permitiram a obtenção dos produtos essenciais para a base da alimentação das populações. A broa, a carne, o peixe, o vinho e a água potável (esta sempre em caudais renovados) consubstanciavam a essência da dieta frugal desta população, propiciando o relativo equilíbrio necessário à subsistência das gentes.

Apesar de tudo, um conjunto de tributos, de dízimos, de foros ou de juros recaía sobre a propriedade mesmo em anos de reduzida produtividade e, por conseguinte sobre a população. Esta conjuntura, aliada à existência de mão-de-obra excedentária, esteve na origem de fortes movimentos de migração masculina. No Inquérito de 1758, vários párocos alertavam para a insuficiência dos recursos existentes incapazes de assegurar a sobrevivência da população cada vez mais numerosa, como era o caso da paróquia vizinha de Riba d'Âncora:

“ (...) Os frutos desta terra (...) se colhem em pouca quantidade por ser a maior parte da terra desta freguesia estéril e poucos moradores os colhem para sustentar a família um ano e (...) saem todos homens a trabalhar por Lisboa e fora do Reino (...) e as mulheres fazem todo o serviço das sementeiras dos frutos (...) e todas as margens do rio se cultivam do princípio desta freguesia até entrar no mar”<sup>22</sup>.

No mesmo sentido, esta precariedade ficou patente na referência à necessidade crescente de criar alternativas económicas a esta agricultura de subsistência:

“Aqueles lavradores, que não cultivam quanto baste para sustento, procuram suprir esta falta indo com os seus bois e carro conduzir géneros de alimentação, exportação que navegam pelos rios Lima e Minho; mas como são muitos, e as distâncias pequenas, tiram disto pouco lucro, razão porque preferem antes sair a trabalhar para terras remotas, deixando a cultura entregue às mulheres e filhos”<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> CAPELA, José Viriato, 2005, pp. 457- 459.

<sup>22</sup> CAPELA, José Viriato, op. cit., pp. 109-146.

<sup>23</sup> CAPELA, José Viriato, op. cit., pp. 109-146.



Estas circunstâncias não impedem, porém, que se possa confirmar a importância da economia agrícola de Gontinhães no espaço geográfico do Vale do Âncora e do concelho de Caminha.

Podemos considerar que o número de cabeças de gado constitui um indicador de riqueza e de diferenciação social<sup>24</sup> que revela “o estado do desenvolvimento agrícola da paróquia e das suas estruturas sociais rurais, bem como da capacidade de rentabilizar economicamente a terra arável cujo sistema de minifúndio bloqueava o desenvolvimento agrícola”<sup>25</sup>. Nesta perspetiva, iremos observar o cômputo geral de animais de tração existente no concelho em 1798, sem contabilizar o gado cavalariço de reduzido número, disperso por todo o concelho.

**Tabela 1**  
**Manifesto do gado bovino no concelho de Caminha**  
**1798**

| Freguesia         | Carros     |             | Juntas de bois |             |
|-------------------|------------|-------------|----------------|-------------|
|                   | N          | %           | N              | %           |
| Argela            | 32         | 5,3         | 32             | 5,9         |
| Azevedo           | 16         | 2,7         | 16             | 2,9         |
| Caminha           | 7          | 1,2         | 7              | 1,3         |
| Cristelo          | 20         | 3,3         | 1              | 0,2         |
| Gondar            | 23         | 3,8         | 23             | 4,2         |
| <b>Gontinhães</b> | <b>73</b>  | <b>12,2</b> | <b>73</b>      | <b>13,4</b> |
| Lanhelas          | 47         | 7,8         | 47             | 8,6         |
| Moledo            | 40         | 6,7         | 2              | 0,4         |
| Orbacém           | 6          | 1,0         | 8              | 1,5         |
| Riba d'Âncora     | 80         | 13,3        | 80             | 14,7        |
| Seixas            | 67         | 11,2        | 67             | 12,3        |
| Venade            | 90         | 15,0        | 90             | 16,5        |
| Vila de Mouros    | 58         | 9,7         | 58             | 10,6        |
| Vilarelho         | 18         | 3,0         | 18             | 3,3         |
| Vile              | 23         | 3,8         | 23             | 4,2         |
| <b>Total</b>      | <b>600</b> | <b>100</b>  | <b>545</b>     | <b>100</b>  |

Fonte: A.M.C., Registo geral da Câmara de Caminha.

Os dados da Tabela 1 revelam que Gontinhães se apresentava como a terceira freguesia com maior número de carros e de juntas de bois, o que indica a sua importância económica dentro do concelho.

Anualmente, os eleitos e rendeiros do concelho de Caminha reuniam-se e tornavam pública a produção agrícola de cada freguesia, fixando, de acordo com a Câmara Municipal, o preço dos produtos principais (cereais, vinho, azeite, leguminosas).

<sup>24</sup> Em Gontinhães, nos inícios do século XX, os lavradores de uma casa abastada possuíam entre três a quatro juntas de vacas, os lavradores com algumas posses teriam duas a três juntas, enquanto os remediados uma junta ou, no máximo, três vacas (uma vaca puxava uma carroça, uma junta puxava um carro). Os jornaleiros, sem terra arável que justificasse a posse de animais, pediam emprestada um animal de tração por altura das sementeiras.

<sup>25</sup> CAPELA, José Viriato, “A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos. A Administração Municipal nos fins do Antigo Regime”, in *Barcelos-Revista*, vol. 3, n.º 1, Barcelos, 1988, p. 59.

Considerando o milho como um dos mais importantes componentes da alimentação da população do Vale do Âncora, procedemos ao levantamento e à comparação da sua produção, em alqueires, entre as várias freguesias que integravam o concelho (Tabela 2). Entre 1802 e 1810, Gontinhães era a freguesia que maior produção oferecia, seguida das paróquias de Venade e de Vilar de Mouros.

**Tabela 2**  
**Produção de milho nas paróquias do concelho de Caminha**

| Freguesias      | Anos |      |      |      |      |      |      |      |      | Total |
|-----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
|                 | 1802 | 1803 | 1804 | 1805 | 1806 | 1807 | 1808 | 1809 | 1810 |       |
| Arga de Baixo   | 2    | 20   | 20   | 25   | 20   | 30   | 50   | 20   | 12   | 199   |
| Arga de Cima    | 12   | 12   | 8    | 9    | 9    | 9    | 18   | 15   | 10   | 102   |
| Arga de S. João | 15   | 10   | 5    | 6    | 8    | 7    | 20   | 8    | 6    | 85    |
| Argela          | 60   | 50   | 40   | 50   | 40   | 40   | 25   | 20   | 12   | 337   |
| Azevedo         | 50   | 60   | 50   | 50   | 40   | 65   | 60   | 60   | 70   | 505   |
| Gondar          | 40   | 50   | 40   | 40   | 40   | 40   | 25   | 15   | 0    | 290   |
| Gontinhães      | 300  | 300  | 150  | 200  | 300  | 400  | 400  | 230  | 400  | 2680  |
| Lanhelas        | 130  | 150  | 100  | 150  | 150  | 140  | 130  | 200  | 150  | 1300  |
| Moledo          | 200  | 120  | 100  | 200  | 150  | 155  | 180  | 90   | 300  | 1495  |
| Orbacém         | 40   | 50   | 30   | 80   | 60   | 50   | 40   | 15   | 40   | 405   |
| Riba d'Âncora   | 200  | 100  | 90   | 120  | 90   | 130  | 100  | 0    | 100  | 930   |
| Seixas          | 167  | 197  | 60   | 200  | 200  | 100  | 200  | 150  | 150  | 1424  |
| Venade          | 200  | 150  | 150  | 300  | 250  | 300  | 280  | 200  | 160  | 1990  |
| Vila de Mouros  | 300  | 250  | 130  | 200  | 200  | 260  | 250  | 150  | 200  | 1940  |
| Vile            | 100  | 60   | 30   | 70   | 70   | 75   | 75   | 30   | 40   | 550   |
| Total           | 1816 | 1579 | 1003 | 1700 | 1627 | 1801 | 1853 | 1203 | 1650 | 14232 |

Fonte: A.M.C., Livros dos Acórdãos da Câmara de Caminha.

A partir do segundo quartel do século XIX, a paróquia desenvolveu-se gradualmente com a emergência de novas atividades económicas relacionadas com a pesca e a praia de banhos. Esta circunstância originou uma progressiva expansão populacional. A antiga aldeia de Gontinhães foi adquirindo a designação de “Praia d’Âncora” (nome do apeadeiro dos caminhos de ferro inaugurado em 30 de junho de 1878<sup>26</sup>) quer pela sua contiguidade à praia quer à foz do rio com o mesmo nome.

O topónimo Praia d’Âncora impôs-se rapidamente como novo lugar ou mesmo nova freguesia. O centro comunitário de Gontinhães, antes localizado a cerca de um 1,5 km do litoral, começa a deslocar-se agora em direção ao litoral. A partir de meados do século XIX, as crónicas da imprensa regional evidenciam já uma ambiguidade na designação da freguesia, ora Gontinhães ora Praia d’Âncora.

Construídas durante as décadas de 1850 e de 1860, a estrada real de Viana a Caminha e a nova ponte sobre o rio Âncora uniram pela primeira vez as suas margens,

<sup>26</sup> GONÇALVES, Manuel José, op. cit., fl. 52.

possibilitando a circulação junto ao litoral. Mais tarde, a nova estrutura ferroviária conferiu ao lugar costeiro da Lagarteira uma maior visibilidade. Em consequência, assistiu-se à chegada de famílias, investidores e à introdução de novos serviços – aduaneiros, alfandegários, fiscais, correios, telégrafo - este último implementado em 11 de setembro de 1887.

Face às exigências de conforto dos banhistas, surgiram as mais diversificadas atividades profissionais, essencialmente ligadas ao comércio, o que conduziu, por um lado, ao restauro das velhas e poucas casas existentes neste lugar ribeirinho e, por outro, à construção de habitações modernas.

As novas zonas residenciais acompanharam o percurso da nova artéria que atravessou a freguesia junto à costa. Novas habitações de gosto “brasileiro” demarcavam-se tanto em relação ao bairro piscatório, rente às areias da praia, como em relação ao aglomerado rural mais antigo, aconchegado junto ao monte do Calvário e às faldas da serra d’Arga.

Inicialmente de cariz sazonal, alugavam-se quartos durante o período estival. Mais tarde, fixaram-se em permanência. Com o desenvolvimento da praia de banhos, fundaram-se alguns hotéis a partir do terceiro quartel do século XIX. A fundação de teatros, clubes associativos, assembleias e associações teve como principal objetivo atrair e fixar banhistas e clientelas, proporcionando-lhes as comodidades a que estavam habituados nos meios citadinos.

## **2.2. Aspetos históricos**

Do rio Âncora, o Vale lhe tomou o nome. O hidrónimo e topónimo Âncora teriam origem no radical indo-europeu *Anc*, que significa “aquele que tem poder”<sup>27</sup>. Este radical está presente noutros topónimos da região do Minho e da Galiza, como por exemplo, em Camposancos, localidade ribeirinha galega situada em frente a Caminha.

As condições naturais do Vale do Âncora facilitaram a ocupação do Homem desde há milhares de anos. A sua localização em enseada, onde se unem o mar, o rio, o vale e a montanha, propiciou a pesca, a caça e a recolção de recursos naturais em abundância. Assim o comprovam os instrumentos líticos, vulgarmente denominados

---

<sup>27</sup> SILVA, Armando Coelho da, in *Jornal Terra e Mar*, de 15 de setembro de 2010.

como “picos ancorenses”<sup>28</sup>, que podem datar-se entre 19.000 a.C.<sup>29</sup> e 10.000 a.C.<sup>30</sup>, cuja utilização teria perdurado até ao primeiro milénio a.C. em ambiente castrejo.

Da Proto-História à Romanização, o assentamento dos povoados no Vale do Âncora encontra-se bem comprovado pela proliferação de castros e materiais encontrados<sup>31</sup>.

Desde o Bronze Final que os povoados foram progredindo ao sabor das facilidades climáticas, da fertilidade dos campos, da introdução de sementes, de novas técnicas de cultivo e colheita e dos avanços tecnológicos que o domínio da metalurgia propiciava. Iniciou-se neste período uma progressiva fixação e humanização da paisagem, evidente na presença de monumentos impressionantes pela conceção e pelo esforço construtivo, o que denota organização no trabalho e, conseqüentemente, a existência de uma hierarquização social. Situado em Gontinhães, o Dólmen ou Anta da Barrosa, cuja construção se pode datar a cerca de 3500 a.C.<sup>32</sup>, constitui o exemplar mais emblemático e melhor conservado nesta área, documentando a sedentarização dos povos e a expressiva intervenção do Homem na paisagem.

Possuindo o Vale do Âncora significativos recursos minerais, iniciou-se um processo de desflorestação e alargamento da área cultivável com a introdução da metalurgia do bronze. Um pouco por todo o Vale do Âncora, nas vertentes das encostas viradas ao rio, encontramos gravuras rupestres, algumas com decoração similar à da cerâmica castreja<sup>33</sup>. A sua localização sugere uma deslocação do povoamento para zonas de maior altitude e uma maior dependência dos recursos pecuários associados à pastorícia. Os motivos destas gravuras parecem manifestar uma itinerância de pedreiros e a existência desta profissão desde tempos muito remotos no Vale - os construtores de castros.

A Cidade de Âncora-Afife constitui um dos maiores povoados castrejos do Noroeste Português e exerceu uma função de capitalidade nesta área geográfica, devendo a sua importância à arquitetura das suas construções e à possibilidade de uma melhor compreensão da funcionalidade da casa castreja.

---

<sup>28</sup> PINTO, Rui de Serpa, “O Asturiense em Portugal”, in *Separata Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. 4, fascículo 1, Porto, Imprensa Nacional, 1928.

<sup>29</sup> MEIRELES, José Luís, “As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto. Contexto cronoestratigráfico e paleoambiental”, *Cadernos de Arqueologia - Monografias*, n.º 7, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1992.

<sup>30</sup> CARDOSO, João Luís, *Pré-História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 2002.

<sup>31</sup> LOPES, António Baptista, *Proto-história e Romanização do Baixo Minho*, tese de doutoramento, 3 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

<sup>32</sup> LOPES, António Baptista, vol. 1, op. cit., p. 49.

<sup>33</sup> SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, pp. 122-133.

À semelhança deste castro, existe uma pluralidade de outros povoados em todo o Vale do Âncora<sup>34</sup> que, posteriormente aculturados por *villae* romanas, deram origem às atuais paróquias após a cristianização. Nesta sequência, ocorreu uma ocupação lenta dos vales e áreas mais baixas.

Por causa das invasões bárbaras e, mais tarde, as muçulmanas, alguns autores defenderam a ocorrência de despovoamento a norte do Douro, como foi o caso de Alexandre Herculano. Posição contrária tomou Alberto Sampaio, argumentando que “o que houve foi uma desordem profunda e prolongada, resultante de ausência de governo regular, das guerras incessantes e da nova compreensão dos direitos da Coroa sobre os prédios, de que resultou a presúria”<sup>35</sup>. Foi nesta época de presores, mais propriamente no século VIII, que Odoário, Bispo a quem foi confiada a restauração de Lugo e, posteriormente de Braga, ofereceu a seis companheiros várias vilas entre as quais se encontra Guntini. Daqui resultou a origem da designação de muitas freguesias, e, possivelmente, também de Gontinhães.

Do antropónimo *Guntini* ou *Guntila*<sup>36</sup> deve ter surgido a designação de Gontinhães, já que na doação da Igreja de Frei Ordonho para a fundação do Mosteiro de S. Salvador da Torre<sup>37</sup>, no ano de 1106, várias foram as paróquias doadas em terras da “ripa Limia, sob o monte da Terrugem e Arga, junto do litoral do mar” e, neste caso, “Quintilanes”. Destas etimologias, resultou possivelmente o nome da freguesia de *Guntinaes*.

Nas Inquirições de D. Afonso III de 1258, a paróquia já se encontrava definitivamente designada como *Sancte Marine de Gontinaes*<sup>38</sup>, pertencendo desde então ao *Judicato de Camina* e ficando enumeradas neste documento as condições a que a mesma estaria sujeita.

No Rol das Igrejas do bispado de Tui em Portugal, mandado efetuar por D. Dinis em 1320, a “*Ecclesiam S. Marine de Gontinhães*” estava obrigada ao pagamento de 40 libras ao rei<sup>39</sup> que, comparativamente com as várias freguesias enquadrantes, se apresentava como o imposto mais baixo. No Censual do Cabido de Tui de 1321, onde se estabeleceram os benefícios a receber pelo Cabido das diferentes paróquias que se

<sup>34</sup> LOPES, António Baptista, vol. 2, op. cit., pp. 53-55.

<sup>35</sup> SAMPAIO, Alberto, *Obras de Alberto Sampaio*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2008, pp. 128-130.

<sup>36</sup> Os domínios de *Guntinus* serão designados por *Guntini* (de *Guntini* em genitivo) e, por evolução linguística *guntila* > *guntilanis* > *Gontinhães*. *Quintilanes*, outro termo documentado, derivado do latim, por abrandamento do Q > *Guintilanes* > *Gontinhães* é outra etimologia possível.

<sup>37</sup> *Archivo do Alto Minho*, vol. 1, 1ª Série, Viana do Castelo, Tipografia Gutenberg, 1945, pp. 7-9.

<sup>38</sup> HERCULANO, Alexandre, “Inquisitiones”, *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum vsque ad quingentesimum*, Olisipone, Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888, p. 328.

<sup>39</sup> MOREIRA, Manuel António Fernandes, *Raízes históricas da Diocese de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, edição do Autor, 1999, p. 126.

encontravam debaixo da sua jurisdição, aplicou-se a Gontinhães o pagamento de “um quarto de trigo limpo e uma libra de cera”<sup>40</sup>.

Comparando os benefícios da Comarca de Valença em 1545-1549, o valor correspondente a Gontinhães ascendia a 45\$000 réis, um dos mais elevados, tendo somente à frente a cabeça da comarca<sup>41</sup>. Partindo do princípio que o montante destes impostos refletia o grau económico e a proporção do crescimento populacional de cada freguesia, Gontinhães teria em 1321 uma fraca dimensão, fenómeno que se inverteria em meados do século XVI. Podemos constatar esta inversão aquando da substituição da denominação de “reitoria” para “abadia de Santa Marinha de Gontinhães”<sup>42</sup> em 1548. Com efeito, “a divisão vertical do benefício paroquial traduzia-se na hierarquização do trabalho pastoral e correspondente divisão de rendas”<sup>43</sup>, havendo dois níveis de pastores - abade, vigário, prior e reitor por um lado, e capelão e cura por outro. Os primeiros gozavam de jurisdição própria, cabendo-lhes a obrigação do pastoreio, a residência entre os subalternos e, ao mesmo tempo, a faculdade de receber todos os direitos paroquiais.

Este quadro evolutivo ajuda-nos a compreender a razão pela qual, à data do primeiro registo paroquial<sup>44</sup> produzido em 5 de Outubro de 1623, o abade António de Araújo e Brittos se encontrasse à frente dos destinos da paróquia, tendo sido nomeados sucessivamente altos dignitários religiosos, como é exemplo o “Título da abadia de Santa Marinha de Gontinhães, da comarca de Valença, a favor do abade Diogo de Caldas Barbosa em 19 de fevereiro de 1686”<sup>45</sup>.

Durante o século XVIII, várias escrituras das rendas anuais da Igreja de Gontinhães, avaliadas entre 500\$000 e 600\$000 réis, comprovam a nomeação sistemática de abades até ao final do período de observação. O contrato de escritura datado de 1751, assinado entre o doutor abade Gonçalo Medeiros, fidalgo real e responsável religioso de Gontinhães e o rendeiro António Alves da Igreja, ajustou-se naquele valor máximo, livre de todos os encargos e, ainda, com a reserva de todas as “palhas trigas, centeias e cevadas, metade do mel e manteigas”, sendo ainda o rendeiro responsabilizado a pagar metade das despesas do visitador<sup>46</sup>.

---

<sup>40</sup> MARQUES, José, “Censual do Cabido de Tui para o arcediogo da terra da Vinha – 1321”, in Separata da *Revista Bracara Augusta*, vol. 34, Braga, 1980, p. 20.

<sup>41</sup> MOREIRA, Manuel António Fernandes, op. cit., p. 126.

<sup>42</sup> A.D.B., *Caixa das Bulas*, n.º 6, doc. 175.

<sup>43</sup> MOREIRA, Manuel António Fernandes, op. cit., p. 285.

<sup>44</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Ancora*, Livro Misto n.º 1, fl.1.

<sup>45</sup> A.D.B., *Registo Geral*, vol. 32, fls. 254-254v.

<sup>46</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do concelho de Caminha*, cota 4.9.4.17, fl. 101.

Após as guerras liberais e as vicissitudes resultantes do conflito entre os poderes central e secular, a legislação oficial determinou “arbitrar aos seus respetivos Párocos uma cõgrua decente e razoável, conforme o trabalho da Freguesia, e as posses dos Fregueses havendo também respeito (...) aos rendimentos dos Passais, e outros quaisquer bens, pé d’altar”<sup>47</sup>.

**Tabela 3**  
**Cõgruas e derramas das freguesias do concelho de Caminha**  
**1839-1840**

| Freguesia         | Cõgrua          | Rendimento do Passal e Foros | Pé de altar e rendimentos paroquiais | Total da derrama |
|-------------------|-----------------|------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| Âncora            | 140\$000        | 70\$000                      | 70\$000                              | -                |
| Arga de Baixo     | 65\$000         | -                            | 38\$000                              | 29\$400          |
| Arga de Cima      | 48\$000         | \$240                        | 21\$760                              | 28\$000          |
| Arga de S. João   | 58\$500         | \$500                        | 220\$000                             | 37\$800          |
| Argela            | 100\$000        | 4\$800                       | 48\$200                              | 49\$800          |
| Azevedo           | 43\$400         | 3\$500                       | 7\$900                               | 34\$000          |
| Caminha           | 150\$000        | -                            | 60\$000                              | 92\$800          |
| Cristelo          | 60\$000         | -                            | 27\$000                              | 35\$000          |
| Gondar            | 66\$000         | -                            | 30\$000                              | 38\$000          |
| <b>Gontinhães</b> | <b>146\$000</b> | <b>16\$800</b>               | <b>65\$200</b>                       | <b>67\$600</b>   |
| Lanhelas          | 110\$000        | 3\$000                       | 60\$000                              | 49\$800          |
| Moledo            | 120\$000        | 12\$000                      | 58\$000                              | 53\$200          |
| Orbacém           | 108\$260        | 16\$000                      | 92\$260                              | -                |
| Riba d’Âncora     | 125\$000        | 42\$000                      | 54\$200                              | 31\$800          |
| Seixas            | 300\$000        | 37\$200                      | 225\$800                             | 91\$800          |
| Venade            | 177\$200        | 24\$000                      | 43\$200                              | 113\$200         |
| Vilar de Mouros   | 128\$900        | 19\$200                      | 109\$700                             | -                |
| Vilarelho         | 62\$000         | -                            | 22\$000                              | 41\$600          |
| Vile              | 50\$000         | 3\$000                       | 17\$000                              | 32\$000          |

Fonte: Mapa estatístico das cõgruas dos párocos e coadjutores das freguesias do continente e do reino 1839-1840.

Considerando o Mapa das Cõgruas do concelho de Caminha em 1839 e 1840 (Tabela 3), podemos constatar que Gontinhães continuava a auferir de uma posição importante relativamente à cõgrua devida ao pároco da altura, em comparação com o conjunto das paróquias do concelho<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> “Decreto de 19 de setembro de 1836”, in *Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de dezembro de 1836*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

<sup>48</sup> *Mapa estatístico das congruas dos parochos e coadjutores das freguezias do continente do reino 1839-1840*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, pp. 8-9.





### 3. METODOLOGIA E FONTES

“Ao reconstituir as famílias, ao preço de um trabalho paciente, o historiador-demógrafo entra diretamente em contato com os esquecidos da História”.

Jacques Dupâquier  
*Demografia Histórica e História Social*

#### 3.1. Metodologia

Na década de 1950, a partir do trabalho desenvolvido pelo historiador Louis Henry e pelo arquivista Michel Fleury resultou a metodologia de “reconstituição de famílias”, com recurso à utilização dos registos paroquiais. Em 1956, veio a público a primeira monografia onde se aplicava aquela metodologia, fundamento da nova ciência - a Demografia Histórica. Os autores reconheceram que esta era a fonte mais segura, a mais contínua e a mais completa para o estudo do período pré-estatístico<sup>49</sup>.

Foi importante o impacto desta metodologia em França, visível pela produção de um elevado número de monografias, embora algumas críticas pusessem em causa o grau de representatividade e o significado dos resultados obtidos<sup>50</sup>. No entanto, a validade desta metodologia foi amplamente reconhecida e os obstáculos referidos, em grande parte, ultrapassados.

Em Portugal, dadas as características dos registos paroquiais (por exemplo, a não linearidade na transmissão familiar dos apelidos), foi desenvolvida a metodologia da “reconstituição de paróquias” por Norberta Amorim<sup>51</sup>, adotada na presente investigação. Com esta metodologia, torna-se mais fácil apresentar soluções para ultrapassar as dificuldades da aplicação do método de “reconstituição de famílias”.

A evolução da informática e das suas aplicações reduziu o tempo despendido durante a fase de recolha de dados e possibilitou a construção de bases de dados demográficas. A existência de um ficheiro individual permitiu seguir o percurso vital de cada indivíduo de forma inequívoca e, através do cruzamento nominativo da informação, estabelecer o seu encadeamento genealógico durante sucessivas gerações.

Esta informação conjunta permitirá, por sua vez, estudar as famílias, os indivíduos que as integram e, conseqüentemente, sustentar o estudo das diferentes paróquias e populações pré-industriais, analisando e aprofundando as variáveis demográficas responsáveis pela dinâmica das populações: a nupcialidade, a

---

<sup>49</sup> HENRY, Louis; FLEURY, Michel, *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, I.N.E.D., 1965, pp. 11-12.

<sup>50</sup> DUPÂQUIER, Jacques, *Pour la Démographie Historique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1984b, p. 188.

<sup>51</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1991, op. cit., pp. 7-25.

fecundidade, a mortalidade e a mobilidade. Com efeito, esta metodologia alarga o espectro de observação, conferindo-lhe uma abordagem multidisciplinar e “abrindo perspectivas de análise globalizante das vivências de uma grande massa de homens até hoje sem história”<sup>52</sup>.

Como Santa Marinha de Gontinhães possui séries completas de registos paroquiais, tornou-se possível a sua reconstituição entre 1624 (início simultâneo do lançamento dos registos de óbitos e de batismos) e 1924, data da elevação a Vila Praia de Âncora e fim da nossa observação. Para o estudo demográfico da população de Gontinhães, seguimos as fases fundamentais da metodologia de “reconstituição de paróquias” – a reconstituição familiar, a produção de um ficheiro de famílias e de um de indivíduos e, por fim, a revisão e apuramento da informação.

Inicialmente, efetuámos o levantamento da informação manual que consta nos registos de batismo, para assim organizarmos as fichas dos diferentes agregados conjugais, alfabetados pelo nome do pai, e nas quais, sucessivamente, se foi incorporando a descendência de cada família. Os nascimentos de ilegítimos obtiveram tratamento separado, em fichas relacionadas com o nome da mãe. Os expostos, dada a sua filiação incógnita, foram elencados por ordem cronológica de batismo.

A informação proveniente dos registos de casamento foi cruzada com a precedente, exceto para os casais que não contraíram matrimónio na paróquia ou que se ausentaram após o mesmo. Nestes casos, foram abertas novas fichas de família, em sequência das anteriores.

Finalmente, recolheu-se a informação dos registos de óbitos, etapa final da reconstituição familiar, cruzando esta informação com a das fichas de família e indivíduos nelas inseridos. Constituíram análise posterior os registos que nos colocaram algumas dúvidas, bem como os diretamente relacionados com indivíduos não naturais de Gontinhães.

Posteriormente, toda esta informação foi transposta para um ficheiro informático SRP que resultou na criação de uma base de dados em formato Access, composta por um ficheiro integrado de famílias e a construção de forma automatizada de um ficheiro individual, onde se insere toda a informação recolhida.

Procedemos à revisão de registos com informação menos completa, como por exemplo no caso da existência de batizados e respetivos progenitores com o mesmo

---

<sup>52</sup> AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 4.

nome próprio e o mesmo apelido, comparando intervalos entre nascimentos, lugares de residência, parentelas e afinidades. Esta revisão estendeu-se igualmente aos registos de casamentos, embora neste caso tenha sido menos problemática, já que, praticamente desde o início do período em observação, foi introduzida a informação dos ascendentes.

As questões dúbias relativas aos óbitos revelaram-se como as mais complexas devido à insuficiência de dados relativamente aos progenitores nos registos iniciais e ao costume da atribuição, no batismo, de um conjunto de nomes próprios pouco diversificado. Conseguimos, na quase totalidade dos casos, pela comparação entre famílias e idades dos indivíduos falecidos, integrá-los no agregado correspondente.

As datas de óbito permitiram encerrar o ficheiro de cada indivíduo. No caso da sua inexistência, o que se verifica com alguma frequência pela introdução tardia do registo sistemático dos óbitos de menores de 7 anos e, sobretudo no sexo masculino, em resultado da sua mobilidade geográfica, colocámos um fim de observação correspondente à data do vigésimo aniversário de cada indivíduo, ou, em alternativa, à data de qualquer ato que os permita localizar como residentes na paróquia.

Inserimos também um fim de observação em todas as fichas de família, correspondente habitualmente à data do óbito do primeiro cônjuge falecido. Nos casos em que esta data não existe, em alternativa, o final de observação corresponde à data do nascimento do último filho conhecido ou à data do matrimónio no caso em que esta seja a única referência ou ainda a data do último ato conhecido do casal na paróquia.

A base de dados de Gontinhães integrou assim 2998 fichas de famílias, 11571 fichas de indivíduos dos quais possuímos 8719 datas de nascimento e 5759 datas de óbito.

Tendo em conta a análise das diferentes variáveis demográficas, como a fecundidade e a mortalidade, as famílias foram catalogadas segundo a tipologia adaptada ao tratamento dos diferentes indicadores demográficos<sup>53</sup>:

Tipo 1 – Famílias para as quais é conhecido o registo de batismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 2 – Famílias com todas as características do Tipo 1, desconhecendo-se a data de nascimento da mulher.

Tipo 3 – Famílias com todas as características do Tipo 1, desconhecendo-se a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

---

<sup>53</sup> AMORIM, Maria Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico. 1680-1980*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1992, pp. 10-40.

Tipo 4 – Famílias com todas as características do Tipo 2, desconhecendo-se a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 5 – Famílias com data de nascimento de todos os filhos, data de nascimento da mulher, data de óbito do primeiro cônjuge falecido, mas sem data de casamento.

Tipo 6 – Famílias com data de nascimento de todos os filhos, data de óbito do primeiro cônjuge falecido, desconhecendo-se as datas de casamento e de nascimento da mulher.

Tipo 7 – Famílias que não se integram nas classes anteriores e todas aquelas com evidente sub-registo de nascimento dos filhos.

O cruzamento nominativo permitiu ainda, para além do estudo demográfico da paróquia, construir o encadeamento genealógico sucessivo das gerações e abrir janelas para a história social e económica da comunidade e, “em larga diacronia, direcionar a nossa investigação para várias abordagens multidisciplinares”<sup>54</sup>.

Assim, a base de dados foi sendo sucessivamente complementada com a informação resultante da consulta de diversas fontes secundárias, numa perspetiva do enriquecimento do trajeto pessoal de cada indivíduo e, no seu conjunto, da paróquia de Gontinhães, conduzindo a análises diferenciais. Deste modo, foram consideradas informações de carácter biográfico provenientes das várias fontes religiosas, civis e militares, tais como ocupações e cargos, lugares de nascimento e de residência pós casamento, atos notariais ao longo da relação conjugal de cada casal ou de cada indivíduo, locais de óbito no caso dos migrantes/emigrantes, causas de morte, lugar de enterramento e circunstâncias específicas que permitiram acompanhar as condições económicas e sociais dos indivíduos e das respetivas famílias.

De igual forma, a introdução de informações de carácter socioprofissional e cultural no ficheiro dos indivíduos permitirá efetuar análises diferenciais a nível de qualquer uma das variáveis demográficas.

### **3.2. Fontes**

Para efetuarmos a reconstituição de paróquias relativa ao estudo trissecular da comunidade de Santa Marinha de Gontinhães, privilegiámos como fontes primárias os registos paroquiais. Como fontes secundárias, consultámos diferentes séries documentais em vários arquivos com o objetivo de levar a cabo um cruzamento enriquecedor sobre as famílias e os indivíduos.

---

<sup>54</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1992, op. cit., p. 14.

### 3.2.1. Fontes primárias

Em observância aos ditames emanados do Concílio de Trento, as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga instituíram as boas normas a implementar relativamente ao lançamento dos registos paroquiais, à conservação dos bens e manutenção de atualizadas de bens e alfaias das paróquias. É o caso do levantamento e inventário dos ornamentos e cálices elaborado em 1625, como se pode confrontar no Anexo 2. Dependendo da dimensão de cada paróquia, regra geral, os abades possuíam uma equipa de coadjutores e curas que com eles colaboravam na redação dos registos e, entre a vigência de dois abades, um pároco encomendado nomeado assegurava o normal funcionamento dos atos religiosos da paróquia, como no caso de Gontinhães (Anexo 3).

Ao longo do tempo, as Visitações tiveram um papel fundamental na normalização dos registos paroquiais. Periodicamente, os visitantes procediam à análise minuciosa dos livros de registos, no sentido de detetarem falhas quanto às normas estabelecidas e introduziram gradualmente correções e melhorias, como por exemplo, a não utilização de abreviaturas e algarismos, alertando para a omissão de informações e assinaturas dos padrinhos, das testemunhas, dos ascendentes e outros intervenientes nos diversos atos vitais. Zelavam igualmente pelo estado desses livros, instando os párocos à sua boa conservação<sup>55</sup>. Desta forma, os vários párocos redatores dos assentos paroquiais de Gontinhães foram sucessivamente normalizando o lançamento dos registos paroquiais.

O lançamento dos registos paroquiais não se apresentou simultâneo em Portugal. A maioria das paróquias possui registos com data de inícios do século XVII, tal como aconteceu com a paróquia em estudo. Assim, consultámos os assentos paroquiais de nascimento, casamento e óbito que se encontram disponíveis no Arquivo Distrital de Viana do Castelo e ainda os livros de extratos de assentos existentes no Arquivo Paroquial de Vila Praia de Âncora a partir de 1860. À exceção do Livro Misto nº 1, os livros de registos paroquiais apresentam-se em bom estado de conservação e são de leitura acessível. Os assentos de nascimentos iniciam-se em 31 de dezembro de 1623, os de óbito em 5 de outubro do mesmo ano e os de casamento em 5 de agosto de 1646 (Anexo 4). Toda esta informação permitiu-nos construir uma base sólida e bem sustentada de trabalho.

As séries apresentam-se sistemáticas, à exceção de uma lacuna existente no lançamento dos batizados entre 1652 e 1659, tendo sido arrancados (por razão

---

<sup>55</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697, p. 25.

desconhecida) todos os fólhos respeitantes aos “Crismados”, incluindo os correspondentes aos nascimentos. Como acontece na generalidade dos registos de nascimento de outras paróquias, o lançamento dos assentos de óbitos de menores de 7 anos foi desvalorizado, subregisto este que se prolongou até 1837 inclusive.

O início do lançamento dos atos vitais manifesta alguma irregularidade, visível na transcrição de vários assentos, assinados com a mesma data. Esta situação observou-se no início da vigência do primeiro abade, em virtude da constante alternância de curas e coadjutores. Esta circunstância normalizou-se a partir de 1648, devido à fixação dos abades na residência paroquial, bem como dos seus coadjutores que, na sua maioria, eram naturais da paróquia. Para estes nascimentos foram calculadas as respetivas relações de masculinidade<sup>56</sup>, por períodos de 50 anos (cf. Anexo 11), tendo sido encontrado um valor global de 105, o que corresponde ao esperado. Esta informação permite-nos concluir pela boa qualidade dos registos de nascimento em todo o período.

Nos registos de batismos, os visitantes ordenaram que se declarasse a data de nascimento do batizando, passando a figurar, a partir de 1707, as duas – nascimento e batismo. Até este ano, considerámos a data de batismo como sendo a mesma que a data de nascimento, uma vez que entre as duas decorria, regra geral, dois a três dias de intervalo. Conforme se preconizava nas Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, era obrigatório que o batismo se realizasse num prazo máximo de sete dias após o nascimento<sup>57</sup>.

Inúmeras anotações nas margens dos livros de batismo fornecem ao longo do tempo informação variada e enriquecedora, tal como as causas da administração *sub conditionne* do sacramento do batismo, a justificação das causas da aposição dos santos óleos, menção de falecimentos de menores, embora sem indicação da data do óbito.

Quanto aos registos de casamentos, os dados disponibilizados indicam-nos uma sistematização e constante aperfeiçoamento na redação dos registos. As dispensas requeridas com base em grau de afinidade e consanguinidade, ou a naturalidade e locais de residência dos intervenientes, tornam-se referências importantes para o reconhecimento dos nubentes. A partir de 28 de abril de 1744, a introdução sistemática do nome dos avós maternos e paternos e, em 1768, da naturalidade de todos os indivíduos vem, definitivamente, retirar todas as possíveis dúvidas relacionadas com homónimos e parentescos.

---

<sup>56</sup> HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988, p. 21.

<sup>57</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., p. 7.

Se inicialmente os registos de óbitos eram sucintos e por vezes lacunares relativamente ao enquadramento familiar de alguns indivíduos, estes assentos foram adquirindo maior rigor devido à introdução de informações sobre a realização de testamentos, sacramentos e penas impostas aos familiares que não avisaram o pároco do estado dos moribundos, locais de sepultura, estado civil dos defuntos, local ao óbito dos indivíduos falecidos no exterior, possíveis causas de óbito, entre outros aspetos. O subregisto dos óbitos dos menores de 7 anos até 1837 não permitiu a análise da mortalidade deste grupo da população em período anterior.

### **3.2.2. Fontes secundárias**

Com vista ao enriquecimento da base de dados da paróquia e do contexto económico, social e cultural de Gontinhães durante o período em estudo, utilizámos várias fontes secundárias.

O fundo documental dos Livros Notariais do concelho de Caminha, depositado no Arquivo Distrital de Viana do Castelo e composto por 1250 livros, resulta da existência de quatro Ofícios de Notas de Tabelião, o que permitiu o levantamento da documentação desde 1659 até 1924. As diferentes escrituras públicas sobre compras, vendas, pedidos de dinheiro a juro, procurações, escrituras de obras de arrematação e construção, diversificados atos de contrato entre vivos, constituem alguns dos documentos cuja informação extraímos, selecionando apenas aquela que se relacionava com a paróquia de Gontinhães.

Consultámos ainda três livros de movimento de doentes do Hospital da Misericórdia de Caminha que se encontram no mesmo Arquivo (entre 1855 e 1918), retirando informações referentes aos doentes, causas das enfermidades, datas de internamento e falecimento, o que contribuiu para a contextualização das crises de mortalidade no final do período em estudo.

Para a análise da mobilidade geográfica, organizámos a informação proveniente dos registos de passaportes internos depositados nos Arquivos Municipais de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira, e dos registos de passaportes externos, inicialmente depositados no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, atualmente disponíveis no Arquivo Distrital da mesma cidade.

Relativamente aos passaportes internos, utilizámos a informação relativa aos requerentes entre 1760 e 1767 e entre 1810 e 1835. Os transeuntes, naturais ou passantes, à entrada e saída de cada concelho, efetuavam o registo da sua passagem,

ficando assinalada informação sobre a data de passagem, sexo, idade, naturalidade, residência, tipo de transporte utilizado, destino e a duração do percurso, profissão, acompanhantes, para além de observações respeitantes a sinais ou condições físicas particulares dos mesmos.

Nos livros de registos de passaportes externos, consultámos os dados referentes aos naturais e aos residentes da paróquia entre 1836 e 1924. Dos vários campos de informação neles inscritos, retirámos os dados sobre os seus portadores: número de passaporte, nome do requerente, estado, prazo limite de embarque, filiação, nível de instrução, abonador e fiador, destino e porto de embarque, profissão, idade, dados biométricos, entre outros elementos. Consultámos ainda os processos individuais dos emigrantes de Gontinhães que encontramos, de forma a colmatar falhas de identificação, o que permitiu reconstituir, em simultâneo, a composição do conjunto dos emigrantes que integravam os passaportes coletivos, circunstância que no livro respetivo não era indicada com frequência. Os indivíduos não identificados inequivocamente não foram tidos em conta.

No caso de renovação do pedido, o processo individual do emigrante concentrava toda a documentação das várias saídas e viagens, como por exemplo as despesas de transporte, passagens, passaportes com aposição dos locais de embarque, desembarque e passagem por vários consulados. Com frequência, encontram-se cartas de chamada dirigidas às mulheres e filhos, como testemunho de autorização de saída. Torna-se habitual a inclusão do passaporte interno no processo individual dos passaportes externos até 1867 (data da sua abolição). No caso do requerente do passaporte ser de nacionalidade estrangeira, as autoridades civis e religiosas de origem emitiam os respetivos documentos que ficaram apenas ao processo individual.

No Arquivo Municipal de Caminha, consultámos, entre outra documentação, o Registo Geral entre 1652 e 1862, com informação variada sobre a constituição e regulamentação do município, os livros dos Acórdãos entre 1733 e 1814 e os Livros das Atas de Sessões dos órgãos do município entre 1828 e 1924. Estas séries oferecem abundante informação que se vai enriquecendo ao longo dos séculos XIX e XX, onde encontramos documentação sobre a produção de cereais, subsistências e fomes, atribuição de baldios, população recenseada, recrutamentos, entre outros.

Foram ainda analisados os livros de assistência aos expostos do concelho, tendo nós recolhido informações sobre o registo de crianças abandonadas, receitas e despesas



com os mesmos e o registo das amas e mães dos subsidiados. Com esta consulta, procurámos enquadrar o fenómeno da exposição de crianças na região.

Ainda no Arquivo Municipal de Caminha, foram consultadas as séries de testamentos públicos e cerrados do concelho, tendo selecionado os instrumentos testamentários da freguesia de Gontinhães. Após as reformas liberais, o lançamento dos registos de testamentos passou para a alçada do Provedor e, posteriormente, para o Administrador do Concelho. Foram retiradas as informações sobre as disposições testamentárias dos naturais e residentes da paróquia entre 1831 e 1919. Na série documental composta por 417 testamentos, foram encontrados 332 testamentos singulares, 72 testamentos de mão comum e 13 dotes/doações.

Por norma, os testamentos iniciavam-se pelo “Prólogo” que incluía a “saudação”, a “introdução”, data da redação, identificação do testador, estado civil, condições de saúde física e mental, entre outras informações. O testador reafirmava a sua profissão de fé e o seu pedido de intercessão, com o objetivo principal de obter uma boa morte e uma passagem sem sofrimento<sup>58</sup>. Sucediavam-se as disposições espirituais, que incluíam, entre outras, a escolha da mortalha, o acompanhamento fúnebre, a determinação dos ofícios e missas com variadas intenções familiares e religiosas, a distribuição de esmolas aos pobres e instituições.

As disposições temporais determinavam a repartição da herança pelos herdeiros, a atribuição do terço e condições associadas, reserva de usufrutos, prestação de contas, nomeação do testamenteiro. O documento testamentário propriamente dito, finalizava com o “estatocolo” (indicação de testemunhas, escrivão, local de redação).

Possuindo os testamentos duas componentes estruturais - a religiosa ou espiritual e a temporal ou material - os seus dados permitiram proceder a estudos diferenciais e à análise das práticas socioculturais da população desta comunidade.

Foram também consultados os quatro volumes dos livros das Ordenanças do concelho de Caminha<sup>59</sup>, cada um afeto a uma companhia militar e geográfica, conforme ordenava o Alvará de 24 de fevereiro de 1764. Este levantamento revestia-se de um claro propósito militar, recolhendo informação de todos os homens aptos para alistamento, em número proporcional à densidade populacional de cada freguesia. Todo o concelho de Caminha foi recenseado e dividido em quatro Companhias Militares e

---

<sup>58</sup> DURÃES, Margarida, “Uma aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população”, in *A Morte no Portugal Contemporâneo – Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*, Coleção Conhecer Portugal, n.º 4, Lisboa, Quercus, 1985, pp. 163-174.

<sup>59</sup> A.M.C., *Livros de Registo dos Fogos, e Moradores no Districto da 1ª Companhia da Capitania Mór das Ordenanças de Caminha, Impressão Régia*, 1828.

Territoriais, pertencendo Gontinhães à 4<sup>a</sup>. O livro da 2<sup>a</sup> Companhia possui um pequeno encerramento com data de 16 de abril de 1831, enquanto o Livro da 4<sup>a</sup> Companhia informa que “foi reformado em agosto de 1828”.

Em Gontinhães, este levantamento processou-se entre julho e dezembro de 1828, dada a introdução de crianças nascidas entre estas datas, ainda que até 1832 fossem introduzidos ocasionalmente novos registos de crianças do sexo masculino que entretanto nasceram. Na coluna de “observações” foram ainda inseridas informações referentes a óbitos de indivíduos adultos do sexo masculino, ocorridas entre 9 de janeiro de 1829 e 9 de maio de 1832, para além do alistamento de homens, à data de 1 de maio de 1831.

Ainda no que diz respeito às Ordenanças, retirámos a informação dos diversos campos existentes, como sejam, os fogos, os nomes dos chefes de família e a sua descendência, idade e estado civil, profissão, lugar de residência, naturalidade, filiação, data de alistamento e, por último, no campo das “observações” a existência de casas desabitadas, funções militares dos indivíduos, incapacidade física para recrutamento, ausências ou mudanças de residência. O conjunto destas indicações possibilitou a identificação dos grupos domésticos existentes e revestiu-se de particular importância para o estudo da Família em Gontinhães.

Finalmente, recolhemos ainda outra documentação de interesse trocada entre instituições, como por exemplo, o Governador Civil e os Órgãos do concelho de Caminha. Procurámos informações sobre epidemias no Alto Minho, atividade piscatória, rendimentos e níveis de riqueza das famílias, categorias socioprofissionais, entre outras.

Consultámos também a imprensa regional (a partir de 1850) e local (1904-1905, data de duração do jornal), de forma a enquadrarmos os acontecimentos, as descrições e opiniões nas diversas abordagens demográficas, socioculturais e familiares.

O cruzamento constante de dados entre as fontes primárias e secundárias proporcionou um enriquecimento contínuo da base de dados da paróquia de Gontinhães. Consequentemente, todas estas fontes permitiram a análise de comportamentos demográficos diferenciais, a observação e reflexão sobre as práticas económicas, socioprofissionais e culturais, registadas ao longo de vários séculos, bem como o estudo da estrutura da família.

## 4. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

“A força do poder continuará dependente do total dos súbditos”

Teresa Rodrigues e Maria João Guardado Moreira  
*História da População Portuguesa*

### 4.1. Aspetos globais da população

Para uma época anterior à realização do primeiro recenseamento nacional com data de 1864, recorreremos a várias listagens e numeramentos, com o objetivo de analisarmos a evolução populacional da freguesia de Gontinhães e do concelho de Caminha. A partir dessa data e até 1920, utilizámos os censos oficiais (Anexos 6 a 11).

Os dados provenientes das primeiras contagens da população carecem de algum rigor, resultante de objetivos plurais e não uniformizados pelas várias instituições que organizaram esses mesmos levantamentos (cf. Anexos 5 a 10), como é o caso do Numeramento de 1527<sup>60</sup>, fora do âmbito temporal deste estudo. No entanto, permitem-nos avaliar, ainda que de forma aproximada, o crescimento da população e “aceitámo-los como hipótese de trabalho”<sup>61</sup>.

**Tabela 4**  
**Evolução comparada do número de habitantes nas freguesias do concelho de Caminha**

| Freguesia       | Anos |      |      |      |      |       |       |       |       |       |       |       |           |
|-----------------|------|------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-----------|
|                 | 1706 | 1758 | 1794 | 1798 | 1801 | 1849  | 1864  | 1878  | 1890  | 1900  | 1911  | 1920  | 1920-1706 |
| Âncora          | 600  | 537  | 573  | 488  | 579  | 635   | 756   | 668   | 649   | 661   | 675   | 653   | 53        |
| Arga de Baixo   | 200  | 180  | 187  | 254  | 207  | 251   | 243   | 219   | 212   | 232   | 430   | 405   | 205       |
| Arga de Cima    | 144  | 162  | 141  | 136  | 177  | 154   | 163   | 139   | 153   | 175   | -     | -     | -         |
| Arga de S. João | 120  | 117  | 88   | 98   | 114  | 129   | 151   | 127   | 112   | 125   | 119   | 124   | 4         |
| Argela          | 624  | 380  | 292  | 386  | 291  | 476   | 469   | 449   | 421   | 482   | 497   | 532   | -92       |
| Azevedo         | 140  | 90   | 124  | 114  | 121  | 161   | 190   | 207   | 201   | 194   | 200   | 230   | 90        |
| Caminha         | 1800 | 833  | 1424 | 1382 | 1180 | 1888  | 2279  | 2387  | 2160  | 2241  | 3071  | 3146  | -         |
| Cristelo        | 224  | 168  | 126  | 144  | 153  | 194   | 220   | 238   | 246   | 291   | 318   | 317   | 93        |
| Gondar          | 300  | 210  | 294  | 271  | 336  | 358   | 341   | 346   | 303   | 348   | 349   | 423   | 123       |
| Gontinhães      | 800  | 771  | 868  | 865  | 842  | 1066  | 1215  | 1535  | 1804  | 2124  | 2432  | 2443  | 1643      |
| Lanhelas        | 440  | 850  | 506  | 521  | 566  | 730   | 771   | 707   | 790   | 805   | 846   | 887   | 447       |
| Moledo          | 560  | 801  | 745  | 746  | 585  | 662   | 694   | 775   | 812   | 934   | 978   | 902   | 342       |
| Orbacém         | 480  | 483  | 474  | 458  | 479  | 618   | 572   | 519   | 489   | 515   | 526   | 574   | 94        |
| Riba d'Âncora   | 640  | 540  | 573  | 555  | 546  | 739   | 798   | 726   | 657   | 699   | 740   | 719   | 79        |
| Seixas          | 800  | 1285 | 1160 | 1399 | 1139 | 2055  | 2044  | 2156  | 2033  | 2050  | 2062  | 2088  | 1288      |
| Venade          | 480  | 606  | 640  | 602  | 642  | 852   | 848   | 893   | 963   | 1126  | 1111  | 1110  | 630       |
| Vilar de Mouros | 920  | 782  | 623  | 725  | 713  | 746   | 873   | 898   | 888   | 935   | -     | -     | -         |
| Vilarelho       | 280  | 233  | 234  | 254  | 263  | 270   | 377   | 498   | 452   | 512   | 560   | 486   | 206       |
| Vile            | 200  | 169  | 175  | 161  | 180  | 183   | 237   | 213   | 226   | 248   | 233   | 227   | 27        |
| Total           | 9752 | 9197 | 9247 | 9559 | 9113 | 12167 | 13241 | 13700 | 13571 | 14697 | 15147 | 15266 | 5514      |

Fontes: Corografia Portuguesa, COSTA, António Carvalho da, 1706; Memórias Paroquiais de 1758, in CAPELA, Viriato José, 2005; Cadastro da Província do Minho, in CRUZ, António da, 1970; Censo de Pina Manique, in SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1970; Censos de 1801, in SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, 1997; Censo de 1849, in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, 2001; Recenseamentos oficiais entre 1864 e 1920.

A Tabela 4 mostra-nos os efetivos das freguesias do concelho de Caminha entre 1706 e 1920. Gontinhães registou, à semelhança da generalidade das paróquias do

<sup>60</sup> GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne, *O Numeramento de 1527-1532 – Tratamento cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.

<sup>61</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1987, op. cit., p. 466.

concelho, uma estagnação populacional entre 1706 e 1801, variando os seus quantitativos entre 800 e 842 habitantes em idêntico período. Com efeito, o difícil equilíbrio entre a população e os recursos disponíveis refletiu-se numa forte mobilidade geográfica masculina, normal num quadro de sociedades de Antigo Regime, onde estes movimentos se associavam a baixas taxas de fecundidade, entre outros indicadores demográficos. Por sua vez, a mortalidade agiu como travão da evolução populacional, denunciando a incidência de epidemias, a severidade do clima e a falta de subsistências capazes de suprir as necessidades de toda a população.

Autores<sup>62</sup> consideram que, particularmente no Noroeste Português, entre os séculos XVII e XVIII, se viveu uma “pequena era glacial”. As consequências principais, para além da intensidade dos ventos e esterilidade da terra, foram a invasão das areias vindas do mar (novos topónimos surgiram, como o lugar de Areias em vários paróquias do litoral minhoto, dando lugar a substituições na designação de localidades como no exemplo da paróquia de Areosa, antiga paróquia da Vinha), o assoreamento dos rios (Lima, Cávado, Minho), a seca dos cursos de água no verão, cenário amplamente reportado pelos párocos nas Memórias Paroquiais. O assoreamento do litoral foi também sentido nos portos de Vila do Conde<sup>63</sup>, Viana do Castelo<sup>64</sup> ou Aveiro<sup>65</sup>. Algumas freguesias ficaram soterradas (Ester, Lordelo), outras tentaram estancar o avanço das dunas através da plantação de pinhais (em Anha, por exemplo). A conjugação destes fatores conduziu ao despovoamento (em Fão), ao alastramento de epidemias, à falta de subsistências e à consequente estagnação populacional.

A fome, os pesados tributos e a emigração encontram-se documentalmente referidas pelo pároco de Gontinhães em 1775, em resposta ao inquérito paroquial realizado na área do Arciprestado da Vinha (Viana do Castelo):

“Hoje porém como pelas novas leis se não pode puxar senão até onde chega a terça do terço, e estes povos com os novos tributos de Décima e Subsídio Literário, além das sisas que já pagavam se vão pondo em suma pobreza, tanto que se precisam a sair aos ganhos para diversas partes deste Reino e de Castela para socorrer suas famílias que a não ser assim, andariam a mendigar pelas portas, como já muitos fazem”<sup>66</sup>.

---

<sup>62</sup> ABREU, Alberto Antunes, “Aspetos da crise climática dos séculos XVI-XVIII no Noroeste de Portugal”, in *Cadernos Vianenses*, n.º 10, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1987, pp. 55-85.

<sup>63</sup> POLÓNIA, Amélia, “O Porto de Vila do Conde no século XVI”, in AMORIM, Inês; Polónia, Amélia; Oswald, Helena, (coord.), *Actas Litoral em Perspectiva Histórica. Séculos XVI a XVIII*, Porto, Instituto da História Moderna da Universidade do Porto, 2002, p. 156.

<sup>64</sup> LIMA, José da Silva (coord.), *Viana: Cidade e Circunstância*, Grupo Desportivo e Cultural dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1997, pp. 37-42.

<sup>65</sup> AMORIM, Inês, “Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII”, in *Análise Social*, vol. 35 (156), 2000, p. 610.

<sup>66</sup> A.D.B., “Relação dos rendimentos da Igreja de S<sup>a</sup> Marinha de Gontinhães, termo de Caminha, Arcebispado de Braga, estado dela e obrigações”, in *Inquérito Paroquial de 1775*, cota 732.

O recuo da mortalidade adulta ocorrerá durante a primeira metade do século XIX, graças à melhoria das condições de vida das populações e à introdução de medidas higiénico-sanitárias que contribuirão para o crescimento da população. Em sequência disto, a partir do recenseamento de 1849 inverter-se-á a fase de estagnação, assistindo-se a uma gradual evolução populacional do concelho de Caminha e das suas freguesias. Da segunda metade do século XIX até ao recenseamento de 1920, as paróquias do concelho de Caminha que apresentaram uma maior evolução populacional encontram-se junto ao litoral (Cristelo, Moledo, Gontinhães) e aos rios Minho/Coura (Caminha, Lanhelas, Seixas, Venade), enquanto aquelas localizadas no interior e junto à serra mantiveram um crescimento muito lento, como é o caso do conjunto formado pelas Argas. Posicionando-se Gontinhães como pólo de atracção económico-social, algumas paróquias contíguas perderam população a seu favor. Foi o caso de Vile, Âncora ou Riba d'Âncora.

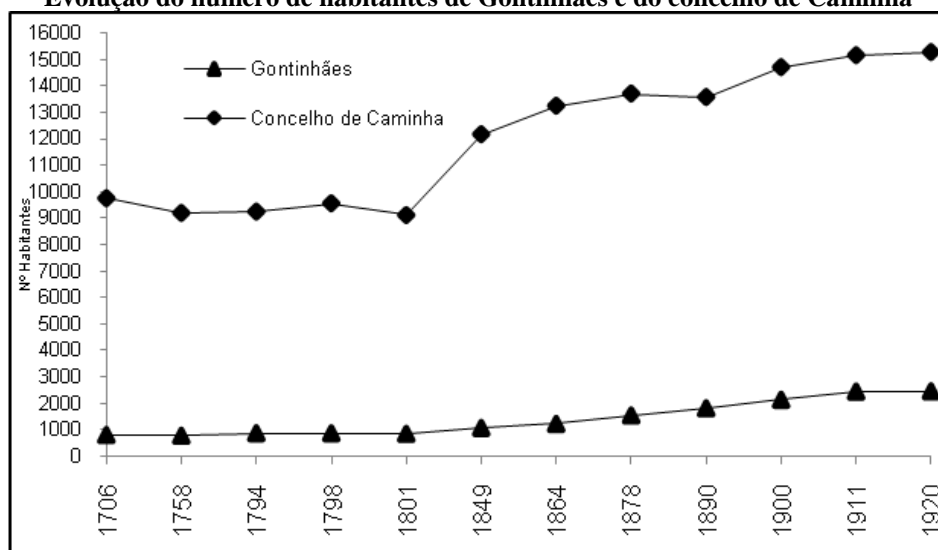
Os últimos recenseamentos de 1911 e 1920 revelaram uma invulgar evolução populacional nas freguesias de Arga de Baixo e de Caminha, em consequência da aglutinação das contagens das populações de, respetivamente, Arga de Cima e Vilar de Mouros. Destaca-se, no conjunto das freguesias do concelho de Caminha, a paróquia de Seixas como uma das mais populosas.

Em Gontinhães, a partir da análise efetuada à população recenseada nas Ordenanças de Caminha<sup>67</sup> de 1828, registamos um volume populacional de 885 indivíduos face a 842 em 1801 e 1066 em 1849. Seguiu-se um novo ritmo de crescimento até 1864, caracterizado por uma evolução quantitativa dos efetivos. De 1878 a 1911, a sua evolução populacional pode considerar-se como muito significativa. A este aumento da população encontra-se associada a entrada da comunidade marítima com taxas de fecundidade muito elevadas, a confirmar em capítulo próprio.

---

<sup>67</sup> A.M.C., *Livros de Registos dos Fogos e Moradores no Districto da 1ª Companhia da Capitania Mór das Ordenanças de Caminha*, vol. 4, op. cit., s/p..

**Gráfico 1**  
**Evolução do número de habitantes de Gontinhães e do concelho de Caminha**



Fontes: Corografia Portuguesa, COSTA, António Carvalho da, 1706; Memórias Paroquiais de 1758, in CAPELA, Viriato José, 2005; Cadastro da Província do Minho, in CRUZ, António da, 1970; Censo de Pina Manique, in SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1970; Censos de 1801, in SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, 1997; Censo de 1849, in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, 2001; Recenseamentos oficiais entre 1864 e 1920.

Estabelecendo uma relação de correspondência entre os dados da Tabela 4 e os dados do Gráfico 1 respeitante à evolução populacional de Gontinhães e do concelho de Caminha, identificamos um crescimento inexpressivo até 1801 em ambas as áreas. Enquanto Gontinhães manteve uma evolução populacional constante e significativa a partir de então até 1911, o concelho de Caminha, em função dos ritmos populacionais das várias freguesias que integra, apresentou um aumento populacional importante nos recenseamentos até 1878, seguido de uma estabilização populacional até 1890. Segue-se um terceiro momento em que se regista novo incremento populacional em 1900, para daí em diante dar lugar a novo movimento de estabilização.

Aplicámos o cálculo da dimensão média de 4 habitantes por fogo para os numeramentos anteriores a 1801. Estudos indicam uma média de 3,8 h/fogo no Alto Minho nos finais de Setecentos, se bem que nas zonas litorais e ribeirinhas poderia mesmo ascender a entre 4 a 5 h/fogo. Nos concelhos do litoral de Viana do Castelo e de Caminha, pode chegar a uma dimensão média superior a 4h/fogo e descendo à micro-análise paroquial, pode inclusive atingir até 5 h/fogo nas “freguesias ribeirinhas, contíguas à linha de água”<sup>68</sup>.

<sup>68</sup> SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, op. cit., p. 39.

**Tabela 5**  
**Evolução do número de fogos nas freguesias do concelho de Caminha**

| Freguesia         | Anos        |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |            |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|
|                   | 1706        | 1758        | 1794        | 1798        | 1801        | 1849        | 1864        | 1878        | 1890        | 1900        | 1911        | 1920        | 1920-1706  |
| Âncora            | 150         | 127         | 119         | 115         | 120         | 134         | 141         | 156         | 146         | 143         | 147         | 145         | -5         |
| Arga de Baixo     | 50          | 51          | 50          | 60          | 46          | 53          | 66          | 60          | 65          | 66          | 106         | 42          | -8         |
| Arga de Cima      | 36          | 41          | 35          | 32          | 32          | 34          | 34          | 40          | 38          | 43          | -           | -           | -          |
| Arga de S. João   | 30          | 29          | 21          | 23          | 22          | 24          | 26          | 33          | 26          | 26          | 23          | 23          | -7         |
| Argela            | 156         | 96          | 90          | 91          | 88          | 87          | 109         | 129         | 103         | 115         | 132         | 131         | -25        |
| Azevedo           | 35          | 23          | 27          | 27          | 26          | 36          | 35          | 44          | 41          | 42          | 50          | 51          | 16         |
| Caminha           | 450         | 335         | 312         | 326         | 335         | 410         | 527         | 574         | 574         | 534         | 774         | 773         | -          |
| Cristelo          | 56          | 40          | 34          | 34          | 33          | 41          | 61          | 62          | 65          | 70          | 74          | 62          | 6          |
| Gondar            | 75          | 74          | 64          | 64          | 64          | 65          | 79          | 84          | 78          | 85          | 86          | 89          | 14         |
| <b>Gontinhães</b> | <b>200</b>  | <b>219</b>  | <b>202</b>  | <b>204</b>  | <b>196</b>  | <b>229</b>  | <b>270</b>  | <b>351</b>  | <b>408</b>  | <b>491</b>  | <b>545</b>  | <b>546</b>  | <b>346</b> |
| Lanhelas          | 110         | 120         | 117         | 123         | 129         | 160         | 171         | 174         | 183         | 188         | 196         | 210         | 100        |
| Moledo            | 140         | 182         | 175         | 176         | 155         | 148         | 172         | 196         | 202         | 222         | 233         | 231         | 91         |
| Orbacém           | 120         | 125         | 112         | 108         | 105         | 110         | 112         | 138         | 126         | 129         | 130         | 129         | 9          |
| Riba d'Âncora     | 160         | 136         | 130         | 131         | 127         | 129         | 152         | 182         | 174         | 183         | 181         | 179         | 19         |
| Seixas            | 200         | 274         | 285         | 330         | 229         | 407         | 503         | 447         | 550         | 524         | 531         | 482         | 282        |
| Venade            | 120         | 158         | 151         | 142         | 150         | 175         | 197         | 220         | 228         | 251         | 249         | 168         | 48         |
| Vilar de Mouros   | 230         | 188         | 158         | 171         | 152         | 169         | 197         | 220         | 213         | 220         | -           | -           | -          |
| Vilarelho         | 70          | 60          | 59          | 60          | 64          | 70          | 86          | 116         | 116         | 113         | 119         | 112         | 42         |
| Vile              | 50          | 42          | 40          | 38          | 39          | 39          | 44          | 52          | 47          | 50          | 51          | 52          | 2          |
| <b>Total</b>      | <b>2438</b> | <b>2320</b> | <b>2181</b> | <b>2255</b> | <b>2130</b> | <b>2520</b> | <b>2982</b> | <b>3278</b> | <b>3383</b> | <b>3495</b> | <b>3627</b> | <b>3425</b> | <b>987</b> |

Fontes: Corografia Portuguesa, COSTA, António Carvalho da, 1706; Memórias Paroquiais de 1758, in CAPELA, Viriato José, 2005; Cadastro da Província do Minho, in CRUZ, António da, 1970; Censo de Pina Manique, in SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1970; Censos de 1801, in SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, 1997; Censo de 1849, in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, 2001; Recenseamentos oficiais entre 1864 e 1920.

No concelho de Caminha, a evolução dos fogos nas várias contagens ao longo do tempo (Tabela 5) traduz a evolução populacional da paróquia, revelando um movimento negativo entre 1706 e 1801, seguido de um crescimento positivo a partir do recenseamento de 1849. Entre 1911 e 1920, as crises de mortalidade interromperam de novo a evolução positiva deste movimento. Constatou-se novamente o reagrupamento dos fogos nas freguesias de Arga de Cima/Arga de Baixo e de Vilar de Mouros/Caminha. Analisando a evolução do número de fogos, notamos que o conjunto formado pelas freguesias ribeirinhas de Gontinhães, Lanhelas, Moledo, Seixas e Vilarelho evidenciaram os maiores aumentos.

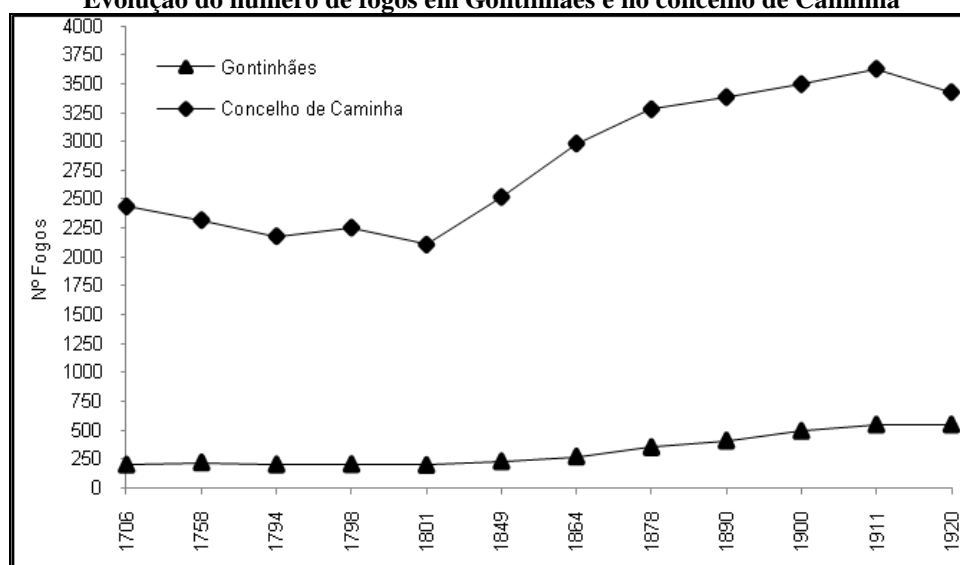
Em Gontinhães, entre 1706 e 1801 o número de fogos na paróquia manteve-se estagnado, facto que ficou plasmado no recenseamento das Ordenanças na existência de 180 fogos habitados e 28 desabitados<sup>69</sup>. A partir de então, o seu número aumentou claramente, culminando em 1920 com um total de 546, sempre em estreita relação com a sua evolução populacional. Entre 1911 e 1920, ocorreu nova paralisia, idêntica à concelhia, ambas resultantes de crises de mortalidade.

A implementação de novas atividades económicas a partir do segundo quartel do século XIX, irá alterar a dinâmica populacional da paróquia e, conseqüentemente, o aparecimento dos novos núcleos habitacionais. A fixação de uma comunidade marítima

<sup>69</sup> A.M.C., *Livros de Registos dos Fogos e Moradores no Districto da 1ª Companhia da Capitania Mór das Ordenanças de Caminha*, vol. 4, op. cit., s/p.

oriunda do exterior, com comportamentos caracterizados por uma forte reprodução, contribuiu decisivamente para o aumento do número de fogos que se irá implantar junto ao litoral. De igual forma, este movimento traduz a atração exercida sobre outras populações vizinhas e do exterior, em consequência das novas atividades relacionadas com os banhos e a praia.

**Gráfico 2**  
**Evolução do número de fogos em Gontinhães e no concelho de Caminha**



Fontes: Corografia Portuguesa, COSTA, António Carvalho da, 1706; Memórias Paroquiais de 1758, in CAPELA, Viriato José, 2005; Cadastro da Província do Minho, in CRUZ, António da, 1970; Censo de Pina Manique, in SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1970; Censos de 1801, in SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, 1997; Censo de 1849, in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, 2001; recenseamentos oficiais entre 1864 e 1920.

Articulando os dados da Tabela 5 e do Gráfico 2, corroboramos a estagnação populacional que se reflete em idêntica apatia no número de fogos observado até 1801. No concelho de Caminha, de 1849 até 1878 e novamente em 1911, o seu número eleva-se significativamente, descendo em 1920, pelas razões já apontadas. Idêntico movimento se verificou em Gontinhães.

Os dados recolhidos sobre os efetivos populacionais e respetivos fogos permitiram, a partir de 1801, calcular a sua dimensão média nas diferentes freguesias do concelho de Caminha (Tabela 6). O autor do Cadastro de 1794 já referia na altura que “nestas freguesias há 4 para 5 indivíduos por cada fogo e por cada légua quadrada 365 fogos e 1567 almas”.



**Tabela 6**  
**Comparativo da dimensão média dos fogos nas freguesias do concelho de Caminha**

| Freguesias      | Anos |      |      |      |      |      |      |      |
|-----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|                 | 1801 | 1849 | 1864 | 1878 | 1890 | 1900 | 1911 | 1920 |
| Âncora          | 4,8  | 4,7  | 5,4  | 4,3  | 4,4  | 4,6  | 4,6  | 4,5  |
| Arga de Baixo   | 4,5  | 4,7  | 3,7  | 3,7  | 3,3  | 3,5  | -    | -    |
| Arga de Cima    | 5,5  | 4,5  | 4,8  | 3,5  | 4,0  | 4,1  | -    | -    |
| Arga de S. João | 5,2  | 5,4  | 5,8  | 3,8  | 4,3  | 4,8  | 5,2  | 5,4  |
| Argela          | 3,3  | 5,5  | 4,3  | 3,5  | 4,1  | 4,2  | 3,8  | 4,1  |
| Azevedo         | 4,7  | 4,5  | 5,4  | 4,7  | 4,9  | 4,6  | 4,0  | 4,5  |
| Caminha         | 3,5  | 4,6  | 4,3  | 4,2  | 3,8  | 4,2  | 4,0  | 4,1  |
| Cristelo        | 4,6  | 4,7  | 3,6  | 3,8  | 3,8  | 4,2  | 4,3  | 5,1  |
| Gondar          | 5,3  | 5,5  | 4,3  | 4,1  | 3,9  | 4,1  | 4,1  | 4,8  |
| Gontinhães      | 4,3  | 4,7  | 4,5  | 4,4  | 4,4  | 4,3  | 4,5  | 4,5  |
| Lanhelas        | 4,4  | 4,6  | 4,5  | 4,1  | 4,3  | 4,3  | 4,3  | 4,2  |
| Moledo          | 3,8  | 4,5  | 4,0  | 4,0  | 4,0  | 4,2  | 4,2  | 3,9  |
| Orbacém         | 4,6  | 5,6  | 5,1  | 3,8  | 3,9  | 4,0  | 4,0  | 4,4  |
| Riba d'Âncora   | 4,3  | 5,7  | 5,3  | 4,0  | 3,8  | 3,8  | 4,1  | 4,0  |
| Seixas          | 5,0  | 5,0  | 4,1  | 4,8  | 3,7  | 3,9  | 3,9  | 4,3  |
| Venade          | 4,3  | 4,9  | 4,3  | 4,1  | 4,2  | 4,5  | -    | -    |
| Vilar de Mouros | 4,7  | 4,4  | 4,4  | 4,1  | 4,2  | 4,3  | -    | -    |
| Vilarelho       | 4,1  | 3,9  | 4,4  | 4,3  | 3,9  | 4,5  | 4,7  | 4,3  |
| Vile            | 4,6  | 4,7  | 5,4  | 4,1  | 4,8  | 5,0  | 4,6  | 4,4  |
| Total           | 4,3  | 4,8  | 4,4  | 4,2  | 4,0  | 4,2  | 4,2  | 4,5  |

Fontes: Censo de 1801, in SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, 1997; Censo de 1849, in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, 2001; Recenseamentos nacionais entre 1864 e 1920.

Em termos globais, o concelho apresentou uma dimensão média inicial de 4,3 h/fogo. Se em 1801 esta dimensão se situava entre 3,2 h/fogo e 5,5 h/fogo, já em 1920 resultava entre 3,9 h/fogo e 5,4 h/fogo. Estes valores concelhios apresentam-se muito positivos se comparados com os dados obtidos para o distrito de Viana do Castelo (variando entre 3,8 h/fogo em 1864 e 4,2 h/fogo em 1920) e nacionais (entre 4,1 h/fogo e 4,2 h/fogo nas mesmas datas)<sup>70</sup>, salvaguardando, porém, as variações entre as diversas dimensões geográficas.

Em Gontinhães, a dimensão média dos fogos cifrou-se em 4,5 h/fogo para todo o período, oscilando nos vários recenseamentos entre um mínimo de 4,3 h/fogo (1890) e um máximo de 4,7 h/fogo (1849). Se compararmos estes dados com os resultados do distrito de Viana do Castelo em idêntico período (entre 3,76 h/fogo e 4,17 h/fogo), verificamos que a paróquia revelou valores muito significativos.

A dimensão média dos fogos das várias freguesias reflete assim a conjugação da equação entre evolução populacional, aumento do número de fogos, incidência da mortalidade e da mobilidade, para além de fatores relacionados com a litoralização/interioridade.

<sup>70</sup> BANDEIRA, Mário Leston, *Demografia e Modernidade, Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996, p. 523.

Calculámos os ritmos de crescimento da população do concelho e da paróquia, utilizando para o efeito o indicador Taxa de Crescimento Anual Médio (TCAM), encontrada a partir da seguinte fórmula:

$$P_n = P_0(1+a)^n \text{ isto é, } \log \frac{P_n}{P_0} = n \log (1+a)$$

onde,

$P_n$  = população num momento  $n$

$P_0$  = população num momento  $0$

$a$  = taxa de crescimento

**Tabela 7**  
**Aspetos globais da população do concelho de Caminha e da paróquia de Gontinhães**

| Área                | Indicadores            | Anos |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |
|---------------------|------------------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|                     |                        | 1706 | 1758  | 1794  | 1798  | 1801  | 1849  | 1864  | 1878  | 1890  | 1900  | 1911  | 1920  |
| Concelho de Caminha | Volume populacional    | 9752 | 9197  | 9247  | 9559  | 9113  | 12167 | 13241 | 13700 | 13571 | 14697 | 15147 | 15266 |
|                     | Densidade populacional | 75,2 | 70,9  | 71,3  | 73,7  | 70,3  | 93,8  | 102,1 | 105,7 | 104,7 | 113,4 | 116,8 | 117,7 |
|                     | TCAM (%)               |      | 0,11  | 0,02  | 0,83  | -1,58 | 0,60  | 0,57  | 0,24  | -0,08 | 0,80  | 0,27  | 0,09  |
| Gontinhães          | Volume populacional    | 800  | 771   | 868   | 865   | 842   | 1066  | 1215  | 1535  | 1804  | 2124  | 2432  | 2443  |
|                     | Densidade populacional | 96,2 | 92,7  | 104,3 | 104,0 | 101,2 | 128,1 | 146,0 | 184,7 | 216,8 | 255,3 | 292,3 | 293,6 |
|                     | TCAM (%)               |      | -0,07 | 0,33  | -0,09 | -0,89 | 0,49  | 0,88  | 1,68  | 1,35  | 1,65  | 1,24  | 0,05  |

Fontes: Corografia Portuguesa, COSTA, António Carvalho da, 1706; Memórias Paroquiais de 1758, in CAPELA, Viriato José, 2005; Cadastro da Província do Minho, in CRUZ, António da, 1970; Censo de Pina Manique, in SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1970; Censos de 1801, in SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, 1997; Censo de 1849, in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, 2001; Recenseamentos oficiais entre 1864 e 1920.

Considerando os dados da Tabela 7, verificamos que as taxas de crescimento do concelho se apresentaram muito baixas durante o século XVIII, e negativas em 1801. Entre 1849 e 1864, aumentaram para cerca de 0,6%, para descerem para taxas negativas em 1890. À subida de 0,8% em 1900, seguiu-se um período de novo declínio até 1920.

O mesmo cenário se repetiu em Gontinhães até 1801; no entanto, a partir de 1849, a recuperação populacional apresentou-se contínua, seguida de um crescimento muito positivo a partir de 1864 até 1911. As taxas de crescimento apresentaram-se muito elevadas entre 1878 (1,68%) e 1900 (1,65%), com pequeno abrandamento em 1890 (1,35%). Em simultâneo, os ritmos de crescimento do concelho mantiveram-se menores, se bem que sujeitos às diferentes flutuações populacionais, umas positivas e outras negativas, nas várias freguesias que o compõem.

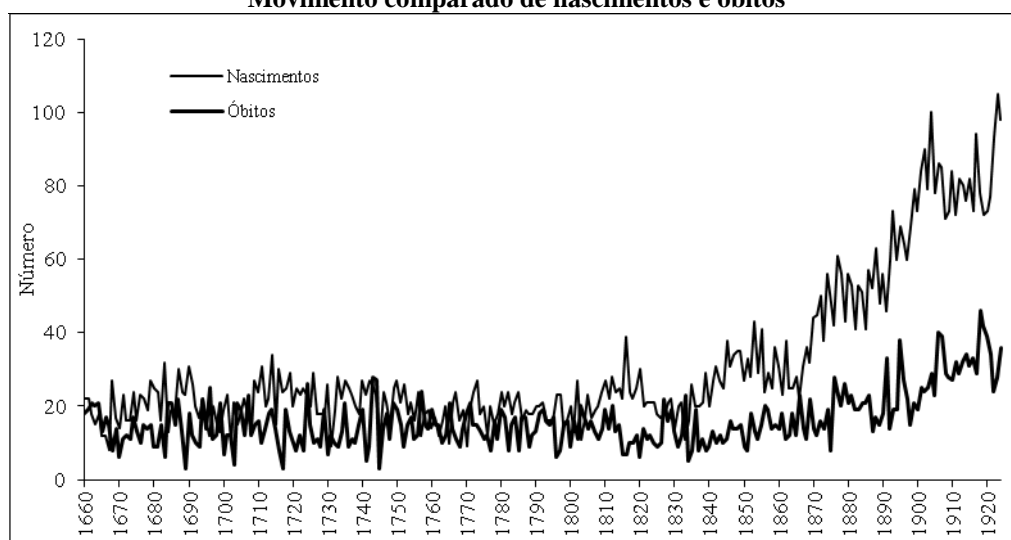
Entre 1911 e 1920, tanto no concelho de Caminha como na paróquia de Gontinhães, registou-se uma nova fase de crescimento quase nula, decorrente sobretudo de graves crises de mortalidade que ocorreram entre 1916 e 1920. Comprovamos que, apesar do recuo da mortalidade durante o século XIX, no primeiro quartel do século XX

a mortalidade funcionou ainda como travão do crescimento populacional, à semelhança das sociedades de Antigo Regime.

Apesar das reservas a ter em linha de conta na comparação das densidades populacionais entre Gontinhães e o concelho de Caminha (pois esta encerra em si realidades inter-paroquiais muito diversificadas), a sua análise permite uma aproximação na observação dos ritmos de crescimento das populações. Deste modo, registamos, seja no concelho de Caminha seja na paróquia em estudo, que as densidades populacionais se mantiveram muito idênticas até 1801. Para o concelho, entre 1849 e 1920, o valor mais elevado foi de 116,8 h/km<sup>2</sup> em 1911. Em Gontinhães, a densidade populacional aumentou consideravelmente a partir de 1849 com 128,1 h/km<sup>2</sup> até atingir 293,6 h/km<sup>2</sup> em 1920.

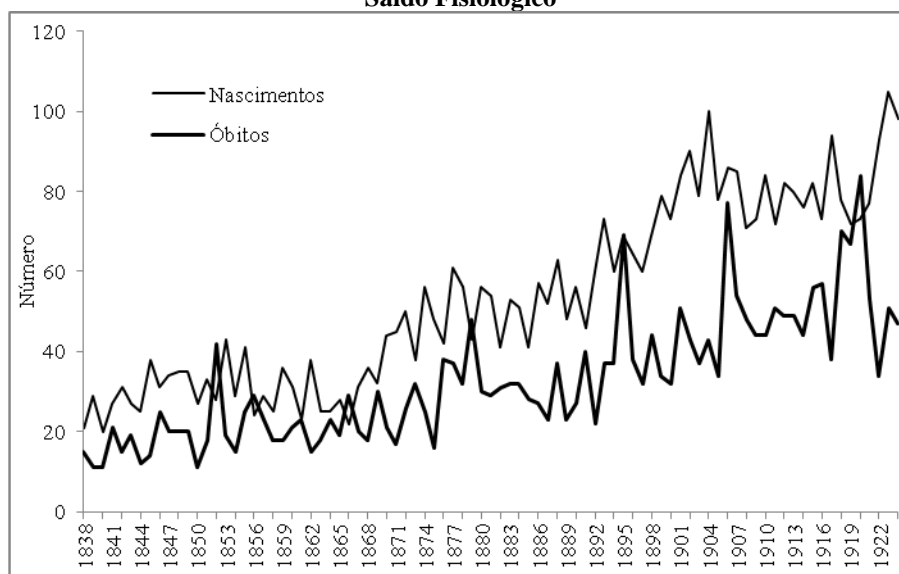
A base de dados demográfica e genealógica de Gontinhães permitiu corroborar as anteriores asserções, oferecendo uma perspetiva contínua do crescimento demográfico. Neste contexto, podemos observar em que ano se iniciou efetivamente o crescimento da população em análise longitudinal, o que não seria possível através dos dados facultados pelos recenseamentos que se referem a determinado ano em concreto (Gráfico 3).

**Gráfico 3**  
**Movimento comparado de nascimentos e óbitos**



A observação das curvas dos movimentos de nascimentos e óbitos reafirmou a existência de um crescimento demográfico praticamente nulo, confirmando a evolução anteriormente desenhada nos diversos levantamentos até 1801. A partir de finais da década de 1830, registou-se um ritmo de crescimento demográfico contínuo e particularmente significativo até ao final do período em observação.

**Gráfico 4**  
**Saldo Fisiológico**



Uma vez que até 1837 inclusive, não existiu sistematização no lançamento dos registos de menores de 7 anos, calculou-se o saldo fisiológico resultante do movimento dos nascimentos e do de óbitos (Gráfico 4) entre 1838 e 1924, apresentando-se francamente positivo. Isto significa que até 1837, se existissem registos de óbitos da totalidade da população, os dois movimentos tenderiam à intercessão, comprovando a referida paralisia populacional.

O ano de 1846 marcou o arranque do real crescimento demográfico. Os anos mais positivos, em termos de saldo fisiológico, foram os de 1854, 1871, 1874 e 1875, 1886, 1892-1893, 1899, 1902-1905, 1910, 1917 e a partir de 1922. Em contrapartida, os anos que registaram saldos fisiológicos negativos foram os de 1852, 1856, 1866, 1879 e 1920, após crises de mortalidade e de subsistências a estudar posteriormente.

Apesar das retrações pontuais verificadas após as diferentes crises de mortalidade, a queda da mortalidade adulta, a chegada de novas populações e as suas sucessivas gerações com elevadas taxas de fecundidade, irão repor rapidamente os efetivos perdidos. Este fenómeno torna-se visível pelo alargamento do saldo fisiológico entre os dois movimentos, em particular a partir da década de 1870 e com especial relevância na década de 1900 e inícios da de 1920.

Foi graças a este desenvolvimento da população que a antiga paróquia de Santa Marinha de Gontinhães foi elevada a Vila Praia de Âncora. No Projeto de Lei de 14 de abril de 1924, o Senador Luís Ramos Pereira defendeu que a freguesia de Gontinhães tinha progredido consideravelmente, a ponto de ser a mais populosa do concelho, um

grande centro comercial e industrial e uma estância de turismo reconhecida, com condições naturais de primeira ordem. Como corolário deste conjunto de circunstâncias, em 8 de julho de 1924 foi oficialmente elevada a Vila.

#### 4.2. Relação de masculinidade global

A relação de masculinidade (ou *sex ratio*) calcula-se através da divisão do número de indivíduos do sexo masculino pelo número de indivíduos do sexo feminino, em cada grupo de idades, sendo o resultado multiplicado por 100<sup>71</sup>. É ainda habitual efetuar-se uma distinção entre *sex ratio* primário (no momento da fecundação), secundário (ao nascimento) e terciário (em qualquer outra idade)<sup>72</sup>.

Em Gontinhães foi registado este equilíbrio à nascença (rondando o índice 105) para o período global deste estudo (cf. Anexo 11), indicando a inexistência de um subregisto no lançamento dos assentos. No entanto, as relações de masculinidade adultas apresentaram-se sempre desequilibradas.

Para esta análise, iniciamos a observação a partir do Cadastro de Villas Boas de 1794, data em que se encontraram dados mais consistentes (cf. Anexo 7). Foram detetados para o concelho de Caminha um rácio geral de 72,8, e para Gontinhães um rácio de 72,2. As freguesias que evidenciaram rácios mais elevados foram Gondar (105,9), Orbacém (96,8) e Arga de Cima (93,8), por oposição a Argela (59,7), Cristelo (67,2) e Vile (68,8)

Já na época, atento à realidade socioeconómica do Alto Minho, Villas Boas observou a disparidade entre o número de homens e o de mulheres, defendendo que a pobreza das gentes era consequência da acentuada mobilidade masculina:

“Esta é a genuína razão de se observar uma grande falta na população dos homens a respeito das mulheres, a qual sendo quase geral na província do Minho é muito maior nas comarcas fronteiras, (...) prejudicam a agricultura, dando aos lavradores um ganho aparente, e momentâneo, que não ressarce as perdas que diariamente recebem no abandono das suas casas, de que resulta empobrecerem cada vez mais, e acabarem por perder as suas fazendas. Dos que saem para fora muitos não voltam, e com seu exemplo se afoutam os rapazes a sair também na esperança de alcançar melhor fortuna e menor trabalho do que o é cultivar as terras”<sup>73</sup>.

<sup>71</sup> NAZARETH, João Manuel, *Princípios e métodos de análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, pp. 185-186.

<sup>72</sup> SANTOS, Madalena, *Biodemografia do concelho da Madalena: estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da ilha do Pico*, Madalena, Município da Madalena do Pico, 2008, p. 49.

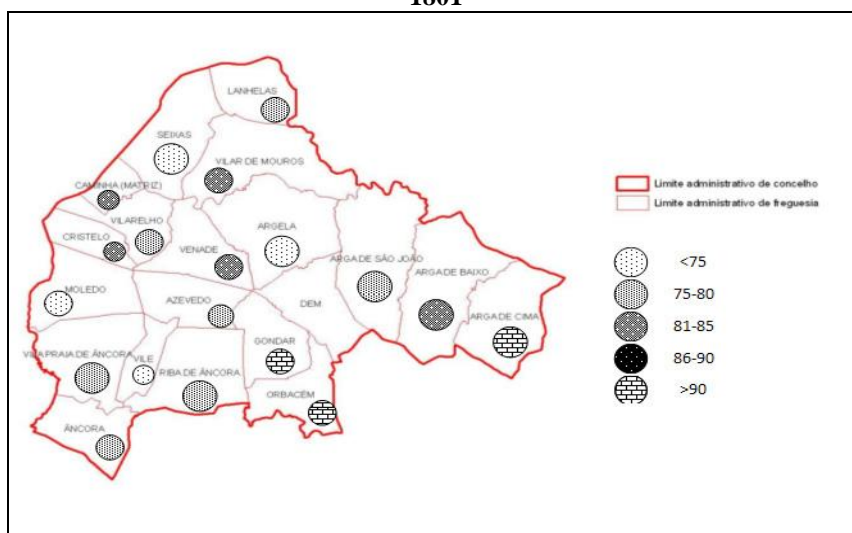
<sup>73</sup> SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, op. cit., pp. 126-127.

De facto, nos finais do século XVIII observou-se um crescimento demográfico muito fraco no Minho, porém insignificante no Alto Minho<sup>74</sup> que surgiu “como a região do País onde o desnível numérico entre os sexos é mais acentuado”<sup>75</sup>.

Em consequência deste fenómeno, a proporção das populações masculina e feminina entre os 25 e os 39 anos revelou-se a mais gravosa do Reino<sup>76</sup>, apesar de possuir (à exceção do Algarve) a menor área geográfica (6953 km<sup>2</sup>) associada à maior densidade demográfica<sup>77</sup> - 96 h/km<sup>2</sup>.

No Censo de 1801, analisámos também as relações globais de masculinidade (Mapa 3 e cf. Anexo 9). Esta observação mostrou que o desequilíbrio entre as relações de masculinidade se continuou a fazer sentir, o que sugere que as anteriores causas avançadas sobre a inércia populacional continuaram a ter lugar um pouco por todo o concelho de Caminha.

**Mapa 3**  
**Relações de masculinidade nas freguesias do concelho de Caminha**  
**1801**



Fonte: Censo de 1801.

As relações de masculinidade da população global atingiam 79,6 no concelho de Caminha e 78,0 em Gontinhães, inferindo-se o recrudescimento da mobilidade masculina face a 89,3 para a região do Minho<sup>78</sup>. Com maior desequilíbrio neste indicador, encontravam-se as freguesias de Argela, de Moledo, de Seixas e de Vile, e no extremo oposto, as de Arga de Cima, de Gondar e de Orbacém.

<sup>74</sup> SOUSA, Fernando de, “A População Portuguesa nos inícios do século XIX”, in *Revista População e Sociedade*, n.º 2, Porto, Cepfam, 1996, pp. 49-75.

<sup>75</sup> SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge, op. cit., pp. 48-53.

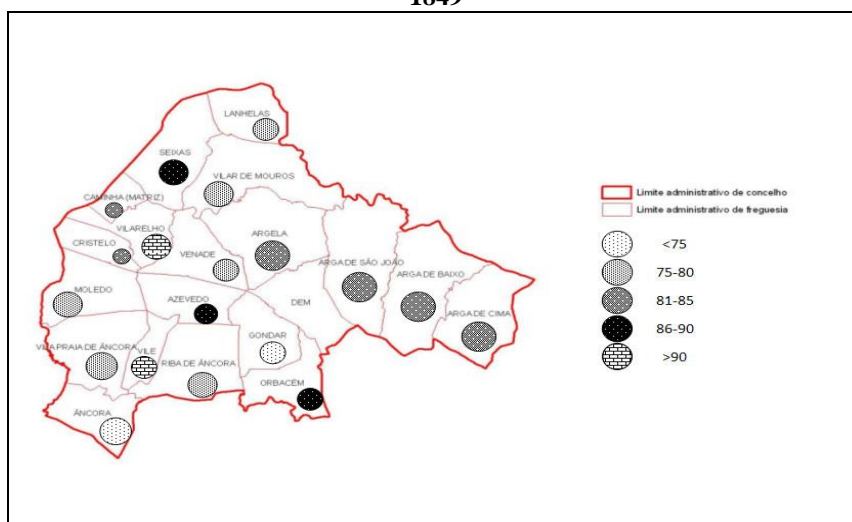
<sup>76</sup> SOUSA, Fernando de, 1996, op. cit., p. 49.

<sup>77</sup> VEIGA, Teresa Rodrigues, *A População Portuguesa no século XIX. Economia e Sociedade*, Edições Afrontamento/CEPESE, 2004, pp. 27-28.

<sup>78</sup> SOUSA, Fernando de, 1996, op. cit., p. 43.

Contudo, mesmo no Alto Minho e no interior do próprio concelho de Caminha, assinalaram-se contrastes que apenas estudos baseados em reconstituições de paróquia possibilitarão o seu completo esclarecimento. O facto de existirem relações de masculinidade díspares entre as várias paróquias sugere intensidades distintas no fenómeno da mobilidade masculina, mas pode igualmente traduzir variações aleatórias próprias de paróquias de reduzida dimensão.

**Mapa 4**  
**Relações de masculinidade nas freguesias do concelho de Caminha**  
**1849**



Fonte: Censo de 1849.

A partir dos dados fornecidos pelo censo de 1849 (Mapa 4 e cf. Anexo 10), continuaram a observar-se relações de masculinidade baixas - 82,3 para a população global do concelho e 80,4 para Gontinhães - devido aos fatores já mencionados.

O conjunto das freguesias que revelaram relações de masculinidades mais baixas era formado pelas paróquias de Âncora, de Gondar, de Lanhelas, de Moledo, de Riba d'Âncora e de Vilar de Mouros, enquanto as freguesias de Azevedo, de Orbacém, de Seixas, de Vilarelho e de Vile se encontravam no extremo oposto.

A partir de 1864, data do primeiro censo oficial moderno, torna-se possível uma aproximação mais fiável das relações de masculinidade globais para a paróquia em estudo (Tabela 8).

**Tabela 8**  
**Relações de masculinidade globais em Gontinhães**

| Ano  | Homens | Mulheres | Total | R.M. |
|------|--------|----------|-------|------|
|      | N      | N        | N     |      |
| 1864 | 529    | 686      | 1215  | 77,1 |
| 1878 | 645    | 892      | 1537  | 72,3 |
| 1890 | 754    | 1050     | 1804  | 71,8 |
| 1900 | 854    | 1270     | 2124  | 67,2 |
| 1911 | 970    | 1462     | 2432  | 66,3 |
| 1920 | 991    | 1452     | 2443  | 68,3 |

Fontes: Recenseamentos nacionais entre 1864 e 1920.

Verificamos que as relações de masculinidade sempre foram pouco equilibradas variando entre um máximo de 77,1 em 1864 e um mínimo de 66,3 em 1911. Este gradual abaixamento, com o maior desnível observado em 1911, traduz seguramente a intensificação dos movimentos da população masculina para o continente americano a partir de meados do século XIX. Note-se, no entanto, que os dados da tabela integrando todos os grupos de idades, refletem por defeito as relações de masculinidade adulta em Gontinhães, já que no distrito de Viana do Castelo foram encontrados os seguintes rácios no grupo de idades entre os 25 e os 29 anos: 62,8, 65,5, 62,7 e 61,2, entre os recenseamentos de 1890 e 1920<sup>79</sup>.

**Tabela 9**  
**Repartição da população de Gontinhães por género e estado civil**

| Estado civil | Homens |      | Mulheres |      | Total |      |
|--------------|--------|------|----------|------|-------|------|
|              | N      | %    | N        | %    | N     | %    |
| 1864         |        |      |          |      |       |      |
| Solteiros    | 344    | 65,0 | 489      | 71,3 | 833   | 68,5 |
| Casados      | 162    | 30,7 | 151      | 22,0 | 313   | 25,8 |
| Viúvos       | 23     | 4,3  | 46       | 6,7  | 69    | 5,7  |
| Total        | 529    | 100  | 686      | 100  | 1215  | 100  |
| 1878         |        |      |          |      |       |      |
| Solteiros    | 403    | 62,5 | 604      | 67,7 | 1007  | 65,5 |
| Casados      | 222    | 34,4 | 240      | 26,9 | 462   | 30,1 |
| Viúvos       | 20     | 3,1  | 48       | 5,4  | 68    | 4,4  |
| Total        | 645    | 100  | 892      | 100  | 1537  | 100  |
| 1890         |        |      |          |      |       |      |
| Solteiros    | 478    | 63,4 | 718      | 68,4 | 1196  | 66,3 |
| Casados      | 244    | 32,4 | 259      | 24,6 | 503   | 27,9 |
| Viúvos       | 32     | 4,2  | 73       | 7,0  | 105   | 5,8  |
| Total        | 754    | 100  | 1050     | 100  | 1804  | 100  |
| 1900         |        |      |          |      |       |      |
| Solteiros    | 516    | 60,4 | 830      | 65,3 | 1346  | 63,4 |
| Casados      | 304    | 35,5 | 333      | 26,3 | 637   | 30,0 |
| Viúvos       | 35     | 4,1  | 106      | 8,4  | 141   | 6,6  |
| Total        | 855    | 100  | 1269     | 100  | 2124  | 100  |
| 1911         |        |      |          |      |       |      |
| Solteiros    | 641    | 66,1 | 982      | 67,2 | 1623  | 66,7 |
| Casados      | 296    | 30,5 | 358      | 24,5 | 654   | 26,9 |
| Viúvos       | 33     | 3,4  | 122      | 8,3  | 155   | 6,4  |
| Total        | 970    | 100  | 1462     | 100  | 2432  | 100  |
| 1920         |        |      |          |      |       |      |
| Solteiros    | 643    | 64,9 | 957      | 65,8 | 1600  | 65,5 |
| Casados      | 315    | 31,9 | 368      | 25,4 | 683   | 28,0 |
| Viúvos       | 32     | 3,2  | 128      | 8,8  | 160   | 6,5  |
| Total        | 990    | 100  | 1452     | 100  | 2443  | 100  |

Fontes: Recenseamentos nacionais entre 1864 e 1920.

<sup>79</sup> BANDEIRA, Mário Leston, op. cit., p. 532.



A análise da repartição por sexos e estado civil proporcionada pelos vários recenseamentos traduz as estruturas populacionais existentes na paróquia (Tabela 9).

A população total masculina era visivelmente inferior em número à feminina, variando a sua proporção entre máximo de 43,5% em 1864 e o mínimo de 39,9% em 1911. Relativamente ao estado civil, predomina a população celibatária nos vários anos observados, mercê da sua estrutura idêntica, uma vez que estão representados todos os grupos de idade. O celibato definitivo feminino (que decorre do desequilíbrio das relações de masculinidade) evidenciou-se nos respetivos quantitativos dos diversos recenseamentos.

Enquanto que na população casada existiu algum equilíbrio entre os géneros, a viuvez feminina duplicou em praticamente todos os recenseamentos em relação à população masculina, variando as suas proporções entre 66,7% em 1864 e 80% em 1920. Este fenómeno resultou de uma maior longevidade feminina (devido a fatores genéticos/biológicos que penalizaram os indivíduos de sexo masculino) e também de uma maior incidência da mortalidade na população masculina, em resultado da sua mobilidade geográfica.



## 5. NUPCIALIDADE

“Os casamentos fazem-se no céu e consumam-se na terra”

Antoine Loisel  
*Institutes coutumières*

O matrimónio, tal como é concebido no mundo cultural a que pertencemos, radica no Direito Canónico. Até à Alta Idade Média, era prática seguirem-se os usos e costumes de cada região. Foi no século XII que a uniformização dos costumes se começou a implementar pela ação do papa Alexandre III (1159-1181)<sup>80</sup>. A Igreja Católica, com vista a regularizar os costumes e as tradições, como por exemplo o casamento a furto ou o casamento clandestino, decretou o casamento como um sacramento indissolúvel cuja forma residia nas palavras pronunciadas *in facie Ecclesiae*, expressando assim o mútuo consentimento dos nubentes. Consolidou-se a dimensão comunitária do matrimónio através da celebração religiosa, garantindo-se deste modo uma manifestação e um compromisso públicos que, anteriormente celebrados de uma forma privada, não permitiam muitas vezes a sua prova.

Será em 1545 no Concílio de Trento, com o ataque de Erasmo e dos protestantes Lutero e Calvino, que a Igreja Católica, colocada entre o dilema do sacramento do casamento e a exaltação do ideal da castidade, acabará por produzir uma legislação complexa, afirmando a exclusividade da competência da Igreja nesta matéria.

As Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, nas suas disposições relativas ao matrimónio, estabeleceram, entre outras normas, as idades mínimas para o casamento (14 anos para os homens e 12 para as mulheres), a obrigatoriedade dos banhos ou proclamas, a monogamia, a indissolubilidade do matrimónio, a obrigatoriedade da presença de um pároco e testemunhas na cerimónia. Os párocos das freguesias, compelidos ao celibato eclesiástico, deveriam igualmente estar atentos aos diversos impedimentos e interditos religiosos, aplicando penas no caso dos casamentos clandestinos, entre outras regras a cumprir<sup>81</sup>.

Ao contrário do momento do nascimento ou da morte do indivíduo que se apresentam como realidades incontrolláveis e alheias à sua vontade, a nupcialidade é a menos natural das variáveis que caracterizam um sistema demográfico<sup>82</sup>, já que é determinada por uma decisão voluntária. Os seus indicadores estão estreitamente

<sup>80</sup> LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, 2000, pp. 19-29.

<sup>81</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., pp. 131-161.

<sup>82</sup> ROWLAND, Robert, “Sistemas Matrimoniais na Península Ibérica: uma perspetiva regional”, in *Estudos Económicos*, vol. 19, n.º 3, São Paulo, 1989, p. 498.

associados à evolução das conjunturas que se refletem nos níveis de fecundidade da população.

Atribuindo um papel determinante à nupcialidade<sup>83</sup>, Hajnal defendeu que as idades médias ao casamento representavam um dos principais mecanismos reguladores do crescimento demográfico em populações de Antigo Regime. As idades médias subiriam ou desceriam em função do contexto vigente, dos níveis de mortalidade do momento, da área geográfica, da existência de subsistências, da mobilidade diferencial, dos sistemas herança, entre outros fatores. Definiu ainda a existência de dois modelos europeus de casamento: um modelo aplicável às populações da Europa ocidental que se caracterizava pela prevalência de um padrão de casamento tardio, associado a uma elevada proporção de celibato definitivo; e outro modelo aplicável à Europa Oriental, onde o casamento precoce era a norma, associado a um celibato definitivo quase nulo. Segundo o mesmo historiador, a nupcialidade representava um elemento tão significativo como a mortalidade no contexto demográfico, já que iria regular as taxas de fecundidade, enquadrando-se os nascimentos no âmbito do matrimónio legítimo e da entrada do indivíduo na comunidade.

Posteriormente, foram encontradas variações significativas no espaço europeu. Wrigley irá propor um modelo aplicável à Europa mediterrânica, onde o casamento tardio dos homens conjugado com o casamento precoce das mulheres constituirá uma zona de transição entre a Europa de Leste e a do Ocidente<sup>84</sup>. Estudos subsequentes sobre a Península Ibérica, desenvolvidos por Rowland e outros investigadores, vieram no entanto demonstrar que nela coexistiam modelos de matrimónio que se aproximavam dos arquétipos quer da Europa ocidental quer da Europa oriental. Por isso mesmo, o modelo mediterrânico não apresentava homogeneidade, sendo mais importante uma sistematização e uma comparação mais vasta e alargada deste fenómeno a nível de estudos locais para a sua compreensão<sup>85</sup>.

Norberta Amorim, por sua vez, considera a nupcialidade como fator de equilíbrio demográfico da sociedade de Antigo Regime, embora defenda que a mortalidade e a mobilidade “podem ter efeitos imediatos e decisivos no comportamento demográfico dessas populações”<sup>86</sup>.

---

<sup>83</sup> HAJNAL, John, “European Marriage Patterns in Perspective”, in GLASS, D. V.; EVERSLEY, D. C. (eds.), *Population in History - Essays in Historical Demography*, London, Edward Arnold, 1965, pp. 101-143.

<sup>84</sup> WRIGLEY, Edward Anthony, “The Prospects for Population History”, in RABB, Theodore; ROTBERG, Robert (org.), *The New History*, Princeton, Princeton University Press, 1982, pp. 207-226.

<sup>85</sup> ROWLAND, Robert, *População, Família, Sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta, 1997, pp. 58-61.

<sup>86</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1992, op. cit., p. 89.

Independentemente de variações regionais e europeias, é indiscutível que a idade da mulher ao primeiro casamento, atuou como mecanismo interferente nos níveis de fecundidade legítima de uma comunidade, em função da sua conjuntura socioeconómica e cultural<sup>87</sup>, nela residindo uma das chaves para a compreensão do sistema demográfico antigo. Com efeito, os estudos que têm vindo a ser realizados em Portugal com base na metodologia de reconstituição de paróquias evidenciam diferenças entre o Norte, onde se observaram elevadas idades médias ao casamento em ambos os sexos, em contraste com o Sul, região caracterizada pela precocidade do casamento feminino associada a um casamento masculino mais tardio.

Por outro lado, em período anterior ao século XX, a existência de baixas taxas de nupcialidade e as flutuações conjunturais traduziram a permanência de mecanismos sociais que dificultavam o acesso ao casamento. Em 1900, o distrito de Viana do Castelo apresentava a mais baixa taxa bruta de nupcialidade no país (5,51‰), comparativamente à média nacional (6,78‰) e contrastando com outros distritos, como por exemplo, Beja (8,58‰), Santarém (7,40‰) e Porto (6,84‰)<sup>88</sup>.

Nas sociedades de Antigo Regime, a escolha do cônjuge encontrava-se determinada pela proximidade geográfica, interesses económicos e sistemas de alianças familiares. Consecutivamente, a transmissão da casa-mãe, o sistema sucessório, os dotes, os contratos de casamento firmados em tabelião, o casamento consanguíneo, apresentavam-se como aspetos capazes de assegurar a reprodução social e a permanência do estatuto familiar. O casamento representava, deste modo, um processo de continuidade e de sobrevivência da célula familiar na esfera social e económica da freguesia. Como ato social e de inserção na comunidade, o matrimónio assinalava a entrada num novo estado, legitimava a prole, determinava as alianças familiares e o espaço social onde o futuro casal iria viver e trabalhar e, de forma inquestionável, refletia o *modus vivendi* dos diferentes grupos socioprofissionais.

As normas religiosas, os usos e costumes revelavam, por sua vez, o comportamento da população alto-minhota relativamente ao casamento e à sexualidade. Nesta matéria, Pina Cabral refere que o “casamento e a casa assumem um carácter

---

<sup>87</sup> CHAUNU, Pierre, *Histoire, Science Sociale. La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*, Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1974, p. 180.

<sup>88</sup> BANDEIRA, Mário Leston, op. cit., pp. 265-268.

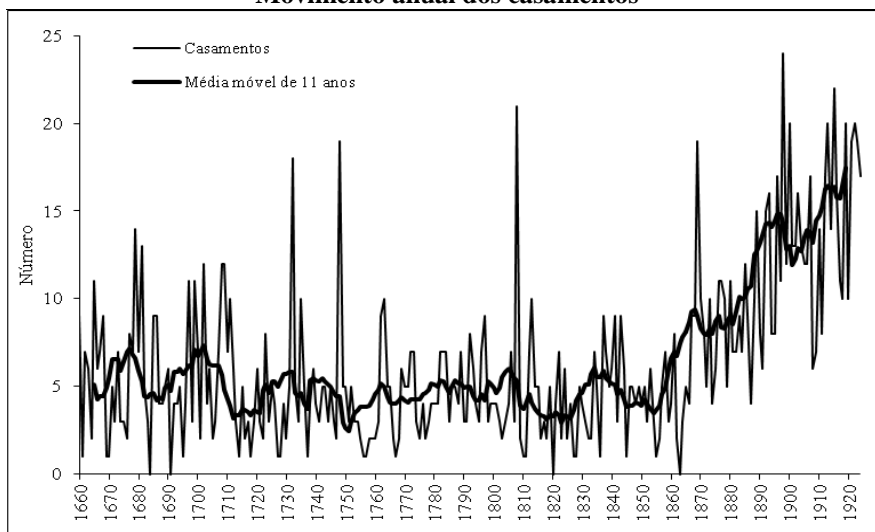
sagrado, porque são precisamente mediações entre o mal do sexo e a reprodução necessária do grupo”<sup>89</sup>.

Uma vez que o período de reconstituição da paróquia de Gontinhães revela uma sociedade típica rural de Antigo Regime em período anterior à transição demográfica, a análise das idades médias ao primeiro casamento e do celibato definitivo (entre outros indicadores relativos à nupcialidade) tornam-se fundamentais para a compreensão dos níveis de fecundidade legítima. Tanto quanto possível, procederemos ao estudo comparativo com outras freguesias estudadas e, no mesmo sentido, procuraremos analisar comportamentos diferenciais, considerando os principais setores de atividade prevalentes na comunidade.

### 5.1. Movimento anual dos casamentos

Procurar-se-á analisar a evolução do movimento anual dos casamentos, uma vez que a respetiva série de registos consultada se apresenta sequencial desde 1646 até ao final do período observado. Com 1769 casamentos registados, este número não reflete, porém, o universo total de cerca de 3000 famílias existentes na base de dados da paróquia de Gontinhães, devido à existência de agregados familiares já constituídos que nela se fixaram.

**Gráfico 5**  
**Movimento anual dos casamentos**



<sup>89</sup> PINA-CABRAL, João, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 77.

O Gráfico 5 representa o movimento anual dos casamentos celebrados entre 1646 e 1924, numa perspetiva longitudinal, em frequências absolutas e com recurso a médias móveis de 11 anos de forma a regularizar as oscilações aleatórias.

A partir da leitura da representação gráfica, verificamos que existiu uma certa regularidade nas uniões contraídas até à década de 1860, momento em que um aumento no seu volume acusou um crescimento populacional muito significativo, associado principalmente à introdução de novas atividades económicas e à fixação e à consolidação de comunidades populacionais do exterior.

No entanto, ao longo do tempo registaram-se elevações bruscas no número de casamentos em determinados anos. Embora algumas se tratassem de variações aleatórias próprias de comunidades de reduzida dimensão, outras estariam relacionadas com fatores de ordem política e epidémica que travaram o movimento da mobilidade masculina e propiciaram a celebração de uniões. Foi o que aconteceu entre as décadas de 1650 e de 1680, quando, em consequência da mortalidade ocorrida na paróquia, muitos viúvos recasaram devido à necessidade de repor a estabilidade no seio de famílias jovens. Idêntico movimento ascendente de casamentos foi detetado no concelho do Eixo entre o último quartel do século XVII e o primeiro decénio da centúria seguinte, com simultaneidade na ocorrência de crises de mortalidade prolongada<sup>90</sup>. A ocorrência de epidemias generalizadas no reino, como por exemplo nas décadas de 1730, de 1750 ou de 1860-1870, refletiu-se igualmente em elevações bruscas no volume de casamentos da paróquia, em resultado da impossibilidade da movimentação masculina e da imposição de cordões sanitários.

Conflitos e guerras atenuaram igualmente os fluxos migratórios, como no caso da Guerra de Sucessão de Espanha, onde se assinalaram vários óbitos de jovens militares da paróquia. Neste caso, registou-se uma subida significativa no volume de casamentos na primeira década de Setecentos, com jovens nubentes a casar com a idade mínima de 14 anos de idade<sup>91</sup>, indiciando fuga ao serviço militar. Idêntica situação aconteceu durante as Invasões Francesas, com clara instabilidade transfronteiriça e com episódios de confrontos ao longo do Rio Minho até à baía costeira de Gontinhães<sup>92</sup>. De igual forma, a análise dos passaportes internos em Ponte Lima revelou um movimento

---

<sup>90</sup> FERREIRA, Francisco Messias Trindade, *Viver e morrer no território do antigo concelho do Eixo. (1590-1910, tese de doutoramento*, Braga, Universidade do Minho, 2005, p. 485.

<sup>91</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., pp. 131-161.

<sup>92</sup> ALVES, Lourenço, *Caminha e o seu concelho*, Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 1985, p. 183-185. Ver também MARTINS, Rocha, *Episódios da Guerra Peninsular. As três Invasões Francesas*, vol. 2, Lisboa, O Jornal do Comércio e das Colónias-Lisboa, 1944, pp. 13-17.

de declínio notável nas saídas dos indivíduos do sexo masculino que deixaram de emigrar após 1808<sup>93</sup>, denotando uma interrupção nos movimentos migratórios masculinos.

Nos finais do período em estudo, a emigração para o Brasil e as crises fortes de mortalidade de 1895, 1906 e 1918-1920 travaram, episodicamente, este movimento progressivo, não impedindo, todavia, a retoma posterior.

## 5.2. Sazonalidade dos casamentos

A escolha do dia da celebração do matrimónio não é aleatória, antes devendo ser enquadrada no âmbito mais vasto dos usos da paróquia e da região, e da observância aos preceitos religiosos. De facto, vários autores se pronunciaram sobre as formas como o movimento sazonal dos casamentos foi condicionado na Europa católica pelas prescrições religiosas correspondentes aos períodos da Quaresma e do Advento. No seio da Igreja Católica, a Quaresma representava um momento de reflexão, uma pausa anual na rotina dos indivíduos, de apaziguamento da carne ao reencontro da alma, num período vivido entre jejuns, comedimentos, contenção nos desejos e ímpetos, pautado por um calendário apertado de vias-sacras e de penitências. Os divertimentos públicos desapareciam e impunham-se as solenidades da Paixão e da Semana Santa. O Advento, por sua vez, consubstanciava-se no Nascimento e na exaltação de Jesus e da Sagrada Família. Era tempo de união e de reencontro familiares.

Por regra, o acatamento destes preceitos religiosos sofreu alterações ao longo dos séculos, fruto da mudança das mentalidades em função de fatores políticos e económicos, como a laicização do Estado ou as migrações, traduzindo-se num atenuamento destas práticas culturais.

As Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, na sua Constituição IX, estabeleceram o tempo de interdição para a celebração do matrimónio:

“Mandamos que se não celebrem solenemente casamentos alguns desde o primeiro Domingo do Advento até ao dia de Reis, & desde a Quarta-Feira de Cinzas até ao Domingo de Pascoela inclusive: mas não proibimos, que no mesmo tempo se possam casar por palavras de presente à porta da Igreja perante o Pároco, & duas, ou três testemunhas, com terem precedido as três denunciações, com tal condição, que se recebam sem solenidade: a qual consiste em três coisas: (...) em ser levada a noiva à casa do noivo com pompa, &

---

<sup>93</sup> A.M.P.L., *Livros de registo de passaportes internos*, cota 2.2.5, fl. 94v.



aparato, & no convite que se costuma fazer; de maneira que só a solenidade é proibida nestes tempos, & sem ela em qualquer tempo podem casar”<sup>94</sup>.

Todavia, não foram só os condicionalismos religiosos que influenciaram a distribuição anual dos casamentos nestas sociedades. Em economias de subsistência, os ciclos anuais dos trabalhos agrícolas não deixaram de condicionar a escolha da época do matrimónio, empurrando as preferências para meses de menor atividade nos campos. Com efeito, dada a incerteza do resultado das colheitas, a prudência camponesa impunha regras para a sobrevivência dos agregados familiares através de uma gestão concertada dos recursos disponíveis.

As migrações masculinas influenciaram também o momento da celebração do casamento, particularmente as que denunciavam sazonalidade profissional, como é o caso dos construtores e pedreiros de Gontinhães, cuja forte mobilidade foi detetada neste estudo.

Os redatores paroquiais de Gontinhães evidenciaram desde cedo a rigorosa observância dos preceitos religiosos. As referências ao não acatamento dos interditos são uma constante ao longo dos assentos paroquiais, bem como à não efetivação da cerimónia das bênçãos nupciais, como nos exemplos seguintes:

- 16 de março de 1681: “sine benedictionibus, por ser Quaresma”<sup>95</sup>;
- 22 de março de 1686: “e não lhes dei as bênçãos por nesse dia de recebimento serem ainda proibidas pela Santa Madre Igreja”<sup>96</sup>;
- 23 de abril de 1794: “e não lhes dei as bênçãos nupciais por ser para mais tempo proibido e os admoestei, da parte da Santa Madre Igreja, não coabitarem na mesma casa, até as receberem, fugirem de pompas e aparatos no acompanhamento e mesa, por ser proibida toda a solenidade nestes tempos (...) e por não terem paciência de esperar cinco dias”<sup>97</sup>;
- 23 de dezembro de 1799: “não teve bênçãos por ser advento”<sup>98</sup>;

No sentido de se localizarem alterações temporais nos comportamentos da população da comunidade de Gontinhães no que diz respeito à sazonalidade dos casamentos, estabelecemos três períodos (Tabela 10 e Gráfico 6).

---

<sup>94</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., p. 145.

<sup>95</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Casamentos nº 1, fl. 5.

<sup>96</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Casamentos nº 1, fl. 8v.

<sup>97</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Casamentos nº 2, fl. 91.

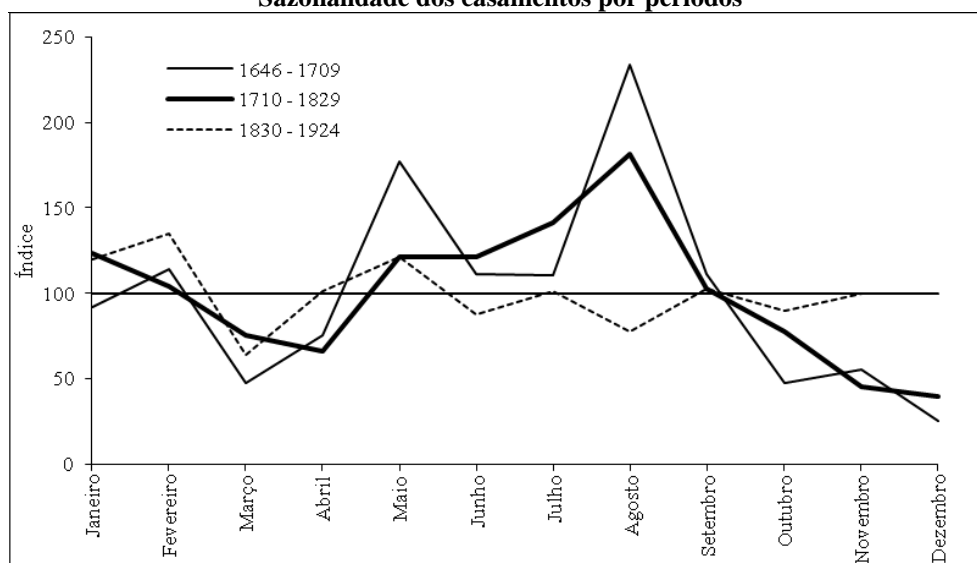
<sup>98</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Casamentos nº 3, fl. 10v.

**Tabela 10**  
**Sazonalidade dos casamentos por períodos**

| Meses     | 1646-1709 |              | 1710-1829 |              | 1830-1924 |              | 1646-1924 |              |
|-----------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
|           | N         | Índice (100) | N         | Índice (100) | N         | Índice (100) | N         | Índice (100) |
| Janeiro   | 29        | 92           | 56        | 124          | 88        | 120          | 173       | 335          |
| Fevereiro | 33        | 114          | 43        | 104          | 90        | 135          | 166       | 353          |
| Março     | 15        | 47           | 34        | 75           | 47        | 64           | 96        | 187          |
| Abril     | 23        | 75           | 29        | 66           | 72        | 102          | 124       | 243          |
| Maio      | 56        | 177          | 55        | 122          | 89        | 121          | 200       | 420          |
| Junho     | 34        | 111          | 53        | 121          | 62        | 87           | 149       | 319          |
| Julho     | 35        | 111          | 64        | 141          | 74        | 101          | 173       | 353          |
| Agosto    | 74        | 234          | 82        | 181          | 57        | 78           | 213       | 493          |
| Setembro  | 34        | 111          | 45        | 103          | 73        | 103          | 152       | 317          |
| Outubro   | 15        | 47           | 35        | 77           | 66        | 90           | 116       | 215          |
| Novembro  | 17        | 56           | 20        | 46           | 71        | 100          | 108       | 201          |
| Dezembro  | 8         | 25           | 18        | 40           | 73        | 100          | 99        | 165          |
| Total     | 373       | 1200         | 534       | 1200         | 862       | 1200         | 1769      | 3600         |

Os resultados mostram que até 1829, a sazonalidade traduziu um acatamento mais estrito dos interditos religiosos. A partir desta data verificou-se um maior distanciamento das observâncias, na medida em que se registou uma maior regularização dos índices, concluindo-se que a comunidade deixou de valorizar o *tempus feriarum*.

**Gráfico 6**  
**Sazonalidade dos casamentos por períodos**



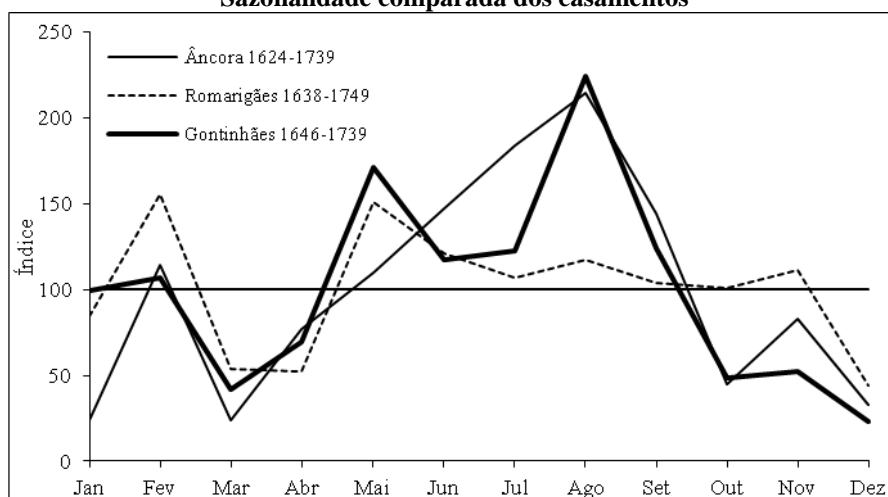
Entre 1646 e 1709, o mais elevado índice registou-se no mês de agosto, o que sugere que as migrações masculinas introduziram uma condicionante importante. A deslocação dos canteiros e pedreiros afigura-se mais provável nos meses “altos”, ao contrário dos meses curtos e sombrios do outono e do inverno. A severidade do clima, a instabilidade dos caminhos e a própria oferta de trabalho foram certamente factores equacionados. De acordo com esta linha de pensamento, não será descabido concluir que o casamento ocorresse antes do início dessas mesmas deslocações, deixando

entregue às mulheres o governo das casas. Os meses de partida situavam-se entre abril e setembro, época por excelência dedicada aos trabalhos na construção, correspondendo à oferta de trabalho e às exigências do local de acolhimento<sup>99</sup>.

De 1710 a 1829 manteve-se a tendência anterior, de forma mais atenuada, ainda que os interditos se continuassem a observar. A partir de 1830, os interditos deixaram de ser tão respeitados, visto que a sazonalidade deixou de ter expressão, a não ser durante a Quaresma. Testemunhos orais das primeiras décadas do século XX narram o provérbio que era constantemente recordado às jovens quando, descuidadamente, cantavam modas profanas durante esta quadra: “*Estamos na Semana Santa, na semana do Senhor, não se canta nem se dança, nem se fala ao amor*”.

Em todos os períodos destaca-se o mês de maio, que se afirmou desde o início da observação como o segundo mês mais procurado pelos nubentes, tido como um mês abençoado para o início da vida conjugal. Esta concentração poderá ainda ser justificada pela Páscoa tardia, empurrando para o mês de maio um número significativo de uniões<sup>100</sup>. Já os meses de janeiro e de fevereiro compensavam os vazios do Advento e da Quaresma, momento também em que as famílias desfrutavam de uma despensa mais farta, resultante das colheitas anteriores e da salgadeira generosa, após a matança do porco nos meses do frio.

**Gráfico 7**  
**Sazonalidade comparada dos casamentos**

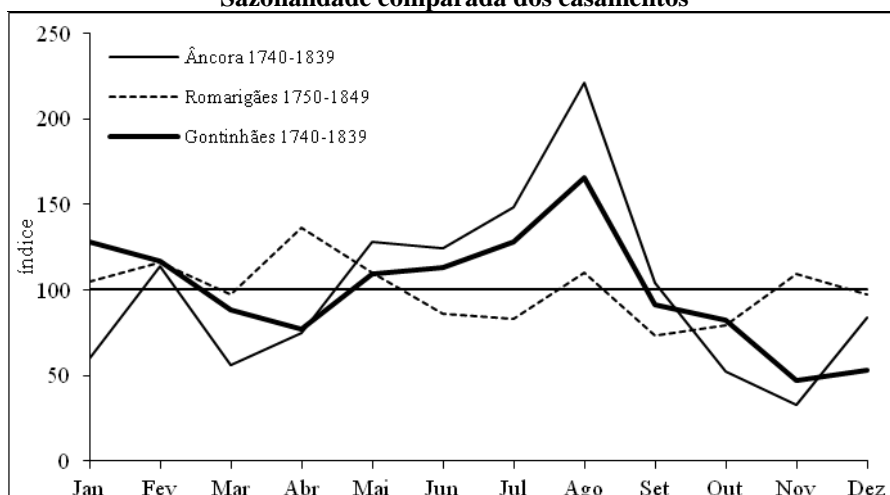


Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; LAGIDO, Emília, 2004; SANTOS, Carlota 1999.

<sup>99</sup> DURÃES, Margarida, LAGIDO, Emília, CARIDADE, Cristina, “Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVII-XIX siècles)”, *Obradoiro de Historia Moderna*, nº 15, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2006, p. 63.

<sup>100</sup> SCOTT, Ana Sílvia, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1999, p. 181.

**Gráfico 8**  
**Sazonalidade comparada dos casamentos**



Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; LAGIDO, Emília, 2004; SANTOS, Carlota 1999.

Para uma comparação destas tendências, observámos os comportamentos de populações de outras paróquias do Alto Minho, considerando dois períodos mais abrangentes (Gráfico 7, Gráfico 8 e cf. Anexo 12).

Até meados do século XVIII, o acatamento dos preceitos religiosos do Advento e da Quaresma encontra-se bem patente nas três paróquias, se bem que se observe uma sazonalidade menos acentuada em Romarigães. Em todas as paróquias, o mês de fevereiro compensou os interditos religiosos enquadrantes, manifestando uma maior distribuição de casamentos. A observação dos comportamentos do segundo período revela que a observância dos interditos religiosos começou a perder alguma expressão nas três paróquias.

Gontinhães e Santa Maria de Âncora registaram sincronia na distribuição de casamentos, repartida no período estival entre maio e setembro. Fatores relacionados com a maior ou menor mobilidade das populações e proximidade das praças e portos mercantis<sup>101</sup>, bem como das principais rotas de migrações, poderão ter constituído condicionantes na sazonalidade ao casamento. Apresentaram ainda a maior sazonalidade de casamentos no mês de agosto, em concordância com os segmentos socioprofissionais prevalentes em ambas, embora Romarigães acusasse alguma incidência neste mesmo mês. Esta concentração em agosto também foi encontrada na freguesia de Santa Eulália durante os séculos XVIII e XIX<sup>102</sup>. Na Meadela, para o

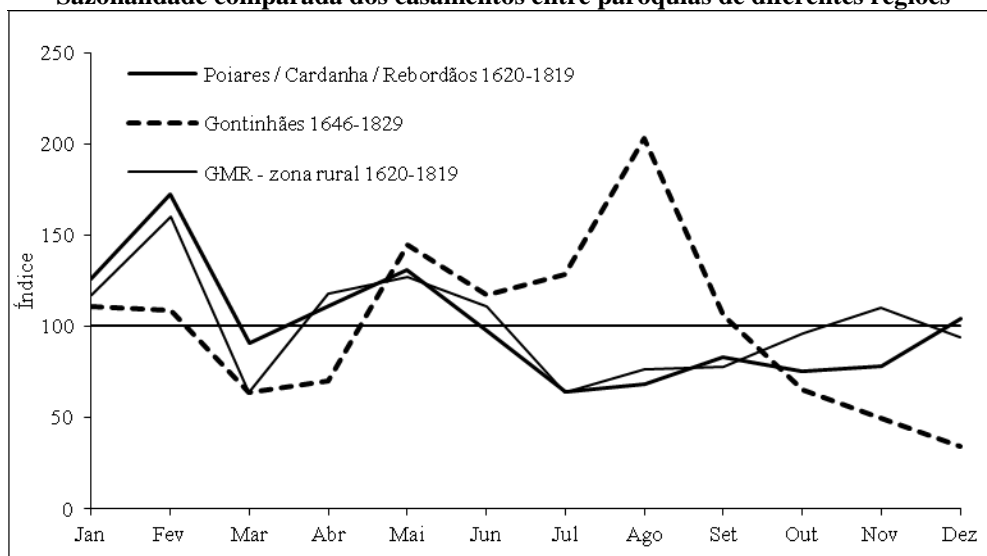
<sup>101</sup> SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1982, p. 62.

<sup>102</sup> BRETTELL, Caroline, *Homens que partem, Mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 136-137.

século XVII, agosto é o segundo mês mais procurado para o matrimónio, com distribuições relativamente elevadas ainda durante o século XVIII<sup>103</sup>.

Se compararmos as diferentes regiões nortenhas - Guimarães<sup>104</sup> no Baixo Minho, Poiães/Cardanha/Rebordãos<sup>105</sup> no Nordeste Transmontano e Gontinhães no Alto Minho - verificamos que as duas primeiras distribuições anuais de casamentos são muito diferentes das ocorridas na terceira (Gráfico 9 e cf. Anexo 13).

**Gráfico 9**  
**Sazonalidade comparada dos casamentos entre paróquias de diferentes regiões**



Fonte: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; AMORIM, Norberta, 1987.

Com efeito, em Guimarães e nas três paróquias transmontanas, com concentrações predominantes durante o primeiro semestre, registou-se uma sazonalidade relacionada com o calendário agrícola, mais exigente durante a época estival e associado a um menor volume de casamentos. Em oposição, Gontinhães registou o seu maior pico em agosto, pelas razões já apontadas. Por outro lado, os interditos religiosos “aparecem mais claramente respeitadas na diocese de Braga do que do que no caso conhecido da diocese de Miranda”<sup>106</sup>.

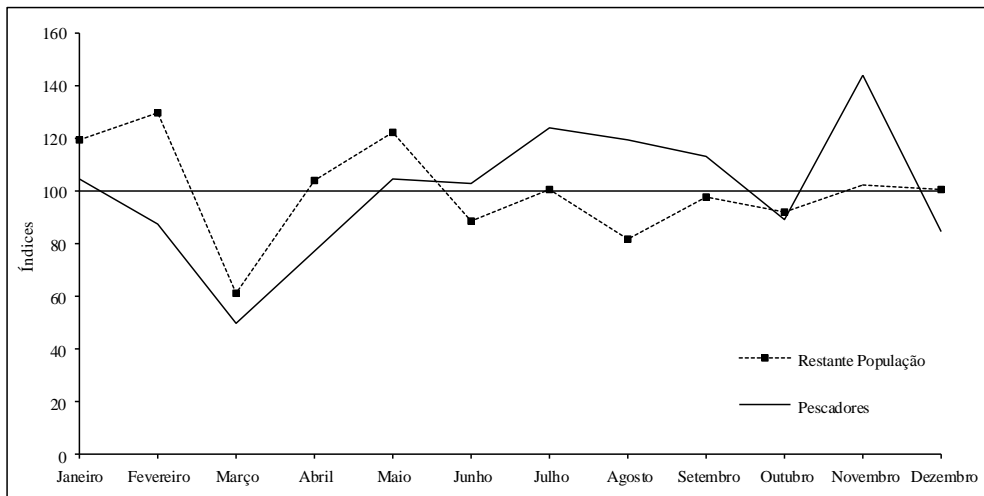
<sup>103</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., pp. 94-95.

<sup>104</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1987, op. cit., p. 68.

<sup>105</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1987, op. cit., p. 70.

<sup>106</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1987, op. cit., p. 74.

**Gráfico 10**  
**Sazonalidade diferencial dos casamentos**  
**1830-1924**



Observou-se a distribuição anual dos casamentos, considerando a comunidade marítima de Gontinhães e a restante população da paróquia (Gráfico 10 e cf. Anexo 14).

Na restante população, notou-se um acatamento ainda significativo durante a Quaresma, mas sem expressão no Advento, continuando o mês de maio a manter-se nas preferências matrimoniais.

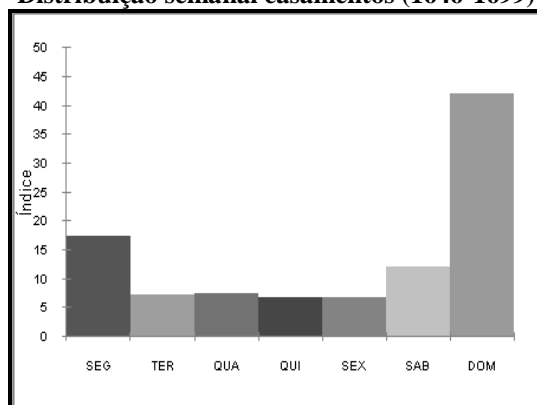
O comportamento da comunidade marítima, embora imbuída de uma religiosidade forte (comprovada pelo maior acatamento dos interditos), revela uma sazonalidade mais elevada durante os meses de verão, sugerindo que a distribuição se regeu igualmente pela abundância económica estival, quando as condições climatéricas permitiam melhores pescarias. No verão, os dias “altos”, as festas ribeirinhas e as festas da padroeira em setembro propiciavam as uniões.

Idêntico comportamento foi localizado na paróquia da Ericeira, com sazonalidade mais acentuada entre os meses de julho a outubro<sup>107</sup> e na população marítima do concelho da Madalena com mais elevado índice no mês de setembro<sup>108</sup>.

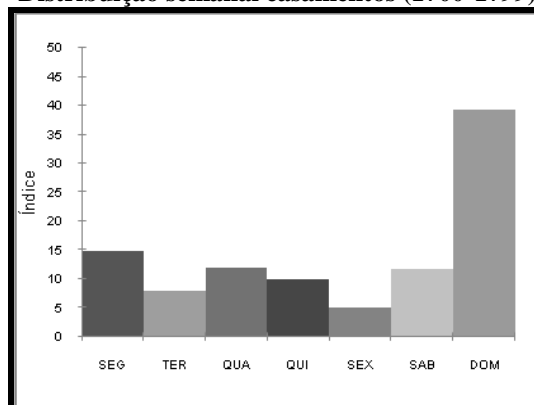
<sup>107</sup> REIS, Maria da Conceição, *São Pedro da Ericeira de 1622 a 1855*, Ericeira, Mar de Letras Editora, 2005, p. 36.

<sup>108</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., pp. 59-60.

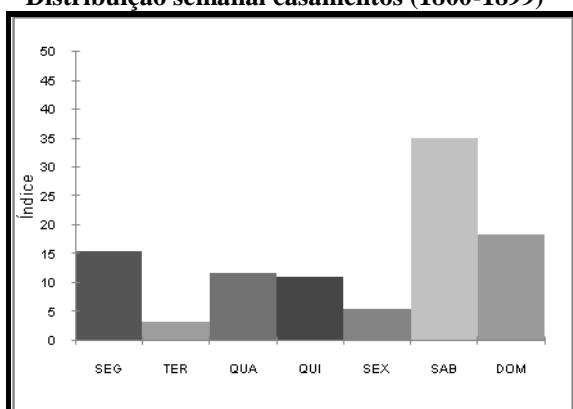
**Gráfico 11**  
**Distribuição semanal casamentos (1646-1699)**



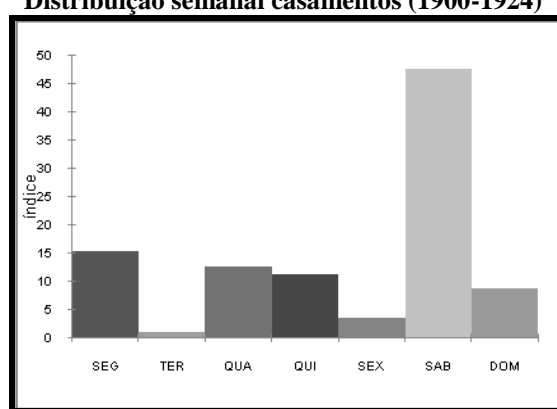
**Gráfico 12**  
**Distribuição semanal casamentos (1700-1799)**



**Gráfico 13**  
**Distribuição semanal casamentos (1800-1899)**



**Gráfico 14**  
**Distribuição semanal casamentos (1900-1924)**



A observação da distribuição semanal dos casamentos entre 1646 e 1924 (Gráficos 11 a 14) permite identificar também tendências ao longo dos três séculos de estudo sobre as preferências dos nubentes relativamente ao dia da semana para a celebração do casamento.

De um modo geral, sábado e domingo representavam os dias privilegiados para a união. Enquanto nos séculos XVII e XVIII o domingo foi o dia preferido (seguido pela segunda-feira), a partir de 1800 a escolha predominante recaiu no sábado, consolidando-se esta opção no final do período.

A preferência pelo domingo torna-se compreensível já que é o dia do Senhor, associando-se a uma maior disponibilidade por parte dos familiares e parentelas. Por outro lado, a missa solene presenciada pelos paroquianos, conferia ao ato uma outra

pompa, comprovada pelas suas referências nos registos paroquiais de casamento<sup>109</sup>. A valorização pelo sábado, em particular no primeiro quartel do século XX, pode dever-se a uma progressiva implantação e consolidação do comércio e dos serviços no novo setor terciário, e a um distanciamento relativamente à importância da agricultura<sup>110</sup>.

A opção pela segunda-feira foi uma constante que atravessou todo o período em observação. Esta escolha foi verificada noutras paróquias estudadas, tais como Meadela<sup>111</sup>, Ávidos<sup>112</sup>, Ronfe<sup>113</sup>, Palaçoulo<sup>114</sup>, tendo sido apontadas razões relacionadas com a necessidade de venda e troca de produtos em feiras e romarias que se realizavam durante o fim-de-semana<sup>115</sup>.

As terças-feiras e as sextas-feiras são os dias em que ao longo de todo o período ocorreu uma menor frequência de bodas. Segundo Lebrun, a sexta-feira era um dia nefasto, “pois lembra a morte de Cristo e sobretudo o dia magro que proibiria a carne na refeição”<sup>116</sup>. O adágio popular português “às terças e sextas não cases a tua filha nem ponhas a teia” remete para a mesma tradição.

Alguns estudos prevaletentes sobre superstições na região do Alto Minho indicaram não ser auspiciosa a celebração de mais do que um casamento por dia<sup>117</sup>. Assim, não sendo possível realizar-se o casamento ao domingo, ficaria adiado para o resto da semana. Com efeito, pudemos comprovar que em Gontinhães muitos irmãos não contraíram casamento no mesmo dia, optando por casar com alguns dias de intervalo. Este fenómeno pode ter tido alguma influência na distribuição semanal dos casamentos.

### 5.3. Idade média ao primeiro casamento

A idade média ao primeiro casamento constitui um dos principais indicadores para o estudo da nupcialidade, dada a sua influência decisiva nas taxas de fecundidade

---

<sup>109</sup> “Estando a maior parte da freguesia presente”; “E a maior parte da freguesia por ser dia santo”; “E a maior parte do povo por ser dia de preceito”; “E a maior parte dos fregueses por ser em dia festivo”; “E a maior parte do povo por ser dia solene”; “Por ser a estação da missa conventual”.

<sup>110</sup> *Jornal A Voz do Ancora*, 15 de outubro de 1905. “Petição dos empregados do comércio desta praia: Aos Exm<sup>os</sup>. e Dign<sup>os</sup>. Comerciantes da praia d’Âncora: Nós abaixo assinados empregados do comércio vimos solicitar (...) o descanso dominical, que de inteira justiça nos é devido porque ao cabo de seis dias de cansa e fadiga não são demais algumas horas de deleitosa liberdade, (...) vivendo completamente escravizados sob o peso, muitas vezes dum trabalho esmagador”.

<sup>111</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., pp. 100-101.

<sup>112</sup> PAIVA, Odete, *S. Martinho de Ávidos, Comunidade Rural do Vale do Ave. Demografia e Sociedade (1599-1995)*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001, pp. 101-102.

<sup>113</sup> SCOTT, Ana Sílvia Volpi, op. cit., pp. 188-192.

<sup>114</sup> RAPOSO, Fábria Maria, *Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês. Palaçoulo (1656-1910)*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2000, pp. 62-63.

<sup>115</sup> FERREIRA, Francisco Messias Trindade, *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha e a sua população (1666-1900), Estudo Demográfico*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 2001, pp. 68-70.

<sup>116</sup> LEBRUN, François, op. cit., pp. 45-48.

<sup>117</sup> CALLIER-BOISVERT, Colette, *Soajo entre Migrações e Memória. Estudo sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2004, pp. 113-117.



legítima da população. Para o seu cálculo, tanto numa perspetiva transversal como longitudinal, considerámos todos os indivíduos com data de nascimento conhecida, entre os 12 e os 49 anos, idades convencionadas para o início e o fim do ciclo reprodutivo da mulher (Tabela 11).

**Tabela 11**  
**Idade média ao primeiro casamento (< de 50 anos)**  
**Observação transversal**

| Períodos  | Homens |             | Mulheres |             | Diferença H-M |
|-----------|--------|-------------|----------|-------------|---------------|
|           | N      | Idade média | N        | Idade média |               |
| 1700-1749 | 178    | 23,9        | 227      | 25,9        | -2,0          |
| 1750-1799 | 135    | 26,9        | 188      | 27,5        | -0,6          |
| 1800-1849 | 136    | 26,4        | 186      | 27,9        | -1,5          |
| 1850-1899 | 232    | 28,2        | 257      | 27,8        | 0,5           |
| 1900-1924 | 217    | 26,3        | 274      | 25,9        | 0,4           |

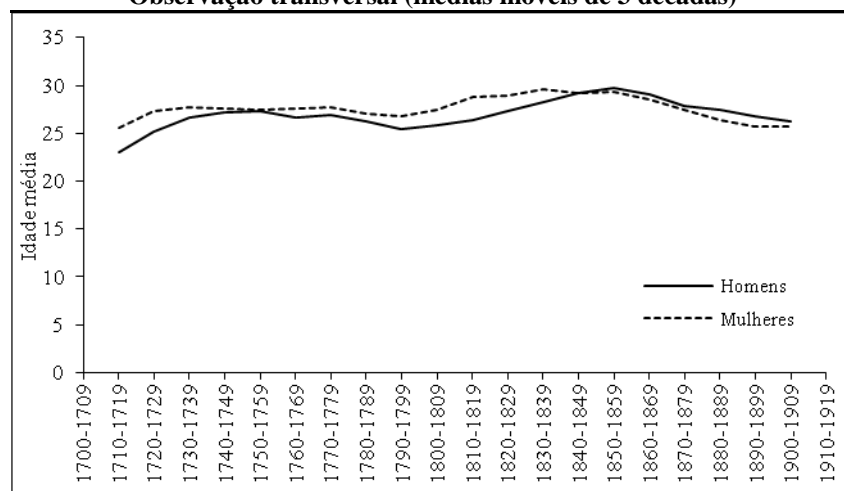
As idades médias de acesso ao primeiro casamento foram sempre elevadas em ambos os sexos, com significativa superioridade para as do sexo feminino.

Na primeira metade do século XVIII, as idades masculinas e femininas foram relativamente mais baixas do que as registadas nos períodos subsequentes - 23,9 e 25,9 anos, para homens e mulheres respetivamente. Durante a Guerra de Sucessão Espanhola e nas Campanhas do Alentejo, morreram sete jovens soldados de Gontinhães entre 19 de outubro de 1707 e 23 de abril de 1708. Nos anos subsequentes, observaram-se uniões de nubentes masculinos com as idades mínimas regulamentares, descendo a média de idades para os 18 anos (Anexo 15). A falta de subsistências que ocorreu na década de 1730 travou episodicamente a mobilidade e, conseqüentemente, a saída de mancebos que acabaram por casar mais cedo na paróquia.

A partir de 1750, assistimos a um aumento gradual das idades médias em ambos os sexos, com tendência de aproximação das masculinas face às femininas, atingindo o seu máximo na última metade do século XIX - 28,2 anos para os homens e 27,8 anos para as mulheres.

A observação das idades médias por decénios e com recurso a médias móveis de 3 décadas (Gráfico 15) permitiu verificar que as femininas foram sempre mais elevadas até meados do século XIX, momento em que as masculinas se sobrepuseram até nova interseção já no findar do período.

**Gráfico 15**  
**Idade média ao primeiro casamento (< de 50 anos)**  
**Observação transversal (médias móveis de 3 décadas)**



No início do período, registaram-se as idades mais baixas, pelas razões já apontadas. Posteriormente, registou-se uma relativa uniformidade entre as idades médias masculinas e femininas até 1790, assinalando-se de seguida um pequeno afastamento entre ambas até 1850, para lentamente as masculinas se elevarem relativamente às femininas. As décadas em que se observaram afastamentos mais notórios entre as idades médias em ambos os sexos ocorreram, como já referimos, durante conjunturas que impediram a normal mobilidade masculina. A descida das idades médias até ao final do período foi consequência, em grande parte, da interferência dos comportamentos nupciais dos marítimos e do peso das suas sucessivas gerações.

**Tabela 12**  
**Comparativo das idade médias ao primeiro casamento por períodos**  
**entre paróquias do Alto Minho (<50 anos)**

| Períodos  | Gontinhães |      | Âncora |      | Romariçães |      | Stª Eulália |      | Meadela |      |
|-----------|------------|------|--------|------|------------|------|-------------|------|---------|------|
|           | H          | M    | H      | M    | H          | M    | H           | M    | H       | M    |
| 1700-1749 | 23,9       | 25,9 | 23,5   | 25,5 | 23,0       | 27,9 | 25,6        | 26,7 | 24,9    | 25,9 |
| 1750-1799 | 26,9       | 27,5 | 26,4   | 27,9 | 26,8       | 27,0 | 28,1        | 28,2 | 26,2    | 25,4 |
| 1800-1849 | 26,4       | 27,9 | 26,2   | 27,1 | 24,3       | 27,8 | 27,6        | 27,3 | 26,8    | 28,0 |
| 1850-1899 | 28,2       | 27,8 | 28,8   | 28,1 | -          | -    | 30,5        | 28,0 | -       | -    |

Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; LAGIDO, Emília, 2004; SANTOS, Carlota, 1999; BRETTELL, Caroline, 1991; SOLÈ, Glória, 2001.

A comparação das idades médias entre paróquias do Alto Minho por períodos (Tabela 12), vem mostrar que a idade média feminina foi geralmente superior à dos homens até finais da primeira metade do século XIX, com exceção de Santa Eulália. A partir de 1850, a idade média aumentou, agora com superiorização da masculina.

Em Romarigães, verificou-se uma maior diferença de idades médias entre os sexos, sendo a feminina sempre mais elevada, passível da interioridade geográfica da freguesia; em Santa Eulália, registaram-se as mais altas idades médias relativamente a todas as paróquias, enquanto Meadela apresentou uma aproximação das idades médias feminina e masculina, com aparente influência da cidade de Viana do Castelo, já que nos meios urbanos o casamento era mais precoce<sup>118</sup>.

Já em Gontinhães e em Âncora observamos uma grande semelhança de comportamentos nas idades médias para ambos os sexos, fruto das suas relações de contiguidade e da pertença à mesma área geográfica.

A partir dos recenseamentos do distrito de Viana do Castelo, é possível verificar que as idades médias masculinas e femininas de acesso ao primeiro casamento se apresentaram igualmente muito elevadas e próximas, oscilando as masculinas entre 28,6 e 27,8 anos e as femininas entre 28 e 26,5 entre os censos de 1864 e de 1900<sup>119</sup>, justificadas pela adoção do padrão do casamento tardio neste mesmo distrito<sup>120</sup>. Estes valores aproximaram-se muito das idades médias encontradas nas paróquias minhotas estudadas.

**Tabela 13**  
**Idade média ao primeiro casamento (< de 50 anos)**  
**Observação longitudinal**

| Gerações  | Homens |             | Mulheres |             | Diferença H-M |
|-----------|--------|-------------|----------|-------------|---------------|
|           | N      | Idade média | N        | Idade média |               |
| 1660-1699 | 147    | 23,2        | 207      | 24,3        | -1,1          |
| 1700-1749 | 166    | 26,3        | 206      | 27,7        | -1,4          |
| 1750-1799 | 132    | 26,1        | 197      | 27,3        | -1,2          |
| 1800-1869 | 266    | 29,5        | 298      | 28,9        | 0,6           |

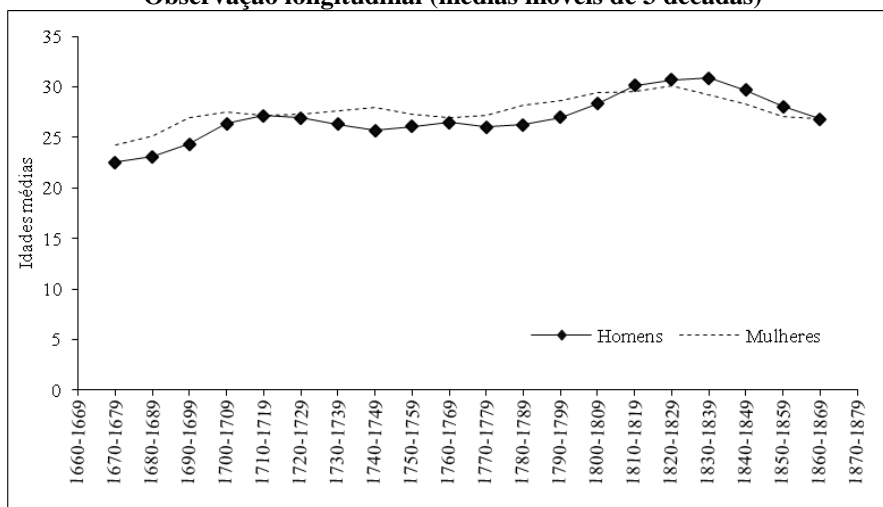
A observação do comportamento das gerações nascidas entre 1660 e 1869 (Tabela 13 e Gráfico 16) veio confirmar as anteriores informações sobre a existência de elevadas idades médias ao primeiro casamento para ambos os sexos, à exceção das primeiras gerações de homens e de mulheres nascidas entre 1660 e 1699.

<sup>118</sup> RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.), *História da População Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2009, p. 197.

<sup>119</sup> BANDEIRA, Mário Leston, op. cit., pp. 511-512.

<sup>120</sup> BANDEIRA, Mário Leston, op. cit., p. 287.

**Gráfico 16**  
**Idade média ao primeiro casamento (< de 50 anos)**  
**Observação longitudinal (médias móveis de 3 décadas)**



A análise gráfica por decénios e médias móveis de 3 décadas mostrou que as idades médias femininas ao primeiro casamento foram sempre mais elevadas e bastante uniformes até à primeira década do século XIX, altura em que as masculinas se lhes superiorizaram. No entanto, e no final do período, observou-se uma aproximação e uma justaposição entre as idades médias de ambos os sexos. Estas tendências confirmaram a observação em perspetiva transversal.

**Tabela 14**  
**Comparativo das idades médias ao primeiro casamento entre freguesias do Alto Minho**  
**Observação longitudinal (< de 50 anos)**

| Gerações  | Gontinhães |      | Âncora |      | Romarigães |      | Meadela |      | Facha |      | Stª Eulália |      |
|-----------|------------|------|--------|------|------------|------|---------|------|-------|------|-------------|------|
|           | H          | M    | H      | M    | H          | M    | H       | M    | H     | M    | H           | M    |
| 1660-1699 | 23,2       | 24,3 | 23,3   | 24,2 | -          | -    | 25,3    | 27,6 | -     | -    | -           | -    |
| 1700-1749 | 26,3       | 27,7 | 24,5   | 26,7 | 23,0       | 28,3 | 25,3    | 25,9 | -     | -    | 25,6        | 26,7 |
| 1750-1799 | 26,1       | 27,3 | 25,5   | 26,4 | 26,6       | 27,1 | 25,5    | 26,0 | 25,8  | 27,2 | 28,1        | 28,2 |
| 1800-1869 | 29,5       | 28,9 | 28,7   | 28,0 | 24,4       | 28,7 | -       | -    | 30,1  | 29,6 | 27,6        | 27,3 |

Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; LAGIDO, Emília, 2004; SANTOS, Carlota, 1999; SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, 2001; MACHADO, Maria Arminda Loureiro, 1995; BRETTELL, Caroline, 1991.

Se no século XVII se confirmaram idades médias mais baixas nas paróquias estudadas do Alto Minho (Tabela 14), no século seguinte registou-se uma tendência geral para a subida das idades médias, com valores superiores nas mulheres e uma uniformização do padrão de comportamentos entre paróquias, assinalando-se na freguesia de Santa Eulália as idades médias mais elevadas em ambos os sexos. No entanto, durante a primeira metade do século XIX, esta tendência inverteu-se em todas as paróquias, sobrepondo-se as idades médias masculinas às femininas, exceto em Romarigães.

Constatamos ainda que existiu uma aproximação dos comportamentos nupciais entre as freguesias do litoral (paróquias de Gontinhães, Âncora e Meadela), traduzida por médias de idades relativamente homogéneas, em contraste com as paróquias do interior onde se detetaram oscilações mais acentuadas, certamente resultado de fatores de interioridade ou de variações próprias de cada comunidade.

De uma forma geral, a relativa uniformização das idades nas paróquias estudadas revelou um quadro típico do Antigo Regime demográfico, caracterizado por elevadas idades médias de ambos os sexos ao primeiro casamento<sup>121</sup>. No entanto, as elevadas idades médias femininas observadas funcionaram como uma verdadeira arma contraceptiva, já que a mulher viu deste modo diminuído o seu natural ciclo reprodutivo<sup>122</sup>.

**Tabela 15**  
**Comparativo das idades médias ao primeiro casamento entre**  
**Gontinhães e paróquias da Galiza (< de 50 anos)**

| Período   | Hio  |      | Villa-Dena |      | Betanzos |      | Coruña |      | Lugo |      | Mondoñedo |      | Orense |      | Santiago |      | Tuy  |      | Gontinhães |      |
|-----------|------|------|------------|------|----------|------|--------|------|------|------|-----------|------|--------|------|----------|------|------|------|------------|------|
|           | H    | M    | H          | M    | H        | M    | H      | M    | H    | M    | H         | M    | H      | M    | H        | M    | H    | M    | H          | M    |
| 1690-1699 | 26,7 | 27,5 | -          | -    | -        | -    | -      | -    | -    | -    | -         | -    | -      | -    | -        | -    | -    | -    | 23,8       | 25,2 |
| 1720-1729 | -    | -    | 23,8       | 22,7 | -        | -    | -      | -    | -    | -    | -         | -    | -      | -    | -        | -    | -    | -    | 27,0       | 26,8 |
| 1750-1759 | -    | -    | 22,9       | 25,1 | -        | -    | -      | -    | -    | -    | -         | -    | -      | -    | -        | -    | -    | -    | 25,2       | 27,6 |
| 1790-1799 | -    | -    | 21,6       | 22,1 | 27,4     | 24,5 | 23,6   | 23,8 | 26,3 | 26,3 | 27,2      | 27,5 | 27,2   | 26,7 | 24,4     | 25,3 | 24,3 | 25,3 | 25,3       | 28,0 |

Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; PÉREZ GARCÍA, José Manuel, 1979; FERREIRO, Hilário Rodriguez, 1985; EIRAS ROEL, António, 1990.

Se considerarmos os resultados já encontrados para algumas paróquias da Galiza (Tabela 15), cuja proximidade é grande, encontramos um padrão de comportamentos muito semelhante - idades médias dos homens geralmente mais baixas que as das mulheres, sendo que a maioria das mulheres contraiu casamento com mais de 25 anos. Estes indicadores parecem confirmar paralelismos socioculturais e económicos entre o Alto-Minho e a Galiza. Outros estudos realizados sobre o Norte de Espanha e que abrangeram as regiões da Galiza, Astúrias, Cantábria, País Basco e Navarra, revelaram idades médias elevadas, iguais ou superiores aos 25 anos desde o século XVII à primeira metade do século XIX<sup>123</sup>.

Finalmente, procedemos à comparação entre a idade média ao primeiro casamento observada na comunidade marítima e a da restante população que, na sua maioria, se dedicava à agricultura. Embora a atividade piscatória se encontrasse já em franco desenvolvimento nas décadas de 1850 e 1860, o número de observações relativas

<sup>121</sup> DUPÂQUIER, Jacques, "Demografia Histórica e História Social", in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade - Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis, Vozes, 1984a, p. 73.

<sup>122</sup> CHAUNU, Pierre, op. cit., p. 180.

<sup>123</sup> LUCAS, Manuel Ardit, "Microanálisis demográfico en larga duración: el caso de España", in *Actas do IV Congreso de Asociación de Demografía Histórica*, vol. 2, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1999, pp. 253-308.

a uniões de marítimos não se apresentou muito significativo, dada a fixação inicial de famílias já constituídas. Neste sentido, agruparam-se as mulheres aos chefes de famílias marítimas, uma vez que as suas profissões raramente eram registadas. Tivemos em consideração apenas um período, face ao reduzido número de observações (Tabela 16).

**Tabela 16**  
**Comparativo das idades médias diferenciais ao primeiro casamento**  
**Observação longitudinal (< de 50 anos)**

| Período   | Comunidade marítima |             |          |             | Restante população |             |          |             |
|-----------|---------------------|-------------|----------|-------------|--------------------|-------------|----------|-------------|
|           | Homens              |             | Mulheres |             | Homens             |             | Mulheres |             |
|           | N                   | Idade média | N        | Idade média | N                  | Idade média | N        | Idade média |
| 1830-1885 | 111                 | 24,5        | 110      | 24,9        | 216                | 29,8        | 264      | 28,1        |

Verificamos que na comunidade marítima de Gontinhães as idades médias se revelaram muito mais baixas do que as da restante população, estas últimas mantendo-se muito elevadas. Na comunidade marítima, os homens contraíram matrimónio cerca de cinco anos mais novos do que os demais indivíduos e as mulheres apresentaram uma diferença de cerca de quatro anos.

Esta diferença nas idades médias entre comunidades foi também encontrada noutros estudos sobre comunidades marítimas. Na ilha do Pico entre 1800 e 1899 registou-se uma idade média de 26,4 anos para os homens e 25,2 para as mulheres, enquanto o grupo formado pelos proprietários registou, respetivamente, 33,3 e 26,6 anos<sup>124</sup>. As idades dos marítimos da Ilha de São Jorge entre 1800 e 1860 registaram amplitudes de 27,6 e de 26,3 anos, respetivamente para os homens e para as mulheres, relativamente a 29,6 e 28,9 anos para os lavradores<sup>125</sup>. Já em Vila Chã, entre 1911 e 1919, os homens e mulheres marítimos casavam entre os 22,1 e 21,6 anos respetivamente, enquanto os lavradores, em ambos os sexos, registavam idades médias de acesso ao primeiro casamento de 24,4 anos<sup>126</sup>. De idêntica forma, o Poveiro casava-se novo, entre os 18 e 22 anos<sup>127</sup>.

Como acontece com a maioria das comunidades marítimas, estas distinguem-se por comportamentos demográficos específicos – baixas idades ao primeiro casamento em ambos os sexos com consequências nas taxas de legitimidade. Como veremos mais adiante, a ausência de cruzamento matrimonial entre as duas comunidades, a não detenção de terra por parte dos marítimos e a consolidação do estatuto da casa-mãe e da

<sup>124</sup> SANTOS, Carlota, “Comunidades marítimas da ilha do Pico: comportamentos demográficos durante os séculos XVIII e XIX”, in DUBERT, Isidro; SOBRADO CORREA, Hortêncio (coord.), *El mar en los siglos modernos*, 2009, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, p. 61.

<sup>125</sup> MATOS, Paulo, “Os marítimos da Ilha de S. Jorge, Açores (1770-1860)”, in DUBERT, Isidro; SOBRADO CORREA, Hortêncio (coord.), *El mar en los siglos modernos*, 2009, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, p. 110.

<sup>126</sup> COLE, Sally, *Mulheres da Praia. O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 61-81.

<sup>127</sup> GRAÇA, A. Santos, *O Poveiro*, 3.ª Edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992, p. 143.

propriedade através de estratégias de adiamento da entrega do património por parte da comunidade rural, permitem compreender as diferenças entre as idades médias respetivas. Os homens do mar, não estando sujeitos a práticas de herança constringedoras no acesso ao casamento, celebravam uniões muito mais precocemente, obtendo assim, de uma forma rápida, independência relativamente à família de origem.

Acresce ainda a divisão territorial (demarcada pela estrada e pela linha de caminhos de ferro) existente entre os pescadores e a restante população, conduzindo a segregações sociais e culturais. A exemplo da freguesia de Vila Chã, formavam-se dois conjuntos endogâmicos “em teias de alianças familiares virtualmente impenetráveis, que serviam como mecanismo para fechar os grupos”<sup>128</sup>.

#### 5.4. Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento

A repartição de frequências de casamentos pelos diferentes grupos etários permite comprovar as tendências adiantadas na análise das idades médias ao primeiro casamento e complementar a anterior observação (Tabela 17).

**Tabela 17**  
**Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento (%)**

| Grupos idades | 1700-1749 |      | 1750-1799 |      | 1800-1849 |      | 1850-1899 |      | 1900-1924 |      |
|---------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
|               | H         | M    | H         | M    | H         | M    | H         | M    | H         | M    |
| 15-19         | 19,7      | 13,5 | 6,7       | 9,6  | 10,3      | 5,9  | 4,3       | 10,1 | 6,5       | 14,6 |
| 20-24         | 42,8      | 30,2 | 35,6      | 28,7 | 30,1      | 32,3 | 35,6      | 31,1 | 53,0      | 39,4 |
| 25-29         | 24,9      | 32,4 | 29,6      | 28,7 | 36,8      | 32,8 | 27,0      | 24,5 | 18,9      | 22,3 |
| 30-34         | 10,4      | 18,5 | 19,3      | 22,3 | 14,7      | 17,2 | 15,9      | 18,7 | 11,1      | 15,3 |
| 35-39         | 1,7       | 5,0  | 5,8       | 6,9  | 6,6       | 7,0  | 10,7      | 9,7  | 4,6       | 5,5  |
| 40-44         | 0,0       | 0,4  | 1,5       | 2,2  | 1,5       | 2,6  | 3,9       | 4,3  | 3,6       | 1,8  |
| 45-49         | 0,5       | 0,0  | 1,5       | 1,6  | 0,0       | 2,2  | 2,6       | 1,6  | 2,3       | 1,1  |
| Total         | 100       | 100  | 100       | 100  | 100       | 100  | 100       | 100  | 100       | 100  |

Entre 1700 e 1924, a maior proporção encontrada nos diversos grupos de idades do sexo masculino centralizou-se entre os 20 e 24 anos, à exceção da primeira metade do século XIX, em que esta predominância se deslocou para o grupo dos 25 aos 29 anos. Entre 1900 e 1924, a percentagem dos homens que casou entre os 20 e os 24 anos ascendeu a 53%. Em contrapartida, verificou-se que nas mulheres as mais elevadas proporções se detetaram entre os 25 e os 29 anos de idade, e somente a partir de 1850 as idades médias desceram para os 20 e 24 anos, atingindo o máximo percentual de 39,4% neste grupo de idades entre 1900 e 1924. Estas repartições masculina e feminina vêm confirmar as tendências já observadas nas idades médias de acesso ao primeiro casamento.

<sup>128</sup> COLE, Sally, op. cit., p. 64.

Constatamos ainda que cerca de um terço da população de ambos os sexos casou depois dos 30 anos, atingindo na segunda metade do século XIX um total de 33,1% e 34,3% nos homens e nas mulheres, respetivamente.

A coexistência de duas populações distintas na paróquia – a piscatória com casamento precoce, a restante população com um casamento mais tardio – parece detetar-se especialmente no último período, quando o peso dos efetivos da primeira população prevaleceu de forma dominante sobre os comportamentos da população tradicional. Torna-se pois pertinente comprovar, após a entrada das comunidades marítimas, a existência comportamentos diferenciais, procedendo para isso à análise da respetiva repartição (Tabela 18).

**Tabela 18**  
**Repartição proporcional diferencial ao primeiro casamento**  
**1830-1924**

| <b>Homens</b>       |            |            |                    |            |            |
|---------------------|------------|------------|--------------------|------------|------------|
| Comunidade marítima |            |            | Restante população |            |            |
| Grupos de Idades    | N          | %          | Grupos de Idades   | N          | %          |
| 15 - 19             | 19         | 11,4       | 15 - 19            | 10         | 2,8        |
| 20 - 24             | 106        | 63,9       | 20 - 24            | 111        | 31,4       |
| 25 - 29             | 23         | 13,9       | 25 - 29            | 109        | 30,9       |
| 30 - 34             | 13         | 7,8        | 30 - 34            | 57         | 16,1       |
| 35 - 39             | 3          | 1,8        | 35 - 39            | 38         | 10,8       |
| 40 - 44             | 1          | 0,6        | 40 - 44            | 16         | 4,5        |
| 45 - 49             | 1          | 0,6        | 45 - 49            | 12         | 3,5        |
| <b>Total</b>        | <b>166</b> | <b>100</b> | <b>Total</b>       | <b>353</b> | <b>100</b> |
| <b>Mulheres</b>     |            |            |                    |            |            |
| Comunidade marítima |            |            | Restante população |            |            |
| Grupos de idades    | N          | %          | Grupos de Idades   | N          | %          |
| 15 - 19             | 29         | 21,5       | 15 - 19            | 31         | 8,6        |
| 20 - 24             | 55         | 40,7       | 20 - 24            | 119        | 33,1       |
| 25 - 29             | 32         | 23,7       | 25 - 29            | 91         | 25,3       |
| 30 - 34             | 12         | 8,9        | 30 - 34            | 76         | 21,2       |
| 35 - 39             | 4          | 3,0        | 35 - 39            | 29         | 8,2        |
| 40 - 44             | 2          | 1,5        | 40 - 44            | 10         | 2,8        |
| 45 - 49             | 1          | 0,7        | 45 - 49            | 3          | 0,8        |
| <b>Total</b>        | <b>135</b> | <b>100</b> | <b>Total</b>       | <b>359</b> | <b>100</b> |

Os resultados encontrados indicam que 63,9% dos noivos da comunidade marítima e 31,4% dos do restante população casaram entre os 20 e os 24 anos. Por outro lado, 89,2% dos marítimos contraiu bodas predominantemente entre os 15 e os 29 anos. Por contraste, a restante população apresentou uma repartição proporcional que recaiu nos grupos etários entre os 20 e os 39 anos, numa proporção total de 89,2%.

Já as mulheres da comunidade marítima casaram predominantemente entre os 20 e os 24 anos (40,7%), seguindo-se concentrações nos grupos de idades enquadrantes - 21,5% entre os 15 e os 19 anos, e 23,7% entre os 25 e 29 anos, o que totaliza uma proporção clara de 85,9% nos três grupos de idades mais jovens. Pelo contrário, as mulheres da restante população, embora concentrassem 33,1% das nubentes no grupo



de idades dos 20 aos 24 anos, apresentaram concentrações significativas até aos 39 anos de idade, totalizando 79,6%.

As repartições verificadas nas duas comunidades revelam atitudes culturais distintas, sendo que a posse da terra ditou os princípios orientadores das idades ao casamento – mais precoces para a comunidade marítima e mais tardias para a restante população.

### 5.5. Idades combinadas dos nubentes celibatários

Com o objetivo de analisar as idades dos nubentes celibatários com data de nascimento conhecida, distribuíram-se todos os indivíduos por grupos etários quinquenais, segundo os períodos adotados na análise da idade média ao primeiro casamento. Este cruzamento de dados permite confirmar as idades médias predominantes de acesso ao primeiro casamento e determinar as combinações etárias predominantes segundo o género (Tabela 19).

**Tabela 19**  
**Idades combinadas dos nubentes celibatários (%)**

| Homens    |         |         |         |         |        |       |
|-----------|---------|---------|---------|---------|--------|-------|
| 1700-1749 |         |         |         |         |        |       |
| Mulheres  | 15 - 19 | 20 - 24 | 25 - 29 | 30 - 34 | 35 e + | Total |
| 15 - 19   | 3,1     | 7,4     | 6,8     | 1,2     | 0,0    | 18,5  |
| 20 - 24   | 5,6     | 11,1    | 11,7    | 9,3     | 1,9    | 39,5  |
| 25 - 29   | 4,3     | 4,9     | 13,0    | 3,1     | 1,2    | 26,5  |
| 30 - 34   | 1,9     | 3,1     | 3,1     | 4,3     | 0,6    | 13,0  |
| 35 e +    | 0,0     | 0,6     | 0,6     | 1,2     | 0,0    | 2,5   |
| Total     | 14,8    | 27,2    | 35,2    | 19,1    | 3,7    | 100   |
| 1750-1799 |         |         |         |         |        |       |
| Mulheres  | 15 - 19 | 20 - 24 | 25 - 29 | 30 - 34 | 35 e + | Total |
| 15 - 19   | 4,0     | 0,8     | 1,7     | 0,0     | 0,0    | 6,5   |
| 20 - 24   | 4,0     | 15,7    | 7,4     | 9,9     | 0,0    | 37,0  |
| 25 - 29   | 2,4     | 11,6    | 11,6    | 3,3     | 0,8    | 29,7  |
| 30 - 34   | 0,8     | 0,8     | 9,9     | 5,0     | 2,5    | 19,0  |
| 35 e +    | 1,6     | 0,0     | 2,5     | 1,7     | 0,0    | 5,8   |
| Total     | 12,9    | 28,2    | 32,3    | 21,0    | 5,6    | 100   |
| 1800-1849 |         |         |         |         |        |       |
| Mulheres  | 15 - 19 | 20 - 24 | 25 - 29 | 30 - 34 | 35 e + | Total |
| 15 - 19   | 0,8     | 6,6     | 1,6     | 0,0     | 0,0    | 9,0   |
| 20 - 24   | 4,1     | 9,8     | 8,2     | 3,3     | 0,0    | 25,4  |
| 25 - 29   | 0,0     | 10,7    | 17,2    | 9,0     | 2,5    | 39,3  |
| 30 - 34   | 0,0     | 4,1     | 5,7     | 2,5     | 1,6    | 13,9  |
| 35 e +    | 0,0     | 1,6     | 4,9     | 2,5     | 3,3    | 12,4  |
| Total     | 4,9     | 32,8    | 37,7    | 17,2    | 7,4    | 100   |
| 1850-1899 |         |         |         |         |        |       |
| Mulheres  | 15 - 19 | 20 - 24 | 25 - 29 | 30 - 34 | 35 e + | Total |
| 15 - 19   | 0,6     | 1,2     | 0,0     | 0,0     | 0,0    | 1,8   |
| 20 - 24   | 5,3     | 16,6    | 5,3     | 1,2     | 1,2    | 29,5  |
| 25 - 29   | 1,8     | 10,7    | 11,2    | 5,3     | 1,2    | 30,2  |
| 30 - 34   | 0,6     | 3,0     | 3,6     | 7,1     | 1,2    | 15,4  |
| 35 e +    | 0,6     | 3,6     | 4,1     | 7,1     | 7,7    | 23,1  |
| Total     | 8,9     | 34,9    | 24,3    | 20,7    | 11,2   | 100   |
| 1900-1924 |         |         |         |         |        |       |
| Mulheres  | 15 - 19 | 20 - 24 | 25 - 29 | 30 - 34 | 35 e + | Total |
| 15 - 19   | 1,1     | 2,7     | 0,0     | 0,0     | 0,0    | 4,8   |
| 20 - 24   | 9,3     | 25,3    | 8,1     | 3,6     | 0,6    | 48,3  |
| 25 - 29   | 1,6     | 10,4    | 10,3    | 3,6     | 1,2    | 28,2  |
| 30 - 34   | 0,0     | 2,2     | 4,0     | 4,0     | 0,6    | 10,9  |
| 35 e +    | 0,5     | 2,2     | 1,7     | 1,7     | 1,2    | 5,8   |
| Total     | 12,6    | 42,9    | 24,7    | 14,4    | 3,4    | 100   |

No primeiro período, 13% dos casamentos ocorreram entre nubentes com idades entre os 25 e os 29 anos, seguindo-se uma frequência relativamente próxima de casamentos entre nubentes com idades entre os 20 e 24 anos (11,1%).

Durante a segunda metade do século XVIII, as posições relativas deslocaram-se para o grupo de idades entre os 20 e os 24 anos para ambos os sexos (15,7%), verificando-se no entanto uma percentagem significativa no grupo de idades entre os 25 e 29 anos (11,6%).

Entre 1800 e 1849, verificou-se um adiamento do casamento que se traduziu numa frequência elevada de uniões entre os 25 e os 29 anos para homens e mulheres (17,2%). Nos últimos dois períodos, a combinação de idades deslocou-se predominantemente para o grupo de idades entre os 20 e os 24 anos (16,6% e 25,3%, respetivamente), devido à entrada de novas populações do exterior. A consolidação das segundas e terceiras gerações de marítimos, com padrões nupciais distintos, deu lugar a um casamento mais jovem.

No entanto, como já verificámos, confirmamos de novo a celebração de bodas cujos nubentes possuíam 30 e mais anos, fenómeno com um grande peso proporcional, acusando a prevalência de comportamentos diferenciados, em particular entre 1850 e 1899, acompanhando a subida das idades médias ao primeiro casamento.

**Tabela 20**  
**Diferença de idades entre os nubentes ao primeiro casamento (%)**

| Períodos  | Homem mais velho |      |      |      |        | Mulher mais velha |      |      |      |        | Idades Iguais |
|-----------|------------------|------|------|------|--------|-------------------|------|------|------|--------|---------------|
|           | Anos             |      |      |      |        | Anos              |      |      |      |        |               |
|           | 1                | 2-3  | 4-5  | 6-9  | 10 e + | 1                 | 2-3  | 4-5  | 6-9  | 10 e + |               |
| 1700-1749 | 5,3              | 10,7 | 5,3  | 7,1  | 7,1    | 5,3               | 14,2 | 10,1 | 17,2 | 9,5    | 8,2           |
| 1750-1799 | 8,1              | 12,9 | 12,1 | 14,5 | 6,5    | 7,3               | 8,9  | 6,5  | 9,7  | 6,5    | 7,0           |
| 1800-1849 | 4,9              | 13,1 | 7,4  | 13,9 | 6,6    | 5,7               | 13,1 | 15,6 | 10,7 | 4,1    | 4,9           |
| 1850-1899 | 7,0              | 19,9 | 11,1 | 12,3 | 10,5   | 4,1               | 13,5 | 7,0  | 3,5  | 2,9    | 8,2           |
| 1900-1924 | 12,9             | 15,1 | 11,8 | 7,5  | 9,1    | 7,5               | 10,2 | 6,5  | 3,2  | 3,2    | 13,0          |

Considerando o número de anos que separavam os nubentes em cada primeira união e contabilizando as frequências no conjunto de indivíduos do sexo feminino (Tabela 20), registamos que 56,3% das mulheres casaram mais velhas do que os homens até 1749, enquanto na segunda metade a situação se inverteu a favor dos homens – 54,1%. Na primeira metade do século XIX, elevou-se novamente para 49,2% a proporção das mulheres que casaram mais velhas do que os homens, estes com 45,9%.

A partir de então, e como já vimos anteriormente na análise das idades médias ao primeiro casamento, os homens casaram mais velhos do que as mulheres – 60,8% na segunda metade de Oitocentos e 56,4% no primeiro quartel do século XX. Estes últimos

dois valores, próximos entre si, também observados nas mulheres para os mesmos períodos (31% e 30,6%), denotam uma permanência de comportamentos idênticos nos homens e nas mulheres, evidente ainda pela proporção de noivos que casaram com a mesma idade.

Observe-se as proporções de noivos e noivas que casaram com 10 e mais anos de diferença relativamente ao cônjuge. Estas proporções foram muito mais elevadas nos homens, que atingiram o máximo no período entre 1850 e 1899 (10,5%), em contraste com as nubentes que desde 1700 viram essas possibilidades gradualmente ser reduzidas até perto do final do período. Entre 1850 e 1924, registamos um alargamento do mercado nupcial claramente mais favorável aos homens do que às mulheres.

Assinalamos a interferência da chegada das famílias do exterior, em particular dos marítimos, e o peso das sucessivas gerações e efetivos na transição de Oitocentos para Novecentos, que transfere para idades mais jovens o casamento e reduz as anteriores diferenças de idades entre nubentes. A esta nova realidade socioprofissional, acrescem ainda fatores como a melhoria generalizada das condições de vida ou a queda da mortalidade, que alargaram o mercado matrimonial e contribuíram para o encurtamento das diferenças nas idades dos nubentes a cada casamento.

## 5.6. Estado civil anterior dos nubentes e recasamento

A qualidade dos registos paroquiais de casamento permite-nos identificar com segurança quase todos os nubentes, o seu estado civil e a sua naturalidade, assim como avaliar a incidência do recasamento em ambos os sexos (Tabela 21).

**Tabela 21**  
**Estado civil anterior dos nubentes**

| Estado civil | 1646-1699 |      | 1700-1749 |      | 1750-1799 |      | 1800-1849 |      | 1850-1899 |      | 1900-1924 |      |
|--------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
|              | N         | %    | N         | %    | N         | %    | N         | %    | N         | %    | N         | %    |
| Solteiras    | 295       | 96,4 | 251       | 97,3 | 209       | 96,3 | 217       | 96,9 | 377       | 94,7 | 360       | 98,4 |
| Viúvas       | 11        | 3,6  | 7         | 2,7  | 8         | 3,7  | 7         | 3,1  | 21        | 5,3  | 6         | 1,6  |
| Total        | 306       | 100  | 258       | 100  | 217       | 100  | 224       | 100  | 398       | 100  | 366       | 100  |
| Solteiros    | 274       | 89,5 | 239       | 92,6 | 195       | 89,9 | 199       | 88,8 | 351       | 88,2 | 319       | 87,2 |
| Viúvos       | 32        | 11,5 | 19        | 7,4  | 22        | 10,1 | 25        | 11,2 | 47        | 11,8 | 47        | 12,8 |
| Total        | 306       | 100  | 258       | 100  | 217       | 100  | 224       | 100  | 398       | 100  | 366       | 100  |

Como seria de esperar em sociedades pré-industriais, as percentagens de homens solteiros que casaram com mulheres solteiras são maioritárias e muito elevadas, com proporções que oscilaram entre 87,2% e 92,6%. Nas mulheres, as percentagens variaram muito pouco ao longo de todo o período, entre um mínimo de 94,7% e um máximo de 98,4%.

A percentagem de recasamento de viúvos registou valores residuais, mais penalizadores para as viúvas, que atingiram a maior percentagem entre 1850 e 1899 com 5,3%. Até esta última data, as viúvas, face à existência de um mercado feminino excedentário mais jovem, poucas possibilidades tinham de recasar, a não ser que estivessem na posse de um património de alguma dimensão. A possibilidade de recasamento dos viúvos do sexo masculino foi sempre mais favorável, oscilando entre um mínimo de 7,4% entre 1700 e 1749 e um máximo de 12,8% entre 1900 e 1924.

A leitura combinada do estado civil dos nubentes permite ainda confirmar o maior ou menor acesso, por género, a um novo casamento, confrontados os estados civis anteriores dos cônjuges ao longo do tempo (Tabela 22).

**Tabela 22**  
**Estado civil combinado dos nubentes**

| 1646-1699    |           |      |        |     |       |      |
|--------------|-----------|------|--------|-----|-------|------|
| Estado civil | Solteiras |      | Viúvas |     | Total |      |
|              | N         | %    | N      | %   | N     | %    |
| Solteiros    | 299       | 86,9 | 8      | 2,6 | 274   | 89,5 |
| Viúvos       | 29        | 9,5  | 3      | 1,0 | 32    | 10,5 |
| Total        | 295       | 96,4 | 11     | 3,6 | 306   | 100  |
| 1700-1749    |           |      |        |     |       |      |
| Solteiros    | 235       | 91,1 | 4      | 1,5 | 239   | 92,6 |
| Viúvos       | 16        | 6,2  | 3      | 1,2 | 19    | 7,4  |
| Total        | 251       | 97,3 | 7      | 2,7 | 258   | 100  |
| 1750-1799    |           |      |        |     |       |      |
| Solteiros    | 191       | 88,1 | 4      | 1,8 | 195   | 89,9 |
| Viúvos       | 18        | 8,3  | 4      | 1,8 | 22    | 10,1 |
| Total        | 209       | 96,4 | 8      | 3,6 | 217   | 100  |
| 1800-1849    |           |      |        |     |       |      |
| Solteiros    | 195       | 87,1 | 4      | 1,8 | 199   | 88,9 |
| Viúvos       | 22        | 9,8  | 3      | 1,3 | 25    | 11,1 |
| Total        | 217       | 96,9 | 7      | 3,1 | 224   | 100  |
| 1850-1899    |           |      |        |     |       |      |
| Solteiros    | 341       | 85,7 | 10     | 2,5 | 351   | 88,2 |
| Viúvos       | 36        | 9,0  | 11     | 2,8 | 47    | 11,8 |
| Total        | 377       | 94,7 | 21     | 5,3 | 398   | 100  |
| 1900-1924    |           |      |        |     |       |      |
| Solteiros    | 314       | 85,7 | 5      | 1,4 | 319   | 87,1 |
| Viúvos       | 46        | 12,6 | 1      | 0,3 | 47    | 12,9 |
| Total        | 360       | 98,3 | 6      | 1,7 | 366   | 100  |

Assistimos a um quadro de normalidade típico de Antigo Regime, registando-se um mínimo de 85,7% de casamentos entre nubentes solteiros e um máximo de 91,1%, com variações intermédias muito próximas. A maior facilidade na contração de um novo casamento com pares solteiros por parte dos viúvos reafirma-se pelas percentagens comparativas, que variaram entre 6,2% e 12,6% para os homens e 1,4% e 2,6% para as mulheres.

Por outro lado, o recasamento entre viúvos de ambos os sexos assume valores insignificantes, oscilando entre um máximo de 2,8% entre 1850 e 1899 e um mínimo de 0,3% no último período. Este facto poderá estar relacionado com um aumento da

esperança de vida e conseqüente alargamento da convivência conjugal, mas igualmente com um mercado celibatário excedentário.

À disparidade entre percentagens de recasamentos masculinos e femininos podem estar subjacentes outros fatores de ordem cultural. A posição da Igreja sobre estas as práticas não se apresentava motivadora, sobretudo para os indivíduos do sexo feminino, como se refere nas Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga - “declaramos que as ditas bênçãos nupciais se não devem fazer quando os que casarem forem viúvos ambos, ou a mulher somente for viúva”. Neste contexto, o comportamento nupcial da paróquia segue a tendência regional verificada em vários estudos sobre o Alto Minho, tendendo a uma “maior frequência de casamentos entre solteiros, depois entre viúvos e solteiros e só depois entre nubentes igualmente viúvos”<sup>129</sup>.

**Tabela 23**  
**Viuvez e ulterior casamento**

| Período   | Homens    |           |      | Mulheres  |           |     |
|-----------|-----------|-----------|------|-----------|-----------|-----|
|           | Enviuaram | Recasaram |      | Enviuaram | Recasaram |     |
|           | N         | N         | %    | N         | N         | %   |
| 1646-1699 | 102       | 17        | 16,7 | 156       | 12        | 7,7 |
| 1700-1749 | 93        | 14        | 15,1 | 137       | 5         | 3,7 |
| 1750-1799 | 84        | 16        | 19,0 | 100       | 6         | 6,0 |
| 1800-1849 | 86        | 13        | 15,1 | 97        | 4         | 4,1 |
| 1850-1899 | 97        | 29        | 29,9 | 136       | 8         | 5,9 |
| 1900-1924 | 27        | 11        | 40,7 | 30        | 0         | 0,0 |
| Total     | 489       | 100       | 20,4 | 656       | 35        | 5,3 |

Considerando os resultados da Tabela 23, em que se conhece o óbito do cônjuge, e a data de posterior recasamento, fica comprovado que, em todo o período, embora houvesse um maior número de viúvas face ao dos viúvos, estes recasavam em maior proporção.

A maior percentagem de recasamentos femininos localizou-se entre 1646 e 1699 (7,7%). De forma geral, a tendência, embora evidenciando algumas variações, é de descida ao longo do tempo.

O contrário se passou para os viúvos do sexo masculino, que tendo recasado 16,7% deste universo entre 1646 e 1699, viram as suas probabilidades matrimoniais aumentar gradualmente, até atingir uma proporção de 40,7% entre 1900 e 1924.

Apesar do escasso número de casos de indivíduos com idade conhecida, calculámos a idade média dos viúvos a um ulterior casamento (Tabela 24), o que permitiu detetar que a idade no sexo feminino constituiu um fator interferente importante.

<sup>129</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1987, op. cit., p. 131.

**Tabela 24**  
**Idade média dos viúvos a um novo casamento**

| Períodos  | Homens |             | Mulheres |             |
|-----------|--------|-------------|----------|-------------|
|           | N      | Idade média | N        | Idade média |
| 1700-1924 | 93     | 42,8        | 33       | 32,9        |

As idades médias dos homens viúvos ao recasamento apresentaram-se superiores rondando (42,8 anos), ao contrário das viúvas que não ultrapassaram os 32,9 anos. As possibilidades de um novo matrimónio apresentaram-se mais favoráveis aos homens, quer na idade média de acesso a uniões posteriores, quer no número de recasamentos para ambos os sexos.

As anteriores asserções demonstram a existência de matrizes sociais e culturais distintas entre os sexos no Antigo Regime – um recasamento maior para os homens viúvos numa sociedade que, devido às elevadas taxas de celibato feminino, lhes oferecia um amplo mercado matrimonial, o que, por sua vez, anulava ou diminuía a probabilidade de recasamento das viúvas, exceto aquelas que fossem detentoras de propriedade.

Não é fácil analisar a idade à viuvez, dado o baixo número de observações, razão pela qual alargámos os períodos temporais (Tabela 25), o que nos aconselha alguma reserva nos resultados obtidos.

**Tabela 25**  
**Frequência do recasamento segundo a idade à viuvez**

| Idade à viuvez | Viúvos    |           |       | Viúvas    |           |      |
|----------------|-----------|-----------|-------|-----------|-----------|------|
|                | Enviuaram | Recasaram |       | Enviuaram | Recasaram |      |
|                | N         | N         | %     | N         | N         | %    |
| 1646-1749      |           |           |       |           |           |      |
| <30            | 4         | 4         | 100,0 | 20        | 7         | 35   |
| 30-39          | 12        | 8         | 66,7  | 43        | 4         | 9,3  |
| 40-49          | 22        | 4         | 18,2  | 51        | 1         | 2,0  |
| 50 +           | 80        | 4         | 5,0   | 100       | 0         | 0,0  |
| Total          | 118       | 20        | 16,9  | 214       | 12        | 5,6  |
| 1750-1849      |           |           |       |           |           |      |
| <30            | 5         | 2         | 40,0  | 8         | 3         | 37,5 |
| 30-39          | 8         | 7         | 87,5  | 16        | 3         | 18,8 |
| 40-49          | 13        | 5         | 38,5  | 15        | 1         | 6,7  |
| 50 +           | 84        | 8         | 9,5   | 129       | 0         | 0,0  |
| Total          | 110       | 22        | 20,0  | 168       | 7         | 4,2  |
| 1850-1924      |           |           |       |           |           |      |
| <30            | 2         | 2         | 100,0 | 1         | 0         | 0,0  |
| 30-39          | 5         | 4         | 80,0  | 10        | 4         | 4,0  |
| 40-49          | 5         | 2         | 40,0  | 7         | 0         | 0,0  |
| 50 +           | 22        | 2         | 9,1   | 33        | 0         | 0,0  |
| Total          | 34        | 10        | 29,4  | 51        | 4         | 7,8  |

A percentagem de recasamento de homens foi de 16,9% no primeiro período, 20% no segundo e 29,4% no último, enquanto nas mulheres encontramos, respetivamente, 5,6%, 4,2% e 7,8%.

Para além do número significativamente maior de viúvas face ao dos viúvos, nos vários períodos em observação, torna-se notória a diferença percentual no acesso a uma

nova união por género. Para os indivíduos do sexo masculino qualquer idade se mostrava propícia a um novo casamento, ao contrário das mulheres viúvas que recasaram maioritariamente até aos 39 anos, o que vem confirmar os resultados das observações anteriores.

Se impedimentos culturais e religiosos travaram o recasamento das mulheres, tal como a sua maior autossuficiência, a proteção familiar e vigilância constante a que estavam sujeitas, já no conjunto de homens viúvos a existência de filhos pequenos e a necessidade de colmatar a ausência da cónjuge falecida na célula familiar, contribuíram para a maior proporção do seu recasamento.

Estes resultados assemelham-se aos das paróquias que temos vindo a comparar, traduzindo um padrão de comportamentos idênticos em todas as regiões, com maiores probabilidades de novos matrimónios para os viúvos do sexo masculino (Tabela 26).

**Tabela 26**  
**Comparativo do recasamento entre paróquias (%)**

| Região         | Concelho                 | Paróquia                        | Período   | H    | M    |
|----------------|--------------------------|---------------------------------|-----------|------|------|
| Alto Minho     | Caminha                  | Gontinhães                      | 1700-1799 | 16,9 | 4,6  |
|                |                          | Âncora                          | 1680-1789 | 9,7  | 2,8  |
|                | Paredes de Coura         | Romariães                       | 1750-1849 | 11,9 | 3,0  |
|                |                          | Facha                           | 1710-1829 | 7,2  | 2,0  |
| Baixo Minho    | Viana do Castelo         | Meadela                         | 1700-1799 | 17,7 | 2,7  |
|                |                          | Guimarães - rural               | 1730-1819 | 11,7 | 4,6  |
|                | Barcelos                 | Alvito S. Pedro e Anexa         | 1700-1799 | 20,2 | 4,7  |
|                |                          | Santa M <sup>a</sup> de Aveleda | 1630-1799 | 12,9 | 3,8  |
|                | Braga                    |                                 |           |      |      |
| Trás-os-Montes | Bragança                 | Rebordãos                       | 1720-1809 | 20,0 | 10,0 |
|                |                          | Calvão                          | 1730-1779 | 18,0 | 5,3  |
|                | Freixo de Espada-à-Cinta | Poiães                          | 1720-1809 | 19,0 | 12,0 |
|                |                          | Cardanha                        | 1720-1809 | 29,0 | 8,0  |
| Beira Litoral  | Aveiro                   | Aradas                          | 1740-1819 | 18,6 | 7,9  |
|                |                          | Cortegaça                       | 1633-1829 | 9,1  | 3,0  |
|                | Aveiro                   | Eixo e Oliveirinha              | 1700-1799 | 14,6 | 5,9  |
| Estremadura    | Mafra                    | Ericeira                        | 1720-1809 | 10,8 | 6,8  |
| Açores         | Madalena                 | 6 Paróquias                     | 1700-1799 | 14,1 | 8,7  |
| Galiza         | Península de Salnés      | Villalonga e Grobe              | 1695-1810 | 12,6 | 4,8  |

Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; LAGIDO, Emília, 2004; SANTOS, Carlota, 1999; MACHADO, Maria Arminda Loureiro, 1995; SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, 2001; AMORIM, Norberta, 1987; MIRANDA, Fernando, 1993; SILVA, Maria Manuela Teixeira Ferreira da, 1997; AMORIM, Norberta, 1987; FAUSTINO, José Alfredo Paulo, 1998; AMORIM, Norberta, 1987; LACERDA, Fernando Alberto, 2000; GOMES, Maria Palmira da Silva, 1998; FERREIRA, Francisco Messias Trindade, 2001; REIS, Maria da Conceição, 2005; SANTOS, Carlota, 2008; PÉREZ GARCÍA, José Manuel, 1979.

Analisando os valores percentuais em períodos aproximados, confirmamos que, em qualquer um dos casos observados, o recasamento masculino foi sempre superior ao feminino em todas as paróquias e regiões.

O grupo formado por paróquias alto-minhotas apresentou uma tendência de comportamentos muito aproximada, em ambos os sexos. As afinidades culturais existentes entre a Galiza e o Minho revelaram, novamente, padrões de comportamentos semelhantes. Para a Península de Salnés, foi encontrada uma tendência idêntica “em que para o homem qualquer idade é boa para reconstruir a sua vida familiar, o mesmo não se

verificando na mulher que contrai matrimónio fundamentalmente entre os 20 e os 39 anos. Passada esta idade, as possibilidades de recasamento são praticamente nulas”<sup>130</sup>.

Nas freguesias do Baixo Minho e na Beira Litoral, assiste-se a um pequeno aumento percentual no recasamento, maior ainda na Estremadura e nos Açores, e, em particular, no Nordeste Transmontano, com valores não tão discrepantes entre os indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino, como vimos no caso do Alto Minho.

Estas diferenças entre paróquias parecem dever-se aos diferentes níveis de celibato definitivo, de mobilidade masculina e à incidência da mortalidade, embora variações aleatórias próprias de pequenas paróquias não devam ser desprezadas.

### 5.7. Celibato Definitivo

Para analisarmos este importante indicador da nupcialidade, considerámos o conjunto de indivíduos de cada sexo que, falecendo após os 49 anos, permanecia celibatário.

“A incidência do celibato definitivo numa determinada população repercute-se diretamente na sua estrutura demográfica, diminuindo a dimensão efetiva dos indivíduos potencialmente reprodutivos”<sup>131</sup>. De facto, no Antigo Regime observou-se no Noroeste Português uma das mais elevadas percentagens nacionais de celibato feminino<sup>132</sup>. No distrito de Viana do Castelo, estas altas incidências observaram-se até pelo menos aos finais do século XIX<sup>133</sup>.

**Tabela 27**  
**Celibato definitivo**  
**Observação transversal**

| Períodos  | Óbitos de homens > 49 anos |           |      | Óbitos de mulheres > 49 anos |           |      |
|-----------|----------------------------|-----------|------|------------------------------|-----------|------|
|           | N                          | Solteiros | %    | N                            | Solteiras | %    |
| 1700-1749 | 94                         | 9         | 9,6  | 158                          | 29        | 18,4 |
| 1750-1799 | 148                        | 14        | 9,5  | 292                          | 108       | 37,0 |
| 1800-1849 | 128                        | 18        | 14,1 | 269                          | 110       | 40,9 |
| 1850-1899 | 161                        | 25        | 15,5 | 263                          | 108       | 40,1 |
| 1900-1919 | 77                         | 10        | 13,0 | 137                          | 60        | 43,8 |
| Total     | 608                        | 76        | 12,5 | 1119                         | 415       | 37,1 |

<sup>130</sup> PÉREZ GARCÍA, José Manuel, *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia costera: la Península del Salnés (Jurisdicción de la Lanzada)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1979, p. 117.

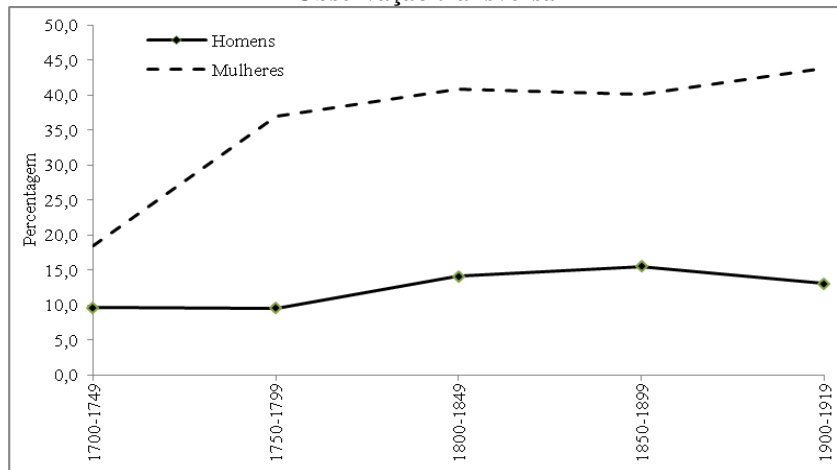
<sup>131</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 76.

<sup>132</sup> FEIJÓ, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A região de Viana do Antigo Regime a Finais da Regeneração*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992, pp. 48-49.

<sup>133</sup> LIVI-BACCI, Massimo, *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press, 1971, p. 49.



**Gráfico 17**  
**Celibato definitivo**  
**Observação transversal**



Da observação transversal representada na Tabela 27 e no Gráfico 17 (para a qual estabelecemos os mesmos períodos adotados na observação da idade média ao casamento), verificamos que os valores de celibato definitivo feminino foram sempre superiores aos do sexo masculino.

No caso das mulheres, registaram-se valores sempre muito elevados, iniciando-se com 18,4% na primeira metade do século XVIII e ascendo significativamente para 37% na segunda. No século XIX, o celibato definitivo rondou valores entre 40,9% e 40,1%, atingindo 43,8% entre 1900 e 1919.

A conjuntura para os homens foi menos desfavorável no acesso ao casamento. No século XVIII, as percentagens de celibatários rondaram os 9,5%, aumentando para 14,1% na primeira metade de Oitocentos e 15,5% na segunda. No primeiro quartel do século XX, verificou-se uma pequena descida para 13%.

Estes elevados valores do celibato definitivo foram observados também no recenseamento de 1802, no concelho de Viana do Castelo, de 12% e 37%, respetivamente para homens e mulheres, seguido de perto por Braga (30% e 42%), Porto (22% e 37%) e Guimarães (18% e 31%)<sup>134</sup>.

Estudos sobre o celibato definitivo, em observação transversal sobre paróquias minhotas no século XVIII, referem que os “níveis elevadíssimos de celibato definitivo feminino em algumas paróquias seriam de molde, por si só, a reduzir drasticamente a

<sup>134</sup> VEIGA, Teresa Rodrigues, *A População Portuguesa no século XIX. Economia e Sociedade*, Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2004, p. 122.

descendência em cada geração (...), em períodos seculares, mais de 40% das mulheres ficaram definitivamente celibatárias”<sup>135</sup>, como é o caso de Gontinhães.

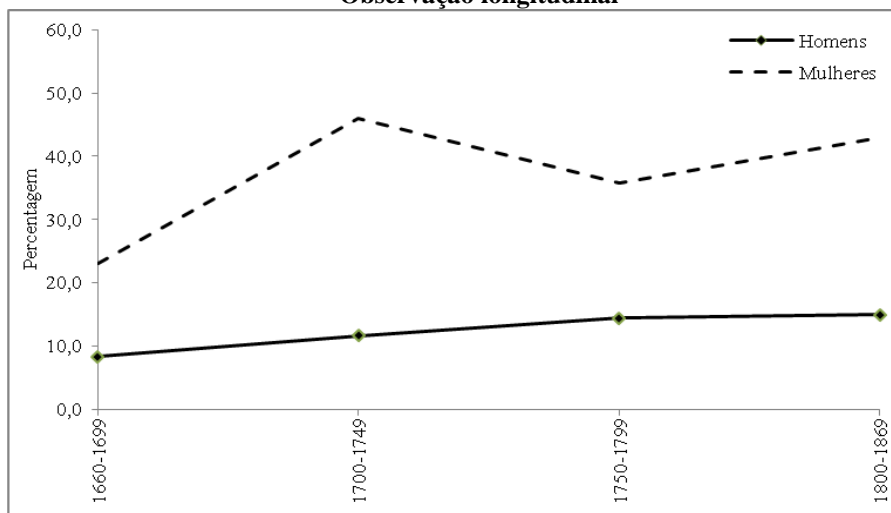
“No Minho (...) nas paróquias onde o celibato feminino é mais frequente são também aquelas em que o celibato masculino mais se eleva. Casamentos que seriam biologicamente possíveis não se chegavam a realizar, a indiciar constrangimentos na ligação entre os diferentes grupos sociais, mesmo no caso de pequenas paróquias”<sup>136</sup>.

Se analisarmos o comportamento das diferentes gerações numa perspetiva longitudinal (Tabela 28 e Gráfico 18), verificamos que as gerações do sexo masculino tiveram um acesso mais fácil ao matrimónio.

**Tabela 28**  
**Celibato definitivo**  
**Observação longitudinal**

| Período   | Óbitos de homens > 49 anos |           |      | Óbitos de mulheres > 49 anos |           |      |
|-----------|----------------------------|-----------|------|------------------------------|-----------|------|
|           | Total                      | Solteiros | %    | Total                        | Solteiras | %    |
| 1660-1699 | 108                        | 9         | 8,3  | 195                          | 45        | 23,1 |
| 1700-1749 | 147                        | 17        | 11,6 | 309                          | 142       | 46,0 |
| 1750-1799 | 132                        | 19        | 14,4 | 257                          | 92        | 35,8 |
| 1800-1869 | 202                        | 30        | 14,9 | 329                          | 141       | 42,9 |

**Gráfico 18**  
**Celibato definitivo**  
**Observação longitudinal**



Confirmando a análise transversal, as gerações de mulheres nascidas entre 1660 e 1869 conheceram percentagens muito elevadas de celibato definitivo, sendo que as gerações de 1700 e 1749 apresentaram os valores mais elevados - 46%. As gerações

<sup>135</sup> AMORIM, Maria Norberta, “O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial”, in *Ler História*, nº 36, Lisboa, ISCTE, 1999, pp. 24-26.

<sup>136</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1999, op. cit., p. 23.

nascidas entre 1800 e 1869 apresentaram novamente uma elevada taxa de celibato definitivo de 42,9%.

As gerações masculinas conheceram uma maior facilidade no acesso ao matrimónio, com 8,3% na segunda metade do século XVII, 11,6% e 14,4%, respetivamente na primeira e na segunda metades do século seguinte, quedando-se em 14,9% na segunda metade do século XIX.

Se compararmos ainda os níveis de celibato entre ambos os sexos, registamos que foram as gerações nascidas entre 1700 e 1749 que apresentaram uma distância percentual maior (34,4%).

Para o distrito de Viana do Castelo, encontraram-se para os anos de 1864, 1878 e 1890 as percentagens de celibato definitivo feminino de, respetivamente, 29%, 30% e 31,5%<sup>137</sup>. Se partirmos do princípio que estas taxas de celibato refletem o comportamento das gerações nascidas entre 1800 e 1829 e entre 1830 e 1859 em Gontinhães e respetivos valores (42,2% e 46,3%), concluiremos que os fatores anteriormente invocados penalizaram sobremaneira a paróquia.

Relativamente aos elevados níveis de celibato definitivo feminino encontrados para esta paróquia, podemos concluir que a existência de *sex-ratios* desequilibrados em idade adulta decorre da relação de múltiplos fatores. Entre eles, destaca-se a sobrevivência do agregado familiar, que parece subsistir melhor através da coesão grupal do que através da divisibilidade do património pelos vários herdeiros, potenciando o celibato de uma parte significativa dos seus membros.

O difícil acesso à propriedade no Noroeste Português, caracterizada pelo sistema de minifúndio, pela pressão demográfica exercida entre população e recursos e pelo sistema de fortalecimento da propriedade e adiamento da sua distribuição pelos vários herdeiros, potenciou o celibato definitivo feminino e a mobilidade masculina. E a “falta de homens tende a incrementar tanto a idade ao casamento como o celibato das mulheres”<sup>138</sup>.

Conforme pudemos concluir através das disposições testamentárias desta população, as mulheres eram incentivadas a permanecer celibatárias através do adiamento da distribuição da herança. Esta cláusula específica obrigará a que muitas filhas esperassem pela morte dos pais, retardando a possibilidade de casarem e de iniciarem vida conjugal. A preferência pelas filhas solteiras que se conservassem na

---

<sup>137</sup> BANDEIRA, Mário Leston, op. cit., p. 283.

<sup>138</sup> REHER, David S., *La Familia en España. Pasado y Presente*. Madrid, Alianza Editorial, 1996, p. 51.

casa e tratassem dos idosos, em detrimento dos elementos masculinos sujeitos à precariedade das migrações e ao subsequente retorno, criou condições para que o celibato feminino representasse um papel importante nas sociedades de Antigo Regime, visível nas elevadas taxas observadas.

Grande parte das filhas tendia a permanecer celibatária até à morte do último elemento do casal, parecendo residir aqui uma das chaves para a explicação das diferenças percentuais de celibato entre sexos. As raparigas não migravam a não ser em contexto familiar, com exceção das mulheres que casavam nas paróquias vizinhas. Estavam assim restringidas à sua paróquia, à rede de influências familiares de igual condição, num mercado matrimonial onde a maioria dos homens já tinha emigrado, para procurar outras formas de subsistência. Pelo contrário, os rapazes podiam recorrer à mobilidade como forma de angariar meios económicos para uma mais precoce libertação das legítimas.

Este conjunto de circunstâncias, além de outras relacionadas com prescrições culturais e religiosas relativas à sexualidade e especialmente inibidoras para o sexo feminino, não esgota a complexidade social, económica e cultural do fenómeno do celibato definitivo.

**Tabela 29**  
**Celibato definitivo diferencial**  
**1830-1924**

| Comunidades           | Homens > 49 anos |    |      | Mulheres > 49 anos |    |      |
|-----------------------|------------------|----|------|--------------------|----|------|
|                       | Total de óbitos  | N  | %    | Total de óbitos    | N  | %    |
| Comunidade piscatória | 26               | 1  | 3,8  | 18                 | 3  | 16,7 |
| Restante população    | 266              | 34 | 12,8 | 252                | 97 | 38,5 |

Apesar do reduzido número de observações na comunidade marítima devido ao curto espaço temporal decorrido após a sua entrada na paróquia (Tabela 29), é possível confirmar que os níveis percentuais de celibato definitivo de cada população revelaram contextos socioeconómicos e culturais perfeitamente distintos, se bem que as percentagens encontradas para as mulheres, em ambos os casos, lhes fossem mais penalizadoras.

Os valores encontrados para a comunidade tradicional refletem os constrangimentos culturais inerentes a uma sociedade tipicamente rural – desequilíbrio das relações de masculinidade em consequência da mobilidade masculina, restrições do mercado matrimonial e práticas de heranças gravosas, em particular para as mulheres, entre outros aspetos. Em contrapartida, a observação dos níveis de celibato dos marítimos, na sua maioria com reduzido poder económico e acesso muito limitado à

propriedade, a par de uma fraca mobilidade geográfica, sugere que o respetivo mercado núbil não revelava restrições muito severas para os seus elementos.

Em simultâneo, como em muitas comunidades em que conviviam lavradores e pescadores, a segmentação socioprofissional era acentuada devido à desigualdade na posse da terra, visível pela não celebração de matrimónios entre indivíduos das duas populações. As comunidades piscatórias tendem a ser um “segmento denegrado, se não mesmo menosprezado, das sociedades a que pertencem”<sup>139</sup>.

Comparando os resultados já encontrados para outras paróquias de várias regiões portuguesas em perspetiva longitudinal (Tabela 30), verificamos que nesta área geográfica do Alto Minho, as taxas de celibato definitivo foram geralmente bastante mais elevadas, independentemente do género.

**Tabela 30**  
**Comparativo do celibato definitivo entre paróquias**  
**Observação longitudinal**

| Região         | Concelho                 | Paróquia          | Gerações  | H    | M    |
|----------------|--------------------------|-------------------|-----------|------|------|
| Alto Minho     | Caminha                  | Gontinhães        | 1700-1799 | 12,9 | 41,3 |
|                |                          | Âncora            | 1680-1799 | 12,4 | 29,8 |
|                | Ponte de Lima            | Facha             | 1710-1809 | 18,9 | 43,8 |
| Baixo Minho    | Guimarães                | Guimarães - rural | 1700-1739 | 7,0  | 11,0 |
|                | Vila Nova de Famalicão   | Ávidos            | 1710-1809 | 3,0  | 15,1 |
|                | Guimarães                | Ronfe             | 1700-1789 | 15,5 | 27,6 |
| Trás-os-Montes | Bragança                 | Rebordãos         | 1700-1799 | 13,0 | 11,0 |
|                | Chaves                   | Calvão            | 1710-1775 | 10,1 | 25,4 |
|                | Freixo de Espada-à-Cinta | Poiães            | 1650-1760 | 11,5 | 15,0 |
|                | Torre de Moncorvo        | Cardanha          | 1650-1761 | 11,0 | 13,0 |
| Beira Litoral  | Aveiro                   | Aradas            | 1720-1799 | 7,2  | 15,3 |
|                | Antigo concelho do Eixo  | Eixo              | 1720-1799 | 15,3 | 26,3 |
|                | Ovar                     | Cortegaça         | 1720-1839 | 10,9 | 17,5 |
| Estremadura    | Mafra                    | Ericeira          | 1710-1799 | 4,6  | 6,4  |
| Açores         | Madalena                 | 6 paróquias       | 1700-1819 | 5,4  | 10,1 |

Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; LAGIDO, Emília, 2004; MACHADO, Maria Arminda Loureiro, 1995; AMORIM, Norberta, 1987; PAIVA, Odete, 2001; SCOTT, Ana Maria Sílvia, 1999; AMORIM, Norberta, 1987; FAUSTINO, José Alfredo Paulo, 1998; AMORIM, Norberta, 1987; LACERDA, Fernando Alberto, 2000; FERREIRA, Francisco Messias Trindade, 2001; GOMES, Maria Palmira da Silva, 1998; REIS, Maria da Conceição, 2005; SANTOS, Carlota, 2008.

No Baixo Minho, em Trás-os-Montes e na Beira Litoral, os níveis de celibato definitivo feminino foram mais baixos, embora com valores ainda significativos nas freguesias de Ronfe, Calvão e Eixo.

Com exceção das paróquias estudadas da Ericeira e do concelho da Madalena onde se registaram níveis mais baixos de celibato definitivo, as demais populações parecem refletir, em maior ou menor grau, o desequilíbrio das relações de masculinidade que derivaram dos fatores anteriormente apontados.

<sup>139</sup> SMITH, M. Estellie, *Those who live from the sea. A study in Maritime Anthropology*, Saint Paul West, American Ethnological Society Monograph 62, 1977, p. 8.

## 5.8. Mobilidade marital

Para a análise de mobilidade marital, observámos todas as famílias com data de casamento e naturalidade dos dois cônjuges, considerando como uniões endogâmicas as que se celebraram entre nubentes nascidos na paróquia, e exogâmicas aquelas em que um ou os dois nubentes eram de naturalidade exterior.

Este indicador reveste-se de particular interesse já que, por regra, importantes movimentos migratórios se verificam na altura do casamento. “São os elementos estranhos à paróquia que aqui constituem família e são os elementos da paróquia que nesta altura se afastam”<sup>140</sup>.

Como é possível observar na Tabela 31, as taxas da endogamia foram muito elevadas entre 1646 e 1749, variando entre 75,7% e 78,3%, decrescendo progressivamente até 1899, momento em que se registou um valor de casamentos endogâmicos na ordem dos 43,7%. Entre 1900 e 1924, registou-se um pequeno aumento para 51,6%.

**Tabela 31**  
**Casamentos endogâmicos e exogâmicos**

| Períodos  | Total casamentos | Endogamia |      | Exogamia       |      |     |      |     |      |     |      |
|-----------|------------------|-----------|------|----------------|------|-----|------|-----|------|-----|------|
|           |                  | 1         |      | Total exogamia |      | 2   |      | 3   |      | 4   |      |
|           |                  | N         | %    | N              | %    | N   | %    | N   | %    | N   | %    |
| 1646-1699 | 305              | 231       | 75,7 | 74             | 24,3 | 67  | 22,0 | 3   | 1,0  | 4   | 1,3  |
| 1700-1749 | 258              | 202       | 78,3 | 56             | 21,7 | 47  | 18,2 | 4   | 1,6  | 5   | 1,9  |
| 1750-1799 | 217              | 141       | 65,0 | 76             | 35,0 | 61  | 28,1 | 11  | 5,1  | 4   | 1,8  |
| 1800-1849 | 224              | 133       | 59,4 | 91             | 40,6 | 60  | 26,8 | 22  | 9,8  | 9   | 4,0  |
| 1850-1899 | 398              | 174       | 43,7 | 224            | 56,3 | 85  | 21,4 | 68  | 17,1 | 71  | 17,8 |
| 1900-1924 | 364              | 188       | 51,6 | 176            | 48,4 | 88  | 24,2 | 44  | 12,1 | 44  | 12,1 |
| Total     | 1766             | 1069      | 60,5 | 697            | 39,5 | 408 | 58,5 | 152 | 21,8 | 137 | 19,7 |

1- ♂♀ da freguesia; 2- ♂ de fora; 3 -♀ de fora; 4 - ♂♀ de fora.

No que se refere aos casamentos exogâmicos, registamos um aumento percentual significativo entre 1800 e 1849 (40,6%), que atingiu o seu máximo entre 1850 e 1899 (56,3%), em resultado de movimentos de mobilidade marital muito significativos.

É muito claro que os casamentos mistos que envolveram um nubente masculino do exterior contraindo união com uma nubente da paróquia foram sempre preponderantes, o que traduz uma maior mobilidade do sexo masculino por via do casamento. No entanto, a partir de 1850, é significativa a percentagem de mulheres oriundas de outras paróquias (17,8%) que vieram casar com homens de Gontinhães.

<sup>140</sup> AMORIM, Maria Norberta, *Rebordões e a sua População nos Séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 66.

Relativamente aos casamentos em que ambos os nubentes eram oriundos do exterior da paróquia, também se registou um aumento apreciável, a partir do mesmo ano de 1850, que nos permite concluir que é a partir desta data que realmente se verificou uma transformação da sociedade em termos da mobilidade marital devido à entrada de indivíduos do exterior e sua posterior fixação através do casamento.

No sentido de determinar a origem geográfica dos nubentes envolvidos em casamentos exogâmicos (Tipos 2, 3 e 4), considerámos a naturalidade de todos os nubentes e ainda as famílias, sem data de casamento, para as quais conhecemos a naturalidade, sabendo que se fixaram e permaneceram ao longo do tempo na paróquia (Tabela 32).

**Tabela 32**  
**Procedência geográfica dos nubentes**

| Local de origem   | Freguesia          | Homens    |      |           |      |           |      |           |      |           |      |
|---|--------------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
|   |                    | 1646-1799 |      | 1800-1849 |      | 1850-1899 |      | 1900-1924 |      | 1646-1924 |      |
|   |                    | N         | %    | N         | %    | N         | %    | N         | %    | N         | %    |
| Concelho de Caminha<br>(freguesias contíguas a<br>Gontinhães) | Âncora             | 36        | 19,3 | 8         | 11,8 | 6         | 3,9  | 10        | 7,6  | 60        | 11,1 |
|   | Azevedo            | 3         | 1,6  | 1         | 1,5  | 1         | 0,6  | 0         | 0,0  | 5         | 0,9  |
|   | Moledo             | 12        | 6,4  | 6         | 8,8  | 5         | 3,2  | 0         | 0,0  | 23        | 4,3  |
|   | Riba d'Âncora      | 15        | 8,0  | 3         | 4,4  | 14        | 9,0  | 3         | 2,3  | 35        | 6,5  |
|   | Vile               | 36        | 19,3 | 8         | 11,8 | 5         | 3,2  | 5         | 3,8  | 54        | 10,0 |
| Outras freguesias do concelho de Caminha                      |                    | 22        | 11,8 | 9         | 13,2 | 9         | 5,8  | 9         | 6,9  | 49        | 9,1  |
| Total do concelho de Caminha                                  |                    | 124       | 66,3 | 35        | 51,5 | 40        | 25,8 | 27        | 20,6 | 226       | 41,8 |
| Concelhos contíguos   | Vila Nova Cerveira | 5         | 2,7  | 0         | 0,0  | 5         | 3,2  | 10        | 7,6  | 20        | 3,7  |
|   | Viana do Castelo   | 24        | 12,8 | 9         | 13,2 | 32        | 20,6 | 41        | 31,3 | 106       | 19,6 |
| Outros concelhos do distrito de Viana do Castelo              |                    | 8         | 4,3  | 5         | 7,4  | 22        | 14,2 | 22        | 16,8 | 57        | 10,5 |
| Total do distrito Viana do Castelo                            |                    | 161       | 86,1 | 49        | 72,1 | 99        | 63,9 | 100       | 76,3 | 409       | 75,6 |
| Outras regiões portuguesas                                    |                    | 22        | 11,8 | 11        | 16,2 | 27        | 17,4 | 25        | 19,1 | 85        | 15,7 |
| Galiza  |                    | 3         | 1,6  | 8         | 11,8 | 22        | 14,2 | 4         | 3,1  | 37        | 6,8  |
| Outros países   |                    | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 1         | 0,8  | 1         | 0,2  |
| Local indeterminado   |                    | 1         | 0,5  | 0         | 0,0  | 7         | 4,5  | 1         | 0,8  | 9         | 1,7  |
| Total   |                    | 187       | 100  | 68        | 100  | 155       | 100  | 131       | 100  | 541       | 100  |
| Mulheres  |                    |           |      |           |      |           |      |           |      |           |      |
| Concelho de Caminha<br>(freguesias contíguas a<br>Gontinhães) | Âncora             | 3         | 9,1  | 5         | 16,1 | 5         | 3,6  | 4         | 4,5  | 17        | 5,8  |
|   | Azevedo            | 1         | 3,0  | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 1         | 0,3  |
|   | Moledo             | 3         | 9,1  | 3         | 9,7  | 5         | 3,6  | 1         | 1,1  | 12        | 4,1  |
|   | Riba d'Âncora      | 4         | 12,1 | 4         | 12,9 | 6         | 4,3  | 2         | 2,2  | 16        | 5,5  |
|   | Vile               | 5         | 15,2 | 3         | 9,7  | 0         | 0,0  | 1         | 1,1  | 9         | 3,1  |
| Outras freguesias do concelho de Caminha                      |                    | 4         | 12,1 | 2         | 6,5  | 25        | 18,0 | 10        | 11,2 | 41        | 14,0 |
| Total do concelho de Caminha                                  |                    | 20        | 60,6 | 17        | 54,8 | 41        | 29,5 | 18        | 20,2 | 96        | 32,9 |
| Concelhos contíguos   | Vila Nova Cerveira | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 9         | 6,5  | 5         | 5,6  | 14        | 4,8  |
|   | Viana do Castelo   | 2         | 6,1  | 5         | 16,1 | 40        | 28,8 | 25        | 28,1 | 72        | 24,7 |
| Outros concelhos do distrito de Viana do Castelo              |                    | 2         | 6,1  | 0         | 0,0  | 11        | 7,9  | 15        | 16,9 | 28        | 9,6  |
| Total do distrito Viana do Castelo                            |                    | 24        | 72,7 | 22        | 71,0 | 101       | 72,7 | 63        | 70,8 | 210       | 71,9 |
| Outras regiões portuguesas                                    |                    | 4         | 12,1 | 3         | 9,7  | 16        | 11,5 | 14        | 15,7 | 37        | 12,7 |
| Galiza  |                    | 2         | 6,1  | 6         | 19,4 | 17        | 12,2 | 2         | 2,2  | 27        | 9,2  |
| Outros países   |                    | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 6         | 6,7  | 6         | 2,1  |
| Local indeterminado   |                    | 3         | 9,1  | 0         | 0,0  | 5         | 3,6  | 4         | 4,5  | 12        | 4,1  |
| Total   |                    | 33        | 100  | 31        | 100  | 139       | 100  | 89        | 100  | 292       | 100  |

Os resultados obtidos permitem concluir que a proximidade geográfica, seja a nível das paróquias contíguas, seja a nível das demais freguesias do concelho de Caminha, e ainda a nível do distrito de Viana do Castelo e mesmo da vizinha Galiza,

influenciou na escolha dos nubentes de ambos os sexos. Esta é uma das características mais comuns dos comportamentos nupciais das sociedades de Antigo Regime.

Observamos ainda que foi superior o número de noivos do exterior relativamente ao das noivas (64,9% e 35,1% respetivamente), situação normal devido à maior facilidade na mobilidade masculina.

Considerando o período de 1646 a 1924, destaca-se a naturalidade prevalecente dos nubentes de ambos os sexos oriundos das freguesias contíguas, seguindo-se os noivos das restantes freguesias do concelho. Assim, o peso geral dos noivos de naturalidade concelhia foi de 41,8% para os homens e 32,9% para as mulheres.

Dos restantes concelhos pertencentes ao distrito de Viana do Castelo, chegaram 10,5% da totalidade dos rapazes e 9,6% das raparigas no período total. De outras regiões do país, fixaram-se 15,7% de noivos e 12,7% de noivas, seguindo-se, respetivamente, da Galiza 6,8% e 9,2%, e ainda com valores residuais de 1,9% e 6,2% de outras procedências ou locais indeterminados. É contudo de salientar que é a partir de 1850 que casará a sua maioria, momento em que a paróquia de Gontinhães exerceu uma maior influência sobre o exterior. De uma forma semelhante, ao longo do século XIX, encontraram-se pesos idênticos para a paróquia de Santa Eulália - entre 80% a 90% - com nubentes de naturalidade predominante do distrito<sup>141</sup>.

Da paróquia de Monserrate da cidade de Viana do Castelo e de outras freguesias do litoral, eram oriundos muitos pescadores que vieram aumentar os efetivos da comunidade marítima de Gontinhães. Das freguesias vianenses do interior, chegou também um número elevado de jornaleiras e criadas, que vieram suprir a falta de mão-de-obra ocasionada pela emigração masculina a partir de meados do século XIX.

A chegada de raparigas galegas verificou-se de forma mais acentuada durante o século XIX, acompanhando o movimento de fixação da comunidade marítima oriunda daquela região. Como observámos em relação à naturalidade dos nubentes, a ligação geográfica efetuou-se de preferência com a paróquia de A Guarda. Apesar da chegada de famílias galegas constituídas, os laços com as famílias de origem galega mantiveram-se e as sucessivas gerações continuaram a procurar pares do outro lado da fronteira durante a segunda metade do século XIX, dando continuidade aos casamentos exogâmicos.

Verificou-se, até ao final deste estudo, que os indivíduos da comunidade piscatória não contraíam matrimónio com os indivíduos da restante população, existindo

---

<sup>141</sup> BRETTELL, Caroline, op. cit., p. 156.



significativas barreiras socioeconómicas e culturais entre ambas as populações, para além das barreiras físicas (linha do caminho de ferro). Este isolamento também foi encontrado noutras comunidades piscatórias, como na Póvoa de Varzim em que “os casamentos só os havia entre os da classe. Às raparigas não era dado falar com os homens estranhos à pescaria”<sup>142</sup>.

As transformações resultantes das revoluções liberais e o subsequente progresso que se assistiu no país (em particular durante o período do Fontismo), com a melhoria da rede viária e o desenvolvimento dos meios de transporte, contribuíram de forma determinante para conferir uma maior visibilidade à paróquia de Gontinhães. A influência que a paróquia de Gontinhães exerceu sobre o meio geográfico próximo iniciou-se timidamente na primeira metade do século XIX para se consolidar de forma decisiva até 1924.

As novas vias de comunicação facilitaram a circulação de pessoas e Gontinhães viu-se beneficiada pelas novas infraestruturas. A construção em 1856 da nova estrada real de Viana a Caminha, que abriu traçado junto ao litoral, transformou o novo centro populacional costeiro no eixo de interseção sul-norte-este. O oceano até então ignorado pela população tradicional, e que serve de fronteira oeste, passou a ser duplamente explorado - a atividade marítima durante todo o ano e as práticas terapêuticas dos banhos durante o verão.

Em 1878, a passagem da linha de caminho de ferro, a criação de um apeadeiro e de uma estação de mercadorias mais a norte facilitaram o desenvolvimento da paróquia. A expansão do setor terciário, relacionada com a entrada de investidores com capitais do exterior e aplicados no comércio, na construção, nos negócios, na pequena indústria, explicam que, durante o último período, a própria mobilidade tenha sido maior, principalmente no que concerne a indivíduos do distrito de Viana do Castelo.

Reconhecendo que a mobilidade marital nem sempre corresponde à fixação do casal na freguesia, procurámos indagar qual a proporção de casais cuja mobilidade ao matrimónio correspondia a uma fixação definitiva na paróquia. Para isso, seguimos as famílias estáveis numa perspetiva longitudinal para as quais conhecemos as datas de casamento e de óbito do primeiro cônjuge falecido entre 1646 e 1840, data em que é possível identificar com segurança o término das uniões completas.

Assim, dos casais que celebraram casamento em Gontinhães (total de 959 uniões), incluindo os casamentos endogâmicos, 8,5% saíram da paróquia (81 casais).

---

<sup>142</sup> GRAÇA, A. Santos, op. cit., p. 61.

Este volume diz respeito a uniões em que o nubente era de fora da paróquia, cumprindo-se a tradição do casamento na terra da noiva. Correspondiam assim a casais do tipo misto, pelo que a mobilidade marital diz respeito às nubentes. Relativamente às uniões endogâmicas, registamos a saída de doze casais (1,3%), valor residual e pouco significativo no cômputo geral.

A partir dessa data até 1924, realizaram-se mais 807 enlases. Não existindo no entanto a possibilidade de encerrar a observação da totalidade destas uniões, conhecemos a residência de 679 famílias (83,9%) e a sua continuidade na paróquia com nascimento de filhos. Desconhecemos a residência de 128 uniões (15,8%) no final do período em observação.

Partindo destas premissas, concluímos que, até 1846, Gontinhães se revelou claramente como uma paróquia de fixação dos casais, capaz de lhes oferecer condições de estabilidade e permanência. O segundo período, apesar de a observação não nos possibilitar o seu acompanhamento total, a evolução populacional já registada (cf. Evolução da População) e a sua elevação a vila, sugerem-nos uma tendência ainda mais acentuada na atratividade exercida sobre o meio geográfico envolvente.

## 6. FECUNDIDADE

“Poucos comportamentos coletivos poderão ter efeitos tão profundos no evoluir da humanidade, tanto nas suas vivências diárias como na alteração do seu destino, como o controlo do nascimento”.

Maria Norberta Amorim

*Fecundidade legítima em longa duração.*

*A especificidade de comportamentos no Baixo Minho (1680-1980).*

Nas sociedades do passado, as concepções ocorriam predominantemente no quadro do matrimónio legítimo, sendo geralmente os níveis de ilegitimidade pouco significativos. Na ausência do controlo da natalidade, a fecundidade era próxima do “natural”. No entanto, a difusão mais ou menos generalizada do aleitamento prolongado (que provocava a esterilidade temporária da mulher), a contenção sexual e o recurso pontual a práticas abortivas, “permitiram reconhecer a interferência de condicionantes de ordem sociocultural que, de algum modo, lhe retiraram parte dos seus atributos “naturais”<sup>143</sup>. Para além destes hábitos, que aumentavam os intervalos intergenésicos entre os nascimentos, outras condicionantes atuaram sobre as taxas de fecundidade, como a dieta alimentar, o clima e a instabilidade das colheitas, as crises de subsistências ou mesmo a mobilidade masculina.

Assim, a fecundidade condicionava o crescimento populacional<sup>144</sup>, em cujos níveis participavam, de forma muito complexa, fatores sociais e culturais<sup>145</sup> que respondiam às necessidades conjunturais das populações e das épocas. Foram, no entanto, a nupcialidade e a mortalidade, os grandes reguladores do sistema demográfico. Indicadores importantes tais como a idade da mulher ao primeiro casamento, a mobilidade das populações masculinas, o celibato definitivo, as crises de mortalidade que interrompiam abruptamente as uniões conjugais e reduziam a descendência dos casais, interferiram decisivamente nas taxas de fecundidade.

Enquanto que no antigo regime demográfico, o equilíbrio entre a população e os recursos era assegurado por uma fecundidade e por uma mortalidade elevadas, no regime demográfico moderno, a transição caracterizou-se inicialmente por um recuo da incidência da mortalidade, mantendo-se elevadas as taxas de natalidade. Gradualmente, um progressivo controlo das concepções foi adotado pelas populações com base na

---

<sup>143</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 89.

<sup>144</sup> DUPÂQUIER, Jaques, 1984b, op. cit., p. 73.

<sup>145</sup> LIVI-BACCI, Massimo, *Introducción a la Demografía*, 2ª edição, Barcelona, Ariel, 1993, p. 227.

decisão e no controle do casal, desvanecendo cada vez mais o peso das instituições religiosas<sup>146</sup>.

No período da transição demográfica, a demografia portuguesa, apesar de ser enquadrada numa tipologia de perfil mediterrânico<sup>147</sup>, apresentou diversidades regionais com dinâmicas próprias que a afastaram do contexto geral da demografia europeia. Em Portugal, o declínio da fecundidade poderá localizar-se com alguma segurança entre 1910 e 1920<sup>148</sup>, ou ainda mais tardiamente e, de forma gradual, nalgumas regiões entre 1927 e 1930<sup>149</sup>. O caso do Noroeste Português assinala, em pleno século XX, uma das mais tardias adoções dos princípios do controle dos nascimentos<sup>150</sup>.

“O sistema demográfico equilibrou-se e evoluiu à custa do diálogo entre a morte e uma natalidade que não resultava somente de casamentos mais ou menos retardados mas também de uniões ilegítimas que a própria sociedade não deixava de condicionar”<sup>151</sup>. Seguindo esta linha de orientação, para além do estudo da fecundidade dentro do quadro legítimo do casamento, procuraremos efetuar igualmente uma aproximação à ilegitimidade e ao abandono de crianças, fenómenos de difícil abordagem, mas cuja incidência poderá conduzir à validação e à compreensão das taxas de fecundidade legítima.

## 6.1. Movimento anual dos nascimentos

Apresentamos o número anual de nascimentos registados entre 1660 e 1924 no Gráfico 19, tendo sido normalizadas as variações aleatórias anuais através de média móvel de 11 anos.

---

<sup>146</sup> BURGUIÈRE, André; LEBRUN, François, “As mil e uma famílias da Europa”, in BURGUIÈRE, André, SEGALÉN, Martine et alli, *História da Família*, vol. 3, Lisboa, Terramar, 1998, pp. 15-82.

<sup>147</sup> CHESNAIS, Jean Paul, *La transition démographique. Étapes, formes, implications économiques. Étude de séries temporelles (1720-1984) relatives à 67 pays*, Paris, Presses Universitaires de France, 1986.

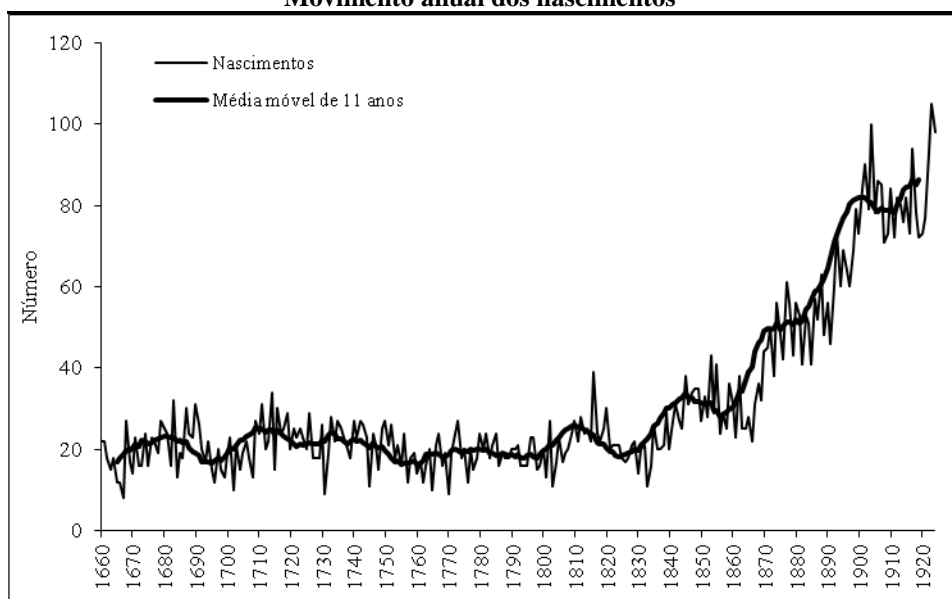
<sup>148</sup> NUNES, João Arriscado, “O declínio da fecundidade em Portugal – um balanço crítico da investigação recente”, in LIVI-BACCI, Massimo (coord.), *Modelos regionales de la transición demográfica en España y Portugal*, Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, vol. 2, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 13-48.

<sup>149</sup> BANDEIRA, Mário Leston, op. cit., pp. 208-225.

<sup>150</sup> LIVI-BACCI, 1971, op. cit., p. 75.

<sup>151</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1987, op. cit., p. 145.

**Gráfico 19**  
**Movimento anual dos nascimentos**



Num primeiro período que se prolonga até ao início da década de 1840, observamos que a curva de nascimentos revela uma grande estabilidade populacional, variando o seu volume entre um mínimo de oito nascimentos ocorridos no ano de 1667 e um máximo de 31 em 1842. Num segundo período que se estende até 1924, observa-se um aumento exponencial de nascimentos, atingindo o seu máximo volume em 1923, com 105 nascimentos.

Como causas principais desta apatia populacional verificada no primeiro período, destacamos a mortalidade cíclica das populações que se refletiu no movimento global dos nascimentos, como aconteceu durante as crises das décadas de 1680/90, 1730, 1750 ou na de 1820, com descidas no número de nascimentos nessas datas. Esta circunstância foi agravada pela escassez do milho que impediu o crescimento da população, não só no Minho como noutras regiões nacionais e países ocidentais<sup>152</sup>. De igual forma, a elevada mobilidade masculina interferiu com o natural ciclo reprodutivo das famílias, obrigando ao celibato definitivo uma proporção elevada de mulheres que se viram assim excluídas da dinâmica reprodutiva da paróquia.

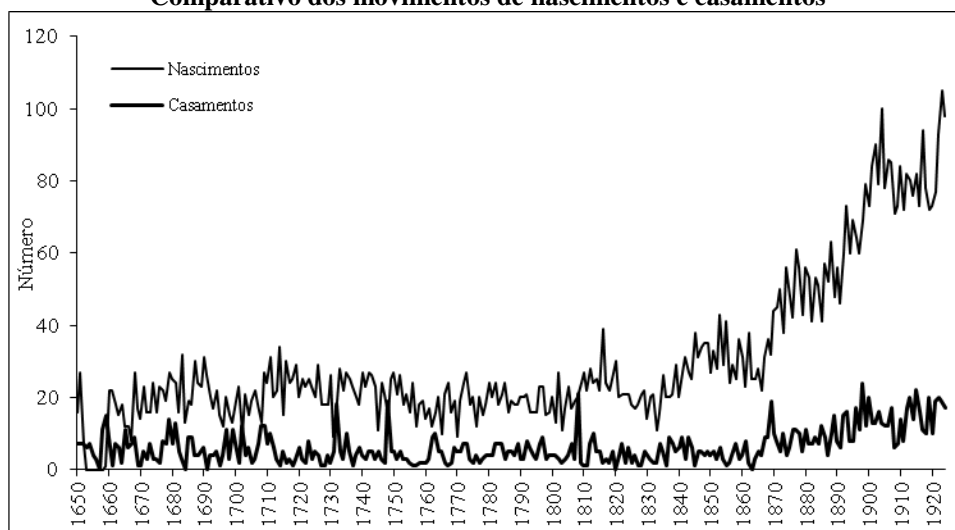
Já no segundo período, o aumento do número de nascimentos encontra-se associado ao recuo da mortalidade, comprovado pela maior duração das uniões conjugais. A chegada das comunidades marítimas, caracterizadas por comportamentos reprodutivos muito significativos, potenciou igualmente o crescimento populacional da

<sup>152</sup> SOUSA, Fernando de, "A População Portuguesa nos inícios do século XIX", in *Revista População e Sociedade*, n.º 2, Cepfam, Porto, 1996, p. 17.

paróquia de Gontinhães neste último período. As oscilações visíveis no movimento de nascimentos, que tiveram origem nas crises de mortalidade registadas nas décadas de 1860, 1870, 1890 e entre 1918 e 1920, deram origem a momentos de retração no crescimento populacional.

Os volumes de nascimentos e de casamentos, em período longo, encontram-se intrinsecamente associados, pelo que a análise conjunta dos dois movimentos se revela pertinente. Sempre que se manifesta um maior número de casamentos registam-se oscilações paralelas no movimento de nascimentos nos anos subsequentes.

**Gráfico 20**  
**Comparativo dos movimentos de nascimentos e casamentos**



Podemos verificar esta correspondência nos resultados encontrados no Gráfico 20, como nos seguintes casos:

- os volumes de nascimentos registados no final do século XVII, refletindo o número mais elevado de casamentos/recasamentos após a ocorrência de crises de mortalidade;
- o período após 1708/1712 que registou um maior número de casamentos de jovens nubentes durante a Guerra de Sucessão de Espanha;
- os anos de 1732 e de 1748, após crises epidémicas, que limitaram os movimentos de mobilidade masculina e conseqüente aumento do número de casamentos/nascimentos;
- a instabilidade política decorrente das Invasões Francesas, que provocou novo estancamento dos fluxos migratórios, originando um incremento do número de casamentos e de nascimentos;

No entanto, o movimento de nascimentos que se apurou, principalmente a partir da década de 1870, não se refletiu no volume de matrimónios, circunstância esta relacionada com a fixação em Gontinhães de famílias já constituídas. Por outro lado, o recuo da mortalidade, fenómeno aliado a uma melhoria generalizada das condições de vida das populações, possibilitou maiores durações das uniões conjugais e, conseqüentemente, descendências mais numerosas.

## 6.2. Sazonalidade dos nascimentos

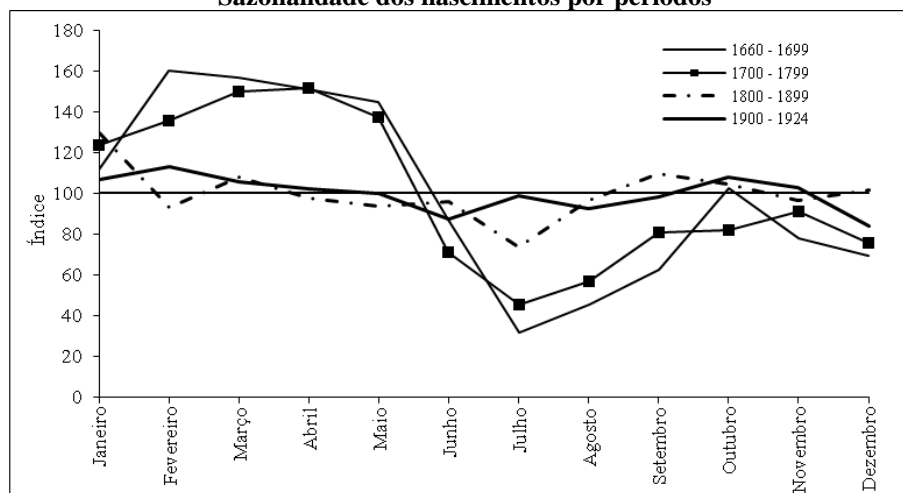
No momento da conceção, diversas condicionantes socioculturais, ambientais e biológicas podem repercutir-se, de forma isolada ou associada, numa distribuição desigual dos nascimentos ao longo dos vários meses do ano.

No sentido de analisar a sazonalidade dos nascimentos, considerámos o nascimento de todos os filhos legítimos e naturais, tendo sido retirados os expostos por ser desconhecida a data exata do seu nascimento.

**Tabela 33**  
**Sazonalidade dos nascimentos por períodos**

| Meses     | 1624-1699 |              | 1700-1799 |              | 1800-1899 |              | 1900-1924 |              |
|-----------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
|           | N         | Índice (100) | N         | Índice (100) | N         | Índice (100) | N         | Índice (100) |
| Janeiro   | 114       | 115,5        | 212       | 123,4        | 372       | 129,8        | 187       | 106,9        |
| Fevereiro | 143       | 159,0        | 212       | 135,4        | 243       | 93,0         | 180       | 112,9        |
| Março     | 160       | 162,2        | 258       | 150,2        | 310       | 108,2        | 185       | 105,8        |
| Abril     | 151       | 158,1        | 252       | 151,6        | 270       | 97,3         | 173       | 102,2        |
| Maió      | 131       | 132,8        | 236       | 137,4        | 269       | 93,8         | 175       | 100,1        |
| Junho     | 70        | 73,3         | 118       | 71,0         | 266       | 95,9         | 148       | 87,5         |
| Julho     | 39        | 39,5         | 78        | 45,4         | 211       | 73,6         | 173       | 98,9         |
| Agosto    | 43        | 43,6         | 97        | 56,5         | 276       | 96,3         | 162       | 92,6         |
| Setembro  | 62        | 64,9         | 134       | 80,6         | 304       | 109,6        | 166       | 98,1         |
| Outubro   | 97        | 98,3         | 141       | 82,1         | 300       | 104,7        | 189       | 108,1        |
| Novembro  | 80        | 83,8         | 151       | 90,8         | 267       | 96,3         | 174       | 102,8        |
| Dezembro  | 68        | 68,9         | 130       | 75,7         | 291       | 101,5        | 147       | 84,1         |

**Gráfico 21**  
**Sazonalidade dos nascimentos por períodos**



Os índices observados na Tabela 33 e Gráfico 21 revelam que nos dois primeiros períodos a sazonalidade foi acentuada, em oposição aos dois últimos onde a distribuição dos nascimentos se apresentou bastante uniforme ao longo dos anos.

Entre 1624 e 1799, os nascimentos ocorreram maioritariamente durante os cinco primeiros meses do ano, com índices máximos entre fevereiro e abril, correspondendo aos meses de concepção de maio a julho. Entre julho e agosto, os índices são significativamente inferiores, refletindo as concepções dos meses de outubro e novembro. De facto, “quanto mais recuamos no tempo, os efeitos da sazonalidade tornam-se mais atuantes e visíveis, traduzindo assim uma mais intensa interação entre o homem e a natureza”<sup>153</sup>. Como já referimos, nesta época, a mobilidade profissional potenciou a celebração de uniões nos meses de maio a agosto, fenómeno que influenciará, em simultâneo, o calendário das concepções e respetivas concentrações confirmadas agora entre os meses de fevereiro a maio.

Nos dois últimos períodos, são ainda os meses de janeiro a março e de setembro a novembro os que registaram os mais elevados índices, correspondendo às concepções de abril a junho e de dezembro a fevereiro, respetivamente. Como anteriormente verificámos (cf. Nupcialidade), a sazonalidade do casamento diluiu-se ao longo do século XIX e primeiro quartel do século XX, refletindo-se de igual forma na sazonalidade ao nascimento.

Comparadas as sazonalidades dos casamentos durante os séculos XVII e XVIII, estes comportamentos foram igualmente observados em paróquias do Alto Minho, como Âncora<sup>154</sup>, Meadela<sup>155</sup> e Romarigães<sup>156</sup>.

Considerando que, a partir de 1825 foi detetado o primeiro pescador em Gontinhães e que desde 1830 entraram e se foram fixando gradualmente famílias de marítimos, formando uma comunidade com características socioculturais distintas da população tradicional, é possível observar, numa análise comparativa, a existência de comportamentos diferenciados.

---

<sup>153</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1992, op. cit., pp. 113-116.

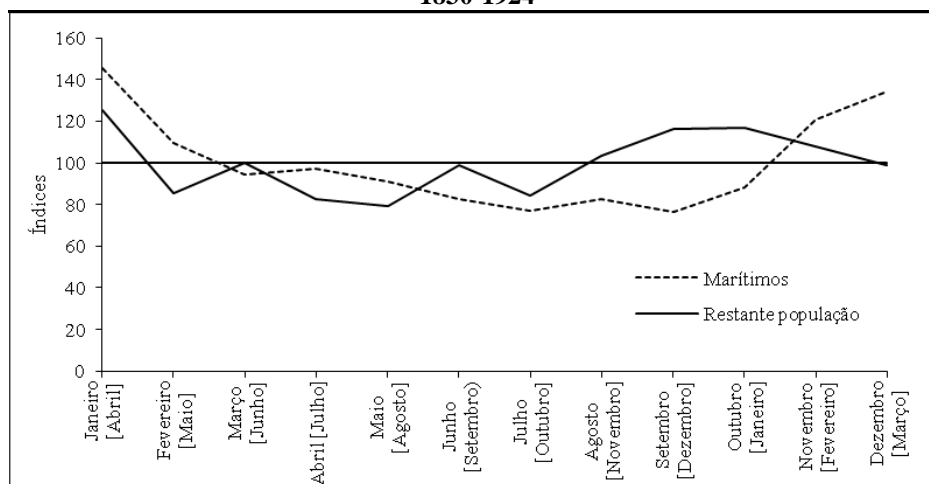
<sup>154</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 103.

<sup>155</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., p. 152.

<sup>156</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., p. 153.



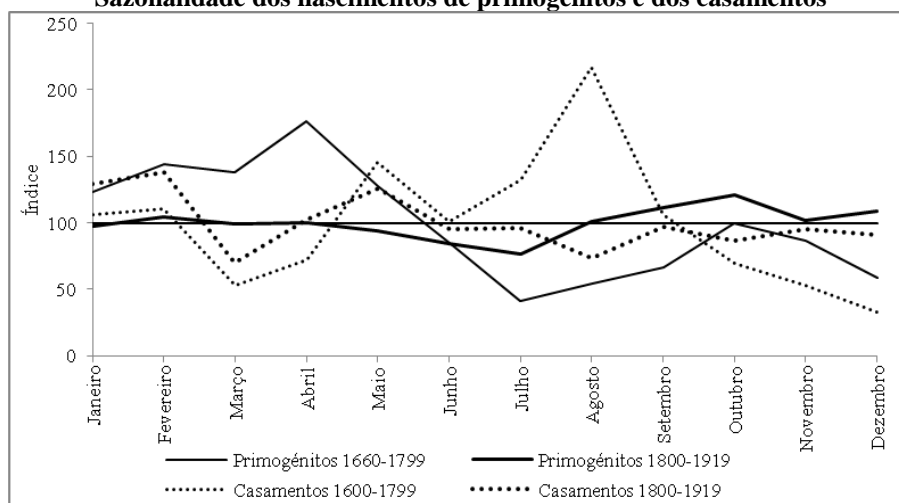
**Gráfico 22**  
**Sazonalidade diferencial dos nascimentos**  
**1830-1924**



Com efeito, a comparação da sazonalidade dos nascimentos nas uniões de marítimos e nas da restante população (Gráfico 22), permite concluir que, na primeira comunidade, era mais acentuada a distribuição entre os meses de novembro a janeiro, correspondendo a concepções entre fevereiro e abril. Para a restante população, os índices mais elevados situaram-se nos meses de janeiro, setembro e outubro, correspondendo a concepções nos meses de abril, dezembro e janeiro respetivamente.

Se na comunidade marítima, o inverno se prolongava durante vários meses, dando origem a uma época de maior inatividade, na restante população as concepções parecem indicar-nos a ausência da população masculina, afastada da família durante o período das migrações, período este que se prolongava entre a primavera e o outono.

**Gráfico 23**  
**Sazonalidade dos nascimentos de primogénitos e dos casamentos**



Comparando a sazonalidade dos nascimentos dos primogénitos e a dos casamentos até ao final do século XVIII (Gráfico 23), observou-se uma correspondência entre o momento do casamento e o primeiro nascimento, revelando os respetivos ciclos naturais de reprodução. Assim, a sazonalidade do nascimento dos primogénitos foi acentuada entre os meses de fevereiro a maio, assinalando os casamentos celebrados entre os meses de Abril a Agosto e comprovando a sazonalidade dos casamentos (cf. Nupcialidade).

O período compreendido entre 1800 e 1919, como seria de prever a partir das anteriores análises, não apresentou picos relevantes de sazonalidade. Ainda assim, foi nos meses de setembro e de outubro onde se encontrou um acréscimo de frequências nos nascimentos de primogénitos, associando-se a maiores concentrações de casamentos celebrados entre Dezembro e Janeiro, época de reunião familiar e de pausa nas migrações sazonais.

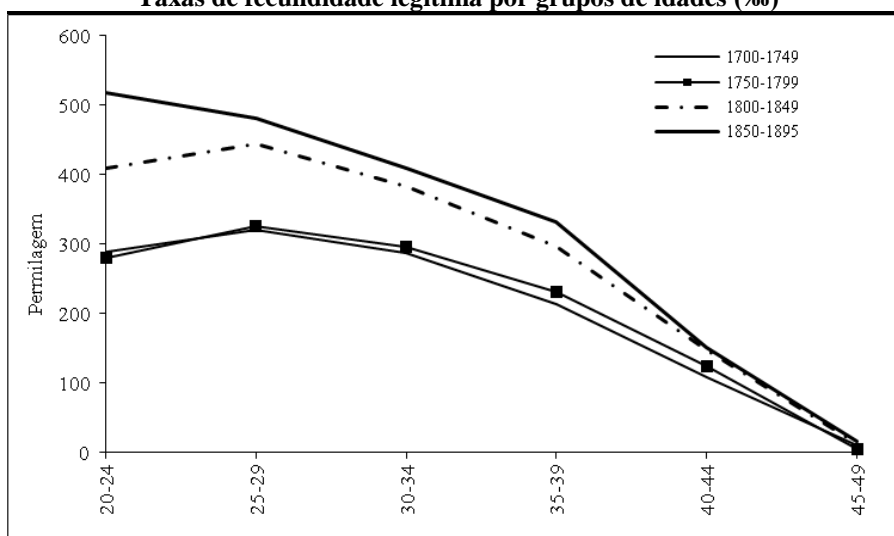
### 6.3. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e idade média da mãe ao nascimento do último filho

As taxas de fecundidade legítima, calculadas transversal e longitudinalmente, obtêm-se pela divisão do número total de nascimentos ocorridos nos diferentes grupos de idade da mulher, pelo número total de anos de vida conjugal passados nos respetivos grupos e num universo de mil mulheres. Para este cálculo foram consideradas apenas as famílias de Tipo 1, para as quais conhecemos o registo de batismo de todos os filhos, a data de casamento, a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

**Tabela 34**  
**Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades (‰) e descendência teórica**

| Períodos  | Grupos de idade |     |       |       |       |       |       |       |      |
|-----------|-----------------|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
|           | N               | <20 | 20-24 | 25-29 | 30-34 | 35-39 | 40-44 | 45-49 | D.T. |
| 1700-1749 | 207             | 190 | 289   | 321   | 287   | 214   | 108   | 10    | 6,1  |
| 1750-1799 | 170             | 207 | 281   | 327   | 296   | 231   | 124   | 6     | 6,3  |
| 1800-1849 | 163             | 240 | 410   | 444   | 384   | 297   | 148   | 13    | 8,5  |
| 1850-1895 | 146             | 0   | 519   | 481   | 410   | 332   | 151   | 17    | 9,6  |

**Gráfico 24**  
**Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades (%)**



Os dados apresentados na Tabela 34 e no Gráfico 24 revelam duas tendências muito distintas. Enquanto que entre 1700 e 1799 as taxas de fecundidade se apresentaram baixas num quadro típico de Antigo Regime, já entre 1800 e 1895 se apresentaram muito elevadas. Estes últimos resultados não são comuns nas sociedades pré-industriais, concluindo-se, contudo, não existir controlo de natalidade. Não obstante, todas as curvas apresentadas evidenciam a capacidade reprodutiva natural das mulheres conforme o avançar da idade.

Entre os períodos de 1700 a 1749 e de 1750 a 1799, as taxas de fecundidade não ultrapassaram, respetivamente, os valores de 321‰ e 327‰ no grupo de idades dos 25 aos 29 anos de idades, refletidos numa descendência teórica muito aproximada – 6,1 e 6,3.

Entre 1800 e 1849, os níveis de fecundidade elevaram-se em todas as idades, atingindo novamente o máximo no grupo de idades dos 25 aos 29 anos de idades (444‰), embora o grupo dos 20 aos 24 anos revele uma tendência de aproximação. No último período, como era previsível pela análise das idades médias ao primeiro casamento (cf. Nupcialidade), as mais elevadas taxas de fecundidade concentraram-se no grupo de idades entre os 20 e os 24 anos (519‰). As respetivas descendências teóricas – 8,5 e 9,6 – confirmam o aumento dos níveis de fecundidade, em ambos os períodos.

Depreendemos assim que a mortalidade foi mais gravosa durante o século XVIII, como indica a duração das uniões conjugais (média de 29,6 anos). Este fenómeno, aliado à falta de cereais e esterilidades reportadas pelos párocos e cronistas

da época (cf. *Evolução da População*) e à mobilidade sazonal que prolongava os intervalos intergenésicos entre as várias gestações, interferiram de forma determinante nos níveis observados. Tal como se observou para a paróquia de Santa Eulália, as migrações reduziram o período fértil das mulheres, fazendo abortar prematuramente a sua capacidade reprodutora no momento mais alto da idade fértil, eliminando-as definitivamente da população de mulheres casadas que contribuiriam para os níveis de fecundidade da comunidade<sup>157</sup>.

A partir de 1830 e mais acentuadamente depois de 1850, registou-se a chegada de famílias de marítimos com elevadas taxas de fecundidade devido a casamentos precoces, a uma baixa taxa de celibato e a uma reduzida mobilidade masculina. Entre 1800 e 1879, no concelho da Madalena<sup>158</sup>, os grupos ocupacionais formados pelos marítimos, pelos artesãos e pequenos comerciantes revelaram igualmente as mais elevadas taxas de fecundidade.

A introdução gradual de medidas de higiene e saúde contribuiu para o recuo lento da mortalidade e para o aumento da duração das uniões conjugais, que passou para 32,7 anos entre 1800 e 1849. Se as taxas de mortalidade se encontravam em declínio no distrito de Viana do Castelo no início do século XX, já as da natalidade iniciaram a sua primeira fase de queda somente em 1928<sup>159</sup>.

Até final do século XVIII, tanto no conjunto das paróquias estudadas do Vale do Minho (Gontinhães, Âncora<sup>160</sup> e Romarigães<sup>161</sup>), como no conjunto do Vale do Lima (Facha<sup>162</sup>, Meadela<sup>163</sup> e Santa Eulália<sup>164</sup>), observaram-se taxas de fecundidade baixas. Já Guimarães e as três paróquias de Trás-os-Montes<sup>165</sup> apresentaram valores mais elevados, refletindo as respetivas taxas de fecundidade e os contextos socioeconómicos diferentes. No século XVIII, no concelho da Madalena, verificaram-se igualmente baixas taxas de fecundidade, seguindo-se um aumento gradual dos seus níveis até 1879, momento a partir do qual foram detetados os primeiros indícios de práticas de controlo de natalidade<sup>166</sup>.

---

<sup>157</sup> BRETTELL, Caroline, op. cit., p. 200.

<sup>158</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 101.

<sup>159</sup> BANDEIRA, Mário Leston, op. cit., pp. 228 e 208.

<sup>160</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., pp. 132-133.

<sup>161</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., pp. 158-159.

<sup>162</sup> MACHADO, Maria Arminda Loureiro, op. cit., p. 57.

<sup>163</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., pp. 159-160.

<sup>164</sup> BRETTEL, Caroline, op. cit., p. 191.

<sup>165</sup> AMORIM, Norberta, 1987, op. cit., pp. 156-160.

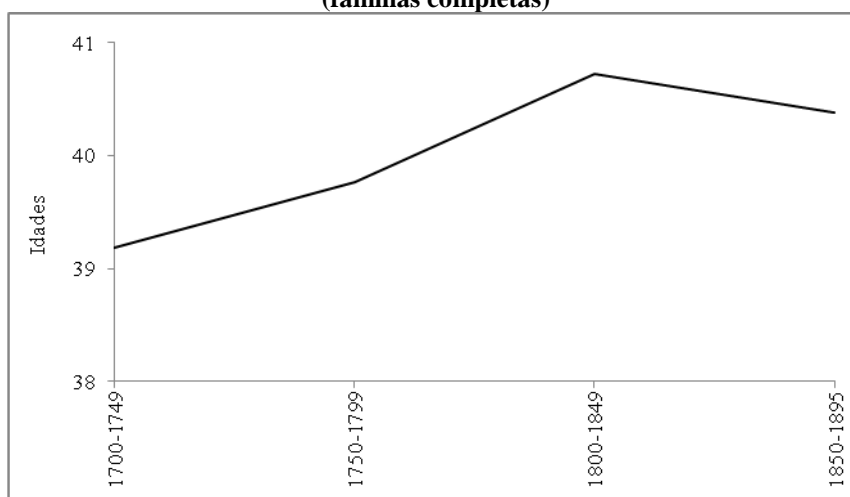
<sup>166</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., pp. 99-100.

A idade média ao nascimento do último filho constitui um importante indicador que permite compreender o comportamento reprodutivo dos casais<sup>167</sup>. Para este cálculo, reduzimos a observação às *famílias completas* e fecundas cuja convivência conjugal ultrapassou os 48 anos da mulher, retirando da análise todas as concepções pré-nupciais, a fim de evitar distorções nos cálculos.

**Tabela 35**  
**Idade média da mãe ao nascimento do último filho**  
**(famílias completas)**

| Períodos  | N   | Idade média |
|-----------|-----|-------------|
| 1700-1749 | 122 | 39,2        |
| 1750-1799 | 110 | 39,8        |
| 1800-1849 | 106 | 40,7        |
| 1850-1895 | 80  | 40,4        |

**Gráfico 25**  
**Idade média da mãe ao nascimento do último filho**  
**(famílias completas)**



A Tabela 35 e Gráfico 25 mostram que, para além do longo ciclo reprodutivo da mulher, a idade média da mulher ao nascimento do último filho foi sofrendo uma subida progressiva até 1849, registando-se, no último período, um decréscimo pouco significativo de 40,7 anos para 40,4 anos. Concluimos deste modo não existirem práticas de controlo de natalidade.

#### **6.4. Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas**

Ao acompanharmos o comportamento das sucessivas gerações femininas, poderemos eliminar as variações conjunturais próprias de cada período. Para a análise das taxas de fecundidade legítima por gerações femininas, repartimos as gerações de

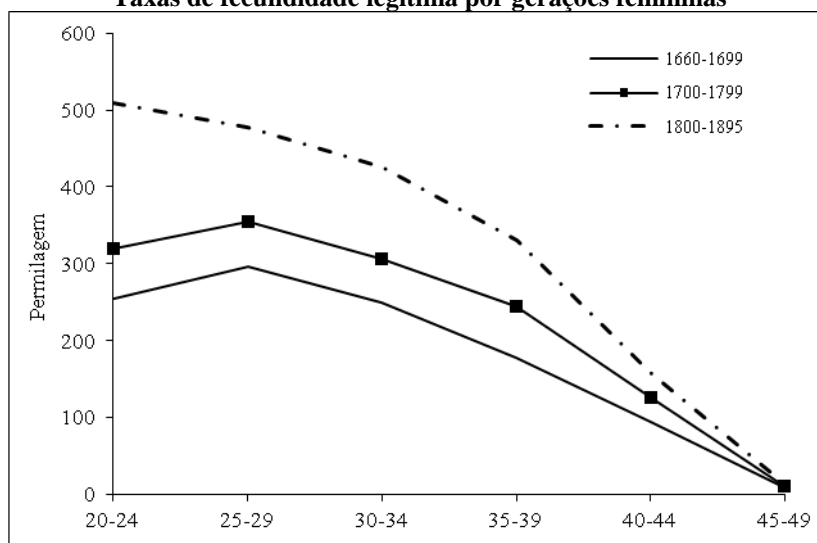
<sup>167</sup> FLINN, Michael, *El Sistema Demográfico europeo. 1500-1820*, Barcelona, Crítica, 1989, p. 46.

mulheres nascidas entre 1660 e 1895, em três períodos e pelos diferentes grupos de idade.

**Tabela 36**  
**Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas (%)**

| Gerações  | Grupos de idade |       |       |       |       |       |       | D.T. |
|-----------|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
|           | N               | 20-24 | 25-29 | 30-34 | 35-39 | 40-44 | 45-49 |      |
| 1660-1699 | 161             | 254   | 296   | 250   | 177   | 94    | 9     | 6,0  |
| 1700-1799 | 363             | 319   | 355   | 307   | 244   | 125   | 11    | 7,9  |
| 1800-1895 | 274             | 510   | 478   | 426   | 330   | 158   | 13    | 10,1 |

**Gráfico 26**  
**Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas**



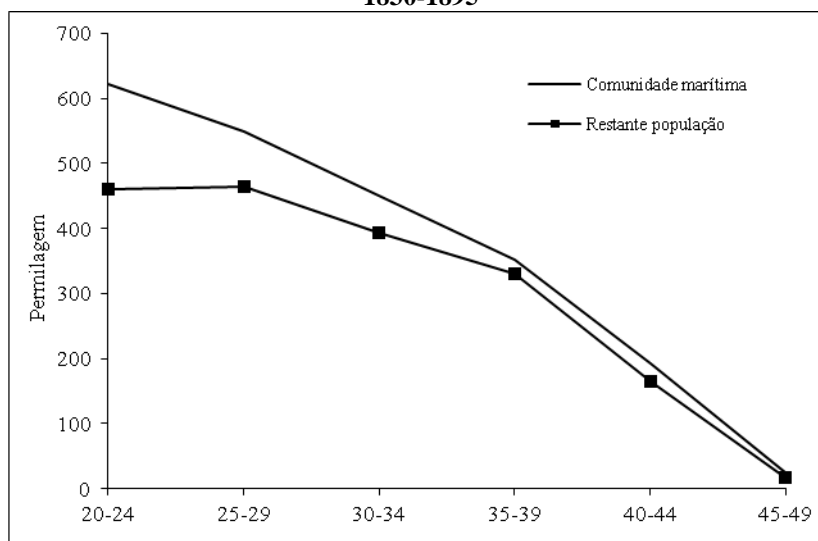
Observando os dados da Tabela 36 e do Gráfico 26, verificamos que as gerações nascidas entre 1660 e 1699 registaram as mais baixas taxas de fecundidade, sendo as mulheres que casaram entre os 25 e os 29 anos as que registaram os mais elevados níveis. Ao longo do século XVIII, registamos taxas mais elevadas de fecundidade relativamente ao período anterior, embora a tendência nos diversos grupos de idades fosse idêntica entre eles. As gerações nascidas no século XIX apresentaram taxas de fecundidade mais elevadas, em particular no grupo de idades dos 20 aos 24 anos de idade, registando-se ainda níveis elevados de fecundabilidade até aos 39 anos, decaindo progressiva e naturalmente devido à ação biológica.

Comparadas as gerações nos diversos períodos, concluímos que as respetivas taxas de fecundidade se foram elevando sucessivamente em qualquer grupo de idades. Como já se tinha verificado ao analisarmos as taxas de fecundidade numa perspetiva transversal, não existe qualquer prática limitativa dos nascimentos até à última geração.

**Tabela 37**  
**Taxas de fecundidade legítima diferenciais por gerações femininas (‰)**  
**1830-1895**

| Comunidades         | Grupos de idades |       |       |       |       |       |       |      |
|---------------------|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
|                     | N                | 20-24 | 25-29 | 30-34 | 35-39 | 40-44 | 45-49 | D.T. |
| Comunidade marítima | 47               | 621   | 548   | 450   | 352   | 192   | 25    | 10,9 |
| Restante população  | 120              | 460   | 465   | 393   | 330   | 164   | 16    | 9,1  |

**Gráfico 27**  
**Taxas de fecundidade legítima diferenciais por gerações femininas (‰)**  
**1830-1895**



Após a entrada de populações do exterior, podemos comparar as taxas de fecundidade legítima entre a comunidade marítima e as da restante população (Tabela 37 e Gráfico 27). Como seria de esperar, as taxas de fecundidade revelam-se superiores nas gerações da comunidade marítima, em qualquer grupo de idades, tornando-se igualmente visível a sua maior fecundabilidade através das respetivas descendências teóricas. Essa diferença é muito notória no grupo de idades entre os 20 e os 24 anos.

Estes resultados refletem, como temos vindo a observar, comportamentos demográficos distintos entre as duas comunidades, como por exemplo uma menor percentagem de celibato definitivo feminino, uma idade mais baixa ao primeiro casamento e uma menor mobilidade masculina nos marítimos.

Estes comportamentos encontram paralelos com os de outras comunidades piscatórias. É o caso da Ilha do Pico, onde se constatou que em “qualquer grupo de gerações as taxas de fecundidade calculadas para as mulheres casadas com marítimos

foram sempre mais altas, refletindo a maior antecipação do matrimónio e cumulativamente uma menor duração dos intervalos intergenésicos médios”<sup>168</sup>.

### 6.5. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima e na idade média ao nascimento do último filho

No sentido de avaliar a influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima por grupos de idade ao casamento, verificamos que, em qualquer dos períodos os mais elevados níveis de fecundidade coincidiram, regra geral, com o grupo de idades da respetiva união (Tabela 38). Uma menor extensão dos intervalos protogenésicos relativamente aos intervalos intergenésicos poderá estar na origem deste fenómeno.

**Tabela 38**  
**Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (%)**

| Idade ao casamento | Grupos de Idades |       |       |       |       |       |       |
|--------------------|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|                    | N                | 20-24 | 25-29 | 30-34 | 35-39 | 40-44 | 45-49 |
| <b>1700-1799</b>   |                  |       |       |       |       |       |       |
| 20-24              | 72               | 317   | 317   | 292   | 222   | 108   | 3     |
| 25-29              | 89               | -     | 362   | 265   | 211   | 108   | 14    |
| 30-34              | 56               | -     | -     | 378   | 232   | 132   | 7     |
| 35-39              | 15               | -     | -     | -     | 204   | 93    | -     |
| 40-44              | 6                | -     | -     | -     | -     | 444   | -     |
| <b>1800-1895</b>   |                  |       |       |       |       |       |       |
| 20-24              | 47               | 434   | 426   | 323   | 285   | 157   | 9     |
| 25-29              | 63               | -     | 475   | 416   | 327   | 171   | 16    |
| 30-34              | 52               | -     | -     | 440   | 338   | 127   | 19    |
| 35-39              | 27               | -     | -     | -     | 337   | 119   | -     |
| 40-44              | 14               | -     | -     | -     | -     | 286   | -     |

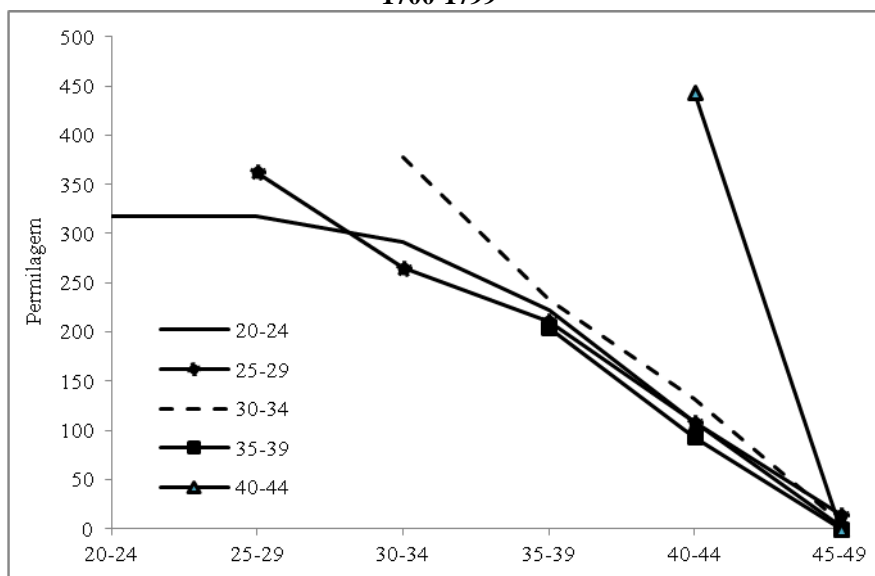
As mulheres que casaram dos 20 aos 29 anos de idade, embora iniciassem o seu ciclo reprodutivo mais cedo, registaram os mais elevados níveis de fecundidade entre 1700 e 1799, mantendo frequências ainda elevadas até aos 34 anos, seguidas de uma gradual descida até ao grupo de idades mais velho.

No segundo período, as taxas de fecundidade apresentaram-se mais elevadas que no período anterior, fator relacionado com o abaixamento das idades médias de acesso ao primeiro casamento a partir de meados do século XIX e, em particular, das baixas idades médias ao primeiro casamento registadas na comunidade marítima.

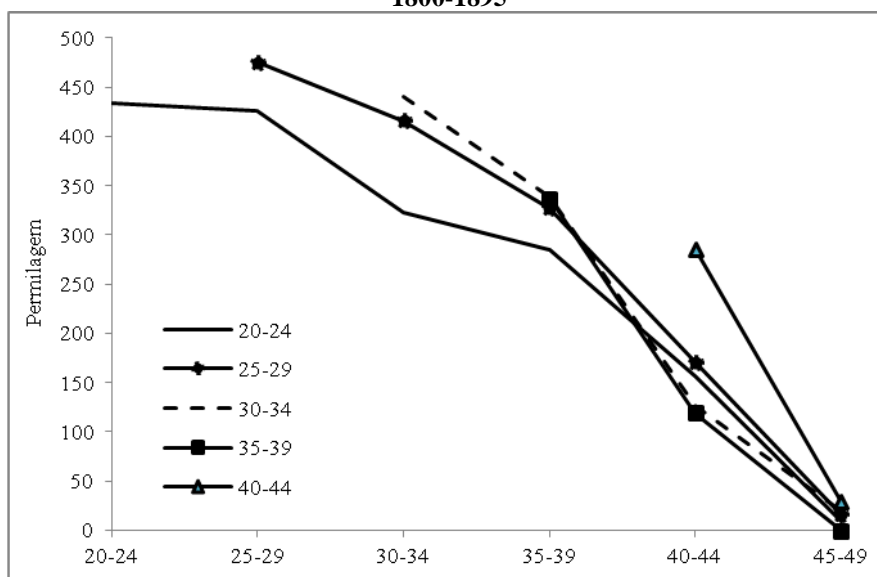
<sup>168</sup> SANTOS, Carlota, “Comunidades marítimas da ilha do Pico: comportamentos demográficos durante os séculos XVIII e XIX”, in DUBERT, Isidro; SOBRADO CORREA, Hortêncio (coord.), *El mar en los siglos modernos*, 2009, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, p. 62.



**Gráfico 28**  
**Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (%)**  
**1700-1799**



**Gráfico 29**  
**Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (%)**  
**1800-1895**



Como é possível observar no Gráfico 28, entre 1700 e 1799, as mulheres que casaram entre os 20 e os 24 apresentaram uma tendência uniforme nas taxas de fecundidade ao longo do seu ciclo reprodutivo até aos 34 anos, após o que se verifica uma descida lenta dos seus níveis, possivelmente associada ao esgotamento físico

relacionado com a precocidade do casamento<sup>169</sup>. No entanto, estas mulheres asseguraram a maior descendência devido ao seu longo ciclo reprodutivo.

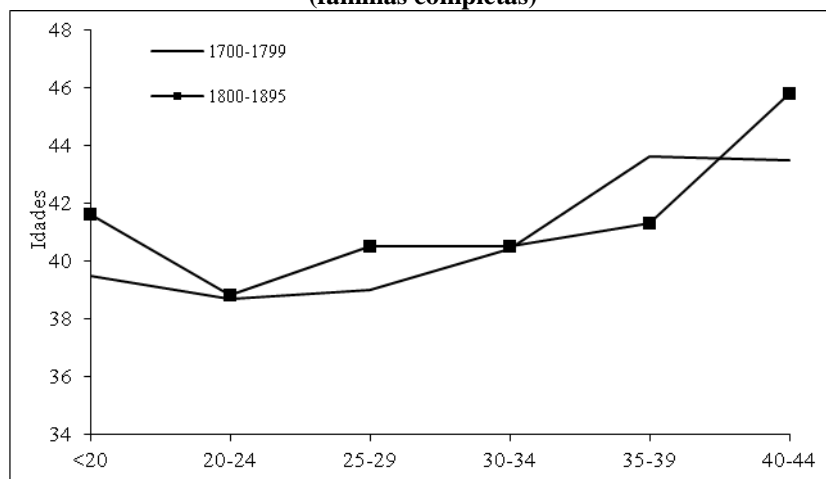
Já as mulheres pertencentes aos grupos de idades entre os 25 e os 34 anos, ainda que apresentem níveis de fecundidade (no início do seu ciclo reprodutivo) mais elevados em relação ao grupo mais jovem, foram geralmente menos fecundas ao longo do tempo. Como seria de esperar, os grupos de idades das mulheres com mais de 35 viram naturalmente reduzida a sua capacidade procriadora.

Idêntica tendência se observou entre 1800 e 1895 (Gráfico 29) – elevadas taxas de fecundidade nos grupos de idades coincidentes com a data de casamento e um declínio justificado nas mulheres que casaram em idades mais avançadas.

**Tabela 39**  
**Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento**  
**(famílias completas)**

| Idade ao casamento | 1700-1799 |             | 1800-1895 |             |
|--------------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
|                    | N         | Idade média | N         | Idade média |
| <20                | 26        | 39,5        | 9         | 41,6        |
| 20-24              | 66        | 38,7        | 45        | 38,8        |
| 25-29              | 83        | 39,0        | 62        | 40,5        |
| 30-34              | 46        | 40,4        | 46        | 40,5        |
| 35-39              | 10        | 43,6        | 16        | 41,3        |
| 40-44              | 1         | 43,5        | 4         | 45,8        |
| Todas as idades    | 232       | 39,5        | 182       | 40,6        |

**Gráfico 30**  
**Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento**  
**(famílias completas)**



Continuando a selecionar as famílias completas e fecundas, agora no sentido de estimar uma possível influência da idade ao casamento da mulher na idade média ao nascimento do seu último filho (Tabela 39 e Gráfico 30), concluímos que os comportamentos, em qualquer dos períodos, revelaram algumas diferenças. Salientamos

<sup>169</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 107.

contudo que os grupos de idades dos 20 aos 24 anos e dos 30 aos 34 anos apresentaram idades médias do último filho muito próximas em ambos os períodos.

Entre 1700 e 1799, as idades médias da mulher ao nascimento do último filho, uniformes entre os 20 e os 29 anos, tenderam a ser mais elevadas partir dos 30 aos 34 anos. Já a observação das tendências do segundo período mostra idades médias mais elevadas até aos 34 anos relativamente ao primeiro, com pequeno declínio no grupo dos 35 aos 39 anos, apresentando na última faixa etária uma superioridade de cerca de dois anos. Estas últimas diferenças podem ser explicadas pela queda da mortalidade que ocorreu a partir de meados do século XIX, associada a uma maior duração das uniões conjugais.

### 6.6. Ausência de filhos segundo a idade ao casamento da mulher

Se a idade de acesso ao casamento é uma condicionante influente nos níveis de infertilidade, existem fatores de ordem biológica ou de doença, incluindo a carência alimentar, que podem explicar diferentes níveis de incapacidade de procriação.

Para a avaliação da percentagem de casais infecundos, foram manuseadas as famílias do Tipo 1 e 3 com mais de cinco anos de convivência conjugal, adotando um único período por questões de representatividade.

**Tabela 40**  
**Ausência de filhos segundo a idade ao casamento**  
**1700-1895**

| Idade ao casamento | Total de observações | Casais estéreis |      |
|--------------------|----------------------|-----------------|------|
|                    | N                    | N               | %    |
| < 20               | 104                  | 1               | 1,0  |
| 20-24              | 113                  | 7               | 6,2  |
| 25-29              | 147                  | 7               | 4,8  |
| 30-34              | 120                  | 17              | 14,2 |
| 35-39              | 40                   | 14              | 35,0 |
| 40-44              | 25                   | 16              | 64,0 |

Como é possível verificar na Tabela 40, a infertilidade assume alguma expressividade sobretudo nos grupos de idades a partir dos 30 anos. Com efeito, podemos considerar elevados os 14,2% registados nas mulheres que casaram entre os 30 e os 34 anos, e os 35% para as que casaram entre os 35 e os 39 anos. É notória a descida dos níveis de fecundabilidade feminina com o avançar da idade da mulher ao casamento, pois naturalmente à medida que a idade aumenta mais elevada é a probabilidade de infertilidade.

Estes valores podem refletir, para além da idade mais tardia ao casamento, a interferência de outros fatores, como a mobilidade geográfica masculina, que

determinava frequentemente ausências prolongadas ou mesmo definitivas dos homens. Tal foi o caso de Maria Martins Pinheiro, casada em 12 de maio de 1756 que, através de declaração notarial com data 18 de abril de 1763, nomeou um procurador, a fim de encontrar o seu marido ausente, justificando este ato “em razão deste haver sete ou mais anos que não faz vida marital com ela outorgante ausentado para a cidade de Lisboa ou seu termo aonde lhe dizem anda trabalhando pelo ofício de pedreiro (...)”<sup>170</sup>. Maria Martins Pinheiro, já com 56 anos de idade, viria a receber a notícia do falecimento do marido ocorrido em 1788 na capital. Este exemplo vem comprovar que muitos outros casais se encontrariam na mesma situação e que nunca chegaram a ter descendência.

De facto, foi possível encontrar valores semelhantes noutras paróquias estudadas que indicaram uma percentagem significativa de infecundidade. Tomemos como exemplo o grupo de idades entre os 30 e os 34 anos e os 35 e 39 anos – em Âncora<sup>171</sup> (21,4% e 50%), Romarigães<sup>172</sup> (7,4% e 33,3%), Ericeira<sup>173</sup> (11,5% e 45,8%) ou no concelho da Madalena<sup>174</sup> (8,7% e 17,3%).

## **6.7. Espaçamento dos nascimentos**

A existência de um maior ou menor intervalo entre o casamento e o primeiro nascimento (intervalo protogenésico) e entre os nascimentos sucessivos (intervalos intergenésicos) permite compreender a descendência das famílias, em particular nas populações de Antigo Regime. Com efeito e, no que diz respeito aos intervalos intergenésicos, algumas práticas socioculturais específicas, como o aleitamento mais ou menos prolongado ou ainda a mobilidade da população masculina, tendem a produzir efeitos consideráveis na amplitude dos seus espaçamentos e, por conseguinte, nos níveis de fecundidade observados.

### **6.7.1. Intervalo protogenésico**

Se o intervalo entre a data de casamento e o nascimento do primeiro filho depende, entre outros fatores, de condicionantes biológicos, na sua maioria relacionados com a idade da mulher, a sua duração marca o início do ciclo reprodutivo das uniões e, em consequência, da dimensão da descendência.

---

<sup>170</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do Concelho de Caminha*, 1º Ofício, cota 4.8.1.13, fl. 42v.

<sup>171</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 143.

<sup>172</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., p.160.

<sup>173</sup> REIS, Maria da Conceição, op. cit., p. 58.

<sup>174</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 108.

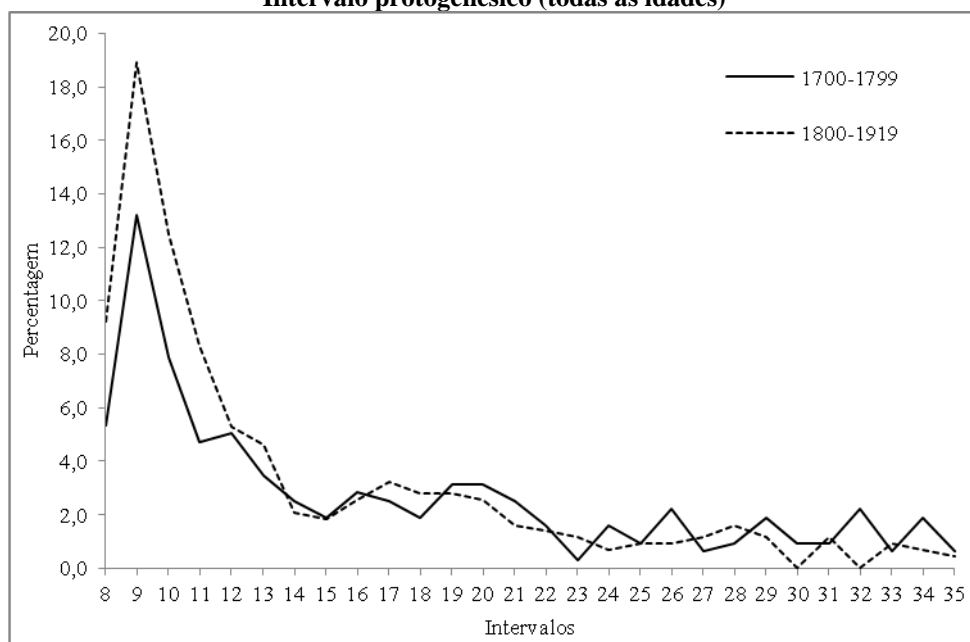
Para o cálculo que se segue, considerámos as famílias de Tipo 1 e de Tipo 3 para as quais se conhecem as datas de casamento, de nascimento da mulher, do primeiro filho nascido, considerando um período de convivência conjugal de pelo menos 5 anos e excluindo-se as concepções pré-nupciais, a ser posteriormente estudadas. Distinguímos dois períodos, coincidentes com a observação transversal anterior, suscetíveis de explicar as taxas de fecundidade encontradas. O primeiro corresponde a uma fase em que se registaram baixas taxas de fecundidade legítima e o segundo coincidente com a fase da sua elevação.

**Tabela 41**  
**Intervalo protogenésico por grupos de idades e períodos**

| Meses  | 1700-1799 |      |       |      |       |      |        |      | 1800-1919 |      |       |      |       |      |        |      | 1700-1919       |         |
|--------|-----------|------|-------|------|-------|------|--------|------|-----------|------|-------|------|-------|------|--------|------|-----------------|---------|
|        | <20       |      | 20-24 |      | 25-29 |      | 30 e + |      | <20       |      | 20-24 |      | 25-29 |      | 30 e + |      | Todas as idades |         |
|        | N         | %    | N     | %    | N     | %    | N      | %    | N         | %    | N     | %    | N     | %    | N      | %    | 1º Per.         | 2º Per. |
| 8      | 0         | 0,0  | 3     | 3,4  | 9     | 8,7  | 5      | 6,4  | 1         | 2,8  | 19    | 12,5 | 11    | 8,5  | 9      | 7,8  | 5,3             | 9,2     |
| 9      | 2         | 4,2  | 12    | 13,5 | 19    | 18,4 | 9      | 11,5 | 8         | 22,2 | 33    | 21,7 | 27    | 20,9 | 14     | 12,1 | 13,2            | 18,9    |
| 10     | 2         | 4,2  | 6     | 6,7  | 11    | 10,7 | 6      | 7,7  | 3         | 8,3  | 18    | 11,8 | 21    | 16,3 | 12     | 10,3 | 7,9             | 12,5    |
| 11     | 1         | 2,1  | 8     | 9,0  | 2     | 1,9  | 4      | 5,1  | 3         | 8,3  | 13    | 8,6  | 13    | 10,1 | 7      | 6,0  | 4,7             | 8,3     |
| 12     | 2         | 4,2  | 2     | 2,2  | 7     | 6,8  | 5      | 6,4  | 2         | 5,6  | 4     | 2,6  | 7     | 5,4  | 10     | 8,6  | 5,0             | 5,3     |
| 13     | 2         | 4,2  | 3     | 3,4  | 3     | 2,9  | 3      | 3,8  | 4         | 11,1 | 4     | 2,6  | 3     | 2,3  | 9      | 7,8  | 3,5             | 4,6     |
| 14     | 1         | 2,1  | 2     | 2,2  | 2     | 1,9  | 3      | 3,8  | 0         | 0,0  | 0     | 0,0  | 5     | 3,9  | 4      | 3,4  | 2,5             | 2,1     |
| 15     | 0         | 0,0  | 2     | 2,2  | 2     | 1,9  | 2      | 2,6  | 0         | 0,0  | 4     | 2,6  | 3     | 2,3  | 1      | 0,9  | 1,9             | 1,8     |
| 16     | 1         | 2,1  | 2     | 2,2  | 3     | 2,9  | 3      | 3,8  | 1         | 2,8  | 2     | 1,3  | 4     | 3,1  | 4      | 3,4  | 2,8             | 2,5     |
| 17     | 2         | 4,2  | 2     | 2,2  | 3     | 2,9  | 1      | 1,3  | 0         | 0,0  | 6     | 3,9  | 5     | 3,9  | 3      | 2,6  | 2,5             | 3,2     |
| 18     | 0         | 0,0  | 2     | 2,2  | 1     | 1,0  | 3      | 3,8  | 1         | 2,8  | 3     | 2,0  | 5     | 3,9  | 3      | 2,6  | 1,9             | 2,8     |
| 19     | 0         | 0,0  | 5     | 5,6  | 3     | 2,9  | 2      | 2,6  | 0         | 0,0  | 8     | 5,3  | 0     | 0,0  | 4      | 3,4  | 3,1             | 2,8     |
| 20     | 1         | 2,1  | 2     | 2,2  | 5     | 4,9  | 2      | 2,6  | 2         | 5,6  | 6     | 3,9  | 3     | 2,3  | 0      | 0,0  | 3,1             | 2,5     |
| 21     | 1         | 2,1  | 1     | 1,1  | 4     | 3,9  | 2      | 2,6  | 1         | 2,8  | 2     | 1,3  | 2     | 1,6  | 2      | 1,7  | 2,5             | 1,6     |
| 22     | 2         | 4,2  | 1     | 1,1  | 0     | 0,0  | 2      | 2,6  | 0         | 0,0  | 2     | 1,3  | 1     | 0,8  | 3      | 2,6  | 1,6             | 1,4     |
| 23     | 0         | 0,0  | 0     | 0,0  | 0     | 0,0  | 1      | 1,3  | 1         | 2,8  | 0     | 0,0  | 1     | 0,8  | 3      | 2,6  | 0,3             | 1,2     |
| 24     | 1         | 2,1  | 0     | 0,0  | 2     | 1,9  | 2      | 2,6  | 0         | 0,0  | 0     | 0,0  | 2     | 1,6  | 1      | 0,9  | 1,6             | 0,7     |
| 25     | 1         | 2,1  | 0     | 0,0  | 1     | 1,0  | 1      | 1,3  | 0         | 0,0  | 1     | 0,7  | 0     | 0,0  | 3      | 2,6  | 0,9             | 0,9     |
| 26     | 1         | 2,1  | 1     | 1,1  | 2     | 1,9  | 3      | 3,8  | 0         | 0,0  | 2     | 1,3  | 1     | 0,8  | 1      | 0,9  | 2,2             | 0,9     |
| 27     | 1         | 2,1  | 0     | 0,0  | 0     | 0,0  | 1      | 1,3  | 2         | 5,6  | 2     | 1,3  | 0     | 0,0  | 1      | 0,9  | 0,6             | 1,2     |
| 28     | 1         | 2,1  | 2     | 2,2  | 0     | 0,0  | 0      | 0,0  | 0         | 0,0  | 4     | 2,6  | 2     | 1,6  | 1      | 0,9  | 0,9             | 1,6     |
| 29     | 0         | 0,0  | 3     | 3,4  | 3     | 2,9  | 0      | 0,0  | 0         | 0,0  | 0     | 0,0  | 2     | 1,6  | 3      | 2,6  | 1,9             | 1,2     |
| 30     | 0         | 0,0  | 0     | 0,0  | 2     | 1,9  | 1      | 1,3  | 0         | 0,0  | 0     | 0,0  | 0     | 0,0  | 0      | 0,0  | 0,9             | 0,0     |
| 31     | 0         | 0,0  | 0     | 0,0  | 2     | 1,9  | 1      | 1,3  | 1         | 2,8  | 1     | 0,7  | 2     | 1,6  | 1      | 0,9  | 0,9             | 1,2     |
| 32     | 2         | 4,2  | 3     | 3,4  | 1     | 1,0  | 1      | 1,3  | 0         | 0,0  | 0     | 0,0  | 0     | 0,0  | 0      | 0,0  | 2,2             | 0,0     |
| 33     | 0         | 0,0  | 1     | 1,1  | 1     | 1,0  | 0      | 0,0  | 0         | 0,0  | 0     | 0,0  | 2     | 1,6  | 2      | 1,7  | 0,6             | 0,9     |
| 34     | 1         | 2,1  | 2     | 2,2  | 2     | 1,9  | 1      | 1,3  | 0         | 0,0  | 1     | 0,7  | 1     | 0,8  | 1      | 0,9  | 1,9             | 0,7     |
| 35     | 0         | 0,0  | 1     | 1,1  | 0     | 0,0  | 1      | 1,3  | 0         | 0,0  | 0     | 0,0  | 0     | 0,0  | 2      | 1,7  | 0,6             | 0,5     |
| 36-49  | 8         | 16,7 | 10    | 11,2 | 8     | 7,8  | 4      | 5,1  | 4         | 11,1 | 8     | 5,3  | 4     | 3,1  | 8      | 6,9  | 9,4             | 5,5     |
| 50 e + | 15        | 31,3 | 13    | 14,6 | 5     | 4,9  | 9      | 11,5 | 2         | 5,6  | 9     | 5,9  | 2     | 1,6  | 4      | 3,4  | 13,2            | 3,9     |
| Total  | 48        | 100  | 89    | 100  | 103   | 100  | 78     | 100  | 36        | 100  | 152   | 100  | 129   | 100  | 116    | 100  | 100             | 100     |

Como seria de esperar, em qualquer uma das fases existiu uma maior concentração de nascimentos no nono mês após o casamento. No entanto, no primeiro período, essa incidência foi menor, uma vez que foi perturbada por uma distribuição mais dispersa (Tabela 41 e Gráfico 31).

**Gráfico 31**  
**Intervalo protogenésico (todas as idades)**



No primeiro período e, para todas as idades, registou-se uma maior concentração de nascimentos entre o nono (13,2%) e o décimo mês (7,9%) após o casamento dos cônjuges. No segundo período, registou-se uma maior concentração dos primeiros nascimentos entre o nono (18,9%), décimo mês (12,5%) e o oitavo mês (9,2%).

Verificamos que as mulheres com menos de 20 anos que nasceram até 1799 foram as que tiveram o primeiro filho mais tarde, o que é observável pela grande variabilidade na distribuição dos nascimentos ao longo do respetivo ciclo reprodutivo. Pelo contrário, as mulheres dos grupos etários seguintes alcançaram, maioritariamente, a maternidade ao nono mês. O casamento tardio é comprovado pela maior concentração de nascimentos no grupo de idades das mulheres com 25 a 29 anos de idade. No segundo período, o grupo de idades até aos 20 apresentou a maior percentagem de nascimentos ao nono mês, seguido de perto pelos grupos de idades dos 20 aos 29 anos. As mulheres entre os 24 e os 29 anos de idade concentraram o maior número de nascimentos, embora as mulheres com mais de 30 anos mantivessem um volume significativo de nascimentos.

Registou-se ainda que foram as mulheres casadas nos grupos de idades entre os 20 e os 29 anos no primeiro período, e até aos 24 anos no segundo, que apresentaram valores percentuais mais elevados. Esta diferença poderá justificar-se pela maior incidência da mobilidade sazonal masculina durante o primeiro período, com saídas dos homens casados após a contração da união, enquanto os valores percentuais no segundo

período sugerem uma mais precoce maturidade do organismo feminino e, por conseguinte, uma maior fecundabilidade da mulher. Em consequência e, pelas mesmas razões, observou-se para todas as idades uma grande diferença percentual de nascimentos após os 35 e mais meses, correspondente a 22,6% e 9,4%.

Observando a partir de 1830 os comportamentos da comunidade piscatória e da restante população (Tabela 42), procurámos comparar os respetivos intervalos protogenésicos, tendo escolhido para esta análise as famílias de Tipo 1 a 4, com o propósito de obter uma maior representatividade.

**Tabela 42**  
**Comparativo do intervalo protogenésico entre comunidades**  
**1830-1919**

| Intervalos | Comunidade marítima |      | Restante população |      |
|------------|---------------------|------|--------------------|------|
|            | N                   | %    | N                  | %    |
| 8          | 16                  | 11,8 | 30                 | 9,2  |
| 9          | 30                  | 22,1 | 54                 | 16,6 |
| 10         | 14                  | 10,3 | 47                 | 14,5 |
| 11         | 15                  | 11,0 | 25                 | 7,7  |
| 12         | 7                   | 5,1  | 19                 | 5,8  |
| 8-12 meses | 82                  | 60,3 | 175                | 53,8 |
| > 13 meses | 54                  | 39,7 | 150                | 46,2 |
| Total      | 136                 | 100  | 325                | 100  |

Como seria de esperar, observou-se uma maior percentagem de nascimentos nos intervalos entre o oitavo e o décimo primeiro meses em qualquer uma das comunidades, com predomínio em ambas ao nono mês, com 22,1% e 16,6% respetivamente. No entanto, correspondendo à comunidade marítima predominantemente o nono mês, a restante população concentra no nono e décimos meses a maioria dos nascimentos. Os intervalos protogenésicos apresentaram-se assim mais curtos na comunidade marítima, visíveis nas respetivas proporções entre os 8 e os 12 meses e, por decorrência, intervalos protogenésicos superiores a 13 meses correspondentes a 39,7% e a 46,2% respetivamente.

**Tabela 43**  
**Intervalo protogenésico médio**

| Períodos  | Grupos de idades da mulher |       |      |                 |
|-----------|----------------------------|-------|------|-----------------|
|           | 20-24                      | 25-29 | 30 + | Todas as idades |
| 1700-1799 | 27,1                       | 20,5  | 26,3 | 27,3            |
| 1800-1919 | 18,9                       | 15,4  | 19,0 | 18,2            |

O cálculo do intervalo protogenésico médio, que exclui os intervalos iguais ou superiores a 50 meses (Tabela 43), permite concluir que este foi superior no primeiro período. Confirmamos assim que a média dos intervalos protogenésicos é claramente inferior no segundo período em qualquer grupo de idades, perfazendo uma diferença

geral de cerca de 9 meses (27,3 meses no primeiro período e 18,2 meses no segundo). Em ambos os períodos, o grupo de idades entre os 25 e os 29 anos apresentou os intervalos mais curtos.

No sentido de aferirmos a influência exercida pela idade da mulher ao casamento, reduzimos a observação a dois intervalos curtos, inferiores e superiores a 12 meses (Tabela 44).

**Tabela 44**  
**Intervalo protogenésico inferior a um ano (%)**  
**1700-1919**

| Intervalo em meses | Grupos de idades da mulher |      |       |      |       |      |        |      |                 |      |
|--------------------|----------------------------|------|-------|------|-------|------|--------|------|-----------------|------|
|                    | < 20                       |      | 20-24 |      | 25-29 |      | 30 e + |      | Todas as idades |      |
|                    | 1º P                       | 2º P | 1º P  | 2º P | 1º P  | 2º P | 1º P   | 2º P | 1º P            | 2º P |
| 8 a 11             | 10,4                       | 41,7 | 32,6  | 54,6 | 39,8  | 55,8 | 30,8   | 36,2 | 31,1            | 49,0 |
| 12 e +             | 89,6                       | 58,3 | 67,4  | 45,4 | 60,2  | 44,2 | 69,2   | 63,8 | 68,9            | 51,0 |

Entre 1700 e 1799, o intervalo protogenésico inferior a um ano concentra 31,1% dos nascimentos para todas as idades e, entre 1800 e 1919, 49%, verificando-se situação inversa nas concepções com 12 e mais meses, indiciando que, no segundo, as mulheres possuíam uma maior precocidade reprodutiva. No primeiro período, a maior percentagem de nascimentos que ocorreu após os 11 meses da união registou-se no grupo de mulheres que casou com menos de 20 anos (89,6%). No segundo período centrou-se no mesmo grupo de mulheres (58,3%).

### 6.7.2. Intervalos intergenésicos

Na duração dos intervalos entre nascimentos, intervém uma multiplicidade de fatores, entre os quais a duração da amenorreia “post-partum”. Também a mortalidade infantil, o aleitamento mais ou menos prolongado ou constrangimentos socioculturais, como a abstinência sexual no período após o parto, assumiram-se como condicionantes importantes. Por outro lado, a incidência da mobilidade masculina e a ausência prolongada dos homens interferiram certamente na duração destes intervalos.

Nas sociedades pré-industriais, apesar de existir alguma variabilidade entre populações europeias onde não se verificaram práticas de controlo de natalidade, os valores normais deste intervalo oscilaram entre 24 e 36 meses, tendo em conta a duração média do período compreendido entre a concepção e o reinício da atividade sexual ou do aparecimento da ovulação<sup>175</sup>.

<sup>175</sup> HENRY, Louis, 1988, op. cit., p. 44.



Para a análise do primeiro intervalo intergenésico médio, incidimos a nossa observação nas famílias para as quais possuímos as datas de casamento e de nascimento da mulher, excluindo os intervalos maiores de 49 meses para evitar possíveis enviesamentos nos resultados.

**Tabela 45**  
**Primeiro intervalo intergenésico médio**

| Períodos  | Grupos de idades da mulher |          |       |          |       |          |        |          |                 |          |
|-----------|----------------------------|----------|-------|----------|-------|----------|--------|----------|-----------------|----------|
|           | < 20                       |          | 20-24 |          | 25-29 |          | 30 e + |          | Todas as idades |          |
|           | N                          | I. médio | N     | I. médio | N     | I. médio | N      | I. médio | N               | I. médio |
| 1700-1799 | 35                         | 29,3     | 75    | 26,5     | 80    | 27,9     | 58     | 28,5     | 248             | 27,8     |
| 1800-1895 | 15                         | 21,6     | 95    | 21,3     | 87    | 21,4     | 99     | 23,7     | 266             | 22,0     |

Os dados apresentados na Tabela 45 revelam, para todas as idades, uma descida acentuada da duração média do primeiro para o segundo período, isto é, de 27,8 meses para 22 meses respetivamente.

Durante o século XVIII, registou-se em todas as idades o predomínio de um primeiro intervalo intergenésico relativamente longo, o mais extenso nas mulheres que casaram com menos de 20 anos (29,3 meses), sendo o grupo de idades dos 20 aos 24 anos aquele onde se registou o menor espaçamento (26,5 meses).

Já no segundo período, as mulheres alcançaram mais rapidamente a segunda maternidade em todos os grupos de idades, variando entre 21,3 meses no grupo de idades entre os 20 e os 24 anos, e 23,7 meses no grupo com mais de 30 e mais anos, o que sugere que, de forma geral, o organismo materno estaria mais apto a uma nova conceção. Fatores relacionados com uma melhoria das condições de vida das populações e com a interferência dos comportamentos da comunidade marítima também devem ser tidos em consideração.

Para o cálculo dos intervalos intergenésicos médios sucessivos segundo a idade ao casamento, em uniões com descendência numerosa, foram manuseadas as famílias com 7 e mais filhos, 6 e mais filhos e 5 e mais filhos respetivamente para as mulheres que casaram até aos 25 anos, entre os 25 e os 29 anos e com mais de 30 anos (Tabela 46).

**Tabela 46**  
**Intervalos intergenésicos médios sucessivos**  
**(famílias numerosas)**

| Períodos                         | Grupos de idades da mulher |       |       |        |                 |
|----------------------------------|----------------------------|-------|-------|--------|-----------------|
|                                  | <20                        | 20-24 | 25-29 | 30 e + | Todas as idades |
| Número de famílias               |                            |       |       |        |                 |
| 1º Período                       | 20                         | 29    | 23    | 10     | 82              |
| 2º Período                       | 14                         | 54    | 44    | 22     | 134             |
| Primeiro intervalo intergenésico |                            |       |       |        |                 |
| 1º Período                       | 31,5                       | 24,9  | 23,0  | 24,8   | 26,0            |
| 2º Período                       | 21,0                       | 19,4  | 18,6  | 20,6   | 19,5            |
| Segundo intervalo intergenésico  |                            |       |       |        |                 |
| 1º Período                       | 31,7                       | 28,0  | 28,5  | 26,7   | 28,9            |
| 2º Período                       | 19,5                       | 24,2  | 19,2  | 19,1   | 21,2            |
| Terceiro intervalo intergenésico |                            |       |       |        |                 |
| 1º Período                       | 27,5                       | 26,0  | 28,5  | 27,3   | 27,2            |
| 2º Período                       | 23,8                       | 23,9  | 23,2  | 23,6   | 23,6            |
| Quarto intervalo intergenésico   |                            |       |       |        |                 |
| 1º Período                       | 35,2                       | 31,9  | 32,5  | 30,2   | 32,7            |
| 2º Período                       | 25,6                       | 23,9  | 26,6  | 27,1   | 25,4            |
| Quinto intervalo intergenésico   |                            |       |       |        |                 |
| 1º Período                       | 28,3                       | 30,1  | 33,8  | 22,8   | 30,2            |
| 2º Período                       | 28,7                       | 28,1  | 27,7  | 30,5   | 28,3            |
| Sexto intervalo intergenésico    |                            |       |       |        |                 |
| 1º Período                       | 36,3                       | 34,0  | 34,9  | 24,8   | 34,3            |
| 2º Período                       | 27,9                       | 26,9  | 30,3  | 21,8   | 27,8            |

Considerando todas as idades, verificamos que o primeiro intervalo foi mais reduzido em qualquer um dos períodos, verificando-se uma tendência para o alargamento progressivo dos intervalos posteriores. À exceção do terceiro e do quinto intervalos, registou-se um espaçamento máximo de cerca de 7 meses nos dois períodos.

Entre 1700 e 1799, e se considerarmos os intervalos segundo a idade ao casamento, as mulheres que casaram com idade inferior a 20 anos registaram a maior duração média nos vários intervalos (exceto no quinto intervalo), enquanto que no grupo de idades das mulheres que casaram entre os 20 e os 24 anos se localizou do quarto ao sexto intervalos. Nas mulheres que casaram entre os 25 e os 29 anos, os mais longos espaçamentos entre nascimentos situaram-se entre o quarto e o sexto intervalos. Às mulheres que casaram com 30 e mais anos no quarto intervalo, corresponderam-lhes igualmente os menores intervalos, respetivamente no terceiro, primeiro e quinto intervalos.

Entre 1800 e 1895, observaram-se as menores durações no segundo intervalo e nas mulheres que casaram entre os 25 e os 29 anos. Nas mulheres que casaram com 30 e mais anos de idade, o menor intervalo foi o segundo e o maior o quinto intervalo.

Estes resultados vêm comprovar uma maior fecundabilidade no segundo período em qualquer grupo de idades, associada a uma melhoria da dieta e a um recuo da mortalidade, entre outras causas.

No sentido de calcularmos os intervalos intergenésicos médios, foram apenas consideradas as famílias de Tipo 1, com dois ou mais filhos, independentemente da idade da mulher ao casamento (Tabela 47).

**Tabela 47**  
**Intervalos intergenésicos médios**

| Intervalos  | 1700-1799 | 1800-1895 |
|-------------|-----------|-----------|
| 1º          | 34,9      | 24,5      |
| 2º          | 36,3      | 25,6      |
| 3º          | 34,4      | 27,8      |
| 4º          | 34,9      | 29,1      |
| 5º          | 34,3      | 29,3      |
| 6º          | 34,5      | 27,0      |
| 7º          | 33,4      | 30,2      |
| 8º          | 38,9      | 29,1      |
| 9º          | 26,8      | 24,8      |
| 10º         | 35,0      | 29,3      |
| Total       | 34,3      | 27,7      |
| Nº famílias | 279       | 224       |

No primeiro período, os intervalos médios giraram em volta dos 33,4 meses e os 38,9, à exceção do nono intervalo - 26,8 meses - valor algo discrepante e atribuível ao reduzido número de casos observados. No segundo período, as durações médias variaram entre os 24,5 meses no primeiro intervalo e os 30,2 meses no sétimo. Apresentando-se os intervalos bastante mais largos no primeiro período que no segundo, confirma-se a maior fecundabilidade a partir de 1800, refletidos no total dos intervalos intergenésicos médios com a duração de 34,3 meses entre 1700 e 1799 e de 27,7 meses entre 1800 e 1895.

Em sequência da análise anterior, iremos proceder à comparação destes comportamentos entre a comunidade marítima e a restante população, considerando todas as famílias de Tipo 1 a 4 e o período temporal que marcou a entrada da primeira comunidade.

**Tabela 48**  
**Comparativo de intervalos intergenésicos médios**  
**1830-1895**

| Intervalos  | Comunidade marítima | Restante população |
|-------------|---------------------|--------------------|
| 1           | 20,6                | 24,2               |
| 2           | 24,2                | 26,2               |
| 3           | 27,8                | 29,4               |
| 4           | 25,0                | 30,3               |
| 5           | 26,9                | 29,8               |
| 6           | 26,9                | 27,4               |
| 7           | 23,7                | 27,8               |
| 8           | 22,5                | 24,4               |
| 9           | 24,0                | 25,4               |
| 10          | 25,6                | 35,0               |
| Total       | 24,7                | 28,0               |
| Nº famílias | 103                 | 294                |

A comunidade marítima distinguiu-se por uma menor duração em todos os intervalos (Tabela 48), o que teria decorrido de uma maior estabilidade familiar, já que a sua população masculina estava menos sujeita à mobilidade típica da restante

população. Por outro lado, a maior incidência da mortalidade infantil neste setor populacional teria sido fator responsável pelo encurtamento dos sucessivos intervalos médios.

Verifica-se ainda que o primeiro intervalo intergenésico médio foi menor nas duas populações, enquanto os mais longos corresponderam ao terceiro intervalo na comunidade marítima (27,8 meses) e ao décimo na restante população (35 meses). Na restante população, os intervalos intergenésicos sucessivos apresentaram-se sempre maiores comparativamente aos da comunidade marítima, registrando-se a maior distância no quarto e no décimo intervalos e a mínima no primeiro e no oitavo.

Estabelecendo a comparação com as comunidades marítimas da ilha do Pico<sup>176</sup>, concluímos que a tendência foi idêntica – menores intervalos nestas populações (entre 27 e 31,9 meses) relativamente à restante população (33,2 e 34,2 meses). No entanto, as duas populações de Gontinhães exibiram intervalos significativamente mais curtos em todos os intervalos relativamente às populações do Pico, possivelmente devido a maiores constrangimentos nupciais nesta ilha.

## **6.8. Número de filhos nascidos por união conjugal**

Para o cálculo da dimensão média das famílias legítimas, organizámos as famílias de Tipo 1 e de Tipo 2, para as quais conhecemos as datas de início e fim da união conjugal, selecionando uma periodização coincidente com o início do lançamento contínuo dos registos de nascimentos (Tabela 49).

Considerando as famílias fecundas de Gontinhães, verificou-se que, até 1799, 53% das famílias conceberam entre um a quatro filhos. No segundo período, esta percentagem diminuiu para 37%, já que se deu um aumento no número de famílias numerosas, para o qual terá contribuído a entrada da comunidade marítima, caracterizada pela sua alta capacidade reprodutiva. Registou-se assim um aumento notável de famílias com 10 e mais filhos (de 2,4% para 8,1%) e da dimensão média familiar (de 4,2 para 5,2 filhos).

---

<sup>176</sup> SANTOS, Carlota, 2009, op. cit., p. 69.

**Tabela 49**  
**Distribuição das famílias segundo o número de filhos**

| Nº de filhos                    | 1660-1799 |      | 1800-1895 |      |
|---------------------------------|-----------|------|-----------|------|
|                                 | N         | %    | N         | %    |
| 0                               | 77        | 13,3 | 77        | 19,4 |
| 1                               | 76        | 13,1 | 39        | 9,8  |
| 2                               | 78        | 13,4 | 32        | 8,1  |
| 3                               | 76        | 13,1 | 39        | 9,8  |
| 4                               | 78        | 13,4 | 37        | 9,3  |
| 5                               | 50        | 8,6  | 39        | 9,8  |
| 6                               | 50        | 8,6  | 32        | 8,1  |
| 7                               | 39        | 6,7  | 23        | 5,8  |
| 8                               | 23        | 4,0  | 24        | 6,0  |
| 9                               | 19        | 3,3  | 23        | 5,8  |
| 10                              | 5         | 0,9  | 11        | 2,8  |
| 11                              | 5         | 0,9  | 13        | 3,3  |
| 12                              | 3         | 0,5  | 5         | 1,3  |
| 13                              | 1         | 0,2  | 1         | 0,3  |
| 14                              | 0         | 0,0  | 1         | 0,3  |
| 16                              | 0         | 0,0  | 1         | 0,3  |
| Total                           | 580       | 100  | 397       | 100  |
| Média de filhos/família         |           |      |           |      |
|                                 | 3,6       |      | 4,2       |      |
| Média de filhos/família fecunda |           |      |           |      |
|                                 | 4,2       |      | 5,2       |      |

No âmbito do distrito de Viana do Castelo, efetuando a comparação da média de filhos por família completa, observamos que existe uma tendência similar entre Gontinhães e Romarigães<sup>177</sup>, Âncora<sup>178</sup>, Facha<sup>179</sup> e Meadela<sup>180</sup>.

Entre 1660 e 1799, a percentagem de famílias sem filhos situou-se em 13,3%, ascendendo na centúria seguinte a 19,4%. Em qualquer um dos períodos pode considerar-se elevada a proporção de casais estéreis, facto que se repercutirá na dimensão média familiar, equivalente a 3,6 e 4,2 respetivamente.

No que concerne aos valores relativos à infecundidade nas paróquias do Alto Minho, registaram-se variações importantes que poderão refletir variações aleatórias decorrentes de períodos distintos. Em Romarigães<sup>181</sup>, oscilaram entre 14,4% e 15,4% até 1818; na Facha<sup>182</sup>, entre 12% e 23% até 1919; em Santa Maria de Âncora<sup>183</sup>, entre 1,7% e 5,7% até 1859. Gontinhães apresentou taxas particularmente mais elevadas, aproximando-se dos valores de Romarigães no primeiro período e da paróquia da Facha em qualquer um dos períodos.

Seguimos a trajetória das 144 famílias infecundas de Gontinhães no sentido de aprofundarmos as possíveis causas da infertilidade conjugal. Verificamos que durante o século XVIII, excetuando os casos de morte súbita de um dos cônjuges após a união, ou

<sup>177</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., pp. 171-172.

<sup>178</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., pp. 152-153.

<sup>179</sup> MACHADO, Maria Arminda Loureiro, op. cit., pp. 83-84.

<sup>180</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., p. 181.

<sup>181</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., p. 169.

<sup>182</sup> MACHADO, Maria Arminda Loureiro, op. cit., p. 80.

<sup>183</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 151.

de óbitos em contexto de mobilidade masculina e de ausências definitivas (21,1% dos casos), a causa provável de infertilidade em 78,9% dos casos se ficou a dever às elevadas idades médias das nubentes ao primeiro casamento (33,8 anos), o mesmo acontecendo entre 1800 e 1895 em 83,7% dos casos (37 anos). A idade tardia da mulher ao casamento reduziu a sua potencialidade de reprodução. Este fenómeno está associado a práticas específicas de distribuição da propriedade por parte dos progenitores que tendiam a adiar o casamento dos filhos e, em particular, das herdeiras.

**Tabela 50**  
**Comparativo da distribuição diferencial do número de filhos**  
**1830 – 1895**

| Nº de filhos                    | Comunidade marítima |      | Restante população |      |
|---------------------------------|---------------------|------|--------------------|------|
|                                 | N                   | %    | N                  | %    |
| 0                               | 13                  | 10,0 | 85                 | 19,1 |
| 1                               | 11                  | 8,5  | 69                 | 15,6 |
| 2                               | 11                  | 8,5  | 44                 | 9,9  |
| 3                               | 10                  | 7,7  | 48                 | 10,8 |
| 4                               | 12                  | 9,2  | 44                 | 9,9  |
| 5                               | 17                  | 13,1 | 33                 | 7,4  |
| 6                               | 7                   | 5,4  | 34                 | 7,7  |
| 7                               | 5                   | 3,9  | 27                 | 6,1  |
| 8                               | 9                   | 6,9  | 18                 | 4,1  |
| 9                               | 7                   | 5,4  | 17                 | 3,8  |
| 10                              | 7                   | 5,4  | 8                  | 1,8  |
| 11                              | 6                   | 4,6  | 10                 | 2,3  |
| 12 e +                          | 15                  | 11,4 | 7                  | 1,5  |
| Total                           | 130                 | 100  | 444                | 100  |
| Média de filhos/família         |                     |      |                    |      |
|                                 | 5,7                 |      | 3,6                |      |
| Média de filhos/família fecunda |                     |      |                    |      |
|                                 | 6,3                 |      | 4,5                |      |

Os valores da Tabela 50 mostram que a percentagem de infertilidade na comunidade marítima não ultrapassou os 10% entre 1830 e 1895, enquanto o valor observado para a restante população se situou nos 19,1%, traduzindo os constrangimentos relativamente aos processos de herança e da mobilidade, constrangimentos estes que conduziam a um matrimónio mais tardio na restante população.

Considerando as famílias numerosas como aquelas que tiveram 7 e mais filhos, verificamos a existência de uma maior proporção na comunidade marítima (37,6%) comparativamente à restante população (19,6%). Estes valores revelam uma média de 5,7 filhos nas famílias da comunidade marítima e de 3,6 filhos nas da restante população. Se nos restringirmos somente às famílias fecundas, a diferença foi de 6,3 filhos na comunidade marítima e 4,5 filhos na restante população. Concluiu-se que a comunidade marítima, face às suas altas taxas de fecundidade, contribuiu para o crescimento populacional da paróquia a partir do momento sua fixação.

Foi encontrado idêntico comportamento a partir do estudo sobre as comunidades marítimas da Ilha do Pico<sup>184</sup>. Os marítimos registaram um maior número de filhos, quer se considerem todas as famílias (5,3 filhos) quer apenas as que geraram descendência (6 filhos), já que para toda a população se encontraram valores de 4,3 e 5,1 filhos respetivamente. As diferenças assinaladas foram igualmente justificadas pelo casamento mais precoce, o que originou um maior ciclo reprodutivo da mulher e conseqüente diminuição do número de casais inférteis, e ainda pela maior frequência de famílias com 7 e mais filhos.

Já no concelho da Madalena<sup>185</sup>, foi detetado um maior número de filhos na comunidade de marítimos, com respetivamente 5,6 por família e 6,2 por família fecunda, valores mais elevados relativamente aos proprietários e trabalhadores rurais, mas próximos dos artífices ou pequenos comerciantes.

### 6.9. Duração das uniões conjugais

Nas populações do Antigo Regime, a fecundidade ocorria maioritariamente no quadro do matrimónio legítimo, exercendo a duração das uniões conjugais um papel determinante no número de filhos de cada casal. Sendo o óbito do primeiro cônjuge a marcar a rutura da união conjugal, a sua precocidade determinava a dimensão da descendência do casal.

Para a análise da duração das uniões conjugais, considerámos as famílias de Tipo 1 e de Tipo 2, com data do início e do fim da união, independentemente da idade da mulher ao casamento e do facto de se tratar de uma primeira ou ulterior união.

**Tabela 51**  
**Duração das uniões conjugais**

| Intervalos<br>Anos | 1646-1699 |      | 1700-1799 |      | 1800-1849 |      |
|--------------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
|                    | N         | %    | N         | %    | N         | %    |
| 0-4                | 22        | 10,8 | 29        | 7,2  | 5         | 2,7  |
| 5-9                | 28        | 13,8 | 22        | 5,4  | 15        | 8,1  |
| 10-14              | 19        | 9,4  | 35        | 8,7  | 13        | 7,0  |
| 15-19              | 26        | 12,8 | 30        | 7,5  | 20        | 10,8 |
| 20-24              | 19        | 9,4  | 36        | 9,0  | 13        | 7,0  |
| 25-29              | 19        | 9,4  | 41        | 10,1 | 14        | 7,6  |
| 30+                | 70        | 34,4 | 209       | 52,1 | 105       | 56,8 |
| Total              | 203       | 100  | 402       | 100  | 185       | 100  |
| Média              | 23,2      |      | 29,6      |      | 32,7      |      |

A duração média das uniões conjugais (Tabela 51) elevou-se progressivamente de 23,2 anos no primeiro período para 32,7 anos no último período. Esta evolução decorreu fundamentalmente do aumento do número de uniões que se prolongaram por

<sup>184</sup> SANTOS, Carlota, 2009, op. cit., p. 63.

<sup>185</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 118.

30 e mais anos, correspondendo a 34,4% de casos entre 1646 e 1699 e a 56,8% na primeira metade do século XIX, o que resulta de um acréscimo dos níveis de sobrevivência em idade adulta.

Comparando estes dados com os de outras paróquias estudadas, registamos que a duração das uniões conjugais se apresentou diferente em várias regiões do país:

- no Alto Minho, em Âncora, passou de 24,5 anos para 33,2 anos no período entre 1624 e 1869<sup>186</sup>; em Romarigães<sup>187</sup>, de 21,4 para 25,6 entre 1749 e 1818; na Facha<sup>188</sup>, de 28,2 para 31,7 anos entre 1710 e 1849;

- nas freguesias do distrito de Aveiro, no antigo concelho do Eixo<sup>189</sup>, as durações variaram entre 26,1, 28,2 e 26,2 anos no período entre 1666 e 1849 e em Cortegaça<sup>190</sup>, entre 27 e 28 anos entre 1800 e 1899. Já em Palaçoulo<sup>191</sup> (concelho de Miranda do Douro), no período compreendido entre 1656 e 1910, variaram entre 24,5 e 26,7 anos.

- no concelho da Madalena<sup>192</sup>, na ilha do Pico, no período compreendido entre 1700 e 1879, encontraram-se valores idênticos aos do Alto Minho, oscilando as durações das uniões conjugais entre 26,6 e 32,1 anos.

Encontramos assim uma maior duração das uniões conjugais no norte do país e no concelho açoriano, em comparação com a região de Aveiro, sugerindo condicionantes relacionadas, por exemplo, com causas biológicas ou de dieta alimentar.

## 6.10. Conceções pré-nupciais

As Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga implementaram princípios a seguir, designadamente acerca do casamento e da reprovação das práticas sexuais fora do seu âmbito. A norma foi difundida pelos visitantes nas paróquias da jurisdição do Arcebispado e observadas em maior ou menor grau consoante a atuação dos mesmos e das áreas geográficas.

No que diz respeito à sexualidade antes de uma união legítima, explicitavam que “quando se receberem noivos por palavras de presente, lhes encomendem da parte da Santa Madre Igreja, que não coabitem na mesma casa até receberem as bênçãos nupciais”. E ainda estipulavam aos noivos, no caso de se encontrarem *desposados por palavras de futuro*, que antes de ser concedida a respetiva licença de celebração do

---

<sup>186</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 154.

<sup>187</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., p. 170.

<sup>188</sup> MACHADO, Maria Arminda Loureiro, op. cit., p. 82.

<sup>189</sup> FERREIRA, Francisco Messias Trindade, op. cit., p. 118.

<sup>190</sup> GOMES, Maria Palmira, op. cit., p. 65.

<sup>191</sup> RAPOSO, Fábica, op. cit., p. 128.

<sup>192</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 119.



casamento, não vivessem “de portas a dentro, ou tivessem conversação, como se já fossem casados, entrando um em casa do outro, ou andando em seus serviços”, caso contrário “mandamos que sejam castigados como parecer que sua culpa merece, visto o abuso, que há entre lavradores neste Arcebispado”<sup>193</sup>.

Apesar destas normas e da vigilância apertada da autoridade paterna ou tutelar de irmãos e familiares próximos, como também da comunidade civil envolvente, a ocorrência de concepções pré-matrimoniais foi permanente durante todo o período em estudo. A evolução da sua incidência e dos respetivos comportamentos reflete “a maior ou menor interferência dos imperativos religiosos nas práticas individuais e no quotidiano coletivo”<sup>194</sup>. Esta evolução permite ainda reavaliar os níveis de fecundidade legítima. Deste modo, para a análise deste indicador, foram considerados todos os intervalos protogenésicos inferiores a oito meses, que correspondem a concepções anteriores ao casamento (Tabela 52).

**Tabela 52**  
**Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses**

| Períodos  | Total intervalos | Intervalos < 8 meses |      |               | Intervalos < = 3 meses |     |
|-----------|------------------|----------------------|------|---------------|------------------------|-----|
|           | N                | N                    | %    | Duração média | N                      | %   |
| 1700-1799 | 358              | 13                   | 3,6  | 4,9           | 3                      | 0,8 |
| 1800-1923 | 713              | 120                  | 16,8 | 4,5           | 41                     | 5,8 |

A baixa representatividade das concepções pré-nupciais (3,6%) até ao final do século XVIII parece indicar que os acatamentos foram respeitados de forma rigorosa, ao contrário do que se verificou entre 1800 e 1923, quando se deu uma elevação para 16,8%, sugerindo um enfraquecimento dos mecanismos de controlo social e familiar, a par de algum relaxamento de costumes e da influência da laicização do Estado nos comportamentos culturais dos indivíduos. Este conjunto de circunstâncias conduziu a um aumento da percentagem de intervalos iguais ou menores de 3 meses, valores que no primeiro período corresponderam a 0,8% e no segundo a 5,8%.

Em casamentos consanguíneos, o retardamento na atribuição de licenças matrimoniais poderia justificar o respetivo retardamento das uniões. Durante as Visitações reportadas nos séculos XVII e XVIII, são recorrentes os pedidos de “apartamento” dos nubentes enquanto as respetivas licenças de consanguinidade não fossem obtidas, como no caso de Domingos Jorge e de sua criada Maria. Em 1682, foram obrigados a se “apartar até ter a dispensa, porque esta era viúva e que estão acaseirados os quais tem mandado de dispensa e que ouvira dizer ser com cópula os

<sup>193</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., p. 146.

<sup>194</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 121.

quais de presente estão vivendo de portas adentro”<sup>195</sup>. A união de Domingos Jorge e Maria, ambos viúvos, acabaria por se concretizar, de forma discreta e fora da paróquia de Gontinhães, certamente após a chegada da licença. Este atraso processual poderá estar na origem de algumas conceções pré-nupciais.

Noutros casos, o processo prolongava-se de tal forma que, permanecendo o relacionamento entre os nubentes, acabariam por nascer filhos ilegítimos antes da chegada da autorização. Foi o caso de Simão Gonçalves do Rego que em 1736 mantinha concubinato com Mariana Martins “e estava há mais de quatro anos contratado de casar e que é público que se tratavam ilicitamente porquanto a predita tem parido há menos de um ano (...) apesar de serem parentes por consanguinidade de 4º grau”<sup>196</sup>. Desta união ilegítima, nasceu uma filha em 1739, só se vindo a concretizar o enlace em 1742.

No século XIX, a tramitação processual tornou-se mais célere. Tendo sido consultadas as licenças matrimoniais existentes para Gontinhães entre as datas de 1821 e de 1884, num total de 52 processos (por afinidade, consanguinidade ou cognição espiritual), apenas oito licenças denunciaram algum atraso suscetível de provocar conceções pré-nupciais. Verificadas as datas, entre o pedido de licença e o casamento, o intervalo normal mediu entre os 15 e os 50 dias. Desta celeridade é ilustrativo o caso de José Martins Pinheiro Figueiras e Ana Rosa Martins Pinheiro Figueiras, primos em 2º e 3º graus de consanguinidade. Assumindo a cópula, solicitaram a dispensa matrimonial em 20 de abril de 1874 “com urgência e não se fazendo este casamento haverá grande escândalo e a impetrante ficará infamada e certamente sem casar e a cópula era já sabida antes de se pedir a dispensa por a impetrante dar provas de andar grávida”<sup>197</sup>. O respetivo despacho foi assinado em 30 de abril e o casamento celebrado em 8 de junho do mesmo ano.

Considerando as conceções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento (Tabela 53), verificou-se uma baixa percentagem de casos até 1799 (2,8%) face ao segundo período que decorreu até 1923 (16,5%), refletindo deste modo o maior controlo familiar, social e religioso que prevaleceu durante o século XVIII.

---

<sup>195</sup> A.D.B., *Inventário das Visitas e Devassas, Vinha*, Livro de Termos, cota 629, fl. 27v.

<sup>196</sup> A.D.B., *Inventário das Visitas e Devassas, Vinha*, Livro de Culpados, cota 660, fl. 156.

<sup>197</sup> A.D.B., *Cartório da Arquidiocese de Braga*, Câmara Apostólica, dispensas matrimoniais, maço 577.

**Tabela 53**  
**Conceções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento**

| Grupo de idades | 1700-1799 |     |            | 1800-1923 |      |            |
|-----------------|-----------|-----|------------|-----------|------|------------|
|                 | N/Total   | %   | Int. médio | N/Total   | %    | Int. médio |
| < 20            | 1/49      | 2,0 | 7,0        | 7/46      | 15,2 | 3,7        |
| 20-24           | 2/91      | 2,2 | 4,0        | 41/211    | 19,4 | 4,4        |
| 25-29           | 3/106     | 2,8 | 5,0        | 27/163    | 16,6 | 4,7        |
| 30-34           | 3/67      | 4,5 | 4,3        | 13/94     | 13,8 | 5,1        |
| 35-39           | 0/12      | 0,0 | 0,0        | 3/37      | 8,1  | 4,3        |
| Total           | 9/325     | 2,8 | 4,8        | 91/551    | 16,5 | 4,5        |

Registamos que, até 1799, foi nos grupos de mulheres casadas entre os 25 e os 34 anos que se registou uma maior proporção de conceções pré-nupciais. Entre 1800 e 1923, a maior frequência de conceções pré-nupciais deslocou-se para o grupo de idades dos 20 aos 24 anos, embora os níveis se aproximassem significativamente nas faixas etárias enquadrantes.

Importa destacar que, em ambos os períodos, as incidências encontradas nos grupos de idades apresentaram-se coincidentes com as idades médias ao primeiro casamento, confirmando as respetivas tendências nos diferentes períodos – idades médias mais elevadas no primeiro período e mais baixas no segundo.

O baixo número de ocorrências durante o primeiro período (apenas 9 em 325 casamentos) não permite retirar conclusões acerca do intervalo que medeia a conceção e a celebração do casamento. Por oposição, no segundo período, constatámos que foram as mulheres entre os 25 e os 34 anos que procederam à legitimação do matrimónio mais tardiamente, porventura reflexo da autonomia da mulher minhota e do seu papel na sociedade.

Procedendo à comparação das conceções pré-nupciais segundo a idade ao casamento entre as várias paróquias estudadas, verificámos que:

- em Âncora<sup>198</sup>, entre 1624 e 1799, foram as mulheres que casaram até aos 24 anos de idade que apresentaram as proporções mais baixas (2,2%);
- em Romarigães, até 1749, a menor incidência se registou nas mulheres com idades até aos 24 anos (5,7%), contrariamente, ao período seguinte, entre 1750 e 1818, com uma maior proporção no grupo de idades seguinte<sup>199</sup>;
- na Facha<sup>200</sup>, entre 1710 e 1799, nos grupos de idades até aos 34 registaram-se as menores proporções (2%);
- em Bougado<sup>201</sup>, foi encontrada a menor proporção nas mulheres com idades entre os 30 e 34 anos (5,9%) entre 1730 e 1779;

<sup>198</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 156.

<sup>199</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., p. 174.

<sup>200</sup> MACHADO, Maria Arminda Loureiro, op. cit., p. 90.

- no concelho da Madalena, as mais baixas percentagens foram detetadas, geralmente, nos grupos de idades até aos 24 anos de idade e maior incidência no grupo entre os 25 e os 29 anos “menos vulnerável às redes de controlo social estabelecidas no interior da comunidade”<sup>202</sup>;

Assim, para o período aproximado do século XVIII, constatamos que em Gontinhães, bem como nas pequenas paróquias do Alto Minho, foram encontradas os mais baixos níveis de conceções pré-nupciais nas idades mais jovens, revelando um maior acatamento aos preceitos religiosos e a atuação de mecanismos de autoridade familiar. No entanto, esta menor incidência de conceções pré-nupciais observada em mulheres mais jovens, poderá ainda relacionar-se com a idade de acesso mais tardio ao casamento que, em Gontinhães, durante Setecentos, se situou entre os 25,9 e os 27,5 anos (cf. Nupcialidade).

Notamos que quanto menor era a área geográfica da freguesia e quanto mais recuámos no tempo, mais incisivo se tornou o controlo social e religioso exercido sobre as populações. Neste mesmo sentido, a observância à norma atuou de forma mais determinante nesta região, visível pela menor incidência de conceções pré-nupciais em comparação com as paróquias estudadas durante este mesmo século.

Com a entrada das comunidades do exterior e a influência dos comportamentos da comunidade marítima, menos exposta ao controlo e obediência às matrizes religiosas do Arcebispado de Braga, surgiram, neste contexto, padrões diferenciados (Tabela 54).

**Tabela 54**  
**Comparativo das conceções pré-nupciais**  
**1830-1923**

| Grupos ocupacionais | Total | N  | %    |
|---------------------|-------|----|------|
| Comunidade marítima | 192   | 39 | 20,3 |
| Restante População  | 486   | 76 | 15,6 |

Com efeito, verificamos que na comunidade marítima a incidência de conceções pré-nupciais foi superior à da comunidade tradicional - 20,3% e 15,6%, respetivamente. Quadro idêntico se verificou na região da Madalena na Ilha do Pico<sup>203</sup>, com valores de 11,1% e de 5,7% para, respetivamente, marítimos e proprietários.

Aparentemente a mulher da comunidade marítima auferia de uma maior liberdade de movimentos que a mulher da comunidade tradicional, estando menos sujeita ao controlo paternal e social da comunidade. Idêntica situação foi também

<sup>201</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Uma comunidade rural do Vale do Ave: São Tiago de Bougado. 1650-1849 (Estudo Demográfico)*, dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1986, p. 147.

<sup>202</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 122.

<sup>203</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 123.

detetada na população piscatória de Vila Chã, “onde a relativa evidência e autonomia das mulheres do mar contribuíram também para a estigmatização das famílias dos pescadores, bem como para o desenvolvimento de diferentes padrões ligados ao casamento”<sup>204</sup>.

### 6.11. Filiação natural

A dimensão do fenómeno da ilegitimidade numa determinada comunidade obriga à reavaliação das taxas de fecundidade legítima relativas a cada grupo de idades, da dimensão média familiar e da mortalidade nos primeiros anos de vida<sup>205</sup>.

Na Europa de Antigo Regime cultivaram-se formas de ascese social coletiva que funcionariam como o pilar do sistema demográfico da cristandade ocidental<sup>206</sup>. Embora a ilegitimidade se apresentasse residual na Europa durante o século XVIII, onde se verificaram baixos níveis (entre 4% e 5%)<sup>207</sup>, coexistiram variações significativas entre países e, inclusive, entre regiões de um mesmo país.

O fenómeno da ilegitimidade foi sistematicamente desencorajado ao longo dos tempos pelas instituições eclesiásticas que se encarregavam de o vigiar durante as visitas paroquiais. Em regra, os visitantes utilizavam inicialmente a admoestação pública sobre as ligações ilícitas dos fregueses (que resultavam frequentemente em filhos ilegítimos), imputando penas pecuniárias em caso de reincidência grave e, em última instância, os casos muito graves seguiriam para o tribunal, passíveis da aplicação de penas de prisão e de degredo<sup>208</sup>.

Os níveis da filiação natural dependeram da “evolução da equação população-recursos, emigração, desequilíbrio de sexos e celibato definitivo”<sup>209</sup>. Com efeito, a falta de subsistências gerava movimentos importantes de mobilidade masculina que, por sua vez, ocasionavam um desequilíbrio do mercado nupcial. A maior ou menor incidência do celibato definitivo feminino irá repercutir-se nas taxas de ilegitimidade.

No Alto Minho, as mães solteiras raramente casavam, sendo desprezadas e consideradas impuras. “É costume dizer-se que os seus filhos são criados como cabritos, o que faz sobressair a sua analogia com a natureza animal”<sup>210</sup>. Nos registos paroquiais de Gontinhães encontraram-se alcunhas depreciativas às mães solteiras, que ficaram

---

<sup>204</sup> COLE, Sally, op. cit., pp. 61-65.

<sup>205</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 123.

<sup>206</sup> CHAUNU, Pierre, 1974, op. cit., p. 456.

<sup>207</sup> FLINN, Michael, op. cit., p. 120.

<sup>208</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., p. 674.

<sup>209</sup> PÉREZ GARCÍA, José Manuel, op. cit., p. 113.

<sup>210</sup> PINA-CABRAL, 1989, op. cit., p. 84.

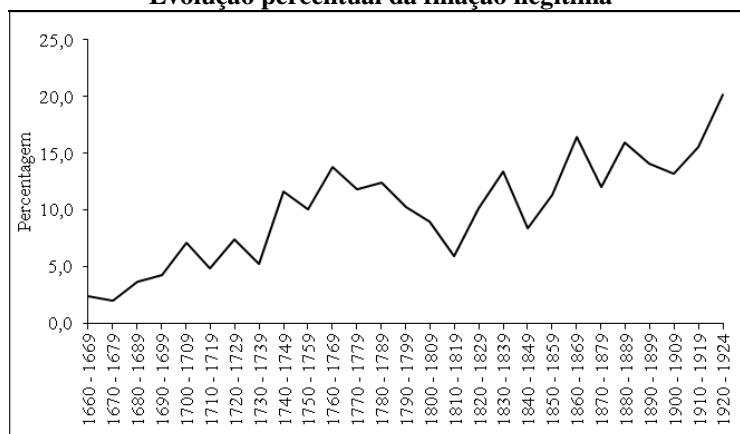
reforçadas ao longo dos anos nos vários Livros de Devassas e que nos dão conta do estigma social existente no meio envolvente<sup>211</sup>.

Nesta conjuntura reguladora e proibitiva, a análise da filiação natural reveste-se de uma enorme complexidade, uma vez que as suas fronteiras são de difícil circunscrição. Assim, um dos grandes obstáculos radica no próprio registo de batismo de ilegítimos que frequentemente era efetuado fora da área geográfica da paróquia. Para a avaliação dos níveis de ilegitimidade, excluímos todas as crianças expostas, desconhecidas que são a sua procedência geográfica e condição.

**Tabela 55**  
**Evolução percentual da filiação ilegítima**

| Períodos    | Total nascimentos | Total de ilegítimos | % de ilegítimos |
|-------------|-------------------|---------------------|-----------------|
| 1660 - 1669 | 170               | 4                   | 2,4             |
| 1670 - 1679 | 199               | 4                   | 2,0             |
| 1680 - 1689 | 221               | 8                   | 3,6             |
| 1690 - 1699 | 189               | 8                   | 4,2             |
| 1700 - 1709 | 184               | 13                  | 7,1             |
| 1710 - 1719 | 250               | 12                  | 4,8             |
| 1720 - 1729 | 215               | 16                  | 7,4             |
| 1730 - 1739 | 209               | 11                  | 5,3             |
| 1740 - 1749 | 215               | 25                  | 11,6            |
| 1750 - 1759 | 200               | 20                  | 10,0            |
| 1760 - 1769 | 167               | 23                  | 13,8            |
| 1770 - 1779 | 178               | 21                  | 11,8            |
| 1780 - 1789 | 202               | 25                  | 12,4            |
| 1790 - 1799 | 185               | 19                  | 10,3            |
| 1800 - 1809 | 190               | 17                  | 8,9             |
| 1810 - 1819 | 252               | 15                  | 6,0             |
| 1820 - 1829 | 207               | 21                  | 10,1            |
| 1830 - 1839 | 194               | 26                  | 13,4            |
| 1840 - 1849 | 299               | 25                  | 8,4             |
| 1850 - 1859 | 310               | 35                  | 11,3            |
| 1860 - 1869 | 286               | 47                  | 16,4            |
| 1870 - 1879 | 476               | 57                  | 12,0            |
| 1880 - 1889 | 515               | 82                  | 15,9            |
| 1890 - 1899 | 634               | 89                  | 14,0            |
| 1900 - 1909 | 817               | 108                 | 13,2            |
| 1910 - 1919 | 791               | 123                 | 15,5            |
| 1920 - 1924 | 446               | 90                  | 20,2            |

**Gráfico 32**  
**Evolução percentual da filiação ilegítima**



<sup>211</sup> A.D.B., *Inventário das Visitas e Devassas*, Vinha, Livro de Devassas, cota 682, fl. 144.

A observação da Tabela 55 e do Gráfico 32 revela baixas taxas de ilegitimidade até 1699, variando entre um mínimo de 2% e um máximo de 4,2%, o que se enquadra nos padrões de comportamentos europeus e nacionais. A partir do século XVIII, os seus níveis acusam contextos regionais que são caracterizados no Minho por elevadas frequências. Assim, durante esta centúria, a sua percentagem tende a aumentar, sobretudo a partir de 1740, com variações significativas em cada década. Na primeira metade de Oitocentos, estes níveis revelam algum decréscimo para sofrerem um aumento a partir de 1840, atingindo 15,5% entre 1910 e 1919 e 20,2% entre 1920 e 1924.

Analisando agora as variações encontradas até ao final do período em observação, os níveis encontrados para o século XVII ajustaram-se a uma conjuntura depressiva, devido à existência de crises de mortalidade adulta nas últimas décadas de Seiscentos, sugerindo um gradual acréscimo do número de nascimentos ilegítimos.

Durante o século XVIII, as oscilações verificadas nos níveis de ilegitimidade parecem refletir a ocorrência de conjunturas políticas e epidémicas, mais ou menos adversas à mobilidade da população masculina. Este conjunto de circunstâncias influenciou a saída ou a permanência das populações masculinas, consoante o caso, confirmadas pela maior ou menor incidência do celibato feminino. O mesmo aconteceu, por conseguinte, com os níveis de ilegitimidade que variaram em cada década, como nos períodos que se seguem:

- nos inícios do século XVIII, episódios bélicos transfronteiriços e epidemias interferiram nos habituais fluxos migratórios;

- a partir de 1740, os movimentos migratórios intensificaram-se, em particular após o terramoto. Em 1758, o pároco da freguesia vizinha de Riba d'Âncora relatou que “saem da freguesia todos os homens a trabalhar por Lisboa e fora do Reino e se recolhem todos os anos com algum dinheiro para ajudar a sustentar a família e somente ficam em casa os homens velhos, por não poderem trabalhar”<sup>212</sup>. O aumento de nascimentos ilegítimos (13,8%) na década de 1760 teria sido impulsionado pela saída massiva de mão-de-obra especializada para a capital, como veremos mais adiante;

- em 1775, o abade de Gontinhães reportou pesados tributos que recaíam sobre as populações que “se vão pondo em suma pobreza, tanto que precisam de sair aos

---

<sup>212</sup> CAPELA, Viriato José, 2005, op. cit., pp. 132-135.

ganhos para diversas partes deste Reino e de Castela para socorrer suas famílias que a não ser assim, andariam a mendigar pelas portas, como já muitos fazem”<sup>213</sup>.

Desta forma, a mobilidade contribuiu fortemente para o desequilíbrio das relações de masculinidade adulta. Esta situação esteve na origem do aumento das taxas de celibato feminino (de 18,4% para 37%, respetivamente, da primeira metade do século XVIII para a segunda), o que conduziu ao aumento dos níveis de ilegitimidade.

Durante a primeira metade do século XIX, o quadro da ilegitimidade, com valores oscilatórios entre as várias décadas, reflete uma nova fase de resposta a conjunturas próprias – a instabilidade política (a guerra das laranjas, as invasões francesas, as guerras liberais) estancou os habituais fluxos migratórios e a ocorrência de epidemias impôs cordões sanitários entre regiões, por exemplo. Nestes períodos, os homens mantinham-se na paróquia, o que é visível no aumento de nascimentos legítimos subsequentes e pela celebração de um maior número de casamentos. A defesa das famílias e das terras impunha-se como a prioridade principal.

Na segunda metade do século XIX, os níveis de ilegitimidade voltaram a elevar-se de forma significativa, variando, por décadas, entre 11,3% e 16,4%. Este período será pautado por uma forte mobilidade transoceânica masculina, que atingiu sobretudo as faixas etárias mais jovens, como também uma parte importante de homens casados. Se até meados do século XIX os movimentos migratórios se efetuavam maioritariamente dentro do país (em movimentos de vaivém entre o local de trabalho e a paróquia), a distância entre os novos destinos emigratórios e a paróquia, o prolongamento das estadias e as ausências definitivas propiciaram condições favoráveis a conceções ilegítimas. Por outro lado, esta forte saída de homens da comunidade rural terá facilitado um afluxo de indivíduos do exterior que viria colmatar a falta de mão-de-obra nos campos, onde se incluíam criadas e jornaleiras de concelhos do interior. Esta conjuntura agravou-se no primeiro quartel do século XX, visíveis pelos níveis de ilegitimidade observados e muito próximos dos encontrados para o distrito de Viana do Castelo nos vários recenseamentos entre 1886 e 1920 e que oscilaram entre 14% e 16%<sup>214</sup>.

Concluimos assim que a mobilidade masculina teria agido como um dos fatores mais determinantes nos altos níveis de ilegitimidade, já que a prolongada ausência de

---

<sup>213</sup> A.D.B., “Relação dos rendimentos da Igreja de Santa Marinha de Gontinhães, termo de Caminha, Arcebispado de Braga, estado dela e obrigações”, in *Inquérito Paroquial de 1775*, cota 732.

<sup>214</sup> BANDEIRA, Mário Leston, op. cit., pp. 460-462.



uma parte importante da população masculina introduziu uma forte influência no desequilíbrio das relações de masculinidade.

Em termos comparativos, nas paróquias estudadas do Alto Minho – Âncora<sup>215</sup>, Romarigães<sup>216</sup>, Meadela<sup>217</sup>, Facha<sup>218</sup> e Santa Eulália<sup>219</sup> - encontramos tendências semelhantes às observadas em Gontinhães. Com efeito, iniciando com valores percentuais situados entre 1,8% e 8% durante a segunda metade do século XVII, os níveis de ilegitimidade elevaram-se progressivamente durante o século XVIII (à exceção de Romarigães e de Meadela, onde se verificou uma tendência de descida nas últimas três décadas). Até ao início do século XX, as freguesias de Gontinhães, Âncora e Santa Eulália continuaram a apresentar uma tendência de gradual elevação das suas taxas de ilegitimidade.

Em Guimarães<sup>220</sup>, encontraram-se valores globais muito elevados, com tendência de descida ao longo do tempo - entre 17,8% no período de 1620 e 1669 e gradualmente 7,8% entre 1790 e 1819. Em contrapartida, nas três freguesias do Nordeste Transmontano (Cardanha, Poiães e Rebordãos<sup>221</sup>) observaram-se tendências graduais de aumento dos níveis de filiação natural entre 1601 e 1830 e, em Bougado<sup>222</sup>, a ilegitimidade girou entre 7% até 1800, fixando-se em 10% na segunda metade do século XIX.

Sendo assim, uma das marcas mais significativas do quadro demográfico português antigo no que diz respeito à ilegitimidade é a diversidade, observando-se três regimes diferentes que decorreram de fatores geográficos, socioculturais e económicos próprios – um regime de baixa frequência, localizado a Sul de Portugal, caracterizado por taxas inferiores a 1% de ilegítimos, semelhante ao da Europa rural; um regime de média frequência, onde se integrariam, por exemplo, Trás-os-Montes, Lisboa, Porto ou Açores, rondando os 5%; e finalmente um regime de alta frequência com valores acima dos 10%, que corresponderiam à região do Minho<sup>223</sup>.

Na vizinha Galiza e na Península de Salnés, foram encontrados níveis muito elevados que, no século XVIII, foram igualmente justificados pela “expansão das

---

<sup>215</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., pp. 157-160.

<sup>216</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., pp. 178-180.

<sup>217</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., pp. 186-193.

<sup>218</sup> MACHADO, Maria Arminda Loureiro, op. cit., p. 91.

<sup>219</sup> BRETTELL, Caroline, op. cit., pp. 232-236.

<sup>220</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1987, op. cit., p. 231.

<sup>221</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1987, op. cit., p. 241.

<sup>222</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1986, op. cit., p. 154.

<sup>223</sup> NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas, A ilegitimidade no norte de Guimarães – séculos XVI-XVIII*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001, pp. 119-120.

correntes migratórias masculinas e desequilíbrio entre os sexos<sup>224</sup>, paralelismos que revelam condicionantes semelhantes entre as regiões vizinhas.

Considerando a procedência geográfica das mães de filhos ilegítimos, verificamos que prevaleceu, em qualquer um dos períodos, o predomínio de progenitoras naturais de Gontinhães (Tabela 56).

**Tabela 56**  
**Naturalidade das mães de filhos ilegítimos**

| Naturalidade  | Períodos   |            |            |            |
|---|------------|------------|------------|------------|
|   | 1624-1799  |            | 1800-1924  |            |
|   | N          | %          | N          | %          |
| Gontinhães  | 111        | 84,1       | 244        | 61,3       |
| Freguesias do concelho de Caminha                             | 5          | 3,7        | 38         | 9,5        |
| Freguesias dos concelhos de V. N. Cerveira e Viana do Castelo | 7          | 5,3        | 55         | 13,8       |
| Freguesias de outros concelhos do Alto Minho                  | 1          | 0,8        | 17         | 4,3        |
| Galiza  | 7          | 5,3        | 17         | 4,3        |
| Freguesias de outras regiões                                  | 1          | 0,8        | 16         | 4,0        |
| Indeterminada   | 0          | 0,0        | 11         | 2,8        |
| <b>Total</b>  | <b>132</b> | <b>100</b> | <b>387</b> | <b>100</b> |

Até ao final do século XVIII verificamos que 84,1% era natural da paróquia, seguindo-se 9,8% do distrito de Viana do Castelo (valor que inclui 3,7% de mães naturais de freguesias do concelho de Caminha, 5,3% de concelhos vizinhos de Vila Nova de Cerveira e de Viana do Castelo e um valor residual oriundas dos demais concelhos). Registamos ainda que 5,3% das mães de filhos ilegítimos era procedente da Galiza.

Entre 1800 e 1924, a percentagem de mães de ilegítimos naturais do exterior da paróquia aumentou de forma significativa, correspondendo a um particular acréscimo de casos nos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo (13,8%) e de outras freguesias do concelho de Caminha (9,5%).

Concluiu-se ainda que a proximidade geográfica relativamente a esta paróquia das mães de filhos ilegítimos foi determinante, como já se tinha observado na procedência geográfica de nubentes (cf. Nupcialidade).

**Tabela 57**  
**Estado civil das mães de filhos ilegítimos**

| Estado civil  | 1624-1799  |            | 1800-1924  |            |
|---------------|------------|------------|------------|------------|
|               | N          | %          | N          | %          |
| Solteiras     | 122        | 92,4       | 337        | 87,1       |
| Casadas       | 2          | 1,5        | 13         | 3,3        |
| Viúvas        | 5          | 3,8        | 15         | 3,9        |
| Indeterminado | 3          | 2,3        | 22         | 5,7        |
| <b>Total</b>  | <b>132</b> | <b>100</b> | <b>387</b> | <b>100</b> |

Relativamente ao estado civil destas mulheres (Tabela 57), e como seria de esperar tendo em conta os resultados encontrados para uma larga série de comunidades

<sup>224</sup> PÉREZ GARCÍA, José Manuel, op. cit., pp. 111-113.

rurais da mesma época, verificou-se que, em qualquer um dos períodos, a maioria das mães era solteira (92,4% até 1799 e 87,1% entre 1800 e 1924). O número de casos com estado civil indeterminado pode estar associado também a mães solteiras, fator que influenciará seguramente estes resultados.

No entanto, é interessante verificar uma frequência relativa de mulheres casadas pouco habitual durante o segundo período, em alguns casos devido à interferência da mobilidade dos maridos para destino transoceânico. É exemplificativo desta situação o seguinte caso:

Gabriel Gonçalves Presa, carpinteiro, casou com Clara Maria Mendonça, padeira, em 6 de Setembro de 1849. Deste matrimónio nasceram, entre 1850 e 1854, quatro filhos de nome Maria Clara, Francisco, José Vitorino e Lúcio. Gabriel formalizou o seu pedido de passaporte para o Brasil em 2 de Janeiro de 1855. Nunca mais regressou à paróquia, tendo sido registado o seu óbito em 20 de Abril de 1881, de tísica pulmonar na cidade do Rio de Janeiro. Clara ficou só, com os filhos de tenra idade. Com o marido ausente, concebeu ainda mais dois filhos ilegítimos, Atanásio, nascido 1858, e Cornélio em 1865.

Para o cálculo das idades médias das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho ilegítimo conhecido, optámos por uma periodização idêntica ao cálculo das idades médias das mulheres ao primeiro casamento (Tabela 58).

**Tabela 58**  
**Idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho conhecido**

| Período   | Idade média ao 1º filho ilegítimo | Idade média ao 1º casamento | Mães < 20 anos (%) |
|-----------|-----------------------------------|-----------------------------|--------------------|
| 1700-1749 | 26,4                              | 25,9                        | 7,1                |
| 1750-1799 | 29,3                              | 27,5                        | 1,9                |
| 1800-1849 | 29,0                              | 27,9                        | 1,9                |
| 1850-1899 | 26,6                              | 27,8                        | 12,8               |
| 1900-1924 | 23,6                              | 25,9                        | 15,3               |

A idade média das mães solteiras, naturais da paróquia, foi superior à idade média ao primeiro casamento de todas as mulheres até 1849 e inferior nos dois períodos seguintes. Confirmam-se também as tendências resultantes da análise das concepções pré-nupciais segundo a idade da mulher, que indicavam um controlo social e familiar sobre as raparigas menores de 20 anos. Estes mecanismos de controlo foram muito mais rigorosos até 1849, diminuindo de intensidade desde então. Partindo do princípio que a grande maioria dos nascimentos de primogénitos ilegítimos foi efetivada em Gontinhães, o afrouxamento do controlo observado a partir de 1850 deverá estar

igualmente associado a padrões de comportamentos distintos, adotados pelas novas comunidades populacionais oriundas do exterior da paróquia,

**Tabela 59**  
**Distribuição das mães de ilegítimos por grupos de idades**  
**ao nascimento do primeiro filho conhecido**

| Idade da mãe | 1700-1799 |      | 1800-1924 |      |
|--------------|-----------|------|-----------|------|
|              | N         | %    | N         | %    |
| < 20         | 3         | 3,7  | 31        | 12,4 |
| 20 - 24      | 24        | 29,3 | 93        | 37,1 |
| 25 - 29      | 23        | 28,0 | 70        | 27,9 |
| 30 - 34      | 21        | 25,6 | 39        | 15,5 |
| 35 - 39      | 10        | 12,2 | 12        | 4,8  |
| 40 - 44      | 1         | 1,2  | 5         | 2,0  |
| 45 e +       | 0         | 0,0  | 1         | 0,3  |
| Total        | 82        | 100  | 251       | 100  |

O nascimento do primeiro filho conhecido ocorreu, preferencialmente, nos grupos de idades entre os 20 e 29 anos de idade, num total de 57,3% e de 65% no primeiro e segundo períodos respetivamente (Tabela 59). No segundo período, observou-se alguma dispersão nos grupos de idades enquadrantes, ou seja, nos grupos de menores de 20 anos e entre os 30 e os 34 anos.

Relativamente aos restantes grupos de idades, as mulheres menores de 20 anos, até 1799, representaram 3,7% do total, face a 12,4% entre 1800 e 1924. Tal como se verificou em Santa Eulália, parece ter existido até meados do século XIX uma particular proteção familiar sobre as raparigas solteiras com menos de 20 anos<sup>225</sup>, que se confirma pela baixa percentagem de casos encontrados no primeiro período. Até 1799, as mães de ilegítimos com mais de 35 anos totalizaram 13,4% e, até 1924, 7,1%, este último valor sem grande expressão no contexto geral do período em observação.

Todas estas tendências confirmam, por um lado, as proporções anteriormente observadas nas taxas de fecundidade segundo a idade ao casamento, e por outro, que as concentrações verificadas nos diferentes grupos de idade coincidem com as idades médias ao primeiro casamento, como seria expectável.

Na Tabela 60 avaliámos a incidência de um ulterior casamento das mães solteiras que acabaram por contrair casamento na paróquia, já que desconhecemos se outras casaram fora do seu âmbito geográfico. Observou-se que até 1799, somente se casaram 11,5% da totalidade das mães solteiras, enquanto que no período seguinte contraíram matrimónio 26,4%.

<sup>225</sup> BRETTELL, Caroline, op. cit., p. 234.

**Tabela 60**  
**Ulterior casamento das mães solteiras**

| Período   | Mães solteiras | Casaram | % de casamentos |
|-----------|----------------|---------|-----------------|
|           | N              | N       |                 |
| 1700-1799 | 113            | 13      | 11,5            |
| 1800-1924 | 337            | 89      | 26,4            |
| Total     | 450            | 102     | 22,7            |

Seguidas as famílias onde estas mulheres se integraram, verificamos que nos estratos médios e elevados da comunidade o posterior casamento poderia ter funcionado como forma de reparar a honra familiar, como no caso de dois pares de nubentes que obtiveram dispensa de consanguinidade. Nos restantes casos, as mães solteiras casaram com homens de níveis socialmente menos favorecidos, ou com viúvos com prole numerosa a quem prestariam amparo familiar, ou ainda com homens de fora. Parece concluir-se que estes casamentos ofereceriam condições de proteção, maior estabilidade económica e uma forma de reintegração social no seio da comunidade, como se ilustra no seguinte exemplo:

Josefa Esteves, tecedeira, nascida em 1839, é filha de uma família modesta de cesteiros que vivia no lugar do Vilarinho. Concebeu dois filhos ilegítimos – Clemência no ano de 1860 e Ambrósio no ano de 1865 – que sobreviveram. Em 1868, Josefa com 29 anos, contraiu matrimónio com José Joaquim da Fonseca, viúvo, de 39 anos, pescador do concelho de Vila Nova de Cerveira. Desta família humilde, nasceram oito filhos, dos quais quatro irão falecer com poucos meses de idade.

Apesar de não existir informação sistemática sobre as profissões, em particular das mulheres, até uma época muito recente, procurámos traçar, em função dos dados existentes, um quadro que permita interligar os níveis de ilegitimidade com as atividades das mães. Organizámos as ocupações das mães de filhos ilegítimos, a fim de se poder detetar quais as atividades que tornavam essas mulheres mais vulneráveis à incidência da ilegitimidade.

**Tabela 61**  
**Profissões conhecidas das mães solteiras**  
**1660-1924**

| Profissão                        | N   | %    |
|----------------------------------|-----|------|
| Lavradeiras                      | 51  | 25,6 |
| Jornaleiras/criadas              | 88  | 44,3 |
| Peixeiras/regateiras             | 29  | 14,6 |
| Costureiras/tecedeiras/cesteiras | 31  | 15,5 |
| Total                            | 199 | 100  |

De acordo com os resultados da Tabela 61, 44,3% das mães de ilegítimos eram jornaleiras ou criadas. O grupo das lavradeiras representou 25,6%, o das peixeiras

cifrou-se em 14,6%, restando 15,5% para as restantes profissões (costureiras, tecedeiras, cesteiras). Os segmentos profissionais encontrados para esta paróquia, são algo idênticos aos da comunidade piscatória de Vila Chã, uma vez que 43% das crianças ilegítimas eram oriundas de casas de marítimos e 21,4% eram filhas de mulheres não detentoras de terra, incluindo jornaleiras e criadas de servir, enquanto 6,9% pertencia a casas de lavradores<sup>226</sup>.

Como se verificou para a freguesia de Santa Eulália, existiram também em Gontinhães grupos de mulheres mais expostas à ocorrência de nascimentos de ilegítimos<sup>227</sup> - as criadas, as namoradas abandonadas e as mulheres sem vergonha. Tendo em conta o período deste estudo e a forte mobilidade encontrada, podemos adicionar o das mulheres casadas (na ausência prolongada ou definitiva dos maridos) e o das viúvas. Todos estes grupos se encontram bem documentados em Gontinhães, dentro do período em estudo.

Num contexto de profissões pouco diversificado, resulta claro que o conjunto formado pelas criadas de servir e jornaleiras era o mais frágil e o mais exposto, já que a maioria se encontrava desenraizada do seu meio familiar e sujeitas às vicissitudes do isolamento, bem como do universo cultural da época. De uma forma geral, as criadas jovens e oriundas de concelhos do interior, pertencendo a famílias numerosas e humildes, eram entregues para a serventia das casas de lavradores de forma a colmatar a falta de mão-de-obra existente.

Com efeito, encontrámos na paróquia um número significativo de mulheres solteiras abusadas pelos patrões e que, após a gravidez, eram expulsas da própria casa que as tinha acolhido. Tal foi o caso de Luísa Afonso, solteira, que deu à luz filha Maria em 1683, a servir na casa de proprietário abastado. No assento de batismo o pároco escreveu à margem que era filha de Luísa, “antiga criada que foi de Luís Fernandes da Lomba, a quem deu por pai<sup>228</sup>”.

Neste universo de mães solteiras, poderemos ainda referir o caso particular de Domingas e das suas irmãs Isabel e Maria<sup>229</sup>, criadas da família do padre Mateus Peixoto. Segundo as visitas de 1691, o progenitor foi admoestado por viver amancebado em Cristelo, paróquia vizinha, e de ter seduzido as três irmãs. Filhas de uma família

---

<sup>226</sup> COLE, Sally, op. cit., pp. 76-79.

<sup>227</sup> BRETTELL, Caroline, op. cit., pp. 246-254.

<sup>228</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 1, fl. 49v.

<sup>229</sup> A.D.B., *Inventário das Visitas e Devassas, Vinha*, Roteiro dos Culpados, cota 635, fls. 72 e 84.

humilde e de poucos recursos, permaneceram solteiras e conceberam seis filhos ilegítimos.

Para tempos mais recuados, os prometimentos entre esposados e os casamentos de futuro nem sempre foram bem sucedidos, resultando com frequência em nascimentos ilegítimos. É o caso de Rosa Alves de Mateus, lavradeira de posses limitadas, desposada por palavras de futuro com Henrique Francisco de Aguiar, de Santa Maria de Âncora, de cuja relação nasceram dois filhos, Felisberto em 1786 e Joana em 1790. Nos respetivos assentos de nascimento, Henrique assumiu a paternidade, mas o casamento acabou por não se concretizar e Rosa acabaria por falecer com 47 anos, solteira e pobre. Felisberto teria emigrado em idade jovem, uma vez que conhecemos o seu óbito, ocorrido em Espanha, com a idade de 16 anos e em idêntica condição de pobreza. Joana permaneceu na paróquia e viria a casar aos 49 anos de idade, em 1839, com um jornaleiro de Moledo, viúvo e sem perspectiva de obter descendência.

Do grupo das mães de casadas e viúvas, numa paróquia onde a mobilidade se apresentou, desde o início da observação, como uma variável determinante nos comportamentos demográficos das populações, escolhemos dois casos elucidativos do desamparo a que as mesmas ficaram sujeitas.

Maria Velho contraiu matrimónio em 1751 com Alexandre Alves, filho de uma família abastada. Desta união nasceram três filhos entre 1753 e 1757. Em de 1760 pediram dinheiro a juro, devido a dificuldades que o casal atravessava e Alexandre acabou por emigrar, sem dar mais notícias. Em 1762, Maria Velho teve uma filha adúltera e 1763, por escritura pública e com licença judicial<sup>230</sup>, vendeu várias propriedades para amortizar dívidas, já que o marido permanecia ausente. Em 1766, por escritura notarial, Alexandre concedeu perdão à mulher "por descargo de consciência e mais bem conciliado, dava à dita sua mulher amplo perdão de ofensa que esta lhe tinha feito e para esta se livrar do crime de adultério em que a tinha ele acusado no Juízo da Ouvidoria e ela aceitou este perdão e que lhe fazia o favor do benefício"<sup>231</sup>. No mesmo ano, Maria Velho passou procuração<sup>232</sup> ao marido para que este pudesse vender todos os seus bens conforme lhe parecesse e pouco depois venderam "todas as suas propriedades (...) para pagamento de todas as custas que se deviam e mais dívidas do casal"<sup>233</sup>. A

---

<sup>230</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do concelho de Caminha*, 2º Ofício, cota 4.8.4.21, fl. 42 e 45.

<sup>231</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do concelho de Caminha*, 2º Ofício, cota 4.8.4.39, fl. 87v.

<sup>232</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do concelho de Caminha*, 2º Ofício, cota 4.8.1.34, fl. 50.

<sup>233</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do concelho de Caminha*, 2º Ofício, cota 4.8.4.39, fl. 92v.

partir desta data o casal saiu da paróquia, não existindo qualquer outra informação posterior.

Apolónia Gonçalves, de alcunha “a fole”, casou em 1701 com João Barbosa Galhardo, de quem ficou viúva passados três anos, após o óbito do marido ocorrido em Castela. Mulher de poucos recursos, foi admoestada nas devassas, entre 1711 e 1715, por andar em concubinato com João Rodrigues, homem casado e influente no meio social da comunidade<sup>234</sup>. Deste relacionamento já tinha nascido Manuel em 1709 e em 1714, a filha Isabel. Entretanto, em 8 de fevereiro de 1712 nos registos de nascimento foi assinalada a exposição de um menino de nome João, tendo sido colocada à margem, dias depois, a identificação da mãe como sendo Apolónia<sup>235</sup>.

**Tabela 62**  
**Distribuição das mães de ilegítimos segundo o número de filhos**

| Filhos | 1700-1799 |      | 1800-1895 |      |
|--------|-----------|------|-----------|------|
|        | N         | %    | N         | %    |
| 1      | 68        | 60,2 | 128       | 61,8 |
| 2      | 22        | 19,5 | 40        | 19,3 |
| 3      | 12        | 10,6 | 18        | 8,8  |
| 4 e +  | 11        | 9,7  | 21        | 10,1 |
| Total  | 113       | 100  | 207       | 100  |

Os resultados encontrados na Tabela 62 indicam, em ambos os períodos, o predomínio do nascimento de um único filho ilegítimo (60,2% e 61,8% respetivamente). As famílias com dois filhos ilegítimos traduziram-se na segunda maior concentração (19,5% e 19,3%). Observa-se ainda um aumento significativo de 8,8% para 10,1% no segundo período nas famílias com três e quatro ou mais filhos.

**Tabela 63**  
**Comparativo da distribuição das mães de ilegítimos segundo o número de filhos**

| Nº de Filhos | Gontinhães<br>1700-1895 | Âncora<br>1624-1910 | Romariçães<br>1640-1818 | Facha<br>1710-1899 | Meadela<br>1700-1850 | Guimarães<br>1700-1809 | Palaçoulo<br>1656-1899 | Eixo<br>1666-1899 | Madalena<br>1670-1899 |
|--------------|-------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------|----------------------|------------------------|------------------------|-------------------|-----------------------|
| 1            | 61,3                    | 75,7                | 76,1                    | 57,4               | 91,9                 | 81,2                   | 70,4                   | 65,8              | 68,3                  |
| 2            | 19,4                    | 16,6                | 19,4                    | 17,2               | 6,5                  | 9,6                    | 12,7                   | 17,6              | 15,9                  |
| 3            | 9,4                     | 4,4                 | 3,0                     | 13,2               | 0,8                  | 3,4                    | 12,7                   | 8,0               | 8,1                   |
| 4 e +        | 10,0                    | 3,3                 | 1,5                     | 12,2               | 0,8                  | 5,8                    | 4,2                    | 8,6               | 7,7                   |

Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; LAGIDO, Emília, 2004; Santos, Carlota, 1999; MACHADO, Maria Arminda Loureiro, 1995; SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, 2001; AMORIM, Norberta, 1987; RAPOSO, Fábila, 2000; FERREIRA, Messias, 2001; SANTOS, Carlota, 2008.

A partir da análise da Tabela 63, concluímos que em todas as paróquias, independentemente do período observado, as mães de ilegítimos conceberam na sua grande maioria um só filho, entre um mínimo percentual de 57,4% encontrado na Facha e um máximo de 91,9% na Meadela. Seguiu-se a segunda maior concentração no grupo de dois filhos ilegítimos, em todas as paróquias.

<sup>234</sup> A.D.B., *Inventário das Visitas e Devassas, Vinha*, Livro de Devassas e Admoestações, cota 650, fl. 27v.

<sup>235</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 2, fl. 13.



Constatámos também que em Gontinhães, 10% das mães de ilegítimos teve mais de quatro filhos, valor que, à exceção dos verificados nas paróquias da Facha e do concelho do Eixo, se apresentou bastante elevado. Com efeito, a partir do segundo quartel do século XIX, esta paróquia foi destino de fixação de muitas famílias do exterior, como já tivemos oportunidade de referir. Nem sempre as expectativas de um futuro melhor se concretizaram. Tal é a situação do casal formado por José Luís Esteves Conde, jornaleiro, e Maria Teresa Gomes, ama-de-leite, que foi viver para o lugar da Lameira em Gontinhães. A primeira filha, Maria Inácia, nasceu em 1825, seguindo-se Antónia em 1833, Jesuína em 1837, Florinda em 1838, Mariana em 1840, José Manuel em 1843 e Ludovina em 1845, todos sobreviventes, tendo cinco filhas sido mães solteiras. Os seus vários trajetos de vida formam um quadro de extrema pobreza e de sucessivas linhas geracionais de bastardia:

- Maria Inácia, vendeira de profissão, foi mãe solteira pela primeira vez aos 26 anos, tendo gerado três filhos ilegítimos - Patrício, José e Casimira. Esta filha será igualmente mãe solteira, concebendo Matilde.

- Antónia, ama-de-leite e jornaleira, a partir dos 24 anos, dará à luz cinco filhos ilegítimos - quatro raparigas de nome Sância, Josefina, Bernardina e Maximiniana e um rapaz de nome Cipriano. As filhas Bernardina e Maximiniana, ambas aos 23 anos, serão também mães solteiras de um e quatro filhos respetivamente.

- Jesuína, ama-de-leite e jornaleira, tornou-se mãe solteira aos 20 anos, tendo gerado quatro filhos e três filhas ilegítimos entre 1857 e 1872. Destes sete filhos, quatro faleceram com poucos meses de idade. A filha Bárbara concebeu, a partir dos 25 anos, três filhas ilegítimas, sendo que a sua única filha sobrevivente, Ana Rosa, será igualmente mãe solteira, a partir dos 22 anos, de dois filhos.

- Florinda, jornaleira e regateira de profissão, teve, a partir dos 22 anos, três filhas e um filho ilegítimos. Tendo falecido duas meninas com poucos meses de vida, a filha Justa será também mãe solteira aos 22 anos, tendo procriado dois rapazes e duas raparigas, estas últimas igualmente mães solteiras no findar do período em análise.

- Mariana, jornaleira e mendiga, a partir dos 22 anos gerou o primeiro de seis filhos ilegítimos. Destes sobreviveram três. Por sua vez, a sua filha Adelaide concebeu outros três filhos ilegítimos.

Em frente da porta destas mulheres foram depositados vários expostos e aos seus cuidados foram entregues vários enjeitados que, regra geral, faleciam com poucos meses de vida. Enquanto amas-de-leite, puderam auferir de um salário. Porém, com a

extinção da roda, esta fonte de rendimentos desapareceu. A partir de então, elas próprias começaram a constar dos róis de subsidiados como mães carenciadas.

A ausência da figura paternal, seja pela imposição da autoridade seja pelo aporte económico que poderia colmatar as carências das famílias de menores recursos, também teria contribuído para a descendência ilegítima das descendentes, em particular das famílias ilegítimas mais numerosas. Foi o caso de Bernabé Pinto Franco, alfaiate, natural de Âncora, que casou em 1867 com Joana Marinho, lavradeira modesta e natural da paróquia em estudo. Deste matrimónio, entre 1871 e 1883 nasceram oito filhos dos quais sobreviveram cinco, tendo falecido três com poucos meses de vida. Rapidamente a economia doméstica se tornou parca para a dimensão do agregado. Todos os rapazes emigraram a partir de 1895, presumindo-se que o pai os tenha precedido, já que não foram encontradas mais notícias sobre o mesmo. Joana faleceu na condição de viúva, em 1918. Desamparada, a filha Clementina, de profissão jornaleira, conceberá entre 1896 e 1917 doze filhos, tendo falecido nove, todos com poucos meses de idade.

A precariedade das condições de vidas de muitas destas famílias e, em particular, das mulheres contribuíram para a formação de uma “sub-sociedade com propensão para a bastardia”<sup>236</sup>, reproduzindo as suas descendentes, com frequência, os comportamentos desviantes das progenitoras.

## 6.12. O abandono de crianças

O estudo do fenómeno da exposição de crianças reveste-se de uma particular complexidade, sendo no entanto indispensável determinar a sua intensidade a fim de se reavaliar as taxas de ilegitimidade, considerando que a maior parte destas crianças teria nascido de uniões ilegítimas.

Em Portugal, a preocupação institucional com a exposição de crianças já era sentida no século XVI, quando as Ordenações Manuelinas referiram que os expostos deviam ser criados “à custa das rendas do Concelho”<sup>237</sup>, posição reiterada em 1603 nas Ordenações Filipinas<sup>238</sup>. A partir deste contexto, que viria a sofrer evoluções ao longo do tempo, tentaremos efetuar uma abordagem do fenómeno na paróquia a partir de 1660, momento em que o lançamento de nascimentos se tornou sistemático. Desde

---

<sup>236</sup> LASLETT, Peter, “The bastardy-prone sub-society”, in LASLETT, Peter et alli (eds.), *Bastardy and its comparative history*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

<sup>237</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral, *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*, São Paulo, Anna Blume Editora, 2008, p. 51.

<sup>238</sup> *Ordenações filipinas, Ordenações e leys do Reino de Portugal. Recompiladas por mando d’El Rei D. Filipe, o Primeiro*, edição fac. simulada, vol. 1, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1858, Título 88, pp. 210-211.

então, os livros de registos Gontinhães incluíam os batismos das crianças que eram abandonadas no espaço da freguesia, acrescentando uma série de informações sobre o contexto do abandono, incluindo o género, o nome dado à criança, bilhetes com indicações dos progenitores, o local de exposição ou ainda o enxoval. Quase sempre, o pároco indicava o tempo aproximado que a exposto teria, como no caso de João, exposto em 10 de Maio de 1721, em que se relatou que “pareceu-me que teria três dias quando foi achado, mas porque não se sabe a certeza do tempo em que nasceu, por essa razão se não põe aqui o dia certo do seu nascimento”<sup>239</sup>.

Habitualmente estas crianças traziam, pregados às suas roupas, pequenos bilhetes ou “escritos” com a justificação do abandono, indicação do nome para uma possível futura recuperação por parte das suas famílias, condições do batismo, entre outros elementos.

Após a descoberta do enjeitado, o mesmo era colocado à disposição do pároco para o respetivo batismo. As Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga advertiam para a necessidade de se evitar um segundo batismo e recomendavam as precauções a tomar mesmo que as crianças se fizessem acompanhar de bilhetes com a indicação de que vinham batizadas - “e porque se não sabe ao certo se é assim mandamos que sem embargo dos tais escritos, sejam batizados na forma sobredita”<sup>240</sup>. No caso da paróquia em estudo, verificamos que em 10% dos bilhetes se informava que vinham batizados, mas, no entanto, todos eles foram rebatizados *sub conditionne*.

Nos bilhetes vinha frequentemente indicado o nome que os progenitores pretendiam atribuir ao exposto, como no caso de um menino que foi exposto em 26 de Dezembro de 1701 e em cujo escrito se expressava a vontade “que lhe pusessem o nome de Eugénio por certos convenientes”<sup>241</sup>; ou ainda a 14 de Maio de 1876, data em que foi exposto um menino em que se pediu para ser chamado Libério Lima Brandão, ou ainda em 22 de Abril de 1813, em cujo bilhete se relatou que “este rapaz se chama Manuel Crispim, já está batizado, quem o criar há-se ser bem pago, pois é pessoa cavalheira e distinta, será posto na Câmara de Caminha pois é este o seu termo”<sup>242</sup>.

O enxoval que acompanhava a criança exposta era discriminado minuciosamente pelo pároco e indiciava eventualmente o estatuto social da família de origem. Neste sentido, recolhemos algumas informações sobre um menino que foi batizado com o

---

<sup>239</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 2, fl. 68.

<sup>240</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., pp. 18-19.

<sup>241</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 1, fl. 74.

<sup>242</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 6, fl. 22v.

nome de Timóteo, em 22 de Agosto de 1768, e que veio “embrulhado em uns trapos velhos com uma cruz de pau tosco”<sup>243</sup>. Em 31 de Dezembro de 1749 foi batizado Silvestre, que vinha “metido em uma peneira velha”<sup>244</sup>, por contraste a uma menina a quem foi posto o nome de Maria dos Prazeres, exposta a 1 de Outubro de 1918, e cujo enxoval era composto por “quatro camisas de morim, dois chambres iguais à baeta e um cor-de-rosa, quatro toucas, sendo duas brancas, uma rosa, outra azul, cinco paninhos, quatro ligas, uma baba, uma baeta de lã, tudo sem marca e uma baeta de algodão aos quadros azuis, brancos e rosa”<sup>245</sup>.

A origem destas crianças abandonadas é praticamente indeterminável. No entanto, dadas as circunstâncias de anonimato (uma das grandes preocupações das mães), seria de esperar que uma grande parte das famílias de origem fosse do exterior da paróquia. A proximidade geográfica entre o local de nascimento e o de exposição era uma condicionante importante e tornava-se certamente um dos obstáculos a ultrapassar, razão pela qual, em 6 de fevereiro de 1689, o abade Diogo de Caldas Barbosa referiu meticulosamente que, aos 2 dias do mês de Fevereiro de 1689, “se achou uma menina exposta que deixaram dois homens de cavalo que não se conheceram”<sup>246</sup>.

Do conjunto dos registos de expostos, verificamos que o lugar da Lagarteira, afastado do centro da paróquia, constituiu um dos locais privilegiados para o abandono de crianças, já que era atravessado pela estrada real de Viana a Caminha. Ao longo do seu percurso estavam localizadas as “vendas”<sup>247</sup> que, isoladas do centro da comunidade, eram concorridas por passantes e diligências.

Apesar das consequências do ato, resulta claro que uma das maiores preocupações das progenitoras era proporcionar condições para a sobrevivência nas horas imediatas ao abandono e, se possível, a sua estabilidade a longo prazo. Observamos assim que, durante os séculos XVII e XVIII, antes da criação das rodas, as crianças eram abandonadas maioritariamente à porta de moradias de lavradores e canteiros abastados, bem posicionados social e economicamente na paróquia. Tal foi o caso de Silvestre que, na noite 31 de dezembro de 1749, foi exposto estrategicamente à porta de João Pires Lavrador, mestre canteiro, casado com Maria Fernandes Pereira,

---

<sup>243</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 3, fl. 109.

<sup>244</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 3, fl. 45v.

<sup>245</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 13, fl. 41v.

<sup>246</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 1, fl. 48.

<sup>247</sup> Postos de venda de produtos e trocas comerciais, com cavalaria para mudas de animais, situada nas vias principais e nós de acesso.

estando esta em fase de amamentação da filha Maria, nascida em 14 de Março do mesmo ano<sup>248</sup>.

Em datas posteriores, verificou-se uma maior incidência de exposição de crianças junto dos domicílios de mães solteiras que amamentavam ou de casais humildes com filhos recém-nascidos e cujas mulheres, em simultâneo, exerciam a função de amas-de-leite.

Na Tabela 64, apresentamos, por períodos de vinte anos, o volume de expostos, assim como a sua proporção relativamente ao número de batismos legítimos e ilegítimos.

**Tabela 64**  
**Evolução percentual de expostos em Gontinhães**

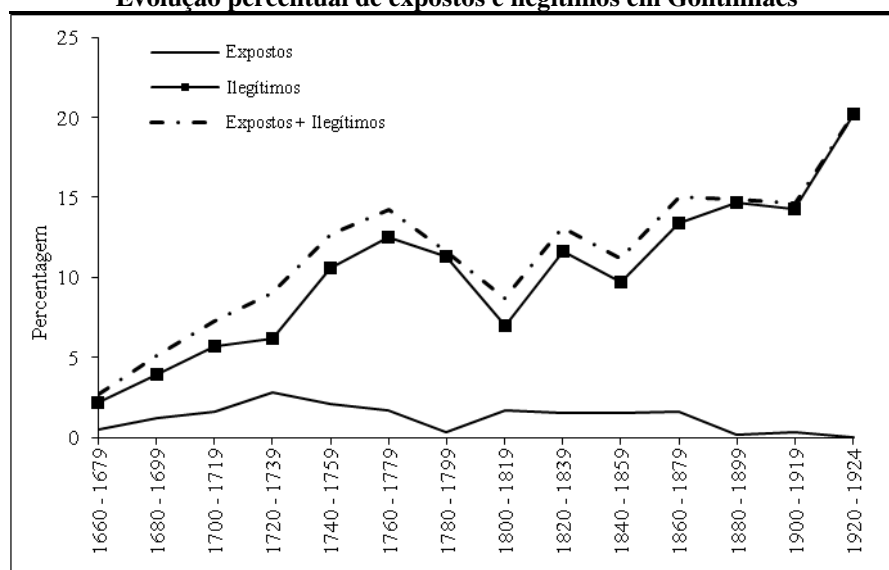
| Períodos    | Batismos de legítimos e ilegítimos (N) | Batismos de expostos (N) | Total de batismos (N) | Batismos de expostos (%) |
|-------------|--|--------------------------|-----------------------|--------------------------|
| 1660 - 1679 | 369                                    | 2                        | 371                   | 0,5                      |
| 1680 - 1699 | 410                                    | 5                        | 415                   | 1,2                      |
| 1700 - 1719 | 434                                    | 7                        | 441                   | 1,6                      |
| 1720 - 1739 | 424                                    | 12                       | 436                   | 2,8                      |
| 1740 - 1759 | 415                                    | 9                        | 424                   | 2,1                      |
| 1760 - 1779 | 345                                    | 6                        | 351                   | 1,7                      |
| 1780 - 1799 | 387                                    | 1                        | 388                   | 0,3                      |
| 1800 - 1819 | 442                                    | 7                        | 449                   | 1,7                      |
| 1820 - 1839 | 401                                    | 6                        | 407                   | 1,5                      |
| 1840 - 1859 | 609                                    | 9                        | 618                   | 1,5                      |
| 1860 - 1879 | 762                                    | 12                       | 774                   | 1,6                      |
| 1880 - 1899 | 1149                                   | 2                        | 1151                  | 0,2                      |
| 1900 - 1919 | 1608                                   | 4                        | 1612                  | 0,3                      |
| 1920 - 1924 | 446                                    | 0                        | 446                   | 0,0                      |

O número de expostos encontrado foi sempre muito baixo, embora se assinale um pequeno aumento entre 1720 e 1759, correspondendo respetivamente a 2,8% e 2,1% do total dos nascimentos de batismos legítimos e ilegítimos. A partir de então, os seus níveis mantiveram-se com pouca expressão até ao final do período.

Considerando que a exposição de crianças resulta, na maior parte dos casos, de situações de ilegitimidade, as taxas encontradas relativas ao abandono vêm acentuar e influenciar as próprias taxas de ilegitimidade, apesar do número reduzido de crianças abandonadas.

<sup>248</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 3, fl. 46.

**Gráfico 33**  
**Evolução percentual de expostos e ilegítimos em Gontinhães**



Os dados do Gráfico 33 mostram que os valores percentuais referentes aos expostos descem a partir de 1740, registrando-se, em simultâneo, uma subida na percentagem de ilegítimos. Segue-se a partir de 1800 uma pequena subida nas proporções de expostos que corresponderam a subidas e variações no volume de nascimentos de ilegítimos. A partir de 1880, quando os níveis de exposição se apresentam irrelevantes, os níveis de ilegítimos aumentam exponencialmente. Concluimos assim que os respetivos volumes parecem articular-se, como é o caso do vinténio de 1720 em que se registou uma maior frequência de expostos, assistindo-se em simultâneo a uma quebra no volume de ilegítimos.

**Tabela 65**  
**Evolução percentual de expostos e de ilegítimos**

| Período     | Expostos | Ilegítimos | Expostos e ilegítimos |
|-------------|----------|------------|-----------------------|
| 1660 - 1679 | 0,5      | 2,2        | 2,7                   |
| 1680 - 1699 | 1,2      | 3,9        | 5,1                   |
| 1700 - 1719 | 1,6      | 5,7        | 7,3                   |
| 1720 - 1739 | 2,8      | 6,2        | 9,0                   |
| 1740 - 1759 | 2,1      | 10,6       | 12,7                  |
| 1760 - 1779 | 1,7      | 12,5       | 14,2                  |
| 1780 - 1799 | 0,3      | 11,3       | 11,6                  |
| 1800 - 1819 | 1,7      | 7,0        | 8,7                   |
| 1820 - 1839 | 1,5      | 11,6       | 13,1                  |
| 1840 - 1859 | 1,5      | 9,7        | 11,2                  |
| 1860 - 1879 | 1,6      | 13,4       | 15,0                  |
| 1880 - 1899 | 0,2      | 14,7       | 14,9                  |
| 1900 - 1919 | 0,3      | 14,3       | 14,6                  |
| 1920 - 1924 | 0,0      | 20,2       | 20,2                  |

Adicionando as frequências relativas de batismos de ilegítimos e de expostos (Tabela 65), registamos um aumento gradual nos resultados totais que se vão elevando

até ao vinténio de 1760 a 1779, decaindo lentamente até 1819. A partir desta data, as frequências aumentam de forma significativa até ao final do período em estudo.

Com efeito, o abandono de crianças foi aumentando ao longo do século XVIII, fenómeno que culminará na Ordem Circular de 10 de março de 1783, do Intendente Geral da Polícia Pina Manique, que obrigará à criação das rodas em todas as vilas e cidades do reino. As “rodas emergiram como uma resposta do poder central ao problema da falta de instituições de apoio à infância desvalida”<sup>249</sup>. Em Gontinhães, verificamos que neste vinténio se assinalou um único exposto, o que indicia que o abandono foi orientado para a roda existente na sede do concelho, a 6 km de distância.

No entanto, ao longo do tempo, a existência destas instituições viria a facilitar a exposição e abandono de crianças, à semelhança do que ocorreu noutros países europeus na mesma época já que “os casais mais pobres e até da classe média, abandonavam os seus filhos nas casas da roda e outras, na esperança de aí conseguirem para eles melhores condições económicas e poderem educar melhor os seus filhos anteriores”<sup>250</sup>.

No contexto nacional, o número de crianças expostas subiu de 32051 entre 1849 e 1850 a 34921 entre 1852 e 1853<sup>251</sup>, pelo que as verbas despendidas pelos vários concelhos vieram a revelar-se inoportáveis. Por outro lado, o estado calamitoso em que se encontrava a assistência aos expostos no país, obrigou o poder central a formar comissões em 1862 a nível distrital para indagar do real contexto existente<sup>252</sup>. Em Viana do Castelo, foi nomeada uma comissão para verificar o problema social dos expostos, já que o valor anual despendido rondava os dez contos de réis. Deveria ainda indicar “os meios que mais adequados pareçam, para prevenir as exposições, diminuir a despesa e regular aquele serviço, mas sem promover os infanticídios”<sup>253</sup>.

A roda será oficialmente extinta em 1866, sendo substituída pela criação de hospícios e pela atribuição de subsídios de lactação às crianças carenciadas. No concelho de Caminha, surgiu ainda no ano de 1894 o Asilo de Infância Desvalida<sup>254</sup>. “Esta nova filosofia reivindicava uma maior responsabilização moral e material por

---

<sup>249</sup> FONTE, Teodoro da, *No limiar da honra e da pobreza – a Infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Vila Praia de Âncora, Ancorensis, Cooperativa de Ensino, 2005, op. cit., p. 144.

<sup>250</sup> LEBRUN, François, op. cit., p. 142.

<sup>251</sup> FONTE, Teodoro da, 2005, op. cit., p. 137.

<sup>252</sup> FONTE, Teodoro da, 2005, op. cit., p. 198.

<sup>253</sup> Jornal “*A Aurora do Lima*”, 1 de agosto de 1862.

<sup>254</sup> FONTE, Teodoro da, 2005, op. cit., pp. 198-208.

parte dos pais em relação aos próprios filhos, o apoio à mãe solteira, a inserção da criança no seio familiar, numa tentativa de evitar o infanticídio”<sup>255</sup>.

A questão do aborto e do infanticídio, uma das consequências da extinção da roda, preocupava as populações locais que, através da imprensa, se manifestava com veemência contra estas práticas. Foi o que aconteceu em 18 de Junho de 1880 aquando do aparecimento de um feto de três a quatro meses, tendo sido chamadas as autoridades para levantar o auto de corpo de delito contra a mãe, por suspeitas de crime de infanticídio. O cronista acrescenta que se ouviu “dizer que nessa cidade há uma mulher que exerce a profissão depravada de promover estes infanticídios e outra na freguesia de Riba d’Âncora”<sup>256</sup>.

Os registos dos expostos do concelho de Caminha tiveram início no ano de 1797, prolongando-se até 1889<sup>257</sup>. Se inicialmente se destinavam somente a expostos, com a extinção da roda e a subsequente alteração da figura do exposto para subsidiado, as informações vão incorporando gradualmente os subsídios disponibilizados às lactantes pobres, na sua maioria solteiras. Os dados facultados, para além de um sumário das condições do abandono, referia os nomes das amas a quem as crianças tinham sido dadas a criar e incorporava uma grelha com os valores despendidos anualmente por cada exposto.

**Tabela 66**  
**Relação de masculinidade de expostos e ilegítimos**

| Períodos  | Expostos |    |       | Ilegítimos |     |       |
|-----------|----------|----|-------|------------|-----|-------|
|           | H        | M  | R.M.  | H          | M   | R.M.  |
|           | N        | N  |       | N          | N   |       |
| 1660-1739 | 15       | 11 | 136,4 | 35         | 41  | 85,4  |
| 1740-1799 | 11       | 5  | 220,0 | 63         | 70  | 90,0  |
| 1800-1879 | 22       | 12 | 183,3 | 124        | 119 | 104,2 |
| 1880-1924 | 2        | 4  | 50,0  | 244        | 248 | 98,4  |
| Total     | 50       | 32 | 156,3 | 466        | 478 | 97,5  |

Na Tabela 66 comparámos as relações de masculinidade dos expostos e dos ilegítimos. Entre 1660 e 1879, a exposição de crianças do sexo masculino foi muito mais acentuada, atingindo o seu máximo percentual entre 1740 e 1799, com um rácio de 220. O reduzido número de casos ocorrido no último período, não permite retirar conclusões. Já a observação das relações de masculinidade encontradas no volume de ilegítimos mostra que existiu uma menor incidência de ilegítimos do sexo masculino, à excepção do período compreendido entre 1800 e 1879.

<sup>255</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, “Abandono de Crianças, Ilegitimidade e Conceções Pré-Nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas”, in PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do século XVI ao Presente*, Actas do III Congresso da Associação de Demografia Histórica, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 37-58.

<sup>256</sup> Jornal “*A Aurora do Lima*”, 21 de junho de 1880, Crónica de Gontinhães.

<sup>257</sup> A.M.C., *Livros de registos de expostos, amas e subsidiados*, cota. 1.3.1.16.



As crianças do sexo feminino parecem ter sido mais protegidas da exposição, presumivelmente porque as famílias consideravam que os rapazes teriam mais hipóteses de sobrevivência ao abandono. Para períodos idênticos, encontrou-se uma tendência semelhante nos concelhos de Ponte de Lima<sup>258</sup>, de Guimarães<sup>259</sup>, de Viana do Castelo<sup>260</sup> e do Porto<sup>261</sup>.

Considerando que a exposição de crianças resulta, na maior parte dos casos, de situações de ilegitimidade, as taxas encontradas relativas ao abandono vêm acentuar e influenciar as próprias taxas de ilegitimidade, apesar do número reduzido de crianças abandonadas.

Procedendo à comparação do movimento de expostos registados nos livros de batismo de Gontinhães e o constante nos livros de entradas de expostos na roda de Caminha<sup>262</sup> (Tabela 67), notamos que em Gontinhães foram as décadas de 1810 (17,6%) e de 1870 (20,6%) que revelaram um volume maior de expostos, por oposição ao concelho que registou o seu máximo na década de 1840 (26,1%). Com a extinção oficial da roda em 1866, torna-se manifesto o decréscimo de expostos a nível municipal, ao contrário do abandono em Gontinhães onde se registou um acréscimo, fenómeno que se encontra certamente interligado.

**Tabela 67**  
**Comparativo de expostos em Gontinhães e no concelho de Caminha**

| Período   | Gontinhães |      | Concelho de Caminha |      |
|-----------|------------|------|---------------------|------|
|           | N          | %    | N                   | %    |
| 1800-1809 | 1          | 2,9  | 49                  | 8,2  |
| 1810-1819 | 6          | 17,6 | 60                  | 10,0 |
| 1820-1829 | 2          | 5,9  | 66                  | 11,0 |
| 1830-1839 | 4          | 11,8 | 101                 | 16,9 |
| 1840-1849 | 4          | 11,8 | 156                 | 26,1 |
| 1850-1859 | 5          | 14,7 | 82                  | 13,7 |
| 1860-1869 | 5          | 14,7 | 56                  | 9,4  |
| 1870-1879 | 7          | 20,6 | 28                  | 4,7  |
| Total     | 34         | 100  | 598                 | 100  |

Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; FONTE, Teodoro da, 2005.

Apesar da existência do hospício e da criação do Asilo da Infância Desvalida em Caminha, o jornal local relatou ainda no ano de 1905 dois casos de abandono: em 23 de fevereiro foi exposta “uma criança do sexo feminino envolta nuns míseros trapos. A pobrezita já foi entregue à regente do hospício, tratando-se de lhe arranjar ama”<sup>263</sup>. Em 7 de Novembro, foi abandonado outro enjeitado “entre os panos que o envolviam foi

<sup>258</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Ponte de Lima/Centro de Estudos Regionais, 1996, pp. 123-125.

<sup>259</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1987, op. cit., p. 257.

<sup>260</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, 2005, op. cit., p. 297.

<sup>261</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, op. cit., pp. 37-58.

<sup>262</sup> FONTE, Teodoro da, 2005, op. cit., pp. 583-584.

<sup>263</sup> Jornal “A Voz do Âncora”, 26 de fevereiro de 1905.

encontrado um bilhete que pedia que ao neófito fosse dado o nome de António Mário da Costa. Quando deixaram de existir, na terra, estas mães desnaturadas, estes entes que estão na escala animal, abaixo das feras?”<sup>264</sup>.

---

<sup>264</sup> Jornal “A Voz do Âncora”, 12 de novembro de 1905.

## 7. MORTALIDADE

“A morte está no centro da vida, como o campanário no centro da aldeia”

André Armengaud  
*Population in Europe 1700-1914*

Um dos problemas na análise da mortalidade durante o Antigo Regime é o subregisto dos óbitos de menores, população que será ignorada na maioria das paróquias até meados do século XIX. Esta circunstância específica impede o estudo da mortalidade global. Neste contexto, os registos de óbito da paróquia em estudo não foram exceção. De facto, verificou-se um subregisto no lançamento de óbitos de menores de 7 anos até ao ano de 1837 inclusive.

Outra dificuldade para o estudo cabal desta variável coloca-se ao nível da forte mobilidade masculina, que não permitiu seguir o percurso de vida de uma grande parte dos homens naturais ou residentes na paróquia. Sendo assim, optámos por estudar a mortalidade dos indivíduos menores de 7 anos apenas a partir de 1838. Quanto aos adultos, analisaremos o grupo dos casados que constitui o grupo da população que confere maior estabilidade para a análise desta variável.

### 7.1. Movimento anual de óbitos e crises de mortalidade

A mortalidade sempre constituiu o “mecanismo autorregulador das populações europeias”<sup>265</sup>, o “elemento regulador por excelência da demografia de Antigo Regime”<sup>266</sup> ou, ainda, o fenómeno “destruidor do crescimento demográfico”<sup>267</sup>.

As populações de Antigo Regime encontravam-se particularmente expostas a uma mortalidade endémica que, por vezes, atingia o estatuto de epidemia. Esta afetava sobretudo os grupos populacionais mais desfavorecidos e, particularmente, os que trabalhavam em condições de segurança e de higiene mais precárias<sup>268</sup>. Os indivíduos que emigravam poderiam ainda agir como veículos transmissores de patologias víricas aquando do seu retorno à paróquia e ao seio familiar.

Outra das características demográficas das sociedades do passado traduzia-se em elevadas taxas de mortalidade com especial significado nos primeiros anos de vida. Até finais do século XVIII a mortalidade infantil ceifava cerca de um quarto dos nascidos

<sup>265</sup> BIDEAU, Alain, “Mecanismos autorreguladores das Populações Tradicionais”, in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade – Evolução das Sociedades Pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 47.

<sup>266</sup> PÉREZ MOREDA, Vicente, *La crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1980, pp. 58 e 452.

<sup>267</sup> LIVI-BACCI, Massimo, “Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências”, in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade - Evolução das Sociedades Pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 71.

<sup>268</sup> FERRO, João Pedro, *A População Portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p. 71.

antes de completarem um ano e apenas metade das crianças completava os 7 anos<sup>269</sup>. No século XIX “uma vigésima parte das crianças nascia morta, outras morriam ao nascer, e antes de completarem um ano muitas mais”<sup>270</sup>. Com efeito, a mortalidade infantil reflete os níveis de desenvolvimento socioeconómico e cultural, bem como higienicosanitário das populações. As causas dos óbitos podem radicar em agentes exteriores (epidemias, contágios, carências alimentares), traumatismos no momento do parto ou ainda a fatores de cariz endógeno (malformações, debilidades congénitas). Os cuidados votados ao recém-nascido, à sua dieta alimentar e à assistência eram fundamentais nos primeiros anos de vida.

No início do século XX, em artigo publicado na imprensa de Viana do Castelo, dava-se destaque à falta de informação das mães quanto à dieta alimentar a dar às crianças:

“A maior hecatombe infantil pertence à enterite; depois vêm as doenças pulmonares, a debilidade congénita, a tuberculose, etc. (...) A maioria das mães matam os filhos porque na sua rude estupidez, julgam que ajudam a desenvolver as crianças dando-lhes alimentos que os débeis estômagos não podem digerir. (...) Há dias, um ilustre clínico, contou-nos (...) que tendo que ver três crianças de colo, definhadas e quase perdidas com a enterite, soube que davam aos filhos bacalhau cru, salgado, para ganharem forças (...) bem como vinho verde!!! Mas, caso mais grave (...), é primeiro mastigado pelas mães ou por pessoas estranhas, e depois passado para a boca dos inocentes! (...) Calcule-se quantos micróbios da sífilis, da tuberculose, de mil doenças perigosas e fatais não são assim transmitidas às pobres criancinhas!”<sup>271</sup>

As crises na produção agrícola agravadas pela instabilidade climática<sup>272</sup>, a subsequente subnutrição e as deficientes condições de higiene conduziam a um precário equilíbrio entre a vida e a morte<sup>273</sup>. A incidência da emigração<sup>274</sup> teria também papel determinante como reguladores dos comportamentos demográficos das populações. As crises de mortalidade acabariam por desencadear crises demográficas num complexo sistema regulador, razão pela qual a mortalidade age de forma mais contundente na alteração dos comportamentos do que as demais variáveis<sup>275</sup>.

---

<sup>269</sup> MOREIRA, Maria João Guardado, “O Século XVIII”, in RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.), *História da População Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2009, p. 267.

<sup>270</sup> *Archivo Universal, Revista hebdomadaria*, vol. 1, Lisboa, Typographia Universal, 1859, pp. 315-317.

<sup>271</sup> *Jornal A Aurora do Lima*, 3 de dezembro de 1906.

<sup>272</sup> LADURIE, Emmanuel Le Roy, *Histoire du climat depuis l'an Mil*, 2 vols., Paris, Flammarion, 1983.

<sup>273</sup> PERRENOUD, Alfred, “Atténuation des Crises et decline de la Mortalité”, in *Annales de Démographie Historique*, Paris, Societé de Démographie Historique, 1989, pp. 13-29.

<sup>274</sup> PÉREZ MOREDA, Vicente, op. cit., p. 56.

<sup>275</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1992, op. cit., p. 89.

Se uma crise de mortalidade corresponde a uma perturbação de curta duração que reduz o quantitativo de gerações com possibilidade de assegurar a reprodução, esgotada já a sua capacidade de recuperação<sup>276</sup>, uma crise demográfica não se reflete tão-somente nas oscilações de óbitos. Ao mesmo tempo que o volume de óbitos ascende de forma brusca e elevada, os movimentos de batismos e de casamentos registam movimentos contrários de descidas fortes. Posteriormente, “a população punha em funcionamento mecanismos autorreguladores que iniciavam um processo de reconstrução demográfica”<sup>277</sup>. No entanto, os conceitos de crise de mortalidade e de crise demográfica “são quase equivalentes, já que só raramente uma crise populacional em sentido estrito pode derivar de bruscas modificações na natalidade ou nos movimentos migratórios”<sup>278</sup>.

Vários autores se questionam sobre a dificuldade de distinguir mortalidade *normal* e mortalidade *extraordinária*<sup>279</sup>, já que em sociedades de Antigo Regime a mortalidade assumia um carácter cíclico e regular, num equilíbrio sempre instável entre os níveis de natalidade e de mortalidade. Contudo, esta distinção constitui o ponto de partida para “determinar se houve desvio (crise) e o seu tamanho (intensidade)”<sup>280</sup>.

A indicação das causas de morte anotadas nos registos da paróquia em estudo não nos permitiu tecer grandes considerações sobre a origem das epidemias, dado que os motivos da morte, quando indicados, eram pouco explícitos e reportavam-se, na sua maioria, à necessidade de justificar a aposição dos últimos sacramentos. Até ao início do século XIX, os motivos apresentaram-se generalistas e as poucas causas apontadas como malignas, como a cólera ou o tifo, fornecem-nos pistas que, sendo esporádicas, não nos permitem enquadrar a real dimensão das epidemias. De qualquer forma, as causas de morte tornaram-se, com o avançar do tempo, um pouco menos vagas, indicando com alguma regularidade e até ao final do período observado, casos de varíola, cólera, constipações caídas no peito, tísica pulmonar, gripes e pneumónica. Embora a paróquia se tenha tornado, a partir da segunda metade do século XIX, numa estância de banhos muito frequentada, o número de óbitos por afogamento foi pouco expressivo, o mesmo acontecendo relativamente a naufrágios de marítimos.

---

<sup>276</sup> LIVI-BACCI, Massimo, 1984, op. cit., p. 74.

<sup>277</sup> MOREIRA, Maria João Guardado, *Vida e Morte no concelho de Idanha-a-Nova. Estudo de Demografia Histórica – Século XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p. 41.

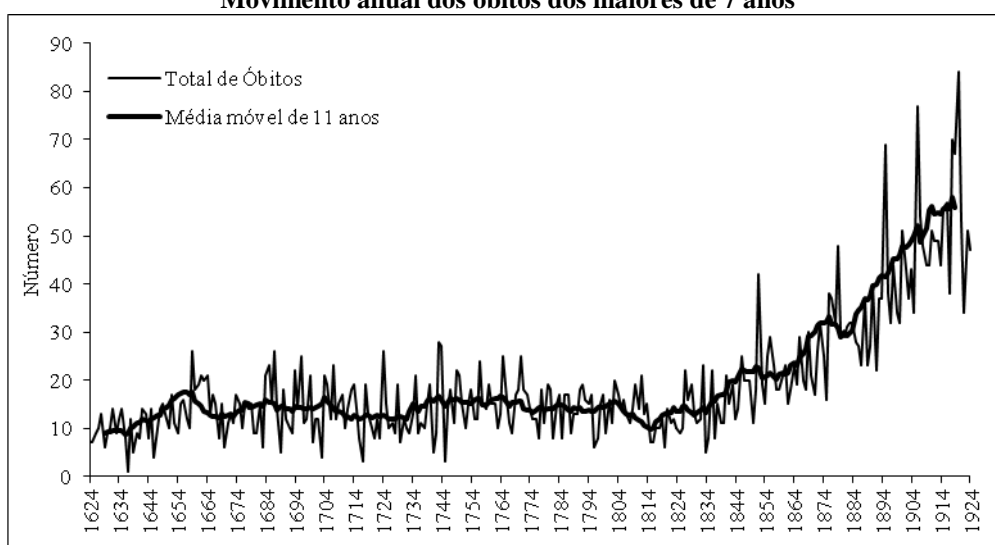
<sup>278</sup> RODRIGUES, Teresa Ferreira, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 19.

<sup>279</sup> PÉREZ MOREDA, op. cit., p. 57.

<sup>280</sup> MOREIRA, Maria João Guardado, 1994, op. cit., p. 52.

Para a análise da mortalidade dita normal, partimos de uma observação, em tempo longo, do volume anual de óbitos, permitindo destacar as suas tendências evolutivas. Considerando o movimento anual de óbitos dos maiores de 7 anos desde 1624 a 1924 e respetiva média móvel de 11 anos (Gráfico 34), observamos uma relativa estabilidade até 1830, embora se assinalem picos decorrentes de algumas crises de mortalidade. Após aquela data, verifica-se um aumento significativo no volume de óbitos, associado ao crescimento da população.

**Gráfico 34**  
**Movimento anual dos óbitos dos maiores de 7 anos**

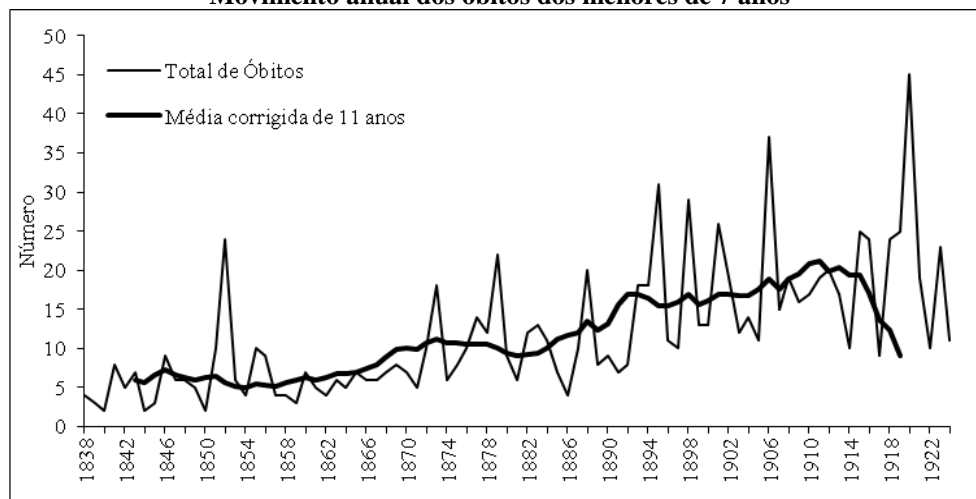


Durante o século XVII, encontramos um número mínimo de quatro óbitos no ano de 1646 e um máximo de 26 nos anos de 1659 e de 1687, enquanto que no século seguinte, o mínimo de três óbitos foi detetado no ano de 1717 e um máximo de 28 no ano de 1743. No século XIX, o mínimo de cinco e o máximo de 69 óbitos corresponderam, respetivamente, aos anos de 1834 e 1895. No findar do período em estudo, o mínimo correspondeu a 32 ocorrências no ano de 1900 e o máximo de 84 no ano de 1920.

Assinalamos, numa primeira aproximação, as crises de subsistências de carácter frumentário que se verificaram entre as décadas de 1650 e 1680. Durante os séculos XVIII e XIX, para além da subnutrição das populações derivada de fraca produção agrícola, da fuga, do açambarcamento e da carestia dos cereais, eclodiram epidemias de carácter viral, tendo como agentes propagadores indivíduos em regime de mobilidade. No século seguinte, sobressaíram, com particular violência, a varíola e a pneumónica, esta já no final do período em observação.

A mortalidade infantil era particularmente gravosa nas populações de Antigo Regime, sobretudo nos primeiros anos de idade. Neste contexto, observámos a evolução do volume de óbitos de menores de 7 anos a partir de 1838, data do início do registo sistemático de mortalidade neste grupo etário.

**Gráfico 35**  
**Movimento anual dos óbitos dos menores de 7 anos**



Considerando o volume de óbitos, frequências absolutas e médias móveis de onze anos (Gráfico 35), verificamos que entre 1838 e 1924 se registou uma elevação progressiva do número de óbitos de menores de 7 anos até ao final do período em observação, o que resultará do crescimento demográfico verificado.

### 7.1.1. Mortalidade de crise dos maiores e dos menores de 7 anos

Partindo do princípio que uma crise de mortalidade consiste na elevação inesperada e anormal dos óbitos, resultante de uma causa exógena à população<sup>281</sup>, vários processos foram desenvolvidos com a finalidade de determinar a sua intensidade, destacando-se os métodos de Hollingsworth<sup>282</sup>, de Livi-Bacci<sup>283</sup> e de Dupâquier<sup>284</sup>.

Enquanto o método de Hollingsworth exige a manipulação do volume da população e o número dos seus habitantes que, como vimos (cf. Evolução da População), é de difícil estimativa para a generalidade das paróquias de Antigo Regime,

<sup>281</sup> LIVI-BACCI, Massimo, 1984, op. cit., p. 73.

<sup>282</sup> HOLLINGSWORTH, Thomas, "A preliminary suggestion for the measurement of mortality crises", in CHARBONNEAU, Hubert; LAROSE, André (eds.), *The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 21-28.

<sup>283</sup> LIVI-BACCI, Massimo, 1984, op. cit., pp. 69-109.

<sup>284</sup> DUPÂQUIER, Jaques, "L'analyse statistique des crises de mortalité", in AAVV, *Les grandes mortalités : étude méthodologique des crises démographiques du passé*, Liège, Ordina Éditions, 1979b, pp. 83-112.

o método de Del Planta/Livi-Bacci faz intervir médias móveis corrigidas para séries de onze anos no regime normal de mortalidade.

Para este estudo, adotámos o método de Dupâquier, baseado no volume anual de óbitos (valores absolutos) e na média aritmética dos dez anos enquadrantes do ano em causa, introduzindo ainda o desvio padrão dos dez anos, de forma a minimizar as variações aleatórias que possam ocorrer em populações de reduzida dimensão. Este método de cálculo é simples e efetua-se conforme a equação  $I=(D-M)/E$ , onde I corresponde à intensidade da crise, D corresponde ao número anual de óbitos, M corresponde à média aritmética das mortes dos dez anos enquadrantes e, por último, E equivale ao desvio-padrão do número anual de óbitos. A partir da intensidade das diferentes crises é possível obter a classificação dos seus diferentes níveis:

Crise menor ou de magnitude 1 – intensidade entre 1 e 2;

Crise média ou magnitude 2 - intensidade entre 2 e 4;

Crise forte ou de magnitude 3 - intensidade entre 4 e 8;

Crise maior ou magnitude 4 - intensidade entre 8 e 16;

Super crise ou magnitude 5 - intensidade entre 16 e 32;

Catástrofe ou magnitude 6 - intensidade superior a 32.

Para além de nos identificar com precisão as diferentes crises de mortalidade, incluindo as de menor intensidade, a escolha deste método permite uma maior comparabilidade de resultados com os de outras paróquias estudadas.

Numa perspetiva global, pode afirmar-se que a paróquia em estudo se pautou por uma “mortalidade suave característica das povoações minhotas”<sup>285</sup>, já que, em 300 anos de observação, 79,7% correspondem a anos normais, sendo os restantes 20,3% anos de crise (Tabela 68).

**Tabela 68**  
**Mortalidade normal e mortalidade excepcional dos maiores de 7 anos**

| Período   | Total  | Anos    | Anos de | Rácio<br>anos normais/<br>anos de crise |
|-----------|--------|---------|---------|---|
|           | (anos) | normais | crise   |   |
| 1624-1699 | 76     | 58      | 18      | 31,0                                    |
| 1700-1799 | 100    | 83      | 17      | 20,5                                    |
| 1800-1899 | 100    | 78      | 22      | 28,2                                    |
| 1900-1924 | 25     | 21      | 4       | 19,1                                    |
| Total     | 301    | 240     | 61      | 25,4                                    |

Até 1699, e para os maiores de 7 anos, ocorreram 18 anos de crises e no seguinte, 17. No século XIX, registaram-se 22 anos de crise e no primeiro quartel do

<sup>285</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1999b, op. cit., pp. 18-20.



século XX foram encontradas 4. Durante todo o período, a sua intensidade variou entre menor, média e forte.

**Tabela 69**  
**Mortalidade normal e mortalidade excepcional dos menores de 7 anos**

| Período   | Total (anos) | Anos normais | Anos de crise | Rácio anos normais/anos de crise |
|-----------|--------------|--------------|---------------|----------------------------------|
| 1838-1849 | 12           | 11           | 1             | 9,1                              |
| 1850-1874 | 25           | 19           | 6             | 31,6                             |
| 1875-1899 | 25           | 18           | 7             | 38,9                             |
| 1900-1924 | 25           | 20           | 5             | 25,0                             |
| Total     | 87           | 68           | 19            | 27,9                             |

A Tabela 69 revela que, na população menor de 7 anos, se registou uma proporção de 78,2% de anos de mortalidade normal e 21,8% de valores de crise, tendo-se encontrado o maior número de crises de mortalidade entre 1875 e 1899.

O agravamento da mortalidade excepcional durante o século XIX, período coincidente com o momento da explosão demográfica verificado na paróquia, acusa a entrada das famílias do exterior com menor poder económico. No primeiro quartel do século XX, parece assistir-se a um recuo da mortalidade em ambas as populações. Comparando o número de crises relativamente aos maiores e menores de 7 anos, a descida foi mais significativa para os adultos do que para os menores de 7 anos, como seria de esperar.

Procederemos à análise das crises de mortalidade excepcional por séculos, procurando encontrar eventuais causas através do cruzamento da informação proveniente dos registos paroquiais de óbitos, produção e preços dos cereais, movimento hospitalar, correspondência oficial e notas de imprensa. Para os menores de 7 anos, esta análise só será possível a partir de 1838, pelas razões já invocadas.

**Tabela 70**  
**Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos**  
**1634 a 1699**

|              |      |       |      |      |      |       |      |      |      |      |      |      |      |       |      |      |      |      |
|--------------|------|-------|------|------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|
|              | 1634 | 1635* | 1642 | 1645 | 1648 | 1649* | 1652 | 1656 | 1659 | 1662 | 1674 | 1677 | 1684 | 1685* | 1687 | 1694 | 1696 | 1699 |
| Magnitude    | 1    | 1     | 1    | 1    | 1    | 1     | 1    | 1    | 3    | 1    | 1    | 1    | 2    | 2     | 1    | 1    | 2    | 1    |
| Média/óbitos | 9,4  | 9,9   | 9,1  | 9,0  | 9,6  | 9,8   | 11,3 | 11,6 | 12,6 | 15,2 | 12,8 | 11,7 | 12,3 | 12,7  | 14,0 | 14,4 | 13,8 | 13,6 |

\*Anos em que se manifestaram “crises a cavalo”.

Analisando os resultados da Tabela 70, verificamos que se registaram 18 anos de mortalidade excepcional, traduzida na ocorrência de uma crise forte (ano de 1659), três médias (anos de 1684, de 1685 e de 1696) e as restantes menores, com várias crises a cavalo, estas últimas estendendo-se por mais do que um ano civil consecutivo.

As crises verificadas durante 1634 e 1635 poderão dever-se a doenças altamente contagiosas que se repercutiram um pouco por todo o Reino, tais como tifo, disenteria e

variola, sendo que as sobremortalidades encontradas na década seguinte se poderão reportar também a surtos de tifo e de peste<sup>286</sup>.

Durante as décadas de 1650 e 1660, a quebra de produção agrícola verificada na região de Entre-Douro-e-Minho originou crises frumentárias e subsequentes epidemias<sup>287</sup>. Entre os anos de 1657 a 1659, em vários pontos do país, eclodiram epidemias de tifo e febres tifóides<sup>288</sup>. Entre 1662 e 1663, foram registados apelos dirigidos ao monarca que alertavam para a sucessão de más colheitas, problemas de abastecimento e alta de preços dos produtos básicos chegados à capital. A subnutrição das populações contribuiu para a propagação do tifo, que atingiu predominantemente a população adulta. Este surto foi facilitado pela movimentação de tropas durante a guerra da Restauração<sup>289</sup>. Entre 6 e 16 de agosto de 1664, foram registados em Gontinhães quatro óbitos de soldados do exterior, sem referência contudo à causa de morte<sup>290</sup>.

Os anos de 1684 e 1685 registaram uma crise de mortalidade de intensidade média. Vários registos de óbitos referem que vários indivíduos teriam morrido de *morte apressada*, ou *perder os sentidos e não receberem os sacramentos por não serem capazes*. Registou-se também uma descida dos volumes de casamentos e de nascimentos num quadro de depressão demográfica, resultando no óbito de um ou dois dos membros do casal e nalguma incapacidade de reposição dos efetivos perdidos.

Crises de mortalidade ocorreram em várias paróquias do Alto Minho, como Santa Maria de Âncora<sup>291</sup>, Meadela<sup>292</sup> e Romarigães<sup>293</sup>, reproduzindo um cenário idêntico. Em vários pontos do reino verificaram-se crises de mortalidade, de intensidade variável, imputadas a febres e a pestes<sup>294</sup>. “A mortalidade epidémica continuará a ser até ao final do século XIX a grande causa de mortalidade extraordinária, numa época em que as crises de sobrevivência haviam deixado de originar as clássicas crises demográficas”<sup>295</sup>.

**Tabela 71**  
**Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos**  
**Século XVIII**

|              |      |      |      |      |      |      |      |      |       |      |      |      |       |      |      |      |       |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|------|------|-------|------|------|------|-------|
| Magnitude    | 1704 | 1707 | 1718 | 1724 | 1729 | 1735 | 1740 | 1743 | 1744* | 1757 | 1765 | 1770 | 1771* | 1780 | 1784 | 1791 | 1792* |
|              | 1    | 1    | 1    | 2    | 1    | 2    | 1    | 2    | 1     | 2    | 1    | 1    | 2     | 1    | 1    | 1    | 1     |
| Média/óbitos | 14   | 13,1 | 12,9 | 11,4 | 12,2 | 11,5 | 11,7 | 12,1 | 14    | 14,8 | 14,7 | 14,0 | 13,9  | 14,0 | 13,0 | 13,3 | 13,4  |

\* Anos em que se manifestaram “crises a cavalo”.

<sup>286</sup> RODRIGUES, Teresa, 2008, op. cit., pp. 222-224.

<sup>287</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1987, op. cit., pp. 293-296.

<sup>288</sup> RODRIGUES, Teresa, 2008, op. cit., p. 229.

<sup>289</sup> RODRIGUES, Teresa, *As crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 150-152.

<sup>290</sup> A.D.V.C., *Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro Misto n.º 1, fl. 15v.

<sup>291</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., pp. 246-250.

<sup>292</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., p. 254.

<sup>293</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., pp. 196-199.

<sup>294</sup> RODRIGUES, Teresa, 2008, op. cit., pp. 228-229.

<sup>295</sup> RODRIGUES, Teresa, 2008, op. cit., p. 222.

Durante todo o século XVIII foram registadas 17 crises de mortalidade, sendo doze de magnitude 1 e cinco de magnitude 2 (nos anos de 1724, 1735, 1743, 1757 e 1771). O início do século XVIII começou por evidenciar crises menores (Tabela 71), resultado da Guerra da Sucessão de Espanha, cujo armistício foi assinado em 1712 e que produziu turbulências a nível de epidemias propagadas pelos contingentes armados, agravadas por crises de produção e por carestia de bens um pouco por todo o país<sup>296</sup>.

A década de 1730 pautou-se por carestias e fuga de cereais para outros mercados, o que poderá estar na origem de fomes, propiciando condições desfavoráveis à sobrevivência das populações e, por outro lado, a uma maior exposição à propagação de epidemias e de contágios. A crise ocorrida em 1735 e que se estendeu por todo o ano civil, não revelando cariz sazonal, pode apontar para problemas de subnutrição da população. Em Romarigães<sup>297</sup> e em Santa Maria de Âncora<sup>298</sup>, registaram-se igualmente crises de sobremortalidade em 1730.

De facto, a Câmara Municipal de Caminha vinha a aplicar medidas desde 1733 no sentido de cercear a fuga de bens essenciais (cereais, azeite e vinho), a especulação de preços e a sua passagem para a Galiza, como ficou exarado no seguinte acórdão:

“Aos sete dias dos mês de outubro de mil setecentos e trinta e três anos (...) acordaram, que por constar que desta vila e seu termo saía milho e feijão para fora do termo principalmente de Cristelo, Moledo e Gontinhães, Venade e Azevedo, que (...) passasse um mandado de correr por estas freguesias para que os eleitos mandassem notificar os moradores para que com pena de dois mil réis o não fizessem (...) até agora tinham lucros exorbitantes neles em grande prejuízo do Povo (...) sob pena de três mil réis pagos na Cadeia”<sup>299</sup>.

Os preços foram posteriormente tabelados pela Câmara de Caminha entre 1735 e 1737. Mas em 1738, dada a incompatibilidade gerada entre os vários rendeiros das freguesias do concelho, a edilidade determinou que “por não se ajustarem no preço do pão, mandou ele Senado que os rendeiros trouxessem todas as rendas à praça de milho, feijão, centeio e trigo e não o fazendo assim serão condenados e se procederá contra eles”<sup>300</sup>.

Nos anos de 1743 e de 1744, verificou-se a ocorrência de um maior volume de óbitos, com expressiva concentração no mês de Janeiro (cf. Distribuição anual do biénio

<sup>296</sup> BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001, pp. 17-22.

<sup>297</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., pp. 194-199.

<sup>298</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 246.

<sup>299</sup> A.M.C., *Livro dos Acórdãos da Câmara Municipal de Caminha*, cota 1.11.4.29, fl. 22.

<sup>300</sup> A.M.C., *Livro dos Acórdãos da Câmara Municipal de Caminha*, cota 1.11.4.29, fl. 65.

referido no Anexo 16). Analisadas as residências dos defuntos, verificamos que os óbitos teriam origem numa área geográfica restrita, localizada no lugar da Sobreira, onde residia a família Alvares Lagido. Posteriormente, a possível epidemia teria alastrado para os lugares da Rocha e do Rego, onde residam as famílias Martins do Rego e Alvares do Rego, aparentadas entre si. João Alves Lagido estava casado com Catarina Pereira. Em 14 de janeiro de 1744, faleceu a filha Domingas, a 29 do mesmo mês, a filha Maria, a 18 de Fevereiro, a filha Isabel e, a 11 de Março, a progenitora, seguindo-se vários óbitos de familiares. O facto de estes grupos domésticos se caracterizarem por uma elevada mobilidade masculina poderá explicar a ocorrência de um surto epidémico importado.

A crise média verificada no ano de 1757 pode estar associada à escassez de cereais. Nesta data, os registos de óbito referiam frequentemente vários casos de pobreza, enquanto que as Memórias Paroquiais de várias localidades vizinhas indicaram asprezas do clima, o que ocasionou colheitas fracas e insuficientes para a população. Esta conjuntura obrigou à mobilidade masculina, como é evidente no inquérito paroquial da freguesia contígua de Riba d'Âncora:

“Centeio e milhão e pouco milho, chamado miúdo e vinho, isto em pouca quantidade por ser a maior parte desta freguesia estéril e poucos moradores colhem frutos dos acima nomeados para sustentar a família um ano e a maior parte do povo desta dita freguesia é muito pobre e saem da freguesia todos os homens a trabalhar por Lisboa e fora do Reino e se recolhem todos os anos com algum dinheiro para ajudar a sustentar a família e somente ficam em casa os homens velhos, por não poderem trabalhar”<sup>301</sup>.

1770 e 1771 foram anos de sobremortalidade. A segunda crise atingiu a magnitude média e, na freguesia de Santa Maria de Âncora, a intensidade forte<sup>302</sup>. Verificamos que, na distribuição anual das duas crises nas paróquias vizinhas, a concentração principal de óbitos registou no mês de Setembro. As informações dos assentos paroquiais de Gontinhães indicaram sintomas como “vómitos” ou “no mesmo dia se deu à terra por morrer de uma maligna e botar póstuma pela boca muito mal cheirosa”<sup>303</sup>. Tudo isto parece indicar a existência de uma pestilência. A fragilidade da dieta alimentar e a subsequente exposição ao contágio de surtos virulentos associam-se ainda à pobreza, segundo o testemunho do abade Medeiros ao Inquérito Paroquial datado de 1775:

---

<sup>301</sup> CAPELA, Viriato José, 2005, op. cit., pp. 132-135.

<sup>302</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 248.

<sup>303</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Óbitos n.º 2, fls. 74v e 75v.

“Estes povos com os novos tributos (...) se vão pondo em suma pobreza, tanto que se precisam a sair aos ganhos para diversas partes deste Reino e de Castela para socorrer suas famílias que a não ser assim, andariam a mendigar pelas portas, como já muitos fazem”<sup>304</sup>.

Na década de 1780, em Gontinhães ocorreram duas crises menores nos anos de 1780 e de 1784, encontrando-se paralelos nas freguesias de Santa Maria de Âncora<sup>305</sup> (1782), Meadela<sup>306</sup> (1784) e Romarigães<sup>307</sup> (1787), o que sugere que a conjuntura se manteve e o que poderá justificar a subsequente crise a cavalo de 1791/1792. Nesta data, a existência de colheitas fracas e de tempestades que assolaram a região remetem-nos para a persistência de condições atmosféricas adversas à produção agrícola, situação que parece ter-se mantido até finais do século XVIII. A fuga e o açambarcamento de cereais para mercados exteriores, a fome da população, as representações efetuadas às Cortes, os pedidos de entreaajuda pelas câmaras vizinhas de Viana do Castelo e de Caminha confirmam, no seu conjunto, a falta de subsistências no final deste século. De facto, em 12 de Março de 1791, a Câmara Municipal de Viana do Castelo enviou um pedido de fornecimento de milho à sua congénere de Caminha, solicitando ajuda em prol da sua população:

“A falta de pão que padece o povo porque sendo infelicíssima a colheita que houve dele na província ainda mais desgraçada se tornou nas vizinhanças daquela vila aonde a intemperança do ano com os ventos contínuos (...) e não colhendo o bastante para pagar as pensões das terras que cultivam ainda ficaram com menos para o sustento de suas famílias (...) recorrem a V. Majestade para fazer remeter a este porto algumas embarcações de milho (...) e obviar a calamidade que está eminente sobre o mesmo povo que sendo obrigado a comprar em março o milho a 540 réis o alqueire (...) e em agosto a pagar por outro preço imoderado com ruína e destruição do mesmo povo”<sup>308</sup>.

Neste mesmo ano de 1791, a Câmara de Viana do Castelo pede ainda à Câmara de Caminha o envio de 3500 alqueires da carga embargada a António Henriques, prestes a sair da barra do Minho. A Câmara de Caminha disponibilizou 2000 alqueires, respondendo “que é extremosa a penúria de milho que tem padecido os Povos desta Vila e termo, procurando por Galiza algum socorro de que lá tem havido de fora, que

---

<sup>304</sup> A.D.B., “Relação dos rendimentos da Igreja de Santa Marinha de Gontinhães, termo de Caminha, Arcebispado de Braga, estado dela e obrigações”, in *Inquérito Paroquial de 1775*, cota 732.

<sup>305</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 246.

<sup>306</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., pp. 251-256.

<sup>307</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., pp. 194-199.

<sup>308</sup> A.M.V.C., *Livros de Contas e cartas de offício e outras ordens, (1776-1792)*, fls. 39-41.

presentemente se extinguiu (...) e que esta Vila e termo está em maior necessidade do que essa”<sup>309</sup>.

Neste contexto, a subnutrição das populações parece ter sido, não só uma agravante, como a principal responsável pela maior parte das crises de mortalidade ocorridas durante o século XVIII, contribuindo para uma maior exposição a agentes infecto-contagiosos.

A partir de 1838, o lançamento sistemático de óbitos de menores de 7 anos permite estabelecer comparações e correspondências com a população adulta na observação da intensidade das crises de mortalidade, uma vez que este grupo etário é habitualmente o mais afetado pelas crises de mortalidade. Assim, verificamos que durante o século XIX, a comunidade viu-se sacudida por várias crises de mortalidade com diferentes graus de intensidade, algumas delas seguidas de anos de crises a cavalo. Os anos de crise de menores de 7 anos coincidiram geralmente com aqueles que afetaram a população adulta, já que a sua origem seria idêntica (Tabela 72 e Tabela 73).

**Tabela 72**  
**Intensidade das crises de mortalidade dos maiores de 7 anos**  
**Século XIX**

|              |      |      |      |      |       |       |      |      |       |       |       |      |      |       |      |      |      |      |       |      |      |      |
|--------------|------|------|------|------|-------|-------|------|------|-------|-------|-------|------|------|-------|------|------|------|------|-------|------|------|------|
| Magnitude    | 1803 | 1810 | 1812 | 1827 | 1828* | 1829* | 1833 | 1846 | 1847* | 1848* | 1849* | 1852 | 1856 | 1857* | 1864 | 1866 | 1869 | 1876 | 1877* | 1879 | 1891 | 1895 |
|              | 1    | 1    | 1    | 3    | 1     | 1     | 2    | 1    | 1     | 1     | 1     | 2    | 2    | 1     | 1    | 2    | 1    | 2    | 1     | 2    | 3    | 2    |
| Média óbitos | 12,9 | 14,1 | 14,9 | 10,4 | 11,6  | 12,2  | 13,2 | 11,1 | 10,8  | 11,4  | 11,7  | 11,9 | 13,3 | 13,7  | 14,9 | 15,3 | 14,8 | 15,3 | 15,8  | 17,6 | 18,9 | 19,2 |

\* Anos em que se manifestaram “crises a cavalo”

**Tabela 73**  
**Intensidade das crises de mortalidade dos menores de 7 anos**  
**Século XIX**

|              |      |      |       |      |       |      |       |      |      |      |      |       |       |      |
|--------------|------|------|-------|------|-------|------|-------|------|------|------|------|-------|-------|------|
| Magnitude    | 1846 | 1851 | 1852* | 1868 | 1869* | 1872 | 1873* | 1877 | 1879 | 1888 | 1893 | 1894* | 1895* | 1898 |
|              | 1    | 2    | 3     | 1    | 1     | 2    | 3     | 1    | 2    | 2    | 2    | 1     | 2     | 2    |
| Média óbitos | 5,4  | 5,3  | 5,5   | 5,3  | 5,6   | 6,1  | 6,7   | 8,5  | 9,8  | 10,6 | 9,7  | 10,2  | 10,9  | 14   |

\*Anos em que se manifestaram “crises a cavalo”

Registamos assim que na população com mais de 7 anos se verificaram 23 anos de sobremortalidade, dois anos de intensidade forte (anos de 1827 e de 1891), sete de intensidade média (anos de 1833, 1852, 1856, 1866, 1876, 1879 e 1895) e treze crises de intensidade menor (anos de 1803, 1810, 1812, 1828/1829, 1846/1849, 1857, 1864, 1869 e 1877)

As crises referentes à população menor de 7 anos, embora localizadas num período de observação mais curto, apresentaram uma mais elevada intensidade – duas crises fortes (anos de 1852 e 1873), sete crises de intensidade média (anos de 1851,

<sup>309</sup> A.M.V.C., *Livros de Contas e cartas de officio e outras ordens*, (1776-1792), fls. 42-44.

1872, 1879, 1888, 1893, 1895 e 1898), sendo as cinco restantes de menor intensidade (anos de 1846, 1848/1869, 1877 e 1894).

A carência de cereais e as más colheitas prologaram-se ao longo do século XIX, sendo este quadro agravado por guerras em território nacional. Tomemos como exemplo a “guerra das laranjas”, que teve início entre os meses de maio e de junho de 1801. Tendo entrado os invasores espanhóis pelo Alentejo, uma das principais consequências foi a devastação das searas devido ao consumo excessivo de cereais pelas tropas<sup>310</sup>. O mesmo aconteceu durante as invasões francesas, as consequentes epidemias de tifo disseminadas pelas tropas e a desordem instalada, que atingiram as populações subnutridas.

O açambarcamento e fuga de bens alimentares essenciais obrigaram a que, em 13 de outubro de 1801, a Câmara de Caminha ordenasse o “descarregamento de um iate que se preparava para sair da barra carregado com oitenta rasas de centeio (...) necessário para o sustento do Povo”<sup>311</sup>. Também a falta de abastecimento de cereais verificada na capital, obrigou o poder central a exigir o envio de mantimentos de outros concelhos produtores. O Intendente Pina Manique dirigiu, em 14 de dezembro de 1804, uma ordem à Câmara de Caminha (privando este concelho dos cereais necessários ao consumo da sua própria população) para que deixasse sair pela barra de Caminha “seiscentos móios de milho que aí tem comprado Caetano José da Silva para remeter em iate a esta Capital (...) e a Câmara facilitará a dita saída do referido milho (...) e não admitindo a Vossas Mercês subterfúgio algum para que se deixe de executar o que ordeno”<sup>312</sup>.

As rendas em milho que as várias freguesias entregaram à edilidade entre 1800 e 1811<sup>313</sup> (Gráfico 36) revelaram um ciclo oscilante e uma menor produção de cereais nos anos de 1801, 1804 e no triénio de 1809 a 1811. Este quadro de instabilidade prolongada poderá explicar as crises de intensidade média de 1803, 1810 e 1812 que afetaram a população adulta.

---

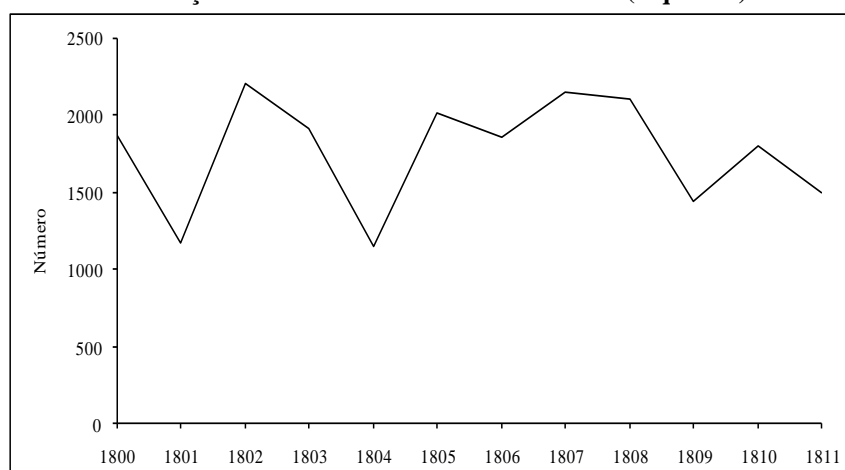
<sup>310</sup> VENTURA, António, “Guerra das laranjas – 1801”, in *História de Portugal. Guerras & Campanhas Militares*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008, p. 60.

<sup>311</sup> A.M.C., *Livros dos Acórdãos da Câmara Municipal de Caminha*, cota 1.11.4.29, fl. 8v.

<sup>312</sup> A.M.C., *Livros dos Acórdãos da Câmara Municipal de Caminha*, cota 1.11.4.29, fl. 88.

<sup>313</sup> A.M.C., *Livros dos Acórdãos da Câmara Municipal de Caminha*, cota 1.11.4.29.

**Gráfico 36**  
**Produção de milho no concelho de Caminha (alqueires)**



Fonte: A.M.C., Livros dos Acórdãos da Câmara Municipal de Caminha.

Uma descrição médica da época relata que, desde 1806 até 1813, grassaram no distrito de Viana do Castelo epidemias muito graves, precedidas “da escassez, e da carestia dos alimentos e das infeções morais, motivadas por uma guerra terrível e devastadora”<sup>314</sup>. Refere ainda, que em 1807 uma grave moléstia se instalou entre os militares do Forte de Viana do Castelo devido à falta de higiene, deterioração de alimentos e “tristeza e inquietação dos espíritos”. Em 1809, no concelho de Caminha, difundiu-se outra epidemia de gastroenterites, “devido à irregularidade da estação, à falta de sossego de espírito e de recursos necessários, a qual fez algum estrago nas pessoas indigentes, principalmente nas aldeias”. Idêntico cenário se repetiu em 1812 entre as “pessoas mais pobres, privadas dos meios indispensáveis pela invasão das tropas francesas, quando passaram em direção a Tuy, em auxílio dos cercados”.

Verificamos que a partir de outubro de 1827, mês onde se registou um invulgar número de óbitos, várias famílias com forte mobilidade interna - Alves do Rego, Alves Mateus e Alves Pereira, residentes nos lugares próximos do Rego, Bebedouros e Vilarinho - foram as mais atingidas. Este quadro sugere que a causa deste acontecimento radique em agente vírico importado e transmitido pelos pedreiros, continuando a produzir os seus efeitos nos anos larvares de 1828 e 1829. Santa Maria de Âncora<sup>315</sup>, paróquia vizinha com idênticas afinidades profissionais, registou também uma crise de intensidade média. O seu agente causador pode ter sido a varíola,

<sup>314</sup> CARVALHO, António José de, “Topographia Médica do Districto de Vianna”, *Annaes do Conselho de Saúde Pública*, vol. 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, pp. 316-317.

<sup>315</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 246.



amplamente reportada no concelho de Caminha e que se estendeu durante a década de 1820 com uma dimensão epidémica<sup>316</sup>.

A crise de intensidade média ocorrida em 1833 enquadra-se no surto de cólera que grassou por todo o país e que provocou cerca de 40.000 vítimas<sup>317</sup>. Teria tido origem em 1832, na entrada da foz do Douro, onde desembarcou um contingente de soldados belgas que veio reforçar as tropas liberais<sup>318</sup>. A epidemia rapidamente se alastrou para sul, atingindo a capital e vitimando 13.000 pessoas<sup>319</sup>. No interior e perto da fronteira, em Vila Viçosa<sup>320</sup>, foi registado o caso de um soldado que, chegado de Lisboa, foi passar uns dias de licença a sua casa em Vila Viçosa, propagando assim a epidemia pela região. A norte, a sua entrada fez-se principalmente através da fronteira de Valença e da constante comunicabilidade entre as populações ribeirinhas do rio Minho<sup>321</sup>.

A deslocação de soldados e o conseqüente contágio no seio das próprias famílias também se deu em Gontinhães. Em 9 de Agosto, registou-se a morte no Exército do soldado da 1.ª linha Matias Martins da Veiga, de 22 anos, residente no lugar da Lameira. Em 7 de setembro, faleceu a sua irmã Mariana, de 18 anos; em 26 do mesmo mês, a sua irmã Maria com 20 anos e em 17 de outubro, a mãe, Teresa Franca. Outro soldado miliciano, adstrito ao Regimento de Viana do Castelo, de nome Rafael Alves Lagido, também faleceu no Exército perto do Porto, em 24 de agosto do mesmo ano. Nos lugares de morada destas duas famílias e vizinhanças ocorreram várias mortes, incluindo a morte do cirurgião da freguesia, Inácio Leite. Como se pode verificar no Anexo 17, a distribuição anual de óbitos revela a incidência típica da epidemia no pico do Verão.

A crise menor adulta que surgiu no ano de 1846 deflagrou em setembro, ocorrendo vários óbitos sucessivos no lugar da Sobreira, tendo vindo a falecer vários elementos de uma mesma família. Tudo leva a crer tratar-se novamente de cólera. A epidemia prolongou-se até 1849 e alcançou principalmente os lugares da Lagarteira, Vilarinho e Viso onde residia a comunidade marítima recém-chegada que vivia em

---

<sup>316</sup> CARVALHO, António José de, op. cit., p. 321.

<sup>317</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo; ESTEVES, Alexandra; “Cholera in the portuguese region of Alto Minho in the second half of the nineteenth century: epidemic outbreaks, treatment and behaviors”, in *Hygiea Internationalis*, 2010, Linköping University, p. 185.

<sup>318</sup> VASCONCELOS, Maria Emília Sena de, “Negrumes em Viana”, in *Cadernos Vianenses*, tomo 9, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1985, p. 46.

<sup>319</sup> CUNHA, Fanny Font Xavier, “Evolução histórica da Ciência Médica e Política Patrimonial”, in *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira interior da Pré-História ao século XXI*, n.º 16, 2003, pp. 67-71.

<sup>320</sup> ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, “As principais doenças dos internados na Misericórdia de Vila Viçosa durante o século XIX”, in *X Congresso da Associação de Demografia Histórica*, 9, 2010, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, 2010 [CD-ROM].

<sup>321</sup> CASTRO, Francisco Cyrne de, “A Cólera Morbus no distrito de Viana do Castelo (Apontamentos)”, Separata da Revista *Arquivo do Alto Minho*, vol. 4, 1.ª série, Viana do Castelo, 1952, p. 3.

condições precárias de higiene. No que diz respeito à população menor de 7 anos, assistiu-se a uma crise de intensidade média, cujo auge se situou nos meses de setembro e de outubro desse mesmo ano de 1846. Em Santa Maria de Âncora foi também detetada a existência de crises em 1844 e em 1846/1847<sup>322</sup>, em Romarigães<sup>323</sup> em 1846 e na Meadela em 1848<sup>324</sup>.

Com a fixação de populações oriundas do exterior, em particular da comunidade marítima com poucos recursos e cujas taxas de fecundidade eram muito elevadas, as condições de higiene pioraram e a mortalidade elevou-se no seio destas famílias. Em 31 de janeiro de 1846, a Câmara de Caminha propôs a criação de mais um lugar de cirurgião no concelho para acorrer às necessidades da população, isto devido ao:

“Grande número de indigentes e necessitados não só nesta Vila mas (...) principalmente nas de Seixas e de Gontinhães, pelo grande número de miseráveis pescadores que vivem em absoluta penúria e falta de todos os recursos (...) e para acudir aos enfermos pobres, indigentes nas freguesias rurais, algumas à distância de léguas e meia”<sup>325</sup>.

A crise média registada em 1852 teve origem num novo surto de cólera<sup>326</sup>, que atingiu a Europa em 1848 e entrou em Portugal através da fronteira de Valença, embora a epidemia já grassasse na Galiza muito mais cedo. Apesar dos esforços tardios do Governador Civil de Viana do Castelo no sentido de isolar a fronteira através da imposição de um cordão sanitário (divididas que estavam as autoridades relativamente à aceitação de um surto na Galiza por temor às consequências negativas a nível do comércio transfronteiriço), esta medida revelou-se lenta e ineficaz, sobretudo pelo movimento constante de embarcações mercantis e de pesca ao longo do rio Minho e dos portos de A Guarda e Vigo. Esta epidemia teria alastrado por o distrito de Viana do Castelo entre 1852 e 1854, onde vários lazaretos foram montados um pouco por toda a área geográfica, atingindo a cidade de Braga em 1855<sup>327</sup>.

Se no que diz respeito à população maior de 7 anos a crise atingiu a intensidade média, na população menor de 7 anos elevou-se para intensidade forte que, conforme se pode observar na distribuição anual constante no Anexo 18, ocorreu de forma predominante entre os meses de julho a outubro. No entanto, parece que a epidemia já vinha a avançar no interior deste grupo populacional desde 1851, com idêntico desenho

<sup>322</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 246.

<sup>323</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., p. 199.

<sup>324</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., p. 255.

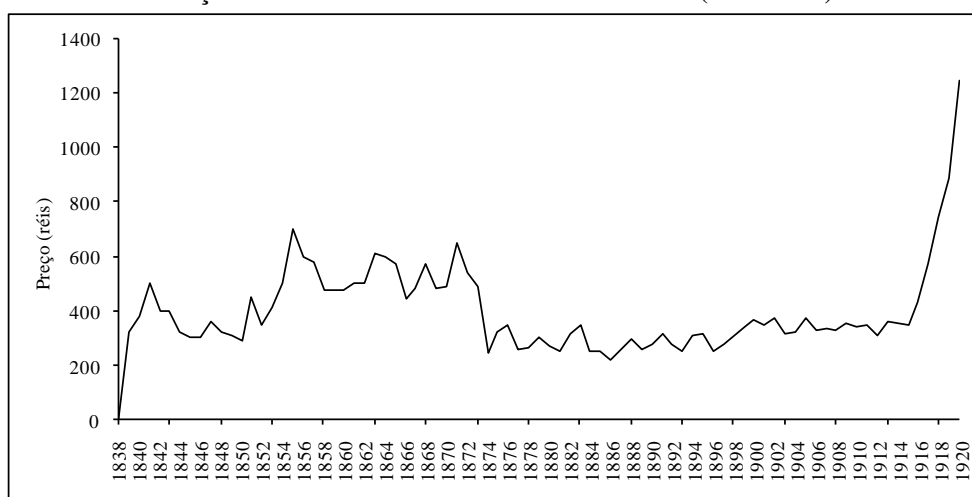
<sup>325</sup> A.M.C., *Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Caminha*, cota 1.6.1.8, fls. 126-127.

<sup>326</sup> CASTRO, Francisco Cyrne de, op. cit., p. 4.

<sup>327</sup> OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *Anais de Braga (1852-1859)*, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1982, p. 37.

sazonal. Este surto de cólera penalizou mais a infância (segmento com menor capacidade de defesa às doenças em geral), mais propriamente na população infantil que vivia na zona ribeirinha e central da paróquia. Com efeito, o Padre Manuel Fernandes da Fonte averbou nos assentos de óbito que várias mortes de crianças tiveram origem em doença maligna, justificando a urgência de enterramento no próprio dia.

**Gráfico 37**  
**Preço médio do milho no concelho de Caminha (1838-1924)**



Fonte: A.M.C., Livros dos Acórdãos da Câmara de Caminha.

Fustigadas as populações com epidemias, desde 1846 até 1852, as colheitas refletiram a falta de mão-de-obra não só resultante da mortalidade como também do recrudescer dos fluxos migratórios para o Brasil. As consequências não se fizeram esperar, assistindo-se à redução da produção agrícola, à especulação nos mercados abastecedores e ao aumento dos preços. O valor do alqueire do pão da terra duplicou de \$350 réis em 1852 para \$700 réis em 1855 (Gráfico 37). Na Sessão de 23 de dezembro 1855, a Câmara de Caminha estabeleceu a obrigatoriedade de um depósito permanente de milho, na tentativa de responder às necessidades da população mais desfavorecida com o objetivo de:

“ (...) Nele se proverem unicamente as classes indigentes e aqueles que compram o dito cereal para sua subsistência e de suas famílias, pelo preço corrente do mercado, concorrendo para o dito depósito todos os comerciantes, proprietários e lavradores desta Vila e das freguesias rurais do Concelho proporcionalmente”<sup>328</sup>.

No ano de 1856, a população com mais de 7 anos foi atingida pela mesma epidemia de intensidade média, tendo o pároco registado cinco óbitos em Lisboa,

<sup>328</sup> A.M.C., Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Caminha, cota 1.6.1.10, circular anexa.

Pombal e Torres Vedras atribuídos à epidemia da “Cholera Morbus que por lá grassava”. São exemplos Aniceto Martins que, andando a trabalhar no seu ofício nas estradas, faleceu em 29 de julho, e João António Fernandes, andando a trabalhar no ofício de pedreiro, cujo óbito foi reportado em 12 de agosto. Em consequência, no ano seguinte, com uma crise de intensidade menor, observamos que os óbitos ocorreram fundamentalmente nas mulheres casadas e viúvas da paróquia, cujas mortes poderiam dever-se a contágio de migrantes.

Foi durante as décadas de 1860 e de 1870 que se registou um maior número de crises de intensidade variada, tanto nos menores como nos maiores de 7 anos (seis crises para cada grupo de idades). Vários surtos de cólera ocorreram na paróquia, para além do aparecimento de novas epidemias associados a crises de subsistência, à fraca produção de cereais e ao açambarcamento e fuga dos bens de primeira necessidade. Perante a gravidade da situação, em 12 de outubro de 1865, o Governador Civil de Viana do Castelo emitiu uma circular para todas as câmaras municipais, juntas de paróquia e estabelecimentos de beneficência para contribuírem com somas para fazer face às despesas resultantes da adoção de medidas higiénicas preventivas com o objetivo de travar a invasão da cólera-morbus<sup>329</sup>. Também a imprensa local, fazendo eco desta preocupação, aludia frequentemente à invasão da cólera vinda da Europa, à crise alimentar que atravessava o distrito e às condições atmosféricas locais muito rigorosas<sup>330</sup>.

A informação retirada dos livros de entrada de doentes no Hospital da Misericórdia de Caminha<sup>331</sup> relativa a doentes adultos, menciona vários internamentos relacionados com febres intermitentes, para além de afeções do foro brônquico, com particular incidência nos meses de setembro e outubro de 1866. Secundando estas informações, as notas de imprensa local apontam a insalubridade como uma das causas principais da epidemia<sup>332</sup>.

Em 1869, ano de crise menor, foram registadas muitas hospitalizações devido a gastrites e hepatites, com uma maior frequência em setembro. Nesse mesmo ano ocorreu uma nova subida do preço dos cereais. Se em 1863 o litro de milho custava \$409 réis, o seu preço atingiu os \$648 réis em 1871. Para além de internamentos

---

<sup>329</sup> A.G.C.V.C., *Delegação do Conselho de Saúde Pública*, cota 1.14.4.11, Circular anexa de 12 de outubro de 1865, Tipografia Aurora do Lima, 1865.

<sup>330</sup> *Jornal O Vianense*, de 25 de outubro de 1865.

<sup>331</sup> A.D.V.C., *Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, Livros do movimento de entrada de doentes do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, cota 7.35.4.10.

<sup>332</sup> *Jornal O Vianense*, 20 de outubro de 1866.

relacionados com debilidade e anemia, a imprensa regional relata episódios de crise alimentar e de carestias<sup>333</sup>.

Nas crianças menores de 7 anos, a crise forte de 1873 teve uma particular incidência. A análise da distribuição anual dos óbitos no Anexo 19 sugere uma sazonalidade de inverno, em possível associação com a ocorrência de um inverno mais rigoroso.

No que concerne aos maiores de 7 anos, entre 1876 e 1879, foram detetadas uma crise menor e duas médias. No ano de 1879, onde se verificou uma crise de intensidade média caracterizada por duas concentrações maiores (julho e dezembro) conforme se pode observar no Anexo 20, os párocos redatores indicaram como causas de óbito as febres intermitentes, malária, constipações, tifo, febre-amarela. Neste período, nos registos do Hospital de Caminha, as referências às causas de internamento, não sendo sistemáticas, indicavam doenças relacionadas com problemas gástricos, enterites, disenterias, diarreias e febres. Assim, este conjunto de circunstâncias, associado a fragilidades nutricionais, a epidemias larvares e à proliferação de doenças infetocontagiosas, teria estado na origem das crises observadas.

Como se pode observar pelo Anexo 21, a distribuição anual de óbitos nos menores de 7 anos que se verificou no ano de 1879 acusou também uma mortalidade sazonal de inverno, cujo pico maior se encontrou no mês de outubro. Entre setembro e Novembro, faleceram treze crianças em datas subsequentes, cuja média de idades é de 1,4 meses, na sua maioria filhas de marítimos e regateiras. A pobreza e as más condições de higiene estão implícitas na subscrição pública levada a cabo por emigrantes da vizinha freguesia de Vile:

“Em 9 de junho de 1879 António José Pereira de Vile faz por seu filho Luís Bernardino Gonçalves Pereira, comerciante no Rio de Janeiro, entrega de 120\$000 réis, que entre eles e seus amigos recolheram por subscrição pública a favor dos miseráveis pescadores de Gontinhães, para a Junta de Paróquia distribuir pelos mais necessitados e pelas mulheres que se empregam no tráfico da venda da pescaria”<sup>334</sup>.

A carestia dos cereais, a falta de recursos das famílias de marítimos sem terra cultivável e as precárias condições de higiene e de salubridade dos ambientes onde viviam estas populações constituíram fatores decisivos no alastramento das doenças. Um cronista natural de Gontinhães refere que “nesta freguesia há muito a fazer,

<sup>333</sup> Jornal *O Vianense*, 3 de agosto de 1867.

<sup>334</sup> A.J.F.V.P.A., *Actas das Juntas de Paróquia*, Livro n.º 1, Sessão de 12 de fevereiro de 1882.

particularmente no porto de pesca, e nas casas de alguns lavradores que, nada cuidadosos da sua saúde, têm as cortes dos gados vacum e suíno juntas ou por baixo dos aposentos em que habitam e dormem”<sup>335</sup>. A Junta de Paróquia local referiu em 1882, dando conta da necessidade de paramentos religiosos e de fundos para a sua aquisição, que “não há meio de obtê-los em virtude de que os seus paroquianos são em grande parte pescadores necessitados por causa da falta continuada de pescarias e os restantes lavradores pobres”<sup>336</sup>.

A crise forte de 1891 atingiu a população adulta, cujos óbitos corresponderam a 78% do total. Neste ano, os meses com maior ocorrência de óbitos foram os de janeiro e outubro. Uma vez que, nesse mesmo ano, entre as causas de internamento dos doentes do Hospital de Caminha, se referiu pela primeira vez o termo *influenza*, para além de várias patologias de natureza brônquica, é possível afirmar que esta crise de mortalidade adulta e sazonal se relacionou com o desenvolvimento de novas estirpes de gripe.

A epidemia da varíola que assolou a paróquia em 1895 estará na origem de uma nova crise mortalidade de intensidade média, atingindo as populações menores e maiores de 7 anos (cf. Anexo 22 e Anexo 23). 59,4% dos óbitos referiam-se ao conjunto formado por marítimos, jornaleiros e criados. Em termos geográficos, 60,9% dos óbitos registaram-se na zona ribeirinha, maioritariamente ocupada pela população marítima, o que vem mostrar que este grupo populacional teria sido o mais atingido, estando assim mais exposto às várias epidemias que grassavam. Isto é evidente pela exposição do Padre Manuel José Gonçalves:

“Todo o verão de 1895, especialmente nos primeiros meses de abril, maio, junho e julho, grassa em Gontinhães (praia d’Âncora) as epidemias de bexigas, e tifo ou difteria, atribuídas aos maus cheiros dos estrumes do mexelhoado e patêlo, que por ali se costuma empregar como estrume (...) e que tem vitimado grande quantidade de vidas. Pelo que as autoridades administrativas ordenaram que este estrume depois de colhido no mar seja imediatamente enterrado a um palmo de profundidade”<sup>337</sup>.

Esta epidemia teve início no mês de março de 1895 e os seus efeitos devastadores produziram um número crescente de mortes até maio/junho, altura em que as autoridades começaram a alertar para a dimensão deste fenómeno. Através de um relato da imprensa local, sabe-se que o “administrador do concelho, acompanhado do seu secretário (...) vieram proceder a uma minuciosa visita sanitária e informarem-se do

<sup>335</sup> *O Jornal da Manhã*, Crónica de Gontinhães, 16 de junho de 1885.

<sup>336</sup> A.J.F.V.P.A., *Actas das Juntas de Paróquia*, Livro n.º 2, Sessão de 12 de fevereiro de 1882.

<sup>337</sup> GONÇALVES, Manuel José, op. cit., p. 81.

estado em que se encontravam as pessoas atacadas de varíola, epidemia que vai alastrando de dia para dia, sem que ao menos tenhamos um médico que nos preste os seus serviços”<sup>338</sup>.

Em 2 de maio de 1895, o Administrador do Concelho, avisando que “grassa com grande intensidade a epidemia da varíola (...) e que a continuação dos enterramentos no adro da igreja pode alterar a saúde pública (...) pede em vista do exposto, que com a maior urgência seja adquirido o terreno para a construção do cemitério da paróquia”<sup>339</sup>. Nesta sequência, a 16 de maio de 1895, o Governo Civil de Viana do Castelo insistiu que a “urgência daquelas obras é tal que não pode deixar de chamar a atenção da Câmara sobre o assunto, esperando a bem da salubridade pública lhe dará toda a atenção (...) evitando a prejudicial acumulação de cadáveres que se dá no adro da respetiva igreja e que na presente ocasião se torna um foco de epidemia.”<sup>340</sup>. Face à evolução da epidemia, em 24 de maio de 1895, exigiu-se à edilidade camarária a aquisição dos terrenos necessários à construção do cemitério local, ordenando-se que “os enterramentos se façam provisoriamente no terreno escolhido e aprovado, e a Câmara deliberou<sup>341</sup>, por unanimidade, fazer a aquisição de 886m<sup>2</sup>. Apesar dos trâmites entre as várias autoridades, será a Junta de Paróquia que, efetuando empréstimos e aplicando derramas, concretizará a sua construção em 1897<sup>342</sup>.

A partir do final do mês de Maio, o enterramento no cemitério começou a ser praticado de forma mais ou menos assídua, impondo-se gradualmente à tradição da sepultura na igreja ou no adro, espaços até então considerados como protetores da passagem terrena à eterna. Entre setembro e outubro, a crise diminuiu de intensidade.

Nos menores de 7 anos, a epidemia da varíola (que vinha já a manifestar-se desde 1893) manteve-se ativa até ao início do século seguinte. Esta epidemia foi agravada pela incidência de outras doenças contagiosas como o tifo ou a cólera, a ajuizar pelos anos larvares intermitentes entre as duas datas (1894, 1895 e 1898).

A fome continuou igualmente a grassar entre as camadas mais pobres. No ano de 1897, a Junta de Paróquia pedia uma esmola a Câmara de Caminha para matar a “fome que está oprimindo cerca de 700 pessoas da classe piscatória, quase um terço da população (...) para que comprem um pouco de pão e mitiguem a fome dos filhos”<sup>343</sup>.

---

<sup>338</sup> Jornal *A Aurora do Lima*, 10 de abril de 1895, Crónica da Praia d'Âncora.

<sup>339</sup> A.M.C., *Livros das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Caminha*, cota 1.6.2.2., fl. 138.

<sup>340</sup> A.M.C., *Livros das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Caminha*, cota 1.6.2.2., fl. 140v.

<sup>341</sup> A.M.C., *Livros das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Caminha*, cota 1.6.2.2., fl. 144v.

<sup>342</sup> A.J.F.V.P.A., *Actas das Juntas de Paróquia*, Livro n.º 3, Sessão de 24 de março de 1897.

<sup>343</sup> A.J.F.V.P.A., *Livros de Actas da Junta de Paróquia de Vila Praia de Âncora*, n.º 3, Sessão de 31 de janeiro de 1897.

Nas duas primeiras décadas do século XX, verificamos que crises de mortalidade continuaram a abater-se sobre a população de Gontinhães (Tabela 74). De forma geral (à exceção dos anos de 1901, 1907 e 1920), os anos de crise foram comuns às populações menores e maiores de 7 anos.

**Tabela 74**  
**Intensidade das crises de mortalidade**  
**1900-1924**

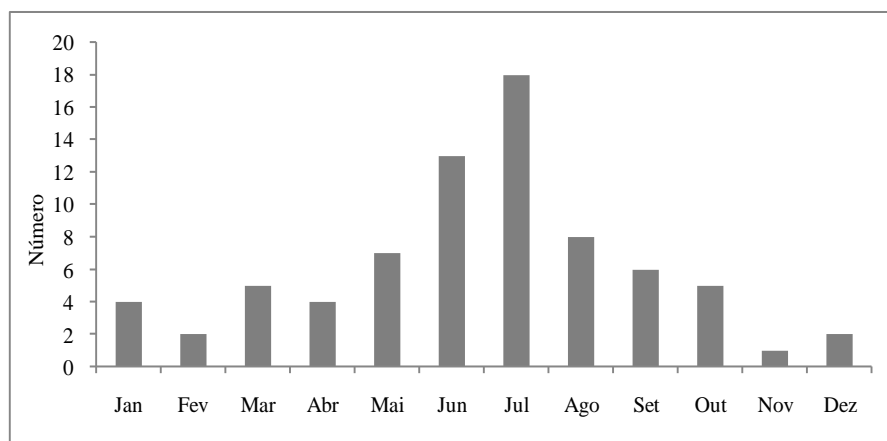
| População   | Crises       | 1901 | 1906 | 1907* | 1918 | 1919* | 1920* |
|-------------|--------------|------|------|-------|------|-------|-------|
| > de 7 anos | Magnitude    | -    | 3    | 2     | 3    | 1     | -     |
|             | Média óbitos | -    | 23   | 24,3  | 30,4 | 32,1  | -     |
| < de 7 anos | Magnitude    | 1    | 2    | -     | 1    | 1     | 3     |
|             | Média óbitos | 15,8 | 15,8 | -     | 17,6 | 18,1  | 19    |

\*Anos em que se manifestaram “crises a cavalo”

Para a população maior de 7 anos, registaram-se quatro crises de mortalidade (duas de intensidade forte em 1906 e 1918, uma de intensidade média em 1907 e uma de intensidade menor em 1919). A população menor de 7 anos foi também atingida por flagelos, tendo ficado assinaladas uma crise de intensidade forte no ano de 1920, uma crise de intensidade média em 1906 e três crises de intensidade menor ocorridas em 1901 e 1918/1919.

A crise de mortalidade ocorrida em 1906 afetou os dois grupos etários. Deflagrou em final de maio, registou o seu auge em julho, seguindo-se uma diminuição significativa do número de óbitos no final do mês de agosto (Gráfico 38). No entanto, constatamos que atingiu essencialmente as crianças recém-nascidas.

**Gráfico 38**  
**Distribuição anual de óbitos de menores de 7 anos (1906)**



Embora não fosse encontrada uma referência explícita à sua causa, a falta de géneros de primeira necessidade continuava a ser referida nas notícias de imprensa:

“De todos os concelhos do país chegam notícias de que não aparece no mercado milho em quantidade suficiente para consumo da população que nesse cereal faz consistir a sua



principal alimentação. (...) Que cada vez mais se faz sentir, com grande prejuízo das classes trabalhadoras. (...) Está-se pagando o raro que aparece por um preço fabuloso – 800 e 900 réis por cada 20 litros”<sup>344</sup>.

Uma dieta alimentar fraca e desequilibrada facilita uma maior exposição a contágios, agravando-se este cenário quando a falta de subsistências no mercado é diminuta e o açambarcamento dos cereais se torna prática corrente:

“Apesar de estarmos no período em que o milho não falta nos celeiros (...) ainda ontem, no mercado semanal desta cidade, poucas foram as pessoas que o conseguiram para a sua fornada da semana (...). Algumas mulherezinhas de freguesias distantes (...) imploraram a alguns negociantes que lhe vendessem a fornada, mas a nada se moveram esses implacáveis mercantis (...) que possuíam grandes quantidades armazenadas (...) à espera de melhor oportunidade”<sup>345</sup>.

Considerando as residências referidas nos assentos de óbito, concluímos que a epidemia se localizou nos lugares da Lagarteira, do Vilarinho e do Viso, sendo novamente os setores populacionais mais atingidos compostos por marítimos, jornaleiros e criados, dado o grau parentesco estabelecido entre estes indivíduos. Será seguro afirmar que esta epidemia teve um caráter infecto-contagioso, com paralelos na “febre da Póvoa do Varzim”<sup>346</sup> e de “outras colónias varinas, da mesma raça e dos mesmos hábitos”<sup>347</sup>, como em Espinho, Matosinhos ou Vila do Conde, com causa atribuída ao tifo exantemático. Gontinhães e Póvoa do Varzim mantiveram, durante décadas, ligações comerciais importantes. Os marítimos deste último porto vinham pescar regularmente para a área litoral de Gontinhães, para além de nesta paróquia adquirirem o sargaço e o mexelhado para o adubo dos campos na Póvoa, produtos que estiveram na origem da crise de mortalidade de 1895.

Até 1924, a última grande crise de mortalidade adulta ocorreu com a entrada da gripe espanhola ou pneumónica<sup>348</sup>, relacionando-se com as movimentações de soldados que, no final da I Grande Guerra, facilitaram a sua expansão através das fronteiras, países e continentes.

Em Portugal, o primeiro surto foi registado no mês de maio em Vila Viçosa, atingindo depois as bacias do Tejo e do Douro e parecendo debelar em finais de julho.

---

<sup>344</sup> Jornal *A Voz do Âncora*, 1 de junho de 1905.

<sup>345</sup> Jornal *A Aurora do Lima*, 11 de novembro de 1911.

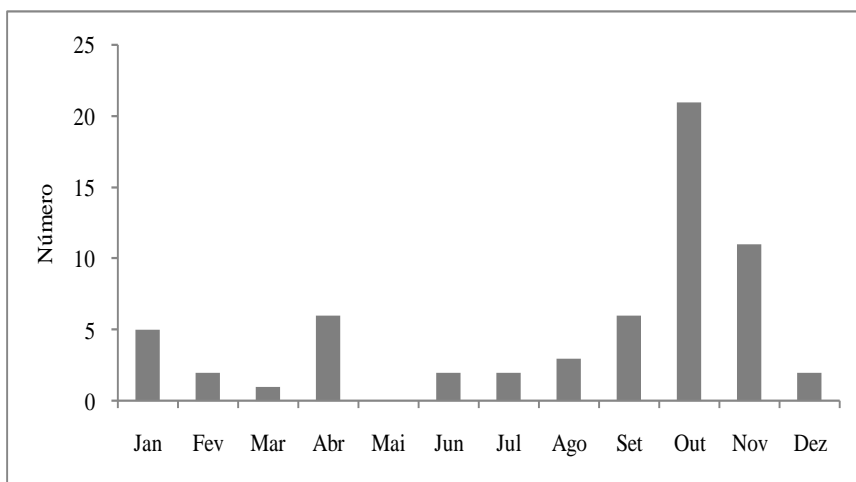
<sup>346</sup> SILVA, Guedes, “Typho exanthématique. Considerações acerca da epidemia da Póvoa de Varzim e Villa do Conde”, in *Porto Médico*, 2 (5), 1905, pp. 158-165.

<sup>347</sup> SEQUEIRA, José de Magalhães, *Higiene e Profilaxia do tifo exantemático*, Porto, Tipografia Mendonça, 1918, p. 34.

<sup>348</sup> GIRÃO, Paulo, *A pneumónica no Algarve*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003, pp. 45-55.

A segunda vaga invadiu o país em finais de Agosto. Faleceram no país cerca de 60474 pessoas. No distrito de Viana do Castelo 7946 habitantes<sup>349</sup>. Estes números poderão não refletir a real dimensão da mortalidade gripal no país, que provavelmente rondou as 150.000 vítimas<sup>350</sup>.

**Gráfico 39**  
**Distribuição anual de óbitos dos maiores de 7 anos (1918)**



A distribuição anual dos óbitos de maiores de 7 anos na paróquia em estudo (Gráfico 39) revela uma subida anormal de óbitos no mês de outubro, uma descida em novembro e uma visível atenuação em dezembro de 1918, com anos larvares subsequentes até 1920. O mesmo desenho se verificou no Porto<sup>351</sup>. Esta subida brusca registada em outubro poderá estar relacionada com a morte de dois marítimos de nome Faustino Gonçalves e Caetano Pereira, com idades de 21 e 31 anos respetivamente, em 26 de setembro<sup>352</sup>. A epidemia ter-se-ia transmitido à restante população, em particular às suas famílias.

Mais uma vez, foi no seio da comunidade marítima de Gontinhães que, dos 41 óbitos ocorridos até ao final do mês de novembro, se registaram 63% de mortes, enquanto que 17% corresponderam a indivíduos com profissões sujeitas a uma maior probabilidade de contágio (ferroviários, cocheiros, empregados e fiscais da alfândega). 10% dos falecidos não possuíam profissão conhecida e os restantes 10% eram lavradores ou domésticas. O facto de 88% das mortes se ter localizado na zona ribeirinha e 12% na zona superior da paróquia vem confirmar a maior vulnerabilidade da população marítima a esta epidemia.

<sup>349</sup> *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal de 1918*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922, p. 110.

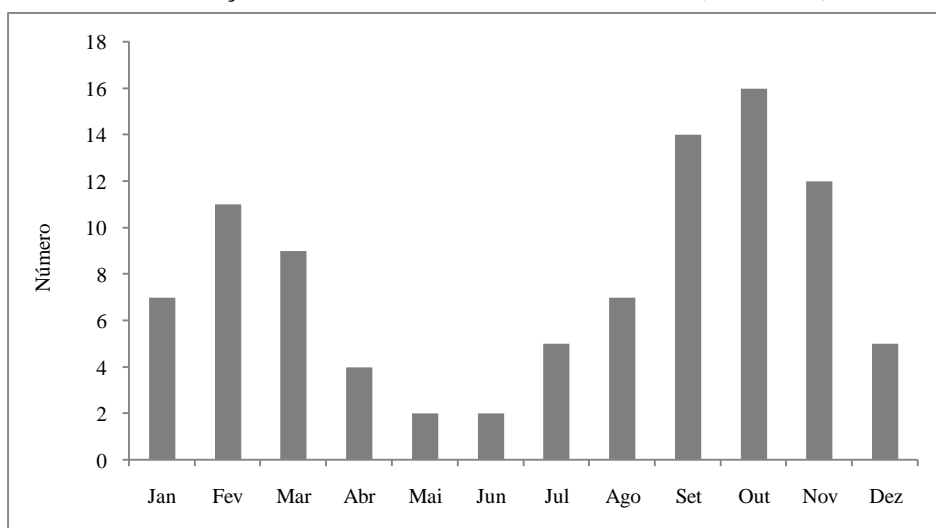
<sup>350</sup> FRADA, João “Uma visão actual e histórica da gripe”, in *Jornal O Figueirense*, n.º 5618, de 26 de junho de 2009.

<sup>351</sup> JORGE, Ricardo, *La Grippe. Rapport préliminaire présenté à la Commission Sanitaire des Pays Alliés dans la session de Mars de 1919*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1919, p. 22.

<sup>352</sup> A.P.V.P.A., *Registos de Assentos Paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Óbitos n.º 8, p. 26.

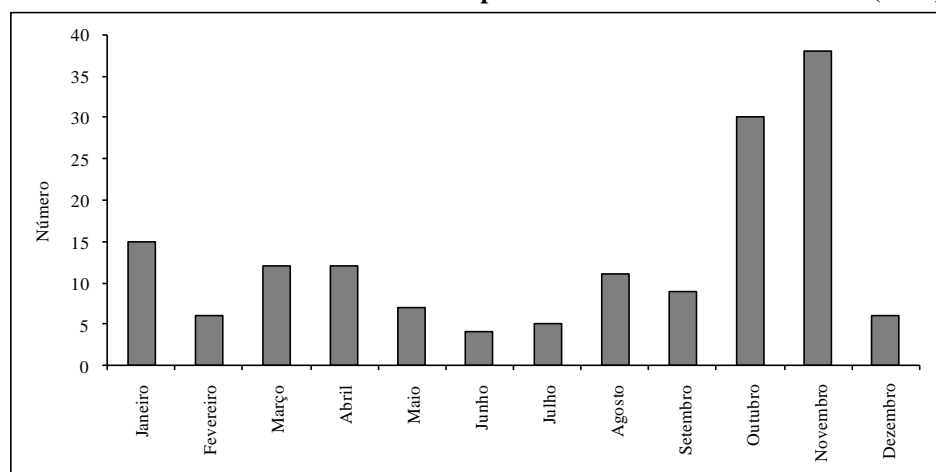
A última grande crise do período em observação entre os indivíduos menores de 7 anos ocorreu entre os anos de 1918 e 1920, estando associada à epidemia da pneumónica (Gráfico 40). De facto, o desenho da sua incidência coincide com os meses de inverno, sendo o mês de maior incidência em outubro, como aliás aconteceu com os indivíduos maiores de 7 anos.

**Gráfico 40**  
**Distribuição anual de óbitos de menores de 7 anos (1918-1920)**



Nesse mesmo ano de 1918, a observação do movimento de internamento de doentes no Hospital da Misericórdia de Caminha reflete a anterior distribuição e as mesmas causas atribuídas à ação da pneumónica (Gráfico 41).

**Gráfico 41**  
**Movimento de entrada de doentes no Hospital da Misericórdia de Caminha (1918)**



Fonte: A.D.V.C., Livros de internamentos dos doentes do Hospital da Misericórdia de Caminha.

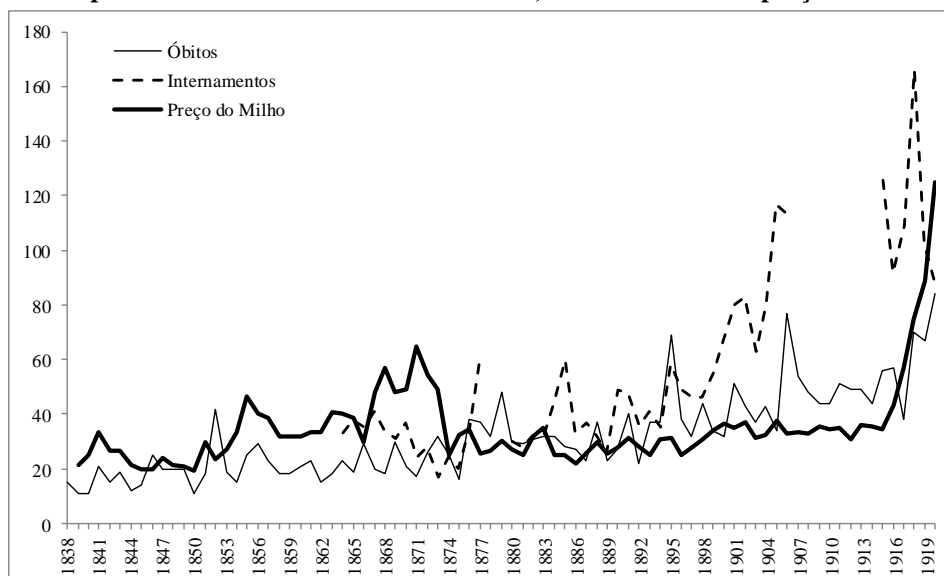
Com efeito, o primeiro caso de gripe surgiu no dia 1 de setembro referindo-se a um marinheiro de nome Constantino da Silva, de 20 anos, natural de Caminha. A partir

do dia 4 de outubro surgiram inúmeros casos de marinheiros, grumetes, marítimos, remadores, fogueiros, barqueiros. Fica claro que estes indivíduos, ligados à atividade marítima, contaminaram os restantes elementos das respetivas famílias, surgindo posteriormente casos de internamentos de peixeiras, criadas, jornaleiras e domésticas.

Assim, parece-nos evidente que esta primeira vaga de pneumónica teve origem, quer ao nível do concelho quer ao nível da paróquia, junto das comunidades marítimas, através de uma constante comunicabilidade com parceiros económicos portuários, em particular de origem galega. A expansão da gripe, reportada pelo Provedor da Misericórdia, iniciou-se nas paróquias que mantinham maior contato com a raia fronteiriça e litoral (Caminha, Gontinhães, Seixas, Moledo, Cristelo), tendo alastrado posteriormente para o interior do concelho<sup>353</sup>.

Esta epidemia acabou por se propagar a outros setores da população, de tal modo que, afetando as demais atividades económicas, se repercutiu no volume da mão-de-obra, em particular afeta à produção agrícola. Este cenário parece confirmar-se no Gráfico 42, onde se compararam os movimentos de óbitos em Gontinhães, o movimento de internamentos e o preço do milho.

**Gráfico 42**  
**Comparativo entre os movimentos de óbitos, de internamento e preço do milho**



Fontes: A.D.V.C., Livros dos internamentos de doentes do Hospital da Misericórdia de Caminha; Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora, A.M.C., Livros dos Acórdão da Câmara de Caminha.

A subida dos preços dos cereais é notória, em particular durante o período da deflagração da crise da pneumónica. O preço do milho por litro passou de \$747 em 1918 para 1\$25 em 1920, 2\$43 em 1921, 3\$62 em 1922, 6\$11 em 1923 e 9\$25 em

<sup>353</sup>A.D.V.C., *Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, Correspondência expedida, cota 7.36.2.36.

1924. A escassez dos cereais e a fome fizeram-se sentir sobretudo nos bairros pobres e nas famílias sem terra.

Torna-se claro que os movimentos de óbitos registados em Gontinhães e de internamentos no Hospital da Misericórdia de Caminha, em particular nas últimas grandes crises de mortalidade, apresentam grandes similitudes. Como se pode verificar ao longo de todo o período, o surto da pneumónica, que teve início em 1918, foi aquele que atingiu maiores proporções.

Nesse ano, o caos alastrou-se por todo o concelho, as dependências hospitalares tornaram-se exíguas, os medicamentos esgotaram-se e o número diminuto de médicos facultativos era insuficiente para a população. O Provedor da Misericórdia de Caminha telegrafou a solicitar ajuda urgente ao Presidente da República, Sidónio Pais, natural de Caminha. Na comunicação de 8 de outubro de 1918<sup>354</sup>, escreve que “grassando nesta vila Caminha e concelho gripe e não tendo hospital recursos (...) peço Ex.<sup>a</sup> se digne contemplar este hospital de forma poder minorar sorte infeliz pobres Vossa terra”. Em 18 de Outubro, participava que a epidemia gripe alastrava “assustadoramente no concelho, principalmente Seixas, Gontinhães, Moledo Cristelo onde nestas últimas 48 horas houve bastantes óbitos. Há falta de médicos. O povo está aterrorizado”<sup>355</sup>.

A 26 de outubro, o Provedor efetuou ao Presidente da República novo pedido urgente de disponibilização de médicos, avisando que a “epidemia alastrava consideravelmente, calculando-se haver só na Vila para cima de 500 casos, muitos com gravidade”<sup>356</sup>. Durante o mês de novembro, o volume elevado de internamentos manteve-se no Hospital de Caminha. Contudo, a crise acabou por retroceder no início de dezembro. Apesar disto, a epidemia continuou a grassar pela população infanto-juvenil, razão pela qual novo pedido seguiu a 16 de novembro de “remessa imediata de soro. Muitas crianças atacadas da terrível doença, não havendo soro nas farmácias”.

Procedendo agora à síntese das mais importantes crises de mortalidade entre 1838 e 1924, nos vários grupos de idades conforme se pode confrontar no Anexo 24, concluímos que 22,5% dos óbitos se refere a menores de 1 ano, seguindo-se as crianças até aos 4 anos com 16,7%. Os grupos de idades menos atingidos pela incidência de óbitos encontraram-se entre os 5 e os 19 anos e ainda os indivíduos dos 40 aos 49 anos, se bem que o grupo de adultos entre os 20 e os 29 anos apresentasse, em qualquer das

---

<sup>354</sup> ADVC, *Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, Correspondência expedida, cota 7.36.2.36.

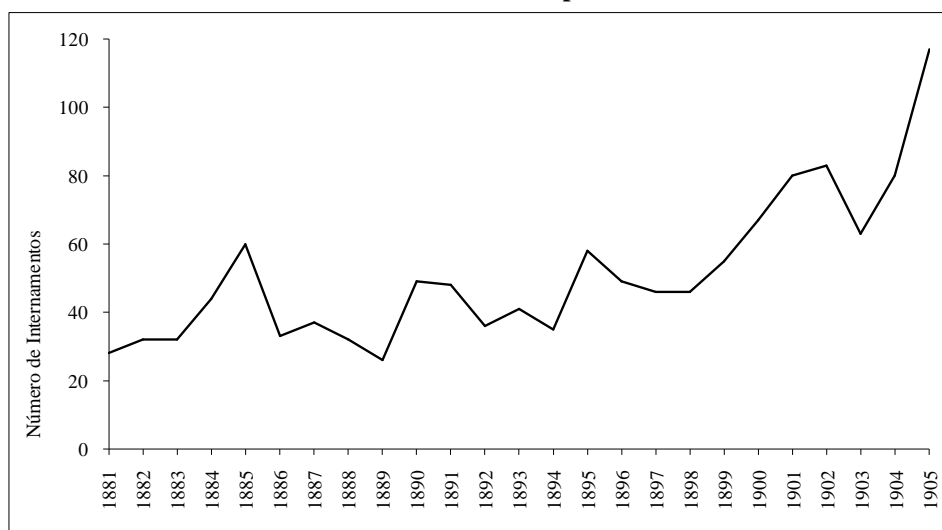
<sup>355</sup> A.D.V.C., *Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, Correspondência expedida, cota 7.36.2.36.

<sup>356</sup> A.D.V.C., *Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, Correspondência expedida, cota 7.36.2.36.

crises de mortalidade, alguma debilidade. Por razões naturais, o grupo dos 60 e mais anos de idade apresentou a mais elevada percentagem de mortalidade (25,2%).

A partir dos livros de internamentos de doentes do Hospital da Misericórdia de Caminha, organizámos as diferentes patologias indicadas por grupos de idades de cada indivíduo entre 1880 e 1905 (Gráfico 43). Embora se trate de uma fonte documental localizada num período temporal curto e que abrange todo o concelho, julgamos que ela nos permite compreender com algum detalhe a incidência das epidemias observadas em Gontinhães.

**Gráfico 43**  
**Movimento de internamento dos doentes no Hospital da Misericórdia de Caminha**



Fonte: A.D.V.C., Livros de internamentos dos doentes do Hospital da Misericórdia de Caminha.

Numa primeira abordagem, verificamos, que o movimento das principais crises de mortalidade detetadas em Gontinhães, no final do século XIX e início do século seguinte, tiveram correspondência no movimento de internamento de doentes no Hospital de Caminha (nos anos 1891, 1893, 1895, 1901 a 1905).

**Tabela 75**  
**Patologias e óbitos por grupos de idade (1880-1905)**

| Patologias                             | < 7 |    |      | 7 - 19 |     |      | 20 -29 |     |      | 30-39 |     |      | 40-49 |     |      | 50-59 |     |      | 60 e + |     |      | Sem referência |    |      | Total |      |      |
|--|-----|----|------|--------|-----|------|--------|-----|------|-------|-----|------|-------|-----|------|-------|-----|------|--------|-----|------|----------------|----|------|-------|------|------|
|  | O   | D  | %    | O      | D   | %    | O      | D   | %    | O     | D   | %    | O     | D   | %    | O     | D   | %    | O      | D   | %    | O              | D  | %    | O     | D    | %    |
| Foro gastrointestinal                  | 0   | 4  | 16,0 | 1      | 25  | 9,7  | 1      | 47  | 16,4 | 1     | 35  | 20,3 | 3     | 20  | 13,1 | 7     | 27  | 17,6 | 0      | 30  | 12,3 | 0              | 0  | 0,0  | 13    | 188  | 14,4 |
| Doenças de pele                        | 0   | 8  | 32,0 | 1      | 92  | 35,8 | 0      | 74  | 25,9 | 0     | 36  | 20,9 | 2     | 44  | 28,8 | 2     | 51  | 33,3 | 2      | 60  | 24,6 | 2              | 2  | 11,8 | 9     | 367  | 28,1 |
| Doenças cardiovasculares               | 0   | 1  | 4,0  | 1      | 12  | 4,7  | 0      | 7   | 2,4  | 1     | 13  | 7,6  | 1     | 7   | 4,6  | 2     | 7   | 4,6  | 6      | 28  | 11,5 | 0              | 0  | 0,0  | 11    | 75   | 5,7  |
| Desnutrição                            | 0   | 1  | 4,0  | 0      | 19  | 7,4  | 0      | 18  | 6,3  | 0     | 5   | 2,9  | 1     | 15  | 9,8  | 0     | 7   | 4,6  | 1      | 17  | 7,0  | 0              | 0  | 0,0  | 2     | 82   | 6,3  |
| Sistema ósseo e articular              | 0   | 0  | 0,0  | 0      | 8   | 3,1  | 0      | 21  | 7,3  | 0     | 8   | 4,7  | 0     | 16  | 10,5 | 1     | 5   | 3,3  | 2      | 16  | 6,6  | 1              | 2  | 11,8 | 4     | 76   | 5,8  |
| Doenças respiratórias e pulmonares     | 0   | 2  | 8,0  | 1      | 29  | 11,3 | 0      | 60  | 21,0 | 3     | 40  | 23,3 | 3     | 20  | 13,1 | 2     | 28  | 18,3 | 6      | 45  | 18,4 | 0              | 2  | 11,8 | 15    | 226  | 17,3 |
| Acidentes                              | 0   | 6  | 24,0 | 3      | 37  | 14,4 | 0      | 14  | 4,9  | 0     | 11  | 6,4  | 0     | 13  | 8,5  | 0     | 11  | 7,2  | 2      | 20  | 8,2  | 0              | 3  | 17,6 | 5     | 115  | 8,8  |
| Sistema nervoso                        | 0   | 0  | 0,0  | 1      | 6   | 2,3  | 0      | 14  | 4,9  | 0     | 8   | 4,7  | 0     | 4   | 2,6  | 0     | 3   | 2,0  | 1      | 10  | 4,1  | 0              | 0  | 0,0  | 2     | 45   | 3,4  |
| Foro psiquiátrico                      | 0   | 0  | 0,0  | 0      | 3   | 1,2  | 0      | 3   | 1,0  | 0     | 0   | 0,0  | 0     | 2   | 1,3  | 0     | 2   | 1,3  | 0      | 0   | 0,0  | 0              | 1  | 5,9  | 0     | 11   | 0,8  |
| Doenças infetocontagiosas              | 0   | 2  | 8,0  | 2      | 14  | 5,4  | 3      | 11  | 3,8  | 1     | 1   | 0,6  | 1     | 1   | 0,7  | 2     | 2   | 1,3  | 1      | 1   | 0,4  | 0              | 0  | 0,0  | 10    | 32   | 2,4  |
| Doenças venéreas                       | 0   | 0  | 0,0  | 0      | 5   | 1,9  | 1      | 5   | 1,7  | 0     | 1   | 0,6  | 0     | 0   | 0,0  | 0     | 1   | 0,7  | 0      | 0   | 0,0  | 0              | 0  | 0,0  | 1     | 12   | 0,9  |
| Doenças do sistema reprodutor feminino | 0   | 1  | 4,0  | 0      | 2   | 0,8  | 0      | 1   | 0,3  | 2     | 4   | 2,3  | 0     | 0   | 0,0  | 0     | 3   | 2,0  | 0      | 6   | 2,5  | 0              | 0  | 0,0  | 2     | 17   | 1,3  |
| Outras                                 | 0   | 0  | 0,0  | 0      | 0   | 0,0  | 0      | 0   | 0,0  | 0     | 0   | 0,0  | 0     | 0   | 0,0  | 0     | 0   | 0,0  | 1      | 1   | 0,4  | 2              | 2  | 11,8 | 3     | 3    | 0,2  |
| Sem referência                         | 0   | 0  | 0,0  | 0      | 5   | 1,9  | 0      | 11  | 3,8  | 0     | 10  | 5,8  | 0     | 11  | 7,2  | 0     | 6   | 3,9  | 1      | 10  | 4,1  | 0              | 5  | 29,4 | 1     | 58   | 4,4  |
| Total                                  | 0   | 25 | 100  | 10     | 257 | 100  | 5      | 286 | 100  | 8     | 172 | 100  | 11    | 153 | 100  | 16    | 153 | 100  | 23     | 244 | 100  | 5              | 17 | 100  | 78    | 1307 | 100  |

Fonte: A.D.V.C., Livros de internamentos dos doentes do Hospital da Misericórdia de Caminha.

\* O = óbitos ; D = doentes.

Grupo I - Doenças do foro gastrointestinal (colites, diarreias, enterites, dispepsia, febres gástricas, gastrites, ténia).

Grupo II - Doenças de pele (úlceras, escrófulas, abscessos, quistos, erisipela, fistulas, sarna, furúnculos, antraz).

Grupo III - Foro cardiocirculatório (angina, lesão cardíaca, cardialgia, miocardites, paralisia, anasarca, edema).

Grupo IV – Desnutrição: anemia, debilidade, fraqueza, fome, astenia.

Grupo V - Sistema ósseo e articular (reumatismo, dores reumáticas/articulares, artrite, ciática).

Grupo VI - Doenças respiratórias e pulmonares (bronquite, pneumonia, pleurisia, gripe, influenza, supressão da respiração, asma).

Grupo VII – Acidentes: fraturas, contusões, explosão, queimaduras, traumatismos, amputações.

Grupo VIII – Sistema nervoso: nevalgias e dores vagas.

Grupo IX – Foro psicológico: histerismo, maníaco, neurastenia, hemofagia.

Grupo X - Doenças infecciosas e/ou contagiosas (febres tifóides e africanas, paludismo, intermitentes, varíola, sarampo, hidrofagia).

Grupo XI - Doenças venéreas (sífilis, sesões, leucorreia, herpes).

Grupo XII – Doenças do aparelho reprodutor feminino (parto, metrorragia, febres uterinas, infeções puerperais).

Grupo XIII - Outras (prostração pelo frio, moribundos).

Grupo XIV - Sem referências, ou, "não se pode capitular".

Na Tabela 75, organizámos os internamentos dos doentes por patologias e grupos de idades. As maiores frequências de patologias observadas concentram-se nas doenças de pele (28,1%), nas doenças respiratórias e pulmonares (17,3%) e nas doenças do foro gastrointestinal (14,4%). Se este último grupo parece revelar uma dieta desequilibrada (disenteria, gastroenterites, diarreias, gastrites), o primeiro grupo acusou deficientes condições de higiene e de saúde (úlceras, erisipela, sarna, escrófulas, tinha). A incidência das doenças respiratórias e pulmonares comprovou a importância específica do clima e da humidade da região geográfica na avaliação da saúde das populações.

Os óbitos registados (5,6% do total dos internamentos) corresponderam a doenças respiratórias/pulmonares, gastrointestinais, cardiovasculares e infetocontagiosas, recaindo maioritariamente nos indivíduos com mais de 50 anos, como seria de esperar.

Registaram-se somente 25 casos de indivíduos menores de 7 anos, o que revela uma desvalorização no internamento de doentes pertencentes a esta faixa etária. A incidência das doenças de pele e os acidentes revelam alguma desatenção na infância.

No grupo de idades compreendido entre os 7 e os 19 anos, com 19,7% do total dos doentes, registou-se a maior concentração nas doenças de pele, seguindo-se as respiratórias e os acidentes. Com efeito, foi nesta faixa etária em que ocorreu o maior número de traumatismos, fraturas, contusões ou queimaduras.

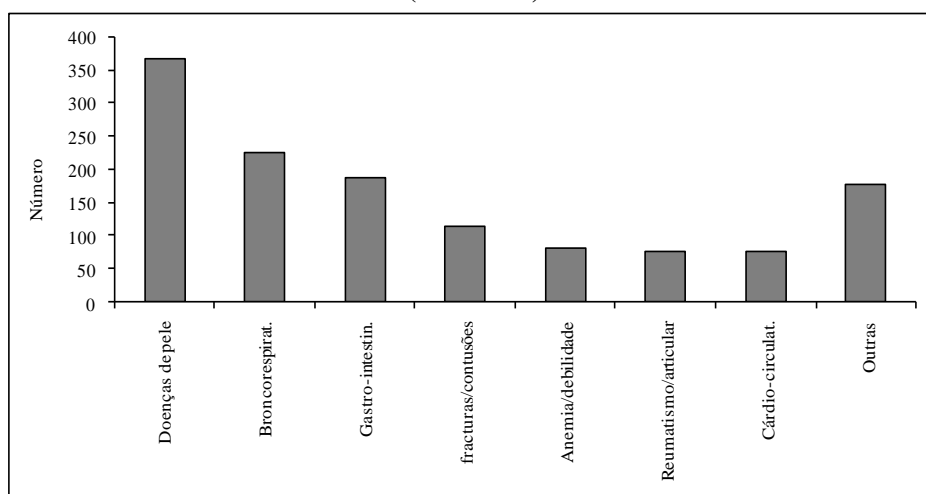
A maior frequência de internamentos (21,9%) registou-se nos indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos, com patologias relacionadas com doenças de pele, respiratórias/pulmonares e gastrointestinais. Este conjunto de doenças foi ainda responsável pela maioria das hospitalizações nos grupos de idades seguintes.

Os grupos de idades entre os 30 e 59 anos, com frequências de internamento de 11,7% e 13,2% respetivamente, parecem revelar uma maior capacidade de resistência às doenças. Os indivíduos com 60 e mais anos refletem, por sua vez, o natural desgaste de idade (18,7% das ocorrências).

As concentrações das diferentes doenças pelos vários agrupamentos de patologias indicam uma significativa correlação com as condições de higiene e saúde existentes na época, bem como com o meio e o clima (Gráfico 44).



**Gráfico 44**  
**Causas de internamento dos doentes no Hospital da Misericórdia de Caminha**  
**(1880-1905)**



Fonte: A.D.V.C., Livros de internamentos dos doentes do Hospital da Misericórdia de Caminha.

Enquanto 28,1% das entradas se reportaram a doenças do foro dermatológico (frequentemente causadas por deficientes condições de higiene), 17,3% são do foro bronco-pulmonar (bronquites crónicas, pneumonias, pleurísias, gripes). Uma dieta desequilibrada foi provavelmente a causa, para além dos internamentos por anemia, debilidade, fraqueza e fome (6,3%), das afeções do foro gastrointestinal, com cerca de 14,4% de ocorrências.

## 7.2. Sazonalidade dos óbitos

A distribuição sazonal dos óbitos reflete, para além da estrutura da população, características ambientais específicas e a existência do maior ou menor grau de sanitarismo<sup>357</sup>.

A capacidade de resistência física às doenças apresentava características distintas para adultos e crianças. A mortalidade adulta ocorria durante os meses de inverno e a dos menores durante os meses de verão, sendo janeiro o mês mais gravoso para os adultos e o de setembro para as crianças<sup>358</sup>. Este indicador permite-nos relacionar as circunstâncias estacionais e climáticas com a causa dos óbitos, uma vez que essas causas não eram referidas com regularidade por ocasião do lançamento dos falecimentos. Temos porém de salvaguardar que as crises de mortalidade excepcional poderão introduzir, pontualmente, distorções nesta análise.

<sup>357</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., p. 140.

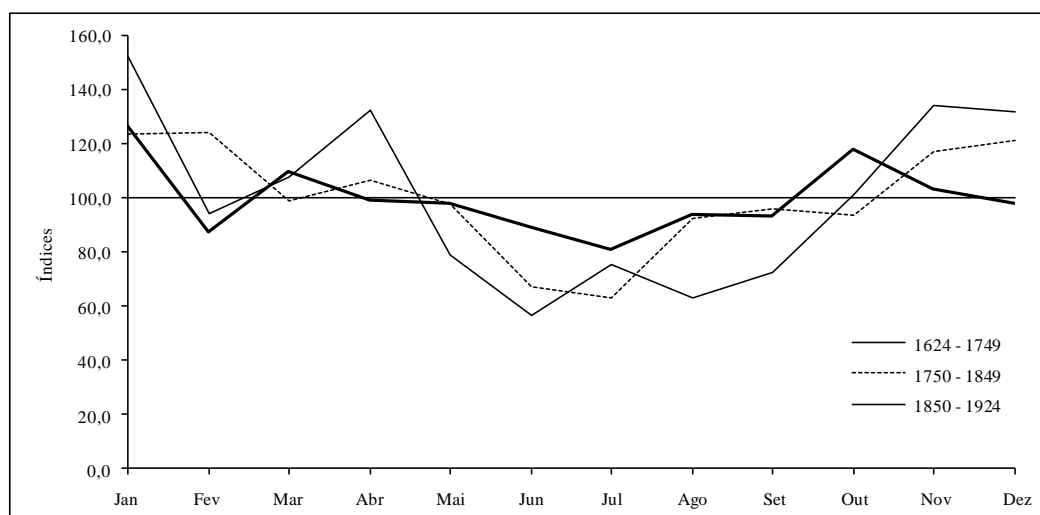
<sup>358</sup> DUPÂQUIER, Jaques, 1979a, op. cit., p. 267.

Para a avaliação da sazonalidade ao óbito dos maiores de 7 anos, optámos por uma divisão em três períodos (Tabela 76 e Gráfico 45). Para os menores de 7 anos, efetuámos uma divisão em dois períodos, uma vez que o lançamento do registo sistemático é posterior.

**Tabela 76**  
**Sazonalidade dos óbitos dos maiores de 7 anos**

| Meses     | 1624-1749 |              | 1750-1849 |              | 1850-1924 |              |
|-----------|-----------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
|           | N         | Índice (100) | N         | Índice (100) | N         | Índice (100) |
| Janeiro   | 89        | 152,3        | 121       | 123,2        | 119       | 126,9        |
| Fevereiro | 50        | 93,9         | 111       | 124          | 75        | 87,8         |
| Março     | 63        | 107,8        | 97        | 98,7         | 103       | 109,9        |
| Abril     | 75        | 132,6        | 101       | 106,2        | 90        | 99,2         |
| Maio      | 46        | 78,7         | 96        | 97,7         | 92        | 98,1         |
| Junho     | 32        | 56,6         | 64        | 67,3         | 81        | 89,3         |
| Julho     | 44        | 75,3         | 62        | 63,1         | 76        | 81,1         |
| Agosto    | 37        | 63,3         | 91        | 92,6         | 88        | 93,9         |
| Setembro  | 41        | 72,5         | 91        | 95,7         | 85        | 93,7         |
| Outubro   | 59        | 101          | 92        | 93,6         | 111       | 118,4        |
| Novembro  | 76        | 134,4        | 111       | 116,7        | 94        | 103,6        |
| Dezembro  | 77        | 131,7        | 119       | 121,1        | 92        | 98,1         |

**Gráfico 45**  
**Sazonalidade dos óbitos dos maiores de 7 anos**

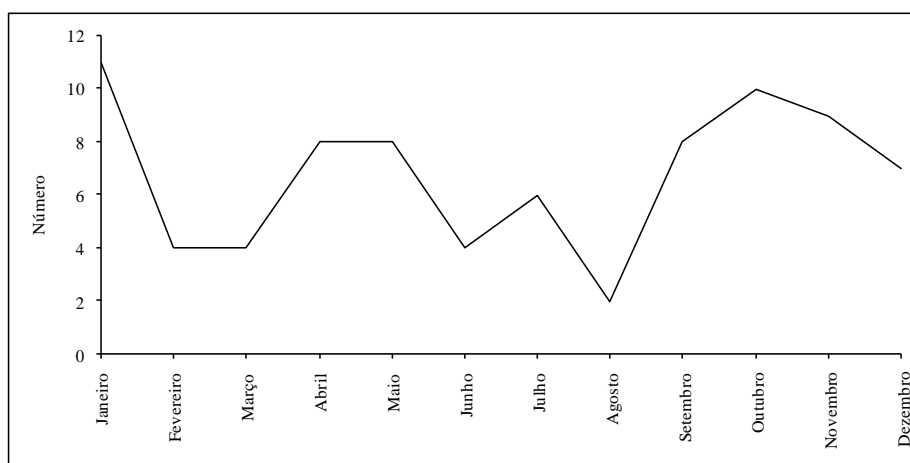


Entre 1624 e 1749, observamos que os índices mais elevados se registam nos meses de novembro e janeiro, com tendência à normalização nos restantes meses, embora o mês de abril revele ainda uma significativa sazonalidade ao óbito. Entre 1750 e 1849, a tendência mantém-se idêntica, embora com maior uniformidade na distribuição ao longo dos restantes meses do ano. No último período, a distribuição apresenta-se bastante regular, com pequenas elevações em janeiro, março e outubro, observando-se que os mínimos coincidem com a primavera e o verão.

Deste modo, em todos os períodos observou-se uma mortalidade sazonal de inverno, atribuível a uma maior incidência de enfermidades do aparelho respiratório, confirmando-se que o mês de janeiro foi o mais gravoso nos três períodos observados.

A partir dos livros de internamento dos doentes do Hospital da Misericórdia de Caminha, organizámos a informação referente somente aos óbitos dos maiores de 7 anos, devido à inexistência de óbitos de menores internados (Gráfico 46).

**Gráfico 46**  
**Distribuição anual de óbitos no Hospital da Misericórdia de Caminha**  
**1880-1905**



Fonte: A.D.V.C., Livros de internamentos dos doentes do Hospital da Misericórdia de Caminha.

A distribuição anual dos óbitos verificada no hospital revela uma sazonalidade predominante no período do inverno, com concentrações mais expressivas em janeiro, outubro e novembro, tendência também verificada na sazonalidade ao óbito dos adultos em Gontinhães no período aproximado entre 1850-1924 (cf. Tabela 76 e Gráfico 45). O mês de agosto apresentou a ocorrência de um menor número de óbitos, inserindo-se na mesma linha de observação anterior.

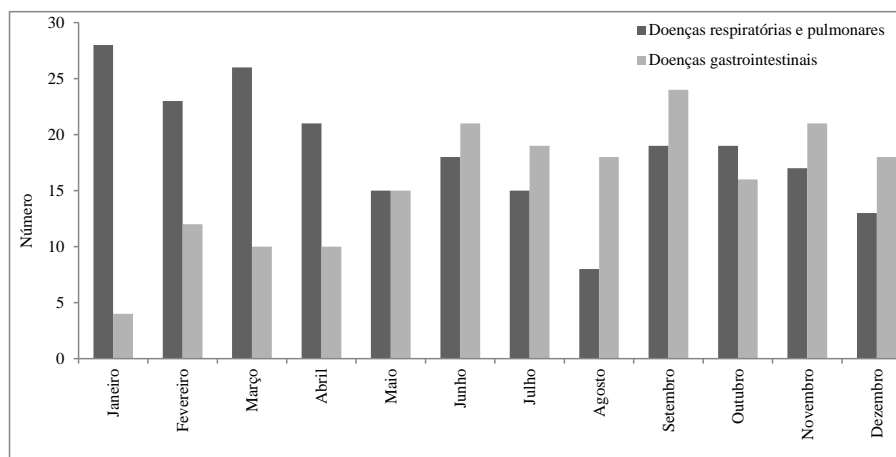
Em 1839, alguns autores já relacionavam as condições do meio ambiente com a saúde pública, defendendo que condições específicas potenciavam o aparecimento de moléstias nas populações. Para além do clima, “havendo doenças próprias dos concelhos contíguos ao mar, ou aos dos rios, e alguns com lagoas, ou sítios mais ou menos pantanosos e alagadiços”<sup>359</sup>. Era o caso do concelho de Caminha. Estes locais, estavam sujeitos “à incessante alternativa do calor diário e podridão dos vegetais, onde se desenvolvem miasmas, que muitas vezes constituem a atmosfera das povoações vizinhas pouco saudável”. Neste conjunto de circunstâncias, conclui-se que “aparecem muitas vezes no inverno, primavera, e outono, principalmente se estas estações são frias

<sup>359</sup> CARVALHO, António José de, op. cit., p. 305.

e muito húmidas, as gastroenterites (...), irritações brônquicas, os catarros, ou bronquites, e outras irritações pulmonares”<sup>360</sup>.

No sentido de averiguar as patologias associadas às estações do ano, organizámos as informações relativas às várias doenças do foro respiratório e do foro gastrointestinal, distribuindo-as pelos vários meses do ano (Gráfico 47).

**Gráfico 47**  
**Distribuição anual dos internamentos por patologia no Hospital da Misericórdia de Caminha 1880-1905**



Fonte: A.D.V.C., Livros de internamentos dos doentes do Hospital da Misericórdia de Caminha.

Esta distribuição apresenta uma tendência de maior concentração das doenças respiratórias e pulmonares durante os meses de janeiro a abril e uma maior concentração das doenças gastrointestinais a partir do mês de junho, confirmando-se que certas patologias se encontravam associadas às estações do ano, causadas, por um lado, pelos rigores do clima e elevado teor de humidade e, por outro, pela ingestão de alimentos deteriorados.

Estas tendências de sazonalidade inverno/verão também foram encontradas em paróquias minhotas já estudadas, como em Romarigães<sup>361</sup>, Facha<sup>362</sup>, Santa Maria de Âncora<sup>363</sup> ou Meadela<sup>364</sup>, refletindo a íntima ligação do homem com a natureza.

Na observação da sazonalidade dos óbitos dos menores de 7 anos, e no sentido de encontrarmos mudanças de comportamento relativamente às condições gerais de sobrevivência, comparámos a sazonalidade ao óbito dos menores de 1 ano e os menores de 7 anos (Tabela 77 e Gráfico 48 e Gráfico 49).

<sup>360</sup> CARVALHO, António José de, op. cit., p. 308.

<sup>361</sup> SANTOS, Carlota, 1999, op. cit., p. 194.

<sup>362</sup> MACHADO, Maria Arminda Loureiro, op. cit., p. 155.

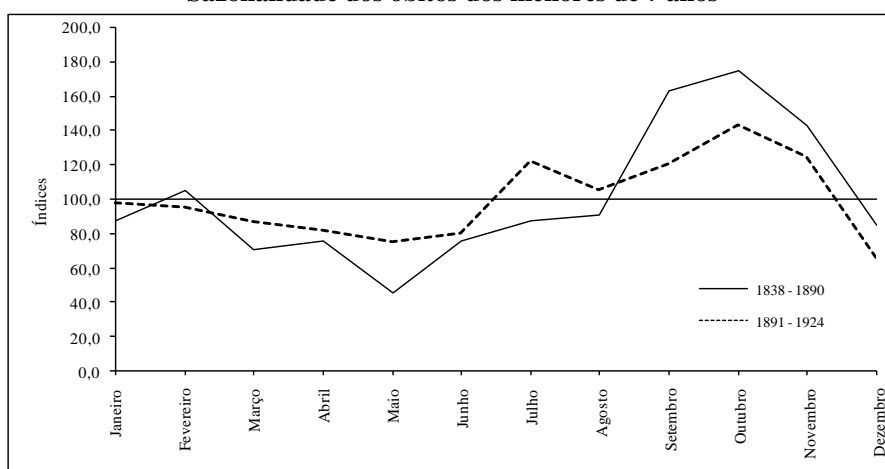
<sup>363</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 235.

<sup>364</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., pp. 246-248.

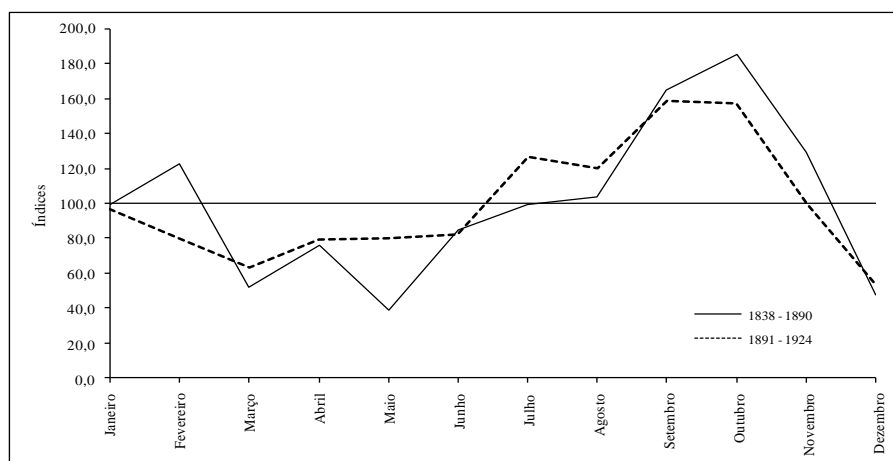
**Tabela 77**  
**Sazonalidade dos óbitos dos menores de 7 anos**

| Meses     | Menores de 1 ano |              |           |              | Menores de 7 anos |              |           |              |
|-----------|------------------|--------------|-----------|--------------|-------------------|--------------|-----------|--------------|
|           | 1838-1890        |              | 1891-1924 |              | 1838-1890         |              | 1891-1924 |              |
|           | N                | Índice (100) | N         | Índice (100) | N                 | Índice (100) | N         | Índice (100) |
| Janeiro   | 23               | 99           | 29        | 97           | 31                | 87           | 52        | 98           |
| Fevereiro | 26               | 123          | 22        | 81           | 34                | 105          | 46        | 95           |
| Março     | 12               | 52           | 19        | 64           | 25                | 70           | 46        | 87           |
| Abril     | 17               | 76           | 23        | 79           | 26                | 76           | 42        | 82           |
| Maió      | 9                | 39           | 24        | 80           | 16                | 45           | 40        | 75           |
| Junho     | 19               | 85           | 24        | 83           | 26                | 76           | 41        | 80           |
| Julho     | 23               | 99           | 38        | 127          | 31                | 87           | 65        | 122          |
| Agosto    | 24               | 103          | 36        | 120          | 32                | 90           | 56        | 106          |
| Setembro  | 37               | 165          | 46        | 159          | 56                | 163          | 62        | 121          |
| Outubro   | 43               | 185          | 47        | 157          | 62                | 174          | 76        | 143          |
| Novembro  | 29               | 129          | 29        | 100          | 49                | 142          | 64        | 125          |
| Dezembro  | 11               | 47           | 16        | 54           | 30                | 84           | 35        | 66           |

**Gráfico 48**  
**Sazonalidade dos óbitos dos menores de 7 anos**



**Gráfico 49**  
**Sazonalidade dos óbitos dos menores de 1 ano**



Verificamos que, em ambos os grupos de idades, entre 1838 e 1890, os picos mais elevados foram registados nos meses de setembro a novembro e, ainda, em fevereiro. Entre 1891 e 1924, os índices mais elevados distribuíram-se de julho a

novembro. Neste último período, a sazonalidade ao óbito suavizou-se, em particular nas crianças menores de 7 anos, sugerindo uma melhoria nas condições higiénico-sanitárias da paróquia. Concluímos que a tendência estacional dos óbitos foi idêntica nas crianças menores de 1 ano e nas crianças menores de 7 anos, acusando uma sazonalidade típica de Verão, se bem que mais acentuada no primeiro grupo de idades.

Como vimos na análise das crises de mortalidade dos menores de 7 anos, as principais causas de morte foram as doenças do foro gastrointestinal, eventualmente ligadas ao consumo de frutas verdes, à deterioração de alimentos nos meses quentes ou à insalubridade das águas, e conduzindo à propagação de doenças, como a cólera, disenteria ou varíola.

Importa também referir que o período entre julho e novembro, se caracterizava por um maior volume de trabalho quer na comunidade rural quer na comunidade marítima. Esta azáfama podia conduzir, não só ao desmame prematuro, como a alguns comportamentos de menor cuidado por parte das progenitoras. Nesta estação, as mães estavam mais atarefadas fora de casa, absorvidas pelos trabalhos de campo ou na venda de pescado. A sobrecarga de trabalho foi relatada num estudo da época:

“Os indivíduos do sexo feminino a pegarem na enxada e a conduzirem o arado (...) como lhes falta o vigor preciso para desempenharem bem aquelas tarefas (...) e ao cumprimento da lei natural da procriação (...) tornam mais difícil este resultado pelas penosas obrigações que os misteres da vida agrícola lhes impõem”<sup>365</sup>.

A saúde das crianças de peito era duplamente ameaçada. O leite da mãe ou das amas que trabalhavam incansavelmente ficaria alterado, sendo negligenciados os cuidados dispensados às crianças que, em simultâneo, ficavam sujeitas a uma vigilância menos cuidada<sup>366</sup>.

### **7.3. Esperança de vida dos casados**

Perante os intensos movimentos de mobilidade masculina encontrados na paróquia desde o início do período em observação, decidimos privilegiar o grupo dos casados no sentido de analisar a esperança de vida adulta. Estes indivíduos, com data conhecida de casamento, nascimento e óbito, conferem maior estabilidade e fiabilidade nos resultados.

---

<sup>365</sup> COELHO, Eusébio Cândido Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 2-23.

<sup>366</sup> GUILHAUME, Pierre; POUSSOU, Jean-Pierre, *Démographie Historique*, Paris, Armand Colin, 1970, pp. 136-138.

Nesta aproximação à mortalidade adulta, observámos numa perspetiva longitudinal as gerações nascidas entre 1624 e 1699 e entre 1700 e 1839. A escolha desta periodização relaciona-se com a impossibilidade de seguir o ciclo de vida dos indivíduos até ao final do período em observação.

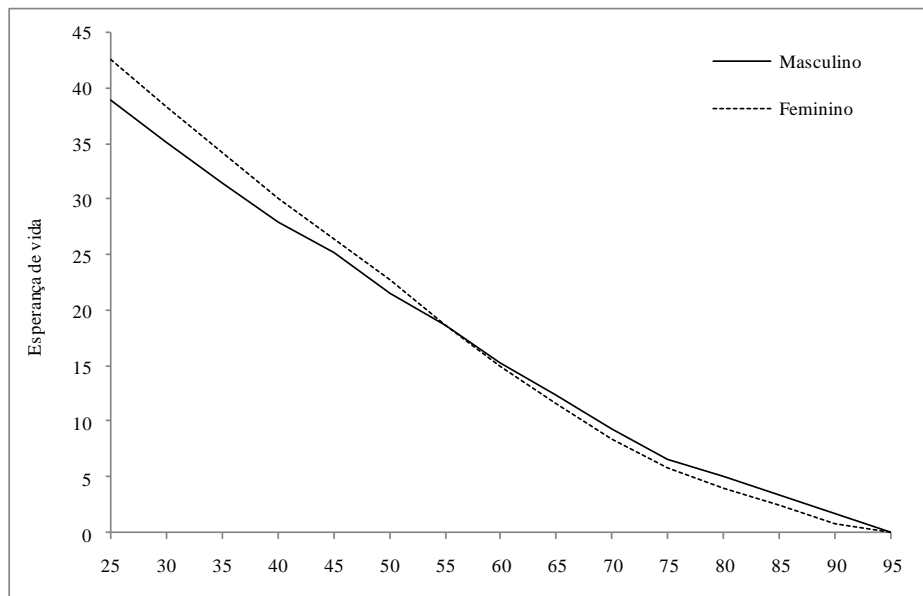
Com base nestas famílias, procedemos ao cálculo da esperança de vida por mil nascidos para homens e para mulheres, por grupos de idade, a partir dos 25 anos e com intervalos de 5 anos, tendo considerado os efetivos iniciais, os emigrados e os falecidos.

**Tabela 78**  
**Mortalidade geral e esperança de vida de indivíduos casados**  
**Gerações nascidas de 1660 a 1824**

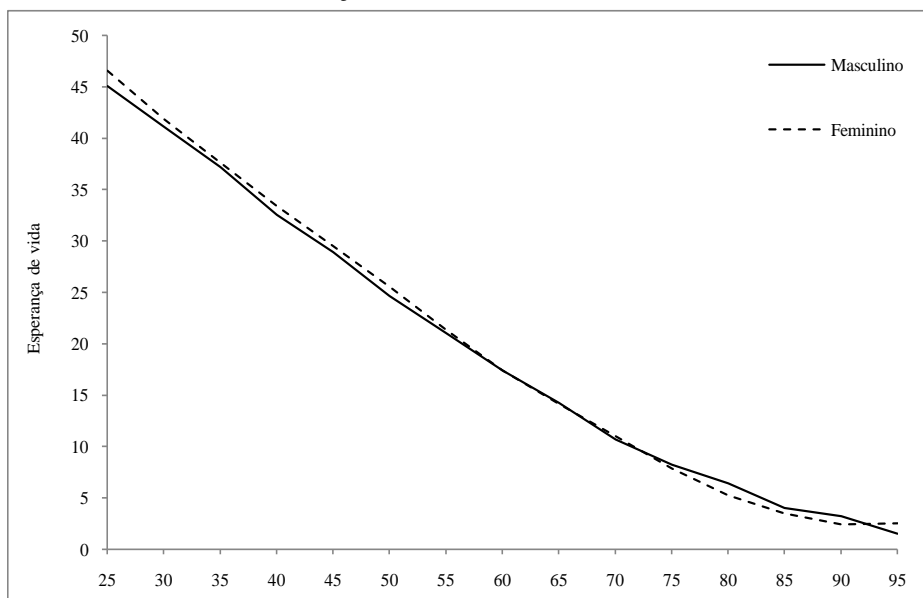
| Idades | Gerações nascidas de 1660 a 1749 |          |         | Gerações nascidas de 1750 a 1824 |          |         |
|--------|----------------------------------|----------|---------|----------------------------------|----------|---------|
|        | Homens                           | Mulheres | Total   | Homens                           | Mulheres | Total   |
|        | N = 304                          | N = 391  | N = 695 | N = 211                          | N = 295  | N = 506 |
| 25     | 39,0                             | 42,6     | 41,0    | 45,1                             | 46,6     | 45,9    |
| 30     | 35,2                             | 38,3     | 37,0    | 41,1                             | 41,9     | 41,6    |
| 35     | 31,5                             | 34,1     | 33,0    | 37,1                             | 37,6     | 37,4    |
| 40     | 28,0                             | 30,1     | 29,2    | 32,5                             | 33,4     | 33,0    |
| 45     | 25,3                             | 26,5     | 26,0    | 28,9                             | 29,5     | 29,2    |
| 50     | 21,5                             | 22,7     | 22,2    | 24,7                             | 25,5     | 25,2    |
| 55     | 18,7                             | 18,6     | 18,6    | 21,0                             | 21,3     | 21,2    |
| 60     | 15,3                             | 15,0     | 15,1    | 17,4                             | 17,4     | 17,4    |
| 65     | 12,4                             | 11,6     | 11,9    | 14,3                             | 14,1     | 14,2    |
| 70     | 9,3                              | 8,4      | 8,8     | 10,7                             | 11,0     | 10,8    |
| 75     | 6,5                              | 5,9      | 6,1     | 8,2                              | 7,9      | 8,0     |
| 80     | 5,1                              | 3,9      | 4,4     | 6,4                              | 5,2      | 5,6     |
| 85     | 3,4                              | 2,5      | 2,9     | 4,0                              | 3,5      | 3,7     |
| 90     | 1,6                              | 0,8      | 1,4     | 3,2                              | 2,4      | 2,7     |
| 95     | 0,0                              | 0,0      | 0,0     | 1,5                              | 2,5      | 2,0     |

Os valores da Tabela 78, projetados no Gráfico 50 e no Gráfico 51, mostram que a esperança de vida das gerações das mulheres nascidas entre 1660 e 1749 foi sempre superior à dos homens, exceto a partir dos 55 anos em que a esperança de vida masculina ultrapassou de forma ténue a feminina. O maior distanciamento entre as gerações femininas e masculinas localizou-se entre os 25 anos (esperança de vida de 42,6 anos e de 39 anos respetivamente).

**Gráfico 50**  
**Esperança de vida de indivíduos casados**  
**Gerações nascidas de 1660 a 1749**



**Gráfico 51**  
**Esperança de vida de indivíduos casados**  
**Gerações nascidas de 1750 a 1824**



Nas gerações nascidas entre 1750 e 1824 observa-se uma maior aproximação entre homens e mulheres. Com efeito, partindo as mulheres com uma maior esperança de vida (46,6 e 45,1 anos respectivamente, aos 25 anos) a tendência é de interseção, o que aconteceu no grupo de idades de 60 anos. Seguiu-se uma fase de sobreposição das idades entre ambas as gerações até se afastarem um pouco, com superioridade para as masculinas a partir dos 80 anos. Aos 95 anos de idade, a esperança de vida das gerações femininas subiu face à masculina. A subida de seis anos na esperança de vida das



gerações masculinas e de quatro anos para as gerações femininas aos 25 anos, entre os dois períodos, revela uma melhoria generalizada das condições de vida da população. A justaposição das esperanças de vida entre os sexos constitui um indicador desta melhoria.

Na Tabela 79, procedemos à comparação da esperança de vida dos casados em várias paróquias onde os períodos de análise se aproximaram.

**Tabela 79**  
**Comparativo da esperança de vida entre paróquias**

| Grupos de Idades | Gontinhães |      |       | S. M. Âncora |      |       | Salamonde |      |       | Calvão |      |       | Palaçoulo |      |       | Poiares |      |       |
|------------------|------------|------|-------|--------------|------|-------|-----------|------|-------|--------|------|-------|-----------|------|-------|---------|------|-------|
|                  | M          | F    | Total | M            | F    | Total | M         | F    | Total | M      | F    | Total | M         | F    | Total | M       | F    | Total |
| 25               | 39,0       | 42,6 | 41,0  | 37,8         | 43,8 | 40,4  | 38,7      | 37,5 | 38,0  | 39,0   | 35,9 | 37,3  | 41,8      | 33,9 | 36,7  | 30,0    | 30,0 | 30,5  |
| 30               | 35,2       | 38,3 | 37,0  | 33,9         | 40,8 | 36,9  | 34,8      | 33,4 | 34,0  | 34,3   | 31,6 | 32,8  | 36,8      | 29,9 | 32,4  | 27,0    | 26,0 | 26,6  |
| 35               | 31,5       | 34,1 | 33,0  | 30,6         | 36,0 | 32,8  | 31,0      | 29,9 | 30,4  | 30,4   | 27,8 | 29,0  | 32,8      | 26,2 | 28,6  | 23,0    | 22,0 | 23,3  |
| 40               | 28,0       | 30,1 | 29,2  | 27,2         | 32,2 | 29,2  | 26,4      | 26,0 | 26,2  | 26,5   | 24,5 | 25,4  | 28,3      | 22,4 | 24,6  | 20,0    | 19,0 | 20,1  |
| 45               | 25,3       | 26,5 | 26,0  | 23,9         | 28,5 | 25,6  | 22,4      | 23,0 | 22,7  | 21,9   | 20,4 | 21,0  | 24,2      | 19,9 | 21,5  | 17,0    | 16,0 | 17,1  |
| 50               | 21,5       | 22,7 | 22,2  | 21,1         | 24,7 | 22,1  | 19,3      | 19,0 | 19,2  | 18,5   | 18,0 | 18,2  | 21,0      | 16,6 | 18,3  | 15,0    | 14,0 | 14,6  |
| 55               | 18,7       | 18,6 | 18,6  | 17,9         | 20,8 | 18,5  | 16,0      | 15,5 | 15,7  | 15,3   | 15,1 | 15,2  | 17,4      | 13,0 | 14,7  | 12,0    | 11,0 | 11,8  |
| 60               | 15,3       | 15,0 | 15,1  | 15,8         | 17,5 | 15,5  | 12,7      | 12,9 | 12,8  | 13,0   | 12,0 | 12,5  | 14,3      | 11,2 | 12,5  | 9,0     | 9,0  | 9,1   |
| 65               | 12,4       | 11,6 | 11,9  | 12,2         | 14,6 | 12,2  | 9,7       | 9,6  | 9,7   | 10,0   | 8,7  | 9,3   | 11,0      | 10,7 | 10,8  | 7,0     | 8,0  | 7,2   |
| 70               | 9,3        | 8,4  | 8,8   | 9,2          | 12,3 | 9,3   | 7,6       | 6,9  | 7,2   | 7,7    | 6,5  | 7,1   | 8,3       | 8,3  | 8,3   | 5,0     | 6,0  | 5,3   |
| 75               | 6,5        | 5,9  | 6,1   | 6,9          | 10,5 | 6,7   | 5,1       | 5,2  | 5,1   | 5,7    | 5,2  | 5,4   | 6,4       | 6,6  | 6,5   | 3,0     | 4,0  | 3,4   |

Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora; LAGIDO, Emília, 2004; GONÇALVES, Maria Luísa Pereira, 2002; FAUSTINO, José, 1998; RAPOSO, Fábila, 2000; AMORIM, Norberta, 1987.

Tendo em conta os resultados apresentados e a comparação entre as diferentes realidades paroquiais, verificámos que:

- encontrou-se na paróquia transmontana de Poiares a mais baixa esperança de vida, atingindo um desvio de dez anos se comparados os resultados de paróquias com Gontinhães e Âncora;

- em Palaçoulo, a esperança de vida apresentou-se mais elevada, seguindo-se as paróquias de Calvão e de Salamonde;

- no Alto Minho<sup>367</sup> a esperança de vida dos adultos casados aos 25 anos foi claramente superior à das paróquias localizadas no Minho Interior, Trás-os-Montes e Beira Interior.

- a esperança de vida das gerações femininas de Gontinhães e Santa Maria de Âncora apresentou-se superior às das gerações masculinas, enquanto que na paróquia de Salamonde verificou-se uma aproximação entre ambas, afastando-se com nitidez em Calvão e Palaçoulo.

- se introduzirmos nesta análise a esperança de vida do concelho da Madalena<sup>368</sup> – nas gerações com 25 anos (masculinos – 41,5, femininos – 40,5) - e ainda do Sul do

<sup>367</sup> Ver igualmente as seguintes dissertações de mestrado: *Santo André de Barcelinhos (Barcelos)*, de Inês Martins Faria – média de 37,1 entre 1677-1752; *Santa Maria de Avelada*, de Maria Manuela Teixeira Ferreira da Silva, média de 36,6; *Facha*, de Maria Arminda Loureiro Machado, média de 41,0; *Romariães*, de Carlota Santos, média de 35,0.

Pico<sup>369</sup>, ambas situadas nos Açores (respetivamente, 41,84, 42,48 e 42,13 anos) encontramos um comportamento similar ao do Alto Minho.

Comparando as gerações femininas com as gerações masculinas nos dois períodos, observa-se que a maior longevidade das mulheres se manifestou superior no segundo período, logo a partir das gerações com idades mais jovens, o que pode indicar igualmente “que a mulher beneficiou mais cedo de certa melhoria de condições de vida ou de hábitos culturais que a protegem familiar e socialmente”<sup>370</sup>. De facto, trata-se de uma população integrada em unidades familiares. Os resultados obtidos para as mulheres, nesta perspetiva, refletiram uma maior qualidade de vida.

Num quadro mais geral da região do Minho, já se verificou anteriormente que os níveis de mortalidade foram tendencialmente baixos, graças a uma dieta alimentar equilibrada, ao clima e a uma menor incidência de mortalidade epidémica devido ao povoamento disperso<sup>371</sup>.

Em regra a esperança de vida das mulheres com idade até aos 45 anos reflete a frequência de uma mortalidade gravosa durante o parto e no período pós-parto, o que não acontece em Gontinhães, o mesmo se passando na vizinha paróquia de Santa Maria de Âncora<sup>372</sup>. Assim, tudo leva a supor que, neste indicador, a causa da existência de uma mais elevada esperança de vida nas gerações feminina se deve direccionar para a observação dos comportamentos das gerações masculinas. Os homens estavam mais sujeitos aos percalços durante o trajeto das migrações, às precárias condições de trabalhos associadas a profissões de risco ligadas. Este conjunto de fatores associava-se também a uma maior exposição a agentes epidémicos em centros urbanos, longe da proteção do meio geográfico da paróquia e do seu povoamento disperso.

---

<sup>368</sup> SANTOS, Carlota, 2008, op. cit., pp. 144-146.

<sup>369</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1992, op. cit., p. 256.

<sup>370</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1991, op. cit., p. 257.

<sup>371</sup> AMORIM, Maria Norberta, 1999, op. cit., pp. 14-21.

<sup>372</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., pp. 242-243.

## 8. MOBILIDADE GEOGRÁFICA

“Assim terá de ser sempre? Estará o nosso País condenado pelo desígnio cego do *Fatum*, a continuar a ser pobre e, portanto emissor de gentes que não logram nele os meios da sua legítima promoção económica, social, intelectual e moral? Será esse o nosso destino irremissível?”

Joel Serrão

*Conspecto histórico da emigração portuguesa*

A mobilidade geográfica desempenha um papel fundamental na dinâmica das populações, atuando de forma determinante a nível da nupcialidade, da fecundidade ou da mortalidade. Com efeito “resultará artificial desenvolver raciocínios mais ou menos complicados sobre estratégias matrimoniais e herança, sobre população e recursos, sem considerar o significado das saídas e dos retornos em momentos fulcrais da vida da família e o papel regulador da mobilidade nas sociedades pré-industriais”<sup>373</sup>.

A mobilidade teve sempre contornos bastante intensos em Portugal. Estima-se que, entre 1500 e 1580, tivessem saído do reino 280.000 portugueses; entre 1581 e 1640 emigraram entre 300.000 a 360.000 indivíduos; entre 1640 e 1700, rondaram os 120.000 e, entre 1700 e 1760, cerca de 600.000, o que equivale, respetivamente, a 23,3%, 15,6%, 5,7% e 12,4% da população portuguesa. No primeiro quartel do século XIX, contavam-se no Brasil, América, Ásia e África quase sete milhões de portugueses<sup>374</sup>.

Os números relativos à emigração transatlântica na segunda metade do século XIX apontam para que, entre 1855 e 1875, tivessem emigrado 213.503 indivíduos, correspondendo a uma média de 10.166 por ano; entre 1876 a 1899, saíram 494.632 emigrantes, o que resulta numa média anual de 19.785 indivíduos. Entre 1900 e 1914, saíram 598.366, originando uma média anual de 39.881<sup>375</sup>. Calcula-se ainda que, entre 1890 e 1940, tivessem emigrado de Portugal cerca de 1.200.000 pessoas, dos quais 92% seriam oriundos do Norte e Ilhas. Destes, cerca de 83% rumavam para o Brasil<sup>376</sup>. Estes volumes de saída não incluem a emigração clandestina, fenómeno de contagem dificilmente aproximável.

À legislação que o poder central foi produzindo sobre as migrações das populações que, ora bloqueava ora fomentava os seus fluxos conforme a conjuntura política, não estaria alheia a importância do volume de remessas de emigrantes que permitiram investimentos a nível local e uma revitalização da economia nacional. Se em

<sup>373</sup> AMORIM, Maria Norberta, *Demografia Histórica. Um Programa de Docência*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1995, op. cit., p. 63.

<sup>374</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1971, pp. 42-54.

<sup>375</sup> LEITE, Joaquim da Costa, “Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”, in *Análise Social*, vol. 23-3.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, p. 478.

<sup>376</sup> RIBEIRO, Orlando, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p. 124.

1873, o volume de remessas enviadas rondava os 3.000 contos, no início do século XX este número já se tinha elevado para 24.000 contos<sup>377</sup>.

No contexto nacional, o Noroeste Português constituiu uma das áreas geográficas mais afetadas pelo fenómeno da emigração. Entre as causas que potenciaram os movimentos migratórios encontram-se a sua alta densidade populacional, a parcelização da propriedade e a falta de meios de subsistência necessários a toda a sua população. Estes fatores conduziram à existência de uma mão-de-obra excedentária, a uma forte pressão demográfica e a um acentuado desequilíbrio entre população e recursos, propiciando as deslocações das populações masculinas. Com efeito, a densidade populacional da Região de Entre-Douro-e-Minho já era muito elevada em 1527<sup>378</sup>, correspondendo a 30 habitantes/km<sup>2</sup>, por oposição, por exemplo, à região do Alentejo e do Algarve com 7,7 habitantes/km<sup>2</sup>. No Alto Minho, entre 1794 e 1801, girava entre os 65 e os 65,8 habitantes/km<sup>2379</sup> e, entre 1870/1, nos 140 habitantes/km<sup>2380</sup>.

Deste modo, a procura de melhores condições de vida, seja em benefício próprio seja do agregado familiar, através do aporte de novos dividendos e pelo refrescamento de economia doméstica, apresentou-se como uma necessidade dos indivíduos e das famílias onde se encontravam inseridos.

Por sua vez, a forte emigração masculina está na origem do forte desequilíbrio das relações de masculinidade. Em finais do século XVIII, “o Alto Minho surge como a região do País onde o desnível numérico entre os sexos é mais acentuado, portanto aquela cuja estrutura populacional é mais afetada pelo movimento migratório”<sup>381</sup>.

A emigração, fortemente implantada nos hábitos culturais dos portugueses e em particular dos nortenhos, não deixou também no decurso dos séculos de ser questionada atribuindo-se-lhe designações como *êxodo em massa*, *sangria* ou *hemorragia populacionais*. Esta preocupação ficou plasmada em textos coevos e na imprensa oitocentista. Muitos autores entendiam que desta debandada secular advinha o prejuízo do reino, das famílias e da produção agrícola. Alertava-se frequentemente para as causas que estavam na sua origem e para os seus efeitos nefastos na produção agrícola, como se verifica no seguinte excerto:

---

<sup>377</sup> SERRÃO, Joel, “Conspecto histórico da emigração portuguesa”, in *Análise Social*, vol. 8, (n.º 32), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1970, pp. 613-614.

<sup>378</sup> RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4.ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1966, p. 144.

<sup>379</sup> SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, op. cit., p. 32.

<sup>380</sup> DAVEAU, Suzanne, op. cit., p. 75.

<sup>381</sup> SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, op. cit., p. 47.

“Qualquer homem ordinário destina seu filho desde menino para Brasileiro, e o manda nessa consideração à escola aprender a ler, escrever, e contar. Não entra no juízo daquele Pai preocupado, que de um cento (...) são noventa e cinco perdidos para a sua pátria (...). E que direi daqueles camponeses que saem todos os anos das suas terras para o Alentejo, Lisboa, Castela (...) porque se não lembram que deixaram (se são casados) as suas mulheres como viúvas, ou solteiras, inábeis para a geração e que se em dez anos de ausência assistissem no casal, e tivessem quatro filhos, eram estes filhos riqueza mais segura para eles e para o seu país que a da peregrinação que fizeram”<sup>382</sup>.

A população era excessiva para uma região parca em alternativas económicas, limitada a uma agricultura de subsistência incapaz de alimentar todos os seus habitantes. Os salários auferidos no Norte eram muito mais reduzidos que os salários do Sul. Na transição do século XVIII para o XIX, os salários no Norte rondavam os \$100-\$120 réis e os no Sul os \$200 réis<sup>383</sup>.

Para o estudo da mobilidade na paróquia de Gontinhães, partimos de uma abordagem prévia da legislação produzida até ao início do século XX e que regulava a deslocação dos indivíduos durante o Antigo Regime em Portugal. Este enquadramento legal permitirá compreender e avaliar os efeitos da mobilidade nos comportamentos demográficos da população.

Cruzando as informações nominativas contidas na base de dados demográfica da paróquia com outras informações provenientes de documentação notarial e de passaportes internos e externos, procedemos a uma análise quantitativa e qualitativa das migrações de curta, média e longa distância.

Foi também estudado o caso particular da imigração galega, que desempenhou um papel importante no desenvolvimento demográfico da paróquia.

### **8.1. Enquadramento legal das migrações até ao início do século XX**

A legislação produzida em Portugal em torno da questão da mobilidade geográfica das populações remonta às Ordenações Filipinas. Seguindo as linhas de orientação típica das políticas mercantilistas e de povoamento, esta normativa determinava que:

“Pessoa alguma, de qualquer estado, e condição que seja, assim natural destes Reinos como estrangeira, não vá, nem envie fora de nossos Navios, em Navios outros alguns, às partes,

<sup>382</sup> BEZERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima*, edição fac. simulada, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Caminha, 1992, pp. 107-109.

<sup>383</sup> SILBERT, Albert, *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime : XVIII<sup>e</sup>- début du XIX<sup>e</sup> siècles. Contribution à l'histoire agraire comparée*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, pp. 822-837.

terras, e mares da Índia, ou à cidade de S. George da Mina, ou às partes de Guiné, ou outras quaisquer terras, mares, e lugares de nossa Conquista a tratar, resgatar, nem fazer guerra sem nossa licença”<sup>384</sup>.

Apesar da adoção de vários mecanismos legais que limitavam as saídas das gentes após a Restauração, a descoberta do ouro e das pedras preciosas no Brasil (a partir de 1700 e, principalmente a partir de 1720 em Minas Gerais<sup>385</sup>), funcionou como um rastilho na debandada geral de milhares de portugueses para o continente americano. Na sequência deste êxodo, D. João V decretou, em 1709, a obrigatoriedade de passaporte para embarcar para o Brasil<sup>386</sup>. Em 1720, o mesmo monarca determinou os critérios da sua utilização, critérios esses que refletem grande preocupação em evitar o despovoamento do reino, em particular o da província do Minho:

“Nenhuma pessoa de qualquer qualidade, ou estado que seja, possa passar para o dito Estado, senão as que forem providas em governos, postos, cargos, ou ofícios de justiça, ou fazenda (...) e das pessoas Eclesiásticas (...) como também os mais Portugueses, que justificarem vão a negócio considerável para voltarem, os quais levarão Passaportes”<sup>387</sup>.

Ainda no mesmo diploma, D. João V estabeleceu procedimentos mais rígidos para a circulação de pessoas que, não se encontrando munidas de passaporte, seriam presas e “tendo idade capaz, se lhes assentará praça de Soldado, e não a tendo, serão condenadas a seis meses de prisão, e cem mil réis para as despesas do Conselho Ultramarino, e não tendo com que os paguem, serão degradadas por tempo de três anos para África”.

A mobilidade interna, que se intensificou em meados do século XVIII<sup>388</sup>, conduziu, sob a superintendência do Marquês do Pombal, à elaboração de um novo conjunto de restrições no sentido de fiscalizar a deslocação de indivíduos dentro do território nacional. Se até então, a legislação produzida estava direcionada para a limitação das saídas para fora do Reino, o Alvará de Declaração de 25 de junho de 1760 obrigou a que os transeuntes, ao entrarem na cidade de Lisboa, se identificassem através de um passaporte interno. Assim, qualquer indivíduo de nacionalidade portuguesa que

<sup>384</sup> *Ordenações filipinas. Ordenações e leis do Reino de Portugal*, tomo 5, Título 107, n.º 4, op. cit., fls. 1253-1259.

<sup>385</sup> SCHWARTZ, Stuart, “De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII”, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (coord.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, p. 88.

<sup>386</sup> ALVES, Jorge, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Edição do Autor, Gráficos Reunidos, 1994, p. 106.

<sup>387</sup> A.D.B., *Livro que contém diferentes Alvarás de diversos réis*, s/c, fl. 157-161.

<sup>388</sup> OLIVEIRA, António, “Migrações Internas e de Média Distância em Portugal de 1500 a 1900”, in *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. 1, Universidade dos Açores, 1995, p. 262.

se deslocasse à capital seria obrigado a apresentar passaporte ou carta de legitimação, declarando o nome, profissão, localidade, duração de estadia, número e qualidade da comitiva. No caso de se tratar de um cidadão estrangeiro, seria necessário fazer prova da entrada no reino. Da mesma forma, estalajadeiros, taberneiros, comerciantes e mestres de navios eram obrigados a registar em livro próprio os seus hóspedes, clientes ou passageiros<sup>389</sup>.

A regulamentação produzida no mesmo ano estendeu a exigência do passaporte interno a toda a população do reino, estando a sua emissão a cargo das secretarias de estado, da intendência geral da polícia da corte e do reino e, a nível dos concelhos, dos seus corregedores e juizes de fora. A sua validade não poderia ultrapassar um ano<sup>390</sup>.

Durante a primeira metade do século XIX, a instabilidade que marcou as diversas conjunturas políticas decorrentes das invasões napoleónicas, das guerras liberais e da independência do Brasil, obrigaram a um maior controlo da mobilidade das populações. O objetivo era impedir a deserção dos exércitos. Se anteriormente o passaporte interno era apenas exigido para a deslocação entre comarcas, em 1825 restringiu-se a área de circulação dos indivíduos a cinco léguas do seu local de residência, sob pena de 2\$400 réis para os prevaricadores<sup>391</sup>.

A Carta Constitucional de 29 de abril de 1826 declarava no seu art.º 145, § 5.º que “qualquer pode conservar-se ou sair do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens, guardados os regulamentos policiais, e salvo o prejuízo de terceiro”<sup>392</sup>. Embora esta Carta seja de teor aparentemente mais permissivo, “ao condicionar os cidadãos aos regulamentos policiais permitiu-se a continuidade reguladora da emigração e a aplicação de políticas restritivas”<sup>393</sup>.

Com a Reforma Administrativa de 1835, a emissão dos passaportes internos é transferida para os Administradores dos Concelhos<sup>394</sup>. Pela Lei de 31 de janeiro de 1863, a figura do passaporte interno será finalmente abolida, estendendo-se esta decisão a todos os indivíduos nacionais e estrangeiros:

---

<sup>389</sup> *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva*, vol. 1, Lisboa, Typographia Maignense, 1825-1830, pp. 731-737.

<sup>390</sup> *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva*, op. cit., pp. 740-742 e 747-748.

<sup>391</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 108.

<sup>392</sup> *Carta Constitucional da Monarchia Portuguesa Decretada, e dada pelo Rei de Portugal e Algarves D. Pedro, Imperador do Brasil aos 29 de abril de 1826*, Lisboa, Imprensa Regia, 1826, p. 53.

<sup>393</sup> LEITE, Joaquim da Costa, 1987, op. cit., p. 464.

<sup>394</sup> *Divisão Administrativa do Reino e Regulamento para a sua execução* - Decreto de 18 de julho de 1835, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835, pp. 51-57.

“Artigo 1.º - Ficam abolidos os passaportes para o interior do reino de Portugal,  
Artigo 2.º - Todos os indivíduos nacionais e estrangeiros podem viajar e transitar livremente pelo continente e ilhas adjacentes sem dependência de passaporte ou de qualquer outro título semelhante”<sup>395</sup>.

Pela mesma reforma de 1835, foi criada a figura do passaporte externo cuja emissão ficou a cargo dos Governos Civis, após a recolha e chancela de toda a documentação junto dos administradores de concelho.

Em 10 de dezembro de 1836, é oficialmente abolido o tráfico de escravos<sup>396</sup>. No artigo 1.º deste Decreto pode ler-se: “Fica proibida a exportação de escravos, seja por mar ou por terra, em todos os Domínios Portugueses, sem exceção, quer sejam situados ao Norte, quer ao Sul do Equador, desde o dia em que na Capital de cada um dos Domínios for publicado o presente Decreto”. Com esta importante medida, Sá da Bandeira tentará orientar as rotas migratórias para as colónias africanas, oferecendo isenções e incentivos aos interessados. Apesar destes esforços, o destino “África” não se enraizou no subconsciente coletivo como alternativa válida de emigração, tendo como principais entraves o receio de um destino hostil, o clima, a barreira da língua, preconceitos, entre outros fatores. O Brasil continuou a figurar como o destino privilegiado, dada a permanência do mito criado à volta das minas de ouro ou ainda da memória de antigas glórias de rápido enriquecimento.

Em 1850, foram implementadas novas medidas legais a fim de reprimir o tráfico da escravatura das colónias africanas e que ordenavam aos cruzadores portugueses que:

“(…) no ato da detenção de qualquer embarcação, por implicada no tráfico da escravatura, lavrem o competente termo de detenção (…) no qual se declare (…) a distância da terra em que se verificar semelhante detenção (…) e deste modo se evite no futuro qualquer reclamação (…) em águas não pertencentes à Coroa de Portugal”<sup>397</sup>.

Esta legislação e outras medidas posteriores que foram tomadas no sentido de controlar a saída e a passagem de escravos por território e águas portuguesas, impulsionarão a emigração para o Brasil já que gradualmente a mão-de-obra escrava irá reduzir-se, invertendo-se, doravante, os papéis dos emigrantes portugueses.

Perante relatos de engajamento e tráfico de indivíduos, transmissão de doenças e número elevado de mortes ao longo das viagens por falta de condições higiénico-

<sup>395</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1863*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, pp. 142-151.

<sup>396</sup> *Collecção de Leis e outros Documentos Officiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, VI Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, pp. 222-226.

<sup>397</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa. 1850*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, p. 109.



sanitárias e alimentares, a legislação decorrente deste novo cenário procurou impedir e minimizar abusos tanto quanto possível e melhorar as condições de viagem e de acolhimento dos emigrantes<sup>398</sup>.

Pela Lei de 7 de abril de 1863 foram introduzidas medidas que visavam proteger o emigrante durante a viagem (higiene, segurança no navio, fiscalização dos géneros e socorros médicos); limitar e dissuadir as saídas, disciplinando a matéria de emissão dos passaportes e as obrigações dos requerentes e demais intervenientes no embarque; alargar o âmbito de vigilância não só aos tradicionais portos nacionais de embarque, como também às fronteiras da raia seca<sup>399</sup>.

A proximidade com a Galiza e a porosidade transfronteiriça irão lentamente facilitar a emigração clandestina através do porto de Vigo. No mesmo sentido, serão implementadas normas e penas para os barcos de pesca costeira que facilitavam o transbordo de clandestinos em alto mar:

“Os mestres ou arrais dos barcos costeiros ou de pesca que conduzirem quaisquer indivíduos aos que estiverem fundeados nos portos depois das visitas da saúde e da polícia, ou aos que já forem em alto mar, perderão as suas embarcações se forem donos, e não o sendo serão punidos com a prisão por tempo de três meses até um ano”

O Decreto de 25 de fevereiro de 1869 no Brasil determinou a abolição definitiva da escravatura<sup>400</sup>, abrindo irreversivelmente caminho para a emigração em massa de mão-de-obra barata, necessária ao desbravamento de terras e ao desenvolvimento do setor cafeeiro. Nos anos seguintes, verificou-se um movimento de saídas sem precedentes, facto que está na base da nomeação de uma Comissão Parlamentar em 1873 justamente com a finalidade de estudar e analisar o fenómeno emigratório. Da sua atuação, resultou o Primeiro Inquérito à Emigração Portuguesa que está na origem da nova produção legislativa de 1877. Este diploma visava reorientar as correntes migratórias para as colónias africanas, através de isenções de passaporte e benefícios vários que também não obtiveram o sucesso desejado. O mesmo diploma incluiu benefícios aos emigrantes com mais de 26 anos, permitindo a sua remissão sem o aumento aplicável aos refratários<sup>401</sup>.

Até finais do século XIX, para além da nomeação de nova Comissão de acompanhamento do fenómeno da emigração em 1883, a legislação produzida não

---

<sup>398</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa, 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, p. 227.

<sup>399</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1863*, op. cit., pp. 142-155.

<sup>400</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1869*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870, pp. 57-58.

<sup>401</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1877*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, pp. 43-44.

introduziu grandes alterações às matérias anteriormente decretadas. É de salientar o Decreto n.º 2 de 10 de Janeiro de 1895, que incidiu sobre a repressão da emigração clandestina pela raia seca, de forma a responder às dificuldades de operar em território espanhol por onde se infiltrava a emigração clandestina<sup>402</sup>. De facto, as entradas no território vizinho foram facilitadas pela utilização dos caminhos-de-ferro que permitiram uma maior mobilidade dos indivíduos dentro do país. Em 1897, pelo Decreto de 19 de Janeiro, as autoridades portuguesas e espanholas uniram esforços no sentido de impedir o embarque clandestino, proibindo aos “súbditos portugueses o embarque em portos espanhóis, e aos espanhóis o embarque nos portos de Portugal, quando não se acharem munidos de atestação do respetivo agente consular, individualizada e expedida em vista do passaporte conferido pelas competentes autoridades”<sup>403</sup>.

No início do século XX, pesadas penas pecuniárias e de prisão foram decretadas para os engajadores, emigrantes indocumentados e emigrantes sujeitos ao serviço militar ou ao serviço de reserva<sup>404</sup>, num conjunto de medidas que se inseriam num clima de tensão e de instabilidade política europeus. Com a criação de uma comissão encarregada de elaborar uma regulação geral de emigração e passaportes<sup>405</sup>, foi elaborada nova legislação através da Lei de 25 de Abril de 1907<sup>406</sup>. Uma das principais medidas legais consistiu na elevação da taxa dos passaportes de 2\$000 réis para 7\$000 réis. As companhias de navegação deixaram de ser tributadas na taxa de 2\$000 réis, passando todo o valor a ser suportado pelo emigrante, incentivando indiretamente a emigração clandestina. No entanto, seria possível doravante revalidar os passaportes, dentro de um prazo de cinco anos e uma taxa de 1\$500 réis.

Após a implantação da República, o Estado procurou conter os fluxos migratórios transatlânticos de forma mais adequada. Os principais diplomas especificavam a figura do emigrante, regulavam os preços dos passaportes e revalidações, os critérios de utilização dos passaportes coletivos e as normas relacionadas com a prestação de serviço militar, taxas e fianças. Apesar do apertado controlo oficial e legislativo, estabelecido desde a criação do passaporte externo, as redes de emigração há muito se tinham organizado e sedimentado a nível das pequenas comunidades, dos círculos sociais e do adro da igreja paroquial.

---

<sup>402</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 9-10.

<sup>403</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1897*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 7.

<sup>404</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1901*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 615.

<sup>405</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906, p. 290.

<sup>406</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1907*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp. 270-271.

Através do diploma publicado pelo Ministério do Interior em 25 de dezembro de 1912, foi decretada a obrigatoriedade de utilização do passaporte individual, em normativa conhecida como “Instruções” sobre a anterior legislação<sup>407</sup>. Os passaportes coletivos, utilizados de forma recorrente até essa data, foram abolidos. Foi atualizada a definição legal de emigrante, constando como acompanhantes somente esposas, filhos e familiares próximos. Pouco tempo depois, legislou-se no sentido de evitar a prática corrente dos emigrantes, chegados ao porto de destino, devolverem o seu passaporte a um outro emigrante, continuando aquele a ser utilizado e a servir vários emigrantes dentro do seu prazo de validade<sup>408</sup>.

O conflito bélico obrigou o Governo a tomar medidas mais severas no que diz respeito à emigração masculina, de forma a evitar a fuga dos indivíduos ao serviço militar e de reserva, determinando taxas de 30\$000 réis para os mancebos maiores de 14 anos, o mesmo se passando com os indivíduos com menos de 42 anos<sup>409</sup>.

Após o fim da I Guerra Mundial, a legislação produzida em Portugal continuou a regular o fenómeno da emigração, no sentido de estabelecer normas mais severas em relação à circulação dos indivíduos, tanto ao nível das vias terrestres como marítimas<sup>410</sup>. Em período de reconstrução dos países atingidos pelo conflito, os destinos emigratórios diversificaram-se, orientando-se alguns para a Europa. A permeabilidade transfronteiriça continuou a preocupar as autoridades.

## 8.2. Migrações de curta e de média distância

As fontes que serviram de base à análise das migrações de curta e média distância foram os registos paroquiais de óbito, utilizando para o efeito as indicações do local onde ocorreram as mortes dos naturais ou residentes de Gontinhães. A partir de 1760, utilizámos a informação proveniente dos passaportes internos, consultados nos Arquivos Municipais de Viana do Castelo, de Vila Nova de Cerveira e de Ponte de Lima, em cruzamento com informações diversificadas provenientes da documentação notarial e municipal.

Na abordagem ao fenómeno da imigração galega, recorreremos aos registos paroquiais a fim de determinar os atos vitais dos indivíduos e os locais onde os

---

<sup>407</sup> RAMOS, Carlos Oliveira, *Legislação sobre a emigração e passaportes*, Lisboa, Tipografia Adolfo de Mendonça, 1913, p. 94.

<sup>408</sup> *Diário do Governo*, 3 de julho de 1914, I Série, n.º 108.

<sup>409</sup> *Diário do Governo*, 6 de julho de 1914, I Série, n.º 110.

<sup>410</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; SANTOS, Paula Marques, “Legislação sobre a emigração para o Brasil na I República”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia; MATOS, Izilda (coord.), *Nas margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2009, pp. 307-327.

imigrantes se viriam a fixar no espaço paroquial. Foram também analisados os autos de aforamento, conducentes à concessão de terrenos para a construção das suas habitações. Consultámos ainda a correspondência trocada entre o governo Civil de Viana do Castelo e a Câmara Municipal de Caminha, com o propósito de perspetivar a evolução da atividade piscatória em Gontinhães.

O cruzamento da informação destas várias fontes revelou a existência de importantes rotas migratórias, a localização dos principais mercados de trabalho e a dimensão dos fluxos segundo as atividades profissionais.

### 8.2.1. Local ao óbito e trajetos migratórios

Desde o início deste estudo, através das anotações meticolosas dos párocos que redigiram os assentos de óbitos, tivemos a perceção de que o fenómeno da mobilidade assumiu contornos estruturantes no seio da comunidade.

O primeiro registo de óbito fora da paróquia remonta a 1625 e ocorreu “nas partes de Castela”<sup>411</sup>. Organizámos todos os locais ao óbito entre 1624 e 1834, ano anterior à entrada em vigor dos passaportes externos. Excluimos os óbitos ocorridos no distrito de Viana do Castelo em contexto de micromobilidade ou em hospitais e cadeias do mesmo espaço geográfico, à exceção de dois pedreiros, dada a sua especialização profissional<sup>412</sup>.

**Gráfico 52**  
**Distribuição anual de óbitos ocorridos fora da paróquia**  
**(por décadas)**



<sup>411</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro Misto n.º 1, fl. 203.

<sup>412</sup> Óbitos ocorridos no Mosteiro das Malheiras de Santa Cruz de Viana do Castelo e no Mosteiro de Refóios em Ponte de Lima.

Através do Gráfico 52 é possível observar uma subida contínua do volume de óbitos entre as décadas de 1654 e de 1704 (que corresponderam a um total de 119 notícias, das quais 78,2% se reportaram às regiões de Miranda, Bragança e Castela).

Durante a primeira década do século XVIII, época de hostilidades entre Portugal e Espanha, o número de óbitos ocorridos no exterior decaiu significativamente. Após a assinatura do armistício de 1712 e a conseqüente pacificação do espaço ibérico, a partir de 1714 até 1764, registou-se uma elevação do número de óbitos em território nacional e castelhano. O local ao óbito ocorre predominantemente em território nacional, com concentrações no centro do país, em particular em Lisboa após o terramoto de 1755 e durante o esforço de reconstrução da capital.

Entre 1764 e 1834, os redatores reportaram concentrações importantes de óbitos novamente em Castela. Contudo, o número de ocorrências vai diminuindo até perto do final do período em observação. Esta descida no volume de óbitos poderá estar relacionada com uma menor mobilidade masculina. Isto deve-se a conjunturas políticas e epidémicas adversas às migrações – as invasões francesas, as guerras liberais e subsequentes crises de subsistências. As pestilências, disseminadas pelo território, poderiam ter agido como travão da mobilidade nos anos da sua deflagração e também nos anos seguintes, ainda expostos a contágios e à imposição de cordões sanitários.

Ressalvemos, no entanto, que estes óbitos correspondem às notícias registadas pelos párocos nos respetivos assentos e que certamente outras mortes no contexto das migrações não chegaram ao conhecimento da população. Os redatores paroquiais informavam, na maioria dos casos, que as notícias eram reportadas por familiares e companheiros de trabalho, embora nas Memórias Paroquiais o Abade de Gontinhães tivesse relatado que “não há correio nesta freguesia e se serve do correio da vila de Caminha, que fica em distância de uma légua e chega às segundas-feiras pelas quatro horas da tarde e parte às quintas pelo meio-dia de todas as semanas”<sup>413</sup>. Esta informação alerta assim para a existência de uma constante correspondência semanal.

Neste contexto, agrupámos os óbitos dos diversos migrantes por locais, distribuindo-os pelas diferentes regiões portuguesas e províncias espanholas. Retirámos desta análise quinze óbitos ocorridos no Brasil e três nas restantes colónias (Tabela 80).

---

<sup>413</sup> CAPELA, José Viriato, 2005, op. cit. p. 124.

**Tabela 80**  
**Local ao óbito**  
**1624-1834**

| País          | Províncias          | 1624-1834 |      |
|---------------|---------------------|-----------|------|
|               |                     | N         | %    |
| Portugal      | Entre-Douro e Minho | 16        | 4,0  |
|               | Trás-os-Montes      | 49        | 12,2 |
|               | Beiras              | 36        | 9,0  |
|               | Estremadura         | 56        | 14,0 |
|               | Alentejo            | 36        | 9,0  |
|               | Total               | 193       | 48,2 |
| Espanha       | Andaluzia           | 26        | 6,5  |
|               | Castela             | 122       | 30,3 |
|               | La Mancha           | 10        | 2,5  |
|               | Extremadura         | 10        | 2,5  |
|               | Galiza              | 4         | 1,0  |
|               | Total               | 172       | 42,8 |
| Indeterminado |                     | 36        | 9,0  |
| Total         |                     | 401       | 100  |

Verificamos que, ao longo de 200 anos, 48,2% dos óbitos tiveram lugar em território nacional, 42,8% em Espanha e 9% em local indeterminado, mortes estas reportadas pelos párocos como “faleceu fora”. Em território nacional, foi nas províncias de Trás-os-Montes (12,2%) e da Estremadura (14%) onde se registaram as maiores concentrações de óbitos.

Já em território espanhol, a província de Castela congregou 30,3% de notícias de óbitos conhecidos, seguidos de 6,5% na Andaluzia e de percentagens pouco significativas nas restantes áreas administrativas.

O Mapa 5 mostra, por distritos nacionais e províncias espanholas, o número de óbitos ocorridos no seu interior, tendo sido excluídos aqueles cuja localização não se apresentou suficientemente clara. Em complemento, o Anexo 25 incorpora o número de mortes reportado em cada distrito e respetivos concelhos.

**Mapa 5**  
**Local ao óbito e fluxos de deslocação**



Verificamos que, no Norte do país foi a província de Trás-os-Montes que registou uma maior concentração de óbitos, distribuída maioritariamente pelas cidades de Bragança e de Miranda do Douro, respetivamente. Em direção ao Sul, a área de Lisboa concentrou a maioria dos óbitos, seguindo-se a de Coimbra. Dos 36 óbitos ocorridos na província do Alentejo, a maior proporção registou-se nos distritos de Évora e de Portalegre, sendo que dos restantes não foi assinalada a localidade em concreto, sendo apenas incorporada a informação “faleceu nas partes do Alentejo”.

Registaram-se 172 óbitos em território espanhol. A província de Castela concentrou de forma predominante as ocorrências verificadas (71%), face às províncias da Extremadura, Castilla la Mancha e Andaluzia. No entanto, para Castela, o local ao óbito é usualmente designado através de referências vagas, como falecido “nas partes de Castela” ou “no reino de Castela”, como no caso do seguinte documento notarial datado de 1745:

“Procuração (...) a seu filho António Martins, assistente em Cartes [?] ou em outra parte do reino de Castela, oficial de alvenheiro para em nome dele constituinte possa cobrar e arrecadar (...) e haver dos filhos Francisco e Gonçalo (...) do Lugar do Salgado, Castela, de Anda Luzia abaixo, vinte pesos (...) da obra e pedreiro”<sup>414</sup>.

Os registos de óbitos indiciam a existência de correntes migratórias que seguiriam as grandes vias de comunicação, ditadas em larga medida pelos principais cursos dos rios e pelas suas passagens (linha do Douro, do Mondego e do Tejo), contornando os principais obstáculos montanhosos, como é o caso da Serra da Estrela. Estas vias mais concorridas implicariam um menor risco durante os percursos. Por outro lado, coincidiam com os principais eixos viários medievais conhecidos como os caminhos de Santiago, há muito traçados sobre as grandes vias romanas, referenciados desde o itinerário de Antonino e que vários autores cartografaram em Portugal e na Península Ibérica<sup>415</sup>.

De forma a confirmarmos se o local ao óbito, para além de revelar potenciais mercados de trabalho, decalcava fluxos de deslocações, organizámos os dados retirados dos livros de registos de passaportes internos de Vila Nova de Cerveira (Tabela 81).

---

<sup>414</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do Concelho de Caminha*, 4.º Ofício, cota 4.10.6.14, fl. 10v.

<sup>415</sup> ALARCÃO, Jorge de, *O domínio romano em Portugal*, 2.ª edição, Mem Martins, Publicações Europa América, 1991, pp. 92-93; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Vias Medievais I. Entre-Douro-e-Minho*, dissertação de licenciatura, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968; MANTAS, Vasco Gil, *A rede viária da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

**Tabela 81**  
**Rotas dos migrantes internos a partir de Vila Nova de Cerveira**  
**1829-1840**

| Destino                  | Rota  | Dias de viagem |
|--------------------------|---|----------------|
| Almeida                  | Braga – Amarante – Lamego – Pinhel  | 15             |
| Braga                    | Ponte de Lima   | 8              |
| Bragança                 | Ponte de Lima – Braga – Amarante - S. João da Pesqueira - Almeida                               | 15             |
| Cádiz                    | Caminha – Viana – Porto – Coimbra - Lisboa  | 30             |
| Campo Maior              | Viana – Porto – Coimbra - Crato   | 20             |
| Castelo Branco           | Ponte de Lima – Braga – Amarante - S. João da Pesqueira – Pinhel                                | 15             |
| Chaves                   | Arcos – Amares – Ponte – Salamonde - Alturas do Barroso   | 15             |
| Coimbra                  | Viana – Porto - Coimbra   | 10             |
| Freixo de Espada-à-Cinta | Ponte de Lima – Braga - Vila Pouca de Aguiar - Torre de Moncorvo                                | 15             |
| Juromenha                | Viana – Porto – Coimbra – Abrantes - Estremoz   | 20             |
| Guarda                   | Ponte de Lima – Braga – Amarante – Lamego - Pinhel  | 15             |
| Guimarães                | Ponte de Lima – Braga   | 8              |
| Lamego                   | Ponte de Lima – Braga – Amarante  | 15             |
| Lisboa                   | Ponte de Lima – Barcelos – Porto – Coimbra  | 15             |
| Lisboa                   | Caminha – Viana – Porto – Coimbra   | 15             |
| Mirandela                | Ponte de Lima - Povo do Lanhoso - Celeiró de Roças - Carrizado de Montenegro                    | 15             |
| Montemor-o-Novo          | Viana – Porto – Coimbra - Tancos  | 15             |
| Murça                    | Ponte de Lima – Braga – Amarante - Vila Real – Provesende – Pegarinhos - Murça                  | 15             |
| Pinhel                   | Ponte de Lima – Braga – Amarante – Lamego - Moimenta da Beira                                   | 15             |
| Pombeiro                 | Ponte de Lima – Braga – Guimarães   | 15             |
| Portalegre               | Viana – Porto – Coimbra – Cabaços – Gavião  | 15             |
| Porto                    | Viana   | 8              |
| Provesende               | Ponte de Lima – Braga – Amarante - Vila Real  | 15             |
| Régua                    | Ponte de Lima – Braga – Amarante - Mesão Frio   | 15             |
| São João da Pesqueira    | Ponte de Lima – Braga – Amarante - Vila Real – Régua  | 15             |
| Torre de Moncorvo        | Ponte de Lima – Braga - Póvoa do Lanhoso – Travassos - Vila Pouca de Aguiar – Murça - Vila Flor | 15             |
| Valença do Douro         | Ponte de Lima – Braga – Amarante -Vila Real   | 15             |
| Vila Real                | Ponte de Lima – Braga – Amarante  | 15             |
| Vilar Formoso            | Ponte de Lima – Braga – Amarante – Lamego – Pinhel  | 30             |
| Viseu                    | Viana – Porto - S. Pedro do Sul   | 15             |

Fonte: A.M.V.N.C., Livros de registos de passaportes internos de Vila Nova de Cerveira.

Como já foi referido, aquando da entrada ou saída de uma comarca, era obrigatória a apresentação e validação dos passaportes internos dos indivíduos em trânsito. Nos registos oficiais ficavam assinalados os destinos para onde os migrantes se dirigiam, os principais pontos de passagem ao longo da rota que iriam percorrer “em direitura” ao local pré-definido e a duração aproximada, em dias, da viagem.

Tratando-se de um concelho que se localiza imediatamente a norte do concelho de Caminha e onde Gontinhães se integra, os trajetos registados a partir da mesma comarca foram utilizados pelos indivíduos, naturais ou não naturais, que ultrapassaram as suas fronteiras. A análise permite esclarecer e confirmar se o local ao óbito dos indivíduos de Gontinhães que morreram fora coincidiu com as rotas desenhadas.

### **Rota de Lisboa**

Como seria de esperar, a primeira grande rota direccionava-se para a capital. A partir de Vila Nova Cerveira existiam duas alternativas que confirmaram rotas ancestrais: o caminho do litoral (pelas praças militares até ao Porto, infletindo



posteriormente para Coimbra), ou o caminho do interior (que passava por Ponte de Lima/Barcelos e se prolongava por Coimbra até Lisboa). Lisboa apresentou-se efetivamente como o grande pólo de atração e destino dos migrantes, a ajuizar pelo volume de óbitos aí verificado, bem como pela inúmera documentação notarial, em particular das procurações de familiares em busca de filhos e maridos ou ainda no intuito de reaver bens e soldadas dos falecidos ou inclusivamente saldar dívidas. É exemplificativa deste conjunto de circunstâncias a seguinte escritura notarial:

“Procuração bastante que faz João Rodrigues do Santo, viúvo, aos 17 de março de 1761 a João Gonçalves Gago, assistente na cidade de Lisboa, mestre pedreiro (...) para que possa cobrar e arrecadar na sua mão tudo que lhe pertencer por morte de seu filho Jerónimo, solteiro, que ficou de móveis como de dinheiro e dívidas e roupas (...) que faleceu nos arrabaldes onde chamam Ajuda (...) e de tudo pode dar pagas e quitações”<sup>416</sup>.

A capital fez confluir trabalhadores em número significativo, em particular no período áureo do século XVIII, desde indiferenciados a oficiais da pedraria (por exemplo, em Belém, nos Jerónimos), com particular incidência após a Terramoto de 1755. Assim, o número de óbitos ocorridos em Lisboa revelará certamente uma ínfima visão do estabelecimento de inúmeros residentes de Gontinhães.

A norte de Lisboa, no distrito de Santarém, ficaram assinalados óbitos ocorridos em obras de grande envergadura, como as que se referem ao convento de Mafra. Para além dos óbitos de naturais, são conhecidos instrumentos notariais comprovativos desta atividade, de que é exemplo a escritura seguinte, datada de 1736:

“António Domingues da Preza (...) que para haver de cobrar vinte e cinco semanas pouco mais ou menos de trabalho nas Reais Obras de Mafra fazia seu procurador bastante Joaquim Alvares (...) assistente na cidade de Lisboa o qual terá todos os poderes para cobrar o sobredito trabalho”<sup>417</sup>.

Em finais dos séculos XVIII e inícios do século seguinte, na denominada área da Borda d’Água, ficaram ainda assinaladas várias mortes em Santarém, Cadaval, Rio Maior, Azinhaga ou Lourinhã.

Analisando o trajeto percorrido entre os pontos de saída e os pontos de destino, encontramos óbitos de residentes em Gontinhães ao longo de todo o percurso - por exemplo, Porto, Oliveira de Azeméis, Aveiro, Mealhada, Montemor-o-Velho, Soure, Ourém, óbitos que confirmam a utilização da rota que conduzia a Lisboa.

<sup>416</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do Concelho de Caminha*, 4.º Ofício, cota 4.10.6.18, fl. 41v.

<sup>417</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do Concelho de Caminha*, 1.º Ofício, cota 4.8.1.13, fl. 65.

### **As rotas de Trás-os-Montes ↔ Castela**

Devido à concentração de óbitos de um lado e outro da fronteira, os distritos da raia seca, parecem constituir destinos de construção especializada, como também pontos de passagem para as principais províncias espanholas. O distrito de Bragança, em particular, funcionaria como placa giratória de ligação dos indivíduos que iriam trabalhar para Castela.

Verificada a predominância de óbitos de Gontinhães na província de Trás-os-Montes (12,2% no período total), observámos igualmente a importância das várias rotas que para este destino se dirigiam, sobretudo a partir da informação retirada dos passaportes internos de Vila Nova de Cerveira. Com efeito, a distribuição dos diferentes fluxos migratórios contemplava principalmente as localidades de Chaves, Vila Real e Mirandela e, em direção à zona fronteiriça, Bragança, Torre de Moncorvo ou Freixo de Espada-à-Cinta.

Ao longo destas várias rotas que bifurcavam para norte, sul ou este, consoante o destino final, foram também encontrados inúmeros óbitos de residentes de Gontinhães. Entre estas localidades, salientam-se as mortes ocorridas em Vila Real, Chaves, Mirandela, Mogadouro, mas principalmente em Bragança (24) e na praça fronteiriça de Miranda do Douro (12). A concentração de óbitos de um lado e outro da fronteira parece indicar que estas duas principais cidades, para além de constituírem locais de construção especializada, funcionariam como portas de entrada e de saída para a vasta província de Castela.

### **Coimbra - O nó distribuidor de trajetos e gentes**

Coimbra assumiu uma função de placa giratória de importância indiscutível. A cidade estava localizada no eixo de intersecção de várias rotas bem definidas, sendo ponto de passagem do Mondego e de acesso aos distritos localizados a sul da cordilheira montanhosa, distritos que possibilitariam a entrada para Castela e Extremadura Alta. A partir desta cidade, bifurcavam os fluxos migratórios para Lisboa, para o Alentejo e para os distritos transfronteiriços de Castelo Branco e Portalegre. Tomem-se como exemplos as rotas dos passaportes internos de Vila Nova Cerveira que se direcionavam para Cádiz no sul de Espanha, ou para Campo Maior e Juromenha na fronteira com a Extremadura espanhola, ou ainda para Montemor-o-Novo no Alentejo.

Neste contexto, a passagem de indivíduos naturais de Gontinhães ficou assinalada por um número significativo de óbitos aí ocorrido (14), para além de outros

óbitos ocorridos nas cercanias que calcorreavam as rotas distribuidoras de passagem - Pombal, como no caso de Aniceto Martins que faleceu “trabalhando no seu ofício de pedreiro”<sup>418</sup>, Pedrógão Grande, Pedrógão Pequeno, Figueiró dos Vinhos, Oleiros ou Vila Velha do Ródão.

Os óbitos encontrados em direção aos distritos de Castelo Branco e Portalegre denunciaram uma possível ligação com a Extremadura espanhola e com as principais cidades de Cáceres, Málaga, Sevilha ou Badajoz.

Na região do sudeste nacional, os óbitos registados em Ponte de Sôr, Alter do Chão, Arronches, ou a sul, em Montemor-o-Novo, Arraiolos, Estremoz, Vila Viçosa, marcam a estrada secular para a Extremadura ou, infletindo por Évora, Viana do Alentejo, Cuba ou Beja, o trajeto para Andaluzia. Com efeito, desde o início da observação que o Alentejo se apresentou como etapa final de muitos indivíduos naturais de Gontinhães. De um total de 36 óbitos ocorridos, só conhecemos a sua localização concreta em 21 casos (distritos de Beja, Évora e Portalegre). Se bem que não tenhamos muitas indicações das tarefas executadas nesta região, os locais ao óbito remetem-nos para cidades onde a reconstrução militar era permanente e a edificação religiosa uma fenómeno constante, conforme nos informa a seguinte escritura:

“Procuração Bastante que faz Luísa Alves, viúva, que ficou de João Gonçalves, oficial de pedreiro (...) aos 7 dias do mês de novembro de 1715 (...) nomeia outro oficial de pedreiro Manuel, morador na cidade do Porto, para arrecadarem em suas mãos a herança de bens e dinheiro e dívidas que se ficassem devendo a seu marido (...) na vila de Estremoz”<sup>419</sup>.

Todavia, não devemos descartar a hipótese do trabalho sazonal das ceifas com carácter de exceção e num âmbito de necessidade financeira momentânea, já que “os minhotos (...) constituem o grupo menos sensível ao chamamento de uma vida agrícola bem diversa da que estava enraizada nos seus hábitos. Poucos terão sido, parece-nos, os que terão trocado em definitivo a verdura e pequenez do campo-prado pelo vasto e monótono espaço do trigo e do montado, afetos ao sequeiro”<sup>420</sup>.

A não existência de óbitos a sul do Alentejo parece indiciar que estes indivíduos estavam integrados em redes especializadas de trabalho com destinos específicos.

<sup>418</sup> A.D.C.V., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Óbitos n.º 5, fl. 22.

<sup>419</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do Concelho de Caminha*, 1.º Ofício, cota 4.8.1.9, fl. 66.

<sup>420</sup> EVANGELISTA, João, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1971, p. 172.

Desde a ocupação filipina que a saída massiva de migrantes para Espanha era recorrente. Estas trajetórias não passaram despercebidas a estudiosos da época, como se verifica pelo seguinte relato:

“Outros se passam a Reinos estranhos, principalmente para os de Castela, pela facilidade da vizinhança, onde antes da aclamação havia tantos portugueses, que muitas pessoas afirmavam que a quarta parte dos moradores de Sevilha, eram nascidos em Portugal. E que em muitas ruas daquela cidade se falava a nossa língua (...) e por toda a Castela-a-Velha e Extremadura, é notório que os mais mecânicos eram naturais deste Reino os quais por não terem cá em que trabalhar iam lá ganhar a sua vida”<sup>421</sup>.

Neste contexto, os fluxos em direção aos destinos de Castela, Extremadura e Andaluzia denunciam uma continuidade enraizada nos comportamentos coletivos. As rotas que conduziam a estas províncias passavam pelas cidades de Badajoz, na fronteira, Cáceres, ao centro (já a infletir para Mérida) e perto do Mediterrâneo, por Sevilha, Cádiz ou Málaga, todas elas comprovadas pela ocorrência de óbitos de residentes de Gontinhães. Esta passagem ficou ainda comprovada por outras mortes ocorridas em pequenas localidades vizinhas de passagem (Guaro, Ronda, Sierra das Nieves, por exemplo). Daqui podemos concluir que a permanência e sobrevivência destes caminhos seculares se manteve, seja para fins comerciais, seja para mercados de trabalho, onde a mão-de-obra escasseava.

Pelo contrário, a província da Galiza não parece acusar vocação como destino dos migrantes, ficando registados somente quatro óbitos, porventura por sofrer de idênticos fatores de repulsão que a região do Alto Minho: pressão demográfica e um desequilíbrio entre população e recursos. De facto, analisando os passaportes internos de Vila Nova de Cerveira, foram registadas centenas de entradas de indivíduos galegos em território português, por oposição a seis saídas de nacionais para a Galiza<sup>422</sup>. Nestes registos oficiais, foram encontrados grupos de galegos, compostos por pedreiros e lavradores, que se dirigiam para a fronteira de Vilar Formoso e para Cádiz, utilizando o território português como percurso mais célere para atingir o seu destino<sup>423</sup>, nomeadamente as rotas até agora referidas.

O cruzamento da informação retirada dos passaportes internos de Vila Nova de Cerveira revelou que os percursos principais para atingir os locais de destino remontam

---

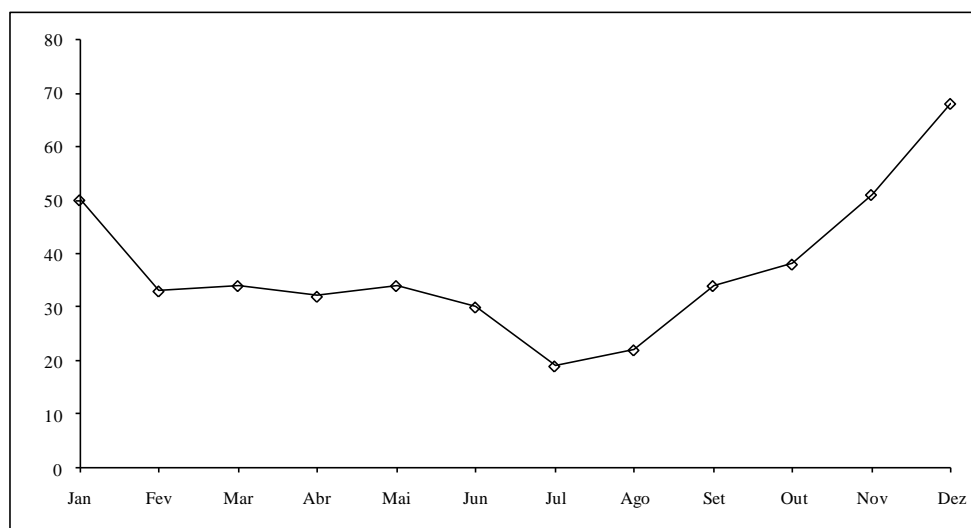
<sup>421</sup> FARIA, Manuel Severim de, *Noticias de Portugal Offerecidas a EL Rey N. S. Dom João o IV. Dos Remédios para a Falta da Gente*, Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1655, pp. 8-9.

<sup>422</sup> A.M.V.N.C, *Livros de registos de passaportes internos*, cota 1.21.1.1-1.

<sup>423</sup> A.M.V.N.C, *Livros de registos de passaportes internos*, cota 1.21.1.1-1, fl. 22.

a trajetos antigos e coincidentes com os percorridos pelos migrantes de Gontinhães, que ficaram assinalados pelo seu elevado número de óbitos<sup>424</sup>.

**Gráfico 53**  
**Distribuição sazonal dos óbitos ocorridos fora da paróquia (N)**  
**1624-1834**



Através da observação do Gráfico 53 verificamos que os meses de inverno se revelaram como os mais penalizadores para os migrantes, o que parece acusar a tendência da sazonalidade da mortalidade adulta nos meses frios, revelando de algum modo também as precárias condições de trabalho e as difíceis condições de deslocação durante os trajetos.

### **8.2.2. Caracterização dos migrantes: idades, estado civil e profissões**

Após a observação do local ao óbito e dos principais fluxos de migração, existe agora a necessidade de identificar os seus principais intervenientes. A análise do perfil etário, do estado civil e do enquadramento profissional dos migrantes poderá ajudar-nos a estabelecer relações entre os movimentos de mobilidade e as suas causas.

Com base nas informações extraídas do local ao óbito, e apesar de existir um número importante de migrantes com idade indeterminada (23,6%), verificou-se que as maiores concentrações de óbitos recaíram nos grupos de idades mais jovens - até aos 29 anos de idade 37,4%, dos 30 aos 39 anos 11,4%, e de 40 e mais anos 27,6%. Relativamente ao estado civil, a distribuição equilibrou-se entre solteiros (49,3%) e casados (45,4%), registando-se um número residual de viúvos (5,3%).

<sup>424</sup> A.M.V.N.C., *Livros de registos de passaportes internos*, cota 1.21.1.1-1.

A partir do cruzamento de informações paroquiais, de informações notariais e do levantamento de passaportes internos, foi possível recuperar algumas profissões dos indivíduos que faleceram fora da paróquia. De 401 migrantes falecidos, foram encontradas 54 profissões, o que corresponde a 13,5%, um valor demasiado reduzido para partir dele podermos retirar ilações seguras. De todos os modos, deste conjunto, 80% possuía profissões relacionadas com a construção civil (mestres canteiros e mestres pedreiros, oficiais de pedreiro, ferreiros, trabalhadores), estando as 20% restantes profissões relacionadas com atividades diversificadas.

O caso de Afonso Fernandes é exemplificativo da parca informação contida na documentação referente aos séculos XVII e XVIII. O seu passaporte interno não indicava qualquer atividade profissional, na altura em que saiu de Viana do Castelo, com mais três companheiros, em 26 de fevereiro de 1765. No entanto, a partir de uma escritura notarial de sociedade entre pedreiros, pudemos concluir que era mestre canteiro. Segundo o mesmo documento, em 1760, Afonso Fernandes arrematou, juntamente com António Alves de Mateus (também mestre de Gontinhães), as casas de residência e da renda da freguesia de Venade por 400 mil réis<sup>425</sup>.

Como era exigido pela lei nacional vigente, os migrantes de Gontinhães, ao ultrapassarem os limites do seu concelho de residência, eram obrigados a franquear as fronteiras dos três concelhos limítrofes. A partir da consulta dos livros de registos de passaportes internos, não foi encontrada qualquer saída para o norte do distrito (por Vila Nova de Cerveira) ou para o interior do mesmo (por Ponte de Lima), mas somente para sul, com passagem registada em Viana do Castelo.

Detetámos um conjunto de 35 migrantes do sexo masculino, entre 1760 e 1767, todos com destino a Lisboa e ainda outros 5 indivíduos que, entre 1828 e 1835, se dirigiram para Alcobaça e Caldas da Rainha. Encontrámos esta informação em séries documentais que, embora com lacunas temporais, consideramos que ilustram o fenómeno das migrações internas.

Como já referimos, a cidade de Lisboa fez confluír um número elevado de migrantes de Gontinhães, confirmado pelo local ao óbito e pelo invulgar número de documentos notariais que a este mercado de trabalho faziam alusão. A pequena série de passaportes com destino a Lisboa vem igualmente reafirmar a importância deste

---

<sup>425</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do Concelho de Caminha*, 4.º Ofício, cota 4.10.6.18, fl. 28v.

mercado de trabalho, particularmente após o terramoto de 1755, no âmbito da reconstrução da capital<sup>426</sup>.

Destes 35 viandantes, divididos em grupos compostos por dois a sete elementos, dez homens deslocaram-se por via terrestre e 25 por via marítima<sup>427</sup>. A viagem teria uma duração prevista de 16 dias por mar, 30 dias por terra e 20 dias alternando os dois processos<sup>428</sup>. Em seis grupos de migrantes, foi ainda declarada a integração de filhos e aprendizes adolescentes, pressupondo assim uma entrada e aprendizagem profissionais durante estas saídas. Deslocando-se em grupo, por questões de trabalho e de segurança durante os trajetos, estes ranchos de homens não passaram despercebidos a alguns viajantes estrangeiros, notando que os minhotos, “se mantinham juntos e juntos andavam de terra em terra”<sup>429</sup>. Foi possível ainda verificar que estes migrantes estavam ligados por relações de parentesco e de vizinhança, como se pode verificar na composição do seguinte grupo de trabalho:

Bento Alves do Rego, mestre canteiro, 41 anos, lugar do Rego  
 José António Alves do Rego, filho, pedreiro, 17 anos, lugar do Rego  
 Simão Gonçalves do Rego, homem ganhão, 49 anos, lugar do Rego  
 João Gonçalves do Rego, filho, homem ganhão, 23 anos, lugar do Rego  
 José Martins dos Santos, homem ganhão, 49 anos, lugar da Sobreira  
 Rafael José Martins dos Santos, filho, homem ganhão, 24 anos, lugar da Sobreira  
 João António Esteves, homem ganhão, 26 anos, lugar da Sobreira

Atendendo ao perfil dos indivíduos e à composição dos vários grupos de viandantes, registamos a existência de uma hierarquização social e etária. Estes migrantes, com idades compreendidas entre os 9 e os 55 anos, possuíam uma média de 28,6 anos de idade.

**Tabela 82**  
**Distribuição dos migrantes por grupos de idades e estado civil**

| Grupos de idades | Solteiros |      | Casados |      | Total |      |
|------------------|-----------|------|---------|------|-------|------|
|                  | N         | %    | N       | %    | N     | %    |
| < 20             | 8         | 29,6 | 0       | 0    | 8     | 21,1 |
| 20-29            | 12        | 44,4 | 3       | 7,9  | 15    | 39,5 |
| 30-39            | 1         | 3,7  | 3       | 7,9  | 4     | 10,5 |
| 40-49            | 2         | 7,4  | 6       | 15,8 | 8     | 21,1 |
| 50-59            | 1         | 3,7  | 1       | 2,6  | 2     | 5,3  |
| Indeterminado    | 3         | 11,1 | 0       | 0    | 3     | 2,6  |
| Total            | 27        | 67,5 | 13      | 32,5 | 40    | 100  |

Fontes: A.M.V.C., Livros de registos de passaportes internos;  
 A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

<sup>426</sup> DURÃES, Margarida, LAGIDO, Emília, “A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (séculos XVIII-XIX)”, in MENESES, Avelino de Freitas de; COSTA, João Paulo Oliveira (coord.), in *O Reino, as ilhas e o mar oceano: estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol. 1, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2007, pp. 251-252.

<sup>427</sup> A.M.V.C., *Livros de registos de passaportes internos*, cotas 1202 e 1203.

<sup>428</sup> A.M.V.C., *Livros de registos de passaportes internos*, cota 1203, fl. 10; cota 1207, fls. 19v e 119v.

<sup>429</sup> OLIVEIRA, António, 1993, op. cit., p. 277.

A partir da Tabela 82, é possível verificar que, deste conjunto de migrantes, 67,5% dos elementos eram solteiros e 32,5% eram casados. Registamos ainda que foram os migrantes dos grupos etários mais jovens que saíram da paróquia, já que os indivíduos casados pertenciam a uma população mais estável, assumindo a liderança dos grupos de trabalho. Acresce ainda que, à exceção de José Luís Rego, casado e que faleceu em Lisboa, os restantes doze homens casados regressaram a casa. Relativamente aos homens solteiros, é conhecido o óbito de cinco, o regresso de sete e desconhece-se a trajetória dos restantes quinze.

Torna-se importante realçar que, neste contexto de migrações de curta e média distância, não foi encontrado nenhum elemento feminino. De facto, os passaportes internos sobre as migrações temporárias e sazonais no norte de Portugal entre 1760 e 1810 registaram uma quase exclusividade de migrantes masculinos, à exceção do trânsito de mulheres de militares<sup>430</sup>.

Tomámos agora dois exemplos de trajetórias de homens solteiros para justificar que muitos dos seus destinos não eram definitivos. João Gonçalves do Rego, homem-ganhão rumou para Lisboa em 2 de setembro de 1765 e faleceu um ano depois, a 24 de junho de 1766 em Ronda, na Andaluzia. José Martins da Veiga declarou deslocar-se para Caldas da Rainha em 1835. Veio porém a falecer em 1854 em Amoreira (Óbidos) “trabalhando no seu ofício de pedreiro”. Este tipo de deslocação itinerante, à mercê das necessidades de mão-de-obra e dos mercados de trabalhos, após o término sucessivo de obras, parece-nos plausível, em particular junto da comunidade celibatária, sem grandes perspectivas de trabalho na paróquia.

Nestes grupos deslocavam-se alguns indivíduos designados como “homem ganhão” que, através da reconstituição dos seus agregados familiares, descobrimos que integravam famílias numerosas ou famílias ilegítimas de grupos sociais menos favorecidos. Muitos deles encontravam-se em situação de endividamento familiar, como pudemos verificar através de alguns relatos de escrituras notariais.

Outros indivíduos tinham a incumbência de tratar de assuntos burocráticos que dificilmente se resolveriam sem uma deslocação a Lisboa. Estes homens, para além de conhecerem os meandros officiosos da capital, relacionavam-se com as colónias de conterrâneos aí sedeadas. Um destes viajantes, João António Esteves, deslocou-se em grupo várias vezes. No ano de 1764, foi incumbido de procurar um residente de Gontinhães. A mulher reclamava-o, argumentando que se encontrava ausente na cidade

---

<sup>430</sup> DURÃES, Margarida, LAGIDO, Emília, op. cit., p. 246.



de Lisboa, aonde lhe diziam que andava a trabalhar como pedreiro e cuja ausência “fez sem seu consentimento e (...) demorado há tantos anos sem lembrança nem obrigação de marido pela falta de correspondência e de algum produto de seu trabalho para sustentação da vida”<sup>431</sup>.

Embora estejam comprovadas as migrações relativas às ceifas no Alentejo, à apanha da azeitona em Trás-os-Montes ou às vindimas no Douro, entre outras<sup>432</sup>, as estruturas populacionais adstritas a estes fluxos revelaram que neles tanto se inseriam homens como mulheres, embora com predomínio dos elementos masculinos solteiros, como no caso da paróquia de Bougado<sup>433</sup>. No caso de Gontinhães, a composição dos grupos e as atividades profissionais sugerem a existência de redes de trabalho ligadas essencialmente à construção civil. Inúmeras escrituras notariais de arrematação de empreitadas, procurações, escrituras de fianças, em cruzamento com outras fontes municipais, remetem-nos repetidamente para os trabalhadores da pedra – arquitetos, mestres canteiros, pedreiros, oficiais de construção nos mais variados ramos.

Uma vez que não existem registos sistemáticos acerca das atividades profissionais desenvolvidas pelos indivíduos em período anterior ao século XIX, recorreremos a uma análise qualitativa, mediante o recurso ao cruzamento de fontes notariais. Assim, diversas escrituras de empreitada de obras comprovaram esta especialização profissional, como é o caso da “Escritura de contrato e obrigação que faz José Álvares do Rego da freguesia de Gontinhães, termo de Caminha aos oficiais da Senhora da Agonia de Viana do Castelo”:

“Aos trinta dias do mês de julho de 1751 em esta notável vila de Viana de Foz do Lima e casas de morada do Vedor-geral (...) apareceu presente e outorgante José Alvares do Rego mestre pedreiro morador na freguesia de Gontinhães, termo da vila de Caminha (...) e por ele foi dito (...) que ele tinha ajustado fazer a obra da igreja de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Agonia (...) cuja obra tinham os mesmos ajustado (...) por preço e quantia de 322\$000 réis (...) com declaração que lhe dará para a dita obra toda a cal e alvenaria (...) apresentava por seu fiador e principal pagador a Lourenço Domingues do lugar de Bebedouros da mesma freguesia de Gontinhães”<sup>434</sup>.

---

<sup>431</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do Concelho de Caminha*, 1.º Ofício, cota 4.8.1.13, fl. 41v..

<sup>432</sup> OLIVEIRA, António, 1995, op. cit., pp. 259-307.

<sup>433</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1986, op. cit., pp. 99-110.

<sup>434</sup> A.D.C.V., *Livros Notariais de Viana do Castelo*, 2.º Ofício, cota 4.3.5.15, fl. 25v.

Registos encontrados de “Cartas de exame de ofício de pedreiro”, durante o século XVIII, confirmam a importância das competências destes trabalhadores, como no caso da emissão da “Carta de Pedreiro”, a favor de José António Alves do Rego pela Câmara de Pombal pedreiro em 165<sup>435</sup>.

Estudos levados a cabo sobre estes profissionais da pedraria no Norte de Portugal apontam sistematicamente para a existência de um núcleo de trabalhadores especializados oriundos de Gontinhães<sup>436</sup>. A importância e as obras levadas a cabo ao longo dos séculos XVII e XVIII pelas sucessivas gerações de mestres da arte da pedraria permitem comprovar a sua existência. Este grupo específico funcionaria como “um centro de especialização de profissionais do mesmo ofício, o que permitia a deambulação de grupos, sobretudo na construção civil, operando num mercado geograficamente vasto e exercendo sobre ele um certo controlo”<sup>437</sup>.

A génese deste centro de especialização parece assentar na Escola ou Academia de Fortificações de Viana do Castelo. De facto, a instabilidade política verificada no período pós-Restauração obrigou à construção, reconstrução e ampliação de edificações militares, em particular na costa litoral. Em 1654, o engenheiro militar francês Miguel de Lescole já se encontrava a trabalhar na província do Minho, tendo dirigido a construção das muralhas de Valença e de Caminha, entre outras obras, e iniciado aulas nas artes de construção de fortificações. Seguiu-se-lhe Manuel Pinto de Villalobos, engenheiro das Fortificações da Província do Minho, um dos mais qualificados discípulos de Lescole<sup>438</sup>.

Em 1655, já encontramos um grupo de “estudantes de Gontinhães” a residir em Viana do Castelo, cuja décima foi cobrada ao proprietário da residência<sup>439</sup>. A Aula de Fortificação, sob a influência daqueles engenheiros militares da Vedoria do Minho,

---

<sup>435</sup> A.M.C., *Registo Geral da Câmara Municipal de Caminha*, Cota 1.12.1.4, fl. 294.

<sup>436</sup> FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., “Elementos para a história das sociedades entre mestres pedreiros (séculos XVII e XVIII)”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, vol. 9, II Série, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1988a, pp. 337-367; BASTO, Artur de Magalhães, *Apontamentos para um dicionário de artífices e artistas que trabalharam no Porto no século XV ao século XVIII*, Porto, Câmara Municipal, s/d; CASTRO, Alberto Pereira, *A Praça-Forte de Valença do Minho*, 2.<sup>a</sup> edição, Valença, edição do Autor, 2006; MOREIRA, Manuel António Fernandes, *O Barroco no Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2006; CARDONA, Paula Cristina Machado, *A atividade mecenática das Confrarias nas Matrizes do Vale do Lima nos séculos XVII e XIX*, tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004; SOROMENHO, Miguel, *Manuel Pinto de Villalobos. Da Engenharia militar à arquitectura*, dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1991; SOROMENHO, Miguel, “Contributos para a História de Arte no Alto Minho nos séculos XVII e XVIII – 1: Uma linhagem de pedreiros no Noroeste: os Alves do Rego”, in *Cadernos Vianenses*, n.º 23, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1998, pp. 221-242; OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *André Soares e o rococó no Minho*, Porto, tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2012, pp.

<sup>437</sup> ALVES, Jorge, 1994, op. cit., p. 72.

<sup>438</sup> CASTRO, Alberto Pereira de, op. cit., pp. 185-189.

<sup>439</sup> A.M.V.C., *Livros de lançamentos de Décimas e Sisas*, cota 544, fl. 270v.

proporcionou a estes alunos conhecimentos acima da média de geometria, matemática, desenho, contabilidade e teoria arquitetónica<sup>440</sup>.

João Alves do Rego nasceu no lugar do Rego em 11 de Fevereiro de 1646, no seio das famílias que se dedicavam à cantaria. Teria sido um dos primeiros formandos, nomeado já em 1678 como “Mestre empreiteiro das obras das fortificações das praças de Caminha e Monção (...) prático e destro nos cortes de cantaria e com notícia dos princípios da Arte de fortificar as Praças”<sup>441</sup>. Em 1681, foi enviado por Lescole como seu ajudante “a fim de desfazer dúvidas em que estavam os mestres-de-obras da Praça de Chaves sobre a fábrica da porta principal da dita praça, seu corredor, corpo de guarda e arcos de rastilho (...) e confia que ele em muitos poucos anos se fará capaz de suprir a falta de qualquer engenheiro das fortificações”<sup>442</sup>.

Tendo nascido em 19 de novembro de 1662, Domingos Gonçalves do Rego, familiar de João Alves do Rego, teria sido outro dos alunos da Academia, casando em 1690 com Joana de Lescole e apresentando como testemunhas do seu matrimónio Manuel Pinto de Villalobos, capitão engenheiro, Sebastião Rodrigues Roquilho, Vedor-Geral, e Manuel Maciel Jordão, abade de Barbeita<sup>443</sup>. Denominado nas fontes como mestre empreiteiro ou mestre pedreiro, faleceu na direção da construção das fortificações de Valença, com mais dois conterrâneos e familiares João Martins do Rego e Alexandre Gonçalves do Rego<sup>444</sup>.

Se se estabelecer uma relação entre o início da Academia de Fortificação em meados do século XVII e a distribuição anual de óbitos observada (cf. Gráfico 52), distribuição esta que adquiriu significado a partir daquela data, poder-se-á encontrar uma possível influência neste último indicador. A formação e saída destes mestres construtores e canteiros originaram a sua dispersão pelo reino, no esforço de construção de novas fortalezas e na reconstrução dos velhos castelos medievais, desajustados que estavam às novas práticas militares, em particular à ação do tiro. Levariam consigo grupos consideráveis de trabalhadores da sua confiança e formação. Note-se ainda que, consultada a base genealógica proveniente da reconstituição de Gontinhães, estes mestres construtores, canteiros e pedreiros contraíam matrimónio com forte pendor endogâmico, formando clãs de famílias aparentados no lugar do Rego e transmitindo as artes de geração em geração.

---

<sup>440</sup> SOROMENHO, Miguel, 1998, op. cit., p. 225.

<sup>441</sup> SOROMENHO, Miguel, 1998, op. cit., pp. 224-225.

<sup>442</sup> SOROMENHO, Miguel, 1991, op. cit., p. 50.

<sup>443</sup> A.D.V.C., *Registos Paroquiais de Viana do Castelo*, cota 3.19.5.11, fl. 51.

<sup>444</sup> MOREIRA, Manuel António Fernandes, 2006, op. cit., p. 92.

Durante o século XVIII, com a pacificação da Península Ibérica e a chegada do ouro proveniente das minas do Brasil, os dinheiros do erário público direcionaram-se predominantemente para obras religiosas. A influência da Diocese de Braga abrangia uma vasta jurisdição geográfica que cobria toda a zona norte do País, para além de outras mais a sul (em 1801, possuía cerca de 31,5% da totalidade das freguesias do Reino<sup>445</sup>), pelo que as encomendas ao nível das várias dioceses sufragâneas obrigavam à contratação de oficiais especializados e de confiança, que se deslocavam de obra em obra, difundindo-se, deste modo, as várias correntes artísticas. A construção de grandes obras de carácter civil que se multiplicaram ao nível de todas as grandes cidades, em edificações de raiz, de reestruturação e de ampliação de outras, contribuiu de igual modo para a continuidade destas deslocações de trabalhadores.

De entre os mais conceituados mestres pedreiros e canteiros do século XVIII apontam-se os irmãos Feliciano Alves do Rego, nascido em 9 de janeiro de 1708, e o seu irmão José Alves do Rego, nascido a 30 de janeiro de 1695, descendentes dos primeiros formandos da escola de Lescole e de Villalobos. Como importantes obras da sua lavra e dos seus principais discípulos José Pires Lavrador e Geraldo Fernandes da Sobreira, referem-se para além de edificações locais e distritais (capelas, cruzeiros, torres sineiras, residências paroquiais), as seguintes construções<sup>446</sup>:

- Corte de pedra para o Cais de Viana;
- Obras de canalização do chafariz de Barcelos;
- Encanamento de águas da vila de Ponte de Lima;
- Capela da Sr.<sup>a</sup> da Agonia de Viana do Castelo;
- Igreja dos Terceiros de Ponte de Lima;
- Convento de Rendufe em Amares;
- Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Viana;
- Dormitórios de São Bento da Vitória no Porto e do Mosteiro do Carmo de Viana do Castelo;
- Obra de acréscimo do Mosteiro de São Romão do Neiva;
- Capela da Casa de Mateus em Vila Real;
- Arcos da praça da Ribeira do Porto;
- Anexo do Convento de Santa Clara de Caminha;
- Convento das Carmelitas Descalças de Viana.

---

<sup>445</sup> SOUSA, Fernando de, 1996, op. cit., p. 15.

<sup>446</sup> Cf. Nota de rodapé 433.

Tomemos como exemplo o Mestre Feliciano Alves do Rego. Em 1729, assinou contrato da obra da Madalena Santa do Monte, na freguesia de Moreira, no Porto<sup>447</sup>. No ano seguinte, assinou o contrato de obrigação para a construção do convento de Rendufe<sup>448</sup>. Em 1734, foi chamado como perito para se pronunciar sobre a nova igreja do Mosteiro de S. Romão de Neiva<sup>449</sup>. Em 1736, Feliciano e o seu irmão José, “mestres de pedraria”, construíram os dormitórios novos do Mosteiro de S. Bento da Vitória pela quantia de 11.668\$260 réis, entregando a obra em 1743<sup>450</sup>. Em 1738, arrematou igualmente a obra de S. Pedro de Miragaia extramuros e a da obra do Castelo da “Pouva do Brazim”<sup>451</sup>. Em 1746, contratou a obra de pedraria da nova igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Ponte de Lima por 1.150\$000 réis<sup>452</sup>. Em 1748, foi chamado como perito a vistoriar as “ruínas que ameaçavam a Igreja da Misericórdia do Porto” recebendo pelo seu parecer 2\$400 réis<sup>453</sup>.

A envergadura e os montantes das obras, o curto prazo que mediava entre as mesmas, sugerem, para além da existência de uma importante capacidade financeira, a gestão de recursos humanos especializados da sua confiança e em número capaz de dar cumprimento aos prazos estipulados nos contratos de obras. O caso de António Alvares, mestre pedreiro do arcebispado de Braga, que trabalhava na Sé de Viseu em setembro de 1720, e que tinha à sua responsabilidade 51 pedreiros, 42 dos quais eram minhotos, é revelador dessa capacidade de contratação de oficiais da pedra<sup>454</sup>.

Idêntica situação foi encontrada nas obras da Praça de Santa Ana e da Capela de S. Roque no Porto, arrematadas por José Alves do Rego e Manuel Martins Valente em 1766 e cujos trabalhos se prolongaram até 1773. Quando iniciaram a obra, os mestres traziam “*oficiais que fazem o número de 40 homens de trabalho*”. Este número estipulado era menor no inverno do que no verão<sup>455</sup>. Não será pois por acaso que no mesmo ano e no mesmo local venham a morrer vários indivíduos, cuja causa de óbito poderia estar relacionada com algum surto epidémico, condições climáticas ou acidentes de trabalho, por exemplo. É o caso de quatro indivíduos de Gontinhães, falecidos em

<sup>447</sup> A.D.B., *Nota Geral*, cota 624, fls. 128-129.

<sup>448</sup> A.D.B., *Nota do Ofício de Amares*, vol. 69, fl. 74.

<sup>449</sup> A.D.B., *Monástico conventual, S. Romão do Neiva*, fl. 187.

<sup>450</sup> A.D.P., *Fundo Convento de São Bento da Vitória, Porto*, Livro das Provisões Reais e Licenças da Câmara e Senhor Bispo, compra de casas em que está situado este Mosteiro, cota K/25/6/6 – 494.4, fls. 223-229v.

<sup>451</sup> BASTO, Artur de Magalhães, op. cit., p. 481 e p. 537.

<sup>452</sup> LEMOS, Miguel Roque Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima*, 2.ª edição, Ponte de Lima, Câmara Municipal, 1997, p. 92.

<sup>453</sup> BASTO, Artur de Magalhães, op. cit., p. 481.

<sup>454</sup> ALVES, Alexandre, *Artistas e Artífices nas dioceses de Lamego e Viseu*, vol. 1, Viseu, Governo Civil de Viseu, 2001, p. 67.

<sup>455</sup> ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira. *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. vol. 1. Porto, Câmara Municipal do Porto, 1988b, pp. 213, 224 e 299.

Bragança, cujos ofertórios foram realizados em 15 de Setembro e em 4, 23 e 28 mês de Dezembro de 1684<sup>456</sup>.

A análise dos passaportes internos de Ponte de Lima revelou ainda que os migrantes do interior dos Vales do Âncora e do Coura utilizavam esta passagem mais direta relativamente ao destino. Partiam igualmente em grupo, como no caso do registo de um passaporte que integrava 18 oficiais de pedreiros de várias freguesias vizinhas<sup>457</sup>.

Esta mobilidade assumia proporções tão importantes que introduzia rotinas nas populações e nos comportamentos específicos na paróquia. Assim se compreendem as inúmeras referências “aos ganhos” que se encontra na documentação notarial. Tal é o caso do dote que Maria Velho atribuiu à sua sobrinha em 1796 onde se incluíam a casa e lugar, mas onde, em contrapartida, o “noivo será obrigado quando for aos ganhos para fora quando vier deles dará para a casa de cada vez que for 4\$800 réis, isto trazendo dinheiro, porque não o trazendo por algum infortúnio nada dará”<sup>458</sup>.

Um outro fator a ter em conta relaciona-se com o espaço de tempo verificado entre data do óbito, a chegada da notícia do falecimento e respetivos ofertórios celebrados na paróquia. Recuando até aos registos de óbitos mais antigos, o período temporal mediava entre 30 e 45 dias entre o falecimento em Castela e as exéquias realizadas na paróquia, 15 dias para Chaves, 13 dias para Lisboa, 6 dias entre o Porto, 50 dias para Toledo. Já no século XIX, em 17 de março de 1812, chegou a notícia do falecimento de José Maria Pires, falecido em Lisboa, comunicada em 2 de abril por António Alves Pontual de Moledo. O ofertório por alma de Manuel Martins, falecido em Cordovilha, em 20 de abril de 1820, foi realizado em 22 de Maio do mesmo ano. A notícia foi reportada pelo seu irmão, Luís Martins, “que andava no mesmo lugar”. Se compararmos estes intervalos de tempo com a duração média das viagens mencionadas nos passaportes internos, concluímos que são, grosso modo, coincidentes. Esta constatação leva-nos a concluir que existia um vaivém constante de familiares e trabalhadores, incluindo de freguesias vizinhas, que rapidamente reportavam as ocorrências.

Esta breve análise sobre o percurso de alguns dos mais importantes mestres canteiros de Gontinhães é ainda ilustrativa da dimensão das obras e da dimensão dos grupos de trabalho que necessariamente ficariam obrigados à sua prossecução e finalização dos trabalhos. Este núcleo especializado, que atravessou várias gerações de

---

<sup>456</sup> A.D.V.C., *Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Óbitos n.º 1, pp. 70-72.

<sup>457</sup> A.M.P.L., *Livros de registos de passaportes internos*, cota 2.2.5, fl. 86.

<sup>458</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do Concelho de Caminha*, 2.º Ofício, cota 4.9.4.33, fl. 23.

profissionais aparentados entre si, assegurou a permanência secular dos fluxos migratórios, permitindo compreender vários indicadores da nupcialidade e da fecundidade, como é o caso das elevadas taxas de celibato definitivo feminino, do desequilíbrio entre relações de masculinidade, das elevadas concentrações de viúvas, da dimensão das próprias famílias e da conseqüente letargia populacional até ao segundo quartel do século XIX.

Importa referir que a análise do local ao óbito e as mortes ocorridas neste contexto de mobilidade, muitas delas documentadas e compreendidas através de escrituras notariais de empreitadas, de saldo de conta dos pedreiros falecido ou de procura de familiares, necessita de estudos mais aprofundados e cruzados ao nível dos ofícios de tabelião e dos respetivos enquadramentos temporais.

### 8.3. Imigração procedente da Galiza

Desde tempos remotos que entre os povos de ambas as margens do rio Minho existiram afinidades socioculturais e linguísticas. Por conseguinte, desenvolveu-se uma forte permeabilidade humana e económica entre as suas populações. Apesar do controlo de fronteiras, persistiram locais de passagem mais ou menos acessíveis ao longo do rio Minho, já que este “nunca constituiu uma fronteira com Portugal, mas antes um lugar de intercomunicação entre galegos e minhotos”<sup>459</sup>.

A entrada de populações oriundas da Galiza para a região do Alto Minho foi prática corrente durante séculos, como se pode verificar pela informação retirada do registo dos passaportes internos com passagem em Viana do Castelo a partir do ano de 1760<sup>460</sup>, em Ponte de Lima a partir de 1828<sup>461</sup> e em Vila Nova de Cerveira a partir de 1829<sup>462</sup>. A maior parte dos imigrantes galegos dirigia-se para Lisboa, pólo de atração onde se multiplicavam obras e serviços<sup>463</sup>. Estes imigrantes também se deslocavam em migrações sazonais, principalmente para as vindimas do Douro, como é o caso de um grupo de oito trabalhadores do bispado de Tuy, regressado das vindimas a 24 de outubro de 1804, assinalando a sua passagem em Ponte de Lima<sup>464</sup>. No século XIX, é

<sup>459</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Introdução”, in LEIRA, Xan (ed.), *Historia duna emigración difusa*, Diumaró, Acuarela Comunicación sll, 2008, p. 21.

<sup>460</sup> A.M.V.C., *Livros de registo de Passaportes internos*, cota 1202.

<sup>461</sup> A.M.P.L., *Livros de Registos de Passaportes Internos*, cota 2.2.5.

<sup>462</sup> A.M.V.N.C., *Livros de registo de Passaportes internos*, cota 1.21.1.1.-1.

<sup>463</sup> LÓPO, Domingo Luis González, “Lisboa dos sonhos, Lisboa sonhada”, in LEIRA, Xan (ed.), *Historia dunha emigración difusa*, Diumaró, Acuarela Comunicación sll, 2008, pp. 16-19.

<sup>464</sup> A.M.P.L. *Livros de registos de passaportes internos*, cota 2.2.5, fl. 23.

significativo o número de imigrantes que se fixou no Porto, com particular concentração entre 1875 e 1888<sup>465</sup>.

A mobilidade galega constituiu um fenómeno estrutural da Galiza na Época Moderna, que atuando nos níveis de nupcialidade e de fecundidade, teria agido como processo autorregulador da população regional<sup>466</sup>. Na transição do século XVIII para o século XIX, vivia-se na Galiza uma longa fase de degradação económica e pauperização, em grande parte associada a um incremento populacional significativo, que se traduziu numa das mais altas densidades demográficas da Península Ibérica<sup>467</sup>. Em consequência desta pressão demográfica, o desequilíbrio entre subsistências e população constituiu uma das principais causas da mobilidade galega<sup>468</sup>. Também outros fatores relacionados com o sistema de minifúndio, o agravamento dos impostos, as levadas militares que facilitavam a fuga dos mancebos ao serviço militar, o sistema de heranças e as grandes crises alimentares ocorridas entre 1730 e meados do século XIX, criaram condições para importantes movimentos imigratórios<sup>469</sup>. Os constrangimentos que impulsionaram a mobilidade galega seriam idênticos aos que estavam na origem da mobilidade minhota.

Estas gentes, de um lado e outro da fronteira, saíram em correntes humanas, possivelmente na companhia uns dos outros, seguindo as mesmas rotas, de tal modo que na capital, minhotos e galegos se confundiam no linguajar, nos traços físicos, nos hábitos culturais comuns e, como tal, eram tomados como um só povo. “Daí que, para a voz pública, os galegos de Lisboa não sejam só os originários da Galiza, mas também os da outra margem do Minho, de nacionalidade portuguesa, de acordo com representações coletivas muito disseminadas”<sup>470</sup>. Deste modo, desde tempos recuados, os minhotos eram chamados de “galegos” pelas gentes a sul de Leiria<sup>471</sup>. Para além destes fluxos migratórios de indivíduos galegos orientados em direção aos principais centros urbanos,

<sup>465</sup> ALVES, Jorge Fernandes; FERREIRA, M. Fernanda V.; MONTEIRO, M. do Rosário, “Imigração galega na cidade do Porto (2.ª metade do século XIX)”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, vol. 9, 1992, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 220.

<sup>466</sup> FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo, “Migración estacional, explotación campesina y comportamientos familiares: los canteros de la Galicia Sudoccidental (siglo XVIII)”, in CHACÓN, Francisco Jiménez; FERRER, Llorenç (eds.), *Família, casa y trabajo*, Múrcia, Universidad de Murcia, 1997, pp. 261-274.

<sup>467</sup> EIRAS ROEL, Antonio, “Producción y precios agrícolas en la Galicia Atlántica en los siglos XVII-XVIII. Un intento de aproximación a la coyuntura agraria”, in *Estudios sobre agricultura y población en la España Moderna*, Santiago de Compostela, Tórculo, 1990, p. 119.

<sup>468</sup> LÓPO, Domingo Luis González, “La emigración a Portugal desde el suroeste de Galicia en los Siglos XVIII al XX”, in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 381.

<sup>469</sup> LÓPO, Domingo Luis González, “Una aproximación a la emigración de la Galicia Occidental entre mediados del siglo XVII y el primer tercio del XX, a través de las fuentes de protocolos y Archivos Parroquiales”, in *A Emigración segundo as Fontes*, Santiago de Compostela, Dirección Xeral de Relacións Coas Comunidades Galegas, 1989, pp. 136-139.

<sup>470</sup> ALVES, Jorge Fernandes, “Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas”, in EIRAS ROEL, António; LÓPO, Domingo Gonzalez (coord.), in *Mobilidade e migrações internas na Europa Latina*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2002, p. 118.

<sup>471</sup> FANGUEIRO, Óscar, “A emigração galega para a Póvoa de Varzim do século ao XVI ao XVIII”, in *Atas do Colóquio “Santos Graça” de Etnografia Marítima*, vol. 3, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1985, pp. 205-229.



a vizinhança ancestral que unia o Alto Minho e a Galiza propiciou o assentamento de imigrantes galegos junto ao litoral nortenho e ao longo do rio Minho desde tempos muito remotos.

Se a viagem por terra para a região do Alto Minho implicava a passagem e o controlo transfronteiriço nas praças portuguesas, as fronteiras fluviais agiam como meios facilitadores na transposição desses obstáculos. O rio Minho era navegável durante todo o ano. No verão “diminuem muito as suas águas, a ponto de se poder passar a vau em alguns sítios. Andam barcos de passagem desta província para Galiza, em Melgaço, Valadares, Monção, Lapela, Vila Nova da Cerveira e em Caminha, além de muitos outros particulares, que em diversos sítios dão passagem, por ser muito povoada a ribeira dum e outro lado”<sup>472</sup>. O prolongamento da costa litoral entre os dois reinos teria também facilitado a mobilidade dos indivíduos, nomeadamente através do comércio entre portos transfronteiriços.

Para além das fronteiras facilmente transponíveis do rio Minho, a baía natural de Gontinhães possuía condições particularmente favoráveis que fomentaram a existência de relações comerciais com os marítimos galegos. Nas Memórias Paroquiais de 1758, o Abade de Gontinhães relatava que “nesta freguesia há um Porto de Mar por natureza, aonde chamam o Porto de Âncora no sítio do lugar da Lagarteira, pelo qual entram somente barcos de pescadores, e algumas lanchas de Galiza e Caminha, principalmente nos meses de verão, ou estando o Mar sereno”<sup>473</sup>. Idêntico cenário foi descrito em legenda topográfica, referindo que “junto do rio Âncora, por entre penedos, há uma entrada de braça de fundo, amparada do tempo, onde se recolhem muitos barcos portugueses e galegos”<sup>474</sup>.

### **8.3.1. Famílias de galegos e locais de fixação**

A atividade marítima em Gontinhães parece não ter sido desenvolvida pelos seus residentes. Caracterizando-se a paróquia por uma economia de subsistência assente no sistema da pequena propriedade, até 1824 não foi encontrada qualquer referência a este setor, nem tão pouco os registos paroquiais reportaram qualquer naufrágio de pesca costeira ou qualquer referência à existência de pescadores. Apesar disto, existem referências ocasionais à utilização de técnicas e artes rudimentares de pesca, praticadas

---

<sup>472</sup> SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, op. cit., pp. 101-161.

<sup>473</sup> CAPELA, Viriato José, 2005 op. cit., pp. 123-126.

<sup>474</sup> PEIXOTO, António Maranhão, *O Litoral de Viana e a sua Arquitetura Militar*, Viana do Castelo, Arquivo Municipal de Viana do Castelo, 2001, pp. 24-25.

por agricultores durante a acalmia do verão. Encontrámos ainda referências constantes à apanha secular do sargaço, utilizado como fertilizante dos campos, nomeadamente através de disputas entre populações das paróquias vizinhas.

Em 1825, foi detetada a presença de um pescador galego na paróquia, de nome António Verde, oriundo de A Guarda, casado com Rosa Beñita da Peña, também da mesma naturalidade. Esta família foi encontrada por ocasião do registo do nascimento do seu sexto filho de nome João Evangelista<sup>475</sup>. Este casal veio acompanhado de cinco filhos - Manuel, Luís, Teresa, Pedro e João - nascidos naquela paróquia galega. Através da consulta efetuada nos registos paroquiais do Arquivo Diocesano de Tuy, foi possível reconstituir este agregado familiar<sup>476</sup> e relacioná-lo com os seus ascendentes e descendentes<sup>477</sup> (como se pode confrontar no Anexo 26), bem como confirmar a longa relação desta família com a pesca. A mesma família fixou-se no lugar da Lagarteira (lugar que mais tarde foi designado como lugar do Portinho, devido à construção do varadouro durante a década de 1860), área localizada junto ao litoral, onde existiam as vendas de passagem ao longo da estrada real e algumas habitações dispersas. Este núcleo familiar dará início a sucessivas gerações de marítimos que se fixaram no mesmo lugar. A informação extraída das Ordenanças de 1828 veio confirmar a existência desta primeira família de pescadores, ficando assinalados todos os filhos varões com a profissão de “pescador”<sup>478</sup>.

A nova atividade económica e os seus intervenientes fizeram confluir lentamente outras famílias galegas de marítimos, bem como outras marítimos de portos vizinhos (Monserrate, Castelo de Neiva, Fão, Carreço, por exemplo) e ainda indivíduos da paróquia, oriundos de famílias menos favorecidas.

**Tabela 83**  
**Famílias de origem galega**

| Períodos  | Famílias |                   |
|-----------|----------|-------------------|
|           | N        | Descendentes<br>N |
| 1825-1839 | 7        | 821               |
| 1840-1859 | 11       | 531               |
| 1860-1879 | 26       | 609               |
| 1880-1899 | 8        | 114               |
| 1900-1924 | 9        | 32                |
| Total     | 61       | 2107              |

<sup>475</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Batismos n.º 6, fl. 60.

<sup>476</sup> A.H.D.T.V., *Parroquia de Santa María da Guarda*, Livro IV de Casados, 1792-1831, fl. 80.

<sup>477</sup> A.H.D.T.V., *Parroquia de Santa María da Guarda*, Livro VII de Bautizados, 1800-1831, fls. 109v, 141, 173, 205, 256.

<sup>478</sup> A.M.C., *Livro de Registo dos Fogos e Moradores no Distrito da 1ª Companhia da Capitania Mór das Ordenanças de Caminha*, op. cit., fl. 60v.

Os dados da Tabela 83 mostram que entre 1825 e 1839 foram encontradas sete famílias e, entre 1840 e 1859 mais onze. Em sistema de forte endogamia matrimonial, irão reproduzir-se rapidamente, como se verificou pelas suas elevadas taxas de reprodução (cf. Fecundidade). Na década de 1850, uma grave crise de subsistências na Galiza<sup>479</sup> teria estado na origem de uma nova vaga de imigração, da qual resultou uma nova entrada de marítimos que formaram 26 núcleos familiares entre 1860 e 1879, seguindo-se oito entre 1880 e 1899 e nove no primeiro quartel do século XX. Estes núcleos familiares concentraram-se também no mesmo lugar da Lagarteira, dadas as relações de parentesco existentes com as famílias que inicialmente aí se fixaram.

Sabemos que, entre 1825 e 1924, entraram em Gontinhães 137 indivíduos galegos, sendo 79,6% oriundos de Pontevedra, província de fronteira. Do total dos indivíduos, 46,7% eram naturais da vila piscatória de A Guarda. Formaram um total de 60 famílias em que pelo menos um ou os dois cônjuges era de origem espanhola (conforme se pode comprovar nos Anexos 27 a 29). Entre 1825 e 1924, contabilizaram-se 2107 descendentes, o que constitui 43% do total dos nascimentos registados entre 1825 e 1924. A família Verde dará origem ao maior número de descendentes, o que se deverá à precocidade da sua fixação e à elevada taxa de fecundidade verificada em todas as suas gerações.

Os elementos masculinos dedicaram-se predominantemente à pesca, sendo auxiliados pelas suas mulheres e filhas, que foram identificadas como peixeiras, regateiras ou contratadeiras de peixe. Se bem que a atividade principal destes indivíduos se centrasse na pesca, foram desenvolvidas outras atividades complementares à economia doméstica, como a afetação das suas próprias moradas para os banhistas que procuravam banhos quentes ou banhos de mar durante o verão e o outono.

As famílias foram chegando e foram-se instalando no mesmo lugar, ocupando o areal baldio frente ao mar e aí edificando as suas casas. Com reduzidos recursos económicos e sem terra, a comunidade foi proliferando em número, sedimentando-se, com características socioculturais muito próprias. O bairro piscatório, aconchegado ao mar e às areias, foi crescendo à medida que as gerações se sucederam. A sua formação e a ocupação no território fez-se possivelmente de forma desordenada, conforme as posses e as necessidades dos diferentes núcleos familiares.

Até então, a fruição dos baldios nacionais pelas populações decorria da tradição, mais propriamente de um direito consuetudinário secular, pelo que “nenhuma outra

---

<sup>479</sup> LÓPO, Domingo Luis González, 1993, op. cit., p. 379.

propriedade foi ou é mais livre e plena que a dos baldios”<sup>480</sup>. Este direito veio colidir com as reformas liberais em “período em que um novo conceito de propriedade privada se revelou, tendo como princípio a libertação da terra das peias feudais e a sua individualização”<sup>481</sup>. A apropriação dos terrenos baldios passou a ser prática comum após as reformas liberais, pelo que a legislação produzida procedeu à regularização da ocupação do território.

Embora o Código Administrativo de 1836 regulamentasse no seu artigo 87.º que as câmaras deveriam ter um “arrolamento exato de todos os baldios, terrenos, e arvoredos, ou matas que fossem do logradouro comum dos Povos do Concelho”<sup>482</sup>, o areal de Gontinhães não pareceu inicialmente merecer o interesse da administração local, sobretudo devido ao seu carácter incultivável. O mesmo aconteceu aquando da implementação do Código Administrativo de 1842, que não introduziu qualquer alteração ao anterior diploma<sup>483</sup>. Até então, a comunidade rural e os grandes proprietários de Gontinhães não manifestavam também interesse pelas áreas não agrícolas, o que era o caso do areal árido, desabrigado e sujeito às invasões do mar. Só após a gradual e progressiva normalização dos procedimentos burocráticos, os baldios foram vendidos ou aforados<sup>484</sup> sob a tutela da administração municipal que possuía o direito de alienação em representação da comunidade como pessoa moral. Em última análise, estando em causa bens da comunidade, só a câmara podia dispor do domínio útil dos baldios<sup>485</sup>.

Assim, em meados do século XIX, em virtude da crescente atratividade da praia de banhos e do desenvolvimento das atividades com ela relacionadas, a propriedade baldia junto à orla marítima passou a ser disputada pelos proprietários locais, comerciantes e burgueses que pretendiam construir moradias e montar negócio em frente ao mar ou em frente à nova estrada real, que ligava Viana do Castelo a Caminha, e que atravessava a paróquia junto à costa.

A partir deste momento, os interesses antagónicos dos vários concorrentes pelo mesmo espaço vêm tornar mais urgente a necessidade de se proceder de forma sistemática à oficialização do auto de aforamento. Este processo burocrático consistia na

---

<sup>480</sup> ABEL, Marília, “Os baldios portugueses em período de transição (1820-1910)”, in *História*, vol. 8, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 339.

<sup>481</sup> ABEL, Marília, op. cit., p. 339.

<sup>482</sup> *Código Administrativo Portuguez*, Lisboa, Imprensa da Rua de São Julião, 1837, p. 30.

<sup>483</sup> *Código Administrativo Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p. 29.

<sup>484</sup> ABEL, Marília, op. cit., p. 342.

<sup>485</sup> BRANDÃO, Fátima; ROWLAND, Robert, “História da propriedade e comunidade rural: questões de método”, in *Análise Social*, vol. 16, 1.º- 2.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1980, pp. 190-194.

concessão de uma determinada área de terreno por parte das câmaras municipais a um interessado, mediante o pagamento (por quem obteve o título de posse legítima sobre a propriedade) de um foro anual, proporcional à área ocupada. Por conseguinte, a ocupação dos terrenos baldios tramitou de forma controlada, de modo a minorar os possíveis conflitos e a especulação de preços.

O primeiro aforamento conhecido relativo a Gontinhães e concedido pela Câmara Municipal de Caminha está datado de 5 de novembro de 1858. Este aforamento diz respeito à concessão de um baldio, junto à via principal<sup>486</sup>, a Francisco de Sousa Cadaval, fidalgo e grande proprietário de Vila Nova de Cerveira.

Os aforamentos seguintes que encontramos iniciam-se depois da entrada em vigor da Carta de Lei de 22 junho de 1866<sup>487</sup>, que obrigava à regularização da ocupação de baldios num prazo de seis meses e à remissão dos foros respetivos. Com esta regularização, os ocupantes asseguravam o domínio pleno da propriedade. A partir desta data, num curto espaço de tempo, foram encontrados muitos autos de aforamento, regularizando as propriedades e foros respetivos, incluindo-se neste conjunto muitas parcelas de areal com edificações e já ocupadas pelas famílias de marítimos. Tal é o caso de Pedro Verde, pescador. Filho de António Verde, casou em 1838 com Margarida Pires que residia no lugar do Vilarinho. Desta família nasceram onze filhos, estando dez sobreviventes à data. Em 1864, pediu dinheiro a juro para a construção de casas novas no lugar da Lagarteira. Com a saída da Lei em 1866, procedeu à legalização, em 22 de Dezembro, do terreno ocupado, alegando que “pretende aforar um pedaço de terreno baldio na Lagarteira, no qual se acha atualmente edificada a sua morada de casa alta e uma outra térrea com terreno cultivado e circundado de paredes (...) e como o dito terreno já se acha fechado e cultivado sem a devida autorização, requer o suplicante para continuar na posse dele que Vossas Senhorias se dignem mandar proceder às diligências da Lei”<sup>488</sup>.

Os aforamentos incluíam a louvação por peritos que estabeleciam um preço de licitação e procediam à afixação pública da informação do auto de arrematação, por meio de editais na sede do concelho ou na porta da Igreja Matriz. Em sequência da especulação verificada sobre os baldios da Lagarteira, aconteceu frequentemente os marítimos da paróquia não conseguirem oferecer um lance capaz de competir com o dos proprietários que, atentos agora ao valor da propriedade nesta área litoral, arremataram

<sup>486</sup> A.M.C., *Autos de aforamento de Gontinhães*, cota 1.11.5.4-1.

<sup>487</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1866*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

<sup>488</sup> A.M.C., *Autos de Aforamento de Gontinhães*, cota 1.11.5.4-10.

foros sucessivos. Esta competição pode ser ilustrada pelo auto de aforamento requerido inicialmente por Joaquim Fernandes Fão, natural de Vila Chã, casado com Josefa Martins Costa em 1847. Marítimo e vendeiro, pretendia a concessão de dois terrenos no lugar das Pedras Ruivas, terrenos que confinavam com o moinho de vento que aí possuía há mais de vinte anos. Após terem sido anunciados os editais, correu o pregão que “em voz alta chamou os licitantes que sobre o dito foro lançar quiseram, e tendo recebido variados lanços, ultimamente compareceu Rodrigo Lourenço da Rocha, proprietário (...) que ofereceu o maior lanço”<sup>489</sup>.

Após uma primeira fase de ocupação desordenada do areal pela comunidade marítima, seguiu-se outra em que a praia de banhos, a instalação de comércio e serviços e a construção particular rivalizaram com o espaço inicialmente ocupado pelos pescadores. A comunidade marítima conviveu e competiu durante décadas pela ocupação do areal com a praia de banhos. Com a crescente visibilidade desta, o espaço anteriormente ocupado pelos marítimos foi sendo repartido entre as várias populações interessadas e respetivas atividades económicas. A louvação das parcelas restantes e o reduzido poder de compra dos pescadores face ao dos proprietários originou a especulação de preços. Por outro lado, as melhorias que os pescadores introduziram nas suas habitações estiveram na origem da contração de empréstimos a juros elevados, o que em alguns casos levou à entrega das propriedades pela impossibilidade de cumprimento dos pagamentos. Estas melhorias visavam a ampliação do edifício existente ou a construção de um novo piso destinados ao aluguer durante a época de banhos. Paralelamente, a comunidade reproduzia-se com rapidez e necessitava de espaço para a instalação das novas gerações. Esta necessidade prendia-se com o casamento precoce dos filhos dos pescadores (ao contrário dos filhos dos lavradores) que mais cedo pretendiam libertar-se da tutela parental.

Face ao cenário competitivo anteriormente descrito, os marítimos encontravam-se fragilizados perante a influência das elites sociais dominantes e, em consequência, alargaram a sua área de residência para norte, acantonando-se na zona onde está se encontra implantado o forte da Lagarteira e a sua *esplanada* ou área de jurisdição (Mapa 6). Com efeito, as escrituras de cedência de terrenos passaram a ser lavradas em ofício de tabelião, uma vez que as concessões de terreno recaíam agora sobre a alçada do Ministério da Guerra que tutelava o Forte da Lagarteira e a área envolvente.

---

<sup>489</sup> A.M.C., *Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Caminha*, cota 1.6.1.20, fl. 9v.

**Mapa 6**  
**Zona compreendida entre a estrada real, a linha da CP e o litoral**



Fonte: A.D.V.C., Planta da povoação de Gontinhães (1898).

O Ministério da Guerra procedia igualmente à concessão de terrenos mediante o pagamento de um foro, estipulando no entanto os critérios relativos à dimensão das novas construções, em largura, comprimento e altura. Estabelecia ainda que, em caso de necessidade militar ou de guerra, as estruturas edificadas deveriam ser demolidas.

Nesta terceira fase, as novas gerações de marítimos fixaram-se a norte da praia de banhos, dando origem à formação de um bairro piscatório, construído sobre o areal, com habitações de contornos simétricos. A título de exemplo, no dia 1 de maio de 1893 foi concedida autorização para a edificação da casa de Francisco Alonso, nascido na paróquia, mas com progenitores de A Guarda. Pescador de profissão, casou em 1889 com Maria da Conceição Vicente, natural da paróquia de Salcidos, na Galiza. Na escritura notarial lavrada ficaram patentes os padrões que serviram de modelo a estas construções, informando que tinha “licença para construir uma casa de pedra com a largura de 7m, 28m de comprimento e 7m até ao beiral na zona de servidão do Forte (...) ficando obrigado à sua demolição em caso de necessidade de guerra”, e, não o fazendo, o Ministério de Guerra o faria à sua conta, ficando com todos os materiais remanescentes da demolição<sup>490</sup>. Deste modo, esta comunidade ficou isolada e separada geograficamente da comunidade rural, sobretudo após a construção da estrada real em 1858, e da linha de caminho-de-ferro em 1878.

<sup>490</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do concelho de Caminha*, cota 4.10.2.11, fl. 24.

A partir de meados do século XIX, é possível verificar que o lugar da Lagarteira se foi tornando mais densamente povoado, não só devido à sedimentação da comunidade marítima, como também em virtude da fixação de algumas famílias da comunidade rural, por emigrantes retornados bem sucedidos e ainda por indivíduos provenientes do exterior, que construíram segundas habitações e efetuaram investimentos a nível da instalação de comércios e de serviços. A percentagem de residentes nesse lugar que, até 1840, se situava em 9% da população total, passou para 36,1% entre 1841 e 1924.

Esta ocupação intensiva é a razão pela qual o centro comunitário, inicialmente situado nas proximidades da Igreja Matriz e na parte mais alta da paróquia, se tivesse deslocado para o litoral. Esta concentração populacional obrigou, por exemplo, à demolição da pequena ermida de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> das Necessidades (que foi construída entre 1760 e 1765 com o intuito de que “dali se possam administrar os sacramentos aos lugares vizinhos que ficam em grande distância da igreja desta mesma freguesia”<sup>491</sup>). Ficando a Igreja Matriz demasiado distante do novo centro populacional, o povo reclamava pela voz da imprensa que o mais urgente era a “edificação duma nova igreja, porque esta localidade é muito populosa, e à qual, nas épocas balneares, afluem milhares de pessoas, há apenas uma capela que comporta, quando muito 50 pessoas”<sup>492</sup>. A demolição da pequena ermida e a nova construção da capela com o mesmo nome tiveram início em 1889<sup>493</sup>.

### **8.3.2. O contributo dos galegos no desenvolvimento da pesca**

O contributo destas famílias de marítimos de origem galega foi importante no desenvolvimento da pesca na região. Consultámos a correspondência trocada entre o Governador Civil de Viana do Castelo e o Administrador do Concelho de Caminha e constatámos que este último enviou ao primeiro uma listagem de embarcações existentes em Gontinhães. Foram referenciadas quatro no ano de 1840, três das quais lideradas por elementos da família Verde – João Verde Bugalho, Luís Verde Bugalho, Manuel Verde Bugalho, de respetivamente 18, 25 e 28 anos – e por último, José da Mota, natural de Caminha<sup>494</sup>.

---

<sup>491</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do concelho de Caminha*, cota 4.8.3.20, fl. 21.

<sup>492</sup> *Jornal da Manhã*, n.º 222, 13 de agosto de 1876.

<sup>493</sup> A.J.V.P.A., *Livro de Actas da Junta de Paróquia de Vila Praia de Âncora*, n.º 2, Sessão de 10 de fevereiro de 1889.

<sup>494</sup> A.G.C.V.C., *Relação de barcos de pesca do Concelho de Caminha*, cota 1.13.5.9-5



No ano de 1843, o número de embarcações ascendia a catorze (Tabela 84), das quais seis já se dedicavam à venda de pescado e oito “mostraram que pescavam para o gasto de sua casa”<sup>495</sup>. Dada a tonelagem referida nas oito embarcações (entre ¾ e 1 tonelada), bem como o número de tripulantes de cada uma, tratava-se de pequenas embarcações de pesca.

**Tabela 84**  
**Embarcações de pesca em 1843**

| Tonelagem da Embarcação | Número Companhia | Tripulantes   | Naturalidade   |
|-------------------------|------------------|---|--|
| 1                       | 1ª Companhia     | Mestre José Fernandes<br>José Mota<br>Miguel Pereira<br>José Gavinho                                  | Seixas<br>Caminha<br>Exposto<br>Viana do Castelo     |
| 1                       | 2ª Companhia     | Mestre João Verde Bogalho<br>João Evangelista Verde<br>João Manuel Martins Peixe<br>Ventura Gonçalves | A Guarda<br>Gontinhães<br>Gontinhães<br>Desconhecida |
| 1                       | 3ª Companhia     | Mestre Luís Verde<br>André de Freitas<br>António Florindo<br>Serafim Pires                            | A Guarda<br>Gontinhães<br>Caminha<br>Gontinhães      |
| 1                       | 4ª Companhia     | Mestre Pedro Verde<br>Manuel Barbosa<br>Luís Cerqueira<br>Francisco Presa                             | A Guarda<br>Gontinhães<br>Gontinhães<br>Gontinhães   |
| 1                       | 5ª Companhia     | Mestre António Cerqueira<br>Baltazar Alonso<br>José Bernardo Mauriño<br>José Bogalho Verde            | Gontinhães<br>A Guarda<br>A Guarda<br>Gontinhães     |
| ¾                       | 6ª Companhia     | Mestre Manuel da Pena<br>Domingos Fernandes Fão<br>Inácio Afonso<br>Bernardo Portela                  | A Guarda<br>Gontinhães<br>Gontinhães<br>A Guarda     |
| S/R                     | 8 barcos         | S/R   | S/R  |

Fonte: A.G.V.C., Relação das pescas do concelho de Caminha.

Quatro das embarcações existentes integravam mestres de ascendência galega, descendentes do primeiro pescador encontrado, António Verde, ou ainda elementos de famílias galegas recém-chegadas de apelido Alonso, Peña, Mauriño ou Portela, para além de indivíduos de Gontinhães que haviam contraído matrimónio com mulheres galegas, como nos casos de Domingos Fernandes Fão, António Cerqueira ou Miguel Pereira Exposto. Outros elementos de portos vizinhos (Seixas, Caminha, Viana do Castelo) foram-se associando à nova atividade económica.

As companhias eram então compostas por quatro tripulantes. Estabelecemos uma comparação entre a média de idades entre marítimos galegos (21 anos) e a dos marítimos portugueses locais (30,2 anos), e concluímos que a primeira população recém-chegada era significativamente mais jovem que a população residente que começou a dedicar-se à pesca.

<sup>495</sup> A.G.C.V.C., Relação de barcos de pesca do Concelho de Caminha, cota 1.13.5.9-6.

O mapa geral das embarcações de 1855<sup>496</sup> revelou que já existiam treze lanchas, embarcações mais robustas utilizadas para a pesca de alto mar e de barra fora, e cinco masseiras, pequenas embarcações de pesca de fundo chato, utilizadas para a captura de espécies costeiras e apanha de sargaço. No movimento de pescado dos concelhos de Caminha e de Viana do Castelo (cf. Anexo 30) verificou-se que no primeiro e no ano de 1859 o volume tendia a um aumento de vendas.

Os pescadores galegos trouxeram com eles as artes de mear e os conhecimentos necessários para a prática da atividade marítima, incluindo a construção naval, técnicas, aprestos e a utilização de siglas ou marcas familiares que caracterizavam aquela região galega, conjunto de saberes inexistentes na paróquia. A sua influência parece estender-se até à Póvoa de Varzim, com idênticas afinidades.

Saliente-se que a embarcação típica de Gontinhães – a masseira (denominada gamela na Galiza) – é descendente da embarcação existente em A Guarda<sup>497</sup> (Anexo 31). Com efeito, um dos estaleiros mais antigos pertencia a Firmino Verde, nascido em 1876 e neto de António Verde. Outro dos mais antigos construtores de lanchas veio do porto de Póvoa de Varzim – João de Sousa Coentrão –, fixando-se e casando-se em Gontinhães no ano de 1872. Em 1880, foi-lhe dada autorização para a construção de lanchas ou masseiras “desde que não estorvem os vizinhos, seja as embarcações seja os materiais”<sup>498</sup>.

**Tabela 85**  
**Movimento de pescado no porto de Gontinhães**

| Espécies  | Gontinhães            |           |              |            |
|-----------|-----------------------|-----------|--------------|------------|
|           | Quantidade (Unidades) |           | Valor (réis) |            |
|           | 1885                  | 1886      | 1885         | 1886       |
| Pescada   | 11 780                | 8 012     | 1.879\$015   | 1.241\$981 |
| Congros   | 1 289                 | 819       | 362\$800     | 281\$100   |
| Robalos   | 745                   | 1 152     | 46\$800      | 79\$110    |
| Gorazes   | 679                   | 24        | 39\$820      | 2\$000     |
| Ruivos    | 1 246                 | 48        | 97\$500      | 3\$000     |
| Lagostas  | 1374                  | 1 013     | 211\$530     | 68\$290    |
| Sardinhas | 430 700               | 3 621 100 | 1.009\$825   | 4.197\$990 |
| Fanecas   | 10 634                | 300       | 76\$530      | 6\$000     |
| Total     | 458 447               | 3 624 456 | 3.723\$820   | 5.879\$475 |

Fonte: BALDAQUE DA SILVA, António Arthur, 1889.

Para além da introdução da nova atividade e dos saberes próprios da arte da pescaria, a importância da fixação da comunidade marítima galega refletiu-se seguramente a nível da economia local. O movimento de pescado (Tabela 85 e Anexo

<sup>496</sup> A.G.C.V.C., *Relação de barcos de pesca do Concelho de Caminha*, cota 1.13.5.9-7.

<sup>497</sup> ECHENIQUE, Iñigo, *Madeira de Mar. Apuntes sobre a gamela*, Vigo, Editorial Galaxia, 2000, p. 88.

<sup>498</sup> A.J.V.P.A., *Livro de Actas da Junta de Paróquia de Vila Praia de Ancora*, n.º 2, Sessão de 9 de maio de 1880.

32), em 1885, traduziu-se em 3.723\$820 e, em 1886, aumentou para 5.879\$475<sup>499</sup>. Estudo da época refere que na costa compreendida entre o rio Minho e o rio Lima existia um único porto de pesca de importância, Portinho de Gontinhães, apesar de apresentar péssimas condições de entrada, “vendo-se os marítimos forçados a arribar ao porto da Guarda”<sup>500</sup> em ocasiões de temporal. Refere ainda que:

“(…) Antigamente havia aqui três ou quatro barcos de pesca pertencentes a lavradores, não existindo ainda obra alguma para abrigo; depois uma pequena colónia de pescadores galegos do porto da Guardia veio estabelecer-se neste ponto, conseguindo mais tarde que o governo mandasse construir o varadouro, e desenvolvendo-se pouco a pouco, chegou a constituir um centro de pescarias de alguma importância”<sup>501</sup>.

**Tabela 86**  
**Comparativo do volume de pescado entre os vários portos costeiros do Minho (1886)**

| Portos de pesca      | Tripulante | Barcos | Média de pescadores por barco | Pescado |            | Média do pescado por pescador | Valor do material da pesca |             | Valor total | Média investimento por barco |
|----------------------|------------|--------|-------------------------------|---------|------------|-------------------------------|----------------------------|-------------|-------------|------------------------------|
|                      | N          |        |                               | N       | Kg.        |                               | Valor Réis                 | Embarcações |             |                              |
| Caminha              | 191        | 32     | 6,0                           | 39 180  | 3134\$200  | 16\$409                       | 2312\$500                  | 5668\$000   | 11114\$700  | 347\$334                     |
| Ínsua                | 30         | 1      | 30,0                          | 1 430   | 100\$000   | 3\$333                        | 22\$500                    | 12\$560     | 135\$000    | 135\$000                     |
| Gontinhães           | 164        | 65     | 2,5                           | 73 500  | 5879\$450  | 35\$850                       | 2816\$000                  | 5982\$000   | 14677\$475  | 225\$807                     |
| Caneiro              | 3          | 2      | 1,5                           | 650     | 48\$000    | 16\$000                       | 18\$000                    | 14\$000     | 80\$000     | 40\$000                      |
| Carreço              | 48         | 18     | 2,7                           | 1 500   | 120\$000   | 2\$500                        | 716\$000                   | 846\$000    | 1682\$000   | 93\$444                      |
| Fonte do Mar         | 40         | 10     | 4,0                           | 1 000   | 80\$000    | 2\$000                        | 428\$000                   | 555\$000    | 1063\$000   | 106\$300                     |
| Viana do Castelo     | 492        | 118    | 4,2                           | 131 230 | 10500\$000 | 21\$341                       | 8340\$000                  | 6548\$000   | 25388\$000  | 215\$153                     |
| Moinho do Bispo      | 50         | 22     | 2,3                           | 8 000   | 600\$000   | 12\$000                       | 227\$500                   | 140\$000    | 967\$500    | 43\$977                      |
| S. Bartolomeu do Mar | 70         | 15     | 4,7                           | 3 000   | 200\$000   | 2\$857                        | 75\$000                    | 25\$000     | 300\$000    | 20\$000                      |
| Marinhas             | 30         | 16     | 1,9                           | 5 000   | 450\$000   | 15\$000                       | 144\$000                   | 60\$000     | 654\$000    | 40\$875                      |
| Esposende            | 360        | 53     | 6,8                           | 81 250  | 6500\$000  | 18\$056                       | 3500\$000                  | 6100\$000   | 16100\$000  | 303\$774                     |
| Costa de Fão         | 38         | 12     | 3,2                           | 3 500   | 280\$000   | 7\$368                        | 177\$500                   | 84\$000     | 541\$500    | 45\$125                      |

Fonte: BALDAQUE DA SILVA, António Arthur, 1889.

Em 1886, o número de embarcações registadas elevou-se para 65, com um total de 164 tripulantes (Tabela 86), valores que traduzem o desenvolvimento da atividade marítima, associando-se ao número de famílias galegas nela envolvidas e ao peso das sucessivas gerações que continuaram a seguir a mesma atividade familiar. O volume de pescado rendeu 5.879\$450 réis e o investimento efetuado em embarcações e aparelhos situou-se em 14.677\$475 réis.

A nível regional, fica confirmada a importância económica considerável que a pesca em Gontinhães detinha na corda litoral até Fão. A comparação entre o número elevado de embarcações e o respetivo número de marítimos, o valor do pescado, o investimento nas artes de mear relativamente aos demais portos pesqueiros observados, não deixa dúvidas de que a atividade piscatória na paróquia cresceu de forma muito significativa desde a sua génese, com a chegada dos pescadores galegos.

<sup>499</sup> BALDAQUE DA SILVA, António Arthur, *O Estado Actual das Pescas em Portugal no ano de 1886*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 84.

<sup>500</sup> BALDAQUE DA SILVA, António Arthur, op. cit., p. 84.

<sup>501</sup> BALDAQUE DA SILVA, António Arthur, op. cit., p. 83.

Comparando o volume de pescado entre os vários portos pesqueiros, verificou-se que, no ano de 1886, o valor correspondente ao porto de Gontinhães era apenas inferior ao dos portos de Esposende e de Viana do Castelo. Observamos que a relação existente entre a tripulação e o número de embarcações revelou uma média de 2,5 tripulantes por embarcação em Gontinhães, resultado da utilização de pequenas embarcações com um número reduzido de pescadores. Já a média encontrada nos portos de Caminha, Viana do Castelo e Esposende revelou um número médio de tripulantes muito mais elevado, oscilando entre 4,2 e 6,8 pescadores por embarcação. Ainda que nos portos de Viana do Castelo e de Esposende se registasse um maior volume de negócio, a relação encontrada entre o volume do pescado e o número de homens a trabalhar no mesmo ofício apresentou uma maior rentabilidade em Gontinhães - 35\$850 réis por pescador – a média mais elevada encontrada nos diferentes portos. Já o investimento na aquisição de embarcações e de aparelhos foi menor relativamente aos portos de Viana do Castelo e de Esposende sendo, como vimos, mais rentabilizado pelo maior número de marítimos em Gontinhães no ativo.

Se bem que os portos de pesca de Viana do Castelo, Esposende e de Caminha se caracterizassem por tradições recuadas nas artes de marear, o porto de Gontinhães, após um tímido início na década de 1840, viu galvanizada a sua atividade pelo número de famílias e indivíduos galegos que entraram entre 1850 e 1860 e pela sua rápida proliferação.

#### **8.4. Migrações de longa distância**

O estudo das migrações de longa distância, em particular para o continente americano, baseou-se na análise dos passaportes externos emitidos para os residentes de Gontinhães entre 1836 e 1924. Esta série documental sem lacunas permitiu seguir o percurso dos residentes em Gontinhães e situá-los no respetivo agregado familiar de origem.

Várias foram as causas que estiveram na origem da grande deslocação de massas humanas de emigrantes portugueses em direção a destinos longínquos a partir do século XIX, entre as quais a pressão demográfica decorrente do aumento da população portuguesa, em resultado da queda da mortalidade adulta.

No início do século XIX, o decréscimo das exportações para o Brasil com a abertura dos seus portos a todas as nações reduziu o desenvolvimento mercantil

português<sup>502</sup>. As crises de cereais generalizadas ocasionaram a especulação de preços e o açambarcamento de subsistências. A propagação de moléstias pelos vinhedos resultou numa diminuição da capacidade económica das famílias que se endividaram, necessitando muitos dos seus membros mais jovens de procurar, noutras paragens, novas fontes de rendimento, já que a oferta e a procura no mercado de trabalho interno se encontravam em franco desequilíbrio. A não existência de alternativas no mercado de trabalho interno com o cerceamento das obras e empregos públicos devido à crise financeira do Estado<sup>503</sup> conduziu igualmente a esta deslocação de massas humanas.

O próprio sistema de herança que prevalecia na região do Minho, associado ao regime de minifúndio, tendia a beneficiar a atribuição do património a um único herdeiro, evitando assim a fragmentação da propriedade ao longo das gerações. Nestas circunstâncias, os herdeiros masculinos excluídos não tinham muitas alternativas e a emigração surgia como uma solução viável para uma melhoria de vida e um possível e rápido enriquecimento.

Como se passou em todo o território nacional, o Brasil constituiu o destino privilegiado dos residentes de Gontinhães. Estas migrações em larga escala só se tornariam possíveis graças à conjugação de vários fatores externos favoráveis, como a independência do Brasil. A abolição definitiva da escravatura em Portugal foi estabelecida no Decreto de 25 de fevereiro de 1869<sup>504</sup>. No seu art.º 1.º decretou-se que ficava abolido “o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa desde o dia da publicação do presente Decreto”. Esta abolição viria a gerar uma crise de mão-de-obra no Brasil. A mesma abolição deu-se no Brasil em 13 de maio de 1888 com a Lei Áurea<sup>505</sup>, o que estimulou a mobilidade da mão-de-obra branca através do aliciamento e das facilidades concedidas aos emigrantes<sup>506</sup>.

A evolução dos meios de transporte, mais rápidos e com maior capacidade de transporte, viria a facilitar estas longas deslocações e diminuir os custos de viagem. De facto, a expansão da industrialização pelos diferentes países europeus, associada a novos sistemas de transportes internacionais, permitiu uma mobilidade sem precedentes das populações entre o campo e a cidade, entre um continente e outro, com o “desejo

---

<sup>502</sup> MONTEIRO, Miguel, *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho/Câmara Municipal de Fafe, 2000, p. 27.

<sup>503</sup> ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil”, in *Andlise Social*, vol. 22, 1.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 139-156.

<sup>504</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1869*, op. cit., pp. 57-58.

<sup>505</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 117.

<sup>506</sup> MONTEIRO, Miguel, op. cit., p. 29.

íntimo de uma rápida ascensão social e económica que os novos padrões de vida burguesa estimulavam”<sup>507</sup>.

Até 1870, uma passagem do Porto para o Brasil em veleiro português (viagem que duraria entre 40 a 42 dias) oscilava entre 20\$000 e 40\$000 réis. No entanto, as comodidades dos vapores ingleses, aliadas a uma menor duração da viagem, geraram uma forte concorrência entre as companhias portuguesas e inglesas, obrigando a uma readaptação dos preços e parâmetros concorrenciais dos portos e frotas portuguesas. Pelos motivos anteriormente apontados, o governo brasileiro, procurando atrair os emigrantes com a finalidade de minorar a falta de mão-de-obra existente, atribuiu subsídios às empresas de cabotagem de forma a reduzir os preços das passagens, mantendo os baixos custos das viagens que oscilavam entre 28\$000 a 32\$000 réis<sup>508</sup>.

A imprensa, na sua generalidade, permitia a colocação de anúncios apelativos das agências de vapores transoceânicos que, idilicamente, promoviam as comodidades nos paquetes à disposição, com promessas de facilidades de pagamento após a estabilização individual dos emigrantes e dos seus negócios. A maior parte destes emigrantes, transformados em colonos, vivia em condições rudimentares, tais como as que foram relatadas pelo Dr. Bernardino de Almeida em 1873, à data da realização do Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a emigração portuguesa:

“Comiam, dormiam e trabalhavam como escravos, quer dizer, tinham a sua tamina (ração) de carne seca, feijão e farinha, que eram obrigados a cozinhar para comer na hora do almoço e do jantar (uma hora para cada refeição). Senzalas eram as habitações, que constavam de um pequeno quarto, não solhado, com a porta e janela, tendo por cama uma esteira, e por mobília uma pedra para se sentarem. Trabalhavam a par dos escravos, comandados por um feitor (...) trabalho que principiava ao romper da alva e terminava às nove horas da noite, apenas com a interrupção das refeições. De dia cavavam na terra, de noite lançavam ou tiravam tijolos do forno”<sup>509</sup>.

As condições de vida e de trabalho ficaram ainda espelhadas na correspondência trocada entre emigrantes e as suas mulheres, revelando as circunstâncias com que cada um se deparou no local de destino. Neste âmbito, torna-se exemplificativa a carta do emigrante Joaquim Augusto, apensa ao processo de venda de uma leira da família, datada de 1916 e dirigida à sua mulher Albertina, que reúne um conjunto considerável de circunstâncias adversas:

---

<sup>507</sup> SERRÃO, Joel, 1970, op. cit., p. 603.

<sup>508</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., pp. 240-241.

<sup>509</sup> *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p. 113.

“ (...) Vejo o quanto tens passado necessidade, que me dói o coração de ler as tuas cartas (...). A única coisa em que te posso valer é o autorizar-te para que vendas o campo para não passares fome e mais o nosso filho, porque efetivamente a tenho passado, não falando nos trabalhos e desgostos e a minha falta de saúde. (...) Julgava que melhoraria a minha situação, mas enganei-me, porque o que eu lá fui buscar foi o eu não tornar a ter a saúde que tinha e empenhar-me como me empenhei. Queria ir aí mas infelizmente nem posso por causa da Guerra mas prefiro morrer por cá do que me fazerem ir para a guerra. Não imaginas o quanto sacrifício tenho feito para ver se te mando algum dinheiro, mas não me tem sido possível que faz um ano que eu tenho passado quase sempre em hospitais. (...) (...) Tenho um amigo que me quer levar para a América e paga-me a passagem e arranja-me emprego (...) e eu aproveito este favor para ver se melhoro de saúde e para ver se posso ganhar para te mandar”<sup>510</sup>.

Apesar das facilidades concedidas, o valor das viagens era muito elevado, se considerarmos os salários da época. Tomando como referência os salários dos pedreiros no Porto e em Gontinhães verificamos não existirem diferenças significativas, conforme se pode observar na Tabela 87.

**Tabela 87**  
**Comparativo de salários em réis**

| Anos      | Rio de Janeiro |                | Porto         | Gontinhães    |
|-----------|----------------|----------------|---------------|---------------|
|           | Salário mínimo | Salário máximo | Salário médio | Salário médio |
| 1858      | 600            | 1650           | 286           | -             |
| 1866      | 640            | 1500           | 312           | 300           |
| 1888/1889 | 1000           | 2000           | 361           | -             |
| 1910/1912 | 1666           | 3333           | 391           | 360           |

Fontes: Joaquim da Costa Leite, 2004; A.P.V.P.A.: Livro das Obras da Igreja Matriz de Gontinhães; Livro das Obras da Comissão Administrativa da Capela de S. Salvador do Mundo e do Calvário de Gontinhães.

No Porto, entre 1858 e 1912, a diferença de salários cifrou-se em \$105 réis<sup>511</sup> e em Gontinhães, entre 1866<sup>512</sup> e 1911<sup>513</sup>, a diferença apresentou uma amplitude máxima de \$060 réis. Daqui se conclui que os ordenados se mantiveram praticamente estabilizados durante meio século. Se compararmos estes salários com os auferidos no Brasil (não obstante as diferenças cambiais e uma não exata correspondência no poder de compra), que triplicavam ou quadruplicavam três a quatro vezes na capital brasileira na segunda metade de Oitocentos, “chegando mesmo a ultrapassar seis vezes no período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial (...) a diferença era suficientemente grande para que um pedreiro que apenas ganhasse para viver pobremente no Porto,

<sup>510</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do concelho de Caminha*, cota 2.2.2.11.

<sup>511</sup> LEITE, Joaquim da Costa, “Mitos e realidades da emigração portuguesa, 1851-1973”, in *Actas das V Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 2004, pp. 34-40.

<sup>512</sup> A.P.V.P.A., *Livro das Obras da Igreja Matriz de Santa Marinha de Gontinhães*, s/p..

<sup>513</sup> A.P.V.P.A., *Contas das Obras da Comissão Administrativa da Capela de S. Salvador do Mundo e do local do Calvário*, s/p..

poderia no Rio de Janeiro fazer uma poupança substancial”<sup>514</sup>. Não é de estranhar que esta disparidade, à qual se aliavam as facilidades concedidas na fixação e as perspectivas de um enriquecimento rápido, conduzisse a um êxodo em massa.

Um trabalhador auferindo um soldo médio de \$300 réis teria que trabalhar cerca de 100 dias para reunir o valor correspondente a uma passagem média de 30\$000 réis, para além das despesas inerentes ao procedimento burocrático, fianças, abonações e um valor remanescente para os primeiros tempos de estadia até encontrar ocupação. Posteriormente, estas dificuldades com as despesas de passagem também se estenderam às mulheres e filhos, em contexto de emigração familiar, como se pode verificar no Anexo 33, a Carta de chamada n.º 7 e a Carta de chamada n.º 8. De facto, até finais da década de 1870, a emigração revestiu-se de um carácter predominantemente masculino.

Aqueles que não possuíam meios económicos para a aquisição do passaporte ou que, por circunstâncias individuais, não o podiam solicitar (como no caso dos indivíduos em idade de cumprimento do serviço militar), recorriam ao endividamento ou às redes de engajamento. Com frequência, o valor do preço da viagem era adiantado pelos grandes proprietários de fazendas de algodão ou de café no Brasil, sendo descontado posteriormente nos ordenados do colono<sup>515</sup>.

A imagem do “brasileiro torna viagem”, opulento e bem-sucedido, continuava a alimentar o sonho de milhares de portugueses, acalentados com a visão do enriquecimento rápido. Com efeito, os que regressavam davam nas vistas, montando negócio, reconstruindo residências familiares, erigindo novas moradias de labores exuberantes, adornadas de jardins com estátuas, repuxos de água e árvores de raiz exótica. Juntavam-se em grupos restritos, ligavam-se a obras de benemerência e filantropia. Dedicavam-se ainda à compra e especulação de propriedades e terrenos com o capital acumulado. Nos meios pequenos, estes emigrantes retornados foram gradualmente substituindo as instituições religiosas no empréstimo de dinheiro a juro, perdendo aquelas lentamente essa função.

#### **8.4.1. Movimento de saídas e portos de embarque**

Analisámos a informação proveniente de 697 passaportes externos, emitidos para residentes de Gontinhães, entre 1836 e 1924, bem como os processos individuais

---

<sup>514</sup> LEITE, Joaquim da Costa, op. cit., p. 34.

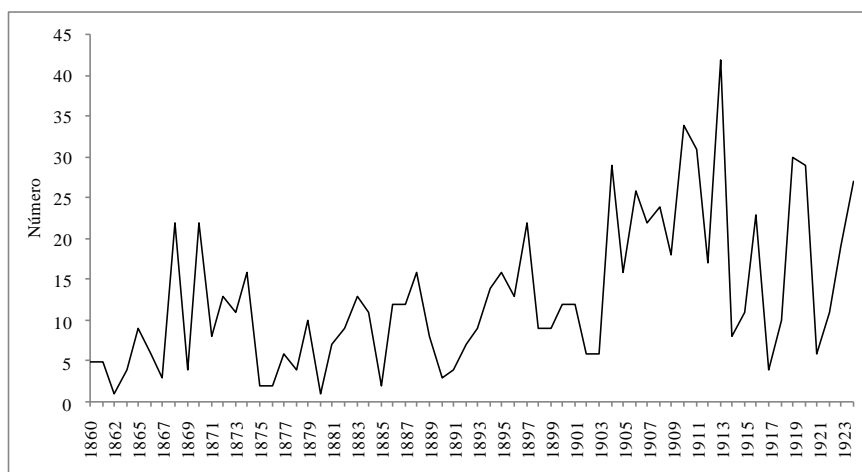
<sup>515</sup> SERRÃO, Joel, 1970, op. cit., p. 604.



encontrados. Ficamos a saber que emigraram 574 indivíduos em viagens de primeira saídas, totalizando 828 embarques em situações de refluxo.

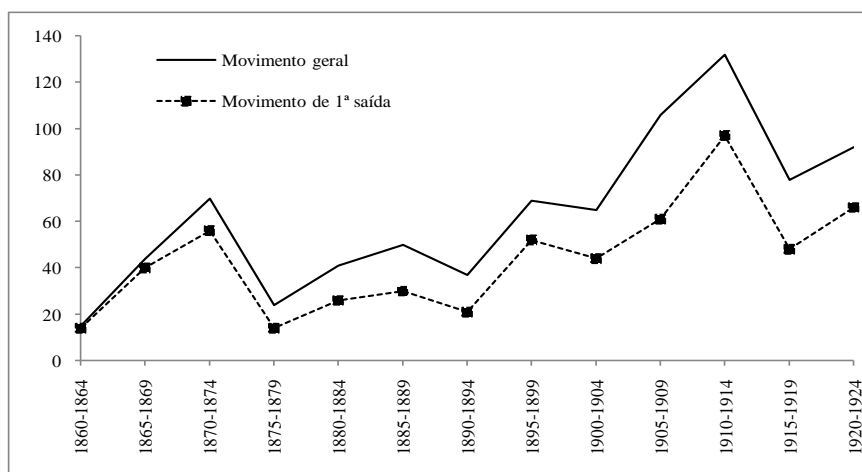
Uma vez que, entre 1836 e 1859, foram apenas emitidos cinco vistos, optámos por iniciar a observação do movimento de saídas a partir de 1860, considerando as diferentes intensidades da emigração local (Gráfico 54 e Gráfico 55).

**Gráfico 54**  
**Movimento anual de saídas**  
**1860-1924**



Fonte: A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

**Gráfico 55**  
**Movimento de saídas por períodos de 5 anos**  
**1860-1924**



Fonte: A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

Até 1867, o movimento de passaportes foi relativamente baixo, correspondendo a uma média de 4,8 saídas/ano. Seguiu-se uma tendência de subida entre 1868 e 1874, com uma média de 13,7 saídas/ano. Após esta última data, registou-se um decréscimo até 1880 e, a partir de então, uma nova tendência de subida até 1888, mantendo-se estacionários os fluxos até 1893, refletindo uma média de 7,3 saídas/ano. A partir de

1894, registou-se uma forte subida no volume de saídas até 1913 (embora com uma pequena quebra em 1903/1904), mas que no período total apresentou uma média de 18,9 passaportes/ano. Após um descida acentuada entre 1914 e 1918, com uma média de 11,2 embarques anuais, segue-se uma tendência de recrudescimento no movimento de saída até 1924, traduzindo uma média de 20,3 saídas por ano.

Se considerarmos que até 1867 o movimento de embarques se encontra numa fase inicial e exploratória de novos destinos de emigração, o aumento significativo de saídas até 1874 correspondeu largamente ao período de êxodo massivo registado a nível nacional<sup>516</sup>, seguido de um período de alguma acalmia até 1893. Por esta altura, já se tinha iniciado uma nova tendência emigratória que viria a unir as esposas, os filhos e outros familiares aos emigrantes já estabelecidos. A utilização ampla de passaportes coletivos, aglutinando vários profissionais do mesmo ramo, fez aumentar o volume de efetivos emigrados. O conflito bélico travou o movimento de saídas, observando-se que neste espaço temporal emigraram predominantemente mulheres, filhos e indivíduos abonados ou com serviço militar cumprido. Terminada a Primeira Guerra, uma nova vaga emigratória teve início, agora com uma clara diversificação dos destinos tradicionais.

Para uma avaliação geral dos principais portos de embarque, não foram considerados 31,5% de locais indeterminados, nem tão 2,9% de saídas de viajantes através de fronteiras terrestres (como Valença, ou Barca d'Alva) e que emigraram para a Europa após a Primeira Grande Guerra mundial

No momento da requisição do passaporte, os emigrantes informavam qual o porto de embarque através do qual partiriam (Tabela 88). Acontecia porém desconhecerem frequentemente o porto exato de saída.

---

<sup>516</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 166.

**Tabela 88**  
**Portos de embarque**

| Porto escolhido          | 1836-1869 |             | 1870-1899  |             | 1900-1924  |             | 1836-1924  |             |
|--------------------------|-----------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
|                          | N         | %           | N          | %           | N          | %           | N          | %           |
| Leixões                  | 0         | 0,0         | 17         | 8,7         | 0          | 0,0         | 17         | 3,1         |
| Lisboa                   | 17        | 43,6        | 16         | 8,2         | 7          | 2,3         | 40         | 7,4         |
| Porto                    | 21        | 53,8        | 0          | 0,0         | 3          | 1,0         | 24         | 4,4         |
| Vigo                     | 0         | 0,0         | 0          | 0,0         | 6          | 1,9         | 6          | 1,1         |
| <b>Total</b>             | <b>38</b> | <b>97,4</b> | <b>33</b>  | <b>16,9</b> | <b>16</b>  | <b>5,2</b>  | <b>87</b>  | <b>16,0</b> |
| Porto desconhecido       | N         | %           | N          | %           | N          | %           | N          | %           |
| Leixões, Lisboa ou Vigo  | 0         | 0,0         | 6          | 3,1         | 6          | 1,9         | 12         | 2,2         |
| Lisboa ou Leixões        | 0         | 0,0         | 113        | 57,9        | 6          | 1,9         | 119        | 21,9        |
| Lisboa ou Porto          | 1         | 2,6         | 29         | 14,9        | 1          | 0,3         | 31         | 5,7         |
| Lisboa ou Vigo           | 0         | 0,0         | 14         | 7,2         | 275        | 89,0        | 289        | 53,2        |
| Porto ou Vigo            | 0         | 0,0         | 0          | 0,0         | 2          | 0,6         | 2          | 0,4         |
| Porto, Lisboa ou Leixões | 0         | 0,0         | 0          | 0,0         | 3          | 1,0         | 3          | 0,6         |
| <b>Total</b>             | <b>1</b>  | <b>2,6</b>  | <b>162</b> | <b>83,1</b> | <b>293</b> | <b>94,8</b> | <b>456</b> | <b>84,0</b> |
| <b>Total</b>             | <b>39</b> | <b>100</b>  | <b>195</b> | <b>100</b>  | <b>309</b> | <b>100</b>  | <b>543</b> | <b>100</b>  |

Fonte: A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

De facto, verificamos que, ao longo de todo o período, 7,4% dos emigrantes embarcaram pelo porto de Lisboa, 3,1% pelo de Leixões, 4,4% pelo do Porto e 1,1% pelo de Vigo. A esmagadora maioria dos emigrantes (84%) hesitou entre as quatro possibilidades de saída.

No entanto, manifestaram-se algumas tendências ao longo do tempo. Entre 1836 e 1869, os emigrantes escolheram claramente os portos dos dois grandes espaços urbanos – Lisboa e Porto. Já entre 1870 e 1899, a escolha principal dos emigrantes (com ou sem embarque definido), recaiu claramente nos portos de Lisboa ou Leixões. A causa da gradual substituição das preferências de embarque que se orientaram do porto do Douro para o de Leixões<sup>517</sup> deve-se ao desajustamento do primeiro porto face às novas exigências da navegação a vapor, anteriormente vocacionado para a navegação veleira. O porto do Douro apresentava estruturas desadequadas e insuficientes para os novos padrões da navegação transatlântica. Desta forma, a partir de 1864, impôs-se a alternativa da construção do porto de Leixões. Se em 1888 entraram em Leixões 20 navios a vapor, no ano de 1892 entraram 200, atingindo em 1902 um movimento de 437 vapores<sup>518</sup>.

Já no primeiro quartel do século XX, o novo porto de Vigo adquiriu uma preponderância inquestionável, possivelmente devido à proximidade geográfica do distrito de Viana do Castelo. 89% dos emigrantes registou o seu embarque através dos portos de Lisboa ou de Vigo.

<sup>517</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., pp. 236-242.

<sup>518</sup> SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, *Leixões - Uma história portuária*, Porto, APDL, S.A. – Administração dos Portos Douro e Leixões, S.A., 2002, pp. 12-100.

Além dos portos de embarque conhecidos, deverá considerar-se os movimentos de clandestinos que saíam pelo porto de Vigo. A movimentação clandestina de emigrantes de Gontinhães a partir deste porto teria assumido contornos importantes, como se verificou na barra do Douro. Embora a quantificação de clandestinos seja de difícil aproximação, entre 1856 e 1871 foi encontrada a percentagem de 8% de clandestinos nas saídas pela barra do Douro e na fiscalização policial efetuada a bordo das embarcações<sup>519</sup>, enquanto que para a emigração nacional são apontados valores na ordem dos 13% a 15% entre 1878 e 1910<sup>520</sup>. O perfil do emigrante clandestino da barra do Douro apresentava geralmente as seguintes características: uma idade média de 19,5 anos, era solteiro e, na maior parte dos casos, fugia ao recrutamento militar<sup>521</sup>.

Em todo o distrito de Viana do Castelo, o movimento de clandestinos teria sido considerável desde finais do século XIX, não só devido à sua proximidade com o porto de Vigo, mas também devido à permeabilidade das fronteiras entre as margens do rio Minho. Ilustrando a dimensão deste fenómeno, a imprensa regional informou em 25 de janeiro de 1888 que foram detidos em Caminha sete indivíduos do concelho de Guimarães, seis dos quais se destinavam à Galiza para embarcarem clandestinamente para o Brasil. Alguns deles estavam sujeitos ainda ao recrutamento e outros eram refratários. Acrescentou ainda que “foi apresentado ao Sr. Comissário geral da polícia do Porto um desenvolvido relatório das investigações a que se procedeu sobre a emigração clandestina pelo norte do país”<sup>522</sup>.

Já em finais do século XIX se tinha legislado no sentido de contrariar a emigração clandestina pela raia seca. No distrito de Viana do Castelo, as autoridades regionais e consulares de ambos os lados da fronteira procuraram apertar a vigilância sobre as populações. No entanto, esta emigração ilegal era dificilmente controlável já que se abandonava a região ao longo de toda a raia entre Caminha e Melgaço, tornando-se num verdadeiro quebra-cabeças para as autoridades. As forças policiais eram insuficientes para travarem estes fluxos e eram largamente incapazes de controlar o constante vaivém de pequenas embarcações de pesca entre as duas margens do rio. Muitas redes de engajamento eram também dificilmente detetáveis. Em 8 de Novembro de 1897, foi relatada pela imprensa a prisão, na estação do caminho-de-ferro, de um casal de Vila Nova de Cerveira, “muito conhecidos como engajadores de emigrantes

---

<sup>519</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 155.

<sup>520</sup> BAGANHA, Maria Ioanis, “Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”, in *Análise Social*, vol. 26 (112-11), Lisboa, ISCTE, 1991, p. 737.

<sup>521</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 157.

<sup>522</sup> *Jornal A Aurora do Lima*, 30 de janeiro de 1888.

clandestinos para o Brasil”. Relata-se ainda que ali vinham esperar e receber alguns emigrantes. A notícia avança ainda com pormenores acerca da rede de contactos estabelecidos de um e do outro lado da fronteira:

“A emigração clandestina pelo porto de Vigo, que tanto prejudica o país e especialmente a agricultura, se faz do seguinte modo: em uma das agências de vapores nesta cidade, há um empregado que contrata transportar os emigrantes por 16 libras cada um.

Este empregado está combinado com um indivíduo de Vila Nova de Cerveira, para dar passagem, no rio Minho, ao emigrante, subornando o guarda-fiscal. Do lado da Galiza, na Guarda, há um tal Alonso e um tal D. Vicente que recebem os rapazes emigrantes e os levam em barcos para o mar, e quando passa algum vapor, metem-nos a bordo.

Em Vigo há um indivíduo que vai a bordo entregar ao capitão os bilhetes das passagens dos emigrantes clandestinos, cujos nomes têm ido antecipadamente pelo correio, dirigidos ao tal agente. Há vapores que levam assim mais de 40 rapazes. Os agentes deste contrabando em Vigo estão combinados com a polícia de bordo e sabem todos os passos que o nosso cônsul dá para ver se evita a emigração clandestina”<sup>523</sup>.

A paróquia de Gontinhães desfrutava de uma baía de fácil acesso. A comunidade marítima entrelaçava as relações familiares com as relações comerciais praticadas nos portos fronteiriços galegos. A tradição oral refere que o pequeno porto, pejado de embarcações de pequeno porte e lanchas de pesca, funcionaria como ponto de passagem de muitos indivíduos para a vizinha Galiza. Mesmo o transbordo de passageiros para veleiros e vapores, em pleno alto mar, era frequente. No jornal local vem também relatada a aventura de dois residentes em Gontinhães, que certamente emigraram de forma clandestina, visto que não foram encontrados os seus passaportes:

“Recebemos uma carta do Sr. Carlos Gonçalves Preza, em que relata mais proezas desses comerciantes de carne humana, conhecidos pelo epíteto de *engajadores*. Diz-nos que chegaram àquela cidade de Montevidéu, em 22 de Julho, João José Martins, o *Farrapeiro*, e Luís Velho, artistas, sem recursos alguns, e sem trabalho, pois que foram desembarcados em portos a que não iam destinados. Ali, devem a vida ao nosso amigo que, interessando-se por eles lhes abonou a passagem até Corumbá (...) narrando-lhe os desgraçados emigrados, que para ali haviam sido despejados por um tal Francisco da Costa, de nacionalidade espanhola. (...) Prevenimos os incautos que se não deixem encantar pelo canto dessas *sereias*, indo parar com os costados a inóspitas paragens onde o clima, a doença, e tantos outros fatores de destruição, lhes trarão a morte, em vez do *El-Dorado* prometido com tão lindas cores, e tanta felicidade”<sup>524</sup>.

<sup>523</sup> Jornal *O Jornal da Manhã*, 11 de novembro de 1897.

<sup>524</sup> Jornal *A Voz do Âncora*, 18 de setembro de 1904.

Desta forma, o volume de emigrantes encontrado para a paróquia em estudo não deve refletir a dimensão real de saídas, já que o fenómeno da clandestinidade, impossível de contabilizar, inclui um número significativo de embarques ilegais a nível nacional e regional.

#### 8.4.2. Emigração com passaporte individual e coletivo

Estes emigrantes legais eram portadores de passaportes individuais ou coletivos. Os valores apresentados na Tabela 89 mostram que a grande maioria dos emigrantes viajava individualmente (88,2%), em relação a 11,8% de emigrantes que seguia com outros indivíduos.

**Tabela 89**  
**Emigração individual e coletiva**  
**1836-1924**

| Tipo de passaporte                 | N   | %    |
|------------------------------------|-----|------|
| Individual                         | 615 | 88,2 |
| Coletivo                           | 82  | 11,8 |
| Total                              | 697 | 100  |
|                                    |     |      |
| Emigrantes por passaporte coletivo | N   | %    |
| 2                                  | 55  | 67,0 |
| 3                                  | 18  | 22,0 |
| 4 e +                              | 9   | 11,0 |
| Total                              | 82  | 100  |

Fonte: A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

A maioria dos passaportes coletivos integrava dois emigrantes (67%), enquanto os grupos formados por três elementos representavam 22%, restando um valor residual de 11% que correspondia a passaportes com quatro e mais emigrantes.

Tendo consultado os processos individuais dos emigrantes integrados em passaportes coletivos, verificámos que 63,4% dos emigrantes possuíam relações de parentesco. De facto, os passaportes coletivos concentravam relações distintas entre os seus portadores, que classificámos em três tipologias próprias:

Tipo 1 - elementos ligados por relações familiares, na sua grande maioria pertencentes ao sexo masculino e que se deslocavam para trabalhar (incluem-se pais e filhos, tios e sobrinhos, irmãos, primos);

Tipo 2 – elementos de um mesmo agregado familiar que se iam reunir com progenitores já estabelecidos nos locais de destino (esposas com filhos, colaterais e ascendentes), ou emigrantes que em viagens de refluxo levavam esposas e filhos;

Tipo 3 – Emigrantes sem relações de parentesco mas ligados por atividades profissionais afins.

**Tabela 90**  
**Portadores de passaportes coletivos**  
**1836-1924**

| Período   | Tipo 1 |      | Tipo2 |      | Tipo 3 |      | Total |      |
|-----------|--------|------|-------|------|--------|------|-------|------|
|           | N      | %    | N     | %    | N      | %    | N     | %    |
| 1836-1869 | 3      | 14,3 | 0     | 0,0  | 0      | 0,0  | 3     | 3,6  |
| 1870-1879 | 4      | 19,0 | 0     | 0,0  | 0      | 0,0  | 4     | 4,9  |
| 1880-1889 | 3      | 14,3 | 3     | 9,7  | 1      | 3,3  | 7     | 8,5  |
| 1890-1899 | 4      | 19,0 | 4     | 12,9 | 1      | 3,3  | 9     | 11,0 |
| 1900-1909 | 6      | 28,6 | 8     | 25,8 | 26     | 86,7 | 40    | 48,8 |
| 1910-1924 | 1      | 4,8  | 16    | 51,6 | 2      | 6,7  | 19    | 23,2 |
| Total     | 21     | 100  | 31    | 100  | 30     | 100  | 82    | 100  |

Fonte: A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

Observando os resultados da Tabela 90, verificamos que o primeiro passaporte coletivo foi encontrado em 1865, sendo os seus portadores José e Manuel Afonso, irmãos de 23 e 21 anos de idades, o primeiro com a profissão de pedreiro e o segundo sem indicação profissional. Integrámos este caso no Tipo 1. Entre 1836 e 1924, a maior concentração destes casos registou-se entre 1900 e 1909. A regularidade dos casos verificados durante o período total (à exceção do período entre 1910 e 1924, devido à proibição da utilização de passaportes coletivos pouco depois da Implantação da República) revela uma certa continuidade na proteção dos elementos mais jovens recém-integrados nos fluxos migratórios, como aliás verificámos nas migrações internas.

Foi a partir da década de 1880 que se iniciou a emigração em contexto de reagrupamento familiar, através do embarque de mulheres e filhos menores que se foram reagrupar a esposos e progenitores. Nestas circunstâncias, o primeiro visto foi concedido em 1881 a Justina Fernandes Fão, de 29 anos de idade, lavradeira que se fez acompanhar da filha Hermínia Alves Correia, de 8 anos<sup>525</sup>, e que se foi juntar ao marido Francisco Alves Correia, ferreiro, emigrado desde 1872. Este movimento, que ascende progressivamente até ao findar do período, atingiu o seu auge entre 1910 e 1919, refletindo a crescente preocupação das famílias com a aproximação e o deflagrar do primeiro grande conflito bélico.

Os emigrantes que possuíam afinidades socioprofissionais (canteiros, pedreiros, carpinteiros, estucadores) aglutinaram-se predominantemente em passaportes coletivos entre 1900 e 1909 (86,7%), e enquanto a lei vigente o permitiu. Para além do portador, convenientemente identificado, os demais companheiros eram denominados no passaporte, na maioria dos casos como seus “serviçais”. Estes homens alternavam o seu

<sup>525</sup> A.G.C.V.C., *Livros de registos de passaportes*, cota 1.2.3.8, fl. 244v.

respetivo estatuto nas viagens regulares que efetuavam (com cerca de dois anos de intervalo), passando de patrões a criados ou vice-versa.

Observado o período total entre 1836 e 1924, fica claro que a utilização do passaporte coletivo foi subindo de importância ao longo do período, atingindo o seu auge entre 1900 e 1909 (48,8%) pelas razões já apontadas. Entre 1911 e 1924, devido às contingências políticas, o passaporte coletivo foi maioritariamente utilizado em casos de reagrupamento familiar de mulheres e filhos durante o conflito bélico.

Para a saída de emigrantes em contexto de reagrupamento familiar contribuíram as condições de estabilização económica e profissional alcançadas pelos emigrantes no local de destino, condições que permitiram a chamada e reunião dos restantes elementos do grupo doméstico. No entanto, nas cartas de chamada que encontramos notam-se as constantes resistências das esposas e filhos em partir para um mundo bem diferente do quotidiano. É o caso de Rosa Verde que se irá juntar a seu marido José Fernandes Fão em 1883 (Anexo 33, Carta n.º 2). Já Francisco Maciel persuadiu a sua esposa Cândida, aliciando-a com a fartura de subsistências existentes na sua quinta, facultando-lhe instruções sobre os cuidados a ter e preparativos de viagem (Anexo 33, Carta n.º 3). Por vezes nem existia a estabilização profissional do emigrante, nem tão pouco da família na paróquia. Nestas circunstâncias, a reunião familiar far-se-á com grande esforço de ambos cônjuges de forma a superar as dificuldades existentes em ambos os lados do oceano, tornando-se elucidativa a carta de chamada de José Maria Fernandes Gomes a sua mulher (Cf. Anexo 33, Cartas n.º 7, 8 e 9).

#### **8.4.3. Distribuição dos emigrantes por sexo, estado civil e idades**

Os fluxos migratórios tendem a envolver a população em idade ativa, com alguma cautela para o caso do reagrupamento familiar onde poderá haver uma participação significativa de outras faixas etárias.

Procedemos à distribuição etária dos emigrantes residentes em Gontinhães e procurámos determinar a distribuição por género, data de nascimento e estado civil dos indivíduos envolvidos. Existindo um número significativo de emigrantes que efetuaram mais do que uma viagem, considerámos apenas a primeira saída encontrada, de forma a evitar a duplicação de dados (Tabela 91).



**Tabela 91**  
**Distribuição dos emigrantes por sexo**

| Períodos  | Homens |      | Mulheres |      | Total |      |
|-----------|--------|------|----------|------|-------|------|
|           | Ano    | %    | N        | %    | N     | %    |
| 1836-1869 | 58     | 98,3 | 1        | 1,7  | 59    | 10,3 |
| 1870-1899 | 176    | 88,4 | 23       | 11,6 | 199   | 34,7 |
| 1900-1924 | 246    | 77,8 | 70       | 22,2 | 316   | 55,0 |
| Total     | 480    | 83,6 | 94       | 16,4 | 574   | 100  |

Fonte: A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

A emigração de longa distância de residentes de Gontinhães foi predominantemente masculina (83,6%). No entanto, a percentagem de emigração feminina foi aumentando ao longo do tempo. A percentagem de emigração feminina evoluiu desde 1,7% entre 1836 e 1869, para 22,2% entre 1900 e 1924. Apesar do aumento percentual entre os vários períodos observados, a saída de elementos femininos, na sua esmagadora maioria, resulta da saída de esposas e filhas que se irão reunir aos maridos e progenitores e não de decisões individuais em contexto normal emigratório.

Esta predominância da emigração masculina apresentou-se transversal ao panorama nacional e regional, como no caso do Porto<sup>526</sup> ou Fafe<sup>527</sup>. Porém não podemos ignorar que este maior envolvimento da população masculina era compreensível numa população como Gontinhães onde as relações de masculinidade globais se encontravam desequilibradas. Efetivamente, nos recenseamentos oficiais entre 1864 e 1920, os rácios oscilaram entre 77,1% e 68,3%.

A tendência migratória de maioria masculina parece continuar a tradição das migrações de curta e de média distância, ficando a cargo dos homens uma forte corrente de remessas de divisas<sup>528</sup>, enquanto a gestão da casa, da propriedade e dos trabalhos agrícolas, bem como a criação dos filhos, ficariam sob a tutela da mulher. Com efeito, “o homem emigrando mais, ficam-lhe atribuídas as funções externas da produção, competindo à mulher as funções internas, o labor da casa”<sup>529</sup>. Compreende-se assim o regresso dos elementos masculinos, em particular dos casados, divididos que estavam entre dois espaços geográficos. Pelo contrário, as mulheres, quando emigravam, permaneciam geralmente nos destinos de emigração, reintegradas na convivência conjugal e quebrando parcialmente as ligações com a terra natal. É o caso de Arzila da Conceição Martins, solteira, lavradeira, que “declara que embarcando para a América do Norte, vai fixar residência na povoação de Naverca e aí dedicar-se a serviços

<sup>526</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., pp. 186-187 e 361.

<sup>527</sup> MONTEIRO, Miguel, op. cit., p. 144.

<sup>528</sup> PEREIRA, Miriam Halpern, *A Política Portuguesa da Emigração. 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 11.

<sup>529</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 178.

domésticos em casa de seus irmãos que ali residem também”<sup>530</sup>. Das 94 mulheres que emigraram, somente quatro voltaram à terra natal dentro do período em estudo, tendo solicitado novo visto de embarque.

**Tabela 92**  
**Estado civil e sexo dos emigrantes**

| Períodos  | Homens    |      |         |      |        |     |       |     | Mulheres  |       |         |      |        |     |       |     |
|-----------|-----------|------|---------|------|--------|-----|-------|-----|-----------|-------|---------|------|--------|-----|-------|-----|
|           | Solteiros |      | Casados |      | Viúvos |     | Total |     | Solteiras |       | Casadas |      | Viúvas |     | Total |     |
|           | N         | %    | N       | %    | N      | %   | N     | %   | N         | %     | N       | %    | N      | %   | N     | %   |
| 1836-1869 | 49        | 84,5 | 8       | 13,8 | 1      | 1,7 | 58    | 100 | 1         | 100,0 | 0       | 0,0  | 0      | 0,0 | 1     | 100 |
| 1870-1879 | 44        | 66,7 | 22      | 33,3 | 0      | 0,0 | 66    | 100 | 3         | 75,0  | 1       | 25,0 | 0      | 0,0 | 4     | 100 |
| 1880-1889 | 31        | 68,9 | 14      | 31,1 | 0      | 0,0 | 45    | 100 | 5         | 45,5  | 5       | 45,5 | 1      | 9,0 | 11    | 100 |
| 1890-1899 | 43        | 66,2 | 22      | 33,8 | 0      | 0,0 | 65    | 100 | 5         | 62,5  | 3       | 37,5 | 0      | 0,0 | 8     | 100 |
| 1900-1909 | 56        | 66,7 | 28      | 33,3 | 0      | 0,0 | 84    | 100 | 13        | 61,9  | 6       | 28,6 | 2      | 9,5 | 21    | 100 |
| 1910-1924 | 107       | 66,0 | 49      | 30,2 | 6      | 3,8 | 162   | 100 | 29        | 59,2  | 17      | 34,7 | 3      | 4,1 | 49    | 100 |

Fontes: A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

Relativamente ao estado civil dos emigrantes masculinos (Tabela 92), verificamos que a proporção dos solteiros foi sempre dominante, embora com duas fases completamente distintas. Até 1869, verificou-se uma clara predominância de emigrantes solteiros (84,5%). A partir da década seguinte até 1924, o seu peso reduziu-se para cerca de 66% (à excepção da década de 1880 com 68,9%). A contribuição dos viúvos para o fenómeno da emigração apresentou-se meramente residual.

Entre 1910 e 1924, duplicou o número de emigrantes, em particular no período anterior à Primeira Grande Guerra, registando-se no ano de 1913 o maior número de saídas desde o início da observação (43 registos). A este fenómeno encontra-se também associada a chamada de famílias de emigrantes já radicados nos destinos emigratórios. A obrigatoriedade do recrutamento militar em período bélico ocasionou a saída de mancebos abonados, que recorreram ao pagamento de fianças, cauções e ao consentimento de saída por parte dos progenitores e outros familiares. Esta exigência legal estendeu-se aos anos subsequentes, seja por precaução de carácter militar, seja para limitar o êxodo da juventude (Anexo 34, ponto 4).

As mesmas tendências foram encontradas para as emigrantes do sexo feminino, se bem que o seu volume, em todo o período observado, tenha adquirido contornos pouco expressivos.

A saída predominante de emigrantes solteiros também ocorreu na freguesia vizinha de Santa Maria de Âncora (60%)<sup>531</sup> ou em Fafe (64%)<sup>532</sup>. Na paróquia da

<sup>530</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.20, passaporte 782, fl. 232.

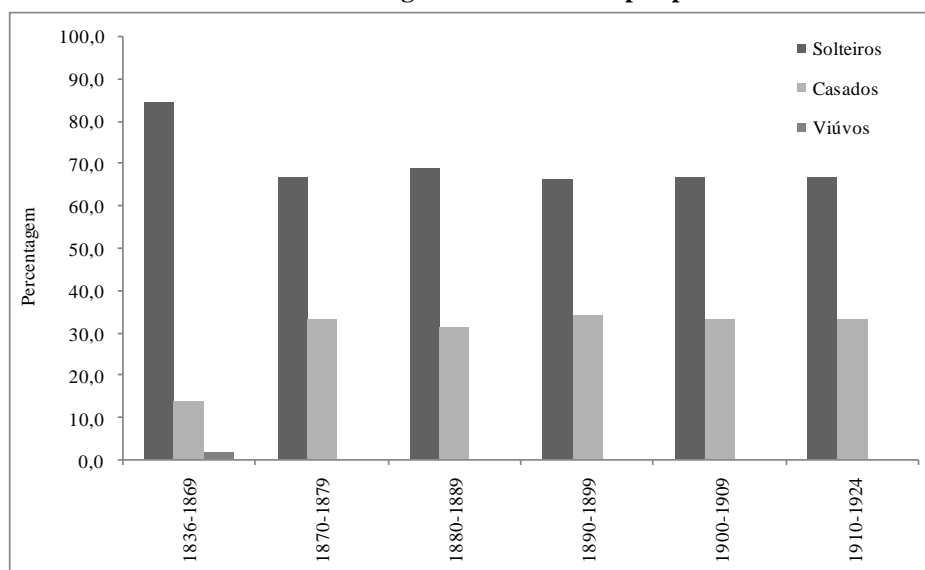
<sup>531</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., pp. 207-210.

<sup>532</sup> MONTEIRO, Miguel, op. cit., pp. 142-143.

Meadela, entre 1837 e 1859, e na da Facha, entre 1836 e 1876<sup>533</sup>, assistiu-se também à saída dominante de emigrantes masculinos solteiros (80,8% e 63% respetivamente).

Com saída pela barra do Porto e para o ano de 1836, foi encontrada uma percentagem de 95% de emigrantes solteiros; a partir de então até 1868 os níveis foram descendo, quedando-se em cerca de 70% de solteiros, 30% de casados e um peso irrelevante de viúvos; as proporções entre solteiros e casados equilibraram-se desde essa altura até final do século XIX<sup>534</sup>.

**Gráfico 56**  
**Estado civil dos emigrantes masculinos por períodos**



Fontes: A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

O Gráfico 56 permite confirmar as tendências já apontadas - o domínio quase exclusivo entre 1836 e 1869 da emigração de homens solteiros, que desceu de significado a partir de 1870, momento em que os emigrantes casados adquirem um peso de cerca de 30%. Os viúvos, como vimos, apresentaram valores residuais. Este novo modelo de emigração encontra-se “estritamente ligado às dificuldades económicas de origem e que cresce à medida que lhe são concedidas facilidades para a partida, nomeadamente a subsidiação das viagens pelo governo brasileiro, a partir dos anos 70, como forma de atrair a imigração livre”<sup>535</sup>. Com efeito, na década de 1870 verificou-se uma maior proporção de indivíduos casados, fenómeno que estará relacionado com a maior necessidade de mão-de-obra após a abolição da escravatura, a massificação dos fluxos migratórios ou ainda as crises agrícolas registadas em Portugal, nomeadamente as moléstias ocorridas nos vinhedos. Não podemos ignorar também o peso da

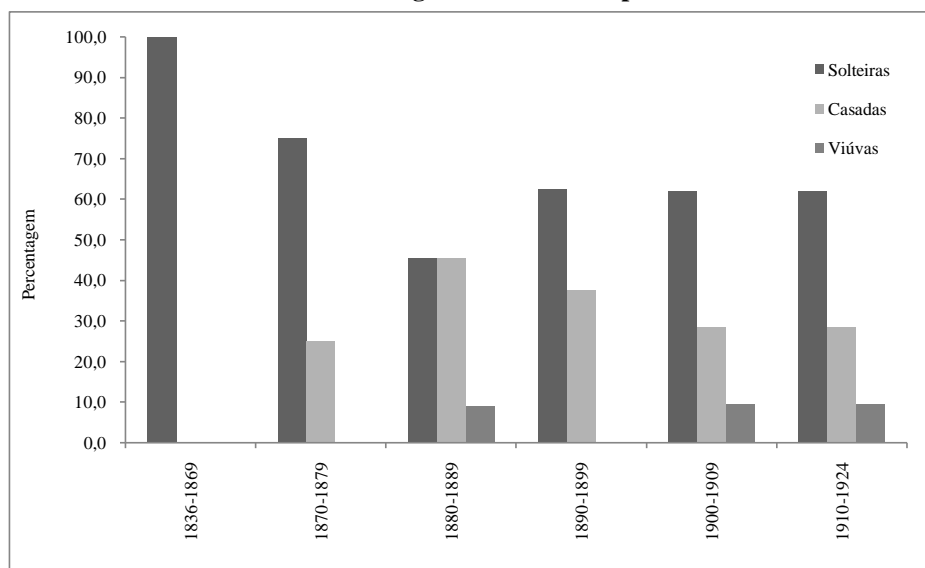
<sup>533</sup> SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, op. cit., p. 347; MACHADO, Maria Arminda Loureiro, op. cit., p. 126.

<sup>534</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., pp. 184-187.

<sup>535</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 186.

clandestinidade que atingiu a sua maior expressão a partir de 1878, em resultado dos obstáculos criados à saída de jovens em idade de recrutamento militar. Esta situação específica poderá introduzir distorções nas proporções entre emigrantes solteiros e casados, camuflando de alguma forma a realidade sobre os respetivos estados civis<sup>536</sup>.

**Gráfico 57**  
**Estado civil dos emigrantes femininos por décadas**



Fontes: A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

Os resultados do Gráfico 57 mostram que, à excepção da década de 1860, a emigração feminina de solteiras também foi predominante, ressalvando no entanto o peso das filhas que acompanhavam as progenitoras em contexto de emigração familiar. As proporções respeitantes às viúvas apresentaram um baixo significado.

As oscilações verificadas nos níveis de solteiras, casadas e viúvas nos vários períodos, para além de enfermarem de um reduzido número de observações, não implicam uma repartição percentual evolutiva. A emigração feminina fez-se principalmente em função da emigração masculina e da estabilização dos maridos, progenitores e familiares.

A idade dos emigrantes constituía um potencial factor de sucesso nos locais de destino, associado a outros factores como o nível de alfabetização e de especialização profissional<sup>537</sup>. Neste contexto, procuramos determinar os grupos etários dos emigrantes de Gontinhães que solicitaram passaporte no Governo Civil de Viana do Castelo (Tabela 93 e no Gráfico 58).

<sup>536</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 186.

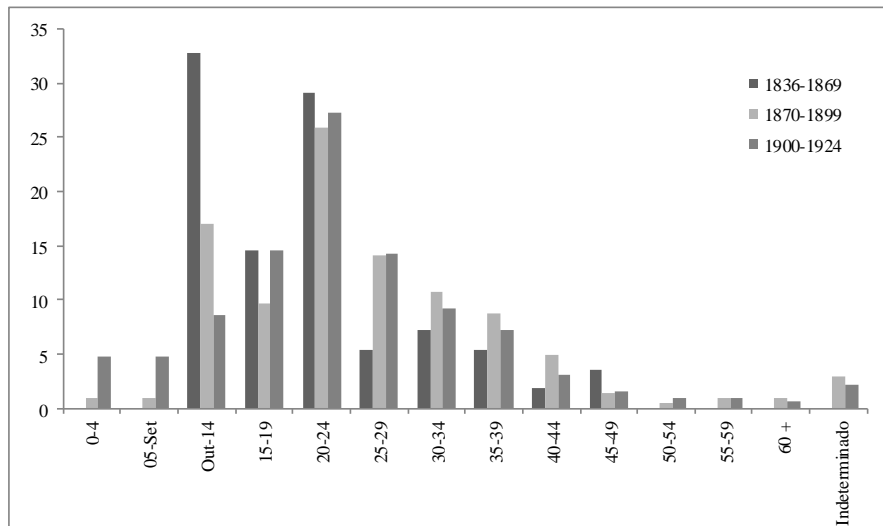
<sup>537</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., pp. 188-194.

**Tabela 93**  
**Distribuição dos emigrantes por grupos de idades**

| Grupos de Idades | 1836-1869 |          |           |            | 1870-1899  |           |            |            | 1900-1924  |           |            |            | 1836-1924  |           |            |            |
|------------------|-----------|----------|-----------|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|-----------|------------|------------|
|                  | H         | M        | H+M       | %          | H          | M         | H+M        | %          | H          | M         | H+M        | %          | H          | M         | H+M        | %          |
| 0-4              | 0         | 0        | 0         | 0,0        | 1          | 1         | 2          | 1,0        | 7          | 8         | 15         | 4,7        | 8          | 9         | 17         | 3,0        |
| 5-9              | 0         | 0        | 0         | 0,0        | 1          | 1         | 2          | 1,0        | 5          | 10        | 15         | 4,7        | 6          | 11        | 17         | 3,0        |
| 10-14            | 18        | 0        | 18        | 32,7       | 32         | 3         | 35         | 17,1       | 24         | 3         | 27         | 8,5        | 74         | 6         | 80         | 13,9       |
| 15-19            | 7         | 1        | 8         | 14,5       | 17         | 3         | 20         | 9,8        | 41         | 5         | 46         | 14,6       | 65         | 9         | 74         | 12,9       |
| 20-24            | 16        | 0        | 16        | 29,1       | 47         | 6         | 53         | 25,9       | 77         | 9         | 86         | 27,2       | 140        | 15        | 155        | 27,0       |
| 25-29            | 3         | 0        | 3         | 5,5        | 27         | 2         | 29         | 14,1       | 31         | 14        | 45         | 14,2       | 61         | 16        | 77         | 13,4       |
| 30-34            | 4         | 0        | 4         | 7,3        | 20         | 2         | 22         | 10,7       | 20         | 9         | 29         | 9,2        | 44         | 11        | 55         | 9,6        |
| 35-39            | 3         | 0        | 3         | 5,5        | 15         | 3         | 18         | 8,8        | 20         | 3         | 23         | 7,3        | 38         | 6         | 44         | 7,7        |
| 40-44            | 1         | 0        | 1         | 1,8        | 9          | 1         | 10         | 4,9        | 8          | 2         | 10         | 3,2        | 18         | 3         | 21         | 3,7        |
| 45-49            | 2         | 0        | 2         | 3,6        | 2          | 1         | 3          | 1,5        | 4          | 1         | 5          | 1,6        | 8          | 2         | 10         | 1,7        |
| 50-54            | 0         | 0        | 0         | 0,0        | 1          | 0         | 1          | 0,5        | 1          | 2         | 3          | 0,9        | 2          | 2         | 4          | 0,7        |
| 55-59            | 0         | 0        | 0         | 0,0        | 2          | 0         | 2          | 1,0        | 1          | 2         | 3          | 0,9        | 3          | 2         | 5          | 0,9        |
| 60+              | 0         | 0        | 0         | 0,0        | 2          | 0         | 2          | 1,0        | 1          | 1         | 2          | 0,6        | 3          | 1         | 4          | 0,7        |
| Indeterminado    | 0         | 0        | 0         | 0,0        | 4          | 0         | 6          | 2,9        | 6          | 1         | 7          | 2,2        | 10         | 1         | 11         | 1,9        |
| <b>Total</b>     | <b>54</b> | <b>1</b> | <b>55</b> | <b>100</b> | <b>180</b> | <b>23</b> | <b>205</b> | <b>100</b> | <b>246</b> | <b>70</b> | <b>316</b> | <b>100</b> | <b>480</b> | <b>94</b> | <b>574</b> | <b>100</b> |

Fontes: A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

**Gráfico 58**  
**Distribuição por grupos de idades à primeira saída conhecida**



Fontes: A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

Do total dos 574 emigrantes arrolados entre 1836 e 1924, as idades variaram entre os 11 meses e os 67 anos. As faixas etárias mais ativas e produtivas foram as que mais emigraram (67,2%) e possuem entre 10 e 29 anos de idade.

Entre 1836 e 1869, verificámos que a maior concentração percentual se registou entre os 10 e os 24 anos (76,3%). Esta correspondeu, como já dissemos, a uma fase emigratória mais jovem, mais qualificada e objetivada nos destinos e resultados. Os “meninos caixeiros”, com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, dominaram no conjunto dos emigrantes com um peso de 32,7%.

A descida da idade dos mancebos sujeitos ao recrutamento militar de 17 para 14 anos e o estabelecimento de valores avultados nas fianças de recrutamento dos jovens,

as medidas legais<sup>538</sup> vieram introduzir restrições sociais e económicas, pois os indivíduos mais carenciados teriam dificuldades no seu pagamento. Consequentemente, registaram-se flutuações acentuadas conforme os sucessivos limites legais iam diminuindo a fasquia das idades relativamente à obrigação do recrutamento militar.

No período seguinte, entre 1870 e 1899, é de registar um envelhecimento dos indivíduos que emigraram, o que se deveu a uma progressiva massificação da mão-de-obra. A concentração das faixas etárias mais representadas estendeu-se desde os 10 aos 34 anos, com um peso de 77,6%, recaindo na faixa etária dos 20 aos 24 anos a maior proporção (25,9%).

Entre 1900 e 1924 a tendência manteve-se, agora com clara concentração entre os 15 e os 29 anos (56%), se bem que a faixa etária entre os 20 e os 24 anos predominasse claramente. Torna-se particularmente visível a dispersão pelos diferentes grupos de idades, desde os recém-nascidos até aos 44 anos, devido à maior incidência da emigração familiar. Deste contexto, são exemplificativos os seguintes casos:

- Adelaide Delfina Gonçalves Saraiva requereu passaporte a 14 de outubro de 1910, levando consigo todos os seus filhos Margarida, José Bento e Umbelina Carolina de, respetivamente, 9, 8 e 7 anos<sup>539</sup>. O marido José Gomes Lomba, marítimo, sem registo de saída, enviou à esposa um guia de procedimentos a seguir para o embarque (Cf. Anexo 34, Ponto 3).

- a 28 de Julho de 1922, Maria das Dores Fernandes, viúva, leva consigo as netas Nair, de 5 anos, e Carolina, de 17 anos, para junto dos pais Amadeu e Severina<sup>540</sup>.

No que diz respeito aos passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto, encontrou-se nos anos de 1836 e de 1855 uma predominância das faixas etárias dos 15 aos 19 anos de idades, enquanto que no ano de 1869 essa concentração se direccionou para a faixa dos 10 aos 14 anos, devido aos referidos constrangimentos nas idades ao recrutamento. O alargamento das faixas etárias torna-se bem visível no ano de 1878. A emigração feminina adquire uma maior incidência também a partir desta data<sup>541</sup>. Os rácios de masculinidade desceram para 70%, valor muito próximo dos encontrados para Gontinhães e que oscilaram, nos diferentes recenseamentos entre 1864 e 1920, entre 77,1% e 68,3%.

---

<sup>538</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 191.

<sup>539</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.11, fl. 98v.

<sup>540</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.27, fl. 417v.

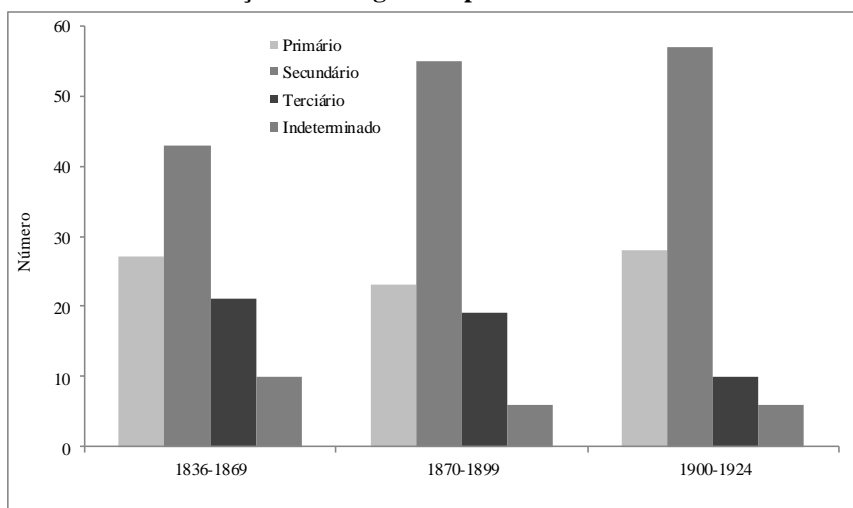
<sup>541</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., pp. 192-196.

Desde a entrada em vigor dos passaportes externos que os mais jovens se destacaram como aqueles que mais emigravam, quer pelas vias legais instauradas quer pelas clandestinas. Para além da natural busca de melhores condições de vida, a fuga ao cumprimento do serviço militar obrigatório originou um incremento da emigração transatlântica, frequentemente com recurso a redes de engajamento fraudulento. De facto, “diz-se, em relação aos minhotos, que tudo fazem para livrar os filhos da tropa, pelo que correm com chorudos presentes para casa dos bons e santos protetores e os mancebos, livram-se na mesma, das correias da militança”<sup>542</sup>.

#### 8.4.4. Atividade profissional dos emigrantes

A diversidade de profissões encontradas para os emigrantes permite a sua classificação por atividades e setores profissionais. Para este efeito, foi considerada a profissão registada à primeira saída conhecida, já que em sucessivas viagens de refluxo era recorrente a informação das novas competências dos emigrantes. Não foram consideradas as profissões das mulheres quando referidas como “domésticas” e foram retirados da observação todos os menores de 10 anos. A classificação de “proprietário” ou até de “capitalista” foi enquadrada conforme o perfil de cada emigrante, seja no setor primário seja no setor terciário.

**Gráfico 59**  
**Distribuição dos emigrantes por setores de atividade**



Fontes: A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

Observando a evolução das profissões por setores de atividade ao longo de quase de um século (Gráfico 59), verifica-se que o setor secundário foi sempre dominante.

<sup>542</sup> COSTA, Fernando Dores, “Milícia e Sociedade”, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, Navarra, Círculo de Leitores, 2004, pp. 68-111.

Entre 1836 e 1869, a comparação entre os vários setores revelou que o setor primário concentrava 27,1%, o secundário registava 42,4% e o terciário 20,3%. No segundo período, os ofícios ligados ao secundário corresponderam à maioria das ocupações (54,2%), descendo o primário para 22,1% e o terciário para 18,4%. Até 1924, as profissões relacionadas com o setor secundário mantiveram a preponderância (56,4%), elevando-se também aquelas profissões as relacionadas com o setor primário (27,6%) e descendo mais uma vez o terciário (10,7%). A concentração de profissões não definidas, como é o caso dos emigrantes que integravam passaportes coletivos e cujas profissões não eram referidas no início do período, manteve ao longo dos vários períodos um peso pouco significativo. Constatamos novamente que, à semelhança das correntes migratórias em contexto ibérico, os emigrantes de Gontinhães continuaram a exportar serviços especializados na área da construção civil.

Esta distribuição apresenta características semelhantes à distribuição da vizinha paróquia de Santa Maria de Âncora que, entre 1836 e 1910, registou 59% no setor secundário, 21% no terciário, 9% no primário e 11% de ocupações indeterminadas. Pelo contrário, a evolução da emigração por setores de atividade no Porto<sup>543</sup> revelou que o setor primário foi ganhando maior peso percentual ao longo do tempo, atingindo 50% em 1889, ao contrário do secundário que perdeu significado. O terciário manteve igualmente uma proporção próxima dos 25%. Em Fafe<sup>544</sup>, entre 1834 e 1926, a grande maioria dos emigrantes dedicava-se às ocupações ligadas à terra (56,6%), correspondendo ao setor secundário 20,5% e ao terciário 13,9%.

Procederemos agora a uma análise mais minuciosa das várias atividades dentro de cada setor profissional (Tabela 94),

---

<sup>543</sup> ALVES. Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 199.

<sup>544</sup> MONTEIRO, Miguel, op. cit., p. 209.



**Tabela 94**  
**Distribuição dos emigrantes por setores e atividades**  
**1836-1924**

| Atividade               | Profissão                | N          | %           |
|-------------------------|--------------------------|------------|-------------|
| <b>Setor Primário</b>   |                          |            |             |
| Agricultura             | Lavradores/Proprietários | 57         | 12,3        |
|                         | Jornaleiros/Criados      | 14         | 3,0         |
| Pesca                   | Marítimos                | 53         | 11,4        |
| Total                   |                          | <b>124</b> | <b>26,8</b> |
| <b>Setor Secundário</b> |                          |            |             |
| Construção              | Caiadores                | 14         | 3,0         |
|                         | Canteiros                | 18         | 3,9         |
|                         | Carpinteiros             | 54         | 11,7        |
|                         | Estucadores              | 6          | 1,3         |
|                         | Lenhadores/Serradores    | 3          | 0,6         |
|                         | Pedreiros                | 109        | 23,5        |
|                         | Pintores                 | 13         | 2,8         |
|                         | Serventes                | 2          | 0,4         |
|                         | Trabalhadores            | 19         | 4,1         |
| Total                   |                          | <b>238</b> | <b>51,4</b> |
| Vestuário e calçado     | Alfaiates/costureiras    | 9          | 1,9         |
|                         | Sapateiros               | 3          | 0,6         |
| Metais                  | Ferreiros                | 12         | 2,6         |
|                         | Serralheiros             | 2          | 0,4         |
| Alimentação             | Padeiros                 | 4          | 0,9         |
|                         | Outros                   | 3          | 0,6         |
| Total                   |                          | <b>33</b>  | <b>7,1</b>  |
| <b>Setor Terciário</b>  |                          |            |             |
| Comércio                | Caixeiros                | 39         | 8,4         |
|                         | Comerciantes             | 11         | 2,4         |
|                         | Cocheiros                | 1          | 0,2         |
|                         | Negociantes              | 5          | 1,1         |
| Total                   |                          | <b>56</b>  | <b>12,1</b> |
| Serviços                | Enfermeiros              | 1          | 0,2         |
|                         | Estudantes               | 10         | 2,2         |
|                         | Sacerdotes               | 1          | 0,2         |
| Total                   |                          | <b>12</b>  | <b>2,6</b>  |
| <b>Total</b>            |                          | <b>463</b> | <b>100</b>  |

Fontes: A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes; A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Dado o baixo número de casos que, a ser repartido por vários períodos, retirava consistência à análise, optámos por considerar um único período. Assim, entre 1836 e 1924, verificámos que, segundo as profissões reportadas, 26,8% dos emigrantes se dedicava aos ofícios da terra ou do mar (valor percentual achado por defeito, já que foram retiradas as domésticas e as crianças que às respetivas famílias estavam afetas). A grande maioria dos emigrantes dedicava-se ao setor secundário (58,5%), repartido entre a construção (51,4%) e os ofícios artesanais (7,1%). No setor terciário participavam 12,1%, a maioria dedicada ao comércio.

### **O sector primário**

Ao longo do presente estudo, verificámos que Gontinhães possuía as características de uma sociedade camponesa. A produção agrícola da paróquia, apesar de possuir no conjunto das freguesias da comarca um peso considerável, era insuficiente

para toda a população, estando sempre sujeita às oscilações do mercado, à fuga e ao açambarcamento dos bens essenciais, bem como ao rigor do clima.

Como vimos, o excedentário de mão-de-obra rural integrava-se nas migrações internas, em regime de complementaridade económica e de especialização profissional. “Ir aos ganhos” era uma prática habitual e comum na população local, profusamente referida na documentação notarial.

Através da análise dos quatro ofícios de tabelião do concelho, podemos constatar como as hipotecas sobre a propriedade rural constituíram um fenómeno que atravessou todo o período em análise. O juro até meados do século oscilou entre os 4% e os 5%, sendo disponibilizado pelas pequenas confrarias locais mas, principalmente, pela Misericórdia de Caminha e pelas instituições conventuais existentes na sede do concelho. No entanto, após a sua extinção, esta função foi apropriada por proprietários e capitalistas, a maioria regressada do Brasil com capital disponível, mas que praticava juros elevados e que chegaram a atingir os 10%. Face às contingências climáticas ou à necessidade de melhoria nas habitações, pequenos lavradores e pescadores, viram-se assim sujeitos à especulação financeira. Muitos perderam os seus haveres, no todo ou em parte. A emigração, para além de se apresentar como uma forma expedita de recuperar capitais, serviu ainda como fuga de famílias da bancarrota e da insolvência. Em 1882, a Junta da Paróquia solicitou ao Prelado da Junta da Bula da Cruzada um subsídio para o culto da freguesia, “uma vez que os paroquianos são em grande parte pescadores necessitados por falta continuada de pescarias e os restantes lavradores pobres”<sup>545</sup>. Em Sessão de 1897, adianta ainda que “o verão tinha sido escassíssimo, com compromissos agravados agora nos últimos quatro meses em que o mar nada forneceu aos pescadores (...) que andam mendigando pelas casas dos seus paroquianos e freguesias vizinhas (...) encontrando-se pais e filhos morrendo de fome”<sup>546</sup>.

A fixação e a sedimentação da comunidade marítima a partir do segundo quartel do século XIX, acompanhada de elevados níveis de reprodução, contribuíram para a alteração da dinâmica demográfica da paróquia. No entanto, os seus reduzidos proveitos económicos não permitiam a emigração dos elementos excedentários. O primeiro pescador a emigrar pelas vias legais saiu em 1861, de nome Diogo Barbosa, de 13 anos<sup>547</sup>, tendo construído uma avultada fortuna. A emigração oficial nesta comunidade foi pouco significativa (11,4% no total do período), variando entre quatro e sete saídas

---

<sup>545</sup> A.J.F.V.P.A., *Livros de Actas da Junta de Paróquia de Vila Praia de Âncora*, n.º 1, Sessão de 12 de fevereiro de 1882.

<sup>546</sup> A.J.F.V.P.A., *Livros de Actas da Junta de Paróquia de Vila Praia de Âncora*, n.º 3, Sessão de 31 de janeiro de 1897.

<sup>547</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.2.7, fl. 16v.

por decénio até 1900, registando-se o maior volume na década de 1910 com 19 passaportes emitidos.

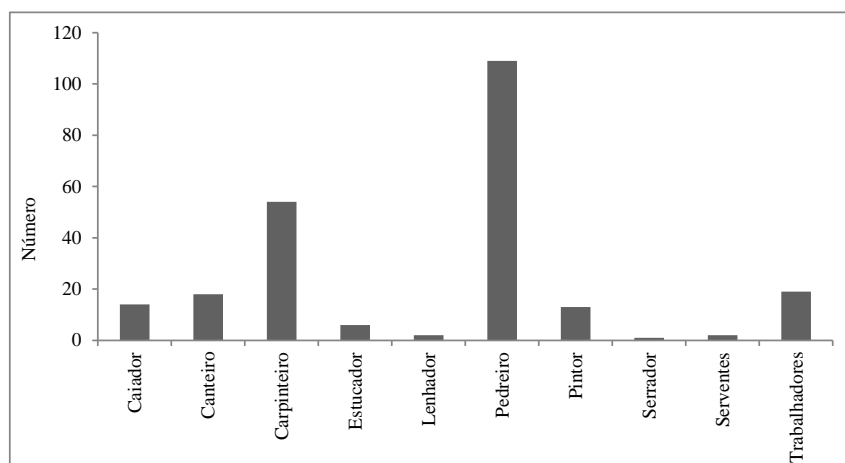
### O setor secundário

As atividades relacionadas com a construção civil foram as que estiveram mais associadas à emigração de indivíduos de Gontinhães, correspondendo a 51,4% da totalidade das profissões. As atividades relacionadas com o vestuário, metais e alimentação representaram apenas 7,1%.

Como já foi amplamente referenciado, Gontinhães possuía uma longa tradição na área da construção civil, pelo que num panorama de alguma inércia e crise económica durante o século XIX, os novos destinos surgiram como fator de renovação do setor, embora isso se traduzisse na perda de profissionais altamente especializados que nunca mais regressaram à paróquia, em particular nas artes da pedraria. Com efeito, são recorrentes as alusões à falta de obras para os pedreiros na própria freguesia. Em 1920, a Junta de Freguesia solicitou um subsídio de 1.000\$00 ao Ministério do Trabalho “dada a falta de trabalho em Gontinhães, com a população a emigrar, para beneficiar o caminho da Igreja e assim dar trabalho a alguns chefes de família e afastar os horrores da fome”<sup>548</sup>.

O setor secundário era maioritariamente composto por profissionais das várias artes da construção, constituindo os pedreiros, canteiros e carpinteiros um total de 39,1% (Gráfico 60).

**Gráfico 60**  
**Distribuição dos emigrantes da construção civil**  
**1836-1924**



Fontes: A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes; A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora.

<sup>548</sup> A.J.F.V.P.A., *Livros de Actas da Junta de Paróquia de Vila Praia de Âncora*, n.º 4, Sessão de 18 de abril de 1920.

Estes profissionais seguiam em grupos especializados, na sua maioria através de passaportes coletivos, revelando uma forte persistência e continuidade nos fluxos de deslocamentos. Desta itinerância de pedreiros pela procura dos mercados, é ilustrativa a carta de chamada de Hermenegildo de Oliveira em que dá conta à esposa do ajustamento de duas obras e que calculava que tinha trabalho para um ano ou dois. É de assinalar que no seu passaporte indicou o destino como Rio de Janeiro e na carta de chamada referiu estar a trabalhar em Corumbá (Anexo 33, Carta n.º 6).

Dada a amplitude temporal do período observado, registou-se a existência de novas profissões, numa fase mais recente e que ia de encontro às necessidades da reconstrução europeia do pós-guerra (trabalhadores, lenhadores, serradores).

Os países europeus (em particular a França) surgiram como novos destinos nos finais do período em estudo (5,7%). Nestes passaportes começaram a constar o contrato de trabalho e o visto do respetivo consulado na cidade de destino, com menção da “casa onde está empregado” e do salário que o emigrante iria auferir à hora. Conforme informações retiradas dos processos individuais do passaporte, o salário era muito variável, conforme a cidade: Paris - 1,5 francos; Bordéus - 3 francos; Brest 1,75 (trabalhador) ou 2,00 francos (carpinteiro); Soissons - 1,80 francos; em Reims, o salário era pago aos lenhadores em função de cada metro cúbico de lenha abatida ou serrada (7,70 francos).

### **O setor terciário**

O setor terciário dividiu-se em duas áreas distintas – comércio (12,1%) e serviços (2,6%). Gontinhães, paróquia em que o comércio e os serviços não constituíam tradição, não contribuirá com efetivos em número significativo nas hostes emigratórias. Os “meninos-caixeiros” e os comerciantes representaram ainda assim a maioria dos emigrantes. O regresso à terra natal de alguns destes emigrantes, mais ou menos bem sucedidos, permitiu a galvanização deste setor na paróquia. Efetivamente, será após a sua chegada que irão proliferar as padarias, as primeiras doçarias e pastelarias, lojas de quinquilharias e pequenos armazéns, estabelecimentos destinados a satisfazer a clientela dos banhos.

#### **8.4.5. Saber ler e escrever**

O nível de alfabetização dos emigrantes tem sido abordado por vários historiadores, pois existe a noção de que a emigração era seletiva do ponto de vista

socioeconómico e que os emigrantes, antes da sua viagem, se preparavam nas artes do “saber ler, escrever e contar”.

Neste contexto, várias metodologias têm sido utilizadas para avaliar a qualidade das marcas autográficas dos indivíduos através de níveis de aferição. Linhas de investigação têm utilizado como base de trabalho a “reconstituição demográfica de comunidades paroquiais, alargando o estudo para as dimensões social, cultural e literária”<sup>549</sup>; outras incidem em abordagens de grupos social e economicamente diferenciados, como é o caso dos portadores de passaportes<sup>550</sup>.

Não cabendo neste estudo o aprofundamento dos diferentes níveis de instrução dos emigrantes, procurámos avaliar, em função das informações disponíveis nos passaportes, aqueles indivíduos que foram assinalados como sabendo ou não sabendo escrever. Esta informação, disponibilizada pelos amanuenses do Governo Civil ao avaliarem os emigrantes nos livros de registo de passaportes, foi validada através das várias assinaturas dos emigrantes constantes nos respetivos processos individuais. Neles consta, com frequência, abundante documentação processual, como avisos de remessas de dinheiro, guias de procedimentos e cautelas a ter durante as viagens, cartas de recomendação, declarações diversas, autorizações de partida de filhos e esposas ou de venda de propriedades, entre outros (Cf. Anexo 34) e que era escrita ou assinada pelos próprios emigrantes. Importa referir que saber escrever não equivale necessariamente a ser instruído e a assinatura podia ser treinada e desenhada para efeitos administrativos.

Vários estudos têm confirmado que até ao final da década de 60, a instrução dos jovens candidatos à emigração, caixeiros em particular, era uma preocupação das suas famílias que tentavam proporcionar-lhes um nível mínimo de instrução, sobretudo àqueles que tinham como local de destino meios urbanos onde tentariam fazer fortuna no comércio. Dotados dessa capacidade de “saber, ler e contar”, os “meninos-caixeiros, munidos de autorizações dos progenitores, normalmente sós, embarcavam para destinos transoceânicos (cf. Anexo 34, Ponto 1).

A partir da década de 70, com a massificação da emigração em todo o território nacional, a instrução não teria constituído um critério importante, tendo sido esta preocupação desvalorizada em favor do trabalho braçal. Nesta época, o principal objetivo era guarnecer as grandes fazendas de trabalhadores indiferenciados, ajustados

---

<sup>549</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira, “Linhas de investigação em História da Alfabetização em Portugal – Um domínio do conhecimento em renovação”, in FERNANDES, Rogério; DÃO, Áurea (org.), in *Atas do I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1996, pp. 42-60.

<sup>550</sup> RODRIGUES, Henrique, *Emigração e Emigrantes. Vale do Lima no século XIX*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais/Autor, 2006, pp. 57-58.

às necessidades dos mercados. Desceram assim, os níveis de exigência e, em consequência, os de instrução<sup>551</sup>.

No sentido de procedermos à observação da capacidade de assinar dos emigrantes de Gontinhães, retirámos 34 crianças acompanhantes de idade inferior a 10 anos (5,9%) e todos os indivíduos relativamente aos quais não possuímos a informação suficiente para esta análise (6,3%). A natureza das fontes não permitiu a sua completa avaliação, já que alguns processos individuais de passaportes se extraviaram e houve casos onde nos livros de registo o campo respetivo não foi preenchido.

Completámos a informação contida nos Livros de Registo de Passaportes com a consulta dos processos individuais. Estes últimos documentos assumem particular importância para esta análise, já que os diferentes requerimentos neles inseridos permitiram aferir as assinaturas e a capacidade do emigrante proceder ao seu preenchimento e, por conseguinte, daí avaliarmos a sua capacidade de escrever. No caso dos passaportes coletivos, procurámos os diversos processos de cada emigrante neles integrados, seguindo o mesmo critério. Paralelamente, organizámos por género os dados referentes à capacidade de escrever dos emigrantes, distribuindo-os pelos diferentes períodos que temos vindo a utilizar. Dividimos os grupos de emigrantes masculinos em duas faixas etárias (maiores e menores de 16 anos), no sentido de avaliar o alargamento da instrução ao longo do período observado (Tabela 95).

**Tabela 95**  
**Emigrantes que sabiam escrever**

| Períodos  | Homens (10-16 anos) |      |             |      |       |       | Homens (17 anos e mais) |      |             |      |       |       | Mulheres (todas as idades) |       |             |      |       |       |
|-----------|---------------------|------|-------------|------|-------|-------|-------------------------|------|-------------|------|-------|-------|----------------------------|-------|-------------|------|-------|-------|
|           | Escreve             |      | Não escreve |      | Total |       | Escreve                 |      | Não escreve |      | Total |       | Escreve                    |       | Não escreve |      | Total |       |
|           | N                   | %    | N           | %    | N     | %     | N                       | %    | N           | %    | N     | %     | N                          | %     | N           | %    | N     | %     |
| 1831-1869 | 18                  | 90,0 | 2           | 10,0 | 20    | 100,0 | 32                      | 88,9 | 4           | 11,1 | 36    | 100,0 | 1                          | 100,0 | 0           | 0,0  | 1     | 100,0 |
| 1870-1899 | 33                  | 94,3 | 2           | 5,7  | 35    | 100,0 | 112                     | 81,8 | 25          | 18,2 | 137   | 100,0 | 4                          | 22,2  | 14          | 77,8 | 18    | 100,0 |
| 1900-1924 | 29                  | 96,7 | 1           | 3,3  | 30    | 100,0 | 162                     | 86,6 | 25          | 13,4 | 187   | 100,0 | 25                         | 62,5  | 15          | 37,5 | 40    | 100,0 |
| Total     | 80                  | 94,1 | 5           | 5,9  | 85    | 100   | 306                     | 85,0 | 54          | 15,0 | 360   | 100   | 30                         | 50,8  | 29          | 49,2 | 59    | 100   |

Fonte: A.C.G.V.C., Livros de registos de passaportes.

No que diz respeito aos rapazes emigrantes, com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos, constatamos que as percentagens dos que sabiam escrever se apresentaram sempre muito elevadas e superiores a 90%. Em 38,8% destes casos foi possível recuperar a informação sobre as respetivas profissões, encontrando-se uma representação muito significativa de caixeiros, estudantes e empregados comerciais que

<sup>551</sup> SERRÃO, Joel, 1982, op. cit., p. 602.

se teriam previamente preparado para o exercício das referidas ocupações. Destes indivíduos, 92,9% requereram passaporte individual, o que revela uma autonomia em relação à viagem, destino e ocupação futura.

Na faixa etária dos emigrantes masculinos maiores de 17 anos, registamos que, entre 1836 e 1869, a grande maioria dos emigrantes sabia escrever (88,9%). Como vimos anteriormente (cf. Tabela 93), esta fase de emigração estava associada a um perfil de emigrante mais instruído e mais informado, de estado civil maioritariamente solteiro (84,5%) e mais jovem (86,3% dos total dos emigrantes possuía até 24 anos de idades, representando a faixa etária dos 10 aos 14 anos 32,7%) que emigrava precocemente. Nas duas décadas seguintes, época em que os fluxos migratórios sofreram um incremento associado a uma maior necessidade de mão-de-obra sem qualificações, assistiu-se a um decréscimo desta capacidade para 81,8%, correspondendo a um abaixamento dos níveis de instrução. Assistiu-se a um envelhecimento nos grupos de idades de emigrantes, cujas principais concentrações se prolongaram até aos 34 anos de idade, paralelamente a uma maior proporção de homens casados (rondou os 33%) e a um aumento importante de profissionais ligados ao setor secundário. No primeiro quartel do século XX, a percentagem da capacidade de escrita subiu significativamente (86,6%). Este aumento aponta para um alargamento da instrução na paróquia, já que as idades dos emigrantes se concentraram principalmente entre os 15 e os 29 anos de idades, mantendo-se a mesma representatividade entre solteiros e casados (66,7% e 33,3% respetivamente) e descendo a proporção dos profissionais do setor terciário que inicialmente era revestido de uma maior nível de instrução.

Embora se conheça a existência de professores de primeiras letras em Gontinhães em data anterior a 1881, a verdade é que a instrução se efetuava essencialmente em casas particulares onde o número de alunos masculinos seria muito reduzido e seletivo<sup>552</sup>. Os indivíduos que emigravam pertenciam a famílias que possuíam essa preocupação de colocar os filhos na instrução.

A escola primária, oferecida pelo Comendador Domingos António Alves do Rego emigrante bem-sucedido, foi inaugurada em 9 de janeiro de 1881, permitindo absorver mais crianças da população masculina e marcando uma nova etapa de escolarização em Gontinhães.

“Procedeu-se (...) à inauguração da escola de ensino primário para o sexo masculino e cuja casa e mobília para os exercícios escolares foram dados (...) pelo comendador Domingos

---

<sup>552</sup> A.J.F.V.P.A., *Livros de Actas da Junta de Paróquia*, Sessão de 6 de novembro de 1879.

Alves do Rego. (...) A casa da escola, que é, uma das melhores deste distrito, achava-se embandeirada, e tocava junto à mesma, durante a solenidade, uma banda de música. (...) O benemérito comendador da Conceição de Vila Viçosa e de Isabel a Católica, alma benfazeja, é coração aberto a todos os cometimentos do progresso moral e material da terra que lhe foi berço<sup>553</sup>.

Em 1891, a Junta de Paróquia local oficiava à Câmara Municipal de Caminha expondo a necessidade urgente de criação de uma escola primária, já que na paróquia existiam mais de 155 meninas entre os 6 e os 12 anos<sup>554</sup>.

Apesar da impossibilidade em avaliar a capacidade de escrita dos emigrantes do sexo feminino durante o século XIX, dado o reduzido número de casos, é possível verificar que entre 1900 e 1924 o ensino se alargou também a este setor populacional. De facto, de um total de 40 mulheres que emigraram, 62,5% sabia escrever, valor que não é nada insignificante. Neste período, 61,9% destas mulheres eram solteiras, concentrando-se a maioria nas faixas etárias entre os 20 e os 34 anos (45,7%).

Tendo verificado anteriormente que o peso da emigração feminina era residual face ao masculino (16,5%) e dado o carácter seletivo da emigração, este reduzido número de mulheres que emigrou pode não constituir uma imagem fiel da sociedade de Gontinhães da época.

Se compararmos o “saber escrever” entre emigrantes masculinos e femininos, podemos constatar que efetivamente existiam profundas dissimetrias entre os sexos, denunciando “uma importante segregação no acesso à escolarização”<sup>555</sup>. Esta desvalorização da instrução relativamente às mulheres encontrava-se relacionada com os papéis socioprofissionais de cada um, pelo que a gestão das lides domésticas e agrícolas não exigia, consensualmente, esta competência, ao contrário dos homens sujeitos à mobilidade e à forte competitividade entre si.

Se atendermos ao crescimento demográfico da paróquia nos finais do século XIX, compreenderemos a insistência da Junta de Paróquia e por outro da pressão levada a cabo pela imprensa local nos anos de 1904 e 1905, que apelavam constantemente para a necessidade de criação de mais escolas, dado que a única existente não comportava mais do que a quarta parte da população escolar masculina e também devido à completa ausência de escolarização feminina<sup>556</sup>.

---

<sup>553</sup> Jornal *A Aurora do Lima*, 10 de janeiro de 1881.

<sup>554</sup> A.J.F.V.P.A., *Livros de Actas da Junta de Paróquia de Vila Praia de Âncora*, n.º 2, Sessão de 31 de Maio de 1891.

<sup>555</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 213.

<sup>556</sup> Jornal “*A Voz do Âncora*”, 12 de março de 1905.



Ainda assim, a capacidade de escrever constituiu “a base para a classificação geral de analfabeto ou de alfabetizado, incluindo a da estatística oficial até ao século XX”<sup>557</sup>. Os Censos de 1878 e de 1890 revelaram que a Norte da Cordilheira Central, em particular no distrito de Viana do Castelo, indicava taxas de alfabetismo masculino que rondavam os 32,8% e os 26,4%, superiores às taxas encontradas no sul que atingiam os 21,5%<sup>558</sup>.

Para os emigrantes masculinos que saíram do Porto entre 1860 e 1899 foi detetada uma taxa de alfabetismo que rondou os 60%, verificando-se oscilações que decorreram da maior ou menor intensificação dos fluxos de emigração massiva<sup>559</sup>. Em Fafe, encontrou-se, entre 1834 e 1926, uma taxa de 64% de emigrantes que escreviam<sup>560</sup>. Em Santa Maria de Âncora, no período compreendido entre 1835 e 1912, a taxa de alfabetização situou-se em 91,9%.

As taxas de alfabetismo da população de Gontinhães nos diversos Censos de 1878 (22,9%), 1890 (22,1%), 1900 (33,8%), 1911 (33,7%) e 1920 (41,9%)<sup>561</sup>, confirmaram o alargamento gradual da instrução ao longo do tempo. Estes níveis comparados com os dos emigrantes revelam que estes indivíduos pertenciam a setores informados da comunidade, dotados de competências passíveis de uma evolução profissional rápida nos destinos de emigração.

#### 8.4.6. Destinos de emigração, reemigração e retorno

Em todos os estudos levados a cabo, o Brasil constituiu indubitavelmente o principal destino da emigração portuguesa oitocentista, o mesmo acontecendo com os fluxos emigratórios dos residentes de Gontinhães.

**Tabela 96**  
**Países de destino**

| Países de destino               | 1836-1869 |      | 1870-1899 |      | 1900-1924 |      | 1836-1924 |      |
|---------------------------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
|                                 | N         | %    | N         | %    | N         | %    | N         | %    |
| Brasil                          | 58        | 90,6 | 257       | 88,3 | 339       | 71,7 | 654       | 79,0 |
| Outros países da América do Sul | 5         | 7,8  | 29        | 10,0 | 58        | 12,3 | 92        | 11,1 |
| Países da América do Norte      | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 37        | 7,8  | 37        | 4,5  |
| Colónias africanas              | 0         | 0,0  | 2         | 0,7  | 4         | 0,8  | 6         | 0,7  |
| Países da Europa                | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 27        | 5,7  | 27        | 3,3  |
| Indeterminados                  | 1         | 1,6  | 3         | 1,0  | 8         | 1,7  | 12        | 1,4  |
| Total                           | 64        | 100  | 291       | 100  | 473       | 100  | 828       | 100  |

Fonte: A.G.C.V.C., Livros de Registo de Passaportes.

<sup>557</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., pp. 212-213.

<sup>558</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira, 1996, op. cit., pp. 42-60.

<sup>559</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., pp. 213-215.

<sup>560</sup> MONTEIRO, Miguel, op. cit., p. 157.

<sup>561</sup> *Censos e recenseamentos oficiais de 1878, 1890, 1900, 1911 e 1920.*

Como podemos verificar pelos resultados da Tabela 96, até 1869, 90,6% dos emigrantes dirigiram-se para o Brasil, descendo o seu peso para 88,3% até 1899 e 71,7% entre 1900 e 1924. Também a nível nacional, o Brasil predominou durante o século XIX. Valores aproximados também se encontraram para o Porto, entre 1836 e 1878, com uma concentração que se aproximou dos 99% e quase nunca desceu abaixo dos 90%<sup>562</sup>. Em Fafe girou em torno dos 96% entre 1834 e 1926<sup>563</sup> e em Santa Maria de Âncora, entre 1835 e 1912, rondou os 95%<sup>564</sup>.

Nos dois primeiros períodos, encontrámos vários passaportes (3,8% do total) em que o destino Brasil seria uma primeira etapa do tirocínio, seguida de percursos com o objetivo de atingir outros países da América Latina. Tal é o caso do passaporte concedido em 28 de janeiro de 1873 a José de Mendonça e Silva, pedreiro, homem casado de 39 anos de idade, onde se mencionou que se dirigia “para o Brasil, devendo transitar aliás para o Peru pelo Pará”<sup>565</sup>.

O progressivo declínio do Brasil como país recetor de emigrantes encontra-se seguramente associado à emergência de novos mercados de trabalho nos países da América do Sul entre 1870 e 1899 e, a partir de 1900, nos países da América do Norte e da Europa. Relativamente aos demais países da América do Sul, o Uruguai absorveu 60,4% dos emigrantes, enquanto o Perú apresentou um número 4,4% saídas, por oposição à Argentina com 35,2%. Embora a emigração para a América do Norte tenha sido nula até ao final do século XIX, a mesma registou alguma expressão no primeiro quartel do século XX. Apesar da legislação produzida em Portugal durante o século XIX ter procurado incentivar a emigração para as colónias africanas, este destino não atraiu mais do que seis emigrantes residentes de Gontinhães durante todo o período.

No mesmo sentido, será apenas a partir de 1918 que os passaportes dos residentes da paróquia passam a referir saídas para os países europeus. A maior parte destes fluxos dirigiu-se para a França, fenómeno que progressivamente se torna comum ao novo perfil da emigração portuguesa. Com efeito “a emigração para a França ganha uma lógica e distribuição próprias, de maior cobertura territorial, praticamente sem relação com a emigração para o Brasil”<sup>566</sup>.

Considerando os fluxos emigratórios que ocorreram em todo o período observado, e apesar de em 26, 6% dos casos não ter sido assinalado o local específico

---

<sup>562</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 177.

<sup>563</sup> MONTEIRO, Miguel, op. cit., p. 217.

<sup>564</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 221.

<sup>565</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.2.14, fl. 178v.

<sup>566</sup> LEITE, Joaquim da Costa, 2004, op. cit., p. 38.

para onde os emigrantes se dirigiam dentro do território brasileiro, procedemos a uma distribuição pelas cidades ou regiões para onde viajaram os emigrantes com destino referido (Tabela 97).

**Tabela 97**  
**Indicação de destino no Brasil**

| Estados           | 1836-1869 |      | 1870-1899 |      | 1900-1924 |      | 1836-1924 |      |
|-------------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
|                   | N         | %    | N         | %    | N         | %    | N         | %    |
| Rio de Janeiro    | 15        | 93,8 | 36        | 26,7 | 220       | 68,8 | 271       | 57,5 |
| Pará              | 0         | 0,0  | 41        | 30,4 | 34        | 10,6 | 75        | 15,9 |
| Amazônia (Manaus) | 0         | 0,0  | 32        | 23,7 | 21        | 6,6  | 53        | 11,3 |
| São Paulo         | 0         | 0,0  | 17        | 12,6 | 9         | 2,8  | 26        | 5,5  |
| Mato Grosso       | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 17        | 5,3  | 17        | 3,6  |
| Rio Grande do Sul | 1         | 6,2  | 7         | 5,2  | 7         | 2,2  | 15        | 3,2  |
| Baía              | 0         | 0,0  | 0         | 0,0  | 8         | 2,5  | 8         | 1,7  |
| Outros            | 0         | 0,0  | 2         | 1,4  | 4         | 1,2  | 6         | 1,3  |
| Total             | 16        | 100  | 135       | 100  | 320       | 100  | 471       | 100  |

Fonte: A.G.C.V.C., Livros de registo de passaportes.

Apesar do reduzido número de referências, até 1869, o estado do Rio de Janeiro constituiu o principal pólo de afluência dos emigrantes da paróquia (93,8%), não só devido à sua pujante economia, e às oportunidades de trabalho no estabelecimento do pequeno comércio, como também pelo facto de constituir a principal porta de chegada do Brasil. Com efeito, as carreiras pré-definidas (por razões técnicas, portuárias ou financeiras) orientadas para o porto Rio de Janeiro que apresentava ainda a função de nó distribuidor de emigrantes a partir deste Estado, condicionaram desde logo as escolhas na partida para aquele destino.

Entre 1870 e 1899, os destinos emigratórios dentro do Brasil tornaram-se mais diversificados. O estado do Pará registou o maior número de saídas, seguindo-se os do Rio de Janeiro, da Amazônia (o novo império da borracha cuja epicentro foi sempre referido como Manaus) e de São Paulo, graças ao desenvolvimento do setor do café. O destino Mato Grosso ficou centralizado na cidade de Corumbá, terceiro porto da América Latina já nos finais do século XIX. Corumbá deve a sua importância ao facto de constituir a placa giratória entre o Brasil, Paraguai e Bolívia, mas também como o porto de escoamento da borracha e matérias-primas pelos vapores europeus<sup>567</sup>. A importância dos diversos destinos de emigração no Brasil variou ao longo dos séculos XIX e XX em função das “reorientações internas da economia brasileira, das vicissitudes sociais, da elasticidade dos respetivo mercados de trabalho, bem como da agressividade das políticas de atração da mão-de-obra”<sup>568</sup>.

<sup>567</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 244.

<sup>568</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 244.

Através dos resultados obtidos para o terceiro período, podemos constatar que os destinos se foram diversificando cada vez mais. O Rio de Janeiro assumiu novamente a liderança (68,8%), seguindo-se o Pará e a Amazónia, sendo que a restante distribuição revelou a dispersão por outros Estados que até então não possuíam expressão.

A grande concentração de emigrantes no Rio de Janeiro esteve seguramente na origem da formação gradual de colónias de emigrantes, ligadas por relações de parentesco, de vizinhança e de escalas e rotas pré-definidas dos vapores. De facto, podemos observar a existência de uma colónia de emigrantes naturais de Gontinhães e de outras freguesias próximas, sedeadas na cidade do Rio de Janeiro, conforme é relatado em róis de coletas aí realizadas em favor da construção de monumentos locais ou outras obras de benemerência. Neste sentido, no ano de 1879, um grupo liderado por António José Pereira, natural da vizinha freguesia de Vile e então comerciante no Rio de Janeiro, recolheu aí, por subscrição pública, 120\$000 réis a favor dos “miseráveis marítimos de Gontinhães”<sup>569</sup>. Também no ano de 1909, vários conterrâneos emigrados efetuaram uma nova subscrição pública a favor de obras de construção do Monte do Calvário<sup>570</sup>. Em 1922, uma outra subscrição permitiu a construção de um coreto no lugar do Santo, verba desta vez oferecida pela colónia de emigrantes de Mato Grosso. Estas colónias ter-se-iam formado durante o primeiro período e sedimentado ao longo dos períodos seguintes, funcionando como motor de integração e apoio aos conterrâneos recém-chegados.

Comparando as concentrações de destinos para o Brasil, a importância do destino Rio de Janeiro ficou amplamente confirmada. No Porto, registou-se um domínio que variou entre 60,1% e 86% no período compreendido entre 1836 e 1899<sup>571</sup>; em Fafe oscilou nos 60% entre 1834 e 1926<sup>572</sup> e em Santa Maria de Âncora, entre 1835 e 1910, nos 63,2%<sup>573</sup>.

O destino Pará que, entre 1870 e 1899, concentrou 30,4% das opções dos emigrantes de Gontinhães, apresentou para o Porto um peso de 6,4%. Cenário idêntico se verificou para o destino Manaus – 23,7% para Gontinhães e 4% para o Porto. O peso do destino do Rio Grande do Sul apresentou-me mais próximo (4,4% e 5,2% para o Porto e Gontinhães). As elevadas proporções encontradas para Gontinhães com destino

---

<sup>569</sup> A.J.F.V.P.A., *Livros de Actas da Junta de Paróquia de Vila Praia de Âncora*, n.º 1, 9 de junho de 1879.

<sup>570</sup> REGO, Aurora Botão, “O Monte do Calvário – um século de existência”, in 1<sup>as</sup> *Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora*, Viana do Castelo, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, 2004, pp. 123-139.

<sup>571</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 243.

<sup>572</sup> MONTEIRO, Miguel, op. cit., p. 217.

<sup>573</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., pp. 221-222.

ao Pará e a Manaus explicam a descida da importância do Rio de Janeiro durante o segundo período, oscilação também encontrada no Porto no ano de 1899<sup>574</sup>.

Muitos destes emigrantes irão realizar sucessivas viagens, multiplicando-se os destinos no final do período. A necessidade de reemigração continuava a colocar-se face à crise económica e ao não sucesso da grande maioria dos emigrantes. Para muitos, novas viagens se encetarão, uns na “expectativa de alguma melhoria, uns responsabilizando o país e o seu tecido social, muitos empurrados pela família, outros assumindo eles próprios a decisão de emigrar”<sup>575</sup>. No entanto, as possibilidades de embarque só foram possíveis graças ao desenvolvimento dos meios de transporte, a progressiva rapidez das viagens e o embaratecimento dos custos associados, “permitindo a muitos emigrantes uma ou mais viagens à terra natal, ou mesmo optarem por uma emigração intercalada, com períodos mais ou menos longos de fixação na terra natal e partida sempre que a situação económica e/ou social o aconselhe”<sup>576</sup>.

Para uma avaliação do fenómeno da reemigração, analisámos as sucessivas viagens dos indivíduos, tendo como suporte a base demográfica da paróquia, independentemente do local e do destino e a noção de que o ciclo de vida dos reemigrantes não se fechou em 1924 e outras viagens certamente se efetuaram após esta data.

Como é possível verificar (Tabela 98), 30,7% dos casos corresponderam a viagens de reemigração, sendo que as segundas, terceiras e quartas viagens foram aquelas que apresentaram uma percentagem mais elevada.

**Tabela 98**  
**Reemigração**  
**1836-1924**

| Ordem de viagem | Nºs | %     |
|-----------------|-----|-------|
| 1ª              | 574 | 69,3  |
| 2ª              | 51  | 6,2   |
| 3ª              | 64  | 7,7   |
| 4ª              | 63  | 7,6   |
| 5ª              | 36  | 4,3   |
| 6ª              | 20  | 2,4   |
| 7ª              | 12  | 1,4   |
| 9ª              | 8   | 1,0   |
| Total           | 828 | 100,0 |

Fonte: A.G.C.V.C. Livros de registo de passaportes.

Apesar do número de casos não ser estatisticamente significativo, entendemos que através de uma análise qualitativa será possível evidenciar algumas das características destes reemigrantes que, ao longo dos seus percursos migratórios, foram

<sup>574</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 243.

<sup>575</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 248.

<sup>576</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 255.

adquirindo novas competências profissionais e que, em alguns casos, revelam alguma ascensão social.

A pluralidade de competências que estes emigrantes vão adquirindo ao longo do tempo, adaptando-se às necessidades dos mercados de destino, pode ser ilustrada através dos seguintes exemplos:

- Constantino Magno Fernandes Fão, ferreiro, partiu para Montevidéu com 21 anos em 1869, sabendo escrever. Casou com esposa de nacionalidade argentina em data desconhecida. Teve dois filhos nesse país, José e Joaquim. Em 1882, 1892, 1893 e 1900 assinou vários atos notariais em Gontinhães e, em 1888, 1891, 1894, 1898 e 1901 vieram a nascer mais cinco filhos na terra natal – Maria, Maria Emília, Artur, Josefa e Francisco. No entanto, o seu percurso emigratório, dividido entre dois espaços distantes entre si, fê-lo atravessar várias vezes o oceano. Em 1889, emigrou para o Brasil, com a mesma profissão e, entre 1895 e 1917 efetuou mais quatro viagens, desta vez como proprietário.

- Daniel Gonçalves Presa era o irmão mais velho de cinco órfãos de pai. Requisitou passaporte em 1871, com 12 anos, juntamente com mais dois adolescentes da mesma idade – Maurício e Francisco - todos sem profissão, aptos a escrever e com destino ao “Brasil, devendo transitar”. Em 1891, com 35 anos, reemigrou para o Rio de Janeiro como comerciante e, aos 37 anos, para o Pará, como empregado comercial. Manteve-se solteiro durante todas as viagens. Desconhece-se o seu regresso definitivo. Também Maurício reemigrou para o Brasil em 1889, com 20 anos, como comerciante. De Francisco desconhece-se o destino.

- Onofre Alves de Andrade emigrou para o Rio de Janeiro em 1906, com 24 anos, como serviçal integrado em passaporte coletivo, conjuntamente com mais cinco companheiros. Onofre sabia escrever. Por ocasião da viagem de 1910, era estuador. Em 1915, encontrava-se em Gontinhães para contrair matrimónio com uma prima. Entre o nascimento dos filhos em 1916, 1917, 1920 e 1923, viajou sempre com o mesmo destino - em 1919 como pedreiro e em 1924 como lavrador.

- Camilo Alves Neto casou em 14 de Maio de 1904. No dia 18 de Outubro do mesmo ano requereu passaporte para Montevidéu, seguindo como serviçal em passaporte coletivo. Do casamento nasceram cinco filhos em 1907, 1909, 1911, 1914 e 1915. Entre estas datas viajou mais cinco vezes - para o Brasil, em 1906, 1909 e 1911; para Buenos Aires em 1910; para o Rio de Janeiro em 1919, como pedreiro ou canteiro; em 1923, viajou para a França, como lenhador.

- Arlindo Cerqueira emigrou pela primeira vez em 1910, com 27 anos de idade, como marítimo. Partiu com destino ao Rio de Janeiro, seguindo-se novo embarque em 1913; na sua terceira viagem, realizada em 1920, era já negociante.

Os emigrantes com profissões relacionadas com o comércio ou negócio fixavam-se, por regra, na região para onde tinham inicialmente emigrado. Existem diversos casos de indivíduos que, tendo sido bem sucedidos no seu percurso migratório, realizaram viagens frequente entre o seu local de residência e o local de destino, sobretudo para tratar dos seus negócios. É o caso de Celestino Martins Fernandes, negociante e capitalista no Pará que, entre 1883 e 1897, emigrou cinco vezes, sendo, em anos intercalares, substituído pelos dois cunhados Nuno e António da Silva.

O grupo socioprofissional para o qual se encontrou um maior número de viagens foi o da construção civil, sendo que estas sucessivas viagens estariam provavelmente associadas às diferentes conjunturas dos mercados e à necessidade de mão-de-obra especializada no setor. A título de exemplo pode referir-se o caso de João José Martins, pedreiro de profissão, casado em 1897 e pai de quatro filhos. Em 1904, como já foi referido, já tinha emigrado indocumentado e sido despejado indevidamente em Montevideu. A sua primeira viagem oficial ocorreu em 1905, para o Rio de Janeiro, seguindo-se mais duas viagens em 1907 e 1908 para o mesmo destino. Em 1909, viajou para Mato Grosso e, em 1911, para Montevideu. Em 1916, realizou a sexta viagem para Nova Iorque e em 1919 para Corumbá. Efetuou uma outra partida em 1921 para o Rio de Janeiro e, finalmente, em 1923, viajou pela nona vez para França, nesta época já com 46 anos de idade e com o estatuto de proprietário.

Entre 1865 e 1924, foram emitidos passaportes individuais para outros profissionais do mesmo setor de atividade. Muitos deles foram concedidos no mesmo dia, com escolha do mesmo porto de embarque e do mesmo local de destino, o que nos permite supor que, apesar do carácter individual da partida, se tratassem de grupos que iriam exercer as suas funções em equipa. São elucidativos os seguintes casos:

1 – Em 28 de julho de 1870, saiu com destino ao Pará, via porto de Lisboa, um grupo formado por cinco elementos (três pedreiros e um caiador com idades entre os 13 e os 32 anos e um rapaz de 13 anos, sem profissão). Era liderado por Simão Martins Pinheiro, mestre pedreiro, de 40 anos de idade<sup>577</sup>.

---

<sup>577</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.2.10, fls. 59-61.

2- Em 22 de maio de 1894, emigraram quatro pedreiros com destino a Manaus, através do porto de Vigo. Eram liderados por Apolinário Afonso da Costa, de 40 anos de idade<sup>578</sup>.

3- Em 6 de outubro de 1898, um grupo de quatro pedreiros, dos quais três eram irmãos, partiu para o Pará, via portos de Lisboa ou Leixões. Era liderado pelo irmão mais velho, Secundino Martins de Brás, de 36 anos de idade<sup>579</sup>.

4- Em 10 de março de 1910, partiu outro grupo de seis pedreiros, com destino ao Rio de Janeiro, através dos portos de Lisboa ou Leixões, liderado por João Crespo, de 40 anos de idade. O elemento mais novo deste grupo era Abel Domingues Martins Pinheiro, à data com 21 anos<sup>580</sup>.

5- Em 18 de abril de 1913, um grupo de cinco emigrantes viajou para o Rio de Janeiro, saindo pelo porto de Porto ou de Vigo. Constantino Velho Gomes, pedreiro, de 33 anos, comandaria os restantes quatro elementos, pedreiros e carpinteiros, com idades compreendidas entre os 17 anos e os 20 anos<sup>581</sup>.

Para todo o período observado, foram emitidos 30 passaportes coletivos para profissionais da construção civil, integrando uma totalidade de 82 indivíduos. Estes grupos eram liderados por emigrantes mais velhos e supostamente mais experientes na atividade profissional que se faziam acompanhar por vários serviçais com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, relacionados com as mesmas profissões. Estes indivíduos efetuaram várias viagens em conjunto, sobretudo entre 1904 e 1911.

O retorno definitivo dos emigrantes de Gontinhães à sua terra natal revelou vários casos de sucesso, mas também outros casos não tão bem sucedidos. Esta variedade de situações relativamente ao diferente sucesso dos emigrantes é referenciada por um manuscrito da época, onde se assinala que existem “muitos ausentes no Brasil, dos quais alguns com boas fortunas, outros de lá têm vindo já sofrivelmente remediados, outros vêm e voltam, havendo alguns que já tem ido ao Brasil três e quatro vezes, outros por lá ficam e todos são mais ou menos remediados”<sup>582</sup>. Acresce ainda que “o português partia para enriquecer e o seu fracasso era atribuído por ele próprio e pelos seus conterrâneos à sua própria incapacidade”<sup>583</sup>, pelo que uma situação menos

---

<sup>578</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.2, fls. 103-103v.

<sup>579</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.5, fls. 84v-86v.

<sup>580</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.12, fls. 157v-158v.

<sup>581</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.17, fls. 126v-127v.

<sup>582</sup> GONÇALVES, Manuel José, op. cit., p. 14.

<sup>583</sup> PEREIRA, Miriam Halpern, 1981, op. cit., p. 29.



favorável em contexto de emigração coibiria muitos emigrantes de regressarem à terra natal, como se pode verificar no Anexo 33, Carta n.º 4.

Dos indivíduos que retornaram (um total de 574 emigrantes de primeira saída), conhecemos somente o regresso definitivo de 150 indivíduos, ao considerarmos o cruzamento de diversas fontes (paroquiais, notariais, contexto familiar). Destes 150 emigrantes retornados, 58,7% eram solteiros, 40% eram casados e 1,4% viúvos à partida no momento da partida.

Do conjunto dos solteiros emigrantes que retornaram definitivamente à terra natal, observámos que a maioria manteve o mesmo estado civil à chegada (60,2%), relativamente aos que casaram entretanto (36,4%) e aos indeterminados (3,4%). O volume dos emigrantes que partiram solteiros e que regressaram casados poderia fazer supor um matrimónio no local de emigração, o que só ocorreu em quatro casos. O que de facto aconteceu foi a concretização do matrimónio na paróquia entre várias viagens. Esta conclusão vai de encontro à percepção de que a emigração propiciou também condições para a efectivação do matrimónio.

Este volume de retorno à terra natal traduz uma taxa de retorno de 26,1%, valor por aproximação evidente e por defeito. É desconhecida a trajetória dos emigrantes mais recentes no final do período em curso, como também o regresso ou não de famílias completas, ou, entre outros indicadores, os óbitos ocorridos após 1924 na paróquia e por terras de Vera Cruz.

As estimativas de vários historiadores decorrentes do Primeiro Inquérito Parlamentar apresentaram taxas de retorno a nível nacional na ordem dos 20% até 50%<sup>584</sup>. Porém, a clandestinidade ou o desembarque em portos diferentes dos de embarque, como seja o de Vigo relativamente ao do Porto, impediram uma cálculo mais exato do fenómeno. Para o Porto, estimou-se um retorno na ordem dos 40% a 60% no período de 1858 e 1861<sup>585</sup>, e de 30% e 50% na segunda metade de Oitocentos<sup>586</sup>.

A profissão dos 150 emigrantes retornados de Gontinhães manteve-se igual à saída e ao retorno definitivo em cerca de 60,6% dos casos, enquanto os restantes 39,4% elevaram o seu estatuto social e económico para proprietários/capitalistas/negociantes, posição patente nos sucessivos cadernos eleitorais e em róis de derramas dos maiores contribuintes da paróquia. Exemplificativo é o caso de José Emílio Pinheiro de Azevedo

---

<sup>584</sup> MARTINS, Oliveira, 1994, op. cit., pp. 244-246.

<sup>585</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 253.

<sup>586</sup> PEREIRA, Miriam Halpern, "Demografia e Desenvolvimento em Portugal na Segunda Metade do Século XIX", in *Análise Social*, vol. 7, 25/26, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1969, pp. 85-117.

que fez uma carreira de sucesso no Brasil no Banco Nacional Ultramarino (Anexo 33, Carta n.º 10).

Alguns contribuíram com uma importante intervenção ao nível de empreendimentos e benfeitorias em prol da paróquia. Dois dos jovens destinados ao comércio, Domingos e Vital, com saída precoce e isolada, voltaram com o título honorífico de comendadores, distribuindo benfeitorias e obras de benemerência pela paróquia durante as várias viagens de retorno que efetuaram.

Já tivemos oportunidade de referir de passagem a figura importante de Domingos António Alves do Rego e a sua contribuição fundamental para a paróquia. Lavrador, emigrou com 16 anos de idade, portador do primeiro passaporte datado de 1 de janeiro de 1836<sup>587</sup>. São conhecidas ainda três viagens de emigração (anos de 1868, 1870 e 1874), duas para o “Brasil” e a última para o Rio de Janeiro. Nestas três viagens a sua profissão foi registada como negociante. Em 1879, o emigrante retornado com sucesso, utilizando o título de Comendador, já se encontrava em Gontinhães a residir no lugar da Telheira. Adquiriu uma moradia<sup>588</sup> que, após ter sido dotada de salas de aulas e aposentos para o professor no primeiro andar, transformou na primeira escola primária de Gontinhães. No piso do rés-do-chão funcionaria a sala de sessões da Junta de Paróquia, audiências do Juízo Ordinário e do Juízo de Paz<sup>589</sup>.

Vital Fernandes Fão, de 11 anos, emigrou a 1 de fevereiro de 1861. Por várias vezes regressou a Gontinhães, mas não solicitou passaporte a partir de Viana do Castelo. Foi amplamente referenciado em jornais da época, sendo distinguido pelo título de Comendador. No dia 1 de janeiro de 1886, tendo regressado de uma digressão pela Europa<sup>590</sup>, distribuiu valores importantes em benefício de obras filantrópicas – aquisição da cruz de prata da confraria de São Sebastião por 425\$000 réis<sup>591</sup>, 150\$000 réis para as obras da Capela de N.ª. S.ª. das Necessidades, 10\$000 réis para arranjos da Igreja Matriz e 9\$000 para auxiliar a biblioteca escolar<sup>592</sup>.

Outro emigrante de sucesso foi Celestino Martins Fernandes. Exposto em Vilar de Mouros, foi batizado em Caminha no dia 6 de maio de 1856 e reencaminhado para a Roda de Caminha<sup>593</sup>. Criado por uma ama de leite em Gontinhães, emigrou solteiro pela

<sup>587</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.2.1, s/fl.

<sup>588</sup> A.D.V.C., *Livros notariais do concelho de Caminha*, cota 4.8.3.25, fl. 21.

<sup>589</sup> A.J.F.V.P.A., *Livros de Actas da Junta de Paróquia de Vila Praia de Âncora*, n.º 1, Sessão de 6 de novembro de 1879.

<sup>590</sup> *Jornal O Jornal da Manhã*, 2 de janeiro de 1886.

<sup>591</sup> *Jornal O Jornal da Manhã*, 14 de abril de 1886.

<sup>592</sup> A.J.F.V.P.A., *Actas da Junta de Paróquia de Vila Praia de Âncora*, Livro n.º 2, de abril de 1891.

<sup>593</sup> A.D.V.C., *Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha*, Paróquia de Vilar de Mouros, cota 3.4.5.20, fl. 129.

primeira vez em 1883<sup>594</sup>. Estabeleceu-se na cidade de Santa Maria de Belém, em Grão Pará, e, entre várias viagens, casou com Ana Augusta da Silva em 1886, não existindo descendentes desta união. Retornado, integrou-se no seio de um grupo de homens dinâmicos e empreendedores que se dedicaram ao desenvolvimento e melhoramento das infraestruturas da freguesia. Envolvido em várias iniciativas de benfeitoria, morreu repentinamente de miocardite no Hospital de Santo António do Porto, com 55 anos de idade, em 24 de outubro de 1911<sup>595</sup>. Por testamento, deixou inúmeros legados a favor de obras de benemerência religiosa e distribuiu avultados valores entre familiares, amigos e criados. Marcado pelas suas origens, beneficiou nesse sentido nas suas últimas vontades os mais desfavorecidos, deixando à Junta de Paróquia “um conto e quinhentos mil réis para comprar título de juro de três por cento (...) e com o rendimento destes títulos socorrerá os pobres mais necessitados da mesma freguesia”. De igual forma, determinou fornecer “aos indigentes também da mesma freguesia, quando faleçam, caixão fechado e missa de corpo presente”. Os socorros aos pobres deviam, ser distribuídos em géneros e “em duas épocas do ano, perpetuamente”, na Páscoa e no Natal, ficando aquela Instituição com a obrigação de estipular “o número de pobres a contemplar, entrando nesse número a pobreza envergonhada da mesma freguesia”, recomendando “a sua maior atenção e desvelo na administração dos rendimentos dos títulos (...) para que os géneros a distribuir sejam de boa qualidade (...)”<sup>596</sup>.

“O retorno associa-se à construção de fortuna, da qual surgiu o mito do enriquecimento rápido, resultante de uma sociedade altamente hierarquizada e com pouco mobilidade social. Retornar à terra de origem é, assim, uma forma de promoção social”<sup>597</sup>. Embora estejamos impossibilitados de encerrar o ciclo de vida de todos os indivíduos da paróquia, visto que a nossa observação termina no ano de 1924, estamos em crer, pelo teor de muitas cartas de chamada, que a desonra de um regresso menos abonado, face ao esforço do investimento familiar da viagem, se transformou num impeditivo importante no retorno de muitos emigrantes.

---

<sup>594</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.3.12, passaporte 536, fl. 28v.

<sup>595</sup> Segunda Conservatória do Registo Civil do Porto, Registos de Óbitos de Miragaia, Livro de 1 de Abril de 1911 a 31 de Dezembro de 1918, Assento n.º 1391.

<sup>596</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.2.48, fls. 8-14.

<sup>597</sup> PEREIRA, Míriam Halpern, 1981, op. cit., p. 29.



## 9. SOCIEDADE E FAMÍLIA

“A família é a organização-base da sociedade onde, em torno dela, gravita a vida de cada indivíduo”.

Frédéric Le Play  
*La Méthode Sociale*

No sentido de enquadrarmos os vários comportamentos demográficos que temos vindo a analisar, pretendemos neste capítulo destacar, por um lado, algumas práticas sociais reveladoras de costumes e mentalidades da época e, por outro lado, evidenciar a estrutura dos agregados domésticos, como aproximação ao estudo da família.

A abordagem das práticas sociais assenta na informação fornecida pela produção testamentária dos residentes em Gontinhães entre 1831 e 1919, permitindo compreender aspetos relacionados com a religiosidade da população e as suas atitudes perante a morte, através das disposições espirituais contidas nos testamentos. A análise das disposições temporais permitiu interpretar os processos de reprodução social das famílias e das formas de transmissão da herança, assim como as diversas estratégias adotadas na escolha dos herdeiros.

Como refere Robert Rowland, a história da família em Portugal está ainda por escrever. Para ser viável e metodologicamente defensável “teria de ser simultaneamente uma história demográfica e uma história social, uma história cujo objecto se define não em termos das suas aparências imediatas, mas das suas funções sociológicas: uma história multifacetada, aberta à demografia e à antropologia, da organização social da reprodução”<sup>598</sup>.

Neste sentido, é fundamental utilizar listas de residentes, tais como róis de confessados, listas de ordenanças, recenseamentos para que se possa alcançar a real composição dos agregados domésticos, à semelhança das investigações que foram amplamente desenvolvidas pelos membros da Escola de Cambridge.

Nesta perspetiva, recorreremos à informação proporcionada pelas Ordenanças de Caminha referentes ao ano de 1828, cruzando a informação com a base de dados demográfica e genealógica que construímos para a paróquia.

---

<sup>598</sup> ROWLAND, Robert, *População, Família, Sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta, 1997, p. 11.

### 9.1. O testamento e a caracterização da população testadora

Muito embora em tempos anteriores à nossa observação a prática de testar pertencesse habitualmente às classes dominantes, inserida em práticas barrocas, durante o século XIX generalizou-se pelos diferentes grupos sociais<sup>599</sup>. No entanto, é na redação das últimas vontades que as hierarquias sociais se encontram mais nitidamente delimitadas, fenómeno visível de forma muito especial nos bens de alma e no aparato cénico que envolve todo o cerimonial fúnebre<sup>600</sup>.

A série documental composta por 417 testamentos, elaborados entre 1831 e 1919, se acusou subregistro durante a primeira década devido à dispersão documental por várias instituições, adquiriu carácter sistemático até ao final do período. Revestindo-se o testamento de um carácter seletivo, visto que apenas uma pequena minoria elaborava testamento, ainda assim a sua análise ajuda-nos a compreender a sociedade da época e a sua mentalidade.

Nos testamentos podemos encontrar duas partes distintas – a espiritual ou pia e a temporal ou material. A primeira parte assegurava, através de rituais próprios, os preparativos relativos à passagem da vida terrena para a vida eterna. A segunda parte estabelecia a sucessão e a transmissão da propriedade pelos vários herdeiros, de forma a assegurar a permanência temporal da casa-mãe, do seu estatuto social e do seu engrandecimento, não esquecendo a recompensa devida durante a assistência e amparo na velhice dos testadores. Estes são os dois pilares fundamentais que norteiam toda a produção testamentária.

No sentido de encontrar oscilações na produção testamentária, considerámos três fases temporais (Tabela 99), registando-se um aumento do número de testamentos entre 1870 e 1899 (média anual de 5,3 testamentos) e diminuindo a partir de então. A maior parte dos documentos produzidos entre 1831 e 1919, eram testamentos singulares - 79,6% - enquanto os testamentos de mão comum corresponderam a 17,3% e 3,1% a doações e dotes.

---

<sup>599</sup> ARIÈS, Philippe, *A História da Morte no Ocidente*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2003, pp. 100-112.

<sup>600</sup> SCOTT, Ana Sílvia Volpi, op. cit., p. 324.

**Tabela 99**  
**Movimento de testamentos, dotes e doações**

| Períodos  | Testamentos singulares |      | Testamentos mão comum |      | Doações Dotes |     | Total |           |
|-----------|------------------------|------|-----------------------|------|---------------|-----|-------|-----------|
|           | N                      | %    | N                     | %    | N             | %   | N     | Média/ano |
| 1831-1869 | 108                    | 25,9 | 72                    | 17,3 | 3             | 0,7 | 183   | 4,8       |
| 1870-1899 | 148                    | 35,5 | 0                     | 0,0  | 5             | 1,2 | 153   | 5,3       |
| 1900-1919 | 76                     | 18,2 | 0                     | 0,0  | 5             | 1,2 | 81    | 4,1       |
| Total     | 332                    | 79,6 | 72                    | 17,3 | 13            | 3,1 | 417   | 4,7       |

Fonte: A.M.C., Livros de registo de testamentos.

As doações/dotes produziam os seus efeitos ainda em vida do testador, sendo nomeado o herdeiro beneficiado, normalmente por ocasião da celebração do seu casamento. Na maior parte dos casos observados, a casa dos progenitores foi transmitida através de um conjunto de condições, nomeadamente o usufruto do património e a assistência durante a velhice.

O carácter residual desta forma de distribuição da propriedade aponta para um dos traços mais relevantes da sociedade camponesa minhota – 94,9% dos testadores (testamentos singulares e de mão comum) efetuavam tardiamente a distribuição dos bens e as suas determinações só produzirão efeitos em momento *post mortem* do indivíduo. Enquanto o testamento individual expressava as últimas vontades dos testadores, a utilização dos testamentos de mão comum pressupunha, na maioria dos casos, o adiamento da entrega da herança, protelando-a até à morte do último dos cônjuges.

O Código Civil de 1867, que produziu efeitos a partir de 22 de março de 1868, proibiu a prática do testamento de mão comum, estipulando que não podiam “testar no mesmo ato duas ou mais pessoas, quer em proveito comum, quer em proveito de terceiro”<sup>601</sup>. Todavia, os testamentos anteriormente elaborados continuavam válidos se não tivessem sido revogados.

À exceção de três testamentos de mão comum entre irmãos/irmãs e tia/sobrinha que tiveram como objetivo a assistência mútua, todos os demais se referiram a cônjuges. Na maioria dos casos, instituía-se reciprocamente com os respetivos terços, sendo o consorte sobrevivente a determinar o destino dos dois terços remanescentes que se apresentavam como uma proporção significativa da herança. É o caso de António Alves Carrelo e da mulher Maria Josefa Gonçalves que determinaram que ficaria “o último com a liberdade de poder deles dispor a favor daquele ou daqueles de nossos filhos que muito bem lhes parecer”<sup>602</sup>.

<sup>601</sup> *Código Civil Portuguez de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, , p. 294.

<sup>602</sup> A.M.C., *Livros de Registos de Testamentos*, cota 1.1.1.7., fl. 203v.

Para apreciar a relação entre o número de testamentos produzidos e o número de óbitos é importante proceder à sua confrontação com a incidência da mortalidade (Tabela 100). Neste sentido, foi calculado o rácio entre o volume de óbitos de indivíduos com capacidade de testar e o volume de testamentos<sup>603</sup>. Enquanto as Ordenações Filipinas preconizavam que não podia elaborar testamento o “varão menor de 14 anos, ou a fêmea menor de 12”<sup>604</sup>, o Código Civil de 1867 estatuiu a idade de 14 anos para ambos os sexos<sup>605</sup>.

**Tabela 100**  
**Relação entre testamentos óbitos (>14 anos)**

| Período     | Óbitos |      | Testamentos |      | Rácio   |
|-------------|--------|------|-------------|------|---------|
|             | N      | %    | N           | %    | Tes/ób. |
| 1831 - 1839 | 106    | 9,2  | 16          | 3,8  | 15,1    |
| 1840 - 1849 | 102    | 8,8  | 61          | 14,6 | 59,8    |
| 1850 - 1859 | 90     | 7,8  | 56          | 13,4 | 62,2    |
| 1860 - 1869 | 112    | 9,7  | 50          | 12,0 | 44,6    |
| 1870 - 1879 | 118    | 10,2 | 51          | 12,2 | 43,2    |
| 1880 - 1889 | 127    | 11,1 | 55          | 13,2 | 43,3    |
| 1890 - 1899 | 173    | 15,0 | 47          | 11,3 | 27,2    |
| 1900 - 1909 | 137    | 11,9 | 47          | 11,3 | 34,3    |
| 1910 - 1919 | 188    | 16,3 | 34          | 8,2  | 18,1    |
| Total       | 1153   | 100  | 417         | 100  | 36,2    |

Fontes: A.M.C., Livros de registo de testamentos;  
A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Torna-se necessário relativizar os resultados encontrados entre 1831 e 1839, período de sub-registo devido à dispersão da documentação por vários organismos oficiais (cf. Metodologia e Fontes), como podemos verificar pela baixa relação entre o número de testadores e de óbitos.

A maior percentagem de testamentos registou-se entre 1840 e 1859 e, a partir desta data, a relação entre o volume de testadores e o de óbitos diminuiu progressivamente, até atingir um rácio de 18,1 entre 1910 e 1919. Esta quebra acentuada encontra-se em nítido contraponto com o movimento de óbitos de adultos que ascende gradualmente.

Como tivemos oportunidade de observar anteriormente, a comunidade marítima teve um crescimento notável desde a chegada dos primeiros pescadores em 1825. Contudo, ao longo de todo o período, verificámos que, do conjunto de testadores, foram produzidos apenas dez testamentos por marítimos, visto que esta população não tinha acesso à propriedade fundiária. Isto explica a descida do rácio de testamentos/óbitos,

<sup>603</sup> VOVELLE, Michel, “Un préalable à toute histoire sérielle: la représentativité sociale du testament (XIV<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles)”, in BOGLER, B. (dir.), *Les Actes Notariés, Sources de l’histoire sociale*, Estrasburgo, Éditions d’Alsace, 1979, pp. 257-277.

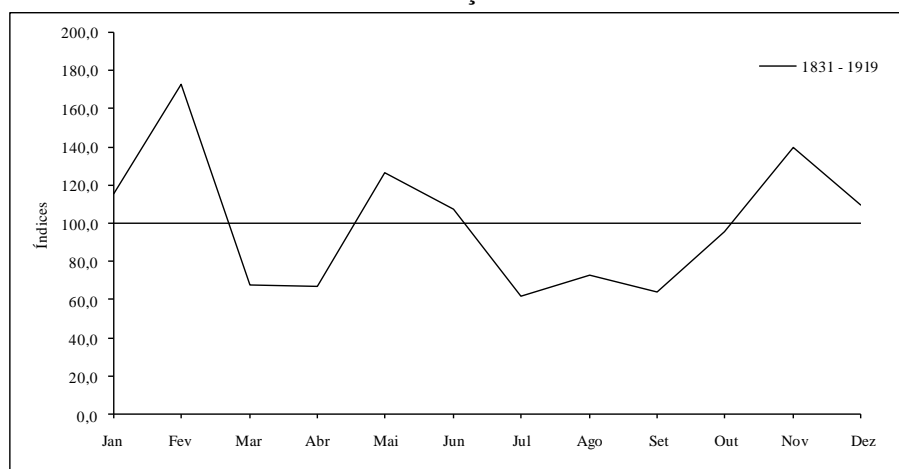
<sup>604</sup> *Ordenações Filipinas*, livro 4, título LXXXI, op. cit., p. 908.

<sup>605</sup> *Código Civil Portuguez de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 296.



uma vez que esta população era caracterizada igualmente por uma maior incidência de mortalidade.

**Gráfico 61**  
**Sazonalidade à redação dos testamentos**



Fonte: A.M.C., Livros de registo de testamentos.

A sazonalidade à redação dos testamentos (Gráfico 61) revela os mais elevados índices entre os meses de novembro e de Fevereiro, o que poderá indicar uma maior disponibilidade dos indivíduos para procederem às formalidades necessárias durante o inverno, já que se tratava de uma época de menor atividade agrícola.

**Tabela 101**  
**Distribuição de testadores por género e estado civil**  
**1831-1919**

| Género   | Casados |      | Solteiros |      | Viúvos |      | Total |      |
|----------|---------|------|-----------|------|--------|------|-------|------|
|          | N       | %    | N         | %    | N      | %    | N     | %    |
| Homens   | 105     | 52,0 | 18        | 16,7 | 37     | 34,6 | 160   | 38,4 |
| Mulheres | 97      | 48,0 | 90        | 83,3 | 70     | 65,4 | 257   | 61,6 |
| Total    | 202     | 100  | 108       | 100  | 107    | 100  | 417   | 100  |

Fonte: A.M.C., Livros de registo de testamentos.

A distribuição dos testadores por género e estado civil (Tabela 101) revela que as mulheres testaram em maior número. Esta contribuição foi também verificada na vizinha paróquia de Santa Maria de Âncora, com 64,6% de elementos femininos testadores<sup>606</sup>. Estes valores refletiam as baixas relações de masculinidade adulta que caracterizavam toda a região do Minho, decorrendo de uma forte mobilidade masculina. Se considerarmos ainda o estado civil destes indivíduos, observamos que a relação percentual entre homens e mulheres casados é muito próxima. O volume de testamentos produzido por testadores solteiros e o volume produzido por testadores viúvos apresentaram profundas dissimetrias, prevalecendo a participação de solteiras (83,3%) e de viúvas (65,4%), pelas razões já referidas.

<sup>606</sup> LAGIDO, Emília, op. cit., p. 291.

Sabemos que a idade média dos casados à redação do testamento se centrava entre os 64 anos para os dois sexos, entre os 65,1 e 74,2 anos para os celibatários do sexo masculino e feminino respetivamente, e aproximadamente 74 anos para os viúvos/as (cf. Anexo 36). Estas elevadas idades médias à elaboração do testamento confirmam o adiamento do relato das últimas vontades para idades avançadas.

**Tabela 102**  
**Intervalo entre a data de realização do testamento e a data de óbito do testador**  
**1831-1919**

| Intervalo | Testadores |      |         |      |        |      |       |      | Testadoras |      |         |      |        |      |       |      | H+M   |      |
|-----------|------------|------|---------|------|--------|------|-------|------|------------|------|---------|------|--------|------|-------|------|-------|------|
|           | Solteiros  |      | Casados |      | Viúvos |      | Total |      | Solteiras  |      | Casadas |      | Viúvas |      | Total |      | Total |      |
|           | N          | %    | N       | %    | N      | %    | N     | %    | N          | %    | N       | %    | N      | %    | N     | %    | N     | %    |
| <1 ano    | 6          | 33,3 | 20      | 19,8 | 6      | 16,7 | 32    | 20,9 | 14         | 15,6 | 16      | 17,2 | 6      | 8,8  | 36    | 14,3 | 68    | 16,8 |
| 1-4 anos  | 4          | 22,2 | 28      | 28,7 | 10     | 27,8 | 42    | 27,5 | 29         | 32,2 | 20      | 21,5 | 28     | 41,2 | 77    | 30,7 | 119   | 29,5 |
| 5-9 anos  | 3          | 16,7 | 18      | 18,2 | 11     | 30,5 | 32    | 20,9 | 14         | 15,6 | 22      | 23,7 | 22     | 32,4 | 58    | 23,1 | 90    | 22,3 |
| 10 e +    | 5          | 27,8 | 33      | 33,3 | 9      | 25,0 | 47    | 30,7 | 33         | 36,6 | 35      | 37,6 | 12     | 17,6 | 80    | 31,9 | 127   | 31,4 |
| Total     | 18         | 100  | 99      | 100  | 36     | 100  | 153   | 100  | 90         | 100  | 93      | 100  | 68     | 100  | 251   | 100  | 404   | 100  |

Fontes: A.M.C., Livros de registo de testamentos; A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Tendo excluído da análise os treze instrumentos de doação e dote que se enquadravam em estratégias distintas de distribuição do património, calculámos o intervalo entre a data de redação do testamento e a data do óbito do testador (Tabela 102).

Independentemente do estado civil e do género dos indivíduos, verificamos que perto de metade dos testadores relatou as suas últimas vontades até quatro anos antes do seu óbito. Deste conjunto de testadores, foram as mulheres casadas as que menos testaram dentro deste curto intervalo, o que revela uma maior cautela nas decisões no momento de testar. Infere-se que os testadores que se encontravam doentes (normalmente de cama conforme expressavam no próprio testamento) integravam-se no grupo com o menor intervalo (16,8%). No grupo dos testadores que relatou o seu testamento entre 1 ano e até quatro anos inclusive (29,5%), podemos considerar que se encontravam aqueles indivíduos que adiavam até muito perto da morte a decisão da transmissão da propriedade. Deste modo, ajustavam a escolha dos herdeiros de acordo com os percursos individuais dos descendentes (mobilidade, casamentos, celibato), numa atitude de defesa do património até ao momento tido como o mais propício para a passagem do testemunho.

Podemos considerar um tempo relativamente longo entre a redação e o óbito o intervalo ocorrido entre 5 e 9 anos, o que corresponde a 22,3% dos testamentos. Foram os viúvos de ambos os géneros que contribuíram em maior volume nesta observação.

A concentração verificada nos testamentos relatados com 10 e mais anos antes do óbito do testador sugere uma grande preocupação e um planeamento em assegurar a

transmissão da propriedade relativamente à ocorrência da morte. Neste grupo, concentram-se principalmente os testadores casados sem descendência e os celibatários isolados que nomeavam familiares para lhes prestarem assistência e companhia e proporcionarem estabilidade na economia e gestão da casa. Neste mesmo grupo, também se integravam os indivíduos casados com testamento de mão comum que, dada a especificidade deste instrumento testamentário, protelavam as últimas decisões entre os dois cônjuges. Podemos concluir que a grande antecedência verificada entre a elaboração do testamento e a data de óbito (com mais de 5 anos de intervalo) revela um grande cuidado em deixar assegurados os destinos da casa e da propriedade.

Seja com saúde, seja com doença, ficou atestada a plena capacidade intelectual dos testadores em fórmulas como “com saúde e em seu juízo e perfeito entendimento”<sup>607</sup>; “de pé e com saúde e claro entendimento, mas adiantada de idade e temendo a morte”<sup>608</sup>; “numa cama doente e com moléstia, mas em seu perfeito juízo”<sup>609</sup>; “de cama, de doença grave mas com claro entendimento livre de toda e qualquer coação”<sup>610</sup>. Apesar de estar no pleno uso das capacidades intelectuais, condição essencial para o reconhecimento oficial da validade do testamento (Tabela 103), a doença do testador vem acelerar a produção testamentária e, portanto, o intervalo curto de até 1 ano entre a data da redação do testamento e o óbito. Os testadores que gozavam de saúde representaram uma percentagem de 67,8%, o que confirma o planeamento do futuro da casa e o adiamento da entrega dos bens.

**Tabela 103**  
**Estado físico do testador no momento da redação do testamento**

| Estado físico | N   | %    |
|---------------|-----|------|
| Com saúde     | 283 | 67,8 |
| Doente        | 105 | 25,2 |
| Indeterminado | 29  | 7,0  |
| Total         | 417 | 100  |

Fonte: A.M.C., Livros de registo de testamentos.

Como se pode observar pela Tabela 104, entre 1831 e 1919, 47,5% dos testamentos foram redigidos na casa do testador, obrigando esta situação à deslocação do redator, uma vez que grande parte dos testadores era analfabeta.

<sup>607</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.3, fl. 21v.

<sup>608</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.18, fl. 12v.

<sup>609</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.7, fl. 33v.

<sup>610</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.12, fl. 53v.

**Tabela 104**  
**Local de redação do testamento**

| Local da redação   | 1831-1859 |      | 1860-1879 |      | 1880-1899 |      | 1900-1919 |      | 1831-1919 |      |
|--------------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
|                    | N         | %    | N         | %    | N         | %    | N         | %    | N         | %    |
| Morada do testador | 79        | 59,4 | 49        | 48,6 | 33        | 32,4 | 37        | 45,7 | 198       | 47,5 |
| Ofício de tabelião | 37        | 27,8 | 36        | 35,6 | 63        | 61,8 | 30        | 37,0 | 166       | 39,8 |
| Outros locais      | 17        | 12,8 | 16        | 15,8 | 6         | 5,8  | 14        | 17,3 | 53        | 12,7 |
| Total              | 133       | 100  | 101       | 100  | 102       | 100  | 81        | 100  | 417       | 100  |

Fonte: A.M.C., Livros de registo de testamentos.

Até 1859, os testadores relatavam preferencialmente as suas vontades na própria casa e até 1899 foi aumentando a deslocação ao tabelião, concentrando neste período 61,8% dos atos. Após 1900, verificou-se uma maior dispersão dos locais de redação, prevalecendo a primeira tendência. Aumentou também o número de testamentos elaborados noutras moradas da paróquia, mantendo-se fortes tradições na produção testamentária em escritórios do regedor, do juiz de paz ou em outras instituições locais.

Os testadores procuravam sempre locais próximos da residência, particularmente as mulheres com menor mobilidade. Frequentemente as últimas disposições requeriam sigilo, face à escolha dos herdeiros em vida, já que eram somente tornadas públicas após a morte do testador. Acrescente-se que a prática de testar em moradas que não as dos próprios testadores (12,7% do total dos testamentos) revelou-se de particular interesse pelo facto de se tratar maioritariamente de casos de testadoras femininas e de o local escolhido estar envolto em anonimato. Escolhiam-se casas distantes das próprias, com testemunhas exteriores ao círculo familiar, o que aponta para situações em que as disposições testamentárias, a ser públicas antes da morte da testadora, revelar-se-iam controversas e poderiam originar conflitos, devido precisamente à escolha de determinado herdeiro em detrimento dos restantes. Foi o caso de Teresa Alves Carrelo<sup>611</sup>, moradora no lugar da Rocha. Em 1843, foi relatar as suas últimas vontades na residência de José Joaquim de Mendonça, no lugar dos Bebedouros, a cerca de 1 km da sua casa. Escolheu para testemunhas indivíduos residentes deste último lugar, sem parentesco com a própria testadora. Viúva de 66 anos, habitava com quatro filhos do sexo masculino – João, Serafim, Domingos e José -, este último já casado no lugar vizinho da Quelha. Domingos havia contraído matrimónio e ficado a residir no agregado doméstico em 1839. Permaneciam solteiros os filhos João e Serafim. Teresa irá atribuir duas partes do seu terço a Domingos e uma parte a Serafim. O sigilo e a distribuição do património condicionaram o futuro dos restantes filhos solteiros. Presumimos que João recorreu à mobilidade, visto que se desconhece a sua trajetória de

<sup>611</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.6, fl. 79v.

vida, e que Serafim permaneceu solteiro. Este último descendente, por sua vez, ao testar, não o fará como seria expectável em favor dos descendentes de Domingos, com ele residentes, mas antes a favor dos descendentes de José, o que pode indiciar algum conflito com o irmão beneficiado.

Como já referimos em capítulos anteriores, numa sociedade de Antigo Regime tipicamente rural, a agricultura era o terreno “onde todas as profissões se recrutavam”<sup>612</sup>. Ao longo do século XIX e inícios do seguinte, o cruzamento das fontes proporcionou-nos uma qualidade elevada de dados a nível da diferenciação socioprofissional dos indivíduos (cf. Anexo 35). Nesta perspetiva, adotámos uma divisão dos indivíduos testadores pelos vários setores tradicionais de atividade, tendo recorrido à informação extraída dos recenseamentos eleitorais, róis de derrama e dados provenientes da reconstituição da paróquia.

**Tabela 105**  
**Atividade profissional dos testadores por sexos**  
**1831-1919**

| Sector de Actividade | Profissão                    | Testadores |             |
|----------------------|------------------------------|------------|-------------|
|                      |                              | N          | %           |
| <b>Primário</b>      | Proprietário/lavrador        | 277        | 66,4        |
|                      | Jornaleiro/Caseiro/Criado    | 10         | 2,4         |
|                      | Marítimo                     | 10         | 2,4         |
|                      | <b>Total</b>                 | <b>297</b> | <b>71,2</b> |
| <b>Secundário</b>    | <b>Construção</b>            |            |             |
|                      | Caiador/estucador            | 5          | 1,2         |
|                      | Canteiro                     | 6          | 1,4         |
|                      | Pedreiro                     | 28         | 6,9         |
|                      | Telheiro                     | 1          | 0,2         |
|                      | <b>Total</b>                 | <b>40</b>  | <b>9,6</b>  |
|                      | <b>Madeiras e Metais</b>     |            |             |
|                      | Carpinteiro                  | 16         | 3,8         |
|                      | Ferreiro                     | 3          | 0,7         |
|                      | <b>Total</b>                 | <b>19</b>  | <b>4,6</b>  |
|                      | <b>Vestuário e Calçado</b>   |            |             |
|                      | Alfaiate                     | 1          | 0,2         |
|                      | Sapateiro                    | 8          | 2,0         |
|                      | <b>Total</b>                 | <b>9</b>   | <b>2,2</b>  |
|                      | <b>Total</b>                 | <b>68</b>  | <b>16,4</b> |
| <b>Terciário</b>     | <b>Comércio</b>              |            |             |
|                      | Comerciante/vendedor/logista | 8          | 1,9         |
|                      | Cocheiro                     | 1          | 0,2         |
|                      | <b>Total</b>                 | <b>9</b>   | <b>2,2</b>  |
|                      | <b>Serviços</b>              |            |             |
|                      | Professora                   | 1          | 0,2         |
|                      | Banheiro                     | 2          | 0,5         |
| Padre                | 5                            | 1,2        |             |
| <b>Total</b>         | <b>8</b>                     | <b>1,9</b> |             |
| <b>Total</b>         | <b>17</b>                    | <b>4,1</b> |             |
| <b>Indeterminado</b> |                              | <b>35</b>  | <b>8,3</b>  |
| <b>Total</b>         |                              | <b>417</b> | <b>100</b>  |

Fontes: A.M.C., Recenseamentos eleitorais e Róis de derramas.

<sup>612</sup> FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho, “A classificação socioprofissional: uma questão em aberto”, *Revista População e Sociedade*, n.º 1, Porto, Cepfam, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, pp. 177-207.

Como se verifica na Tabela 105, a grande maioria dos testadores pertencia à comunidade rural (71,2%), seguindo-se os restantes setores de atividade com concentrações significativamente menores - 16,4% para o setor secundário, 4,1% para o terciário e 8,3% de indivíduos com profissão indeterminada. Como seria de esperar, no setor primário predominaram as profissões ligadas à agricultura. Como fonte seletiva que era o testamento, foram poucos os pescadores que relataram as suas últimas vontades, pelo que a grande maioria dos testadores pertenciam à comunidade rural, ligada à propriedade fundiária, utilizando o instrumento legal testamentário como via de assegurar a continuidade e a prosperidade da casa e da família. No setor secundário, dada a tradição existente na paróquia, os ofícios relacionados com a construção mantiveram a sua importância. O setor terciário, em fase de arranque, registou valores meramente residuais.

Para avaliar o rendimento coletável das várias famílias, recorreremos às listas de recenseamentos eleitorais e ainda aos róis de derramas (Tabela 106). Para esta análise, excluímos 83 testadores integrados em agregados domésticos para os quais não foram encontrados rendimentos, na sua maioria mulheres e elementos masculinos que faleceram antes da elaboração da primeira listagem nominal.

Nos recenseamentos eleitorais, possuíam direito de voto os cidadãos maiores de 25 anos, com uma renda líquida anual de 100\$000 réis<sup>613</sup>. Em 1878, o cidadão com direito a voto tinha que possuir 21 anos, saber ler e escrever ou ser chefe de família, mantendo-se o rendimento anterior, onde se incluíam “todas as contribuições diretas, gerais do estado, distritais, municipais e paroquiais, em que ele se achar coletado”<sup>614</sup>. Em 1895, mantendo-se as anteriores condições, era considerado eleitor todo o indivíduo coletado por quantia não inferior a \$500 réis<sup>615</sup>. No recenseamento eleitoral de 1907, foram inscritos todos os indivíduos com idade superior a 21 anos, com ou sem rendimento. Por sua vez, nos róis de derrama encontrados e referentes aos anos de 1870, 1887 e 1890, encontravam-se registados todos os indivíduos chefes de fogo (incluindo as mulheres solteiras ou viúvas), registo este que tinha por base de trabalho os recenseamentos eleitorais e as respetivas contribuições anuais.

---

<sup>613</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa. 1852*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, Portaria da Lei Eleitoral de 30 de setembro de 1852.

<sup>614</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa. 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879, Lei de 8 de maio de 1878.

<sup>615</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa. 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, Decreto de 28 de março de 1895.

**Tabela 106**  
**Rendimento coletável dos testadores**  
**1867-1907**

| Rendimento colectável | Testadores |      |             |
|-----------------------|------------|------|-------------|
|                       | N          | %    | % acumulada |
| Até \$499             | 30         | 9,0  | 47,3%       |
| \$500 - 1\$499        | 53         | 15,9 |             |
| 1\$500 - 2\$499       | 75         | 22,5 |             |
| 2\$500 - 3\$499       | 30         | 9,0  | 44,6%       |
| 3\$500-4\$499         | 38         | 11,4 |             |
| 4\$500 - 5\$499       | 26         | 7,8  |             |
| 5\$500 - 6\$499       | 26         | 7,8  |             |
| 6\$500 - 7\$499       | 14         | 4,2  |             |
| 7\$500 - 8\$499       | 8          | 2,4  |             |
| 8\$500 - 9\$999       | 7          | 2,1  |             |
| 10\$000 - 10\$999     | 6          | 1,8  |             |
| 11\$000 - 11\$999     | 1          | 0,3  |             |
| 12\$000 - 12\$999     | 6          | 1,8  |             |
| 13\$000 - 13\$999     | 4          | 1,2  |             |
| 17\$000 - 17\$999     | 1          | 0,3  |             |
| 18\$000 - 18\$999     | 1          | 0,3  |             |
| 19\$000 - 19\$999     | 1          | 0,3  |             |
| 21\$000 - 21\$999     | 2          | 0,6  | 2,1%        |
| 24\$000 - 24\$999     | 2          | 0,6  |             |
| 25\$000 - 25\$999     | 1          | 0,3  |             |
| 33\$000 - 33\$999     | 1          | 0,3  |             |
| 83\$000 - 83\$999     | 1          | 0,3  |             |
| Total                 | 334        | 100  |             |

Fontes: A.M.C., Recenseamentos eleitorais e Róis de derrama.

Numa época em que a industrialização não se tinha implantado nem tão pouco afirmado em Portugal, a agricultura continuava a modelar o sistema económico das populações<sup>616</sup>. Apesar de uma complementaridade importante do setor secundário na economia familiar, sabemos que a base económica dessas famílias continuava a radicar na terra. Com os proveitos auferidos durante as migrações masculinas, poderiam adquirir-se mais campos ou leiras.

Os rendimentos líquidos até 2\$500 réis eram considerados como os níveis inferiores de uma comunidade rural<sup>617</sup>. Estas famílias viviam no limiar da sobrevivência. Os testadores nelas incorporadas eram pescadores, artesãos, jornaleiros ou pequenos lavradores detentores de uma pequena courela ou horta da qual retiravam o seu fraco sustento diário. Perto de metade da população vivia nesta situação. Ainda assim, os seus reduzidos bens deveriam ser alvo de uma repartição cautelosa de forma a constituir o salvo-conduto dos seus descendentes. É o caso de Generozo Vicente, marítimo, que por testamento de 15 de fevereiro de 1908, beneficia o “filho António Vicente, pelas forças do seu terço com metade das redes, do barco, da masseira e todos os mais acessórios do seu mister de pescador (...) com obrigação de ajudar e amparar a sua mãe (...)”<sup>618</sup>.

<sup>616</sup> CAPELA, José Viriato, 1986, op. cit., p. 26.

<sup>617</sup> CAPELA, José Viriato, 1986, op. cit., p. 31.

<sup>618</sup> A.M.C., *Livro de Registos de Testamentos*, cota 1.1.2.52, fl. 31.

Poderemos considerar que os rendimentos reportados entre 2\$500 até 10\$000 réis corresponderiam a famílias de estratos moderados, representando 44,6% da população total. Neste grupo, incorporavam-se lavradores remediados, trabalhadores, pedreiros, carpinteiros.

Com rendimentos coletáveis entre 10\$000 e 19\$999 réis, encontrou-se uma minoria de testadores (6%), que poderá ser considerada mais abonada, compondo-se este conjunto essencialmente por lavradores. Os denominados “donos da terra”<sup>619</sup>, no escalão imediatamente superior (proprietários/lavradores de vasto número de terras e prédios) conduziam os destinos da paróquia, ocupando funções de relevo locais e concelhias. Na transição do século XIX para o século XX, outras profissões ganharam relevo, associadas ao comércio, negócios, renda de aluguer de prédios, estalagem e hospedarias ou empréstimo de dinheiro a juro. Acima dos 20\$000 réis, surgiram apenas sete testadores, dos quais três com valores superiores a 25\$000 réis.

No conjunto de testadores de Gontinhães que apresentavam um rendimento bruto elevado, integravam-se também os emigrantes bem sucedidos. Um número significativo de casos referia-se a indivíduos com património fundiário considerável, construído através de alianças matrimoniais consanguíneas, que resultaram em fusões importantes de património, conforme se pode observar no Anexo 38.

Para as regiões da Madalena e da Criação Velha (Ilha do Pico) foram encontradas concentrações percentuais semelhantes nos vários escalões de rendimentos, atribuídas principalmente à improdutividade de um número considerável de parcelas de terreno<sup>620</sup>. Em Gontinhães, e certamente no Minho, a questão colocava-se em torno do minifúndio, insuficiente para suprir todas as necessidades da população em razão da sua elevada densidade demográfica. O quadro geral reflete uma sociedade profundamente desigual, revelando clivagens socioeconómicas acentuadas, próprias da ruralidade da região e de uma comunidade que vivia essencialmente de uma economia de subsistência.

Dirigindo a nossa atenção para os três testadores com maior rendimento, procurámos compreender quais as razões da sua fortuna, registada em 1907.

1- Severiano Gonçalves Presa casou no Uruguai com a prima Maria Clara Gonçalves Presa, que tinha emigrado em 1870. Não sendo conhecidas saídas oficiais de Severiano a partir de Viana do Castelo, nasceram no entanto três filhos naquele país

<sup>619</sup> CAPELA, José Viriato, 1986, op. cit., p. 37.

<sup>620</sup> SANTOS, Carlota; MESQUITA, Maria Hermínia, “Proprietários da Madalena e Criação Velha (Ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e Património (Estudo de casos)”, in *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, pp. 34-37.



entre 1871 e 1874. O nascimento dos restantes sete filhos deste casamento ocorreu entre 1875 e 1886 já em Gontinhães. O casal fixou-se no lugar da Lagarteira e a primeira profissão encontrada para Severiano foi a de carpinteiro da ribeira. Beneficiaram, entretanto, da atribuição dos terços e legados dos ascendentes dos dois cônjuges e de celibatárias que testaram a seu favor entre 1878 e 1884. A partir de 1886, foram encontradas várias escrituras nas quais o casal procedeu à aquisição de propriedades fundiárias e prédios na zona litoral. Se no rol de derrama de 1890 foi declarado um rendimento coletável de 1\$850, em 1907 este ascendia a 25\$141 réis. Severiano viria a falecer em 1913, legando o seu terço à mulher e à sua filha Delfina.

2- Maria José Fernandes Leite Vales faleceu em 1919, estando casada com Rodrigo Lourenço da Rocha, proprietário. Este casal conjugou várias estratégias familiares que contribuiram para que o agregado doméstico auferisse de um dos rendimentos coletáveis mais elevados de Gontinhães. Em 1887, registou-se 6\$600 réis de rendimento predial. Em 1890, acresceu àquele valor 8\$000 réis proveniente de rendimento industrial. Em 1907, o montante do rendimento coletável ascendeu a 33\$040 réis. Rodrigo contraiu três casamentos (dois deles consanguíneos), acumulando terras e propriedades. Vários sacerdotes e cirurgiões na família testaram em favor do casal ou do único descendente, contribuindo para aumentar a fortuna familiar. O celibato das irmãs de Rodrigo impediu a fragmentação da propriedade inicial. As irmãs, à sua morte, legaram os bens a Rodrigo ou ao seu filho. O exercício de cargos oficiais na paróquia e no concelho (jurado, louvado, vereador municipal) elevou o seu estatuto e capitais. O contínuo empréstimo de capitais a juro de 6% e, em caso de incumprimento pelos devedores, a posse dos bens hipotecados, tal como a aquisição contínua de propriedades rurais e, com a expansão da vila, de terrenos suscetíveis de construção junto ao litoral, constituíram várias formas para o engrandecimento do património familiar.

3- Gerardo Martins Lório era natural de Âncora. Emigrou para o Brasil em 1870, com 21 anos<sup>621</sup>. Regressou com fortuna avultada logo em 1880, casado com Simpliciana Santos Flores, natural da paróquia de Soutelo (concelho de Viana do Castelo) e com cinco filhos. Instalou-se em Gontinhães, no lugar da Lagarteira. Desde então, dedicou-se ao empréstimo de avultadas quantias a juro cuja taxa variou entre 6% e 10%. Empréstimo a pequenos, médios e grandes proprietários, o não cumprimento dos

---

<sup>621</sup> RODRIGUES, Henrique, "População e, Sociedade e Emigrantes do Vale do Âncora no século XIX", in *1<sup>as</sup> Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora*, Vila Praia de Âncora, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, 2004, pp. 75-78.

compromissos aumentou exponencialmente o número de propriedades que reverteram a favor da família. Em 1907, possuía o rendimento colectável de 83\$300 réis.

Esta aproximação ao rendimento coletável dos testadores (que não deixa de ser uma minoria no conjunto das famílias de Gontinhães, mas que consideramos ilustrativa de alguns aspetos da comunidade) reflete uma sociedade tipicamente rural, pouco estratificada onde a maioria das famílias possuía poucos recursos económicos. Esta precariedade constante obrigava à preservação do património familiar tendo em conta a sobrevivência das gerações futuras, visível na preocupação, premeditação e adiamento da transmissão do património. No Minho, a figura do testamento constituiu o instrumento por excelência de repartição da pequena propriedade, evitando que esta de pulverizasse entre os vários herdeiros.

**Tabela 107**  
**Distribuição dos testadores no espaço geográfico de Gontinhães**

| Local da residência | Lugares    | 1831-1869 |      | 1870-1899 |      | 1900-1919 |      |
|---------------------|------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
|                     |            | N         | %    | N         | %    | N         | %    |
| Área litoral        | Lagarteira | 26        | 14,2 | 35        | 22,9 | 19        | 23,5 |
|                     | Vilarinho  | 3         | 1,6  | 2         | 1,3  | 3         | 3,7  |
| Total               |            | 29        | 15,8 | 37        | 24,2 | 22        | 27,2 |
| Área central        | Bebedouros | 10        | 5,5  | 6         | 3,9  | 4         | 4,9  |
|                     | Rego       | 14        | 7,7  | 11        | 7,2  | 10        | 12,4 |
|                     | Calvário   | 5         | 2,7  | 4         | 2,6  | 3         | 3,7  |
|                     | Sobreira   | 16        | 8,7  | 19        | 12,4 | 8         | 9,9  |
|                     | Viso       | 8         | 4,4  | 11        | 7,2  | 0         | 0    |
| Total               |            | 53        | 29,0 | 51        | 33,3 | 25        | 30,9 |
| Área interior       | Santo      | 3         | 1,6  | 8         | 5,2  | 2         | 2,5  |
|                     | Cruzeiro   | 9         | 4,9  | 5         | 3,3  | 2         | 2,5  |
|                     | Rocha      | 31        | 16,9 | 16        | 10,5 | 15        | 18,5 |
|                     | Vales      | 6         | 3,3  | 4         | 2,6  | 0         | 0    |
|                     | Lameira    | 14        | 7,7  | 11        | 7,2  | 3         | 3,7  |
|                     | Presa      | 12        | 6,6  | 2         | 1,3  | 1         | 1,2  |
|                     | Chão       | 4         | 2,2  | 7         | 4,6  | 1         | 1,2  |
|                     | Lomba      | 14        | 7,7  | 4         | 2,6  | 6         | 7,5  |
| Total               |            | 93        | 50,8 | 57        | 37,3 | 30        | 37,1 |
| Indeterminado       |            | 8         | 4,4  | 8         | 5,2  | 4         | 4,9  |
| Total               |            | 183       | 100  | 153       | 100  | 81        | 100  |

Fontes: A.M.C., Livros de registo de testamentos;  
A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Se considerarmos a distribuição espacial dos indivíduos que testaram, verificamos que esta repartição variou ao longo do tempo (Tabela 107). No primeiro período, 50,5% dos testadores residiam na parte interior da freguesia (área circundante à igreja matriz e distante do litoral cerca de 1,5 km). Esta zona era caracterizada pela atividade agrícola e pela ocupação do espaço pelas famílias com maior poder económico e fundiário. À medida que o desenvolvimento da paróquia se vai processando em direção ao litoral, também muitas destas famílias foram alterando a sua residência. Para este processo, contribuiu o regresso de descendentes emigrantes das famílias tradicionais, que irão proceder a investimentos junto ao litoral e aí se foram

estabelecendo. Embora a importância na produção testamentária tivesse decrescido para cerca de 37%, manteve-se, contudo, a predominância dos testadores nesta área.

Na área central, residiam, para além de lavradores, os núcleos especializados de pedreiros e canteiros. O seu valor percentual ascendeu a 33,3% entre 1870 e 1899, perdendo importância a partir de então, possivelmente devido ao êxodo emigratório verificado neste setor.

Na área litoral, verificou-se um aumento gradual do número de testadores de 15,8% para 27,2% entre 1900 e 1919. A ocupação do espaço pelas novas comunidades oriundas do exterior, a transferência de residência de famílias da parte interior para o litoral, o desenvolvimento das atividades ligadas ao comércio, serviços e construção e a subsequente deslocalização do centro para junto do litoral justificam este aumento.

### **9.1.2. Atitudes perante a morte**

Tendo a Igreja Católica como um dos seus pilares fundamentais a salvação da alma, dado o seu papel intermediário entre o céu e a terra, chamou a si a responsabilidade da elaboração dos testamentos, uma vez que neles se encontravam as disposições espirituais, complementadas com as temporais. A sua mediação sedimentou-se, gradualmente, entre o momento da morte individual e o do Juízo Final, através da pregação da existência do purgatório e da necessidade da penitência, tendo as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga dedicado vários capítulos à matéria testamentária<sup>622</sup>, obrigando a que cada pároco lançasse, em livro específico, os testamentos dos seus fregueses.

A inevitabilidade da morte e a necessidade de seguir uma vida piedosa como preparação para a mesma surge como uma das últimas preocupações do indivíduo. Ao analisar a atitude de uma determinada população perante a morte, em simultâneo entrevê-se o seu reflexo perante a vida, como cosmovisão do coletivo. Uma vez que as diferentes práticas culturais se conservaram quase inalteráveis até finais do século XIX e inícios do século XX, a mudança coletiva em áreas sensíveis, como é o caso da morte e da religiosidade, apresentou-se muito lenta, persistindo comumente gestos e rituais profundamente enraizados nas populações, que corriam em paralelo com momentos de visíveis alterações políticas, sociais e religiosas.

As várias disposições pias contidas nos testamentos permitem reconstituir alguns traços importantes das práticas culturais de uma comunidade. Com efeito, “através de

---

<sup>622</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., pp. 441-462.

uma série de comportamentos e atitudes tomadas não só nos momentos que precedem a morte, mas através dos próprios cerimoniais de cortejo fúnebre, enterramento, missas pela alma do falecido, etc., não só o papel social de cada um está perfeitamente definido, como toda a simbologia que reveste esta passagem da vida terrena para a vida eterna”<sup>623</sup>.

Dados os elevados níveis de mortalidade verificados nas populações de Antigo Regime, a morte apresentava-se para aquelas populações como um acontecimento assaz familiar, pelo que as últimas disposições eram caracterizadas por uma dupla consciência – a da inevitabilidade da morte e da imperiosa necessidade da sua preparação.

Ao longo da parte pia dos testamentos e após o preâmbulo ritual onde se assumia a pertença à religião católica, era comum referir todos os preparativos a observar após a morte do testador - a mortalha, o cortejo fúnebre e acompanhamento de sacerdotes, as esmolas e benfeitorias a distribuir a pobres ou a instituições, os ofícios solenes e ainda as missas por intenção do defunto, dos familiares mais próximos e pelas devoções religiosas individuais, e ainda a sepultura.

Relativamente à escolha da mortalha, 78,7% dos testadores remeteu para a observância do “uso e costume da sua freguesia e qualidade da sua pessoa”, o que pressupõe a existência de um livro de usos e costumes; em 7,4% dos casos não é referida a sua escolha e 4,8% dos indivíduos delegaram essa decisão nos testamenteiros. Apenas cerca de 9,1% dos testadores descreveram o tipo de mortalha com que queriam ser enterrados, escolhas estas que traduziam algumas práticas religiosas da época. Até meados do século XIX, estas preferências eram norteados por padrões de simplicidade, de modéstia e de despojo final, como “amortalhada como pobre”<sup>624</sup> ou “simplesmente com um pano preto, sem pompa e o mais modesto possível”<sup>625</sup>. Pediam-se com frequência túnicas de S. Francisco ou o simples lençol que se assemelhava ao Santo Sudário que cobriu Jesus Cristo no Sepulcro<sup>626</sup>. Algumas devoções religiosas individuais eram também evidenciadas em pedidos como hábitos de Santo Agostinho ou de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. da Conceição da Rocha. Hábitos religiosos indicavam o estado conventual ou clerical dos defuntos, como “mortalha de freira”<sup>627</sup> ou “amortalhado com as vestes sacerdotais e posto sobre a urna das Almas, mas sem ornato e pompa e com

---

<sup>623</sup> SCOTT, Ana Sílvia Volpi, op. cit., p. 324.

<sup>624</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.19, fl. 6.

<sup>625</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.2.13, fl. 23.

<sup>626</sup> GONZALEZ CRUZ, David, *Religiosidad y Ritual de la Muerte en la Huelva del Siglo de la Ilustración*. Huelva, Diputación Provincial de Huelva, 1993, pp. 204-206.

<sup>627</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.3, fl. 147.

simplicidade”<sup>628</sup>. Também o estado civil não era esquecido, em pedidos como “meu cadáver envolto na qualidade de viúva”<sup>629</sup> ou “mortalha branca, inteiriça e fachas pretas”<sup>630</sup>. Clivagens sociais revelaram-se na transição do século XIX para o século XX na utilização de roupa pessoal, como no seguinte caso - “amortalhado decentemente com a minha roupa melhor que tiver e sem que seja com outra alguma mortalha”<sup>631</sup>. A utilização do caixão começou a vulgarizar-se, como nos exemplos seguintes: “metido em caixão com cobertos”<sup>632</sup> ou “enterrado em caixão de chumbo”<sup>633</sup>.

Após a referência ao velório, no qual se devia dar a “refeição usual aos parentes que se apresentarem em sua casa”<sup>634</sup>, existiam disposições sobre o acompanhamento fúnebre, acontecimento através do qual a morte adquire um estatuto público<sup>635</sup>. As principais confrarias locais eram obrigadas, através de cláusulas específicas nos seus estatutos, a participar no acompanhamento dos Irmãos ou Confrades, na realização de missas, na assistência na cera e lampadário, em particular dos mais pobres, para que lhes fosse proporcionada dignidade na última morada. Neste contexto, a Confraria das Almas tinha um papel determinante. Esta irmandade, para além das obrigações anteriores, fazia-se acompanhar de irmãos com tochas ao longo do percurso e impunha penas aos homens que fossem “notificados para pegar no esquife por falecimento de algum Irmão, faltando às horas determinadas”<sup>636</sup>.

O acompanhamento fúnebre era uma cerimónia pública muito importante para as populações da época. Para além da expressão da religiosidade própria do acontecimento, o cortejo seria também um momento de confirmar o estatuto social adquirido em vida. Por regra, quanto mais elevada era a posição social do defunto, maior seria o número padres presentes no cortejo. Assim, a grande maioria dos testadores pediu a presença de 10 padres, seguindo-se uma concentração entre 5 e os 9 padres (cf. Anexo 37). Em todo o período, encontrámos o mínimo de 2 e o máximo de 15 padres acompanhantes, revelando disparidades acentuadas a nível sociocultural e económico.

A prática de deixar em testamento esmolas aos pobres por ocasião da morte era frequentemente indicada na produção testamentária, sendo também referidos os

<sup>628</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.10, fl. 44.

<sup>629</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.4, fl. 120.

<sup>630</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.9, fl. 23v.

<sup>631</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.3.1.12, fl. 41.

<sup>632</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.16, fl. 85.

<sup>633</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.2.1.43, fl. 40.

<sup>634</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.2.34, fl. 8v.

<sup>635</sup> PINA-CABRAL João de; FEIJÓ, Rui Graça, MARTINS, Hermínio (org.), *A Morte no Portugal Contemporâneo: aproximações sociológicas, literárias e históricas*, Lisboa, Quercus, 1985, p. 188.

<sup>636</sup> A.P.V.P.A., *Estatutos da Confraria das Almas*, pp. 7-29.

destinatários. “A solidariedade comunitária cultivada no seio de algumas ordens monásticas, nomeadamente em Cluny e Cister, inspirou, por certo, esta partilha generalizada de dons”<sup>637</sup>, já que os pobres se encontravam em estado de despojo e de simplicidade, por isso, participando de uma maior proximidade com Deus. Eram mencionadas as esmolas a oferecer aos “pobres da porta” que se encontrassem à saída da morada do defunto ou aos “pobre do adro” (por ocasião das exéquias), e ainda àqueles que assistissem ao funeral. É de referir expressões como “se acomodarão os pobres da porta da melhor forma conforme o uso e costume”<sup>638</sup>. Nas esmolas a distribuir, fazia-se menção também aos pobres grandes ou maiores (adultos) e pequenos ou menores (crianças).

A distribuição de esmolas era efetuada em géneros ou em numerário, embora muitos testadores tivessem passado esta responsabilidade para os futuros herdeiros e testamentários. Na paróquia em estudo, 42% dos testadores nada referiu sobre a atribuição de esmolas. 8,1% delegou no cumpridor das suas últimas vontades a escolha do tipo de esmola a repartir. 16,1% mencionou a atribuição de esmolas em géneros e 33,8% em numerário.

**Tabela 108**  
**Esmolas em género e numerário**  
**1831-1919**

| Testadores | Géneros |      | Dinheiro |      | Total |      |
|------------|---------|------|----------|------|-------|------|
|            | N       | %    | N        | %    | N     | %    |
| Homens     | 28      | 13,5 | 55       | 26,6 | 83    | 40,1 |
| Mulheres   | 38      | 18,4 | 86       | 41,5 | 124   | 59,9 |
| Total      | 66      | 31,9 | 141      | 68,1 | 207   | 100  |

Fonte: A.M.C., Livros de registo de testamentos.

Verificámos pela Tabela 108 que, dos 207 testadores que especificaram o tipo de esmola a distribuir, 31,9% optou pela oferta em géneros e 68,1% em numerário. O maior número de mulheres a distribuir esmolas dever-se-á à sua maior participação na produção testamentária.

Inicialmente, era frequente os testadores-lavradores determinarem “agasalhar os pobres com pão e vinho”<sup>639</sup>, de acordo com “as possibilidades de sua casa”<sup>640</sup> e em “ano abundante”<sup>641</sup> - milho reduzido a pão cozido ou em grão, medido em alqueires, e ainda vinho, medido em almudes ou em copo. De forma excepcional, o azeite ou outros produtos alimentares também foram indicados, como no caso de Ana da Ponte,

<sup>637</sup> ARAÚJO, Ana Cristina de, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 265-273.

<sup>638</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.4, fl. 126v.

<sup>639</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.3, fl. 147.

<sup>640</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.5, fl. 253.

<sup>641</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.4, fl. 120.

proprietária de uma *venda*, que repartiu “cinco alqueires de milho, seis alqueires de milho cozido, meia arroba de bacalhau e meia canada de azeite para consumo”<sup>642</sup>.

A partir das décadas de 1870-1880, as esmolas em numerário ganharam maior expressão. Isto deveu-se não só a uma maior liquidez de dinheiro (possivelmente resultante de remessas de emigrantes) como a uma sucessão de maus anos de produção agrícola (cf. Mortalidade). Distribuía-se, por regra, entre 10 a 20 réis aos adultos e entre 5 a 10 réis às crianças.

Lentamente, mercê do aumento do número de pobres, em particular da comunidade marítima, os testadores começaram a estabelecer um valor global máximo da esmola a distribuir pelos pobres, variando entre o mínimo de 2\$000 e o máximo de 40\$000 réis. A pobreza aliada à doença não foi esquecida, nem tão pouco os segmentos de pobreza envergonhada. De forma frequente, as esmolas eram distribuídas, não apenas pelos desfavorecidos que tinham condições físicas para acompanhar o cortejo fúnebre e assistir aos ofícios, mas também entre as viúvas desamparadas ou ainda pelos pobres entrevados. Reminiscências de um pietismo barroco continuaram a encontrar-se até tarde, como no caso de Maria Teresa Fernandes, que, ao relatar as suas últimas vontades no ano de 1915, estipulou que o seu testamenteiro escolhesse o “número de pobres que bem lhe parecesse, mas dos mais necessitados desta freguesia, a fim de ouvirem 22 missas no prazo de mês e meio do seu falecimento”<sup>643</sup>.

Vários beneméritos legaram avultadas quantias à comunidade com vista a obras de caráter religioso e de assistência, como douramento de altares<sup>644</sup>, obras para o santuário do Calvário<sup>645,646</sup> ou para o Hospital de Caminha<sup>647</sup>.

Após o cortejo fúnebre, praticado em solidariedade comunitária, celebrava-se o ofício de corpo presente que, à falta de indicação em contrário, seria levado a cabo na igreja paroquial<sup>648</sup>. Subsistia a tradição de se mandar dizer três ofícios solenes – o do dia, o do mês e o do ano, tradição esta que a partir de meados do século XIX se encontrava praticamente em desuso, como se pode observar na Tabela 109, com 80,9% dos testadores a solicitar um único ofício.

---

<sup>642</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.6, fl. 210.

<sup>643</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.2.1.2, fl. 41.

<sup>644</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.2.33, fl. 39.

<sup>645</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.2.1.17, fl. 39v.

<sup>646</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.2.48, fl. 8v.

<sup>647</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.21, fl. 16v.

<sup>648</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., pp. 281-283.

**Tabela 109**  
**Ofícios solenes por testador**

| Número de ofícios | Homens |      | Mulheres |      |
|-------------------|--------|------|----------|------|
|                   | Obs    | %    | Obs      | %    |
| 1                 | 132    | 82,5 | 208      | 80,9 |
| 2                 | 3      | 1,9  | 14       | 5,4  |
| 3                 | 10     | 6,3  | 15       | 5,8  |
| 4                 | 0      | 0,0  | 1        | 0,4  |
| 10                | 0      | 0,0  | 1        | 0,4  |
| Não refere        | 15     | 9,4  | 18       | 7,0  |
| Total             | 160    | 100  | 257      | 100  |

Fonte: A.M.C., Livros de registo de testamentos.

A grande maioria dos testadores expressou a vontade de que, em substituição dos demais ofícios, se mandasse celebrar um número determinado de missas por sua intenção, conforme as suas possibilidades económicas. É o caso do padre José Martins Pereira que pediu 800 missas<sup>649</sup>, o máximo encontrado em toda a observação, em contraste com o mínimo observado de 3<sup>650</sup>.

Desta forma, era no ofício solene de corpo presente que se concentravam todas as atenções e toda a pompa. Era levado a cabo normalmente pelo mesmo número de sacerdotes que haviam acompanhado o féretro até à igreja. Assistiriam amigos, familiares e todos os pobres concorrentes, participando o maior número de indivíduos em oração coletiva a favor do defunto.

Era prática testamentária corrente determinar o número de missas por intenção do defunto, de familiares e ainda em favor de devoções religiosas de santos. Se por um lado estas práticas traduziam o grau de religiosidade de cada indivíduo, por outro encontravam-se associadas à sua disponibilidade económica.

**Tabela 110**  
**Número médio de missas pedidas por testador**  
**(por intenção própria e de familiares)**

| Décadas   | Testadores | Missas | Número médio de missas por testador |
|-----------|------------|--------|-------------------------------------|
|           | N          | N      |                                     |
| 1831-1839 | 16         | 1525   | 95,3                                |
| 1840-1849 | 61         | 5717   | 93,7                                |
| 1850-1859 | 56         | 4793   | 85,6                                |
| 1860-1869 | 50         | 3312   | 66,2                                |
| 1870-1879 | 51         | 3607   | 70,7                                |
| 1880-1889 | 55         | 1842   | 33,5                                |
| 1890-1899 | 47         | 1993   | 42,4                                |
| 1900-1909 | 47         | 1532   | 32,6                                |
| 1910-1919 | 34         | 1193   | 35,1                                |
| Totais    | 417        | 24684  | 61,7                                |

Fonte: A.M.C., Livros de registo de testamentos.

Através dos resultados obtidos na Tabela 110, podemos verificar que o número médio de missas pedidas por testador foi particularmente elevado até ao ano de 1879. A

<sup>649</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.6, fl. 17v.

<sup>650</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.29, fl. 8v.



partir desta data, este número tendeu a decrescer de forma significativa, o que sugere, não uma menor religiosidade relativamente aos períodos mais recuados, mas antes uma redução no número de missas que poderia estar aliada a um menor disponibilidade económica.

São também muito frequentes as missas pedidas a favor de familiares falecidos e outras pessoas de particular estima, como se elucida nos exemplos seguintes - “por alma de todos os indivíduos que se acharem em pena por meu respeito e por todos os indivíduos que me ajudarem a viver e fizerem bem”<sup>651</sup>, ou ainda, “por todos os demais parentes nas duas linhas e todos os defuntos que saíram desta casa”<sup>652</sup>, forma de interagir com os que passaram a fronteira do terreno e os que permaneceram em testemunho, em corrente familiar de elos geracionais sucessivos.

Os testadores encomendavam também missas a santos e santas da sua particular devoção (cf. Anexo 38). Esses santos intercederiam a seu favor junto das entidades divinas, alcançando assim mais rapidamente o reino dos Céus. Na análise desse Anexo, podemos destacar o grande número de missas por invocação do anjo da guarda, pelo santo patronímico e pelas almas do Purgatório. O culto mariano, sob várias invocações, sobrepôs-se claramente aos diversos cultos masculinos. Para além destas invocações, os testadores determinaram em grande número a celebração de missas por penitências, rezas e faltas de missas, manifestando as suas faltas nas obrigações religiosas ao longo da vida. Alguns testadores estipularam também a celebração de missas por obrigações particulares e, no caso de alguns religiosos, por faltas na clausura conventual.

**Tabela 111**  
**Número de missas pedidas por testador segundo o género**

| Número de missas | Homens |      | Mulheres |      | H+M |      |
|------------------|--------|------|----------|------|-----|------|
|                  | N      | %    | N        | %    | N   | %    |
| 1-9              | 10     | 6,5  | 10       | 4,1  | 20  | 5,0  |
| 10-19            | 19     | 12,3 | 31       | 12,6 | 50  | 12,5 |
| 20-49            | 65     | 42,2 | 106      | 42,9 | 171 | 42,6 |
| 50-99            | 33     | 21,4 | 67       | 27,1 | 100 | 24,9 |
| 100-199          | 19     | 12,3 | 23       | 9,3  | 42  | 10,5 |
| 200-299          | 5      | 3,3  | 5        | 2,0  | 10  | 2,5  |
| 300-399          | 1      | 0,7  | 3        | 1,2  | 4   | 1,0  |
| >=400            | 2      | 1,3  | 2        | 0,8  | 4   | 1,0  |
| Total            | 154    | 100  | 247      | 100  | 401 | 100  |

Fonte: A.M.C., Livros de registo de testamentos.

Tendo 401 testadores determinado o número de missas pretendidas (apenas 16 indivíduos nada referiram sobre esta matéria), registamos na Tabela 111 que a grande maioria se centralizou no grupo de 20 a 49 missas, seguindo-se a segunda maior

<sup>651</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.10, fl. 100.

<sup>652</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.15, fl. 13.

concentração nos pedidos de 50 a 99 missas. Embora o número de missas pedidas pelas testadoras femininas seja mais elevado, este facto associa-se certamente à maior participação das mulheres a testar, não se verificando ainda grandes discrepâncias nos grupos de missas pedidas entre géneros.

Entre todos os testamentos analisados, encontramos o caso excepcional de Mariana Pires, que relatando as suas últimas vontades no ano de 1861, com a idade de 70 anos, determinou “que por minha alma se mandem dizer três trintários de missas”<sup>653</sup>. Os trintários gregorianos apresentavam-se como séries de 30 missas celebradas em dias seguidos por alma de um defunto, com o objetivo principal da sua libertação do Purgatório. A sua realização estava de algum modo ligada a superstições e rituais que foram proibidos pelo concílio tridentino. Na mesma linha de orientação, as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga normalizaram estas práticas mas impuseram um certo número de regras aos clérigos que as celebravam. Assim, existindo trintários abertos que obrigavam somente a dizer uma missa diária, os trintários cerrados obrigavam os clérigos a residir na igreja. Durante este encerramento, em nenhum caso se poderia sair da igreja, “comendo, dormindo dentro nela, o que de nenhuma maneira queremos que se guarde, por os muitos, e grandes inconvenientes que daí se poderiam seguir”<sup>654</sup>. Também foi interdito o uso de “um certo número de candeias com que alguns as mandam fazer, nem que nelas utilizem determinadas cores, ou que não se juntem em determinadas formas ou em cruz”. Proibiram também a celebração das missas em determinados dias e horas, limitando a assistência a um certo número de pessoas e muito menos que “se dê ordem aos que presentes se acharem, que estejam sempre em pé, ou prostrados, ou de joelhos, ou o façam certas vezes (...) por serem cerimónias supersticiosas, & pelo Sagrado Concilio Tridentino proibidas”<sup>655</sup>. Se associarmos o testamento de Mariana Pires (a única referência direta à realização de trintários) ao facto do número de muitos dos pedidos de missas pedidas ser divisível por 30, podemos inferir a sobrevivência de reminiscências dessa prática desde tempos muito recuados.

O local da sepultura do falecido foi referido num escasso número de testamentos, o que se explica porque o enterramento foi, até uma época muito recente, efetuado no interior da igreja ou no seu adro. Estes espaços, considerados sagrados e de proteção divina, contribuía para a oração coletiva diária que recordava constantemente

---

<sup>653</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.13, fl.137.

<sup>654</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., pp. 284-287.

<sup>655</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., pp. 286-287.

os familiares mortos, o caráter efémero da vida e a preparação da morte sempre eminente.

As normas sinodais haviam decretado os critérios de sepultura dos defuntos e locais respetivos. Qualquer pessoa podia escolher a sepultura “tendo a idade legítima para isso” e devendo guardar-se a “sua vontade e seja enterrada na enterrada na sepultura que eleger”<sup>656</sup>. A secularização dos cemitérios que veio proibir o enterramento dos defuntos nas igrejas e adros foi introduzida em 1835<sup>657</sup> e, em 1844, promulgou-se a Reforma da Saúde Pública<sup>658</sup>, incluindo o reforço das primeiras medidas liberais. Exigiu-se então às Câmaras Municipais a designação dos terrenos a afetar para a construção de cemitérios. Na região do Minho foram múltiplas as resistências contra estas medidas, tendo assumido particular dimensão a revolta da Maria da Fonte entre abril e maio de 1846<sup>659</sup>. Apesar da legislação que foi sendo produzida ao longo do século XIX, o cemitério paroquial de Gontinhães começou apenas a ser construído em 1895, após a ocorrência de uma epidemia que ceifou 69 vidas em poucos meses e que obrigou à intervenção das autoridades distritais, dado o perigo de contágio para as paróquias vizinhas.

Após a análise de toda a produção testamentária, retivemos a subsistência de rituais de culto e de práticas religiosas que, embora perdendo algum fulgor em finais do século XIX e inícios do século seguinte, ofereceu um quadro de persistência e de continuidade de comportamentos que se sucederam ao longo das várias gerações, apesar das alterações sociais e políticas que, paralelamente, se iam desenvolvendo, nomeadamente da penetração do laicismo na sociedade portuguesa.

### **9.1.3. Processos de transmissão da herança**

A componente temporal ou material dos testamentos determinava a sucessão e a transmissão do património familiar entre os diversos herdeiros. Tinha como função principal equilibrar a repartição da herança entre os descendentes, assegurando simultaneamente a preservação da casa e a continuidade do estatuto social da família.

O conjunto normativo que determinava os princípios gerais que deviam regular a sucessão da herança definiu a legítima como a “porção de bens de que o testador não

---

<sup>656</sup> *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, op. cit., p. 292.

<sup>657</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1837.

<sup>658</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Ano de 1844-1845*, Imprensa Nacional, Lisboa 1845.

<sup>659</sup> NUNES, Teresa, “Maria da Fonte e Patuleia. 1846-1847”, in *Guerras e Campanhas Militares*, Academia Portuguesa da História, 2008, p. 17.

pode dispor, por ser aplicada pela lei aos herdeiros em linha ascendente ou descendente” e que consistia “nas duas terças partes dos bens do testador”<sup>660</sup>. A legislação estipulava ainda quem eram os herdeiros e qual era a sua ordenação por importância: os descendentes, os ascendentes, os irmãos e seus descendentes, o cônjuge sobrevivente, os transversais e finalmente a fazenda nacional. Acrescia que não existia distinção de sexo ou de idade nos filhos legítimos e que os filhos sucederiam por cabeça, dividindo-se a herança em tantas partes quantos fossem os herdeiros. Por conseguinte, a sucessão e transmissão da propriedade era orientada pela distinção entre o critério da família, norteado por princípios da igualdade entre herdeiros legítimos, pela distinção entre a legítima e o terço e pela indicação das três linhas sucessórias - descendentes, ascendentes e colaterais -, ocupando o cônjuge um lugar secundário na linha sucessória.

A pequena propriedade que sempre caracterizou a estrutura social e económica da região do Minho gerou um sistema de herança que tendia a evitar a divisão excessiva da propriedade. De facto, “as parcelas de terra extremamente diminutas são talvez o aspeto mais característico da agricultura minhota” e a sua dimensão em 90% dos casos era inferior a 4 hectares<sup>661</sup>. Assim, contornar a imposição legal que preconizava a divisão igualitária da propriedade pelos diferentes herdeiros constituía a grande preocupação dos testadores. Adiar e planejar a sua repartição de forma a manter a casa intacta e, em simultâneo, engrandecer o seu estatuto, deixando assegurada a sobrevivência dos herdeiros que nela residiam, consubstanciavam as principais estratégias dos progenitores na matéria sucessória.

A *casa* era um “complexo formado por terras, edifícios, animais, pessoas, parentes ausentes, e mesmo parentes falecidos”<sup>662</sup>, que obrigava à deferência e permanência das práticas culturais herdadas do passado, mas também ao respeito dos elementos que nela viviam no presente, ao mesmo tempo que se transmitiram os mesmos valores às gerações futuras. Em consequência, subsistiram estratégias que contornavam a lei, no sentido de privilegiar o herdeiro ou os herdeiros que melhor assegurassem a condução dos destinos da casa-mãe.

A análise da parte temporal dos testamentos produzidos entre 1831 e 1919 permitiu detetar as principais estratégias no momento de transmitir a herança e os padrões de comportamento da comunidade em estudo, padrões que dependiam da

---

<sup>660</sup> *Código Civil Português de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 299.

<sup>661</sup> PINA-CABRAL, João de, 1989, op. cit., p. 47.

<sup>662</sup> PINA-CABRAL, João de, 1989, op. cit., p. 65.

composição da família, do número de descendentes ou da sua ausência e ainda do estado civil do testador.

Na existência de vários herdeiros, aqueles que não eram beneficiados com o terço eram compensados por meio da atribuição da legítima, isto é, “o correspondente em moeda ao seu quinhão na herança”<sup>663</sup>, que também se poderia traduzir pela distribuição de propriedades ou o seu equivalente em numerário.

Os testadores aproveitavam o momento de elaboração do seu testamento para dar conhecimento aos seus herdeiros de empréstimos de dinheiro, rendimentos, cobranças, pagamento de soldadas e dívidas que constavam nas listagens de bens. É o caso de Joaquim Fernandes da Rocha, viúvo, que ao elaborar o seu testamento em 1871, declarou o seguinte: “tenho uma relação de dívidas próprias e após a minha morte quero que as minhas dívidas sejam pagas, antes de se fazer partilhas entre os meus filhos”<sup>664</sup>. Teresa Rosa Correia, em 1872, deixou expresso que estava a dever “à sua criada Maria das Dores Bernarda e marido José Joaquim Moreira 113\$000 réis e ainda 100\$000 réis pelas suas soldadas; ao criado Manuel Lopes 9\$600 réis de soldadas”<sup>665</sup>. Da mesma forma, António Afonso Gandres, ao designar o herdeiro do seu terço, deixou-lhe “os rendimentos da casa do beco do Belo da cidade de Lisboa”<sup>666</sup>.

O ouro, símbolo de dote e riqueza femininos no Minho, as peças de linho fino e a roupa mais delicada do bragal eram transmitidos às herdeiras e, frequentemente, com expressa menção de que *as prendas de ouro não entram nesta conta*, antes se tratando de um testemunho afetivo e sentimental.

Para uma melhor compreensão do fenómeno da repartição da herança preciputária ou da herança universal, distribuámos os testadores segundo a descendência e o estado civil (Tabela 112).

**Tabela 112**  
**Testadores, estado civil e descendência**

| Condição do testador                  | N   | %    |
|---------------------------------------|-----|------|
| Testador casado com mais de um filho  | 229 | 54,9 |
| Testador casado com filho único       | 17  | 4,1  |
| Testador casado sem descendência      | 73  | 17,5 |
| Testador celibatário sem descendência | 98  | 23,5 |
| Total                                 | 417 | 100  |

Fontes: A.D.V.C., Livros de registos paroquiais de Vila Praia de Âncora;  
A.M.C., Livros de registo de testamentos.

<sup>663</sup> ALVES, Jorge Fernandes, 1994, op. cit., p. 83.

<sup>664</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.18., fl. 1.

<sup>665</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.1.9., fl. 13.

<sup>666</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.2.8., fl. 39 v.

O conjunto de testadores que possuía mais do que um filho constituiu a maioria (54,9%), sendo residual o número de testadores com um único descendente o que, por consequência das imposições legais, foi designado como universal herdeiro. Já a população celibatária e os testadores sem descendência direta poderiam dispor dos seus bens e beneficiar quem lhes aprouvesse, cumpridos os requisitos legais da transmissão da herança.

#### **9.1.3.1. A atribuição da herança em casais com mais de um filho**

Os testadores casados com mais do que um filho, não podendo legalmente interferir com os bens da legítima, que como vimos correspondiam a duas terças partes do património, podiam no entanto disponibilizar o terço ao herdeiro ou herdeiros que estariam em condições para liderar o património familiar. Deste modo, o “velho casal ou cônjuge sobrevivente mantém o controlo sobre essa terça parte (...) que deve ser utilizada como um meio para satisfazer as suas necessidades depois de se retirarem da vida activa e durante a velhice. Esta parte da propriedade é geralmente legada ao filho ou à filha que sucede na chefia da casa”<sup>667</sup>.

Encontrando-se estatuído o carácter igualitário da herança pelos vários descendentes, os progenitores adoptaram estratégias suscetíveis de contornar a normativa, de forma a evitar a excessiva parcelização da propriedade.

O terço correspondia habitualmente à *casa* ou ao *lugar* que incluía as áreas agrícolas envolventes, como as hortas, os pomares, as leiras, os currais e outras estruturas. Esta forma de transmissão da propriedade assegurava a sua não divisibilidade pelos vários herdeiros e a sobrevivência dos que nela se mantivessem residentes.

No caso dos testamentos de mão comum, transitando a responsabilidade da escolha dos herdeiros e da sucessão da casa do primeiro cônjuge falecido para o cônjuge sobrevivente, os terços continuavam intactos, e, deste modo, a casa-mãe. Esta circunstância gerava, com frequência, duas situações distintas: o celibato feminino - já que as filhas ficavam reféns da herança que chegava demasiado tarde para que pudessem constituir família -, e o lançamento dos herdeiros masculinos para a mobilidade. No final, serão beneficiados com o terço aqueles herdeiros que se mantiveram solidários em casa, amparando na velhice e na doença os testadores. Neste último conjunto, inseriam-se normalmente aquelas mulheres que permaneciam, por força das circunstâncias e do tempo, celibatárias.

---

<sup>667</sup> PINA-CABRAL, João de, 1989, op. cit., p. 93

Do conjunto dos testadores com mais do que um filho (Tabela 113), 95,6% utilizou o sistema de herança preciputária. Apenas 4,4% dos progenitores distribuíram os seus bens de forma igualitária.

**Tabela 113**  
**Opções na transmissão da herança em famílias com mais de um filho**

| Testadores com mais de um filho | Terço |      | Herança igualitária |     | Total |      |
|---------------------------------|-------|------|---------------------|-----|-------|------|
|                                 | N     | %    | N                   | %   | N     | %    |
| Homens                          | 101   | 44,1 | 3                   | 1,3 | 104   | 45,5 |
| Mulheres                        | 118   | 51,5 | 7                   | 3,1 | 125   | 54,6 |
| Total                           | 219   | 95,6 | 10                  | 4,4 | 229   | 100  |

Fontes: A.D.V.C., Livros de registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; A.M.C., Livros de registo de testamentos.

Os testadores justificaram, com frequência, a escolha dos herdeiros beneficiados devido aos serviços, companhia e assistência prestados até ao momento da redação do testamento. Tomemos como exemplo o testamento de José Alves da Lomba que, tendo quatro filhos – Matias, Maria, Bernardo e Bernardina - atribuiu o terço à última descendente “imposto nas casas e lugar da minha vivenda, em oneração dos bons serviços, zelo e assistência na doença”<sup>668</sup>. Outro caso é o da testadora Maria Josefa Gonçalves Moucho que entregou o terço “imposto nas casas altas de nossa vivenda em remuneração da boa companhia e assistência na doença”<sup>669</sup> à filha Maria, solteira, preterindo os demais filhos Cecília e Eusébio (já casados para fora do agregado familiar) e João, ainda solteiro e residente com os progenitores.

Ainda que 17,5% dos testadores nada tenha indicado sobre as razões que conduziram à preferência na atribuição do terço a determinado herdeiro ou herdeira, em 34,2% dos testamentos a referência à assistência e amparo dos idosos na velhice ficou explícita e operou como condição da entrega do terço, como nos seguintes casos: “Obrigação de assistência e companhia aos testadores, tratando-os com amor e carinho próprio de boa filha, quer no estado de saúde quer no da doença e a viver na companhia”<sup>670</sup>; “Pelos muitos benefícios que têm recebido e ainda espera receber, com obrigação de companhia, reserva de usufruto e obrigação de bem d’alma”<sup>671</sup>; “Pela boa companhia que nos tem feito e nos fará até à morte do último”<sup>672</sup>.

Permanecer na condição de celibatário/a até à morte do último dos progenitores era outra das condições mais frequentes no momento da atribuição do terço aos herdeiros. Esta cláusula contribuía para que os filhos contraíssem matrimónio em idade

<sup>668</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.13, fl. 17.

<sup>669</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.10, fl. 36v.

<sup>670</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.5., fl. 52v.

<sup>671</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.32., fl. 23.

<sup>672</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.2.1.1., fl. 28v.

tardia, evitando a repartição da propriedade. Falecidos os pais, a maioria dos herdeiros já não tinha idade para casar e permaneceria celibatária. Esta situação ocorria sobretudo quando a atribuição do terço era feita a vários herdeiros em simultâneo mas na condição de se manterem em casa, unidos entre si e vivendo em sociedade. Os seguintes exemplos apresentam algumas das condições impostas no sentido de evitar a divisibilidade do património e de vincular os vários herdeiros à casa-mãe:

- “Dividido igualmente pelos 10 filhos que permanecerem em casa até à hora da morte do último testador no estado de solteiros”<sup>673</sup>;
- “Filhos e filhas que se mantiverem em casa até ao seu falecimento, em boa união e sociedade, e todo aquele filho ou filha que sair desta casa nada terá dos ditos terços”<sup>674</sup>;
- “Bons serviços prestados, com obrigação de assistência e companhia, e caso alguma das seis filhas sair ou casar, perderá o direito à sua parte”<sup>675</sup>.

Encontrámos disposições testamentárias em que, aquando da atribuição do terço, os herdeiros beneficiados ficavam obrigados à residência comum na *casa* com estados civis diferentes (um herdeiro casado, a viver com um herdeiro solteiro, por exemplo), vínculo este que, a ser contrariado, levaria à exclusão do terço. Pretendia-se nestes casos que os herdeiros se mantivessem unidos de forma a impedir a divisão da propriedade, como se elucida nos seguintes exemplos

- “A herdeira solteira fica obrigada a residir com a herdeira casada, senão só terá direito à quantia de 100 mil réis”<sup>676</sup>;
- “Aos filhos José e Mariana, esta casada e ele solteiro, em igualdade de circunstâncias desde que continuem a viver em sociedade e na mesma casa, mas se ele se afastar, o terço passa para Mariana”<sup>677</sup>.

Existia assim uma pressão importante por parte dos progenitores para que os filhos permanecessem solteiros até à morte do último dos cônjuges sobreviventes ou que se vinculassem aos herdeiros nomeados e casados, acautelando o património e adiando sucessivamente a sua divisão. Como vimos anteriormente, testando a maioria dos progenitores entre os 64 e os 74 anos, o casamento de muitos descendentes ficaria inviabilizado.

No que diz respeito aos testadores com mais do que um filho e que utilizaram a herança preciputária, procurámos averiguar quais as preferências relativamente aos

---

<sup>673</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.18., fl. 28.

<sup>674</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.27., fl. 42v.

<sup>675</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.39., fl. 18.

<sup>676</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.32., fl. 3v.

<sup>677</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.18., fl. 36v.



herdeiros escolhidos. Excluimos desta análise os cônjuges beneficiados com o terço, uma vez que estes irão dispor do património do casal em favor dos mesmos herdeiros diretos (Tabela 114).

**Tabela 114**  
**Herdeiros beneficiados com o terço dos testadores casados/viúvos com mais de um filho**

| Género    | Herdeiros |      |        |      |       |      | Herdeiras |      |        |      |       |      | Total |      |
|-----------|-----------|------|--------|------|-------|------|-----------|------|--------|------|-------|------|-------|------|
|           | Casados   |      | Viúvos |      | Total |      | Casadas   |      | Viúvas |      | Total |      | H + M |      |
| Filha     | 59        | 71,1 | 42     | 80,8 | 101   | 74,8 | 62        | 65,3 | 51     | 63,0 | 113   | 64,2 | 214   | 68,8 |
| Filho     | 21        | 25,3 | 9      | 17,3 | 30    | 22,2 | 29        | 30,5 | 29     | 35,8 | 58    | 33,0 | 88    | 28,3 |
| Filhos/as | 3         | 3,6  | 1      | 1,9  | 4     | 3,0  | 4         | 4,2  | 1      | 1,2  | 5     | 2,8  | 9     | 2,9  |
| Total     | 83        | 100  | 52     | 100  | 135   | 100  | 95        | 100  | 81     | 100  | 176   | 100  | 311   | 100  |

Fontes: A.M.C., Livros de registo de testamentos; A.D.V.C., Livros de registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

A preferência dos testadores relativamente à atribuição do terço recaiu maioritariamente sobre as filhas (68,8%) enquanto os filhos representaram 28,3% e apresentando uma diminuta expressão o conjunto de todos os filhos do casal (2,9%). Neste último caso, tornou-se impossível identificar os herdeiros, devido à utilização de fórmulas como “são herdeiros todos os filhos ou filhas que se mantiverem em casa até ao falecimento do último dos cônjuges”<sup>678</sup> ou ainda “dividido igualmente pelos filhos que permanecerem em casa até à hora da morte do último testador, no estado de solteiros”<sup>679</sup>.

Considerando os comportamentos dos testadores por género, registamos que embora ambos os progenitores tivessem escolhido como herdeiros do terço predominantemente as filhas, esta preferência por parte dos progenitores masculinos foi mais elevada do que a feminina (74,8% e 64,2% respetivamente). Se os testadores masculinos poderão encontrar nas filhas uma maior predisposição na assistência e no amparo durante a velhice, possivelmente as progenitoras encontrarão nos herdeiros masculinos uma maior proteção durante a viuvez.

Dos 219 testadores com mais do que um filho e que utilizaram a herança preciputária, isolámos os 99 testadores que entregaram o terço a um só herdeiro. A Tabela 115 diz respeito ao número de filhos que foram beneficiados com o terço completo, tendo em conta o género e o estado civil dos mesmos.

<sup>678</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.27., fl. 20v.

<sup>679</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.18., fl. 28.

**Tabela 115**  
**Estado civil dos herdeiros da totalidade do terço**

| Herdeiros | Solteiros |      | Casados |      | Total |      |
|-----------|-----------|------|---------|------|-------|------|
|           | N         | %    | N       | %    | N     | %    |
| Filhos    | 18        | 18,2 | 14      | 14,1 | 32    | 32,3 |
| Filhas    | 32        | 32,3 | 35      | 35,4 | 67    | 67,7 |
| Total     | 50        | 50,5 | 49      | 49,5 | 99    | 100  |

Fontes: A.M.C., Livros de registo de testamentos;  
A.D.V.C., Livros de registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Nestas condições, verificamos que eram as filhas que herdavam na sua maioria o terço completo, independentemente do seu estado civil, embora não se possa esquecer que as mulheres eram em maior número, dada a interferência da mobilidade masculina e a ausência dos filhos.

A partir das opções dos testadores e da recorrente preferência pelas herdeiras podemos inferir que a mulher possuía os requisitos necessários à boa condução da casa-mãe - sendo casadas e residentes na casa, asseguravam a sua continuidade; sendo solteiras, possuíam a capacidade da condução futura e, posteriormente, da escolha dos sucessores. Estamos assim perante uma sociedade onde prevalecia o matriarcado feminino e em que a mulher assumia a chefia da casa, devido à constante mobilidade masculina.

De um modo geral, considera-se que a maioria das sociedades conhecidas possuía formas de residência centradas na figura do homem. Este sistema centrava-se na importância da cooperação entre os homens, normalmente em ambientes em que existia uma necessidade de defesa militar ou territorial. Por outro lado, os sistemas centrados na residência matrilocal (assim como outros sistemas alternativos) tinham como seu potenciador uma intensa deslocação masculina<sup>680</sup>. Neste contexto, as mulheres organizavam-se na gestão da unidade doméstica, assumindo todas as tarefas domésticas e produtivas. Este tipo de organização feminina permitia aos homens, inculturados em unidades domésticas matrilocais, um menor constrangimento no afastamento e na ausência prolongada. O facto de, nas aldeias vizinhas, esta realidade ser idêntica, facilitava igualmente a deslocação. Por sua vez, a dispersão de homens para fora do agregado nuclear através do casamento acabava por contribuir para a estabilidade na comunidade<sup>681</sup>. Esta grande linha de comportamento existente no Minho tem, como vimos, reflexos no momento de transmissão dos bens e património pela linha feminina, fenómeno registado em vários estudos:

<sup>680</sup> HARRIS, Marvin, *Culture, People, Nature: An Introduction to General Anthropology*, 3ª edição, New York, Harper & Row, 1980, p. 278.

<sup>681</sup> BATALHA, Luís, "Descodificando o Parentesco", in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 43 (3-4), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, 2003, p. 105.

“O monopólio do poder por parte das mulheres numa família de lavradores do Noroeste de Portugal é um dado há muito adquirido. “Matricentralidade”, “matriarcado” (...), são os termos usados para designar a expressão social e simbólica do poder das mulheres na família”(…). Esta característica manifesta-se em modelos pós-casamento, de proximidade habitacional e de auxílio mútuo, bem como na frequência da interação e na força dos laços afetivos entre as mulheres que têm relações de consanguinidade entre si. Manifesta-se ainda nos sistemas de herança e nas relações de propriedade”<sup>682</sup>.

No momento de relatar as últimas vontades, o testador indicava todos os filhos sobreviventes, incluindo os que se encontravam ausentes. Referindo ainda que todos eram seus universais herdeiros, indicava aquele ou aqueles que seriam beneficiados com a atribuição do terço. A ordem do seu nascimento teria seguramente uma influência decisiva na atribuição do terço, pelo que selecionámos todos os filhos e filhas privilegiados (Tabela 116). No caso dos rapazes emigrados, estando ausentes na data do testamento, não foram por regra contemplados com o terço, passando as preferências dos progenitores para aqueles filhos que estariam em companhia dos testadores. A existência de casos com ordem indeterminada refere-se a indivíduos, geralmente filhos de casais provenientes do exterior, para os quais desconhecemos a respetiva ordem.

**Tabela 116**  
**Ordem da descendência beneficiada com o terço segundo o género**

| Ordem dos filhos sobreviventes<br>à data do testamento | Filhos    |            | Filhas     |            | Total      |            |
|--|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|
|  | N         | %          | N          | %          | N          | %          |
| 1º   | 21        | 23,9       | 41         | 19,2       | 62         | 20,5       |
| 2º   | 21        | 23,9       | 49         | 22,9       | 70         | 23,2       |
| 3º   | 13        | 14,8       | 41         | 19,2       | 54         | 17,9       |
| 4º   | 9         | 10,2       | 25         | 11,7       | 34         | 11,3       |
| 5º   | 7         | 8,0        | 18         | 8,4        | 25         | 8,3        |
| 6º   | 8         | 9,1        | 17         | 7,9        | 25         | 8,3        |
| 7º   | 4         | 4,5        | 10         | 4,7        | 14         | 4,6        |
| 8º   | 0         | 0,0        | 3          | 1,4        | 3          | 1,0        |
| 9º   | 0         | 0,0        | 2          | 0,9        | 2          | 0,6        |
| 10º  | 0         | 0,0        | 1          | 0,5        | 1          | 0,3        |
| Indeterminada  | 5         | 5,7        | 7          | 3,2        | 12         | 4,0        |
| <b>Total</b>   | <b>88</b> | <b>100</b> | <b>214</b> | <b>100</b> | <b>302</b> | <b>100</b> |
| Distribuição dos filhos mais novos                     |           |            |            |            |            |            |
| Filho/a novo/a   | 32        | 36,4       | 73         | 34,1       | 302        | 35,4       |

Fontes: A.M.C., Livros de registo de testamentos; A.D.V.C., Livros de registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Parece existir uma tendência para privilegiar os filhos mais velhos, quer do sexo masculino quer do feminino, embora exista uma interferência da mobilidade masculina nas escolhas efetuadas, assim como outra interferência relacionada com o possível casamento da filha mais velha. Sendo o testamento uma fonte seletiva e as famílias

<sup>682</sup> COLE, Sally, op. cit., p. 79

envolvidas na sua produção uma minoria da população, as suas disposições não deixarão contudo de apontar pistas sobre os comportamentos sociais dos seus membros.

Dado que a maioria dos herdeiros do terço era celibatária, em particular as filhas e, por conseguinte, apresentavam menores possibilidades de casamento face ao desequilíbrio do mercado matrimonial, as suas posições hierárquicas e a sua ascendência sobre os demais herdeiros pesaram certamente no momento da sua escolha. Para além das possibilidades de casamento dos filhos mais velhos estarem diminuídas relativamente às dos filhos mais novos, a herança a seu favor assegurava a sobrevivência futura pela existência da casa e da área envolvente cultivável.

Depois de termos determinado o filho ou a filha beneficiados mais novos de cada família que foram contemplados com o terço, extraímos proporções de 36,4% e 34,1% respetivamente. Estes valores parecem revelar estratégias dos progenitores suscetíveis de várias leituras. O terço poderia funcionar como dote de casamento e fixação de um futuro casal na unidade familiar que daria continuidade à família ou, no caso deste casamento não se concretizar, os descendentes mais novos poderiam contribuir para assistência futura dos progenitores e mesmo dos irmãos mais velhos celibatários.

**Tabela 117**  
**Estado civil, género e residência dos filhos beneficiados com o terço**

| Género   | Não residentes na casa |     |         |     | Residentes na casa |      |         |      | Total |      |
|----------|------------------------|-----|---------|-----|--------------------|------|---------|------|-------|------|
|          | Solteiros              |     | Casados |     | Solteiros          |      | Casados |      | N     | %    |
|          | N                      | %   | N       | %   | N                  | %    | N       | %    |       |      |
| Homens   | 5                      | 1,7 | 0       | 0,0 | 57                 | 18,9 | 26      | 8,6  | 88    | 29,2 |
| Mulheres | 1                      | 0,3 | 10      | 3,3 | 154                | 51,0 | 49      | 16,2 | 214   | 70,8 |
| Total    | 6                      | 2,0 | 10      | 3,3 | 211                | 69,9 | 75      | 24,8 | 302   | 100  |

Fontes: A.M.C., Livros de registo de testamentos; A.D.V.C., Livros de registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Considerando todos os herdeiros beneficiados com o terço, observamos o local da respetiva residência à data da redação do testamento dos progenitores (Tabela 117), no sentido de confirmarmos se as opções no momento da repartição da herança tinham em conta a coresidência entre testadores e herdeiros. Como seria de esperar, verificamos que foram claramente privilegiados os filhos e as filhas que residiam com os progenitores (94,7%), com uma predominância expressiva das filhas residentes (67,2%), sobretudo as que se mantinham celibatárias (51%). Um número pouco expressivo de herdeiros residia no exterior do agregado doméstico.

Dada a permanência das mulheres no espaço paroquial (ao contrário da acentuada mobilidade verificada nos descendentes masculinos), a elevada percentagem de mulheres celibatárias e a sua maior propensão no amparo dos progenitores durante a

doença e velhice, os comportamentos dos progenitores no momento de testarem denunciam estas estruturas e práticas culturais de longa data. Deste modo, podemos concluir que a atribuição do terço se aproximava da herança universal a distribuir pelos herdeiros. As filhas residentes, auferindo do terço dos progenitores (a maioria das vezes beneficiando das duas quotas disponíveis dos testadores) ao qual acrescia a respetiva parte da legítima, irão beneficiar de grande parte da herança do património familiar. Nesta importante concentração do património, por linha feminina, se funda um dos alicerces fundamentais do matriarcado minhoto.

Nas últimas vontades dos testadores reside uma das chaves principais para a compreensão das práticas sociais e hereditárias da sociedade camponesa do Alto Minho e, em última análise, do sistema prevalecente de raiz matriarcal.

“Os casais paternos sentem que as filhas demonstram uma maior lealdade em relação à sua casa que os filhos; segundo, as mulheres são consideradas muito mais desprotegidas e suscetíveis a riscos do que os homens (...) e em terceiro lugar os habitantes locais têm um apurado sentimento do desequilíbrio demográfico entre os sexos”<sup>683</sup>.

Através da análise dos testamentos, verificamos que os progenitores não atribuíam o terço, por norma, a dois filhos casados ou a duas filhas casadas. A estratégia na distribuição da herança entre os vários herdeiros passava também por evitar situações de futuro conflito entre chefias antagónicas dentro da casa (um filho casado e um cunhado, ou dois cunhados, filhas solteiras com filhas casadas, por exemplo). É disto ilustrativa a carta de um emigrante dirigida a sua mulher que se preparava para se reunir com ele no Brasil em que a advertia que não deixasse duas filhas na chefia da casa, uma casada e outra solteira, porque “onde estão mulheres não quero homens, de hoje para manhã pode suceder uma qualquer coisa e depois quem sofre sofre, por isso que não quero. As mulheres as quero sós, onde há saias que não estejam calças” (cf. Anexo 33, Carta n.º 5). A repartição da herança pressupunha assim a coexistência pacífica entre todos para que a dinamização e engrandecimento da “casa” se processassem com a desejada normalidade. A relação entre os filhos, os casamentos que poderiam ocorrer, o retorno ou não dos filhos emigrados seriam alguns dos fatores a ditar a escolha dos herdeiros.

Como vimos, os casais com mais de um filho privilegiaram claramente a atribuição do terço, dando preferência às descendentes diretas, celibatárias e residentes

---

<sup>683</sup> PINA-CABRAL, João de, “As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho, in *Análise Social*, vol. 20 (1.º), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984a, p. 103.

no agregado doméstico. A utilização da quota disponível, que maioritariamente englobava a casa-mãe, constituía um meio expedito de salvaguarda deste símbolo familiar. Ao mesmo tempo, ao distinguir as filhas solteiras, o terço acautelava o amparo e proteção durante a velhice, incentivava o celibato das descendentes e evitava a pulverização do património.

### 9.1.3.2. Atribuição da herança em casais infecundos e indivíduos celibatários

Os casais sem descendência e os indivíduos celibatários (salvaguardadas as linhas ascendentes e colaterais a existirem) poderiam dispor do seu património sem qualquer constrangimento e como melhor entendessem, repartindo-o por familiares ou por outras pessoas de estima que lhes prestariam companhia em vida e assistência durante a velhice. No grupo dos ascendentes estavam incluídas progenitoras e tias, enquanto nos colaterais se encontravam irmãos/irmãs e ainda noras/genros. No grupo dos herdeiros sem relações de parentesco incorporavam-se enteadas, afilhadas e criados/os por exemplo, enquanto que nos indeterminados se integravam herdeiros nomeados de famílias do exterior, cuja relação entre testadores e herdeiros era desconhecida (Tabela 118 e Tabela 119).

**Tabela 118**  
**Relação de parentesco entre testadores casados sem filhos e herdeiros**

| Relação de parentesco<br>testador/herdeiro |                           | Solteiros |      | Casados |      | Total |      |
|--|---------------------------|-----------|------|---------|------|-------|------|
|  |                           | N         | %    | N       | %    | N     | %    |
| Mulheres                                   | Ascendentes               | 1         | 3,1  | 0       | 0,0  | 1     | 2,7  |
|  | Colaterais                | 1         | 3,1  | 2       | 10,5 | 3     | 5,9  |
|  | Sobrinha                  | 16        | 50   | 8       | 42,1 | 24    | 47,1 |
|  | Sem relação de parentesco | 6         | 18,8 | 1       | 5,3  | 7     | 13,6 |
|  | Indeterminados            | 0         | 0,0  | 1       | 5,3  | 1     | 2,0  |
|  | Criados                   | 0         | 0,0  | 2       | 10,5 | 2     | 3,9  |
| Homens                                     | Sobrinho                  | 8         | 25   | 3       | 15,8 | 11    | 21,6 |
|  | Indeterminados            | 0         | 0,0  | 2       | 10,5 | 2     | 3,9  |
| Total                                      |                           | 32        | 100  | 19      | 100  | 51    | 100  |

Fontes: A.M.C., Livros de registo de testamentos; A.D.V.C., Livros de registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

**Tabela 119**  
**Relação entre testadores celibatários e herdeiros**

| Relação de parentesco<br>testador/herdeiro |                           | Solteiros |      | Casados |      | Viúvos |      | Total |      |
|--|---------------------------|-----------|------|---------|------|--------|------|-------|------|
|  |                           | N         | %    | N       | %    | N      | %    | N     | %    |
| Mulheres                                   | Ascendentes               | 3         | 4,6  | 0       | 0,0  | 2      | 50,0 | 5     | 4,2  |
|  | Colaterais                | 9         | 13,8 | 8       | 16,3 | 1      | 25,0 | 18    | 15,3 |
|  | Sobrinha                  | 29        | 44,7 | 17      | 34,8 | 1      | 25,0 | 47    | 39,9 |
|  | Sem relação de parentesco | 8         | 12,3 | 1       | 2,0  | 0      | 0,0  | 9     | 7,6  |
|  | Indeterminados            | 0         | 0,0  | 1       | 2,0  | 0      | 0,0  | 1     | 0,8  |
|  | Criados                   | 0         | 0,0  | 7       | 14,4 | 0      | 0,0  | 7     | 5,9  |
| Homens                                     | Sobrinho                  | 16        | 24,6 | 11      | 22,4 | 0      | 0,0  | 27    | 22,9 |
|  | Sem relação de parentesco | 0         | 0,0  | 1       | 2,0  | 0      | 0,0  | 1     | 0,8  |
|  | Indeterminados            | 0         | 0,0  | 3       | 6,1  | 0      | 0,0  | 3     | 2,6  |
| Total                                      |                           | 65        | 100  | 49      | 100  | 4      | 100  | 118   | 100  |

Fontes: A.M.C., Livros de registo de testamentos; A.D.V.C., Livros de registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Tal como se verificou na repartição do terço, também aqui podemos registar uma clara preferência pelas herdeiras solteiras - 50% das opções dos casais no caso dos casais sem descendência e 44,7% no caso dos indivíduos celibatários.

Tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino, os sobrinhos foram sempre os privilegiados para os testadores, ascendendo ao dobro as preferências pelas sobrinhas face aos sobrinhos. Os sobrinhos de ambos os sexos substituíram a descendência que não existiu, transferindo-se para eles idênticas práticas sucessórias, afetos, amparo na velhice e património.

De forma geral, os testadores impunham a condição de residência na sua própria casa, em “sociedade” e em prol do futuro amparo na velhice, como recompensa pela atribuição da herança, situação que se adaptava à condição das sobrinhas que não auferiam da mobilidade geográfica tipicamente masculina. Estas estratégias encontram-se amplamente espalhadas pela produção testamentária, como se pode verificar nos seguintes casos:

- Isidoro Martins Lomba, proprietário, casado e sem filhos, instituiu a sua sobrinha Maria de Sousa no ano de 1848 como universal herdeira “em nossa companhia há vários anos e hoje casada com António Afonso Gandres, moço de muita nossa satisfação, com a condição de lhes assistir com aquele amor e carinho que Deus manda e se estabelecerem na minha casa e passarão esta aos filhos”<sup>684</sup>.

- Joaquim Cerqueira, lavrador, viúvo, em 1886, testou a favor do seu sobrinho Isaiás Cerqueira, declarando que “achando-se viúvo e de avançada idade, necessitando por isso de quem o trate e socorra, sem herdeiros, atendendo aos bons serviços e podendo casar para casa, como prova de gratidão mas com obrigação de assistir em sua companhia, tratando-o com zelo e carinho devido”<sup>685</sup>;

Os testadores celibatários encontravam-se habitualmente inseridos em núcleos familiares alargados, pelo que irão legar os seus bens preferencialmente aos familiares residentes no mesmo agregado, reproduzindo as mesmas práticas sociais e culturais praticadas pelos ascendentes - herdeiros de maioria feminina, recaindo a primeira preferência sobre as sobrinhas e irmãs, registando-se idêntica tendência relativamente aos herdeiros masculinos. Relativamente ao estado civil, novamente a preferência recaiu sobre as herdeiras celibatárias.

---

<sup>684</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.1.8., fl. 39v.

<sup>685</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.2.5., fl. 89v.

Compreende-se assim que exista uma continuidade ao longo do tempo na preferência dos testadores pelas mulheres solteiras no momento de herdarem a casa, dado que estas, ao contrário dos possíveis herdeiros masculinos que se movimentavam constantemente, ofereciam a permanência e estabilidade necessária para a gestão do lar. O caso seguinte é elucidativo desta linha de comportamento geracional e matriarcal do Alto Minho:

- Maria Gonçalves Presa era celibatária e vivia no lugar da Sobreira, juntamente com o seu irmão Elias, casado com Maria Martins Pinheiro. Em testamento realizado em 24 de maio de 1893<sup>686</sup>, instituiu como universais herdeiros, em três partes iguais, os seus sobrinhos Teresa e Francisco, solteiros, e Camila, casada com João José Alves Botão. Todos tinham como obrigação permanecer na casa-mãe, sob pena de verem reduzida a sua herança a 5\$000 réis. Francisco Emílio casará *para fora*, perdendo o direito à herança. Teresa permanecerá solteira, em sociedade com o casal Camila e João José. Deste casal nasceram sete filhos (Clementina, Emília, Maria, Heitor, Justino, Tobias e Marcelina), dos quais apenas Tobias casou *para fora*, permanecendo os restantes seis filhos celibatários. A casa-mãe e todas as propriedades transitarão para as sobrinhas, filhas de Tobias, tendo sido privilegiada com a casa-mãe a sobrinha que, na juventude, foi escolhida para tratar dos tios celibatários.

Outras opções podiam ser adotadas na ausência de familiares ou quando a companhia e a proteção por parte de familiares não correspondiam às expectativas iniciais dos testadores celibatários ou mesmo como forma de pagamento de soldadas devidas. Com efeito, na série de testamentos de Gontinhães foram detetados casos em que foi atribuída a herança a serviçais, como no caso de Ana Alves, solteira, que, em 1872, instituiu como seus universais herdeiros os criados José da Ponte e mulher Maria Martins.

A maior predisposição maternal e disponibilidade das mulheres solteiras no amparo e na velhice dos progenitores serão, certamente, condicionantes importantes a ter em conta no momento da escolha dos herdeiros. “Assim o último cônjuge sobrevivente segundo parece, tinha o direito de discriminar e exercia esse direito com astúcia”<sup>687</sup>. Aliás “existe toda uma cultura feminina de celibato no Noroeste de Portugal, e é óbvio que está muito longe de ser considerada uma situação infeliz”<sup>688</sup>.

---

<sup>686</sup> A.M.C., *Livros de registo de testamentos*, cota 1.1.2.13, fl. 39v.

<sup>687</sup> BRETTELL, Caroline, op. cit., pp. 63-64.

<sup>688</sup> BRETTELL, Caroline, op. cit., p. 162.



## **9.2. Família e composição do agregado doméstico**

Ao longo do Antigo Regime, era no seio da casa que se desenrolavam os acontecimentos primordiais da vida de cada indivíduo – desde o nascer ao morrer; era no seu seio que se definia a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, das relações de autoridade, dos destinos pessoais dos homens e das mulheres e se desenvolviam os papéis entre géneros; procurava-se igualmente o equilíbrio entre subsistências e indivíduos, espartilhada a família entre as necessidades primárias enquanto os filhos são pequenos e os excedentes humanos quando adultos<sup>689</sup>.

Neste âmbito, propôs-se a utilização de listas de residentes casa a casa - róis de confessados, listas de ordenanças, listas de recenseamentos - para assim alcançar a sua composição. Para a paróquia em estudo, recorreremos às Ordenanças de 1828 no sentido de estudar as estruturas da família em cruzamento com a base de dados demográficos, alicerce fundamental para o conhecimento das suas variáveis.

Procurámos, ainda, estabelecer comparações com outras paróquias estudadas, como é o caso de Santa Maria de Âncora, contígua à paróquia em estudo e São Lourenço da Montaria, freguesia interior localizada na base da Serra d'Arga, ambas localizadas no Vale do Âncora<sup>690</sup> (integradas nas listas de Ordenanças de Viana do Castelo e organizadas no ano de 1827) e com Ronfe, freguesia do Baixo Minho (com base na análise do Rol de confessados de 1829)<sup>691</sup>.

### **9.2.1. População e sua distribuição espacial segundo os fogos recenseados em 1828**

Retirámos do recenseamento os fogos das freguesias de Sopo, e ainda Tresâncora e Pedrulhos que, com a Reforma Administrativa implementada em 1836, irão pertencer, respetivamente, aos concelhos de Vila Nova de Cerveira e de Viana do Castelo. Pela mesma razão, não consta nesta listagem a freguesia de Santa Maria de Âncora que pertencia ao concelho de Viana do Castelo.

Na Tabela 120, constam todos os fogos numerados e recenseados que integravam as várias paróquias do concelho de Caminha no ano de 1828, incluindo os fogos desabitados.

---

<sup>689</sup> SARACENO, Chiara; NALDINI, Manuela, op. cit., pp. 40-41.

<sup>690</sup> ROWLAND, Robert, "Âncora e Montaria, 1827. Duas freguesias do Noroeste segundo os livros das Companhias de Ordenanças", in *Perspetivas sobre o Norte de Portugal*, Porto, Studium Generale, 1981, pp. 199-242.

<sup>691</sup> SCOTT, Ana Sílvia Volpi, op. cit., pp. 235-268.

**Tabela 120**  
**Número de fogos por freguesia no concelho de Caminha**  
**1828**

| Companhia    | Freguesia       | Fogos |      |
|--------------|-----------------|-------|------|
|              |                 | N     | %    |
| 1ª Companhia | Caminha         | 388   | 16,2 |
|              | Vilarelho       | 75    | 3,1  |
|              | Venade          | 174   | 7,3  |
|              | Azevedo         | 31    | 1,3  |
|              | Argela          | 91    | 3,7  |
|              | Vilar de Mouros | 175   | 7,3  |
| 2ª Companhia | Lanhelas        | 147   | 6,1  |
|              | Seixas          | 384   | 16,0 |
| 3ª Companhia | Gondar          | 36    | 1,5  |
|              | Dém             | 79    | 3,3  |
|              | Orbacém         | 57    | 2,4  |
|              | Arga de S. João | 26    | 1,1  |
|              | Arga de Baixo   | 51    | 2,1  |
|              | Arga de Cima    | 58    | 2,4  |
| 4ª Companhia | Cristelo        | 43    | 1,8  |
|              | Moledo          | 180   | 7,5  |
|              | Gontinhães      | 208   | 8,7  |
|              | Vile            | 43    | 1,8  |
|              | Riba d'Âncora   | 148   | 6,2  |
|              | Total           | 2394  | 100  |

Fonte: A.M.C., Livros de Ordenanças do concelho de Caminha.

Em todo o concelho é possível verificar que, no ano de 1828, as freguesias com maior número de fogos eram Caminha (388 fogos), Seixas (384) e Gontinhães (208 fogos), correspondendo a esta um peso de 8,7% do total.

Dos 208 fogos recenseados em Gontinhães foram retirados 28 fogos (13,5%) que se encontravam desabitados, razão pela qual, para efeitos de análise, foram apenas contabilizados 180 aglomerados domésticos (86,5%).

Como já referimos, sendo esta uma fonte de natureza militar, os elementos femininos da população foram subvalorizados. As mulheres foram somente mencionadas como chefes de fogo na condição de viúvas ou celibatárias, tendo sido omitidos todos os demais indivíduos do sexo feminino, adultos ou menores.

Face a este subregisto notório de mulheres procedemos a uma correção da população, recorrendo à base de dados da paróquia e integrando nos respetivos fogos os restantes elementos masculinos e femininos que faziam parte dos agregados domésticos. Foram incluídas as mulheres dos chefes de fogo, os ascendentes, colaterais e menores do sexo feminino. Esta operação permitiu reconstruir a composição de cada família e determinar a população existente em 1828 (Tabela 121).

**Tabela 121**  
**População de Gontinhães em 1828**

| Sexos    | População recenseada |      | População corrigida |      |
|----------|----------------------|------|---------------------|------|
|          | N                    | %    | N                   | %    |
| Homens   | 404                  | 68,1 | 412                 | 46,6 |
| Mulheres | 189                  | 31,9 | 473                 | 53,4 |
| Total    | 593                  | 100  | 885                 | 100  |

Fontes: A.M.C., Livros de Ordenanças do concelho de Caminha;  
A.D.V.C., Registos paroquiais e notariais de Vila Praia de Âncora.

Se o desvio entre a população recenseada e a corrigida é insignificante no caso dos homens, ele é bastante significativo no caso das mulheres. Estes resultados corrigidos correspondem a uma real participação masculina na estrutura da população masculina equivalente a 46,6% e feminina a 53,4%, ao contrário da população recenseada com, respetivamente, 68,1% e 31,9%. Com efeito, podemos concluir que apenas foram contabilizadas nas ordenanças as mulheres solteiras ou viúvas que chefiavam fogos, não tendo sido consideradas as crianças do sexo feminino, ascendentes, colaterais femininos e ainda oito elementos masculinos que escaparam ao recenseamento. Elaborámos ainda uma ficha por cada grupo doméstico listado, onde se incluíram os indivíduos de ambos os sexos que o habitavam, colmatando-se imprecisões da fonte no que diz respeito, por exemplo, às idades dos chefes de fogo ou estado civil. Procedemos também à caracterização de cada fogo, à identificação da sua composição, estrutura e relações de parentesco.

**Tabela 122**  
**População masculina por estado civil e grupos de idades**

| Grupos Idades | Gontinhães |         |        |       | Âncora    |         |        |       | Montaria  |         |        |       |     |     |      |
|---------------|------------|---------|--------|-------|-----------|---------|--------|-------|-----------|---------|--------|-------|-----|-----|------|
|               | Solteiros  | Casados | Viúvos | Total | Solteiros | Casados | Viúvos | Total | Solteiros | Casados | Viúvos | Total |     |     |      |
| 0-4 anos      | 52         | 0       | 0      | 52    | 12,6      | 32      | 0      | 0     | 32        | 11,6    | 47     | 0     | 0   | 47  | 15,3 |
| 5-14 anos     | 22         | 0       | 0      | 22    | 21,1      | 66      | 0      | 0     | 66        | 24,0    | 77     | 0     | 0   | 77  | 25,1 |
| 15-19 anos    | 45         | 0       | 0      | 45    | 10,9      | 23      | 0      | 0     | 23        | 8,4     | 27     | 1     | 0   | 28  | 9,1  |
| 20-24 anos    | 29         | 6       | 0      | 35    | 8,5       | 19      | 8      | 0     | 27        | 9,8     | 21     | 3     | 0   | 24  | 7,8  |
| 25-39 anos    | 28         | 38      | 1      | 67    | 16,3      | 15      | 30     | 3     | 48        | 17,5    | 17     | 48    | 0   | 65  | 21,2 |
| 40-59 anos    | 7          | 54      | 6      | 67    | 16,3      | 3       | 40     | 1     | 44        | 16,0    | 1      | 35    | 3   | 39  | 12,7 |
| 60 e + anos   | 3          | 32      | 13     | 48    | 11,7      | 4       | 9      | 9     | 22        | 8,0     | 2      | 9     | 10  | 21  | 6,8  |
| Indeterminado | 6          | 4       | 1      | 11    | 2,7       | 6       | 6      | 1     | 13        | 4,7     | 6      | 0     | 0   | 6   | 2,0  |
| Total         | 258        | 135     | 21     | 414   | 100       | 168     | 93     | 14    | 275       | 100     | 198    | 96    | 13  | 307 | 100  |
|               | 62,4       | 32,5    | 5,1    | 412   | 100       | 61,8    | 33,2   | 5,0   | 275       | 100     | 63,8   | 31,9  | 4,3 | 307 | 100  |

Fontes: A.M.C., Ordenanças do concelho de Caminha; A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; ROWLAND, Robert, 1981; SCOTT, Ana Sílvia, 1999.

Comparando a população masculina recenseada nas três paróquias (Tabela 122), observamos que, apesar dos valores percentuais globais de solteiros, casados e viúvos serem muito semelhantes, a análise por grupos de idades revelou que na Montaria os indivíduos até aos 14 anos apresentaram uma maior proporção, bem como no grupo de idades entre 25 e os 39 anos. Apesar destas disparidades, as três comunidades

apresentaram as mais baixas concentrações entre os 15 e os 24 anos, o que indicia uma maior mobilidade geral nestas idades.

**Tabela 123**  
**Dimensão média dos fogos em várias paróquias da região do Minho**

| Freguesias        | População |          |       | Fogos | Dimensão média Fogo |
|-------------------|-----------|----------|-------|-------|---------------------|
|                   | Homens    | Mulheres | Total | N     |                     |
| Gontinhães (1828) | 412       | 473      | 885   | 180   | 4,9                 |
| Âncora (1827)     | 310       | 275      | 585   | 128   | 4,6                 |
| Montaria (1827)   | 307       | 345      | 652   | 120   | 5,4                 |
| Ronfe (1829)      | 403       | 479      | 882   | 239   | 3,7                 |

Fontes: A.M.C., Ordenanças do concelho de Caminha; A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; ROWLAND, Robert, 1981; SCOTT, Ana Sílvia, 1999.

Efetuámos a comparação da dimensão média dos fogos de Gontinhães com outras paróquias estudadas (Tabela 123). Obtivemos para a paróquia em estudo uma dimensão média por fogo de 4,9 h/fogo, superior à que foi encontrada para a paróquia vizinha de Âncora<sup>692</sup> (4,6 h/fogo) e inferior à que foi encontrada na Montaria (5,4 h/f). Estas diferenças podem dever-se ao maior isolamento da comunidade da Montaria, situada junto à serra e no interior profundo do Vale. No caso de Ronfe, a mais baixa dimensão média de fogos (calculada a partir dos róis de confessados) resultou da não inclusão dos menores de 7 anos<sup>693</sup>.

Observando agora a totalidade dos fogos habitados e desabitados, podemos determinar as estruturas familiares existentes em 1828, segundo a distribuição dos fogos e habitantes residentes nos diferentes lugares da paróquia (Tabela 124).

<sup>692</sup> ROWLAND, Robert, op. cit., p. 213.

<sup>693</sup> SCOTT, Ana Sílvia Volpi, op. cit., pp. 108 e 241-242.

**Tabela 124**  
**Distribuição dos fogos e habitantes por lugares em Gontinhães**

| Local da residência | Lugar      | Número de fogos |           |      | Habitantes |      | Dimensão média por fogo |
|---------------------|------------|-----------------|-----------|------|------------|------|-------------------------|
|                     |            | Desabitados     | Habitados | %    | Total      | %    |                         |
|                     |            | N               | N         |      |            |      |                         |
| Área litoral        | Lagarteira | 3               | 18        | 10,0 | 77         | 8,7  | 4,3                     |
|                     | Vilarinho  | 1               | 6         | 3,3  | 25         | 2,8  | 4,2                     |
|                     | Total      | 4               | 24        | 13,3 | 102        | 11,5 | 4,3                     |
| Área central        | Bebedouros | 3               | 18        | 10,0 | 82         | 9,3  | 4,6                     |
|                     | Rego       | 1               | 17        | 9,4  | 92         | 10,4 | 5,4                     |
|                     | Calvário   | 3               | 5         | 2,8  | 24         | 2,7  | 4,8                     |
|                     | Viso       | 0               | 10        | 5,5  | 50         | 5,6  | 5,0                     |
|                     | Sobreira   | 3               | 23        | 12,8 | 120        | 13,6 | 5,2                     |
| Total               | 10         | 73              | 40,5      | 368  | 41,6       | 5,0  |                         |
| Área interior       | Santo      | 0               | 5         | 2,8  | 16         | 1,8  | 3,2                     |
|                     | Cruzeiro   | 0               | 5         | 2,8  | 26         | 2,9  | 5,2                     |
|                     | Rocha      | 4               | 27        | 15,0 | 145        | 16,4 | 5,4                     |
|                     | Carvoeiro  | 1               | 3         | 1,6  | 14         | 1,6  | 4,7                     |
|                     | Lameira    | 7               | 19        | 10,6 | 91         | 10,3 | 4,8                     |
|                     | Chão       | 0               | 3         | 1,7  | 14         | 1,6  | 4,7                     |
|                     | Presas     | 1               | 8         | 4,4  | 37         | 4,3  | 4,6                     |
|                     | Lomba      | 1               | 13        | 7,3  | 72         | 8,0  | 5,5                     |
| Total               | 14         | 83              | 46,2      | 415  | 46,9       | 5,0  |                         |
| Total               |            | 28              | 180       | 100  | 885        | 100  | 4,9                     |

Fontes: A.M.C., Livros de Ordenanças do concelho de Caminha; A.D.V.C., Registos paroquiais e notariais de Vila Praia de Âncora.

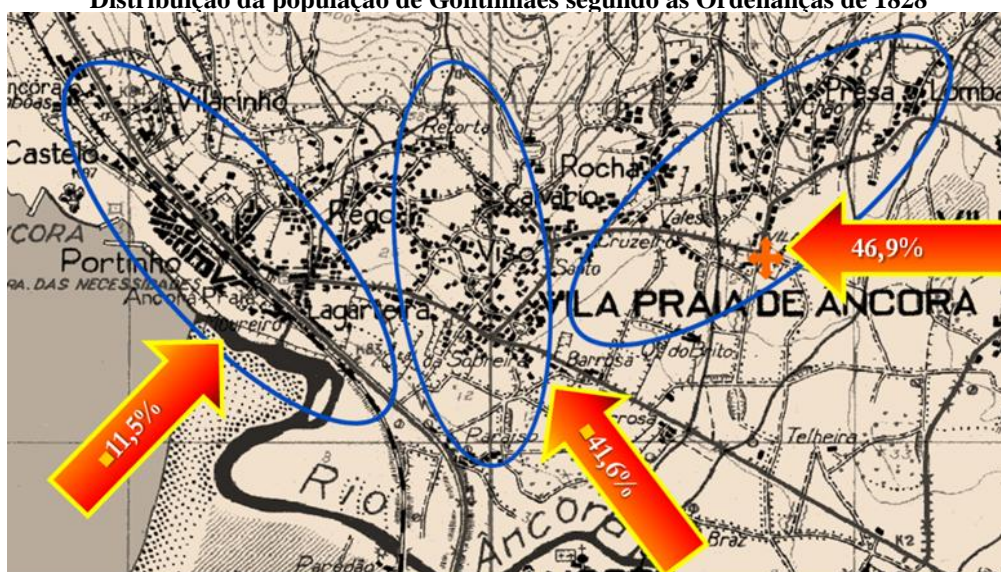
Com uma dimensão média de 4,9 habitantes por fogo em todo o espaço paroquial, registaram-se algumas variações considerando as diferentes zonas. Se nas áreas central e interior se registou uma média de 5 h/fogo, na área litoral a média diminuiu de forma significativa para 4,3 h/fogo, correspondendo a uma escassa representação onde residiam somente 24 famílias.

Estudos que incidiram sobre o recenseamento de 1801 indicaram uma média de 3,8 h/fogo no Alto Minho, se bem que nas zonas litorais e ribeirinhas poderia mesmo ascender a 4 até 5 h/fogo. Nos concelhos do litoral de Viana do Castelo e de Caminha, os fogos podiam atingir uma dimensão média superior a 4 h/fogo<sup>694</sup>. Assim, os valores encontrados para o ano de 1828 enquadram-se dentro destes parâmetros, embora o litoral, no conjunto da freguesia, evidencie a menor ocupação, devido à distância em relação ao centro da comunidade de então.

O espaço da freguesia mais ocupado era a zona interior, envolvente à igreja matriz, onde viviam os maiores proprietários/lavradores, com 46,9% da população. A zona central seguindo-se, ocupada maioritariamente por canteiros e pedreiros, concentrava 41,6% da população. O litoral era ocupado por 11,5% (lugares do Vilarinho e da Lagarteira).

<sup>694</sup> SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, op. cit., p. 39.

Mapa 7  
Distribuição da população de Gontinhães segundo as Ordenanças de 1828



As zonas do interior e as zonas do centro eram as áreas mais antigas e mais populosas da freguesia, e onde se concentrava a propriedade fundiária. A zona do litoral, distante do antigo centro comunitário, era inóspita e desabrigada.

### 9.2.2. Caracterização dos chefes de fogo

Dos 180 fogos existentes em Gontinhães no ano de 1828, 60% eram chefiados por homens casados e 10,6% por viúvos. Ainda assim, encontrámos 13,3% de fogos encabeçados por mulheres viúvas e 12,2% por mulheres solteiras. Comparando os dados das três paróquias, verificamos que todas eram lideradas por maioria de chefias masculinas, variando entre 67,2% em Âncora e 82,5% na Montaria (Tabela 125). Nesta última paróquia, registamos que a mobilidade não parece ter registado um impacto importante na comunidade, visível pela proporção de chefias masculinas e pelo menor peso das viúvas e solteiras nas chefias dos fogos.

**Tabela 125**  
**Género e estado civil dos chefes dos agregados domésticos**  
**em várias paróquias do Minho**

| Estado dos chefes de fogo |               | Gontinhães<br>1828 |      | Âncora<br>1827 |      | Montaria<br>1827 |      |
|---------------------------|---------------|--------------------|------|----------------|------|------------------|------|
|                           |               | N                  | %    | N              | %    | N                | %    |
| Homens                    | Casado        | 108                | 60,0 | 67             | 52,3 | 80               | 66,7 |
|                           | Solteiro      | 6                  | 3,3  | 8              | 6,3  | 6                | 5,0  |
|                           | Viúvo         | 19                 | 10,6 | 11             | 8,6  | 13               | 10,8 |
|                           | Total         | 133                | 73,9 | 86             | 67,2 | 99               | 82,5 |
| Mulheres                  | Casada        | 0                  | 0,0  | 2              | 1,6  | 2                | 1,7  |
|                           | Solteira      | 22                 | 12,2 | 16             | 12,5 | 8                | 6,7  |
|                           | Viúva         | 24                 | 13,3 | 23             | 18,0 | 11               | 9,2  |
|                           | Indeterminado | 1                  | 0,6  | 1              | 0,8  | 0                | 0,0  |
|                           | Total         | 47                 | 26,1 | 42             | 32,8 | 21               | 17,5 |
| Total                     |               | 180                | 100  | 128            | 100  | 120              | 100  |

Fontes: A.M.C, Livros de Ordenanças do concelho de Caminha; A.D.V.C., Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; ROWLAND, Robert, 1981; SCOTT, Ana Sílvia, 1999.

Como aconteceu noutras paróquias, estas listas incidiam apenas sobre a população residente, “sendo de presumir que nem todos os indivíduos mencionados nas listas se encontrassem efetivamente presentes”<sup>695</sup>. De facto, encontrámos chefes de fogo masculinos que, à data, segundo o cruzamento de dados, não se encontravam na paróquia, situação plausível devido à intensa mobilidade que caracterizava a região.

O número de viúvas e de celibatárias que se encontrava a chefiar os grupos domésticos de Gontinhães e de Âncora é revelador da intensidade da mobilidade masculina. Em Ronfe, foi encontrado um valor muito aproximado de mulheres solteiras à frente de fogos (11,7%)<sup>696</sup>, o que parece denunciar também uma mobilidade masculina significativa, remetendo-nos para realidades idênticas, com elevados valores de celibato feminino e um regime de matriarcado típico num quadro de ausência masculina. Compreende-se assim que as chefiadas solteiras femininas se apresentem em maior número relativamente às masculinas, devido não só ao celibato definitivo feminino como também à mobilidade dos homens solteiros. Por outro lado, a diferente proporção de chefiadas de viúvos/as relaciona-se com a maior longevidade das mulheres face aos homens.

<sup>695</sup> ROWLAND, Robert, 1981, op. cit., p. 203.

<sup>696</sup> SCOTT, Ana Sílvia Volpi, op. cit., p. 246.

**Tabela 126**  
**Distribuição das chefias de fogo por grupos de idade**

| Idade              | Homens      |            | Mulheres    |            | Total       |            |
|--------------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|
|                    | N           | %          | N           | %          | N           | %          |
| 20-29              | 5           | 3,8        | 1           | 2,1        | 6           | 3,3        |
| 30-39              | 18          | 13,5       | 3           | 6,4        | 21          | 11,7       |
| 40-49              | 26          | 19,5       | 7           | 14,9       | 33          | 18,3       |
| 50-59              | 31          | 23,3       | 8           | 17,0       | 39          | 21,7       |
| 60-69              | 26          | 19,5       | 8           | 17,0       | 34          | 18,9       |
| 70-79              | 17          | 12,8       | 11          | 23,5       | 28          | 15,6       |
| 80-89              | 5           | 3,8        | 1           | 2,1        | 6           | 3,3        |
| Indeterminada      | 5           | 3,8        | 8           | 17,0       | 13          | 7,2        |
| <b>Total</b>       | <b>133</b>  | <b>100</b> | <b>47</b>   | <b>100</b> | <b>180</b>  | <b>100</b> |
| <b>Idade média</b> | <b>54,0</b> |            | <b>59,5</b> |            | <b>55,3</b> |            |

Fontes: A.M.C., Livros de Ordenanças do concelho de Caminha;  
A.D.V.C., Registos paroquiais e notariais de Vila Praia de Ancora.

Uma vez que os chefes de fogo são predominantemente casados, as percentagens mais elevadas dizem respeito aos grupos de idades entre os 40 e os 69 anos (Tabela 126), sendo reduzido o número de homens com idades inferiores até aos 29 anos, o que estará seguramente relacionado com as elevadas idades médias ao casamento. No caso das mulheres, a maior concentração registou-se entre os 50 e os 79 anos, já que a sua maioria era constituída por viúvas. No conjunto, as idades médias dos chefes de fogo masculinos foi de 54 anos e dos femininos atingiu os 59,5 anos, o que poderá estar relacionado com a maior longevidade feminina.

A Tabela 126 apresenta a distribuição socioprofissional dos chefes dos agregados domésticos do género masculino, organizada por grandes setores de atividade. Desta análise, foram excluídas as mulheres chefes de fogo, uma vez que na fonte utilizada não era designada a respetiva profissão.



Tabela 127

## Estrutura socioprofissional comparada dos chefes de fogo do sexo masculino

| Setor de Atividade      | Gontinhães |      | Âncora |      | Montaria |      |
|-------------------------|------------|------|--------|------|----------|------|
|                         | N          | %    | N      | %    | N        | %    |
| <b>Primário</b>         |            |      |        |      |          |      |
| Agricultura/Pesca       |            | 51,5 |        | 64,2 |          | 83,9 |
| Lavrador/proprietário   | 73         |      | 74     |      | 92       |      |
| Jornaleiro              | 9          |      | 5      |      | 7        |      |
| Pesca                   | 3          |      | -      |      | -        |      |
| Total                   | 85         | 51,5 | 79     | 64,2 | 99       | 83,9 |
| <b>Secundário</b>       |            |      |        |      |          |      |
| Construção              |            | 29,7 |        | 24,4 |          | 5,9  |
| Pedreiro                | 43         |      | 27     |      | 7        |      |
| Caiador                 | 4          |      | 1      |      | -        |      |
| Trabalhador/ganhão      | 2          |      | -      |      | -        |      |
| Escultor                | -          |      | 2      |      | -        |      |
| Madeiras e Metais       |            | 4,8  |        | 2,4  |          | 2,5  |
| Carpinteiro             | 6          |      | 2      |      | 1        |      |
| Torneiro                | -          |      | -      |      | 1        |      |
| Ferreiro                | 2          |      | 1      |      | 1        |      |
| Vestuário e Calçado     |            | 2,4  |        | 2,4  |          | 0,8  |
| Alfaiate                | 1          |      | 2      |      | -        |      |
| Sapateiro               | 3          |      | 1      | 0,8  | 1        |      |
| Alimentação:<br>Padeiro | -          |      | 1      | 0,8  | -        |      |
| Total                   | 61         | 37,0 | 37     | 30,1 | 11       | 9,3  |
| <b>Terciário</b>        |            |      |        |      |          |      |
| Comércio                |            | 0,6  |        | 0,0  |          | 2,5  |
| Tendeiro                | 1          |      | -      |      | -        |      |
| Vendeiro                | -          |      | -      |      | 3        |      |
| Outros                  |            | 8,5  |        | 5,7  |          | 4,2  |
| Cirurgião               | 2          |      | -      |      | -        |      |
| Militar/soldado         | 7          |      | 1      |      | 3        |      |
| Mestre-escola           | -          |      | 1      |      | -        |      |
| Sacerdote               | 5          |      | 5      |      | 2        |      |
| Total                   | 15         | 9,1  | 7      | 5,7  | 8        | 6,8  |
| Profissão desconhecida  | 4          | 2,4  | -      |      | -        |      |
| Total                   | 165        | 100  | 123    | 100  | 118      | 100  |

Fontes: A.M.C., Livros de Ordenanças do concelho de Caminha;  
A.D.V.C., Registos paroquiais e notariais de Vila Praia de Âncora;  
ROWLAND, Robert, 1981.

Tratando-se de uma comunidade tipicamente rural, compreende-se que 51,5% dos chefes de fogo da paróquia em estudo estivessem afetos ao setor primário e, em particular, à atividade agrícola (Tabela 127). Recordemos que se dá por estes anos o arranque da atividade piscatória<sup>697</sup>, após a recente chegada dos marítimos galegos. A freguesia de Âncora revelou situação idêntica de ruralidade (64,2%), enquanto na Montaria, isolada e mais distante do litoral, os níveis foram ainda mais elevados (83,9%).

Os chefes de fogo com atividade no setor secundário e terciário atingiram uma proporção mais representativa em Gontinhães, visto que esta paróquia iniciava a sua abertura ao exterior. Efetivamente, a sua posição como nó e eixo de comunicação das vias litoral, interior e norte-sul, tal como de passagem de novas vias de comunicação, irá

<sup>697</sup> REGO, Aurora Botão, "De Gontinhães a Vila Praia de Âncora, ruralidade versus urbanidade", in *Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora*, Vila Praia de Âncora, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, 2004, pp. 151-172.

contribuir para que esta paróquia inicie um processo de desenvolvimento e de modernização que não foi acompanhado pelas demais freguesias do Vale do Âncora.

A realidade destas três paróquias é a de uma sociedade tipicamente rural, própria das comunidades de Antigo Regime onde a agricultura de subsistência, implementada em regime de pequena propriedade, dominava a economia das populações. A participação muito reduzida de jornaleiros sugere que as necessidades de mão-de-obra na agricultura seriam ultrapassadas através do recurso a sistemas de ajuda entre parentelas e vizinhanças. Por outro lado, a forte mobilidade que caracterizava Gontinhães e Âncora indica que a atividade agrícola era liderada pelas mulheres, não podendo ser descartado o recurso a assalariados entre os lavradores, criados e caseiros de menores rendimentos.

### 9.2.3. Estrutura dos agregados domésticos

Na Tabela 128 é referido o número de gerações presentes em cada fonte. Uma vez que a informação proporcionada pelos livros de Ordenanças era insuficiente para achar estes resultados, recorreremos à base de dados da paróquia no sentido de reconstituir a real dimensão de cada agregado doméstico e permitir assim completar as lacunas próprias das fontes. No entanto, a subvalorização dos indivíduos de sexo feminino existentes nos fogos de Gontinhães ocultava a real distribuição das gerações presentes, já que a existência de uma mulher solteira celibatária, por exemplo, transformaria um agregado formado com duas gerações num agregado com três. O conhecimento das relações existentes entre os vários indivíduos que se encontravam inseridos nos diferentes fogos possibilitou a sua desagregação em várias gerações.

**Tabela 128**  
**Distribuição comparada do número de gerações presentes em cada fogo**

| Número de gerações | Gontinhães |      | Âncora |      | Montaria |      |
|--------------------|------------|------|--------|------|----------|------|
|                    | N          | %    | N      | %    | N        | %    |
| 1                  | 36         | 20,0 | 47     | 36,7 | 28       | 23,3 |
| 2                  | 111        | 61,7 | 66     | 51,6 | 77       | 64,2 |
| 3                  | 31         | 17,2 | 14     | 10,9 | 15       | 12,5 |
| 4                  | 2          | 1,1  | 1      | 0,8  | -        | -    |
| Total              | 180        | 100  | 128    | 100  | 120      | 100  |

Fontes: A.M.C., Livros de Ordenanças do concelho de Caminha;  
A.D.V.C., Registos paroquiais e notariais de Vila Praia de Âncora;  
ROWLAND, Robert, 1981.

20% dos fogos incluíam apenas uma geração, 61,7% incluíam duas gerações e 17,2% três gerações. Comparando estes dados com os da freguesia de Âncora e Montaria, verificamos que o número de fogos com duas gerações constituiu uma tendência comum a todas elas. Nestas duas paróquias, encontramos uma percentagem

inflacionada de fogos somente com uma geração e alguma subvalorização do conjunto de três gerações. Isto poderá dever-se ao facto da análise de Gontinhães estar alicerçada na reconstituição de famílias processada em tempo longo. Este cruzamento permitiu assim corrigir e proceder à desfragmentação dos fogos onde residia uma só geração para fogos com duas e três gerações residentes. A título de exemplo, um grupo doméstico aparentemente nuclear evoluiria para um agregado múltiplo pela existência de uma filha solteira com descendentes femininos que se encontravam omissos no recenseamento.

Em conclusão, predominou a distribuição de até duas gerações nas paróquias comparadas – 81,7% em Gontinhães, 88,3% em Âncora e 87,5% na Montaria. Neste quadro, à semelhança do que acontecia na Europa e em particular no Noroeste, presume-se que existiriam normas tácitas de residência que tenderiam a excluir a possibilidade de formação de agregados com mais de duas gerações<sup>698</sup>. Ora, verificamos que, nas três freguesias, a proporção de três e mais gerações presentes (17,3% em Gontinhães, 11,7% em Âncora e 12,5% na Montaria) ainda assim se afigura algo significativa.

No sentido de analisar a estrutura interna dos fogos recenseados em 1828, adoptámos a tipologia da Escola de Cambridge<sup>699</sup>, que estabelece cinco categorias de fogos: isolados, agregados não conjugais, agregados familiares simples, agregados familiares alargados e ainda os agregados familiares múltiplos. Esta tipologia foi adaptada à realidade portuguesa por Robert Rowland<sup>700</sup> que dentro das classes previstas acrescentou a classe 3e) e desdobrou a classe 5b em 5b (i) e em 5b (ii), sub-classes que poderão refletir práticas sucessórias por linha masculina ou feminina respetivamente.

---

<sup>698</sup> ROWLAND, Robert, 1981, op. cit., p. 216.

<sup>699</sup> LASLETT, Peter; HAMMEL, Eugene, “Comparing Household Structures Over Time and Between Cultures”, in *Comparative Studies in Society and History*, n.º 16, Berkley, University of California, 1974, pp. 73-109.

<sup>700</sup> ROWLAND, Robert, 1981, op. cit., p. 217.

**Tabela 129**  
**Estrutura interna dos agregados domésticos**

| Categorias                    | Classes   | Gontinhães  |             | Âncora     |             | Montaria   |             | Ronfe      |             |
|-------------------------------|---|-------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
|                               |   | N           | %           | N          | %           | N          | %           | N          | %           |
| 1. Isolados                   | 1A: Viúvos  | 3           | 1,7         | 6          | 4,7         | 4          | 3,3         | -          | -           |
|                               | 1b: Solteiros   | 16          | 8,9         | 22         | 17,2        | 10         | 8,3         | -          | -           |
|                               | <b>Total</b>  | <b>19</b>   | <b>10,6</b> | <b>28</b>  | <b>21,9</b> | <b>14</b>  | <b>11,7</b> | <b>25</b>  | <b>10,5</b> |
| 2. Agregado não conjugal      | 2a: Irmãos  | 1           | 0,6         | 1          | 0,8         | 1          | 0,8         | -          | -           |
|                               | 2b: Outros parentes                                       | 3           | 1,7         | 0          | 0           | 0          | 0           | -          | -           |
|                               | 2c: Sem parentesco evidente                               | 0           | 0           | 0          | 0           | 0          | 0           | -          | -           |
|                               | <b>Total</b>  | <b>4</b>    | <b>2,2</b>  | <b>1</b>   | <b>0,8</b>  | <b>1</b>   | <b>0,8</b>  | <b>23</b>  | <b>9,6</b>  |
| 3. Agregado familiar simples  | 3a: Casal sem filhos                                      | 13          | 7,2         | 18         | 14,1        | 12         | 10,0        | 48         | 10,0        |
|                               | 3b: Casal com filhos                                      | 66          | 36,7        | 38         | 29,7        | 60         | 50,0        | 82         | 50,0        |
|                               | 3c: Viúvos com filhos                                     | 2           | 1,1         | 1          | 0,8         | 5          | 4,2         | 25         | 4,2         |
|                               | 3d: Viúvas com filhos                                     | 12          | 6,7         | 11         | 8,6         | 6          | 5,0         | 11         | 5,0         |
|                               | 3e: Solteiras com filhos                                  | 6           | 3,3         | 2          | 1,6         | 3          | 2,5         | 3          | 2,5         |
|                               | <b>Total</b>  | <b>99</b>   | <b>55,0</b> | <b>70</b>  | <b>54,7</b> | <b>86</b>  | <b>71,7</b> | <b>169</b> | <b>70,7</b> |
| 4. Agregado familiar alargado | 4a: Alargamento ascendente                                | 4           | 2,2         | 12         | 9,4         | 6          | 5,0         | 3          | 1,3         |
|                               | 4b: Alargamento descendente                               | 0           | 0           | 0          | 0           | 1          | 0,8         | 7          | 2,8         |
|                               | 4c: Alargamento lateral                                   | 13          | 7,2         | 2          | 1,6         | 2          | 1,7         | 9          | 3,8         |
|                               | 4d: Combinações 4a-4c                                     | 6           | 3,3         | 1          | 0,8         | 0          | 0           | 3          | 1,3         |
|                               | <b>Total</b>  | <b>23</b>   | <b>12,8</b> | <b>15</b>  | <b>11,7</b> | <b>9</b>   | <b>7,5</b>  | <b>22</b>  | <b>9,2</b>  |
| 5. Agregado familiar múltiplo | 5a: Unidade secundária ascendente                         | 1           | 0,6         | 0          | 0           | 0          | 0           | -          | -           |
|                               | 5b: (i) Unidade secundária descendente na linha masculina | 8           | 4,4         | 4          | 3,1         | 4          | 3,3         | -          | -           |
|                               | 5b: (ii) Unidade secundária descendente na linha feminina | 19          | 10,6        | 6          | 4,7         | 5          | 4,2         | -          | -           |
|                               | 5c: Unidade secundária lateral                            | 0           | 0           | 1          | 0,8         | 0          | 0           | -          | -           |
|                               | 5d: <i>Frérèches</i>                                      | 1           | 0,6         | 0          | 0           | 1          | 0,8         | -          | -           |
|                               | 5e: Outras combinações                                    | 1           | 0,6         | 0          | 0           | 0          | 0           | -          | -           |
| <b>Total</b>                  | <b>30</b>   | <b>16,7</b> | <b>11</b>   | <b>8,6</b> | <b>10</b>   | <b>8,3</b> | <b>0</b>    | <b>0</b>   |             |
| 6. Estrutura indeterminada    |   | 5           | 2,8         | 3          | 2,3         | 0          | 0           | 0          | 0           |
| <b>Total</b>                  |   | <b>180</b>  | <b>100</b>  | <b>128</b> | <b>100</b>  | <b>120</b> | <b>100</b>  | <b>239</b> | <b>100</b>  |

Fontes: A.M.C., Livros de Ordenanças do concelho de Caminha; A.D.V.C., Registos paroquiais e notariais de Vila Praia de Âncora; ROWLAND, Robert, 1981.

Se compararmos a estrutura interna dos agregados domésticos de Gontinhães com outras comunidades minhotas, podemos detetar diferenças significativas entre as várias paróquias (Tabela 129).

Os agregados isolados apresentam valores aproximados nas comunidades de Gontinhães (10,6%), Montaria (11,7%) e Ronfe (10,5%), tendo sido registado um valor bastante superior em Âncora (21,9%), resultante de uma grande percentagem de celibatários (17,2%).

Relativamente aos agregados não conjugais, os fogos chefiados por irmãos ou outros parentes assumiram valores inexpressivos, com exceção da paróquia de Ronfe onde se registaram 9,6% de agregados domésticos chefiados por irmãos, outros parentes e sem parentesco evidente.

Em todas as freguesias predominaram os agregados familiares simples, representando 55% em Gontinhães, 54,7% em Âncora, 71,7% na Montaria e 70,7% em Ronfe. Nesta categoria prevaleceram os casais com filhos em qualquer uma das comunidades. Tal como se verificou entre o século XVII e o século XIX noutros países europeus, a família nuclear era dominante. Considerando alguma diversificação regional, a sua proporção oscilou em Inglaterra entre 69% e 83%, no Norte de França

entre 76% e 85,8%, na Córsega entre 67,4% e 74,7% e no Sul de França entre 50,8% e 54,7%<sup>701</sup>.

Os agregados familiares alargados evidenciaram valores aproximados em Gontinhães (12,8%) e em Âncora (11,7%), com algum afastamento dos que se verificaram na Montaria (7,5%) e em Ronfe (9,2%). É interessante verificar que em Gontinhães os agregados domésticos com alargamento lateral têm uma frequência bastante superior à das demais paróquias. Através da base de dados demográfica que sustenta esta investigação e do cruzamento com informação proveniente de testamentos e notariais, sabemos que estes fogos integravam vários irmãos e sobretudo irmãs celibatárias que herdaram em comum a casa com os chefes de fogo (alargamento lateral).

A frequência dos agregados familiares múltiplos é bastante mais elevada em Gontinhães (16,7%) do que nas restantes paróquias. O acesso à base de dados genealógica que não foi utilizada no estudo das outras comunidade permitiu detetar com exatidão a relação de parentesco entre o chefe de fogo e os restantes elementos do agregado, o que poderá explicar esta divergência de valores. Como já verificámos pela análise das práticas sucessórias, as filhas eram privilegiadas com o terço que ficavam a chefiar e daí a prevalência de unidades secundárias por linha feminina.

A representatividade destes agregados complexos – agregados familiares alargados e agregados familiares múltiplos - variou significativamente de país para país e de região para região. Nas populações do Antigo Regime, foram detetadas grandes variações no que se refere à frequência dos agregados complexos. Entre os séculos XVII e XIX, foram encontradas percentagens pouco significativas na Europa do noroeste (entre 4,1% e 17%), oscilando na Europa meridional<sup>702</sup> entre 25,4% e 41,7%.

---

<sup>701</sup>FLANDRIN, Jean-Louis, *Familles, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*, Paris, Hachette, 1976, pp. 240-242.

<sup>702</sup>ROWLAND, Robert, 1981, op. cit., pp. 221-222.

**Tabela 130****Estrutura dos agregados domésticos complexos por região**

| Região | Localidade                                 | Tipologia dos agregados |      |      |
|--------|--|-------------------------|------|------|
|        |  | 4                       | 5    | 4+5  |
| Norte  | Gontinhães (1828)                          | 12,8                    | 16,7 | 29,5 |
|        | Âncora (1827)                              | 11,7                    | 8,6  | 20,3 |
|        | Montaria (1827)                            | 7,5                     | 8,3  | 15,8 |
|        | Santa Eulália (1850)                       | 12,3                    | 14,2 | 26,5 |
|        | Ronfe (1829)                               | 9,2                     | 0,0  | 9,2  |
|        | Porto - Cedofeita (1847)                   | 9,9                     | 2,0  | 11,9 |
| Centro | 23 freguesias do Bispado de Coimbra (1801) | 9,1                     | 2,8  | 11,9 |
|        | Figueira da Foz (1838)                     | 11,1                    | 1,9  | 13,0 |
|        | Oeiras (1806)                              | 8,3                     | 1,5  | 9,8  |
| Sul    | Ficalho - Serpa (1839)                     | 2,6                     | 0,0  | 2,6  |
|        | Quelfes - Olhão (1835)                     | 4,1                     | 0,4  | 4,5  |

Fontes: A.M.C., Livros de Ordenanças do concelho de Caminha; PEREIRA, Gaspar Martins, 1996; SCOTT, Ana Sílvia, 1999; ROWLAND, Robert, 1981.

Considerando os dados da Tabela 130, na região do Norte de Portugal, destaca-se uma tendência para uma maior frequência de agregados complexos, sobretudo nas regiões rurais do Alto Minho. Na região Centro, foram encontrados valores intermédios e, nas freguesias da região Sul, os valores são claramente inferiores e residuais. Como podemos verificar, existe uma grande clivagem entre as regiões Norte/Centro e a Região Sul.

Observando as distribuições desiguais destes aglomerados, parece confirmar-se a existência de variações regionais dentro do país, variações que se podem relacionar com a maior ou menor extensão da propriedade e, conseqüentemente, com a existência de práticas sucessórias distintas. O minifúndio do Norte e o latifúndio do Sul conduziram à formação de diferentes aglomerados domésticos que responderiam de uma forma distinta às necessidades dos regimes de propriedade, dos sistemas de produção agrícola e da densidade populacional de cada região<sup>703</sup>. No Norte, a existência de um maior número de aglomerados complexos consubstancia um conjunto de diversos fatores, tais como a permanência no seio da família dos ascendentes e dos celibatários, a não divisibilidade da pequena propriedade e o excedente de mão-de-obra. No Sul, o predomínio de famílias nucleares foi ditado pela grande extensão da propriedade, favorável à formação de grupos domésticos independentes e autónomos, onde não existiam constrangimentos a nível de herança, nem tão pouco de excesso de mão-de-obra.

<sup>703</sup> ROWLAND, Robert, 1997, op. cit., pp. 53-73.

## CONCLUSÕES

Com o nosso trabalho, propusemo-nos encontrar respostas acerca dos principais aspetos da evolução demográfica de Gontinhães entre 1624 e 1924, efetuando ainda uma aproximação ao contexto da Família e da Sociedade durante o século XIX. A existência da série completa de registos paroquiais permitiu-nos concretizar uma observação plurissecular assente numa análise longitudinal facultada pela metodologia de *reconstituição de paróquias* proposta por Norberta Amorim. O cruzamento com a informação proveniente de diversas fontes (civis e religiosas) possibilitou o enriquecimento da base de dados demográfica, construída a partir da referida metodologia, fundamentando a análise de comportamentos diferenciais.

Ao longo do período estudado, verificámos que o crescimento populacional da paróquia foi praticamente nulo até ao início do século XIX, evoluindo a partir de então de forma exponencial até 1924, o que explicará a sua elevação a Vila. Para o arranque deste crescimento contribuiu a chegada em 1825, de uma pequena comunidade marítima oriunda da vizinha Galiza.

Considerando as variáveis responsáveis pela dinâmica populacional, constatámos que as taxas de fecundidade legítima foram baixas até finais do século XVIII, elevando-se progressivamente até final da observação, em grande parte devido à expansão da comunidade marítima e às suas práticas nupciais. Com efeito, a análise dos comportamentos diferenciais na idade média ao casamento evidenciou uma grande precocidade na comunidade marítima relativamente à restante população. Entre 1835 e 1895, as taxas de fecundidade observadas na comunidade marítima ascenderam a 621‰, enquanto na restante população atingiram o máximo de 465‰. Em consequência, a descendência média das famílias chegou a atingir os 6,3 filhos por família fecunda no primeiro caso e apenas 4,5% no segundo. Também a infecundidade dos casais de marítimos não ultrapassou os 10%, enquanto na restante população rondou os 19%. Até ao final do período em estudo, não se encontraram práticas de controlo da natalidade, refletindo, à semelhança regional e nacional, uma tardia transição demográfica.

O casamento entre nubentes solteiros constituiu a regra, sendo residual o recasamento de viúvos, sobretudo nas mulheres praticamente excluídas do mercado matrimonial. O celibato definitivo feminino atingiu níveis muito elevados sobretudo entre 1900 e 1919 em que rondou os 44%. Este indicador reflete a forte pressão demográfica que caracterizava toda

a região e os efeitos da intensa mobilidade na população masculina em idade ativa que sempre contribuíram para um desequilíbrio acentuado nas relações de masculinidade.

Os casamentos revelaram uma clara tendência endogâmica, atingindo um máximo de 78,3% entre 1700 e 1749. A partir desse momento, assistiu-se a um aumento progressivo de uniões exogâmicas decorrente, principalmente durante a segunda metade do século XIX, do desenvolvimento da comunidade piscatória. O progresso da paróquia, em particular, das redes viária e ferroviária e dos novos acessos, bem como do incremento do comércio e dos serviços, constituíram fatores que contribuíram para este fenómeno.

A fecundidade ilegítima foi pouco expressiva na paróquia durante o século XVII, não ultrapassando os 4,2% em cada década. Posteriormente estes valores tenderam a ser bastante mais elevados, chegando a atingir os 16,4% entre 1860 e 1869 e os 20,2% entre 1920 e 1924. Esta evolução acompanhou as tendências verificadas em toda a região do Minho para períodos idênticos, encontrando-se provavelmente associada à desproporção já referida entre sexos que induziria muitas mulheres a optarem pela maternidade fora do quadro do matrimónio legítimo. Se até ao ano de 1799, cerca de 84% das mães de ilegítimos eram naturais da paróquia, a partir dessa data registou-se um decréscimo para 61,3%.

Como seria de esperar numa época em que o recuo definitivo da mortalidade ainda não tinha ocorrido, as crises de mortalidade típicas das populações de Antigo Regime demográfico sucederam-se de forma cíclica. Na paróquia em estudo nunca foram de intensidade excessiva.

A maior parte das crises relacionou-se com quebras de produção agrícolas resultantes de más condições climáticas, gerando períodos de escassez alimentar, aumento dos preços dos cereais e outros bens essenciais. A disseminação de epidemias esteve na origem, em muitos casos, de crises de mortalidade.

Se para o século XVII não foi fácil determinar com precisão a origem destes anos de sobremortalidade (muito embora as crises assinaladas coincidissem com as de várias paróquias do Minho cuja origem se deveu à quebra na produção agrícola), a partir do século seguinte a informação proveniente de várias instituições (como por exemplo, das Câmaras de Caminha e de Viana do Castelo, do Governo Civil distrital, do Hospital da Misericórdia de Caminha, da imprensa regional) permitiu circunscrever a natureza das crises de maior intensidade.



No século XVIII, as crises de maior intensidade detetadas nos anos de 1724, 1735 e 1757 ficaram a dever-se à falta de cereais, açambarcamento e especulação de preços que ocasionaram a fome e a fragilização das populações. Já nos anos de 1743 e 1771, indivíduos em regime de mobilidade geográfica provocaram a propagação de epidemias entre familiares, vizinhança e população local.

A mortalidade excecional ocorrida durante os séculos XIX e XX apresentou fundamentalmente contornos de natureza epidémica que atuaram com maior incidência sobre as camadas das populações mais desfavorecidas. A varíola parece ter sido a causadora da crise de 1827, enquanto a cólera esteve na origem das crises de mortalidade de 1833 e 1852. Nos anos de 1856, 1866, 1876 e 1879 as causas principais ficaram a dever-se a agentes infetocontagiosos decorrentes sobretudo de epidemias de varíola, cólera e tifo. A particular virulência epidémica ocorrida nos anos de 1891, 1895 e 1906 (que obrigou inclusive à construção do cemitério paroquial em 1897 pelo perigo de contágio às freguesias vizinhas) deveu-se ao tifo exantemático que incidiu principalmente na comunidade marítima, seja em resultado das precárias condições de sanitarismo, seja devido ao manuseamento e à comercialização do sargaço e do *patêlo* (pequeno caranguejo comercializado e utilizado para o adubo das terras). Esta epidemia ocorreu um pouco por todas as comunidades piscatórias nortenhas.

A última grande sobremortalidade verificada no período em estudo ficou a dever-se à ação da pneumónica que atingiu a paróquia e todo o concelho de Caminha entre setembro e novembro de 1918. Os primeiros casos detetados estiveram relacionados com a população marítima (mercantil ou costeira) que posteriormente disseminou a pestilência por toda a população.

Considerando os valores encontrados para a esperança média de vida dos indivíduos casados, constatámos que as mulheres tenderam a apresentar uma maior longevidade, sobretudo nas gerações nascidas entre 1660 e 1749. Para as gerações que nasceram em 1670 e 1824, os valores aproximaram-se, situando-se nos 45,1 anos e nos 46,6 anos no grupo etário dos 25 anos respetivamente.

Como seria de esperar, considerando o contexto regional, a mobilidade interna e externa foi sempre intensa ao longo de todo o período estudado.

A economia de subsistência assente num sistema minifundiário que tendia a expulsar da terra os excedentes populacionais, explicará a persistência dos fluxos migratórios durante

toda a observação. Estes movimentos, temporários ou definitivos, envolveram quase exclusivamente a população masculina em idade ativa que, isoladamente ou em grupo, se movimentava sazonalmente no território nacional ou mesmo ibérico. A partir de 1836, o recurso à informação proveniente dos passaportes externos, permitiu aprofundar as características da emigração que fundamentalmente se dirigia para território brasileiro e, já no final do período em observação, para outros países europeus. O perfil predominante do emigrante manteve as mesmas características que o do migrante – masculino, solteiro e jovem. Esta abordagem do fenómeno migratório permitiu confirmar a importância desta variável na dinâmica populacional da freguesia.

A presença de imigrantes galegos na paróquia foi apenas detetada através das fontes disponíveis a partir do ano de 1825, sendo decisivo o seu contributo no desenvolvimento da pesca, atividade não explorada pelos naturais. As famílias constituídas com pelo menos um imigrante de naturalidade galega deram origem a 43% dos nascimentos registados na paróquia entre 1825 e 1924.

A análise das práticas sociais, sobretudo assente nas informações provenientes dos testamentos produzidos entre 1831 e 1919, revelou usos e costumes associados à mentalidade da época.

As disposições testamentárias revelaram também claramente que a transmissão do património familiar tendia a contornar o sistema de herança igualitária em vigor. Com efeito, foi possível confirmar que, por regra, era utilizada a atribuição do terço disponível privilegiando um dos descendentes, no sentido de evitar a parcelização da propriedade. Neste contexto, a escolha do herdeiro da quota disponível recaiu maioritariamente sobre mulheres solteiras que poderiam garantir a estabilidade futura da casa-mãe, já que no próprio testamento estas eram frequentemente pressionadas para permanecerem celibatárias até à morte do último cônjuge sobrevivente e, assim, assegurarem o seu amparo na velhice.

Através da informação fornecida pelos livros das Ordenanças referentes ao ano de 1828, concluímos que a estrutura dos agregados domésticos da época era predominantemente nuclear. Ainda assim, considerámos também relevante a existência de 12,8% de agregados familiares alargados onde corresidiam ascendentes e colaterais, e de 16,7% de agregados familiares múltiplos, onde corresidiam descendentes casados. Esta última classe integrava predominantemente as filhas do casal. Esta estrutura é idêntica à que foi encontrada para outras paróquias da região, afastando-se das estruturas prevaletentes nas regiões centro e sul

do país, visto que a estas diferenças regionais se encontravam associadas, respetivamente, regimes de propriedade minifundiária e latifundiária.

Este trabalho vem confirmar que, ao longo de todo o período em estudo, a mobilidade masculina se posicionou como uma variável determinante nos comportamentos nupciais da comunidade, nos elevados níveis de celibato definitivo feminino, não sendo de desprezar a sua importância na importação de agentes víricos que despoletaram crises de mortalidade no seio da comunidade. Neste cenário, a mulher minhota assumiu desde o início da observação um papel fundamental na gestão e na condução dos destinos da casa, da propriedade e da família, bem visível nas práticas sucessórias que a privilegiavam e que a própria reproduziu ao longo das sucessivas gerações.



## 10. ANEXOS

### Anexo 1 Tombo dos limites de Santa Marinha de Gontinhães 10 de junho de 1539

In nomine Domini. Saybham quantos este publico instrumento de treslado de llimitaçom e apeguaçom virem que no ano do naçimento de nosso Senhor Juhsus Christo de mill e quinhentos e trinta e nove anos aos dez dias do mes de Junho na igreja de Santa Marinha de Guontinhães termo de Caminha da comarca de Vallença arcebispado de Bragua presente mim notairo abaixo nomeado pareceo Joham Vicente abade da dita igreja e rrequereo a mim notairo que eu lhe dese hum instrumento da llimitaçom e apeguaçom dos limites e herdades e propria(da)des que ha dita igreja tem que eu notairo fizera com Johan Gill do Paço e com Fernam Gill llabradores e homens boons aos quais eu notairo dey juramento dos Samtos Avangelhos e soo ho carreguo do dito juramento lhes mandei que bem e verdadeiramente assi como ho tem deste limitassem e apeguassem hos llimites e propriadades da dita igreja. Os quaaais disseram que elles ho faryam bem e verdadeiramente assi como ho entemdessem pollo juramento que feyto tinhom.

E os llimites da dita igreja ssom hos seguintes:

Primeiramente da banda do norte parte a freguesia da dita igreja com Sam Payo de Molledo, *convem a saber*, da pedra que esta na Ribeira do mar que sse chama Beel Furada e dalli vay direito ao Cabeço do Corno do Viturinho e dalli vay ao outeyro da Ereyra e dalli ao Crasto de sobre Abelheira e dally ao Crasto do Boy e de Crasto de Boy agoas vertentes ate Mouroçoon de Eguoa e dalli parte com Sam Pedro de Varaaes começa na Forguada agoas vertentes da Forquada pollo rribeyro abayxo nas Mandinhas no lloguar que ficou do Callado e do marquo pollo Comareiro da Naya direyto ao marquo que esta acima da bouça de Domingos Annes e do marquo direyto a *Cruz de Canporum* e dalli polla parte de Caniço da banda do norte direyro ao rribeiro da Fonte Velha pollo rribeyro ate ho rryo d'Anquora e toqua esta demarquaçom na freguesia de rrio d'Anquora e dalli parte com a freguesia de Balltasares polla Ancora abaixo ate ho mar.

E estas som as propriadades e herdades que tem ha dita igreja que nam som emprazadas, *convem a saber*, ho campo d'Aberte que traz Alvaro Pelaiz çarrado ssobre ssy que llevara de semente dezesseis allqueires e nam se medio porque nam tem midaçom. Item o campo de Frades çarrado sobre sy llevara de semente sete alqueires e

nam se medio porque esta çarrado de paredes. Item duas cortinhas peguadas hua com ha outra çarradas de parede que llevarom anbas quatro allqueires. Item hua casa velha que serve de ter palha com hua larangieyra a porta. Item hua lleira de vinha no Coelheiro que parte de llevante com Gonçalo Rodriguez e do poente com Freyxeeyro entesta do norte e sull nas paredes tem de comprido sasenta e nove varas e d'ancho cinco varas e hum pallmo terá hum dia e meo de cava. Item na veygua de Gonduminhas hua lleyra d'erdade que parte do vendavall com Diguio Pelaiz e do norte com Rodrigo Annes e do llevante com Bulhente e do poente com Afonso Annes, tem de comprido C<sup>to</sup> XXX e quatro varas e d'ancho treze varas llevara de semente hum allqueire. Item mays a dita igreja certas herdades que andam emprazadas em tres vidas a Gonçallo Diaz em Caminha que estam medidas e confrontadas no dito praso.

Esta he a prata que tem a dita igreja e he a seguinte: tem hua cruz toda de prata com hum cruxifixo encarnado na cruz com sua maçaa todo dourado e tem dentro hum ferro de cobre que todo foy pesado juntamente e pesou cinco marquos e hua onça. Item hum callez de prata branca que pesou com sua patena de prata hum marquo menos hua honça. Item outro callez, *convém a saber*, a copa de rriba de prata e ho pe de cobre que todo juntamente pesou dous marquos, menos duas onças. A quall prata he entregue a Gonçalo Rodriguez com fiança abonada de que tem feita obrigaçom. As quaaais herdades e llimites foram vistos e apeguados pollos ditos homens boons como dito he. E feyta asy a dita llimitaçom e apeguaçom e acabada como dito he o dito abbade pedio a mim notairo que lhe dese dous imstormentos públicos com ho tresllado deste outro. E os ditos imstormentos eu Fernam Annes notairo appostolico que a todo o presente fui e hos ditos homens boons assinaram com o dito abade em minha nota. Porque todo pasou em verdade lhe dey este imstormento per mym feyto e assinado do meu pubrico sinall que tal lhe. Nam aja duvida honde diz sasenta e nove varas que isto fez por verdade<sup>704</sup>.

(Sinal notarial, título e pagamento)

---

<sup>704</sup> A.D.B., *Registo Geral*, caixa 288, (12).

**Anexo 2**  
**Inventário dos ornamentos e cálices da Igreja de Santa Marinha de Gontinhães**  
**3 de agosto de 1625**

- uma vestimenta de veludo vermelho;
- uma vestimenta de damasco branco;
- uma vestimenta de chamalote verde;
- uma vestimenta de chamalote roxo;
- uma vestimenta de chamalote preto;
- um frontal de damasco e veludo vermelho;
- um frontal branco;
- um frontal de chamalote roxo;
- três cálices;
- quatro mesas de corporais;
- três alvas, com amitos, e cordões;
- oito sanguinhos;
- duas toalhas de altar novas;
- uma sobrepeliz;
- um missal romano;
- um missal bracarense;
- um manual romano;
- dois castiçais;
- duas galhetas;
- um véu de três brocados de tafetá vermelho para as costas;
- duas toalhas de altar grandes com suas pontas, já acima;
- uns ferros com que se fazem as hóstias;
- mais três véus dos cálices, um vermelho, outro branco e outro azul;
- três pedras de ara e outra que esta no Sacrário;
- três estantes dos Altares, & um grande, do canto;
- um prato de estanho em que esta hambula dos Santos Óleos as duas toalhas pequenas;
- um livro de 6 mãos de papel, em que estão os batizados, casados & defuntos;
- mais dois livros das visitas desta igreja;

[Assinatura do Pd. Martim Alvares]<sup>705</sup>.

---

<sup>705</sup> A.D.V.C., *Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro Misto n.º 1.

**Anexo 3**  
**Responsáveis redatoriais de Santa Marinha de Gontinhães (1623-1924)**

| Abades                       | Curas, Coadjuutores e Encomendados     | Data do primeiro registo | Data do último registo |
|------------------------------|--|--------------------------|------------------------|
| António de Araújo e Brittos  | Francisco da Motta                     | 5-10-1623                | 26-4-1643              |
|                              | Martim Alvares de Azevedo              | 5-10-1623                | 25-5-1625              |
|                              | Francisco Mendes                       | 4-8-1625                 | 5-6-1633               |
|                              | Francisco de Calheiros                 | 18-10-1633               | 10-6-1635              |
|                              | Gonçalo do Valle                       | 29-6-1635                | 27-1-1637              |
|                              | Francisco do Valle                     | 10-12-1637               | 3-3-1640               |
|                              | António Barbosa                        | 3-3-1640                 | 26-4-1648              |
| João Brandão Malheyros       |  | 2-1-1642                 | 31-8-1642              |
|                              | Pedro Alvares                          | 19-7-1648                | 25-4-1684              |
|                              | Philippe Barroso                       | 15-10-1650               | 12-2-1672              |
|                              | Luís do Rego                           | 20-4-1662                | 8-4-1663               |
|                              | Francisco de Araújo                    | 11-10-1665               | 24-11-1688             |
|                              | João Barbosa                           | 1-1-1671                 | 22-12-1671             |
| Diogo de Caldas Barbosa      | João Barbosa                           | 21-9-1671                | 24-6-1694              |
|                              | Martinho Lopes                         | 11-5-1684                | 10-3-1686              |
|                              | Luís Afonso                            | 26-5-1686                | 13-3-1734              |
|                              | Francisco Alvares de Azevedo           | 25-7-1694                | 3-7-1695               |
|                              | João do Rego                           | 28-8-1695                | 5-9-1704               |
|                              | Manuel da Rocha                        | 5-7-1696                 | 30-11-1719             |
|                              | Domingos das Neves                     | 29-6-1704                | 12-7-1712              |
|                              | Manuel Correa de Castro                | 14-1-1714                | 2-5-1715               |
|                              | João Alvares Peneda                    | 20-9-1718                | 28-5-1719              |
|                              | João Gonçalves do Rego                 | 13-7-1719                | 17-4-1731              |
|                              | João Rodrigues Carneiro                | 16-6-1726                | 31-7-1732              |
|                              | António Rodrigues da Rocha             | 26-5-1731                | 30-7-1771              |
|                              | Dr. Gonçalo Pinto de Carvalho Medeyros |                          | 1-5-1732               |
| João Barbosa                 |  | 5-3-1734                 | 17-12-1779             |
| António José Pires de Campos |  | 8-9-1754                 | 10-8-1757              |
| Luís Antunes da Silva        |  | 1-9-1771                 | 17-4-1778              |
| Sylvério José da Silva       |  | 29-9-1781                | 17-9-1783              |
|                              | Roque Martins da Fonte                 | 27-9-1783                | 22-7-1823              |
|                              | José Martins Pereira                   | 30-11-1783               | 13-5-1826              |
|                              | Bernardo António da Rosa               | 7-11-1810                | 29-4-1852              |
|                              | Manuel José Gonçalves Ramos            | 22-7-1823                | 28-4-1834              |
| Manuel Fernandes da Fonte    |  | 11-5-1834                | 26-2-1840              |
|                              | Paulo Gonçalves                        | 27-1-1839                | 14-3-1886              |
|                              | Mathias Alves dos Santos               | 15-9-1841                | 31-12-1866             |
|                              | Manuel José Gonçalves Preza            | 3-2-1883                 | 5-3-1884               |
|                              | João Luís Afonso                       | 6-3-1884                 | 18-5-1885              |
| Cónego Bernardo Vaz          |  | 18-5-1885                | 17-7-1887              |
|                              | José Barbosa da Cunha                  | 17-7-1887                | 04-02-1924             |
|                              | António Maria Gonçalves Souza          | 02-02-1924               | 03-08-1924             |
|                              |  | 07-08-1924               | 31-12-1924             |



**Anexo 4**  
**Livros de registos paroquiais de Santa Marinha de Gontinhães**

| Livros               | Data do primeiro registo | Data do último registo |
|----------------------|--------------------------|------------------------|
| Livro misto n.º 1    |                          |                        |
| Batismos             | 31-12-1623               | 10-03-1652             |
| Casamento            | 05-08-1646               | 6-3-1679               |
| Óbitos               | 5-10-1623                | 19-7-1665              |
| Livros de Batismos   |                          |                        |
| N.º 1                | 21-12-1659               | 27-11-1705             |
| N.º 2                | 28-12-1705               | 24-10-1739             |
| N.º 3                | 22-11-1739               | 14-2-1776              |
| N.º 4                | 10-3-1776                | 27-2-1792              |
| N.º 5                | 16-4-1792                | 30-6-1811              |
| N.º 6                | 21-7-1811                | 1-6-1828               |
| N.º 7                | 8-6-1828                 | 6-1-1852               |
| N.º 8                | 8-1-1852                 | 1-1-1871               |
| N.º 9                | 1-1-1860                 | 31-12-1893             |
| N.º 10               | 13-1-1894                | 31-03-1911             |
| N.º 11               | 08-04-1911               | 12-04-1914             |
| N.º 12               | 23-04-1914               | 26-12-1916             |
| N.º 13               | 07-01-1917               | 25-12-1924             |
| Livros de Casamentos |                          |                        |
| N.º 1                | 23-4-1679                | 13-6-1745              |
| N.º 2                | 19-7-1745                | 31-1-1796              |
| N.º 3                | 10-3-1796                | 15-1-1852              |
| N.º 4                | 14-2-1852                | 17-11-1879             |
| N.º 5                | 31-1-1860                | 30-03-1911             |
| N.º 6                | 10-04-1911               | 16-11-1919             |
| N.º 7                | 20-12-1919               | 27-12-1930             |
| Livros de Óbitos     |                          |                        |
| N.º 1                | 22-7-1665                | 20-7-1745              |
| N.º 2                | 24-11-1745               | 28-11-1791             |
| N.º 3                | 2-1-1792                 | 1-7-1844               |
| N.º 4                | ??-??-1844               | 4-12-1851              |
| N.º 5                | 19-2-1852                | 22-12-1879             |
| N.º 6                | 14-2-1860                | 20-03-1911             |
| N.º 7                | 14-04-1911               | 29-08-1916             |
| N.º 8                | 12-09-1916               | 16-07-1920             |
| N.º 9                | 29-07-1920               | 21-10-1925             |

**Anexo 5**  
**População do concelho de Caminha**  
**1527-1532**

| Freguesias                       | Fogos |
|----------------------------------|-------|
| Caminha e Lanhelas               | 280   |
| Vilarelho                        | 30    |
| Cristelo/Moledo                  | 63    |
| Venade/Marinhas                  | 57    |
| Dém/Gontinhães/Riba d'Âncora     | 136   |
| Gondar/Orbacém/Vilar de Mouros   | 83    |
| Pedrulhos/Tresâncora/Argela/Sopo | 111   |
| Covas/Azevedo                    | 40    |
| Total                            | 800   |

Fonte: Numeramento de 1527-1532, in DAVEAU, Suzanne, 1998.

**Anexo 6**  
**População do concelho de Caminha**  
**1706 e 1758**

| Paróquia          | 1706        |             | 1758        |             |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|                   | Fogos       | Habitantes  | Fogos       | Habitantes  |
| Âncora            | 150         | 600         | 127         | 537         |
| Arga Baixo        | 50          | 200         | 51          | 180         |
| Arga Cima         | 36          | 144         | 41          | 162         |
| Arga S. João      | 30          | 120         | 29          | 117         |
| Argela            | 156         | 624         | 96          | 380         |
| Azevedo           | 35          | 140         | 23          | 90          |
| Caminha           | 450         | 1800        | 335         | 833         |
| Cristelo          | 56          | 224         | 40          | 168         |
| Gondar            | 75          | 300         | 74          | 210         |
| <b>Gontinhães</b> | <b>200</b>  | <b>800</b>  | <b>219</b>  | <b>771</b>  |
| Lanhelas          | 110         | 440         | 120         | 850         |
| Moledo            | 140         | 560         | 182         | 801         |
| Orbacém           | 120         | 480         | 125         | 483         |
| Riba d'Âncora     | 160         | 640         | 136         | 540         |
| Seixas            | 200         | 800         | 274         | 1285        |
| Venade            | 120         | 480         | 158         | 606         |
| Vilar Mouros      | 230         | 920         | 188         | 782         |
| Vilarelho         | 70          | 280         | 60          | 233         |
| Vile              | 50          | 200         | 42          | 169         |
| <b>Total</b>      | <b>2438</b> | <b>9752</b> | <b>2320</b> | <b>9197</b> |

Fontes: Corografia Portuguesa, de COSTA, António Carvalho da, 1706; Memórias Paroquiais, in CAPELA, Viriato José, 2005.

**Anexo 7**  
**População do concelho de Caminha**  
**1794**

| Paróquia          | Fogos       | Homens      | Mulheres    | H+M         | RM<br>população<br>adulta |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------------|
|                   |             | N           | N           | N           |                           |
| Âncora            | 119         | 266         | 307         | 573         | 82,1                      |
| Arga de Baixo     | 50          | 74          | 113         | 187         | 57,7                      |
| Arga de Cima      | 35          | 78          | 63          | 141         | 93,8                      |
| Arga de S. João   | 21          | 34          | 54          | 88          | 63,4                      |
| Argela            | 90          | 118         | 174         | 292         | 59,7                      |
| Azevedo           | 27          | 57          | 67          | 124         | 89,6                      |
| Caminha           | 312         | 547         | 877         | 1424        | 49,8                      |
| Cristelo          | 34          | 54          | 72          | 126         | 67,2                      |
| Gondar            | 64          | 155         | 139         | 294         | 105,9                     |
| <b>Gontinhães</b> | <b>202</b>  | <b>384</b>  | <b>484</b>  | <b>868</b>  | <b>72,2</b>               |
| Lanhelas          | 117         | 214         | 292         | 506         | 69,5                      |
| Moledo            | 175         | 346         | 399         | 745         | 83,8                      |
| Orbacém           | 112         | 240         | 234         | 474         | 96,8                      |
| Riba d'Âncora     | 130         | 248         | 325         | 573         | 69,6                      |
| Seixas            | 285         | 526         | 634         | 1160        | 78,0                      |
| Venade            | 151         | 301         | 339         | 640         | 86,7                      |
| Vilar de Mouros   | 158         | 258         | 365         | 623         | 69,0                      |
| Vilarelho         | 59          | 109         | 125         | 234         | 86,3                      |
| Vile              | 40          | 78          | 97          | 175         | 68,8                      |
| <b>Total</b>      | <b>2181</b> | <b>4087</b> | <b>5160</b> | <b>9247</b> | <b>72,8</b>               |

Fonte: Cadastro da Província do Minho, in CRUZ, António da, 1970.

**Anexo 8**  
**População do concelho de Caminha**  
**1798**

| Paróquia        | Fogos | Habitantes |
|-----------------|-------|------------|
| Âncora          | 115   | 488        |
| Arga de Baixo   | 60    | 254        |
| Arga de Cima    | 32    | 136        |
| Arga de S. João | 23    | 98         |
| Argela          | 91    | 386        |
| Azevedo         | 27    | 114        |
| Caminha         | 326   | 1382       |
| Cristelo        | 34    | 144        |
| Gondar          | 64    | 271        |
| Gontinhães      | 204   | 865        |
| Lanhelas        | 123   | 521        |
| Moledo          | 176   | 746        |
| Orbacém         | 108   | 458        |
| Riba d'Âncora   | 131   | 555        |
| Seixas          | 330   | 1399       |
| Venade          | 142   | 602        |
| Vilar de Mouros | 171   | 725        |
| Vilarelho       | 60    | 254        |
| Vile            | 38    | 161        |
| Total           | 2255  | 9559       |

Fonte: Censo de Pina Manique, in SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1970.

**Anexo 9**  
**População do concelho de Caminha**  
**1801**

| Paróquia        | Fogos | População |          |       | RM    |
|-----------------|-------|-----------|----------|-------|-------|
|                 | N     | Homens    | Mulheres | Total |       |
| Âncora          | 120   | 251       | 328      | 579   | 76,5  |
| Arga de Baixo   | 46    | 94        | 113      | 207   | 83,2  |
| Arga de Cima    | 32    | 89        | 88       | 177   | 101,1 |
| Arga de S. João | 22    | 50        | 64       | 114   | 78,1  |
| Argela          | 88    | 121       | 170      | 291   | 71,2  |
| Azevedo         | 26    | 54        | 67       | 121   | 80,6  |
| Caminha         | 335   | 537       | 643      | 1180  | 83,5  |
| Cristelo        | 33    | 69        | 84       | 153   | 82,1  |
| Gondar          | 64    | 170       | 166      | 336   | 102,4 |
| Gontinhães      | 196   | 369       | 473      | 842   | 78,0  |
| Lanhelas        | 129   | 251       | 315      | 566   | 79,7  |
| Moledo          | 155   | 224       | 361      | 585   | 62,0  |
| Orbacém         | 105   | 228       | 251      | 479   | 90,8  |
| Riba d'Âncora   | 127   | 243       | 303      | 546   | 80,2  |
| Seixas          | 229   | 483       | 656      | 1139  | 73,6  |
| Venade          | 150   | 291       | 351      | 642   | 82,9  |
| Vilar Mouros    | 152   | 324       | 389      | 713   | 83,3  |
| Vilarelho       | 64    | 116       | 147      | 263   | 78,9  |
| Vile            | 39    | 75        | 105      | 180   | 71,4  |
| Total           | 2112  | 4039      | 5074     | 9113  | 79,6  |

Fonte: Censo de 1801, in SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, 1997.

**Anexo 10**  
**População do concelho de Caminha**  
**1849**

| Paróquias         | Fogos N     | Habitantes  |             |              |             | Nascimentos |            |            | Óbitos    |           |            | Casamentos N |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|------------|------------|-----------|-----------|------------|--------------|
|                   |             | H           | M           | Total        | RM          | H           | M          | Total      | H         | M         | Total      |              |
| Âncora            | 134         | 270         | 365         | 635          | 74,0        | 4           | 6          | 10         | 5         | 5         | 10         | 3            |
| Arga Baixo        | 53          | 114         | 137         | 251          | 83,2        | 3           | 0          | 3          | 1         | 1         | 2          | 1            |
| Arga Cima         | 34          | 69          | 85          | 154          | 81,2        | 2           | 2          | 4          | 3         | 1         | 4          | 0            |
| Arga S. João      | 24          | 58          | 71          | 129          | 81,7        | 1           | 0          | 1          | 2         | 1         | 3          | 0            |
| Argela            | 87          | 217         | 259         | 476          | 83,8        | 5           | 4          | 9          | 2         | 1         | 3          | 3            |
| Azevedo           | 36          | 75          | 86          | 161          | 87,2        | 3           | 0          | 3          | 0         | 1         | 1          | 1            |
| Caminha           | 410         | 846         | 1042        | 1888         | 81,2        | 31          | 25         | 56         | 12        | 12        | 24         | 15           |
| Cristelo          | 41          | 88          | 106         | 194          | 83,0        | 2           | 1          | 3          | 3         | 3         | 6          | 1            |
| Gondar            | 65          | 153         | 205         | 358          | 74,6        | 4           | 5          | 9          | 2         | 0         | 2          | 3            |
| <b>Gontinhães</b> | <b>229</b>  | <b>475</b>  | <b>591</b>  | <b>1066</b>  | <b>80,4</b> | <b>16</b>   | <b>16</b>  | <b>32</b>  | <b>10</b> | <b>8</b>  | <b>18</b>  | <b>5</b>     |
| Lanhelas          | 160         | 314         | 416         | 730          | 75,5        | 8           | 9          | 17         | 5         | 7         | 12         | 9            |
| Moledo            | 148         | 288         | 374         | 662          | 77,0        | 6           | 11         | 17         | 6         | 8         | 14         | 6            |
| Orbacém           | 110         | 286         | 332         | 618          | 86,1        | 7           | 1          | 8          | 4         | 2         | 6          | 4            |
| Riba d'Âncora     | 129         | 326         | 413         | 739          | 78,9        | 6           | 6          | 12         | 7         | 3         | 10         | 4            |
| Seixas            | 407         | 971         | 1084        | 2055         | 89,6        | 26          | 29         | 55         | 14        | 24        | 38         | 9            |
| Venade            | 175         | 381         | 471         | 852          | 80,9        | 9           | 9          | 18         | 7         | 3         | 10         | 5            |
| Vilar Mouros      | 169         | 331         | 415         | 746          | 79,8        | 10          | 6          | 16         | 7         | 9         | 16         | 2            |
| Vilarelho         | 70          | 128         | 142         | 270          | 90,1        | 5           | 5          | 10         | 3         | 5         | 8          | 0            |
| Vile              | 39          | 89          | 94          | 183          | 94,7        | 3           | 0          | 3          | 3         | 1         | 4          | 1            |
| <b>Total</b>      | <b>2520</b> | <b>5479</b> | <b>6688</b> | <b>12167</b> | <b>82,3</b> | <b>151</b>  | <b>135</b> | <b>286</b> | <b>96</b> | <b>95</b> | <b>191</b> | <b>72</b>    |

Fonte: Censo de 1849, in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, 2001.

**Anexo 11**  
**Relação de masculinidade ao nascimento**

| Período          | H           | M           | R.M.         |
|------------------|-------------|-------------|--------------|
|                  | N           | N           |              |
| 1660-1699        | 413         | 373         | 110,7        |
| 1700-1749        | 558         | 541         | 103,1        |
| 1750-1799        | 503         | 438         | 114,8        |
| 1800-1849        | 603         | 556         | 108,5        |
| 1850-1899        | 1141        | 1099        | 103,8        |
| 1900-1924        | 1024        | 1034        | 99,0         |
| <b>1660-1924</b> | <b>4242</b> | <b>4041</b> | <b>105,0</b> |

**Anexo 12**  
**Sazonalidade comparada dos casamentos entre freguesias do Alto Minho**  
**Índices**

| Paróquias            | Jan   | Fev   | Mar  | Abr   | Mai   | Jun   | Jul   | Ago   | Set   | Out   | Nov   | Dez  |
|----------------------|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| Âncora 1624-1739     | 24,0  | 114,0 | 24,0 | 77,0  | 110,0 | 147,0 | 184,0 | 214,0 | 144,0 | 45,0  | 83,0  | 33,0 |
| Âncora 1740-1839     | 60,0  | 114,0 | 56,0 | 75,0  | 128,0 | 124,0 | 148,0 | 221,0 | 104,0 | 52,0  | 33,0  | 84,0 |
| Romarigães 1638-1749 | 84,0  | 155,0 | 54,0 | 52,0  | 151,0 | 121,0 | 107,0 | 117,0 | 104,0 | 101,0 | 111,0 | 44,0 |
| Romarigães 1750-1849 | 105,0 | 116,0 | 97,0 | 136,0 | 110,0 | 86,0  | 83,0  | 110,0 | 73,0  | 79,0  | 109,0 | 97,0 |
| Gontinhães 1646-1739 | 99,4  | 106,5 | 41,6 | 69,3  | 171,0 | 117,0 | 122,5 | 224,2 | 124,2 | 48,5  | 52,5  | 23,1 |
| Gontinhães 1740-1839 | 128,0 | 117,1 | 88,0 | 77,2  | 109,4 | 113,0 | 128,0 | 165,4 | 91,0  | 82,7  | 46,9  | 53,3 |

Fonte: LAGIDO, Emília, 2004; SANTOS, Carlota 1999; Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

**Anexo 13**  
**Sazonalidade comparada dos casamentos entre regiões**  
**Índices**

| Região         | Paróquias                                | Jan   | Fev   | Mar  | Abr   | Mai   | Jun   | Jul   | Ago   | Set   | Out  | Nov   | Dez   |
|----------------|--|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|-------|-------|
| Alto Minho     | Gontinhães (1646-1829)                   | 110,5 | 108,4 | 63,7 | 69,9  | 144,3 | 116,9 | 128,7 | 202,8 | 106,1 | 65,0 | 49,7  | 33,8  |
| Trás-os-Montes | Poiães / Cardanha /Rebordãos (1620-1819) | 126,0 | 172,0 | 91,0 | 111,0 | 131,0 | 98,0  | 64,0  | 68,0  | 83,0  | 75,0 | 78,0  | 104,0 |
| Baixo Minho    | Guimarães - zona rural (1620-1819)       | 117,0 | 160,0 | 64,0 | 118,0 | 127,0 | 111,0 | 64,0  | 76,0  | 78,0  | 96,0 | 110,0 | 94,0  |

Fontes: Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; AMORIM, Norberta, 1987.

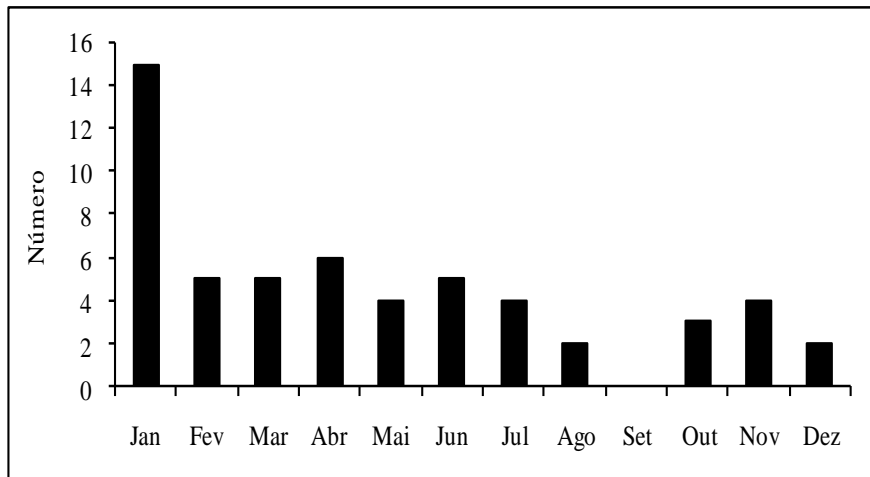
**Anexo 14**  
**Sazonalidade diferencial dos casamentos**  
**(1830-1924)**

| Mês       | Restante população |         | Comunidade marítima |         |
|-----------|--------------------|---------|---------------------|---------|
|           | Total              | Índices | Total               | Índices |
| Janeiro   | 82                 | 119,5   | 21                  | 104,4   |
| Fevereiro | 81                 | 129,5   | 16                  | 87,3    |
| Março     | 42                 | 61,2    | 10                  | 49,7    |
| Abril     | 69                 | 103,9   | 15                  | 77,1    |
| Mai       | 84                 | 122,4   | 21                  | 104,4   |
| Junho     | 59                 | 88,8    | 20                  | 102,7   |
| Julho     | 69                 | 100,5   | 25                  | 124,3   |
| Agosto    | 56                 | 81,6    | 24                  | 119,3   |
| Setembro  | 65                 | 97,9    | 22                  | 113,0   |
| Outubro   | 63                 | 91,8    | 18                  | 89,5    |
| Novembro  | 68                 | 102,4   | 28                  | 143,8   |
| Dezembro  | 69                 | 100,5   | 17                  | 84,5    |

**Anexo 15**  
**Idade média dos homens ao primeiro casamento em anos de guerra**  
**(1704-1714)**

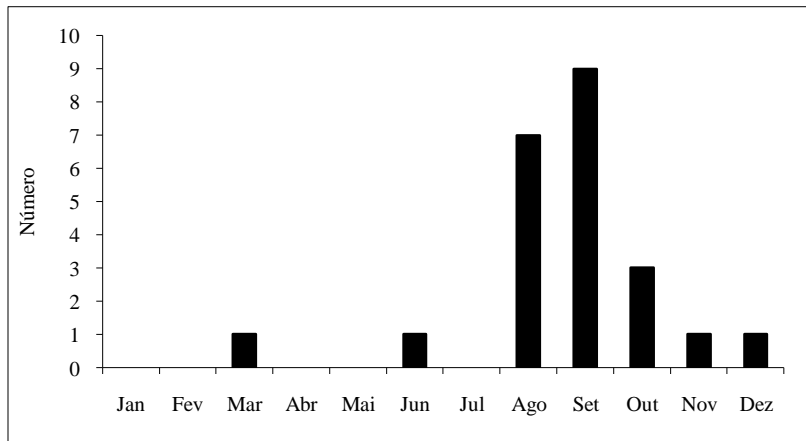
| Ano  | Casamentos (N) | Média de idades |
|------|----------------|-----------------|
| 1704 | 6              | 25,2            |
| 1705 | 2              | 30,0            |
| 1706 | 3              | 26,0            |
| 1707 | 7              | 24,6            |
| 1708 | 12             | 21,8            |
| 1709 | 12             | 18,3            |
| 1710 | 7              | 18,6            |
| 1711 | 10             | 18,4            |
| 1712 | 6              | 18,4            |
| 1713 | 3              | 19,5            |
| 1714 | 1              | 21,0            |

**Anexo 16**  
**Distribuição sazonal de óbitos de adultos durante a crise de 1743-1744**



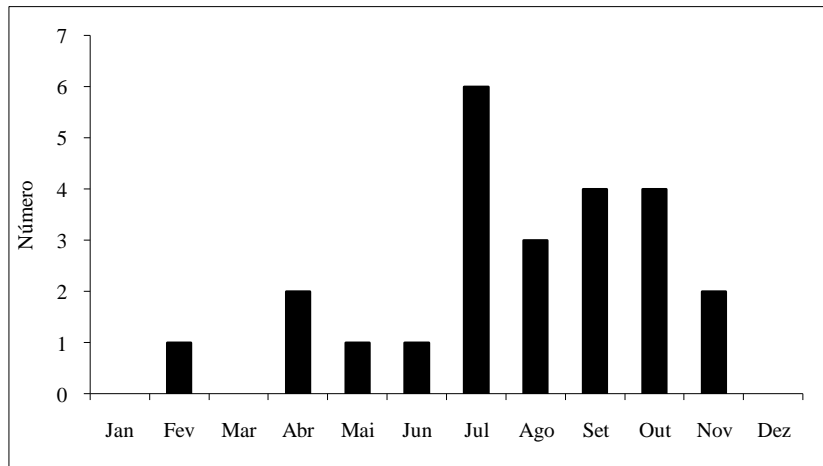
**Anexo 17**

**Distribuição sazonal de óbitos de adultos durante a crise de 1833**



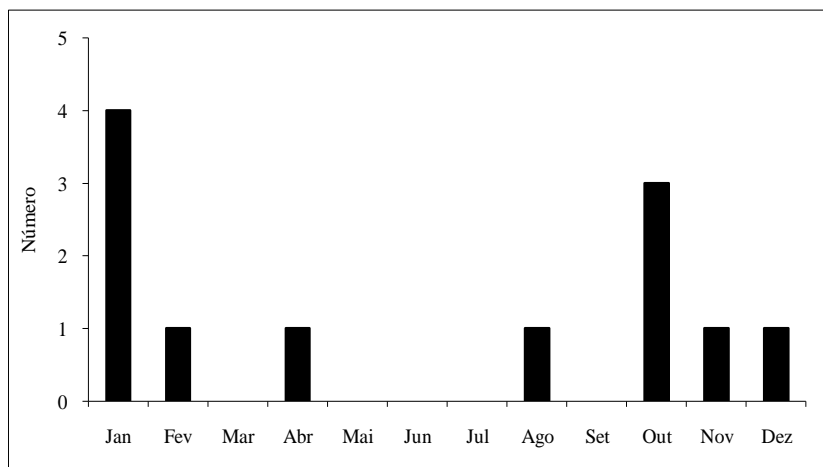
**Anexo 18**

**Distribuição sazonal de óbitos de menores de 7 anos durante a crise de 1852**



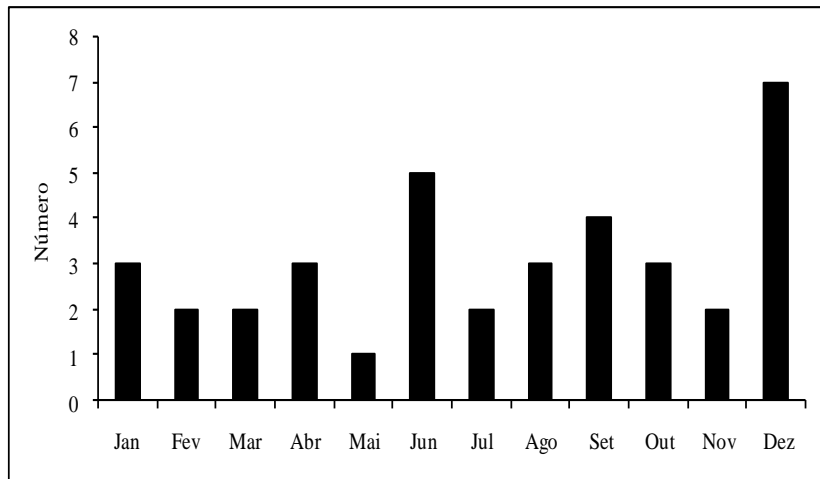
**Anexo 19**

**Distribuição sazonal de óbitos de menores de 7 anos durante a crise de 1873**



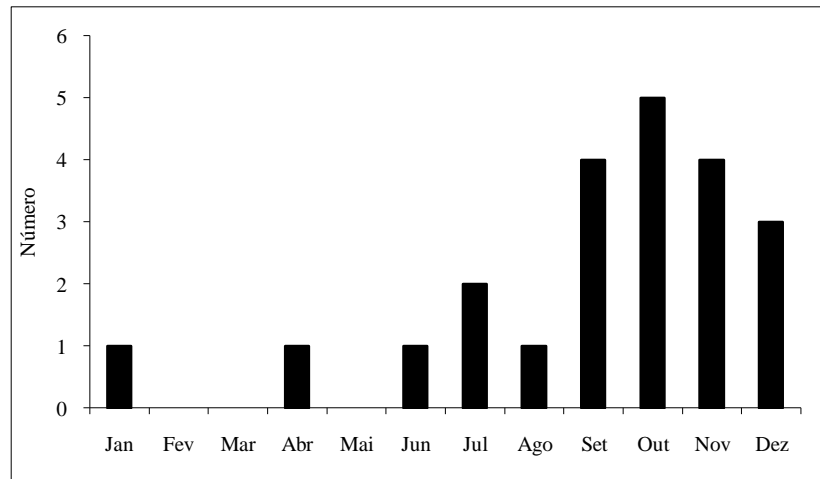
**Anexo 20**

**Distribuição sazonal de óbitos de maiores de 7 anos durante a crise de 1879**



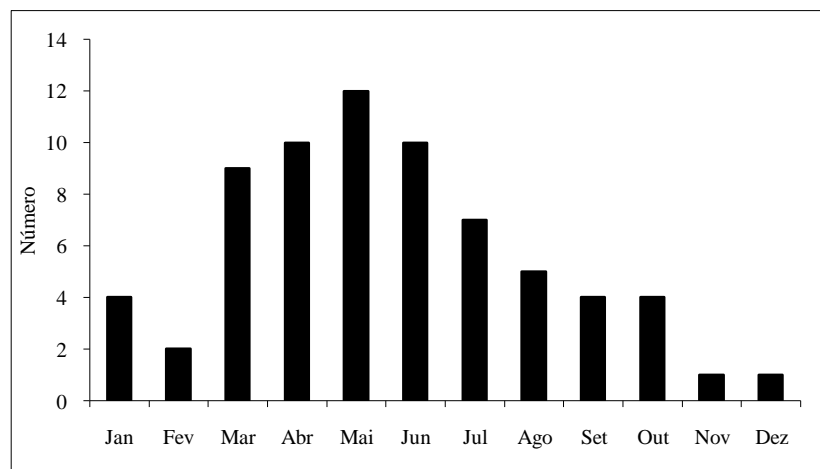
**Anexo 21**

**Distribuição sazonal de óbitos de menores de 7 anos durante a crise de 1879**



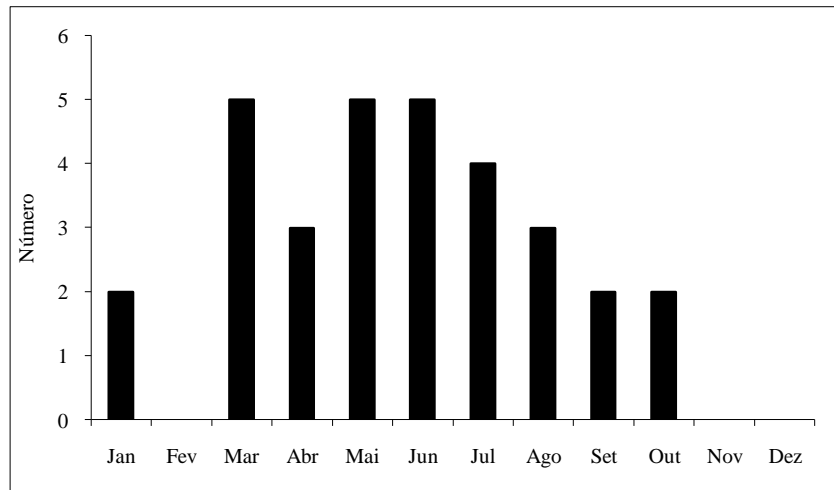
**Anexo 22**

**Distribuição sazonal de óbitos durante a crise de 1895 (todas as idades)**



### Anexo 23

#### Distribuição sazonal de óbitos de menores de 7 anos durante a crise de 1895



### Anexo 24

#### Principais crises de mortalidade entre 1852 e 1920 por grupos de idade

| Grupos de Idades | 1852 |      | 1895 |      | 1906 |      | 1918-1920 |      |
|------------------|------|------|------|------|------|------|-----------|------|
|                  | N    | %    | N    | %    | N    | %    | N         | %    |
| < 1              | 11   | 26,1 | 18   | 26,1 | 21   | 27,3 | 50        | 22,5 |
| 1-4              | 13   | 31,0 | 11   | 15,9 | 17   | 22,1 | 37        | 16,7 |
| 5-9              | 1    | 2,4  | 2    | 2,9  | 3    | 3,9  | 8         | 3,6  |
| 10-14            | 4    | 9,5  | 0    | 0,0  | 2    | 2,6  | 6         | 2,7  |
| 15-19            | 0    | 0,0  | 1    | 1,4  | 2    | 2,6  | 8         | 3,6  |
| 20-29            | 4    | 9,5  | 8    | 11,6 | 7    | 9,1  | 16        | 7,2  |
| 30-39            | 2    | 4,8  | 4    | 5,8  | 5    | 6,5  | 12        | 5,4  |
| 40-49            | 0    | 0,0  | 2    | 2,9  | 4    | 5,2  | 15        | 6,8  |
| 50-59            | 2    | 4,8  | 5    | 7,3  | 3    | 3,9  | 11        | 5,0  |
| 60 e +           | 4    | 9,5  | 18   | 26,1 | 12   | 15,5 | 56        | 25,2 |
| Desconhecida     | 1    | 2,4  | 0    | 0,0  | 1    | 1,3  | 3         | 1,5  |
| Total            | 42   | 100  | 69   | 100  | 77   | 100  | 222       | 100  |



**Anexo 25**  
**Local ao óbito (1624 a 1834)**

**A- Território nacional:**

Distrito de Viana do Castelo: 1 óbito em Viana do Castelo e 1 em Ponte de Lima.

Distrito de Braga: 6 óbitos no concelho de Braga.

Distrito do Porto: 6 óbitos no Porto, 1 em Oliveira de Azeméis e 1 em Vila do Conde.

Distrito de Vila Real: 2 óbitos em Vila Real e 5 em Chaves.

Distrito de Bragança: 12 óbitos em Miranda do Douro, 1 em Mirandela, 24 em Bragança e 1 em Mogadouro.

Distrito de Aveiro: 1 óbito em Aveiro e 1 na Mealhada.

Distrito de Viseu: 1 óbito em Seia, 1 em Nelas e 2 em Lamego.

Distrito de Leiria Beirã: 5 óbitos em Figueiró-dos-Vinhos e 1 em Pedrógão Grande.

Distrito de Coimbra: 2 óbitos em Montemor-o-Velho, 3 em Soure, 3 na Figueira da Foz, 2 em Quiaios e 4 em Coimbra.

Distrito da Guarda: 1 óbito na Guarda.

Distrito de Castelo Branco: 6 óbitos em Pedrógão Pequeno, 1 em Oleiros e 1 em Vila Velha de Ródão.

Área da Leiria-Estremadura: 2 óbitos em Óbidos, 4 em Alcobaça, 3 em Leiria e 3 em Pombal.

Distrito de Santarém: 1 óbito na Borda d'Água, 4 em Santarém e 1 em Ourém.

Distrito de Lisboa: 24 óbitos em Lisboa, 1 em Alenquer, 3 em Torres Vedras, 1 no Cadaval, 1 em Lourinhã, 4 em Mafra e 1 em Barcarena.

Distrito de Beja: 1 óbito em Vila Alva.

Distrito de Évora: 3 óbitos em Montemor-o-Novo, 2 em Arraiolos, 2 em Estremoz, 2 em Vila Viçosa, 1 em Viana Alvaro e 4 em Évora.

Distrito de Portalegre: 1 óbito em Ponte de Sor, 1 em Nisa, 2 em Arronches e 2 em Portalegre.

**B- Território espanhol:**

Málaga: 4 óbitos em Málaga, 1 em Estepona, 1 em Marbella, 2 em Guaro, 6 em Ronda e 1 em Vila Franca.

Cádiz: 1 óbito em Cádiz, 1 em Jerez, 1 em Porto Serrano.

Sevilha: 7 óbitos em Sevilha, 1 em Aracena e 1 em San Martín.

Toledo: 10 óbitos em Toledo.

Mérida: 5 óbitos em Mérida e 3 em Arroio.

Badajoz: 2 óbitos em Don Benito e 2 em San Sérvan.

Cáceres: 1 óbito em Cumbre e 1 em Cáceres.

Salamanca: 1 óbito em Cordovilla.

Galiza – 4 óbitos em Pontevedra (Caldelas 1, Gabinha 1, A Guarda 1 e Padrón 1).

**Anexo 26**  
**Descendentes da primeira família galega**

|   |   |   |
|---|---|---|
| <b>António Verde</b> (1788-1827)<br>c. 1811 Rosa Benita da Pena (1781-1861) | <b>Manuel Verde</b> (1812-1842)<br>c. 1834 Rosa Maria Guimarães   | José Verde (n.1834)<br>Teresa Verde (n..1836)<br>António Verde (da Costa Viana) (n.1837)  |
|   | <b>Luís Verde</b> (1815-1897)<br>c. 1837 Mariana Alves Pereira (1808-1869)<br>c. 1869 Manuela Simona Alonso | José Joaquim Verde (n.1837)<br>Eusébio Verde (n.1839)<br>Adelaide Verde (n.1841)<br>Domingos Verde (n.1842)<br>Maria Josefa Verde (n.1844)<br>Alexandrina Verde (n.1846)<br>João Serafim Verde (n.1849)<br>Adelaide Verde (n.1870)<br>José Luís Verde (n. 1871)<br>Maria José Verde (n. 1875)   |
|   | <b>Teresa Antónia Pena Verde</b> (1817-1895)<br>c. 1838 Domingos Fernandes Fão (N. 1816)                    | Josefa Fernandes Fão (n.1839)<br>Joana Fernandes Fão (n. 1840)<br>Maria Rosa Fernandes Fão (n. 1843)<br>Carolina Fernandes Fão (n. 1845)<br>João Manuel Fernandes Fão (n. 1847)<br>Vital Fernandes Fão (n. 1849)<br>Gaspar Fernandes Fão (n. 1851)<br>Maria Angelina Fernandes Fão (n. 1853)<br>Felicidade Fernandes Fão (n. 1855)<br>José Luís Fernandes Fão (n. 1858) |
|   | <b>Pedro Verde</b> (1819-1890)<br>c. 1838 Margarida Pires (N. 1820)   | António Verde (n.1839)<br>Joana Verde (n. 1842)<br>Valentina Verde (n. 1843)<br>José Luís Verde (n. 1845)<br>Pedro Verde (n. 1846)<br>José Maria Verde (n. 1849)<br>Ermelinda Rosa Verde (n. 1851)<br>Gaspar Verde (n. 1854)<br>João José Verde (n. 1857)<br>Luciano Verde (n. 1860)<br>Gregório Verde (n. 1862)  |
|   | <b>João Verde</b> (1822-1895)<br>c. 1841 Josefa Pereira Barbosa (N. 1815)                                   | Manuel Verde (n. 1841)<br>Rosa Verde (n. 1843)<br>Joana Verde (n. 1845)<br>José Verde (n. 1848)<br>Albina Rosa Verde (n. 1850)<br>Teresa Rosa Verde (n. 1853)<br>José Maria Verde (n. 1856)   |
|   | <b>João Evangelista Verde</b> (1825-1885)<br>c. 1858 Vitória Maria do Pato                                  | Maria Josefa Verde (n. 1859)<br>Domingos Luís Verde (n. 1861)<br>José Verde (n. 1862)<br>Margarida Augusta Verde (n. 1865)<br>Virgínia Verde (n. 1868)<br>Joaquim Verde (n. 1870)<br>Policarpo Verde (n. 1872)<br>José Tomás Verde (n. 1874)<br>Firmino Verde (n. 1876)<br>Claudina da Ressureição Verde (n. 1879)  |
|   | <b>José Verde</b> (1828-1849)   |   |

Fontes: A.D.V.C., Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora e A.H.D.T.V., Registos Paroquiais de Santa Maria da Guarda.

**Anexo 27**  
**Descendentes de famílias de pai imigrante galego**

| Data da 1ª Referência | Pai galego                               | Naturalidade      | Profissão      | Mulher                        | Naturalidade | Profissão                | Número de descendentes até 31-12-1924 |
|-----------------------|--|-------------------|----------------|-------------------------------|--------------|--------------------------|---------------------------------------|
| 23-12-1825            | António Verde                            | A Guarda          | Marítimo       | Rosa Benita da Pena           | A Guarda     | Sem referência           | 527                                   |
| 09-07-1837            | Bernardo da Peña                         | A Guarda          | Marítimo       | Maria Rosário Alonso          | A Guarda     | Sem referência           | 77                                    |
| 01-01-1838            | José Francisco Portella                  | A Guarda          | Telheiro       | Basília Benita Rodriguez      | A Guarda     | Telheira                 | 16                                    |
| 01-02-1843            | José Bernardo Gonçalves Mauriño          | A Guarda          | Sem referência | Josefa Ramona Peres           | A Guarda     | Sem referência           | 79                                    |
| 06-03-1844            | Baltazar Alonso                          | A Guarda          | Marítimo       | Maria Barbosa                 | Gontinhães   | Sem referência           | 23                                    |
| 12-01-1845            | Manuel da Peña                           | A Guarda          | Marítimo       | Maria Pilara Alonso           | A Guarda     | Sem referência           | 187                                   |
| 29-06-1848            | Francisco Gomes da Lomba                 | A Guarda          | Marítimo       | Maria Cerqueira               | Gontinhães   | Tecedeira                | 80                                    |
| 05-12-1849            | Manuel Martins Marín                     | Marín             | Marítimo       | Teresa Velho                  | Gontinhães   | Contratadeira de pescado | 22                                    |
| 13-06-1857            | Matias Alonso da Peña                    | A Guarda          | Marítimo       | Rosa Barbosa                  | Gontinhães   | Regateira                | 46                                    |
| 27-11-1858            | João Gavinho                             | A Guarda          | Marítimo       | Teresa Verde                  | Gontinhães   | Contratadeira de pescado | 24                                    |
| 29-02-1860            | Bernardino José da Peña                  | A Guarda          | Marítimo       | Mariana Fernandes             | Gontinhães   | Regateira                | 26                                    |
| 01-02-1864            | Joaquim Gonçalves Galego                 | A Guarda          | Marítimo       | Emília Fernandes Fão          | Gontinhães   | Banheira                 | 58                                    |
| 24-02-1867            | Manuel Alonso                            | A Guarda          | Marítimo       | Maria Rita de Castro          | A Guarda     | Regateira                | 17                                    |
| 25-05-1867            | Justo dos Santos                         | A Guarda          | Marítimo       | Antónia Gonzalez              | A Guarda     | Peixeira                 | 20                                    |
| 07-08-1867            | Leonardo Alves                           | A Guarda          | Marítimo       | Joana Rodrigues Moreira       | Crato        | Peixeira                 | 13                                    |
| 05-12-1867            | Nicolau dos Santos                       | A Guarda          | Marítimo       | Josefa Chavarria              | A Guarda     | Sem referência           | 51                                    |
| 20-04-1868            | Francisco Vidal                          | Gondomar          | Jornaleiro     | Joana Maria Fernandes         | Porto        | Regateira                | 10                                    |
| 28-06-1869            | Izidro António de Castro                 | A Guarda          | Marítimo       | Maria Joana Gonçalves         | Gontinhães   | Regateira                | 17                                    |
| 28-08-1869            | António Buneaventura Alonso              | A Guarda          | Marítimo       | Antónia Gonzalez              | A Guarda     | Sem referência           | 11                                    |
| 31-08-1869            | Ramon Martins da Silva                   | Salovio           | Marítimo       | Angelina Fernandes Fão        | Gontinhães   | Regateira                | 24                                    |
| 24-09-1870            | Manuel Malhão                            | S. Félix - Galiza | Guardasoleiro  | Mariana da Peña               | Gontinhães   | Regateira                | 49                                    |
| 01-01-1872            | Manuel Bento dos Santos                  | A Guarda          | Marítimo       | Maria Dolores Alves           | A Guarda     | Sem referência           | 65                                    |
| 14-07-1877            | Generoso Vicente                         | A Guarda          | Marítimo       | Teresa Gonçalves              | Gontinhães   | Regateira                | 27                                    |
| 07-04-1878            | António Portella Rodrigues               | A Guarda          | Telheiro       | Aurora Blanco Portella        | Vigo         | Telheira                 | 14                                    |
| 06-02-1879            | Generoso Guizantes                       | A Guarda          | Marítimo       | Francisca Benita Gonçalves    | A Guarda     | Regateira                | 15                                    |
| 07-08-1880            | José Guizantes dos Santos                | A Guarda          | Marítimo       | Elisa Pereira Pinto           | Valença      | Peixeira                 | 31                                    |
| 05-12-1885            | Rafael Franco                            | A Guarda          | Marítimo       | Josefa Maria Gomes            | Gontinhães   | Jornaleira               | 29                                    |
| 19-02-1886            | Francisco António Cipriano Rouco Chapela | Moaña             | Padeiro        | Filomena Gonçalves            | Gontinhães   | Padeira                  | 17                                    |
| 11-05-1904            | José Fernandes Ribeiro                   | Vigo              | Marítimo       | Rosária Gonçalves de Oliveira | Darque       | Jornaleira               | 10                                    |
| 22-11-1905            | Generoso Videira Cadilla                 | A Guarda          | Sem referência | Francisca Rosa Verde          | Gontinhães   | Serviçal                 | 1                                     |
| 12-10-1907            | Francisco António Cipriano Rouco Chapela | Moaña             | Padeiro        | Maria Emília Barbosa          | Gontinhães   | Doméstica                | 11                                    |
| 22-05-1914            | António Portella Barreiros               | Souto Mayor       | Comerciante    | Lucinda Gonçalves de Sousa    | Monção       | Doméstica                | 3                                     |
| 24-07-1922            | Manuel Portella Barreiros                | Arousa            | Comerciante    | Julieta Valadares Portela     | Caminha      | Doméstica                | 1                                     |
| 05-03-1923            | António Portella Barreiros               | Souto Mayor       | Comerciante    | Camila Araújo cunha           | Caminha      | Doméstica                | 1                                     |

Fontes: Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; Registos notariais do concelho de Caminha.

**Anexo 28**  
**Descendentes de famílias de mãe imigrante galega**

| Data do 1º Registo | Mãe galega                         | Naturalidade                  | Profissão  | Pai português             | Naturalidade     | Profissão         | Número de descendentes até 31-12-1924 |
|--------------------|------------------------------------|-------------------------------|------------|---------------------------|------------------|-------------------|---------------------------------------|
| 06-01-1822         | Maria Rufina Dorna                 | Rosal                         | S/R        | José Pires do Viso        | Gontinhães       | Sem referência    | 5                                     |
| 09-06-1838         | Teresa Antónia da Pena Verde       | A Guarda                      | Banheira   | Domingos Fernandes Fão    | Gontinhães       | Banheiro          | 66                                    |
| 13-12-1838         | Inocência Alonso                   | A Guarda                      | Lavradeira | António de Cerqueira      | Gontinhães       | Marítimo          | 92                                    |
| 16-05-1843         | Maria Escolástica Ferreira         | Rosal                         | Jornaleira | Miguel Pereira Exposto    | Desconhecido     | Barbeiro          | 39                                    |
| 30-01-1870         | Jerónima da Pena                   | A Guarda                      | Regateira  | José Martins da Costa     | Gontinhães       | Marítimo          | 26                                    |
| 10-02-1870         | Ventura da Pena                    | A Guarda                      | S/R        | António Joaquim Cavaleiro | Bragança         | Sapateiro         | 2                                     |
| 19-03-1870         | Maria Rosa Vaz Valente Duran       | Sª Mª de Tebra - Tuy          | Banheira   | João José enes de Azevedo | Carreço          | Marítimo/Banheiro | 52                                    |
| 24-01-1873         | Maria das Dores Bernarda de Castro | Stª Eugénia de Fan - Santiago | Vendeira   | José Joaquim Moreira      | Vila Verde       | Alquilador        | 30                                    |
| 01-01-1875         | Florinda Gonçalves                 | A Guarda                      | Doméstica  | Manuel de Passos Castro   | Viana do Castelo | Marítimo          | 19                                    |
| 24-05-1875         | Genoveva da Peña                   | A Guarda                      | Regateira  | José Luís Gonçalves Rei   | Gontinhães       | Marítimo          | 13                                    |
| 26-05-1875         | Carolina Ferreira                  | Rosal                         | Jornaleira | Venâncio Esteves          | Gontinhães       | Cesteiro          | 1                                     |
| 22-02-1882         | Maria da Conceição Pires           | A Guarda                      | Jornaleira | José da Silva cravo       | Vila de Punhe    | Marítimo          | 15                                    |
| 29-09-1888         | Maria Rosalina Vicente             | A Guarda                      | Peixeira   | Sebastião Alves Moreira   | Gontinhães       | Marítimo          | 2                                     |
| 07-11-1889         | Maria Conceição Vicente            | Salcidos - Tuy - Galiza       | Peixeira   | Francisco Alonso          | Gontinhães       | Marítimo          | 6                                     |
| 27-02-1892         | Maria do Carmo Vicente             | A Guarda                      | Peixeira   | José dos Santos           | Viana do Castelo | Marítimo          | 10                                    |
| 17-04-1893         | Maria Gonçalves Branco             | Tuy                           | Jornaleira | Manuel Montes Pereira     | Cerveira         | Marítimo          | 4                                     |

Fontes: Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; Registos notariais do concelho de Caminha.

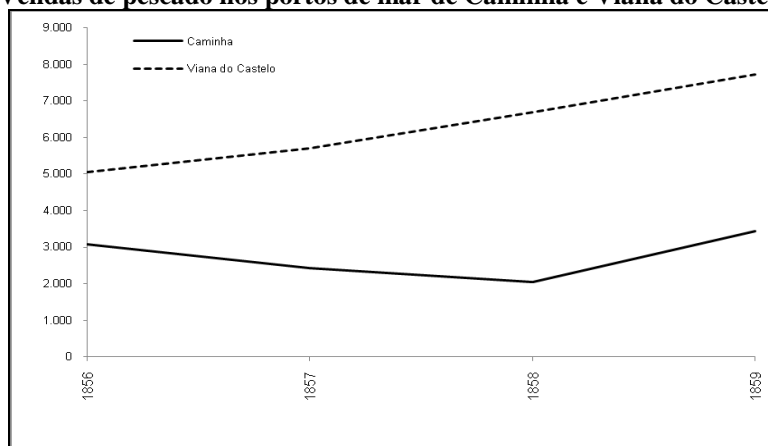
**Anexo 29**  
**Descendentes de famílias de mãe imigrante galega solteira**

| Data da 1ª Referência | Mãe solteira                 | Naturalidade         | Profissão      | Número de Descendentes até 31-12-1924 |
|-----------------------|------------------------------|----------------------|----------------|---------------------------------------|
| 11-04-1823            | Francisca de Caldas          | Andaluzia            | Sem referência | 15                                    |
| 20-09-1844            | Maria Antónia Gonçalves      | Barrantes            | Jornaleira     | 28                                    |
| 20-09-1851            | Antónia Barbosa              | Arroyo - São Servan  | Sem referência | 3                                     |
| 08-02-1861            | Manuela da Silva             | Santiago             | Sem referência | 28                                    |
| 08-02-1863            | Rosa Maria da Hora Portela   | A Guarda             | Telheira       | 14                                    |
| 13-07-1869            | Maria Rosa Vaz Valente Duran | Sª Mª de Tebra - Tuy | Vendeira       | 11                                    |
| 14-08-1873            | Joaquina Gonçalves           | A Guarda             | Sem referência | 2                                     |
| 05-01-1874            | Antónia Martins              | S. Sidros - Tuy      | Sem referência | 14                                    |
| 23-08-1916            | Manuela Garcia Lourenço      | Carril - Pontevedra  | Doméstica      | 5                                     |

Fontes: Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora; Registos notariais do concelho de Caminha.

### Anexo 30

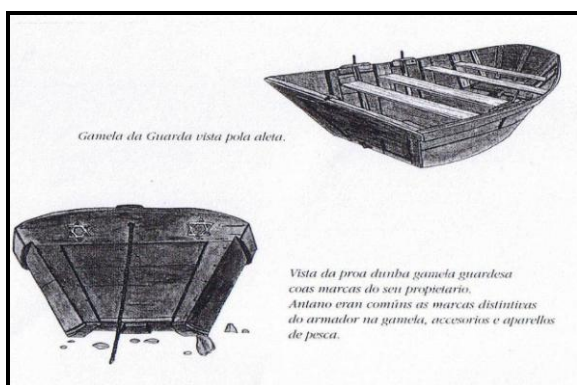
#### Vendas de pescado nos portos de mar de Caminha e Viana do Castelo



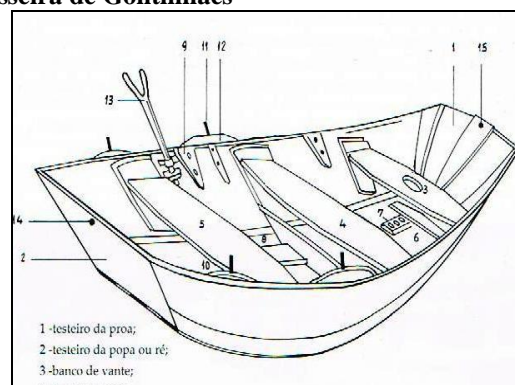
Fonte: COELHO, Eusébio Cândido Furtado, Estatística do Distrito de Vianna do Castelo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.

### Anexo 31

#### Gamela de A Guarda e Masseira de Gontinhães



Fonte: ECHENIQUE, Iñigo, 2000



Fonte: VASCONCELOS, Domingos, 2004.

### Anexo 32

#### Vendas de pescado de Gontinhães e Viana do Castelo (1885-1886)

| Espécies     | Gontinhães     |                  |                   |                   | Viana do Castelo |                  |                   |                   |
|--------------|----------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
|              | Quantidade     |                  | Valor             |                   | Quantidade       |                  | Valor             |                   |
|              | 1885 Un.       | 1886 Un.         | 1885 réis         | 1886 réis         | 1885 Un.         | 1886 Un.         | 1885 réis         | 1886 réis         |
| Pescada      | 11 780         | 8 012            | 1.879\$015        | 1.241\$981        | 16 788           | 17 832           | 2.304\$666        | 2.480\$610        |
| Congros      | 1 289          | 819              | 362\$800          | 281%100           | 788              | 1 698            | 190\$053          | 415\$947          |
| Robalos      | 745            | 1 152            | 46\$800           | 79\$110           | 0                | 33               | 0                 | 13\$560           |
| Gorazes      | 679            | 24               | 39\$820           | 2\$000            | 938              | 686              | 53\$150           | 40\$600           |
| Ruivos       | 1 246          | 48               | 97\$500           | 3\$000            | 350              | 406              | 31\$135           | 24\$545           |
| Lagostas     | 1374           | 1 013            | 211\$530          | 68\$290           | 908              | 1 397            | 66\$955           | 111\$760          |
| Sardinhas    | 430 700        | 3 621 100        | 1.009\$825        | 4.197\$990        | 618 940          | 1 664 615        | 1.322\$490        | 3.107\$480        |
| Fanecas      | 10 634         | 300              | 76\$530           | 6\$000            | 331              | 1 095            | 6\$670            | 86\$235           |
| Rodovalhos   | 0              | 0                | 0                 | 0                 | 0                | 28               | 0                 | 5\$970            |
| Pargos       | 0              | 0                | 0                 | 0                 | 0                | 15               | 0                 | 6\$060            |
| Badejos      | 0              | 0                | 0                 | 0                 | 0                | 220              | 0                 | 17\$880           |
| Vermelhos    | 0              | 0                | 0                 | 0                 | 630              | 281              | 14\$157           | 17\$880           |
| Cabras       | 0              | 0                | 0                 | 0                 | 0                | 60               | 0                 | 1\$880            |
| Raias        | 0              | 0                | 0                 | 0                 | 94               | 0                | 8\$030            | 0                 |
| Robaliços    | 0              | 0                | 0                 | 0                 | 276              | 0                | 29\$695           | 0                 |
| Mexilhões    | 0              | 0                | 0                 | 0                 | 0                | 1500             | 0                 | 1\$220            |
| <b>Total</b> | <b>458 447</b> | <b>3 624 456</b> | <b>3.723\$820</b> | <b>5.879\$475</b> | <b>640043</b>    | <b>1 689 866</b> | <b>4.027\$001</b> | <b>6.331\$592</b> |

Fonte: BALDAQUE DA SILVA, António Arthur.

**Anexo 33**  
**Algumas cartas de chamada incluídas nos processos de passaporte**

Carta n.º 1 – De Francisco Alves Correia para a esposa Justina Fernandes Fão, em 13 de fevereiro de 1881.

“Muito estimarei que ao receberes esta estejas no gozo de perfeita saúde em comp.<sup>a</sup> de nossa filha, pois a minha ao fazer desta é boa para te dar gosto. Enviote esta para te dizer que estou muito sentido por não me teres escrito em resposta da carta que te mandei.

Ahi te remeto a quantia de setenta mil réis fortes para a passagem para o Rio de Janeiro para vires no primeiro paquete que sahir e escreveme mandandome dizer em que paquete vens para eu hir esperar a bordo e preciso infalivelmente o mais vreve possível para conveniência da nossa vida. Eu não vivo de edulatria nem hipucrazia, vivo do suor do meu trabalho e não me fio em sapatos de defunto senão andava toda a vida descalso. Em tu vindo se Deus nos der vida e saúde voltamos a essa terra. Eu ahi não tenho tenções de ser porteiro conheci ahi os meus amigos quando foi a partilha dos montes governate pella ultima carta que te escrevi e não te desfassas de nada o que não pudes trazer deixa ficar a aguardar. (...) e com isto recebe recommendações e faz as mesmas à família da casa e ao Sr. José Covas e as minhas para contigo. Sóa vista terão fim e estimo ser vreve a nossa vista, a mulher que é honrada em terra é em mar quando houver alguma couza há o capitão para se queixar e com isto não te enfado mais.

Deste teu marido do coração”<sup>706</sup>.

Carta n.º 2 – De José Fernandes Fão para a sua esposa Rosa Verde, em 31 de maio de 1883.

“Cá recevi a tua e vejo o que nela me dizes. O que vos desejo é muita saúde e as melhoras de noça filha, a minha no presente fica sendo sofrível.

Em quanto que me dizes na tua carta faz me querer que as outras peçoas me dizião leva jeito que mandastes dizer na tua carta que persizavas de 5 libras mandeitas e

---

<sup>706</sup> A.G.C.V.C., *Livros de registos de passaportes*, cota 1.2.3.8, fl. 244v, passaporte n.º 226.

agora notas um mundo de dificuldades porque assim como precisavas só de cinco para te transportares pedições logo dez ou vinte ou as que preçizasçes, tu é que pençavas era com o pé de vires para o Brasil de tirares a lã ao carneiro mas diço ficas dezenganada de oravante escusas de escrever que não és com respondida não és merecedora diço que era o dia em que te espero. Será feliz a primeira mulher que eu encontrar para ir morar na mesma casa que te esperava e com isto não tenho mais nada a dizerte<sup>707</sup>.

Carta n.º 3 – De Francisco Maciel para a esposa Cândida, em 6 de dezembro de 1907.

“Em primeiro lugar desejo-te saude e mil felicidades a ti e nossa filhinha em companhia da cunhada e sobrinhos, pois a minha e a do cunhado António fica sendo boa graças a Deus. Recebi a tua preciosa carta dactada em 26 de junho o qual fiquei sciente do conteúdo.

(...) Pois não saves o quanto me alegrou a tua resolução em bires para minha companhia pois o meu atrazo todo é a falta de quem me governe a caza; pois eu estou vivendo n’uma quinta aqui aonde tenho de tudo, tenho perto de 300 galinhas, tenho cabras tenho 8 porcos, não tenhas receio em vir porque vens nadar na fartura aqui não te hade faltar nada para educar a nossa filha (...) tu estando na minha companhia breve nos vamos embora. O Constantino vai mandar ordem para te entregarem quarenta libras para tua passagem (...) já falei ao Constantino para elle escrever ao sobrinho para te recommendar que tenha cuidado contigo não tenhas receio em vir que hás-de ter uma viagem feliz que eu vou me apegar com os santos da minha devoção (...) Olha, eu vou fazer aqui umas estruções como tu tens que vir: Manda fazer roupas tal liquial como tiraste o retrato o cabelo assim mesmo pentiado (botinas), manda fazer ou compra feito duas malas fortes não venhas para cá com caixa; olha não deixes ouro nenhum atraz traz todo ouro que for nosso se por acazo o dinheiro não te chegar para o que for preciso tens minha procuração ahi vende uma leira que aos depois quando nos formos para lá compramos outra; tem cuidado com o ouro que não to roubem meteo no fundo da mala mas que ninguém te veja metelo. Olha milha filha eu te pesso por quantos há que não

---

<sup>707</sup> A.G.C.V.C., *Livros de registos de passaportes*, cota 1.2.3.13, fl. 86v., passaporte 266.

deixes de vir, contando como certo espero que a resposta d'esta seja a tua pessoa. Te espero o mais breve possível já estou aprontando caza para te esperar (...). Adeus até o dia da tua chegada (...)"<sup>708</sup>.

Carta n.º 4 – De Valentim Martins de Brás para a esposa Sofia Chapela, em 27 de março de 1911.

“Aqui tive a tua carta a onde vi tudo conto me dizias pois eu bastante me tem costado o tu me dizer que tens estado a trapalhada mas não digas mal da sorte que eu vem sei que tu estas a rependida mas não se vai a Roma em um dia e eu tenho feito todas as diligencias para levar a minha vida limpa (...) e por isso não penses eu que sou algum bagabundo e em pouco tempo que aqui estou já tenho feito alguma coiza (...) e dizes ao teu pai que eu não lhe tenho escrito por não ter vagar e eu que não lhe escrevo agora por ser já muito tarde que som 11 horas da noite e tenho que me levantar as 6 e demais o que eu quero é que tenhas umas boas Festas que sejam bastante a legres que eu aqui também ande de ser por ter a alegria de não dever nada a ninguém (...). Com respeito a tu vires para cá é só tu não quizeres por que se queres mandame. Diz um Vapor antes de vires que cando aqui chigares não te faltará nada e vês o valor que eu aqui tenho e canto sou estimado. Até era uma grande couza tu vires”<sup>709</sup>.

Carta n.º 5 – De Domingos Nascimento dos Santos para a esposa Apolinária Alves Carrelo, em 29 de maio de 1912.

“Aqui arecebi uma tua carta onde nella vi que (...) estás rezolvida a fazer biaje, tu e Francisco pois é o melhor que fazes não tenhas pena por nada. Eu para o dia 5 te bou a mandar os Bilhetes da Passage e algum dinheiro para te preparares. Assim que te podes preparar e não precisas muita roupa, pouca de dentro para bestires e com o rapaz não gastes muito dinheiro que se compra depois o que fizer falta. Aqui me dizes que

---

<sup>708</sup> A.G.C.V.C., *Livros de registos de passaportes*, cota 1.2.4.8, fl. 104v., passaporte n.º 630.

<sup>709</sup> A.G.C.V.C., *Livros de registos de passaportes*, cota 1.2.4.14., fl. 103v., passaporte n.º 940.



fica a Maria a governar a casa pois com isso não estou muito gostando porque está a Maria Rosa e é bem suficiente a Maria que trate da sua vida agora se casou a sim que tem que buscar a vida com forme possa e de ficarem em casa também não gosto muito, não é para desfazer as pessoas mas é por a questão que é feia, onde estão mulheres não quero homens, de hoje para manhã pode a suceder uma qualquer coisa e depois quem sofre sofre, por isso que não quero. As Mulheres as quero sós onde há saias que não estejam calças (...) se tu estibesses era outra coisa. (...) quero que tragas uns socos para mim e outros para meu irmão e compra um anel para ti de dois mil réis (...) agora tem cuidado que não te bas a enganar que aí há muitos estufadores. Se queres falar com o filho do Rafael com o José Maria que te acompanha a ti a bordo que eu depois le pago os gastos que tiver. Desejo que tenhas uma feliz biaje a Deus até a primeira”<sup>710</sup>.

Carta n.º 6 – De Hermenegildo de Oliveira para a mulher Ana Martins Guerra em 1912.

“Cá arecebi a tua carte aonde fiquei muito contente por saber que ficabas de saúde na companhia dos nossos filhos (...). Anna, mandeite dizer que não mataçes o reco sem eu la chegar mas agora aresolvi outra coisa aresolvi a não ir perhora, porque justei duas obras e calculo que tenho que fazer pra um anno ou dois e por isso que era melhor bires para aqui para cuidares de mim e de nosso filho e pra administramos mais a nossa vida e agora contaba sair dahi o compadre carola e por isso resolvete e anda com elle que elle conta sair dahi no mês de outubro cá entreguei trinta e uma libra a teu irmão para a tua passagem e com isto não te enfado mais. Darás um abraço a cada um dos nossos filhos e tu aceita tamem um deste teu marido”<sup>711</sup>.

---

<sup>710</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.16., fl. 20v, passaporte n.º 1276.

<sup>711</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.16., fl. 889v, passaporte n.º 1770.

Carta n.º 7 – De José Maria Pereira para a esposa Maria Josefa da Silva Crespo, em 7 de novembro de 1914.

“Cá recebi tuas duas cartas, uma com data de 4 de outubro e outra com data de 11 do mesmo mez, das quais vi tudo que nellas dizias.

Maria, quando esta recebas, calculo que já terás recebido o dinheiro que te mandei e terás-te preparado para embarcar, assim é, que não te escreverei até saber se já recebeste e como é que combinastes a forma de embarcares, sim, quer dizer que logo que receba carta tua dizendo-me que já recebeste o dinheiro e que estás tratando de embarcar, então deixarei de te escrever e se houver neste meio tempo algum contratempo, me avizarás.

Maria, caso o dinheiro não te chegue, pede sem receio nenhum pois que depois que tu chegares se mandará e, se caso, o dinheiro que te mandar por fatalidade não chegar às tuas mãos, quer dizer, que o não possas receber ou outra qualquer fatalidade, procura de arranjares aí qualquer pessoa que te empreste o dinheiro para embarcar o mais breve possível.

Com isto termino enviando mil saudades e muitas beijocas a irmãs minhas e recebe também lembranças do Sr. Domingos da D.<sup>a</sup> Maria e à comadre. Teu até à morte”<sup>712</sup>.

Carta n.º 8 – De Carlos Augusto Estevada para a esposa Maria José Vivo Pena, em 16 de dezembro de 1914.

“Estimo que esta te ba encontrar de prefeita saúde que eu bom graças a Deus. Maria cá arecebi a tua carta i bi o que me dizia que já não binhas pois dizias que binhas i que não ficabas a dever nada pois agora quero benhas mesmo, que benhas só não faz mal não tendo dinheiro pedio emprestado que eu de pois o mando mas isto coanto antes i se ficares a deber pagasse mandasse daqui o dinheiro para la, eu agora não tenho dinheiro se não mandabato. Tras o que teu disse na outra carta manda fazer uma grade para a cama i um caixon para a maquina i digote que benhas coanto antes tudo que for ouro trallo sempre no corpo por cauza dos roubos não tenhas medo de bir sós que a

---

<sup>712</sup> A.G.C.V.C. *Livros de registos de passaportes*, cota 1.2.4.14., fl. 103v, passaporte n.º 940.

bordo á muita companhia. Anda num bapor vom i mamdame dizer o dia que embarcas i o nome do bapor não te empressiones de dívidas que temos muito tempo de as pagar. Tu escrevesme uma carta duma maneira e a seguir outra toda au contrario, vinhas vinhas, já não vou, isso não é sério. Agora falta o melhor mas arranjate lá eu o que quero é que tu benhas com isto tremino. Sou quem sabes que te quer ver”<sup>713</sup>.

Carta n.º 9 – De José Maria Fernandes Gomes para a esposa Ana Rosa Afonso Costa, em 27 de maio de 1916.

“Recebi uma carta tua e nela vejo o que me dizes, e por infelicidade vejo que de pouca saúde, eu é da mesma pouco bom (...).

Ana Rosa, já te devia de ter mandado a procuração mas ou por Deos ou por o diabo, inda me não foi possível mandarta (...).

Ana Rosa, também vejo que queres ir serbir, pois olha desde o momento que tu botes o pé fora da porta pra ires serbir podeste considerar sem homem, podes fazer de conta que eu que morri porque se fores servir eu nunca mais quero saber de ti, sabes que eu não quero que vaz ao jornal, e agora queres ir serbir? (...) Que desgraçado eu sou meu Deos! Pra que nasceria eu no mundo?

Olha tu praqui não queres bir (e dizes que me tens amor). Pois bem vai pra onde tu quizeres, no entanto lembrate só que que não sou mais teu marido, nem tu és mais minha mulher, nem seremos solteiros nem casados nem viúvos.

Termino porque o corpo nesta ocasião já me não pode mais com a cabeça”<sup>714</sup>.

---

<sup>713</sup> A.G.C.V.C., *Livros de registos de passaportes*, cota 1.2.4.19., fl. 76v, passaporte n.º 7.

<sup>714</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.19., fl. 189v, passaporte n.º 336.

Carta n.º 10 – De João Emílio Pinheiro de Azevedo para a esposa Maria José Gonçalves, em 30 de dezembro de 1917.

“Que tu e nossas filhinhas gozeis de perfeita saúde, são os meus mais ardentes desejos. Eu continuo melhorando sempre, graças a Deus.

Acabo de receber a tua carta que me veio alegrar imenso e muito mais, por eu ver que se aproxima o nosso encontro breve. Só então, teremos completa a nossa felicidade.

Ontem escrevi-te, sobre assuntos da nossa vida e esqueceu-me dizer-te que te autorizo a embarcares para o Rio de Janeiro, via Porto, Lisboa ou Vigo, acompanhada de nossos filhinhos Hermes e Olga. Suponho que basta esta minha declaração, mas se tanto for preciso, mandarei procuração bastante.

Beijos a nossos filhos. Abraça-te com saudades o,  
Teu marido”<sup>715</sup>.

[Em papel timbrado do Banco Nacional Ultramarino]

#### Anexo 34

#### Exemplos de cartas de recomendação, declarações, consentimento, guia de preparativos

##### 1- Cartas de autorização e de consentimento de saída a menores

“Aos 27 dias do mês de julho de 1870, (...) Manuel Afonso Mourão e sua mulher Maria Rosa Enes (...) prestaram o seu pleno consentimento e davam licença a seu filho Manuel, de 13 anos, para que possa embarcar e seguir viagem para qualquer dos portos do Império do Brasil, aonde se dirige por sua própria e livre vontade a fim de exercer a vida comercial, adquirir os meios da sua subsistência e socorre-los e ampara-los quanto possível lhe seja, de cujos socorros e amparo muito necessitam”<sup>716</sup>.

“Eu, Maria Joaquina Afonso, (...) dou consentimento ao menor Manuel Afonso Rodrigues, de 13 anos, filho de mim e de meu marido, ausente em parte incerta, para que (...) possa embarcar para qualquer ponto dos Estados Unidos do Brasil. 21 de janeiro de 1899”<sup>717</sup>.

<sup>715</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.420., fl. 86v, passaporte n.º 299.

<sup>716</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.2.10, passaporte 190, fl. 59v.

<sup>717</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.5, passaporte 218, fl. 168v.

“Eu, Maria Antónia Pires, casada, (...) jornaleira, declaro que em virtude do dito seu marido a ter abandonado há mais de 10 anos, dava consentimento a seu filho José António, de 17 anos, (...) para se transportar para a República dos Estados Unidos do Brasil. 2 de fevereiro de 1911”<sup>718</sup>.

## 2- Cartas de autorização de saída a esposas e familiares

De José António Marinho para a sua esposa Maria Emília Afonso Costa, em 6 de dezembro de 1907.

“Esta carta tem por único fim saber da tua saúde, de nossa filha e de todos os nossos, a minha Graças a Deus é boa.

(...) Esta carta serve também de authorização para que venhas o mais pronto possível pois somente agora é que aqui pude fazer à força de trabalho e privações para assim estarmos reunidos. Pera as passagens e demais gastos te remeto uma letra de 50 libras das quais logo que ahi chegue serás sabedora para tratares de arrumares as passagens a qual deve ser até o Rio de Janeiro e deste porto directamente a Corumbá. A presente serve não somente para te participar a tua vinda como também de authorização para apresentar às authoridades competentes. Espero que venhas tu e logo recebas esta e aceita um abraço para ti e nossa filha do teu marido”<sup>719</sup>.

De Amadeu Fernandes Pires para a sua mãe Maria das Dores Fernandes em 30 de setembro de 1921.

“Eu abaixo assinado Vice-cônsul de Portugal em Philadelphia certifico pela presente que Amadeu Fernandes Pires, cidadão portuguez, residente em Pottsville, Estado de Pensylvania, declarou perante mim que dá autorização a sua mãe Maria das Dores Fernandes, de 54 anos de idade, e a suas filhas Carolina, de 17 anos, e Nair, de 8 anos de idade, atualmente residentes na freguesia de Gontinhães, concelho de Caminha, districto de Viana do Castelo, a virem para companhia do declarante e de sua mulher Severina Pereira.

---

<sup>718</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.13, passaporte 261, fl. 198v.

<sup>719</sup> A.G.C.V.C., *Livros de registos de passaportes*, cota 1.2.4.11., fl. 1v, passaporte n.º 142.

Também certifico que o declarante possui os meios suficientes para pagar as passagens da sua mãe e filhas e sustentá-las nos Estados Unidos da América do Norte, tendo o declarante remetido para esse fim, em 4 de agosto de 1921, um cheque n.º 869 029 da Farwers Trust Company”<sup>720</sup>.

### **3- Guias de preparativos**

De João Gomes Lomba, a sua mulher Adelaide Delfina Gonçalves Saraiva, não datada.

"Deves embarcar com roupa velha até chegar aqui. Deves trazer junto de ti uma mala pequena com roupas para embarcar aqui, isto de acordo com os figurinos que te remethi. Deves calçarte mas não de chenillos nem lenço na cabeça. Deves ter sempre em vista as tuas malas até a saída de ahi. Deves fechar bem e depois liga-las com corda, isto no Porto antes do embarque. Deves escrever em todas o teu nome indicando o destino e quantas são. Avizando que vapor vens logo que esta recebas. Tua filha deve ter esta Carta sempre na mão para te guiar. É bom vir todos vaccinados trazendo attestado da mesma vacina. Não esqueças trazer a certidão de idade de todos.

A pessoa que aqui te for buscar leva um lenço branco amarrado no braço esquerdo, isto é no caso de que eu não tenha tempo para ir abordo, porem esta pessoa é de minha confiança. Logo que chegues elle te leva para casa de morada onde eu já tenho tudo prevenido. Compra ahi alguns choriços, e as sardinhas salgadas porem que não sejam amarellas”<sup>721</sup>.

### **4. Envio de valores para passagens, despesas e fiança militar**

De José Pereira Magalhães e sua mulher Maria da Assunção Ferreira ao Sr. Lopes, para preparativos da viagem de filho menor, a 19 de janeiro de 1920.

“Amigo Srº Lopes,

Estimo que esteja com perfeita saúde, assim como toda a família eu e todos os meus estamos bons.

---

<sup>720</sup> A.G.C.V.C., *Livros de registos de passaportes*, cota 1.2.5.3., fl. 417v, passaporte n.º 1253.

<sup>721</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.4.13., fl. 98v, passaporte n.º 1105.

Amigo Sr.º Lopes, eu e minha mulher pedia-mos para mais uma vez o Sr.º nos fazer o favor de nos mandar para a nossa companhia o nosso filho Telmo e para isso lhe remetto uma letra com 300\$000 réis para as despesas, 150\$000 para a fiança e 150\$000 para a passagem e cazo não chegue pedia-lhe o favor de abonar o restante que eu tudo pago logo que elle aqui chegue.

Espero que o meu amigo ma fará este grande favor.

Recomende-nos a toda a família.

Seu Amigo sempre às ordens”<sup>722</sup>.

## 5. Declarações de justificação de sustento das mulheres

As mulheres que se deslocavam no final do período, sem a companhia dos maridos ou familiares próximos, muniam-se de declarações que atestavam a companhia idónea em direção em Brasil e que não se destinavam a fins não lícitos.

“Ao presente declaro sob minha palavra de honra, eu Manoel António Loureiro, divorciado, proprietário, desta cidade, que Flaviana Afonso Costa, solteira, doméstica, de vinte e quatro anos de idade (...) embarca com destino ao Rio Grande do Sul – Brasil – para se juntar a seu irmão Cesar Afonso Costa, que na mesma cidade brasileira é negociante, na casa do qual a mesma sua irmã tem assegurada a sua sustentação, sahindo do paiz na companhia do Sr.º Manuel Rosa de Brito, casado, negociante, da freguesia de Cristelo Côvo, concelho de Valença, que é pessoa respeitável, sendo por isso infundada a suspeita de que a sua retirada do paiz possa ser objecto de tráfico desonesto.

Mais declaro tomar dos factos mencionados inteira responsabilidade e deles assumo por completo todas as suas consequências presentes e futuras”<sup>723</sup>.

“Ludovina Beatriz de Vasconcelos, casada, 29 anos, doméstica, filha de Herculano Quintino de Vasconcelos e Maria Josefa Verde, natural e residente na freguesia de Gontinhães, deste concelho, declara para os efeitos do art.º 2.º do Decreto 2:313 de 4 de abril de 1916 e & único do art.º 13.º do Regulamento Geral dos Serviços de Emigração Decreto 5:624 de 15 de maio de 1919 embarcar para a cidade do Pará, Estados Unidos do Brasil, espontaneamente e sem vínculo de trabalho, indo para a

<sup>722</sup> A.G.C.V.C., *Livros de registos de passaportes*, cota 1.2.5.1., fl. 101v, passaporte n.º 507.

<sup>723</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.5.2., fl. 110v, passaporte n.º 1252.

companhia de seu marido Bernardo Rodrigues, residente na mesma cidade, tenho ahi o seu sustento garantido; levo na sua companhia quatro filhos, respectivamente, de nomes Dimas, 7 anos de idade, Paulo, 5 anos, Graziela 2 anos e Olavo, de 16 meses de idade.

Caminha, 31 de março de 1921”<sup>724</sup>.

**Anexo 35**  
**Setores de atividade e profissões nos recenseamentos eleitorais**

| Setor de atividade                | Profissão                                    | 1867 |      | 1907 |      | 1918 |      |
|-----------------------------------|--|------|------|------|------|------|------|
|                                   |  | N    | %    | N    | %    | N    | %    |
| <b>Primário</b>                   | Lavrador                                     | 58   |      | 80   |      | 64   |      |
|                                   | Marítimo                                     | 38   |      | 64   |      | 96   |      |
|                                   | Jornaleiros                                  | 0    |      | 2    |      | 8    |      |
|                                   | Total  | 96   | 74,4 | 146  | 47,7 | 168  | 33,8 |
| <b>Secundário</b>                 | <b>Construção</b>                            |      |      |      |      |      |      |
|                                   | Caíador                                      | 3    |      | 1    |      | 5    |      |
|                                   | Estucador/Artista                            | 0    |      | 6    |      | 13   |      |
|                                   | Canteiro                                     | 0    |      | 6    |      | 12   |      |
|                                   | Pedreiro                                     | 9    |      | 36   |      | 49   |      |
|                                   | Pintor                                       | 0    |      | 2    |      | 7    |      |
|                                   | Outros                                       | 0    |      | 2    |      | 1    |      |
|                                   | Total  | 12   | 9,3  | 53   | 17,3 | 87   | 17,5 |
|                                   | <b>Madeiras e Metais</b>                     |      |      |      |      |      |      |
|                                   | Carpinteiro                                  | 4    |      | 8    |      | 55   |      |
|                                   | Entalhador/polidor                           | 0    |      | 1    |      | 2    |      |
|                                   | Serrador/tanoeiro/cesteiro                   | 0    |      | 0    |      | 5    |      |
|                                   | Latoeiro/funileiro/picheleiro                | 0    |      | 5    |      | 4    |      |
|                                   | Eletricista                                  | 0    |      | 0    |      | 2    |      |
|                                   | Relojoeiro                                   | 0    |      | 1    |      | 1    |      |
|                                   | Ferreiro/serralheiro                         | 4    |      | 8    |      | 11   |      |
|                                   | Total  | 8    | 6,2  | 23   | 7,5  | 80   | 16,1 |
|                                   | <b>Vestuário e Calçado</b>                   |      |      |      |      |      |      |
|                                   | Alfaiate                                     | 1    |      | 2    |      | 6    |      |
|                                   | Tamanqueiro                                  | 0    |      | 1    |      | 1    |      |
|                                   | Sapateiros                                   | 1    |      | 5    |      | 7    |      |
| Total                             | 2  | 1,6  | 8    | 2,6  | 14   | 2,8  |      |
| <b>Terciário</b>                  | <b>Comércio</b>                              |      |      |      |      |      |      |
|                                   | Moleiro                                      | 2    |      | 1    |      | 1    |      |
|                                   | Padeiro/Doceiro                              | 0    |      | 4    |      | 2    |      |
|                                   | Empregado de hotel                           | 0    |      | 0    |      | 1    |      |
|                                   | Logista                                      | 3    |      | 14   |      | 11   |      |
|                                   | Empregado comercial/caixeiro                 | 0    |      | 3    |      | 18   |      |
|                                   | Negociante/marchante/comerciante             | 0    |      | 7    |      | 18   |      |
|                                   | Farmacêutico/empregado de farmácia           | 0    |      | 1    |      | 5    |      |
|                                   | Cocheiro/Alquilador                          | 0    |      | 4    |      | 7    |      |
|                                   | Barbeiro                                     | 0    |      | 3    |      | 4    |      |
|                                   | Vendilhão/vendeiro                           | 1    |      | 0    |      | 2    |      |
|                                   | Taberneiro                                   | 1    |      | 0    |      | 0    |      |
|                                   | Total  | 7    | 5,4  | 37   | 12,1 | 69   | 13,9 |
|                                   | <b>Serviços</b>                              |      |      |      |      |      |      |
|                                   | Empregado fiscal/marinha                     | 3    |      | 2    |      | 3    |      |
|                                   | Oficial /guarda reformado                    | 0    |      | 4    |      | 8    |      |
|                                   | Músico militar                               | 0    |      | 0    |      | 2    |      |
|                                   | Empregado Público                            | 0    |      | 6    |      | 10   |      |
|                                   | Faroleiro                                    | 0    |      | 0    |      | 1    |      |
|                                   | Banheiro                                     | 0    |      | 2    |      | 1    |      |
|                                   | Guarda CP/agulheiro/carregador/chefe estação | 0    |      | 1    |      | 25   |      |
| Distribuidor de jornais           | 0  |      | 1    |      | 1    |      |      |
| Médico                            | 0  |      | 1    |      | 0    |      |      |
| Professor oficial                 | 0  |      | 1    |      | 3    |      |      |
| Guarda-rios/monteiro              | 0  |      | 0    |      | 2    |      |      |
| Padre/sacristão                   | 2  |      | 1    |      | 1    |      |      |
| Total                             | 4  | 3,1  | 19   | 6,2  | 57   | 11,5 |      |
| Proprietários                     | 0  |      | 19   |      | 19   |      |      |
| Político/Delegado gov°. República | 0  |      | 0    |      | 2    |      |      |
| Estudante                         | 0  |      | 1    |      | 1    |      |      |
| Desconhecidos                     | 0  |      | 0    |      | 0    |      |      |
| Total                             | 0  | 0    | 20   | 6,5  | 22   | 4,4  |      |
| Total                             | 129  | 100  | 306  | 100  | 497  | 100  |      |

Fontes: A.M.C., Recenseamentos eleitorais e Livros de testamentos.

<sup>724</sup> A.G.C.V.C., *Livros de Registos de Passaportes*, cota 1.2.5.1., fl. 106v, passaporte n.º 534.



**Anexo 36**  
**Testadores por género, estado civil e idade média**  
**1831-1919**

| Género   | Casados |      |         |         | Solteiros |      |         |         | Viúvos |      |         |         | Total |     |         |         |
|----------|---------|------|---------|---------|-----------|------|---------|---------|--------|------|---------|---------|-------|-----|---------|---------|
|          | N       | %    | Mediana | I.Média | N         | %    | Mediana | I.Média | N      | %    | Mediana | I.Média | N     | %   | Mediana | I.Média |
| Homens   | 76      | 62,8 | 69,0    | 66,4    | 16        | 13,2 | 67,5    | 65,1    | 29     | 24,0 | 72,0    | 74,1    | 121   | 100 | 69,0    | 68,1    |
| Mulheres | 81      | 36,7 | 65,0    | 65,0    | 85        | 38,5 | 68,0    | 66,2    | 55     | 24,9 | 74,0    | 74,2    | 221   | 100 | 69,0    | 67,7    |
| Total    | 157     | 45,9 | 67,0    | 65,6    | 101       | 29,5 | 68,0    | 66,0    | 84     | 24,6 | 74,0    | 74,2    | 342   | 100 | 69,0    | 67,8    |

Fonte: A.M.C., Livros de testamentos; Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora.

**Anexo 37**  
**Padres acompanhantes no cortejo fúnebre**

| Número de padres           | Homens |      | Mulheres |      | Total |      |
|----------------------------|--------|------|----------|------|-------|------|
|                            | N      | %    | N        | %    | N     | %    |
| < de 5 padres              | 1      | 0,6  | 0        | 0,0  | 1     | 0,2  |
| 5 -9 padres                | 42     | 26,3 | 61       | 23,7 | 103   | 24,8 |
| 10 padres                  | 92     | 57,5 | 168      | 65,4 | 260   | 62,4 |
| 11 a 15 padres             | 3      | 1,9  | 3        | 1,2  | 6     | 1,4  |
| Os que puderem concorrer   | 4      | 2,5  | 2        | 0,8  | 6     | 1,4  |
| À vontade do testamenteiro | 18     | 11,3 | 23       | 8,9  | 41    | 9,8  |
| Total                      | 160    | 100  | 257      | 100  | 417   | 100  |

Fonte: Livros de registo de testamentos.

**Anexo 38**

**Famílias com maior contribuição coletável - estratégias de reprodução social**

| Marido                             | Esposa                           | Rendim. | Estratégia de reprodução social  | Residência |
|------------------------------------|----------------------------------|---------|--|------------|
| Francisco Alves Carrelo            | Maria Josefa Alves               | 10\$560 | Noivo recebeu dote para casar para "casa".   | Patrilocal |
| Jacinto Domingues do Santo         | Joana Alves Carrelo              | 10\$560 | Única filha sobrevivente da casa e doação a seu favor do irmão Padre.                              | Matrilocal |
| Rodrigo Lourenço da Rocha          | Maria José Fernandes Leites      | 33\$040 | Casamento consanguíneo com cópula e dispensa. Esposa oriunda de família com cleresia e cirurgiões. | Patrilocal |
| José Joaquim Pires da Chão         | Rosa Francisco Martins Pinheiro  | 21\$566 | Casamento consanguíneo e dispensa. Terços dos progenitores a favor da filha Rosa.                  | Matrilocal |
| Francisco Velho Gomes              | Maria Teresa Afonso              | 25\$887 | Casamento consanguíneo e dispensa. Terços dos pais a favor de Maria Teresa e Rosa, celibatária.    | Matrilocal |
| Joaquim Martins Pinheiro Figueiras | Josefa Pereira da Gama           | 10\$845 | Herança de tios e irmão celibatários, sem descendentes, a favor da sobrinha Josefa                 | Matrilocal |
| Baltazar Gregório Domingues        | Adelina Alves Carrelo            | 10\$853 | Casamento consanguíneo e dispensa. Partilhas a favor de Adelina no valor de 1 conto de réis        | Matrilocal |
| António Afonso Costa               | Ana Pires Covas                  | 13\$472 | Casamento consanguíneo e dispensa. Universal herdeiro dos bens de tias celibatárias                | Patrilocal |
| José da Silva Lopes                | Teresa Rosa Correia              | 17\$346 | Negociantes e marchantes na Lagarteira   | Neutra     |
| Damião Fernandes Baixinho          | Umbelina Rosa Fernandes          | 18\$097 | Negociantes e marchantes na Lagarteira   | Neutra     |
| Celestino Martins Fernandes        | Ana Augusta da Silva             | 19\$293 | Rendimentos provenientes de percurso emigratório com sucesso                                       | Neutra     |
| José Fernandes do Geraldo          | Rosa Maria de Mendonça           | 12\$651 | Famílias ligadas à cantaria. Herança a favor de Rosa Maria Mendonça de irmã celibatária            | Matrilocal |
| Manuel Fernandes de Mendonça       | Carlota Joaquina Martins Pereira | 12\$651 | Manuel herda terço da mãe Rosa Maria Mendonça  | Matrilocal |
| Ricardo Pires do Viso              | Maria Delfina Domingues          | 11\$744 | Delfina recebe legítima de pais, proprietários.  | Patrilocal |
| António Afonso Gandres             | Maria de Sousa                   | 12\$145 | Maria de Sousa é universal herdeira de duas tias casadas, sem descendência                         | Matrilocal |
| Severiano Gonçalves Presa          | Maria Clara Gonçalves Presa      | 25\$100 | Casamento consanguíneo. Todos os bens de ambas as famílias, são herdados pelo casal                | Matrilocal |
| Gerardo Martins Lírio              | Simpliciana Santos               | 83\$300 | Emigrantes que no retorno se dedicam ao empréstimo de dinheiro e compra de propriedades.           | Neutra     |

Fontes: Recenseamentos eleitorais e derramas de côngrua; registos paroquiais, notariais e passaportes de Vila Praia de Ancora; dispensas matrimoniais.

**Anexo 39**  
**Missas pedidas por devoção**

| Devoções                            | N    |
|-------------------------------------|------|
| Anjo da Guarda                      | 609  |
| Santo Patronímico                   | 460  |
| Almas do Purgatório                 | 394  |
| Santos/Santas da Corte Celestial    | 166  |
| Nossa Senhora                       | 121  |
| Santíssimo Sacramento               | 79   |
| Senhora da Guia                     | 44   |
| Coração de Maria                    | 35   |
| Senhora da Boa Morte                | 33   |
| Sagrada Paixão de Cristo            | 30   |
| Senhora das Necessidades            | 30   |
| Senhora das Dores                   | 19   |
| Senhora da Agonia                   | 19   |
| Senhora do Amparo                   | 18   |
| Santo António                       | 16   |
| Santo Nome de Jesus                 | 15   |
| Senhora do Rosário                  | 14   |
| Divino Espírito Santo               | 11   |
| Santa Ana                           | 10   |
| Santa Justa                         | 10   |
| Santa Rufina                        | 10   |
| Senhora da Ajuda                    | 8    |
| Senhora do Carmo                    | 8    |
| Santo Isidoro e faltas aos clamores | 7    |
| Nossa Senhora da Conceição          | 7    |
| Senhor dos Aflitos                  | 6    |
| São Miguel                          | 5    |
| Santa Marinha                       | 5    |
| São Brás                            | 5    |
| Senhora da Peneda                   | 5    |
| Santa Isabel                        | 4    |
| São José                            | 4    |
| Senhora dos Desamparados            | 4    |
| Outras devoções                     | 68   |
| Total                               | 2279 |

Fonte: A.M.C., Livros de registo de testamentos.

## **11. FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **11.1. FONTES MANUSCRITAS**

#### **Arquivo Distrital de Braga**

*Caixa das Bulas*, n.º 6, doc. 175.

*Cartório da Arquidiocese de Braga - Câmara Apostólica - Dispensas matrimoniais*, 1821-1887, 52 processos, fundo ainda em tratamento.

*Inventário das Visitas e Devassas, Vinha*, 1620-1816, vols. 605 a 682; vol. 732: *Inquérito Paroquial de 1775*, “Relação dos rendimentos da Igreja de S<sup>a</sup> Marinha de Gontinhães, termo de Caminha, Arcebispado de Braga, estado dela e obrigações”,

*Livro que contém diferentes Alvarás de diversos reis*, s/c.

*Monástico conventual, Beneditinos. S. Romão do Neiva*.

*Nota do Ofício de Amares*, vol. 69.

*Nota Geral*, cota 624.

*Registo Geral*, 1600-1811, vols. 10 – 236, 260, 262-264, 269-271, 273, 286, 287-289, 294-308.

*Registo Geral*, Caixa 288 (12), Tombo da Igreja de Gontinhães

#### **Arquivo Distrital do Porto**

*Fundo Convento de São Bento da Vitória, Porto, Livro das Provisões Reais e Licenças da Câmara e Senhor Bispo, compra de casas em que está situado este Mosteiro*, cota K/25/6/6-944.4.

*2<sup>a</sup> Conservatória do Registo Civil do Porto*, Registos de Óbitos de Miragaia, Livro de 1 de Abril de 1911 a 31 de Dezembro de 1918, Assento n.º 1391.

#### **Arquivo Distrital de Viana do Castelo**

*Cartório Notarial de Caminha*:

1º Ofício, 1659-1903, cotas 4.8.1.1 a 4.8.1.5; 4.8.1.7; de 4.8.1.11 a 4.8.1.17; de 4.8.1.27 e 4.8.1.28; de 4.8.1.31 a 4.8.1.37; 4.8.1.44 a 4.8.1.45; 4.8.2.1; 4.8.2.18; 4.8.2.19 a 4.8.2.23; 4.8.2.3 a 4.8.2.17; 4.8.2.41 a 4.8.2.52; 4.8.3.1 a 4.8.3.26; 4.8.4.1 a 4.8.4.82; 4.8.5.1 a 4.8.5.11.

2º Ofício, 1714-1924, cotas 4.9.4.1 a 4.9.4.48; 4.9.5.1 a 4.9.5.29; de 4.54.6.6 a 4.54.6.9; de 4.88.5.11; 4.91.6.1 a 4.91.6.8; 4.9.6.11; 4.10.1.1 a 4.10.1.68; 4.10.2.1 a 4.10.2.39.

3º Ofício, 1711-1923, cotas 4.8.1.8 a 4.8.1.10; 4.8.1.18 a 4.8.1.26; 4.8.1.29 a 4.8.1.30; de 4.8.1.38 a 4.8.1.50; de 4.8.2.24 a 4.8.2.40; 4.8.4.6 a 4.8.4.7; 4.91.5.12 a 4.91.5.14; 4.8.5.15 a 4.8.5.47; 4.8.6.1 a 4.8.6.73; 4.9.1.1 a 4.9.1.66.

4º Ofício, 1722-1922, cotas 4.10.6.10 a 4.10.6.23; 4.8.2.2; 4.11.1.1 a 4.11.1.38; depois de 4.11.1.49 a 4.11.1.52.

*Livros de registos paroquiais de Vila Praia de Âncora:* batismos entre 1623 e 1871, cotas 3.5.1.19 a 3.3.5.1.27; de casamentos entre 1646 e 1879, Cotas 3.5.1.19 e 3.5.1.30-3.5.1.33; de óbitos entre 1623 e 1879, cotas 3.5.1.19 e 3.5.1.35-3.5.1.39.

*Livros de registos paroquiais de Vilar de Mouros:* Livro de batismos cota 3.4.5.20.

*Santa Casa da Misericórdia de Caminha,* Livros do movimento de entrada de doentes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, 1855-1878; 1886-1906; 1915-1944, Cotas 7.35.4.10; 7.36.6.2; 7.36.5.6; 7.35.4.13; Livro de correspondência expedida, cota 7.36.2.36.

### **Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo**

*Delegação do Conselho de Saúde Pública,* cota 1.14.4.11, Circular anexa de 12 de outubro de 1865, Tipografia Aurora do Lima, 1865.

*Livros de registos de passaportes,* 1836-1924, n.ºs 1 a 73 e processos individuais dos requisitantes.

*Relação de Barcos de pesca do concelho de Caminha,* cota 1.13.57.9-6.

*Recenseamento Eleitoral do Concelho de Caminha, 1907,* Cota 1.12.3.35.

### **Arquivo Histórico Diocesano de Tui-Vigo**

*Parroquia de Santa María da Guarda:*

Libro IV de Casados, 1792-1831;

Libro VII de Bautizados, 1800-1831.

### **Arquivo da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora**

*Livros de Actas da Junta de Paróquia,* 1877-1924, n.ºs 1 a 3.

### **Arquivo Municipal de Caminha**

*Autos de Aforamento de Gontinhães*, 1858-1904, Cotas 1.11.5.4. a 1.11.5.28.

*Livros de Acórdãos da Câmara Municipal de Caminha*, 1733-1814, Cotas 1.11.4.28 e 1.11.4.29.

*Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Caminha*, 1828-1924, cotas 1.6.1.4 a 1.6.1.22 e 1.6.2.1 a 1.6.2.8.

*Livros de autos de abertura e publicação de testamentos cerrados do concelho de Caminha*, 1868 – 1919, n.ºs 1 a 20.

*Livros de registos de expostos, amas e subsidiados*, 1817-1888, cotas 1.3.1.13; 1.3.1.14; 1.3.1.15; 1.3.1.16; 1.3.1.19; 1.3.1.20; 1.3.1.21; 1.3.1.22; 1.3.1.25.

*Livros de Registo dos Fogos, e Moradores no Districto da 1ª Companhia da Capitania Mór das Ordenanças de Caminha, Impressão Régia*, 1828, n.ºs 1 a 4.

*Livros de registo de testamentos do concelho de Caminha*, 1831-1924, n.ºs 1-120.

*Livro de tarifa dos preços dos géneros*, 1862-1924, cota 1.2.2.1.

*Recenseamento dos cidadãos eleitores e elegíveis para deputados, cargos municipais e paroquiais, jurados e dos 40 maiores contribuintes*, 1867-1920, cotas 1.7.2.8-1.7.2.10, 1.2.2.9, 1.4.2.50.

*Recenseamentos militares*, 1856-1924, cotas 1.4.1.9 a 1.4.1.20; 1.16.1.31 a 1.16.1.51.

*Registo Geral da Câmara Municipal de Caminha*, 1652-1862.

### **Arquivo Municipal de Ponte de Lima**

*Livros de registos de passaportes internos*, 1804 – 1823, cotas 2.2.5-Cx. 4-2; 2.4.1.24 e 2.4.1.25.

### **Arquivo Municipal de Viana do Castelo**

*Livros de Contas e Cartas de Offícios e outras Ordens*, (1776-1792), cota 203.

*Livros de lançamentos de Décimas e Sisas e Tributos*, 1645-1784, cotas 532E, 532H, 537, 540, 544, 552.

*Livros de registos de passaportes internos*, 1760-1764, e 1810-1835, cotas 1202-1204 e 1207.

### **Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira**

*Livros de registos de passaportes internos, 1829 – 1842, cota 1.21.1.1.-1.*

### **Arquivo Paroquial de Vila Praia de Âncora**

*Livros de contas e de Actas das Comissões Administrativas das Obras da Capela de S. Salvador do Mundo e do local do Calvário.*

*Livros de extractos paroquiais de Vila Praia de Âncora, Livros de batismos, 1860-1924, n.ºs 1 a 5; Livros de casamentos, 1860-1924, n.º 1 a 3, Livros de óbitos, 1860-1924, n.ºs 1 a 4.*

*Livros de estatutos das confrarias e irmandades de Santa Marinha de Gontinhães, sem tratamento arquivístico.*

*Livro de obras da Igreja Matriz de Santa Marinha de Gontinhães.*

### **Arquivos particulares**

GONÇALVES, Manuel José, *Apontamentos e Curiosidades. Descrição da freguesia de Ancora e apontamentos sobre outras da Ribeira Âncora*, arquivo particular da família, manuscrito não catalogado, 1886.

## **11.2. FONTES IMPRESSAS**

### **11.2.1. Estatística e Relatórios**

*Arquivo do Alto Minho*, vol. 1, 1ª Série, Viana do Castelo, Tipografia Gutenberg, 1945.

*Arquivo Histórico Português*, vol. 3, Anselmo Braamcamp Freire e D. José da Silva Pessanha, Lisboa, Officina Typographia Calçada do Cabra, 1905.

*Arquivo Universal, Revista hebdomadaria*, vol. 1, Lisboa, Typographia Universal, 1859.

*Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

*Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

*Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

*Censo da População de Portugal. Dezembro de 1920*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

*Conta Geral da Receita Proveniente de donativos e Despeza com as obras feitas na nova Capella de N.ª Senhora das Necessidades na Lagarteira (Praia d'Áncora), desde 2 de fevereiro de 1889 até 20 de julho de 1893*, Valença, Typographia Commercial, 1893.

*Estatística de Portugal, População, Censo no 1.º de Janeiro de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

*Estatística de Portugal, População no 1.º de Janeiro de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

*Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal de 1918*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.

*Mapa estatístico das congruas dos parochos e coadjutores das freguezias do continente e do reino em 1839-1840*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841.

*Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

*XIV Recenseamento Geral da População, em 12 de Março de 2001*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

### **11.2.2. Legislação**

*Carta Constitucional da Monarchia Portugueza Decretada, e dada pelo Rei de Portugal e Algarves D. Pedro, Imperador do Brasil aos 29 de Abril de 1826*, Lisboa, Impressão Régia, 1826.

*Código Administrativo Portuguez*, Lisboa, Imprensa da Rua de São Julião, 1837.

*Código Administrativo Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

*Código Civil Portuguez, annotado por José Dias Ferreira*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

*Código Civil Portuguez de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

*Collecção de Decretos e Regulamentos Mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino desde que iniciou a Regência até 3 de Março de 1832 – 2ª Série: Decreto – Divisão do Território do Reino de Portugal para Administração e Justiça*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1833.

*Collecção de decretos e regulamentos publicados durante o governo de regência do reino estabelecida na Ilha Terceira, 1829-1832*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.



*Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador da Silva*, Lisboa, Typographia Maigrense, 1825-1830.

*Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados*, 1835, Lisboa, Imprensa Nacional, 1º Semestre, 1837.

*Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1837.

*Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde o 1º de Janeiro de 1836 até 9 de Setembro de 1836*, Quinta série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

*Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Sexta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

*Collecção de Leis que regula, a execução de vários artigos do Código Civil Portuguez*, Lisboa, Imprensa de A. A. Alves e Silva, 1868.

*Collecção oficial da legislação portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842-1849.

*Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Ano de 1844-1845*, Imprensa Nacional, Lisboa 1845.

*Collecção Official de Legislação Portuguesa. 1850*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851.

*Collecção Official de Legislação Portuguesa. 1852*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa. 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa. 1859*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa. 1863*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa. 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa. 1866*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa. 1869*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1877*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.

*Collecção Official de Legislação Portuguesa. 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1897*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1901*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1907*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

*Constituições Sinodaes do Arcebispado de Braga*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.

*Decretos e Determinações do Sagrado Concílio Tridentino que devem ser notificadas ao povo, por serem de sua obrigação, e se hão de publicar nas Parrochias,* Lisboa, Francisco Correa, 1564.

*Diário do Govêrno*, 3 de Julho de 1914, I Série, n.º 108.

*Diário do Govêrno*, 6 de Julho de 1914, I Série, n.º 110.

*Divisão Administrativa do Reino e Regulamento para a sua execução - Decreto de 18 de julho de 1835*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835.

*Ordenações filipinas. Ordenações e leys do Reino de Portugal. Recompiladas por mando d'El Rei D. Filipe, o Primeiro*, edição fac. similada, Coimbra, Real Imprensa da Universidade Coimbra, 1858.

RAMOS, Carlos Oliveira, *Legislação sobre a emigração e passaportes*, Lisboa, Tipografia Adolfo de Mendonça, 1913.

### **11.2.3. Imprensa**

*Jornal A Aurora do Lima*, 1862-1924.

*Jornal A Voz do Âncora*, 1904-1905.

*Jornal da Manhã*, 1872-1892.

*Jornal O Figueirense*, n.º 5618, de 26 de junho de 2009.

*Jornal O Vianense*, 1858-1867.

*Jornal Terra e Mar*, n.º 443, de 15 de setembro de 2010.

*Pêro Gallego*, Janeiro-Novembro de 1882.

### 11.3. BIBLIOGRAFIA

- ABEL, Marília, “Os baldios portugueses em período de transição (1820-1910)”, *Revista de História*, vol. 8, Porto, Centro de História da Universidade, Faculdade de Letras do Porto, 1988, pp. 339-343.
- ABREU, Alberto Antunes, “Aspectos da crise climática dos séculos XVI-XVIII no Noroeste de Portugal”, in *Cadernos Vianenses*, n.º 10, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1987, pp. 55-85.
- ABREU, Laurinda, “As comunidades litorâneas de Setúbal e Lisboa em tempos de Contra-Reforma”, in *Atas de O Litoral em Perspectiva Histórica (Séculos XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 247-258.
- ALARCÃO, Jorge de, *O domínio romano em Portugal*, 2.ª edição, Mem Martins, Publicações Europa América, 1991.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Vias Medievais I. Entre-Douro-e-Minho*, dissertação de licenciatura, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968.
- ALMEIDA, Luís Ferrand, “Milho “marroco” em Portugal nos séculos XVI-XVIII”, in *Revista Portuguesa de História*, 22, Coimbra, Faculdade de Letras do Porto, 1992, pp. 103-143.
- ALVES, Alexandre, *Artistas e Artífices nas dioceses de Lamego e Viseu*, vol. 1, Viseu, Governo Civil de Viseu, 2001.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Uma comunidade rural do Vale do Ave: São Tiago de Bougado. 1650-1849 (Estudo Demográfico)*, dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1986.
- ALVES, Jorge Fernandes, “Fecundidade natural no Vale do Ave. O exemplo de Bougado (1650-1849)”, *História*, II Série, vol. 6, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989, pp. 287-309.
- ALVES, Jorge Fernandes; FERREIRA, M. Fernanda V.; MONTEIRO, M. do Rosário, “Imigração galega na cidade do Porto (2.ª metade do século XIX)”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, II Série, vol. 9, 1992, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 215-236.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Edição do Autor, Gráficos Reunidos, 1994.

- ALVES, Jorge Fernandes, “Perspectivas sobre a emigração oitocentista – Os estudos locais e regionais”, in *Actas das Segundas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1998, pp. 413-424.
- ALVES, Jorge Fernandes, “Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas”, in ROEL, António Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.), *Movilidad e migraciónes internas na Europa Latina*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2002, pp. 117-126.
- ALVES, Jorge Fernandes, “Perspectiva histórica da emigração portuguesa”, in *Porto de partida – Porto de chegada: a emigração portuguesa*, Lisboa, Âncora Editora, 2003, pp. 33-56.
- ALVES, Jorge Fernandes, “O “brasileiro” oitocentista – representações de um tipo social”, in VIEIRA, Benedicta Maria Duque (org.), in *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no Século XIX*, Lisboa, ISCTE, 2004, pp. 193-199.
- ALVES, Lourenço, *Caminha e o seu Concelho*, Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 1985.
- AMORIM, Inês, “Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII”, in *Análise Social*, vol. 35 (156), Lisboa, ISCTE 1987, 2000, pp. 605-654.
- AMORIM, Inês, “O Porto de Aveiro no século XVIII: percursos de investigação. Um ponto da situação”, in AMORIM, Inês, Polónia, Amélia, Osswald, Helena, (coords.), *Actas Litoral em Perspectiva Histórica. Séculos XVI a XVIII*, Porto, Instituto da História Moderna da Universidade do Porto, 2002, pp. 47-57.
- AMORIM, Inês, “A decadência das pescas e o constrangimento fiscal”, in *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 153-164.
- AMORIM, Maria Norberta, *Rebordãos e a sua População nos Séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.
- AMORIM, Maria Norberta, *Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Reconstituição de Famílias*, Guimarães, edição do Autor, 1982.
- AMORIM, Maria Norberta, “S. Pedro de Poiares e a sua População de 1561 a 1830”, in *Brigantia*, 3, pp. 273-304, pp. 377-418; pp. 531-576, 1983.
- AMORIM, Maria Norberta, “S. Pedro de Poiares e a sua População de 1561 a 1830”, in *Brigantia*, 4, pp. 183-218; pp. 311-333, 1984.

- AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães. 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- AMORIM, Maria Norberta, “Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos paroquiais portugueses”, in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX, 1, 1991, pp. 7-25.
- AMORIM, Maria Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico 1680-1980*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1992.
- AMORIM, Maria Norberta, *Demografia Histórica. Um Programa de Docência*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1995.
- AMORIM, Maria Norberta, “Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade de comportamentos no Baixo Minho (1680-1980)”, in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. 16-1, 1998, pp. 55-78.
- AMORIM, Maria Norberta, “O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial”, in *Ler História*, nº 36, Lisboa, ISCTE, 1999, pp. 9-44.
- AMORIM, Maria Norberta; SANTOS, Carlota, "Marriage Strategies in Azorean Communities of Pico Island (19th Century) - Differentiated Female Behaviour in Choosing a Lifelong Partner", in DURÃES, Margarida, FAUVE-CHAMOUX, Antoinette. Ferrer, Llorenç. & Kok, Jan (eds.), in *The transmission of Well-Being - Gendered Marriage Strategies and Inheritance Systems in Europe (17th - 20th Centuries)*, Bern, Peter Lang AG - Internationaler Verlag der Wissenschaften, 2009, pp. 143-199.
- ARAÚJO, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, “As principais doenças dos internados na Misericórdia de Vila Viçosa durante o século XIX”, in *X Congresso da Associação de Demografia Histórica*, 9, 2010, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, 2010 [CD-ROM].+
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo; ESTEVES, Alexandra; “Cholera in the portuguese region of Alto Minho in the second half of the nineteenth century: epidemic outbreaks, treatment and behaviours”, in *Hygiea Internationalis*, 2010, Linköping University, pp. 183-198.
- ARIÈS, Philippe, *A criança e a vida familiar no antigo regime*, Lisboa, Relógio d'Água, 1988.
- ARIÈS, Philippe, *A História da Morte no Ocidente*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.

- ARMENGAUD, André, “Population in Europe 1700-1914”, in CIPPOLA, Carlo (org.), *The Industrial Revolution. The Fontana Economic History of Europe*, vol. 5, London, Collins, 1975.
- BAGANHA, Maria Ioanis, “Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”, *Análise Social*, vol. 26 (112-11), Lisboa, ISCTE, 1991, p. 723-739.
- BALDAQUE DA SILVA, António Arthur, *O Estado Actual das Pescas em Portugal no ano de 1886*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- BANDEIRA, Mário Leston, *Demografia e Modernidade, Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001.
- BASTO, Artur de Magalhães, *Apontamentos para um dicionário de artífices e artistas que trabalharam no Porto no século XV ao século XVIII*, Porto, Câmara Municipal do Porto, s/d.
- BATALHA, Luís, “Descodificando o Parentesco”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 43 (3-4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Ciências do Porto, 2003, pp. 97- 117.
- BEZERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima*, edição fac. simulada, Viana do Castelo, 1992.
- BIDEAU, Alain, “Mecanismos autor-reguladores das Populações Tradicionais”, in MARCÍLIO, Maria Luiza, (org.), *População e Sociedade – Evolução das Sociedades Pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 47-68.
- BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Annales d’histoire économique et sociale*, vols. 1-10, Paris, Universidade de Estrasburgo, Armand Colin, 1929-1938.
- BRANDÃO, Fátima; ROWLAND, Robert, “História da propriedade e comunidade rural: questões de método”, *Análise Social*, vol. 16, 1.º-2.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1980, pp. 173-207.
- BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, 2.ª edição, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1988.
- BRETTELL, Caroline, *Homens que partem, Mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

- BURGUIÈRE, André; LEBRUN, François, “As mil e uma famílias da Europa”, in BURGUIÈRE, André, SEGALEN, Martine et alli., *História da Família*, vol. 3, Lisboa, Terramar, 1998, pp. 15-82.
- CALLIER-BOISVERT, Colette, *Soajo, entre Emigrações e Memória. Estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2004.
- CAPELA, José Viriato, “A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos. A Administração Municipal nos fins do Antigo Regime”, in *Barcellos-Revista*, vol. 3, n.º 1, Barcelos, 1988, pp. 7-324.
- CAPELA, José Viriato, *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758 – Alto Minho. Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2005.
- CARDONA, Paula Cristina Machado, *A Actividade mecenática das Confrarias nas Matrizes do Vale do Lima nos séculos XVII e XIX*, tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- CARDOSO, João Luís, *Pré-História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 2002.
- CARDOSO, José, *O IV Concílio Provincial Bracarense e D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Braga, APPACDM distrital de Braga, 1994.
- CARDOSO, Luís, *Diccionario Geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigas, como modernas....*, tomos I e II, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751.
- CARVALHO, António José, “Topographia Médica do Districto de Vianna”, *Annaes do Conselho de Saúde Pública*, vol. 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, pp. 299-334.
- CARVALHO, Manuel Raimundo Serra de, “Cronistas da vila de Caminha & seu termo”, in *Caminiana*, vol. 3, Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 1986, pp. 192-212.
- CASTRO, Alberto Pereira, *A Praça-Forte de Valença do Minho*, 2.ª edição, Valença do Minho, edição do Autor, 2006.
- CASTRO, Francisco Cyrne de, “A cólera morbus no distrito de Viana do Castelo (Apontamentos),” separata da *Revista Arquivo do Alto Minho*, vol. 4, 1ª Série, Viana do Castelo, 1952.

- CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 3 vols., Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763.
- CHAUNU, Pierre, *Histoire, Science Sociale. La durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*, Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1974.
- CHESNAIS, Jean-Claude, *La transition démographique. Étapes, formes, implications économiques. Étude de séries temporelles (1720-1984) relatives à 67 pays*, Paris, Presses Universitaires de France, 1986.
- CIRO, Flamarion; SANTANA, Cardoso; BRIGNOLI, Héctor Pérez, *Los Métodos de la Historia: introducción a los problemas, métodos y técnicas de la Historia Demográfica, Económica y Social*, 4.<sup>a</sup> Edição, Barcelona, Crítica, 1981.
- COELHO, Eusébio Cândido Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello, Lisboa*, Imprensa Nacional, 1861.
- COLE, Sally, *Mulheres da Praia. O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994.
- COSTA, Afonso, *Estudos de Economia Nacional: O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- COSTA, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, 3 vols., Lisboa, officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712.
- COSTA, Avelino de Jesus da, “Comarca eclesiástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)”, in *Separata das Atas do I Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, 1981.
- COSTA, Fernando Dores, “Milícia e Sociedade”, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, Navarra, Círculo de Leitores, 2004, pp. 68-111.
- CRUZ, António, *Geografia e Economia da Província do Minho nos finais do século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.



- CUNHA, Fanny Font Xavier, “Evolução histórica da Ciência Médica e Política Patrimonial”, in *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira interior da Pré-História ao século XXI*, n.º 16, 2003, pp. 67-71.
- DAVEAU, Suzanne, *Portugal Geográfico*, 2ª edição, Lisboa, João Sá Costa, 1998.
- DUBY, Georges, *History Continues*, Chicago, University of Chicago Press, 1998.
- DUPÂQUIER, Jaques, *La population rurale du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Université de Lille, 1979a.
- DUPÂQUIER, Jaques, “L’analyse statistique des crises de mortalité”, in AAVV, *Les grandes mortalités : étude méthodologique des crises démographiques du passé*, Liège, Ordina Éditions, 1979b, pp. 83-112.
- DUPÂQUIER, Jacques, “Demografia Histórica e História Social”, in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade - Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis, Vozes, 1984a, pp. 28-46.
- DUPÂQUIER, Jacques, *Pour la Démographie Historique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1984b.
- DURÃES, Margarida, “Uma aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população”, in *A Morte no Portugal Contemporâneo – Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*, Coleção Conhecer Portugal, n.º 4, Lisboa, Querco, 1985, pp. 163-174.
- DURÃES, Margarida, *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2000a.
- DURÃES, Margarida, “Porque a morte é certa e a hora incerta... Alguns aspectos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses bracarenses (século XVIII-XIX)”, *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia. Sociedade e Cultura, n.º 13:2, Braga, 2000b, pp. 295-342.
- DURÃES, Margarida; LAGIDO, Emília; CARIDADE, Cristina, “Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVII-XIX siècles)”, *Obradoiro de Historia Moderna*, vol. 15, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2006, pp. 29-76.
- DURÃES, Margarida e LAGIDO, Emília, “A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (séculos XVIII-XIX)”, MENESES, Avelino de Freitas de; COSTA, João Paulo Oliveira (coord.), *O Reino, as ilhas e*

- o mar oceano: estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol. 1, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2007, p. 237-263.
- ECHENIQUE, Iñigo, *Madeira de Mar. Apuntes sobre a gamela*, Vigo, Editorial Galaxia, 2000.
- EIRAS ROEL, Antonio, “Producción y precios agrícolas en la Galicia Atlántica en los siglos XVII-XVIII. Un intento de aproximación a la coyuntura agraria”, in *Estudios sobre agricultura y población en la España Moderna*, Santiago de Compostela, Tórculo, 1990, pp. 111-130.
- EIRAS ROEL, Antonio, *La Población de Galicia. 1700-1860: crecimiento, distribución espacial y estructura de la población de Galicia en los siglos XVIII Y XIX*, Santiago de Compostela, Fundación Caixagalicia, 1996.
- EVANGELISTA, João, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1971.
- FANGUEIRO, Óscar, “A emigração galega para a Póvoa de Varzim do século ao XVI ao XVIII”, in Actas do Colóquio “Santos Graça” de Etnografia Marítima, vol. 3, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1985, pp. 205-229.
- FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população 1606-1910*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998.
- FARIA, Manuel Severim de, “*Notícias de Portugal Offerecidas a El Rey N.S. Dom João o IV. Dos Remédios para a Falta da Gente*”, Lisboa, Officina Crasbeeckiana, 1655.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo, *Calvão uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870)*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998.
- FEIJÓ, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A região de Viana do Antigo Regime a Finais da Regeneração*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992.
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho, “A classificação sócio-profissional: uma questão em aberto”, *Revista População e Sociedade*, n.º 1, Porto, Cefpam, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, pp. 177-207.
- FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo, “Migración estacional, explotación campesina y comportamientos familiares: los canteros de la Galicia Sudocidental (siglo XVIII)”, in CHACÓN, Francisco Jiménez; FERRER, Llorenç, (eds.), *Família, casa y trabajo*, Murcia, Universidad de Murcia, 1997, pp. 261-274.

- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime, *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*, vol. 1, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1988b.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime, “Elementos para a história das sociedades entre mestres pedreiros (sécs XVII e XVIII)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, vol 9, II Série, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992, pp. 337-368.
- FERREIRA, Francisco Messias Trindade, *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha e a sua população (1666-1900), Estudo Demográfico*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 2001.
- FERREIRA, Francisco Messias Trindade, *Viver e morrer no território do antigo concelho do Eixo. (1590-1910*, tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2005.
- FERREIRO, Hilário Rodriguez, “La demografía de Hio durante el siglo XVIII”, in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1985, pp. 413-436.
- FERRO, João Pedro, *A População Portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- FLANDRIN, Jean-Louis, *Familles, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*, Paris, Hachette, 1976.
- FLANDRIN, Jean-Louis, *Famílias, Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- FLINN, Michael, *El sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*, Barcelona, Crítica, 1989.
- FLOREZ, Henrique, *España Sagrada: Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España*, tomo XL, 2.<sup>a</sup> edição, Madrid, Oficina de António Marin, 1754-1775.
- FONTE, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Ponte de Lima/Centro de Estudos Regionais, 1996.
- FONTE, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza – a Infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Vila Praia de Âncora, Ancorensis, Cooperativa de Ensino, 2005.
- FRADA, João “Uma visão actual e histórica da gripe”, in *Jornal O Figueirense*, n.º 5618, de 26 de Junho de 2009.

- FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam corografica do Reyno de Portugal: que contem huma exacta relaçam de suas províncias, comarcas, cidades, villas, freguesias*, Lisboa Occidental, Officina de Miguel Rodrigues, 1739.
- GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne, *O Numeramento de 1527-1532 – Tratamento cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.
- GARCIA y GARCIA, Jose António, *Synodicon Hispanum*, vol. 2, Madrid, Católica B.A.C., 1982.
- GINZBURG, Carlo, *A Micro-História e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1989.
- GIRÃO, Paulo, *A pneumónica no Algarve*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1971.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “L’émigration Portugaise (XV-XX siècles) – une constante structurale et les réponses aux changements du monde”, *Revista de História Económica e Social*, vol. 1, Lisboa, E.S.C., 1978, pp. 5-32.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “A construção de modelos para as economias pré-estatísticas”, *Revista de História Económica e Social*, 10, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1985, pp. 3-16.
- GOMES, Maria Palmira da Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça (Ovar) (1583-1975)*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998.
- GONÇALVES, Maria Luísa Pereira, *Comportamentos Demográficos de uma comunidade minhota: o caso de Salamonde (1690-1910)*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2002.
- GONZALEZ CRUZ, David, *Religiosidad y Ritual de la Muerte en la Huelva del Siglo de la Ilustración*, Huelva, Diputación Provincial de Huelva, 1993.
- GRAÇA, A. Santos, *O Poveiro*, 3.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.
- GUILHAUME, Pierre; POUSSOU, Jean-Pierre, *Démographie Historique*, Paris, Armand Colin, 1970.
- GUIMARÃES, Carlota Maria da Silva Pereira, *Santa Maria de Adoufe: Comportamentos Demográficos e Sociais (1780-1910)*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998.
- HAJNAL, John, “European Marriage Patterns in Perspective”, in GLASS D. V. e EVERSLEY, D. C., (eds.), *Population in History. Essays in Historical Demography*, London, Edward Arnold, 1965, pp. 101-143.

- HARRIS, Marvin, *Culture, People, Nature: An Introduction to General Anthropology*, 3ª edição, New York, Harper & Row, 1980.
- HENRY, Louis; FLEURY, Michel, *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, I.N.E.D., 1965.
- HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977.
- HENRY, Louis, *Manual de Demografia Histórica*, Barcelona, Editorial Crítica, 1983.
- HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- HERCULANO, Alexandre, "Inquisitiones", *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimvm*, Olisipone, Academiae Scientiarvm Olisiponensis, 1888.
- HOLLINGSWORTH, Thomas, "A preliminary suggestion for the measurement of mortality crises", in CHARBONNEAU, Hubert; LAROSE, André (eds.), *The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 21-28.
- JORGE, Ricardo, *La Grippe. Rapport préliminaire présenté à la Commission Sanitaire des Pays Alliés dans la session de Mars de 1919*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1919.
- JUNCAL, Cândido Martim López, *Vida através das gerações, Comportamentos demográficos de uma comunidade rural do Baixo Minho: Santiago de Antas 1581-1910*, tese de mestrado, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho, 2003.
- LACERDA, Fernando Alberto, *S. Pedro de Aradas (1690-1900): Estudo demográfico*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2000.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy, *Histoire du climat depuis l'an Mil*, 2 vols, Paris, Flammarion, 1983.
- LAGIDO, Emília Pereira, *Santa Maria de Âncora (1624-1910). População e Sociedade*, dissertação de mestrado, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2004.
- LASLETT, Peter; HAMMEL, Eugene, "Comparing Household Structures Over Time and Between Cultures", in *Comparative Studies in Society and History*, n.º 16, Berkley, University of California, 1974, pp. 73-109.

- LASLETT, Peter, “The bastardy-prone sub-society”, in LASLETT, Peter *et alli.* (eds.), *Bastardy and its comparative history*, Cambridge, Cambridge University Press 1980, pp. 217-246.
- LASLETT, Peter, “Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared” in WALL, Richard, ROBIN, J., LASLETT, Peter (eds.), *Family forms in historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 6-13.
- LEAL, Pinho, *Portugal antigo e Moderno, Dicionario Geographico, Estatístico, Chorographico, Heráldico, archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e de grande numero de Aldeias*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira, 1873-1890.
- LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, 2000.
- LEIRA, Xan, *Historia duna emigración difusa*, Diumaró, Acuarela Comunicación sll,, 2008.
- LEITE, Joaquim Costa, “Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”, *Análise Social*, vol. 23 - 3.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. 463-480.
- LEITE, Joaquim da Costa, *Portugal and Emigration, 1855-1914*, tese de doutoramento, Nova Iorque, Columbia University, 1994.
- LEITE, Joaquim da Costa, “Mitos e realidades da emigração portuguesa, 1851-1973”, in *Actas das V Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 2004, pp. 27-48.
- LEMOS, Miguel Roque Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima*, 2.ª edição, Ponte de Lima, Câmara Municipal, 1997.
- LE PLAY, Frédéric, *La Méthode Sociale*, 1879, edição fac. simulada, Paris, Méridiens Klincksieck, 1989.
- LIMA, José da Silva (coord.), *Viana: Cidade e Circunstância*, Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 1997.
- LIMA, Luiz Cateano de, *Geografia Histórica de Portugal em que se descrevem as suas principais cidades e Villas principaes, com as suas fortificaçoens, e Praças de Guerra*, Lisboa, Academia Real, 1736.
- LIVI-BACCI, Massimo, *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press, 1971.

- LIVI-BACCI, Massimo, “Crises de Mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências”, in MARCÍLIO, Maria Luiza, (org.), *População e Sociedade - Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 69-109.
- LIVI-BACCI, Massimo, *Introducción a la Demografía*, 2ª edição, Barcelona, Ariel, 1993.
- LOBO, Constantino Botelho de Lacerda, “Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal”, in *Memórias Económicas*, tomo IV, Lisboa, *Academia Real das Ciências de Lisboa*, 1812, pp. 312-415.
- LOISEL, Antoine, *Institutes coutumières*, vol. 2, Paris, Libraire Durand, 1846.
- LOPES, António Baptista, *Proto-história e Romanização do Baixo Minho*, tese de doutoramento, 3 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.
- LÓPO, Domingo Luís González, “Una aproximación a la emigración de la Galicia Occidental entre mediados del siglo XVII y el primer tercio del XX, a través de las fuentes de protocolos y Archivos Parroquiales”, *A Emigración segundo as Fontes*, Santiago de Compostela, Dirección Xeral de Relacións Coas Comunidades Galegas, 1989, pp. 135-169.
- LÓPO, Domingo Luis González, “La emigración a Portugal desde el suroeste de Galicia en los Siglos XVIII al XX”, in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 373-391.
- LÓPO, Domingo Luís González, “Lisboa dos sonhos, Lisboa soñada”, in LEIRA, Xan (org.), *Historia d’una emigración difusa*, Diumaró, Acuarela Comunicación sll, 2008, pp. 16-19.
- LUCAS, Manuel Ardit, “Microanálisis demográfico en larga duración: el caso de España”, in *Atas do IV Congreso de Asociación de Demografía Histórica*, vol. 2, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1999, pp. 253-308.
- MACHADO, Maria Arminda Loureiro, *S. Miguel da Facha 1710-1989. Evolução Demográfica de uma Paróquia de Ponte de Lima*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1995.
- MAGALHÃES, Justino Pereira, “Linhas de investigação em História da Alfabetização em Portugal – Um domínio do conhecimento em renovação”, in FERNANDES, Rogério; ADÃO, Aurea, (org.), *Atas do Iº Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1996, pp. 42-60.

- MAIA, Rui Leandro Alves da Costa, *S. Miguel de Barreiros e a sua População. 1700-1925 (Estudo Demográfico)*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 1996.
- MALTHUS, Thomas Robert, *Ensaio sobre o princípio da população*, Lisboa, Europa América, 1999.
- MANTAS, Vasco Gil, *A rede viária da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.
- MARCÍLIO, Maria Luiza, “Introdução”, in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira, *História de Portugal*, 9ª edição, Lisboa, Palas, 1982
- MARQUES, José, “Censual do Cabido de Tui para o arcediogo da terra da Vinha - 1321”, Separata da *Revista Bracara Augusta*, vol. 34, Braga, 1980.
- MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, 3.ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, 1994.
- MARTINS, Rocha, *Episódios da Guerra Peninsular. As três Invasões Francesas*, 3 vols., Lisboa, O Jornal do Comércio e das Colónias-Lisboa, 1944.
- MASCARENHAS, Jozeph Freyre de Monterroyo, *Nottas ao Nobiliario do Conde Dom Pedro de Barcelos: e tambem as notas de João Baptista Lavanha, Chronista Mór do Reyno de Portugal e Mestre de Mathematica de El Rey D. Filipe 4º e Comendador de Fornellos na Ordem de Christo*, que imprimio em Roma por Estevão Paolinio, 1640.
- MATOS, Paulo, “Os marítimos da Ilha de S. Jorge, Açores (1770-1860)”, in DUBERT, Isidro; SOBRADO CORREA, Hortêncio (coord.), *El mar en los siglos modernos*, 2009, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, pp. 101-115.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte, *Portugal – o Sabor da Terra. Minho*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.
- MEDEIROS, Carlos Alberto, *Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana. Uma Introdução*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- MEDEIROS, Fernando, “Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – O contributo da escola de Le Play, 1908-1934”, *Análise Social*, vol. 23 (95), 1º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. 97-116.



- MEIRELES, José Luís, *As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto. Contexto cronoestratigráfico e paleoambiental*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, 7, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1992.
- MIRANDA, Fernando, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa. 1567-1989*, Barcelos, Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro, 1993.
- MONTEIRO, Miguel, *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho/Câmara Municipal de Fafe, 2000.
- MORAIS, Adelino Tito de, “Artistas que trabalharam na Ordem Terceira de Ponte de Lima”, Separata das Actas do *Iº Colóquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, 1981.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes, *Raízes históricas da Diocese de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, edição do Autor, 1999.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes, *O Barroco no Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2006.
- MOREIRA, Maria João Guardado, *Vida e Morte no concelho de Idanha-a-Nova. Estudo de Demografia Histórica – Século XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.
- MOREIRA, Maria João Guardado, “O Século XVIII”, RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.), *História da População Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2009, pp. 247-287.
- NASCIMENTO, Aires Augusto, “Plínio, o Velho: a leitura dos clássicos na longa duração da cultura”, in NASCIMENTO, Aires Augusto (coord.), *Os clássicos no tempo: Plínio, o Velho, e o Humanismo português*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, 2007, pp. 7-16.
- NASCIMENTO, Alcileide Cabral, *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*, São Paulo, Anna Blume Editora, 2008.
- NADAL, Jordi, *La Población Española (Siglos XVI a XX)*, Barcelona, Ariel, 1988.
- NAZARETH, João Manuel, *Princípios e métodos de análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.
- NEVES, António Amaro das Neves, *Filhos das Ervas, A ilegitimidade no norte de Guimarães – séculos XVI-XVIII*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001.

- NUNES, João Arriscado, “O declínio da fecundidade em Portugal – um balanço crítico da investigação recente”, in LIVI-BACCI, Massimo (coord.), *Modelos regionales de la transición demográfica en España y Portugal*, Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, vol. 2, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 13-48.
- NUNES, Teresa, “Maria da Fonte e Patuleia. 1846-1847”, in *Guerras e Campanhas Militares*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008.
- O Sacrosanto, E Ecumenico Concilio de Trento em Latim, e Portuguez: Dedicada, e Consagra aos Excell., e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend*, Lisboa, Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781.
- OLIVEIRA, António de, “A População de Caminha e Valença em 1513”, *Bracara Augusta*, nº 30, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1976, pp. 125-165.
- OLIVEIRA, António de, “Migrações Internas e de Média Distância em Portugal de 1500 a 1900”, in *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. 1, n.º 1, 1995, Universidade dos Açores, pp. 259-307.
- OLIVEIRA, Aurélio, “O Entre Douro e Minho na Época Moderna. 1500-1820. Parâmetros de uma construção”, in PEREIRA, Paulo (coord.), *Minho, Traços de identidade*, Braga, Universidade do Minho, 2009, pp. 372-404.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *Anais de Braga (1852-1859)*, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1982.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *André Soares e o rococó no Minho*, Porto, tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2012.
- OLIVEIRA, Lúcia Ferreira, *S. Miguel de Oliveira de Azeméis (1618-1860), Nupcialidade e Fecundidade*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2003.
- O’NEILL, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros, Desigualdade Social numa aldeia transmontana, 1878-1978*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.
- PAIVA, Odete, *S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave. Demografia e Sociedade (1599-1995)*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001.
- PEIXOTO, António Maranhão, *O Litoral de Viana e a sua Arquitectura Militar*, Viana do Castelo, Arquivo Municipal de Viana do Castelo, 2001.

- PEREIRA, Gaspar Martins; CORREIA, Luís Grosso, “Casamento e Condição Social no Porto Oitocentista”, *História*, Série II, vol. 13, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, pp. 473-488.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; SANTOS, Paula Marques, “Legislação sobre a emigração para o Brasil na I República”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia; MATOS, Izilda (coord.), *Nas margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2009, pp.307-327.
- PEREIRA, Miriam Halpern, “Demografia e Desenvolvimento em Portugal na Segunda Metade do Século XIX”, in *Análise Social*, vol. 7, 25/26, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1969, pp. 85-117.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *A Política Portuguesa da Emigração. 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- PÉREZ GARCÍA, José Manuel, *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia costera: la Península del Salnés (Jurisdicción de la Lanzada)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1979.
- PÉREZ MOREDA, Vicente, *La crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1980.
- PERRENOUD, Alfred, “Atténuation des Crises et decline de la Mortalité”, in *Annales de Démographie Historique*, Paris, Societé de Démographie Historique, 1989, pp. 13-29.
- PINA-CABRAL, João de, “As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho”, *Análise Social*, vol. 20 (1.º), 1984, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984a, pp. 97-112.
- PINA-CABRAL, João de, “Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural”, in *Análise Social*, vol. 20, 2.º-3.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984b, pp. 263-284.
- PINA-CABRAL, João de; FEIJÓ, Rui, MARTINS, Hermínio (org.), *A Morte no Portugal Contemporâneo: aproximações sociológicas, literárias e históricas*, Lisboa, Querco, 1985.
- PINA-CABRAL, João de, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- PINTO, Rui de Serpa, “O Asturiense em Portugal”, in *Separata dos Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. 4, fascículo 1, Porto, Imprensa Nacional, 1928.

- POLÓNIA, Amélia, “O Porto de Vila do Conde no século XVI”, in AMORIM, Inês, Polónia, Amélia, Osswald, Helena, (coord.), *Actas Litoral em Perspectiva Histórica. Séculos XVI a XVIII*, Porto, Instituto da História Moderna da Universidade do Porto, 2002, pp. 145-157.
- RAMOS, Rui, “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo”, *Análise Social*, vol. 24 (4.º-5.º), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1988, pp. 1067-1145.
- RAPOSO, Fábria Maria, *Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês. Palaçoulo (1656-1910)*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2000.
- REGO, Aurora Botão, “De Gontinhães a Vila Praia de Âncora, ruralidade versus urbanidade”, *Actas das 1.ªs Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora*, Vila Praia de Âncora, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, 2004, pp.151-172.
- REGO, Aurora Botão, “O Monte do Calvário – Um século de existência”, in *Atas das 1.ªs Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora*, Vila Praia de Âncora, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, 2004, pp.123-144.
- REGO, Aurora Botão, “As Origens da Capela e da Festa de Nossa Senhora da Bonança em Vila Praia de Âncora”, *Estudos Regionais*, n.º 25, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2004, pp. 81-91.
- REHER, David Sven, *La Família en España. Pasado y Presente*. Madrid, Alianza Editorial, 1996.
- REHER, David Sven, “Prefácio”, in SANTOS, Carlota (Coord.), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, pp. 13-21.
- REIS, Maria da Conceição, *São Pedro da Ericeira de 1622 a 1855*, Ericeira, Mar de Letras Editora, 2005.
- RIBEIRO, Orlando, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4.ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1966.
- ROCHA, Gilberta, *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX – Unidade, Permanência, Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991.

- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz da, “Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil”, *Análise Social*, vol. 22, 1.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 139-156.
- RODRIGUES, Henrique, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.
- RODRIGUES, Henrique, “População e, Sociedade e Emigrantes do Vale do Âncora no século XIX”, in 1ªas Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora, Vila Praia de Âncora, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, 2004, pp. 75-78.
- RODRIGUES, Henrique, *Emigração e Emigrantes. Vale do Lima no século XIX*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais/Autor, 2006.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.), *História da População Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2009.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira; MOREIRA, Maria João Guardado, “A quantificação da Almas”, in RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.), *História da População Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, 2009, pp. 139-157.
- RODRIGUES, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2002.
- ROWLAND, Robert, “Âncora e Montaria, 1827. Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças”, in *Perspectivas sobre o Norte de Portugal*, Porto, Studium Generale, 1981, pp. 199-242.
- ROWLAND, Robert, “Sistemas Matrimoniais na Península Ibérica: uma perspetiva regional”, in *Estudos Económicos*, vol. 19, nº 3, São Paulo, 1989, pp. 497-553.
- ROWLAND, Robert, *População, Família, Sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta, 1997.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, “Abandono de Crianças, Ilegitimidade e Concepções Pré-Nupciais em Portugal: Estudos recentes e Perspetivas”, in PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao Presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 37-58.
- SAMPAIO, Alberto, *Obras de Alberto Sampaio*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2008.

- SANTOS, Carlota, *Santiago de Romarigães, Comunidade rural do Alto Minho. Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Guimarães, Universidade do Minho/Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1999.
- SANTOS, Carlota, “Endogamia e Consanguinidade no concelho da Madalena – Ilha do Pico (séculos XVIII e XIX)”, in *Actas do III Colóquio – O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 207-226.
- SANTOS, Carlota, "Nupcialidade e fecundidade na região da Madalena (ilha do Pico): um estudo de demografia diferencial", *Antropológicas*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2007a, pp. 409-435.
- SANTOS, Carlota; ABADE, António, "Apelidos e identidade. A população da Ilha do Pico no contexto açoriano", *Actas do IV Colóquio O Faial e a periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007b, pp. 609-626.
- SANTOS, Carlota, *Biodemografia do concelho da Madalena: estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da ilha do Pico*, Madalena, Município da Madalena do Pico, 2008.
- SANTOS, Carlota, “Comunidades marítimas da ilha do Pico: comportamentos demográficos durante os séculos XVIII e XIX”, in DUBERT, Isidro; SOBRADO CORREA, Hortêncio (coord.), *El mar en los siglos modernos*, 2009, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, pp. 53-70.
- SANTOS, Carlota; MESQUITA, Maria Hermínia, “Proprietários da Madalena e Criação Velha (Ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e Património (Estudo de casos)”, in *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011.
- SARACENO, Chiara, *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa, 2007.
- SCHWARTZ, Stuart, “De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII”, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (coord.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 86-103.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1999.
- SEGALEN, Martine, *Sociologie de la famille*, Paris, Armand Colin, 1989.
- SEQUEIRA, José de Magalhães, *Higiene e Profilaxia do tifo exantemático*, Porto, Tipografia Mendonça, 1918, p. 34.

- SERRÃO, Joel, “Conspecto histórico da emigração portuguesa”, *Análise Social*, vol. 8, (n.º 32), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1970, pp. 597-617.
- SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1970, pp. 20-23.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Uma Estimativa da População Portuguesa em 1640”, *Memórias da Academia das Ciências*, vol. 16, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1975, pp. 213-303.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Introdução”, in LEIRA, Xan (ed.) *Historia d’una emigración difusa*, Diumaró, Acuarela Comunicación sll, 2008.
- SILBERT, Albert, *Le Portugal méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime : XVIII<sup>e</sup>-début du XIX<sup>e</sup> siècles. Contribution à l’histoire agraire comparée*, 2.ª edição, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978.
- SILVA, A. L., Ribeiro da, “Topographia Médica do Districto de Vianna do Castello”, *Annaes do Conselho de Saúde Pública*, vol. 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839, pp. 87-109.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986.
- SILVA, Célia Taborda da, “Para a História das Mentalidades: Atitudes perante a morte em Viana do Castelo no segundo quartel do século XIX”, *Cadernos Vianenses*, n.º 17, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1994, pp. 211-223.
- SILVA, Guedes, “Typho exanthématique. Considerações acerca da epidemia da Póvoa de Varzim e Villa do Conde”, *Porto Médico*, 2 (5), 1905, pp. 158-165.
- SILVA, Maria Madalena Leite da, *Santa Maria de Pombeiro de Riba-Vizela (1601-1910): Estudo Demográfico*, dissertação de mestrado, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2003.
- SILVA, Maria Manuela Teixeira Ferreira da, *Comportamentos demográficos de uma paróquia do concelho de Braga, Santa Maria de Aveleda, 1580-1993*, dissertação de mestrado, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1997.

- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*, 3 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001.
- SMITH, M. Estellie, *Those who live from the sea. A study in Maritime Anthropology*. Saint Paul West, American Ethnological Society Monograph 62, 1977.
- SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga no século XVII: Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*. 2 vols., tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 1993.
- SOLÉ, Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho. Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001.
- SOUSA, Fernando de, *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, 2 vols., tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979.
- SOUSA, Fernando de, “A População Portuguesa nos inícios do século XIX”, in *Revista População e Sociedade*, n.º 2, Cefam, Porto, 1996, pp. 7-75.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, *Leixões - Uma história portuária*, Porto, APDL, S.A. – Administração dos Portos Douro e Leixões, S.A, 2002.
- SOROMENHO, Miguel, *Manuel Pinto de Vilalobos. Da engenharia militar à arquitetura*, dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- SOROMENHO, Miguel, ”Contributos para a História da Arte no Alto Minho nos séculos XVII e XVIII – 1: Uma linhagem de pedreiros no Noroeste: os Alves do Rego”, *Cadernos Vianenses*, n.º 23, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1998, pp. 221-242.
- TAPINOS, George, *Éléments de démographie*, Paris, Armand Colin, 1985.
- WRIGLEY, Edward Anthony, “The Prospects for Population History”, in RABB, Theodore; ROTBERG, Robert (org.), *The New History*, Princeton, Princeton University Press, 1982, pp. 207-226.
- WRIGLEY, Edward Anthony, *História Y Población. Introducción a la Demografía Histórica*, Barcelona, Crítica, 1985.
- VASCONCELOS, Domingos Manuel de Paula, *O Portinho d'Âncora e suas gentes*, Vila Praia de Âncora, Nuceartes, 2004.



- VASCONCELOS, Maria Emília Sena de, “Negrumes em Viana”, in *Cadernos Vianenses*, tomo 9, 1985, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- VEIGA, Teresa Rodrigues, *A População Portuguesa no século XIX. Economia e Sociedade*, Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2004.
- VENTURA, António, “Guerra das laranjas – 1801”, in *História de Portugal. Guerras & Campanhas Militares*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008.
- VENTURA, Maria Manuela Nunes Soares, *S. Tiago de Mouquim, Comportamentos Demográficos de uma paróquia rural Famalicense, 1609-1878*, dissertação de mestrado, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2000.
- VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1886.
- VOVELLE, Michel, “Un préalable à toute histoire sérielle: la représentativité sociale du testament (XIV<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles)”, in BOGLER, B. (dir.), *Les Actes Notariés, sources de l’histoire sociale*, Estrasburgo, Éditions d’Alsace, 1979, pp. 257-277.
- VOVELLE, Michel, *La mort et l’occident de 1300 à nos jours*, Paris, Gallimard et Pantheon Books, 1983.
- VOVELLE, Michel, *Ideologias y Mentalidades*, Barcelona, Ariel, 1985.